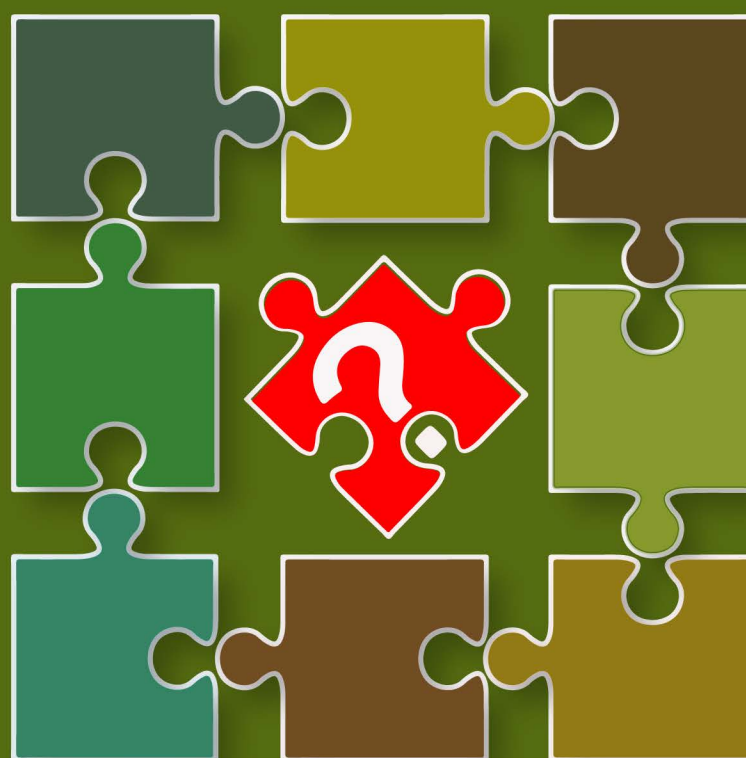


Inclusão Social

v.13.2/2020

**Bem-estar psicossocial em coletivos
em estado de exclusão social:**



experiências de intervenção internacionais

Inclusão Social
v. 13 n.2 jan./jul. 2020

ISSN 1808-8392 eISSN 1808-8678

Número Especial

Bem-estar psicossocial em coletivos em estado de exclusão social: experiências de intervenção internacionais

*Bienestar psicosocial en colectivos en estado de exclusión social:
experiencias de intervención internacional*

*Psychosocial well-being in collectives in a state of social exclusion:
international intervention experiences*

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Diretoria

Cecília Leite Oliveira

Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos (CGNP)

Anderson Luis Cambria Itaborahy

Coordenação-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados (CGPC)

Bianca Amaro

Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática (CGTI)

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação (COEPE)

Gustavo Saldanha

Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (COPAV)

José Luis dos Santos Nascimento

Coordenação de Administração (COADM)

Reginaldo de Araújo Silva

Divisão de Editoração Científica (DIECI)

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

Indexação

Inclusão Social tem seus artigos indexados ou resumidos.

Bases Internacionais: Paschal Thema: Science de L'Information, Documentation

Library and Information Science Abstracts

PAIS Foreign Language Index

Information Science Abstracts

Library and Literature

Páginas de Contenido: Ciencias de la Información

EDUCACCION: Noticias de Educación, Ciencia y Cultura Iberoamericanas

Referativnyi Zhurnal: Informatika. ISTA Information Science & Technology Abstracts. LISTA Library, Information Science & Technology Abstracts. SciELO

Scientific Electronic Library On-line. Latindex – Sistema Regional de Información em Línea para

Revistas Científicas de América Latina el Caribe, España y Portugal, México. INFOBILA: Información

Bibliotecológica Latinoamericana.

Indexação em Bases de Dados Nacionais

Portal de Periódicos: LivRe – Portal de Periódicos de Livre Acesso

Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Portal de Associações Nacionais: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib).

Bases de Dados Nacionais: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos de Ciência da Informação da Universidade Federal do Paraná (Brapci). Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (Peri).

Editada em agosto de 2020.

Última edição em dezembro de 2020.

Publicada em janeiro de 2021x.

Inclusão Social
v. 13 n.2 jan./jul. 2020

ISSN 1808-8392 eISSN 1808-8678

Número Especial

Bem-estar psicossocial em coletivos em estado de exclusão social: experiências de intervenção internacionais

*Bienestar psicossocial en colectivos en estado de exclusión social:
experiencias de intervención internacional*

*Psychosocial well-being in collectives in a state of social exclusion:
international intervention experiences*



Equipe técnica

Coordenação editorial

Sonia G. Padoan-Moura
Nekane Basabe Barañano
Darío Paez Rovira

Editor executivo

Ramón Martins Sodoma da Fonseca

Editora assistente

Gislaine Russo de Moraes Brito
Alexandre Ribeiro da Silva

Revisão gramatical e visual

Margaret de Palermo Silva
Rafael Teixeira de Souza

Normalização de referências

Ingrid Torres Schiessl
Jaqueline Rodrigues de Jesus
Priscila Rodrigues dos Santos
Raíssa da Veiga de Meneses

Projeto gráfico original

Anderson Moraes
Leila Mendonça Raulino

Diagramação

Dayane Jacob de Oliveira

Capa

Rodrigo Azevedo Moreira

NOTAS DO EDITOR

Agradecimento especial a todos os avaliadores, aos coordenadores do número, Sonia G. Padoan Moura, Nekane Basabe Barañano e Darío Paez Rovira e aos autores que trabalharam na produção deste número. Todas as ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, as opiniões da revista.

Para baixar o PDF de cada artigo da revista *Inclusão Social* a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR Code publicado em cada artigo da versão impressa.

Mais informações pelo telefone: (61) 3217-6145

Inclusão Social/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

– vol. 1, n. 1 (out./mar. 2005) – Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2005 – v. 26 cm. Semestral.

Publicação suspensa a partir de out. 2007/mar. 2008, sendo continuada a edição do v. 3 n. 2, em jan./jun. 2010.

ISSN 1808-8392. eISSN 1808-8678.

1. Inclusão social – periódicos I. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

CDU 316.42 (05)

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Setor de Autarquias Sul (SAUS)
Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5º Andar
Cep: 70070-912 – Brasília, DF
Telefones: 55 (61) 3217-6360 / 55 (61) 3217-6350
www.ibict.br

Rua Lauro Muller, 455 - 4º Andar - Botafogo
Cep: 22290-160 – Rio de Janeiro, RJ
Telefones: 55 (21) 2275-0321
Fax: 55 (21) 2275-3590
<http://www.ibict.br/capacitacao-e-ensino/pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao>
<http://www.ppgci.ufrj.br>



Comitê Editorial (período de vigência dezembro de 2019 a dezembro de 2021)

Comitê Editorial

Editor Científico

José Rincon Ferreira

Doutor em Educação Corporativa pela Universidade Fernando Pessoa (UFP), Portugal. Coordenador dos Prêmios Samuel Benchimol e Banco do Amazônia de Empreendedorismo Consciente.

<http://lattes.cnpq.br/1786468148821190>

Email: rinconfer@uol.com.br

Nara Maria Pimentel

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Professora da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0805401717504312>

E-mail: nara.ead@gmail.com

nara.pimentel@ead.unb.br

Membros Honorários

Eduardo Moacyr Krieger

Livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Doutor em Fisiologia Cardiovascular pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRPUSP), Brasil. Diretor Executivo da Comissão de Relações Internacionais (CRInt) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Vice-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - SP, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2222628122237100>

Email: edkrieger@incor.usp.br

edkrieger@abc.org.br

Ricardo Young

Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – São Paulo, SP.

<http://www.ica.usp.br/pessoas/pasta-pessoar/ricardo-young-1>

Email: ricardoyoung@camara.sp.gov.br

Mercedes Caridad Sebastián

Catedrática do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Carlos III. Madri, Espanha.

<https://www.directorioexit.info/ficha1598>

Email: mercedes@bib.uc3m.es

Tania Chalhub de Oliveira

Pós-Doutorado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil. Doutora em Social Work pela University of Minnesota (U of MN), Estados Unidos. Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6737749200665570>

E-mail: chalhubtania@gmail.com

Geraldo Moreira Prado

Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. Professor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Departamento de Ensino e Pesquisa (Ibict) - Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4611487449721174>

E-mail: geraldoibictbr@gmail.com

geraldoprado@ibict.br

Maria Helena Silveira Bonilla

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), SC - Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador, BA – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2730520955520609>

E-mail: bonillabr@gmail.com

Eduardo Costa Taveira

Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Brasil. Secretário Executivo Adjunto da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas - Manaus, AM – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6017285302986906>

E-mail: etaveira77@gmail.com

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Agustín Espinosa

Doctor en Psicología por la Universidad del País vasco (UPV/EHU), San Sebastián, España. Profesor Principal del Departamento Académico de Psicología de la PUCP. Coordinador del Grupo de Psicología Política y Social de la PUCP (GPPS-PUCP), Lima, Perú.

ORCID: : <http://orcid.org/0000-0002-2275-5792>

GoogleScholar:<https://scholar.google.com/citations?user=XrWHu8IAAAAJ>

Scopus:<https://www.scopus.com/authid/detail.uri?authorId=36236717500>

Lattes (Brasil): <http://lattes.cnpq.br/6818401212114869>

Renacyt(Perú):http://directorio.concytec.gob.pe/appDirectorioCTI/VerDatosInvestigador.do?id_investigador=10589

PUCP:<https://www.pucp.edu.pe/profesor/agustin-espinosa-pezzia/resumen/>

Grupo CCE:<http://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce>

Alberto Amutio Careaga

Doctor en Psicología por la Universidad de Deusto (Bilbao, España) y Experto en Técnicas de manejo del Estrés por la Roosevelt University (USA). Profesor agregado en el departamento Psicología Social de la Universidad del País Vasco UPV/EHU.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3989-9992>

Grupo CCE: <https://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce/alberto-amutio>

Email: alberto.amutio@ehu.es

Alicia Puente Martínez

PhD en psicología social en la Universidad del País Vasco, España. Investigador pos doctoral del departamento de Psicología Social, Facultad de Psicología, UPV/EHU.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5534-604>

GoogleScholar:<https://scholar.google.es/citations?hl=es&user=1hOin0YAAAAJ>

Grupo CCE:<https://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce/alicia-puente-martinez1>

Email: apuentema@gmail.com

Anderson Mathias Dias Santos

Doctor en Psicología por la Universidad del País Vasco (UPV/EHU), Donostia-San Sebastián, España. Investigador postdoctoral en el Departamento de Psicología de la Universidad de Paraíba – Brazil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8646-7864>

Lattes (Brasil): <http://lattes.cnpq.br/1102104114313200>

Grupo CCE: <https://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce/mathias-dias-santos>

Email: anderson.mathias@yahoo.com.br

Darío Páez

Ph.D, Profesor y Catedrático de la Universidad del País vasco UPV/EHU. Profesor visitante de diversas universidades europeas y latinoamericanas. Profesor honorario de la PUCP de Lima, Perú e invitado de la UNAB, Chile. Director del grupo de investigación consolidado de la UPV/EHU en Psicología Social, Cultura, Cognición y Emoción (CCE).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8459-6037>

Grupo CCE:<https://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce/arduraduna>

Email: dario.paez@ehu.es

Elza Maria Techio

Doctora en Psicología, por la Universidad del País vasco (UPV/EHU), San Sebastián, España. Profesora del Instituto de Psicología de la Universidad Federal da Bahia UFBA- Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8229-7674>

Lattes Brasil: <http://lattes.cnpq.br/5421304500367255>

Email: elzamt@ufba.br

Elena Gaviria Stewart

Doctora en Psicología por la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), España. Profesora Titular en el Departamento de Psicología Social y de las Organizaciones de la misma universidad.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7321-3400>

WEB: IPSADEYO

Email: egaviria@psi.uned.es

Itziar Fernández Sedano

Doctora en Psicología (diciembre 2001) por la Universidad del País Vasco (UPV/EHU), San Sebastián, España. Profesora Titular de Psicología Social en el Departamento de Psicología Social y de las Organizaciones, Facultad de Psicología, de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Madrid, España.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6905-2111>

Scopus: <https://www.scopus.com/authid/detail.uri?authorId=15051803400>

GoogleScholar:https://scholar.google.es/citations?hl=es&user=2scjO7EAAAAJ&view_op=list_works

Research gate: https://www.researchgate.net/profile/Itziar_Fernandez

Email: ifernandez@psi.uned.es

José J. Pizarro

Psicólogo (Universidad de Talca, Talca, Chile) y Doctor en Psicología Social (Universidad del País Vasco UPV/EHU, Donostia, España).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9883-8765>

Grupo CCE:<https://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce/jose-pizarro-carrasco>

Email: Jose.pizarro@ehu.es

Magdalena Bobowik

Doctora en Psicología, por la Universidad del País Vasco (UPV/EHU), San Sebastián, España. Investigadora en la Universidad Pompeu Fabra, Departamento de Ciencias Sociales y Políticas (Barcelona).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2341-0665>

Google Scholar: <https://scholar.google.es/citations?user=rWD5TcAAAAJ&hl=es&oi=ao>

Grupo CCE: <http://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce>

Email: bobowik.magdalena@gmail.com

Nekane Basabe

Ph.D., catedrática de Psicología social (2016), Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4753-4299>

Research Gate: <https://publons.com/researcher/1666253/nekane-basabe/>

Grupo CCE: <https://www.ehu.eus/es/web/psicologiasocialcce/nekane-basabe>

Email: nekane.basabe@ehu.eus

Pablo Enrique Castro Abril

Psicólogo por la Pontificia Universidad Javeriana (Bogotá, Colombia) y Máster en Psicología: Individuo, Grupo, Organización y Cultura de la Universidad del País Vasco (UPV/EHU) (San Sebastián, España), donde también cursa su tercer año (2020-2021) del doctorado en psicología. Es investigador pre-doctoral de la misma Universidad, adscrito al Departamento de Psicología Social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9074-3921>

Research Gate: https://www.researchgate.net/profile/Pablo_Castro_Abril

Grupo CCE: <http://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce>

Email: pabloenrique.castro@ehu.eus

Saioa Telletxea Artzamendi

Doctora en Psicología, por la Universidad del País Vasco (UPV/EHU), San Sebastián, España. Profesora agregada en el departamento de Psicología Social, Facultad de Relaciones laborales y trabajo social, UPV/EHU.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3682-9155>

Research Gate: <https://publons.com/researcher/2493847/saioa-telletxea/>

Grupo CCE: <https://www.ehu.eus/es/web/psicologiasocialcce/saioa-telletxea>

Email: saioa.telletxea@ehu.eus

Sonia Padoan

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV/EHU), España y Experta en psicología de la salud, procesos básicos, intervención psicosocial y cultura. Investigadora vinculada al departamento de Psicología social en la UPV-EHU.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6289-647X>

Research Gate: <https://publons.com/researcher/1740135/sonia-padoan/>

Grupo CCE: <http://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce>

Email: sonia.padoan@ehu.eus

Xavier Oriol Granado

Doctor por la Universidad de Lleida, España. Profesor titular de la Universidad Andrés Bello, Santiago de Chile, Chile. Profesor Titular de la Facultad de Educación y Ciencias Sociales de la Universidad Andrés Bello. Director de la línea de investigación en habilidades socioemocionales y bienestar del Doctorado en Educación y Sociedad.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7130-7729>

Google Scholar: <https://scholar.google.com/citations?user=BaJ-vokAAAAJ&hl=es>

Research Gate: https://www.researchgate.net/profile/Xavier_Granado2

Grupo CCE: <http://www.ehu.es/es/web/psicologiasocialcce>

Email: xavier.oriol@unab.cl

Inclusão Social

Volume 13 - número 2 - jan./jul. 2020

Sumário

Table of Contents / Sumário

Editorial	13
Sonia G. Padoan-Moura Nekane Basabe Barañano Darío Paez Rovira	
Mulheres e minorías / Women and minorities / Mujeres y minorías	29
Grupos de mujeres y ocio como herramientas de integración social con inmigrantes Latinoamericanas	31
<i>Grupos de mulheres e lazer como ferramentas para a integração social com imigrantes Latino-americanos</i> <i>Women groups and leisure as tools for social integration of Latin American immigrants</i> Itziar Alonso-Arbiol Magdalena Bobowik	
Aculturación y salud psicológica en mujeres marroquíes en España: ¿ Es la asimilación la mejor estrategia?	54
<i>Aculturação e saúde psicológica nas mulheres marroquinas em Espanha: A assimilação é a melhor estratégia?</i> <i>Acculturation and psychological health in Moroccan women in Spain: Is assimilation the best strategy?</i> Karima El Ghoudani Esther Lopez- Zafra	
Relatos de vida de mujeres migrantes latinoamericanas: cómo trabajar desde la salud mental	71
<i>Relatos de vida das mulheres migrantes latino-americanas: como trabalhar a partir da saúde mental</i> <i>Life reports of Latin American migrant women: how to work from mental health</i> María José Celorio Yolito Nekane Basabe Barañano Sonia Padoan-Moura	
Cohesión e inclusión social en las organizaciones: el rol del liderazgo, la creatividad y la innovación	92
<i>Coesão e inclusão social nas organizações: o papel da liderança, da criatividade e da inovação</i> <i>Cohesion and social inclusion in organizations: the role of leadership, creativity and innovation</i> Silvia da Costa Darío Páez	

Migrações / Migrations / Migraciones	109
Histórias de vida de imigrantes brasileiroS as: como entender o choque cultural e a experiência da minoria étnica	111
<i>Historias de vida de inmigrantes brasileños as: cómo entender el choque cultural y la experiencia de la minoria étnica</i>	
<i>Life stories of Brazilian migrants: coming to terms with culture shock and the experience of being part of an ethnic minority</i>	
Sonia Padoan-Moura	
Nekane Basabe Barañano	
Saioa Teletxea Artzamendi	
Estilos aculturativos y su relación con la discriminación percibida y la experiencia de ciudadanía subjetiva en migrantes venezolanos en el Perú	135
<i>Estilos aculturativos e sua relação com a discriminação percebida e a experiência de cidadania subjetiva em migrantes venezolanos no Peru; Acculturative styles and their relationship to perceived discrimination and the experience of subjective citizenship in Venezuelan migrants in Peru</i>	
Melanie Arana	
Agustín Espinosa	
Evaluación de una intervención en estrategias de afrontamiento del estrés transcultural en inmigrantes	149
<i>Avaliação de uma intervenção em estratégias de afrontamiento de estresse transcultural em imigrantes</i>	
<i>Evaluation of an intervention of coping strategies used by migrants to deal with acculturative stress</i>	
Larraitx Zumeta	
Alicia Puente Martínez	
Menores e adolescência / Minors and adolescences / Menores y adolescencia	169
Resiliencia comunitaria y bienestar en adolescentes en desprotección socio-familiar	171
<i>Resiliência comunitaria e bem-estar em adolescentes em desproteção sócio-familiar</i>	
<i>Community resilience and well-being in adolescents in socio-family deprotection</i>	
Carolina Alzugaray	
Estibaliz Mateos-Pérez	
Saioa Teletxea Artzamendi	
Resultados preliminares de una intervención grupal con padres y madres de menores en situación de vulnerabilidad o riesgo leve de desprotección: mejorando el estrés parental, la autoestima y la alexitimia	188
<i>Resultados preliminares de uma intervenção grupal com pais e mães de menores em situação de vulnerabilidade ou risco leve de desproteção: melhorando o stress parental, a autoestima e a alexitimia</i>	
<i>Preliminary results of a group intervention with fathers and mothers of children at low-risk of maltreatment: improving parental stress, self-esteem, and alexithymia</i>	
Miriam Gallarin	
Jaume Galvany	
Bárbara Torres-Gómez	
Itziar Alonso-Arbiol	

Bienestar subjetivo en niños, niñas y adolescentes del Sistema de Protección de Infancia y Justicia Juvenil en Chile	208
<i>Bem-estar subjectivo das crianças e adolescentes do Sistema de Protecção da Criança e Justiça Juvenil no Chile</i>	
<i>Subjective well-being in children and adolescents of the juvenile justice and child protection system in Chile</i>	
Marian Bilbao	
Javier Torres-Vallejos	
Joel Juarros-Basterretxea	
Relaciones intergrupales en la escuela: cercanía social, prejuicio y aculturación en estudiantes inmigrantes latinoamericanos y chilenos	220
<i>Relações intergrupais na escola: proximidade social, preconceito e aculturação em estudantes imigrantes latino-americanos e chilenos</i>	
<i>Intergroup relations in school: social proximity, prejudice and acculturation in Latin American immigrant and Chilean students</i>	
María José Mera-Lemp	
Gonzalo Martínez-Zelaya	
Violência coletiva e catástrofes / Collective violence and disasters / Violencia colectiva y desastres	235
Memorias inclusivas: la importancia de recordar el pasado para construir cultura de paz	237
<i>Memórias inclusivas: a importância de lembrar o passado para construir uma cultura de paz</i>	
<i>Inclusive memories: the importance of remembering the past to build a culture of peace</i>	
Anderson Mathias	
Lander Méndez	
Pablo Castro-Abril	
José J. Pizarro	
Claves psicosociales para la superación de la violencia colectiva: intervención comunitaria en sociedades postconflicto	252
<i>Chaves psicossociais para superar a violência coletiva: intervenção comunitária em sociedades pós-conflito</i>	
<i>Psychosocial keys for overcoming collective violence: community intervention in post-conflict societies</i>	
Pablo Castro-Abril	
Anderson Mathias	
Lander Méndez	
José J. Pizarro	
Miren Harizmendi	
Tendiendo puentes entre lo académico y profesional en crisis prolongadas: mujeres en Colombia y Venezuela	265
<i>Construindo pontes entre acadêmicos e profissionais em crises prolongadas: mulheres na Colômbia e Venezuela</i>	
<i>Building bridges between academics and professionals in protracted crises: women in Colombia and Venezuela</i>	
Silvia Ubillos Landa	
José Luis González Castro	
Alicia Puente Martínez; Gina Arias Rodríguez	
María Alejandra Oliveros Granados	
Marcela Gracia Leiva	

- Violência e ações coletivas no Brasil: reflexões para a intervenção psicossocial** 283
Violencia y acciones colectiva en Brasil: reflexiones para la intervención psicossocial
Violence and collective actions in Brazil: reflections for psychosocial intervention
Elza Maria Techio
Ana Raquel Rosas Torres
Yuri Sá Oliveira Sousa
- Community resilience and posttraumatic growth in the aftermath of collective disaster and trauma** 299
Resiliência comunitária e crescimento pós-traumático perante desastres naturais e trauma coletivo
Resiliencia Comunitaria y Crecimiento pos t-traumático ante desastres naturales y traumas colectivos
Carolina Alzugaray
Anna Włodarczyk

EDITORIAL

Bem-estar psicossocial em coletivos em estado de exclusão social: experiências de intervenção internacionais

Esta edição é composta pela seleção de 16 estudos que abordam as intervenções psicossociais dirigidas a diferentes coletivos e minorias étnicas que se encontram em situações de ameaça, insegurança e exclusão social. O compêndio de trabalhos reúne experiências de pesquisas realizadas em diferentes países, especialmente na Espanha e América Latina (países como Brasil, Chile, Colômbia e Peru), com diferentes grupos e minorias étnicas (migrantes, mulheres, crianças e adolescentes em situação de desproteção), e considera as situações de estresse que acompanham a jornada migratória de grupos em situação de vulnerabilidade, as consequências derivadas da violência coletiva em países como Colômbia, Gaza-Palestina, Brasil, País Basco, na Espanha, e a exposição a catástrofes coletivas, como no caso do Chile. Dessa forma, estão integrados estudos e propostas de intervenção que visam promover o bem-estar psicológico e social das populações em risco, destacando intervenções comunitárias com migrantes, com mulheres vítimas de guerra, propostas de intervenção na cultura da paz, trabalho com crianças e adolescentes em situação de desproteção e prevenção da violência escolar, intervenções comunitárias em catástrofes, assim como em organizações.

Quanto à estrutura, esta edição organiza-se em quatro blocos. O primeiro, denominado Mulheres e minorias, reúne quatro artigos. Um estudo qualitativo com entrevistas em profundidade realizadas a mulheres migrantes instaladas no norte da Espanha (N = 7); um estudo quantitativo com mulheres marroquinas residentes no sul da Espanha (N = 129); e outro estudo qualitativo com entrevistas em profundidade feitas a mulheres migrantes da América Latina usuárias de um centro de saúde mental no norte da Espanha (N = 10). O quarto estudo desse bloco é uma revisão sistemática de estudos empíricos sobre comportamentos criativos e inovadores de liderança autêntica e transformacional. O segundo bloco, Migrações, inclui três trabalhos com populações imigrantes em processos de aculturação.

Um estudo qualitativo com três grupos de discussão formados por migrantes de origem brasileira, residentes no norte da Espanha (N = 16); um estudo sobre imigrantes venezuelanos em Lima, no Peru (N = 133); e uma intervenção clínico-comunitária que avalia a forma de enfrentar o estresse por um grupo de imigrantes estabelecidos no norte da Espanha (24 participantes em dois grupos). O terceiro bloco, Menores e adolescência, inclui quatro estudos. Um estudo de caso (menores em privação familiar sob supervisão de serviços sociais) e controle realizado com adolescentes no Chile e no País Basco, na Espanha (N = 511); um estudo piloto que avalia, antes e depois, uma intervenção psicológica em mães e pais (N = 12), cujos filhos se encontram em risco de desproteção, moradores no norte da Espanha; um estudo de pesquisa com menores (N = 405) usuários de programas de proteção de direito, justiça juvenil e acolhimento familiar no Chile, sob a supervisão do SENAME (serviço estatal de proteção de menores em situação de vulnerabilidade familiar); e um quarto estudo, também no Chile (Santiago do Chile), com menores migrantes na escola (N = 252), e com menores de origem chilena no ensino médio (N = 418). O quarto e último bloco, Violência Coletiva e Catástrofes, é composto por cinco obras. A primeira se trata de uma revisão sobre fatores que afetam a construção das memórias inclusivas em sociedades pós-conflito; a segunda consiste em uma revisão de estudos em quatro países sobre as chaves para a promoção da cultura de paz, com estudos de pesquisa e estudos de intervenção comunitária em uma cultura de paz; o terceiro estudo, por sua vez, inclui dois estudos, um longitudinal e outro transversal, com mulheres poli-vitimadas (N1 = 117 na Colômbia; N2 = 95 na Venezuela); o quarto estudo apresentado refere-se a uma pesquisa realizada no Brasil com uma amostra (N = 672) de universitários das regiões Sul e Nordeste, que analisa as atitudes em relação à violência institucional.

O quinto e último trabalho analisa a resiliência das comunidades em função de catástrofes coletivas, se compõe de uma ampla amostra de personas adultas, residentes no Chile e na Argentina (N = 1075).

O primeiro bloco, **Mulheres e minorias**, se centra em estudos de gênero. O primeiro estudo apresentado, "Grupos de mulheres e lazer como ferramentas de integração social com imigrantes latinas" (Alonso-Arbiol e Bobowik), atende a uma proposta que parte das organizações feministas das Casas de Mulheres para promover grupos de autoajuda. O trabalho refere-se a uma análise de conteúdo de sete entrevistas em profundidade com mulheres migrantes, por meio das quais são diagnosticados os mecanismos que facilitam e que obstaculizam o enfrentamento das situações adversas por elas vivenciadas na sociedade de acolhida. Em seguida, apresenta-se o trabalho das autoras El Ghoudani e López-Zafra, intitulado *Aculturação e saúde psicológica em mulheres marroquinas na Espanha: a assimilação é a melhor estratégia?*, o qual analisa a adaptação de uma população originária do Magrebe que é alvo de preconceitos tanto na Espanha como em outros países da Comunidade Europeia (UE), apesar das relações históricas que unem as duas margens do Estreito entre África e Europa. O trabalho destaca a importância da autoestima para a saúde dos imigrantes e apoia as evidências dos estudos de aculturação, salientando, por um lado, a associação positiva entre o biculturalismo e a saúde psicológica, e, por outro lado, demonstrando que a marginalização e a assimilação se associam a uma maior ansiedade, afetando, assim, a sua integração. O terceiro estudo, realizado por Celorio, Basabe e Padoan, *Histórias de vida de mulheres migrantes latino-americanas: como trabalhar a partir da saúde mental*, analisa em profundidade diversas redes de ideias expressas em entrevistas realizadas a mulheres procedentes da América Latina. Essas análises revelam a complexidade das mudanças psicossociais, tanto positivas como negativas, que experimentam essas mulheres em função da migração, mostrando formas de crescimento psicológico que marcam suas trajetórias.

Esse segundo bloco termina com o estudo Coesão e inclusão social nas organizações: o papel da liderança, criatividade e inovação (da Costa e Páez), que analisa a situação das mulheres no que diz respeito à liderança e ao empoderamento dentro das organizações. O estudo também analisa os efeitos dos comportamentos de exclusão nas pessoas subordinadas, e sugere que um clima organizacional positivo, confiável, respeitoso e inclusivo pode ser gerado por meio de uma liderança transformacional e autêntica. Como concluem os autores, tal liderança transformacional deve ser criativa e inovadora, a fim de gerir a diversidade social e cultural de uma organização, estimulando os participantes na criação de novas ideias e evitar a exclusão social.

Como pode ser visto nesse primeiro bloco, os trabalhos enfocam o estudo das mulheres a partir de diferentes contextos e origens culturais, e em variados níveis sociais, como grupos auto-organizados, entrevistas individuais, centro comunitário de saúde mental e organizações sociais.

O segundo bloco, **Migrações**, começa com o trabalho "Histórias de vida de imigrantes brasileiros: como entender o choque cultural e o estresse aculturativo" (Padoan, Basabe e Telletxea). Nele, são exploradas as fontes de choque cultural e a experiência da minoria étnica, vivenciadas por imigrantes nas sociedades receptoras. Esse estudo foi realizado no País Basco, e contou com a colaboração de 16 migrantes de origem brasileira que participaram em três grupos de discussão. A análise do conteúdo revelou que, para enfrentar o estresse de aculturação, as estratégias individuais mais utilizadas foram o controle emocional, a releitura positiva da experiência negativa e a mobilidade individual. Já as estratégias coletivas mais empregadas foram a atribuição da responsabilidade pela discriminação ao preconceito grupal, as comparações sociais vantajosas e a competição social. Esse trabalho destaca o papel criativo e ativo das minorias nas mudanças de identidade ao longo das trajetórias dos migrantes.

A seguir, Espinosa e Arana apresentam o estudo "Estilos aculturativos e sua relação com a discriminação percebida e a experiência de cidadania subjetiva em migrantes venezuelanos no Peru". Em meio a uma profunda crise social, econômica e política na Venezuela, centenas de milhares de pessoas emigraram para fora do seu país, sendo o Peru um de seus destinos preferidos. Os resultados desse estudo mostram que a estratégia de aculturação mais escolhida foi a marginalização, o que indica a posição de vulnerabilidade e a necessidade de implementar medidas comunitárias para melhorar as condições de vida dos migrantes. No terceiro e último estudo desse bloco, "Avaliação de uma intervenção em estratégias de enfrentamento do estresse transcultural em imigrantes," as autoras Zumeta e Puente apresentam a avaliação de uma intervenção clínico-comunitária com imigrantes em situação de exclusão social residentes no norte da Espanha. A referida intervenção psicossocial é descrita com 12 sessões de grupo realizadas em um espaço temporal de três meses. Após a intervenção constatou-se que melhorou a qualidade de vida relacionada à saúde física (SF12) e mental, diminuíram a ansiedade e os afetos negativos, aumentaram as respostas assertivas e reduziu-se o enfrentamento não adaptativo do estresse. Os resultados indicam a importância da intervenção comunitária como um meio que ajuda a reduzir e aliviar os efeitos negativos do estresse de aculturação.

O terceiro bloco, **Menores e adolescência**, começa com o trabalho de Alzugaray, Mateos Pérez e Telletxea, "Resiliência comunitária e bem-estar em adolescentes em situação de exclusão social. O estudo se concentra no construto de Resiliência "Comunitária (RC) e avalia a RC em adolescentes de dos países (Espanha e Chile), comparando um grupo de jovens em desproteção familiar sob supervisão dos serviços sociais e jovens em situação normalizada que vivem com suas famílias, do Chile (45 casos e 64 controles) e do País Vasco (39 casos e 374 controles). Ao contrário do que se esperava, não houve diferenças nas pontuações totais de RC entre a amostra de casos e controles.

Houve, sim, diferenças importantes entre o Chile e a Espanha, que podem ser explicadas pela situação de maior vulnerabilidade social dos menores sob proteção no Chile e, também, de seus pares que vivem em comunidades com elevada desigualdade social. Isso mostra a estreita ligação entre a desigualdade e a falta de proteção de menores em comunidades afetadas por altos índices de pobreza e criminalidade. Esse trabalho também reforça o papel protetor do apoio familiar para a saúde mental dos adolescentes, não sendo o caso do apoio de pares. Também é ilustrativo que a resiliência individual foi mais prevalente entre os jovens em situações vulneráveis, na amostra de caso do que nos controles, o que sugere que os jovens aprendem a resistir quando têm de enfrentar adversidades, caso tenham sistemas de apoio adequados que lhes permitam sair da situação familiar vulnerável. As linhas preventivas propostas nesse trabalho são de interesse para intervenções comunitárias nesse campo. O segundo trabalho do bloco, "Intervenção grupal com pais de menores em situações de vulnerabilidade ou risco leve de falta de proteção: melhorando o estresse parental, a autoestima e a alexitimia", apresentado por Gallarin, Galvany, Torres-Gómez e Alonso-Arbiol, aborda uma intervenção preventiva piloto realizada no município de Pasaia, no norte da Espanha, com pais e mães (N = 12) com filhos menores em situação de vulnerabilidade ou risco de falta de proteção.

Foram tomadas medidas antes da intervenção (pré) e nove meses depois da intervenção (pós), considerando as variáveis: autoestima, estresse parental e alexitimia. Os resultados indicam melhorias significativas em todas as variáveis avaliadas. Um terceiro estudo de Bilbao, Torres-Vallejos Juarros-Basterretxea, intitulado: "Bem-estar subjetivo em meninos, meninas e adolescentes do sistema de proteção e justiça juvenil do Chile," descreve o bem-estar subjetivo de menores sob proteção do SENAME em programas ambulatoriais e os fatores de risco que afetam seu bem-estar. O estudo inclui uma amostra de 405 meninos, meninas e adolescentes que fazem parte de programas psicossociais.

Os resultados mostram uma associação positiva entre todas as escalas de bem-estar e satisfação aplicadas e com indicadores de conexão e satisfação com os programas, o que é considerado pelos autores como uma variável a se ter em conta na análise do bem-estar das crianças e adolescentes desse tipo de programa. No quarto trabalho desse terceiro bloco, Martínez-Zelaya e Mera-Lemp apresentam o artigo "Relações intergrupais na escola: proximidade social, preconceito e aculturação em alunos imigrantes latino-americanos e chilenos," no qual fazem uma revisão da integração de crianças e adolescentes imigrantes e nativos no ambiente escolar em Santiago do Chile. Esse trabalho diagnostica uma discrepância entre as preferências aculturativas dos estudantes imigrantes e as dos chilenos, o que corresponde a uma problemática dinâmica relacional de baixa intensidade. Segundo os autores, esta dinâmica evidencia a necessidade de conceber intervenções comunitárias que promovam a convivência intercultural harmoniosa e a construção de uma cultura de paz nas escolas.

O quarto e último bloco, **Violência Coletiva e Catástrofes**, explora estudos sobre o enfrentamento da violência coletiva e catástrofes coletivas em diferentes países. Começa com o estudo "Memórias inclusivas: A importância de lembrar o passado para construir uma cultura de paz," no qual os autores Mathias, Méndez, Castro-Abril e Pizarro fazem uma revisão sobre como criar memórias inclusivas promovendo uma narrativa comum sobre o passado para promover a reconciliação social em sociedades profundamente fragmentadas pela violência coletiva. Complementarmente a esse trabalho, segue-se o artigo de Castro-Abril, Mathias, Méndez, Pizarro e Harizmend, intitulado "Chaves psicossociais para a superação da violência coletiva: Intervenção comunitária nos processos de paz em sociedades pós-conflito." Esse estudo contém os resultados das intervenções em quatro sociedades pós-conflito: Brasil, Colômbia, Espanha e Gaza. Nele, são destacadas as condições necessárias para avançar na cultura de paz, apostando em dar voz às vítimas para criar atitudes favoráveis ao perdão e à reconciliação social, produzindo mudanças interpessoais e grupais no sentido da empatia e atitudes favoráveis à paz e reconciliação social.

A seguinte proposta é assinada por Ubillos, González Castro, Puente, Arias, Oliveros e Gracia, com o título "Construindo pontes entre acadêmico e profissional em crise prolongada: Mulheres na Colômbia e na Venezuela." Os autores expõem dois estudos com mulheres vítimas de violência de gênero e guerra na Colômbia e, em um contexto de crise política, econômica e de violência, na Venezuela. Esse trabalho propõe uma visão original e altamente sugestiva para integrar o conhecimento produzido na pesquisa acadêmica com as necessidades e contribuições levantadas por profissionais de campo em programas de intervenção psicossocial. O objetivo das intervenções foi melhorar a adaptação das mulheres perante as situações de violência e trauma, e propor intervenções focadas nas necessidades detectadas pelos profissionais de campo e pelas participantes. A seguinte obra, "Violência e ações coletivas no Brasil: reflexões para a intervenção psicossocial" (Techio, Torres e Sousa), analisa as atitudes de estudantes universitários frente às mobilizações sociais no Brasil em resposta às crescentes desigualdades sociais e violência institucional. Os resultados indicam a existência de rejeição ao uso da força policial contra os participantes de uma manifestação política, e sua discussão busca ampliou a noção de violência institucional, seus significados, os fatores geradores e as formas de enfrentamento. O último estudo, "Resiliência Comunitária e Crescimento Pós-traumático em Desastres Naturais e Traumas Coletivos" (Alzugaray e Włodarczyk), realizado no Chile e Argentina (N = 1075), aborda as intervenções comunitárias em situações de desastres naturais e violência coletiva que alguns países sofrem cronicamente. Os resultados desse estudo indicam que das experiências traumáticas coletivas emerge a força da comunidade, manifestada em crescimento da resiliência comunitária e sentimento de coletivismo. Os trabalhos desse quarto bloco enfatizam as consequências negativas da violência coletiva, mas, ao mesmo tempo, destacam a resiliência das comunidades e das vítimas quando são criados espaços coletivos de resiliência e intervenções comunitárias sustentáveis.

Em suma, esta monografia reúne problemas e desafios de grupos que sofrem especialmente situações de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social, que foram agrupados em quatro blocos: Mulheres e minorias, Migrantes, Menores e adolescentes, Sociedades afetadas por Violência e Desastres Coletivos. Os trabalhos incluem vários métodos e desenhos qualitativos, quantitativos, longitudinais e transversais, estudos de intervenção em grupos especiais e revisões teóricas e empíricas. Cada um dos artigos conclui-se com reflexões e propostas de desenho de intervenções baseadas em evidências, com foco na comunidade e nas necessidades detectadas dos grupos expostos. Todos eles buscam promover a Resiliência Comunitária e Individual, além de uma Cultura de Paz com Memórias Inclusivas que dão voz às vítimas. Esperamos que este trabalho sirva para inspirar todos os profissionais que estão comprometidos com o trabalho comunitário perante os desafios do combate à exclusão social, que são desafios eminentemente coletivos.

Os Autores

Sonia G. Padoan-Moura

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV / EHU),
Donostia / San Sebastián, España.
Investigador Doctor, Departamento de Psicología
Social, Universidad del País Vasco (UPV / EHU),
Donostia / San Sebastián, España.
ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6289-647X>; ID WOS: P-6930-2018
E-mail: soniageni.ribeiro@ehu.eus

Nekane Basabe Barañano

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV /
EHU), Donostia / San Sebastián, España
Profesora Catedrática, Departamento de
Psicología Social, Universidad del País Vasco
(UPV/EHU), Donostia / San Sebastián, España.
ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4753-4299>; ID WOS: D-3918-2011
E-mail: nekane.basabe@ehu.es

Darío Paez Rovira

Doctor en Psicología por la
Universidad de Lovaina, Bélgica.
Profesor Catedrático de Psicología Social,
Director de Grupo Consolidado CCE
Universidad del País Vasco/Euskal Herriko
Unibertsitatea (UPV / EHU), Donostia-San
Sebastián, España
ID ORCID: 0000-0002-8459-6037
E-mail: dariopaez@hotmail.fr

EDITORIAL

Psychosocial well-being in collectives in a state of social exclusion: international intervention experiences

This issue comprises a selection of 16 studies that address psychosocial interventions aimed at different collectives and ethnic minorities who are in situations of threat, insecurity and social exclusion. The compendium of works brings together research experiences carried out in different countries, especially in Spain and Latin America (countries like Brazil, Chile, Colombia and Peru), with different groups and ethnic minorities (migrants, women, children and adolescents in situations of lack or protection) , and considers the stressful situations that accompany the migratory journey of groups in situations of vulnerability, the consequences derived from collective violence in countries such as Colombia, Gaza-Palestine, Brazil, the Basque Country, in Spain, and the exposure to collective catastrophes, such as in the case of Chile.

Thus, studies and intervention proposals, that aim to promote the psychological and social well-being of populations at risk, are integrated, highlighting community interventions with migrants, with women who are victims of war, proposals for intervention in the culture of peace, work with children and adolescents in situations of lack of protection and prevention of school violence, community interventions in disasters, as well as in organizations.

As for the structure, this issue is organized in four blocks. The first, entitled Women and minorities, brings together four articles. A qualitative study with in-depth interviews with migrant women living in northern Spain (N = 7); a quantitative study with Moroccan women living in southern Spain (N = 129); and another qualitative study with in-depth interviews with migrant women from Latin America who use a mental health center in northern Spain (N = 10). The fourth study in this block is a systematic review of empirical studies on creative and innovative behaviors of authentic and transformational leadership.

The second block, Migrations, includes three works with immigrant populations in acculturation processes. A qualitative study with three discussion groups formed by migrants of Brazilian origin, residing in northern Spain (N = 16); a study on Venezuelan immigrants in Lima, Peru (N = 133); and a clinical-community intervention that assesses how to deal with stress by a group of immigrants based in northern Spain (24 participants in two groups). The third block, Minors and Adolescence, includes four studies. A case study (minors in family deprivation under supervision of social services) and control carried out with adolescents in Chile and the Basque Country, Spain (N = 511); a pilot study that assesses, before and after, a psychological intervention in mothers and fathers (N = 12), whose children are at risk of lack of protection, living in northern Spain; a research study with minors (N = 405) users of programs for the protection of law, juvenile justice and family care in Chile, under the supervision of SENAME (state service for the protection of minors in situations of family vulnerability); and a fourth study, also in Chile (Santiago de Chile), with minor migrants in school (N = 252), and with minors of Chilean origin in high school (N = 418). The fourth and final block, Collective Violence and Catastrophes, consists of five works. The first is a review of factors that affect the construction of inclusive memories in post-conflict societies; the second consists of a review of studies in four countries on the keys to the promotion of a culture of peace, with research studies and studies of community intervention in a culture of peace; the third study, in turn, includes two studies, one longitudinal and the other transversal, with poly-victimized women (N1 = 117 in Colombia; N2 = 95 in Venezuela); the fourth study presented refers to a survey conducted in Brazil with a sample (N = 672) of university students from the South and Northeast regions, which analyzes attitudes towards institutional violence.

The fifth and final work analyzes the resilience of the communities due to collective catastrophes, it is composed of a large sample of adult persons, residing in Chile and Argentina (N = 1075).

The first block, **Women and minorities**, focuses on gender studies. The first study presented, "Groups of women and leisure as tools for social integration with Latin immigrants" (Alonso-Arbiol and Bobowik), meets a proposal that comes from the feminist organizations of Casas de Mulheres to promote self-help groups. The work refers to a content analysis of seven in-depth interviews with migrant women, through which the mechanisms that facilitate and hinder the coping with adverse situations experienced by them in the host society are diagnosed. Then, we present the work of the authors El Ghoudani and López-Zafra, entitled *Acculturation and psychological health in Moroccan women in Spain: is assimilation the best strategy?*, which analyzes the adaptation of a population from the Maghreb that is targeted prejudice both in Spain and in other countries of the European Community (EU), despite the historical relations that unite the two banks of the Strait between Africa and Europe. The work highlights the importance of self-esteem for the health of immigrants and supports the evidence from acculturation studies, highlighting, on the one hand, the positive association between biculturalism and psychological health, and, on the other hand, demonstrating that marginalization and assimilation are associated with greater anxiety, thus affecting their integration. The third study, conducted by Celorio, Basabe and Padoan, *Life stories of Latin American migrant women: how to work from mental health*, analyzes in depth several networks of ideas expressed in interviews with women from Latin America. These analyzes reveal the complexity of psychosocial changes, both positive and negative, that these women experience as a result of migration, showing forms of psychological growth that mark their trajectories. This second block ends with the study *Cohesion*

and social inclusion in organizations: the role of leadership, creativity and innovation (da Costa and Páez), which analyzes the situation of women with regard to leadership and empowerment within organizations. The study also analyzes the effects of exclusionary behaviors on subordinate people, and suggests that a positive, trustworthy, respectful and inclusive organizational climate can be generated through transformational and authentic leadership. As the authors conclude, such transformational leadership must be creative and innovative in order to manage an organization's social and cultural diversity, encouraging participants to create new ideas and avoid social exclusion.

As can be seen in this first block, the works focus on the study of women from different contexts and cultural backgrounds, and at different social levels, such as self-organized groups, individual interviews, a community mental health center and social organizations.

The second block, **Migrations**, begins with the work "Histories of life of Brazilian immigrants: how to understand cultural shock and acculturative stress" (Padoan, Basabe and Telletxea). It explores the sources of cultural shock and the experience of the ethnic minority, experienced by immigrants in the receiving societies. This study was carried out in the Basque Country, and had the collaboration of 16 migrants of Brazilian origin who participated in three discussion groups. The content analysis revealed that, in order to cope with acculturation stress, the most used individual strategies were emotional control, positive reinterpretation of negative experience and individual mobility. The most commonly used collective strategies were the attribution of responsibility for discrimination to group prejudice, advantageous social comparisons and social competition. This work highlights the creative and active role of minorities in changing identities along the trajectories of migrants. Next, Espinosa and Arana present the study "Cultural styles and its relationship with perceived discrimination and the experience of subjective citizenship in Venezuelan migrants in Peru".

In the midst of a deep social, economic and political crisis in Venezuela, hundreds of thousands of people emigrated outside their country, with Peru being one of their favorite destinations. The results of this study show that the most chosen acculturation strategy was marginalization, which indicates the position of vulnerability and the need to implement community measures to improve the living conditions of migrants. In the third and last study of this block, "Evaluation of an intervention in strategies to cope with cross-cultural stress in immigrants," the authors Zumeta and Puente present the evaluation of a clinical-community intervention with immigrants in social exclusion living in northern Spain. The referred psychosocial intervention is described with 12 group sessions held over a three-month period. After the intervention, it was found that the quality of life related to physical (SF12) and mental health improved, decreased anxiety and negative effects, increased assertive responses and reduced non-adaptive coping with stress. The results indicate the importance of community intervention as a means to help reduce and alleviate the negative effects of acculturation stress.

The third block, **Minors and Adolescence**, begins with the work of Alzugaray, Mateos Pérez and Telletxea, "Community resilience and well-being in adolescents in situations of social exclusion." The study focuses on the Community Resilience (CR) construct and assesses CR in adolescents from countries (Spain and Chile), comparing a group of young people in family deprotection under the supervision of social services and young people in a normal situation who live with their families, Chile (45 cases and 64 controls) and País Vasco (39 cases and 374 controls). Contrary to what was expected, there were no differences in the total CR scores between the sample of cases and controls. Yes, there were important differences between Chile and Spain, which can be explained by the situation of greater social vulnerability of minors under protection in Chile and, also, of their peers who live in communities with high social inequality. This shows the close link between inequality and

the lack of protection for minors in communities affected by high rates of poverty and crime. This work also reinforces the protective role of family support for adolescents' mental health, which is not the case with peer support. It is also illustrative that individual resilience was more prevalent among young people in vulnerable situations, in the case sample than in controls, which suggests that young people learn to resist when they have to face adversity, if they have adequate support systems that allow them get out of the vulnerable family situation. The preventive lines proposed in this work are of interest for community interventions in this field. The second work of the block, "Group intervention with parents of minors in situations of vulnerability or slight risk of lack of protection: improving parental stress, self-esteem and alexithymia," presented by Gallarin, Galvany, Torres-Gómez and Alonso-Arbiol, addresses a pilot preventive intervention carried out in the municipality of Pasaia, in northern Spain, with fathers and mothers (N = 12) with minor children in situations of vulnerability or risk of lack of protection. Measures were taken before the intervention (pre) and nine months after the intervention (post), considering the variables: self-esteem, parental stress and alexithymia. The results indicate significant improvements in all variables evaluated. A third study by Bilbao, Torres-Vallejos Juarros-Basterretxea, entitled "Subjective well-being of boys, girls and adolescents in Chile's juvenile protection and justice system," describes the subjective well-being of minors under the protection of SENAME in outpatient programs and the risk factors that affect your well-being. The study includes a sample of 405 boys, girls and adolescents who are part of psychosocial programs. The results show a positive association between all the scales of well-being and satisfaction applied and with indicators of connection and satisfaction with the programs, which is considered by the authors as a variable to be taken into account in the analysis of children's well-being. and teenagers from this type of program.

In the fourth work of this third block, Martínez-Zelaya and Mera-Lemp present the article "Intergroup relations at school: social proximity, prejudice and acculturation in immigrant Latin American and Chilean students," in which they review the integration of immigrant children and adolescents and school environment in Santiago de Chile. This work diagnoses a discrepancy between the cultural preferences of immigrant students and those of Chileans, which corresponds to a problem of low intensity relational dynamics. According to the authors, this dynamic highlights the need to design community interventions that promote harmonious intercultural coexistence and the construction of a culture of peace in schools.

The fourth and final block, **Collective Violence and Catastrophes**, explores studies on tackling collective violence and collective catastrophes in different countries. Starts with the study Inclusive memories: "The importance of remembering the past to build a culture of peace," in which authors Mathias, Méndez, Castro-Abril and Pizarro review how to create inclusive memories by promoting a common narrative about the past to promote social reconciliation in societies deeply fragmented by collective violence. Complementary to this work is the article by Castro-Abril, Mathias, Méndez, Pizarro and Harizmend, entitled "Psychosocial keys for overcoming collective violence: Community intervention in peace processes in post-conflict societies." This study contains the results of interventions in four post-conflict societies: Brazil, Colombia, Spain and Gaza. It highlights the conditions necessary to advance the culture of peace, focusing on giving victims a voice to create attitudes favorable to forgiveness and social reconciliation, producing interpersonal and group changes towards empathy and attitudes favorable to peace and social reconciliation. The next proposal is signed by Ubillos, González Castro, Puente, Arias, Oliveros and Gracia, with the title "Building bridges between academic and professional in a prolonged crisis: women in Colombia and Venezuela." The authors present two studies of women victims of gender violence and war in Colombia and, in a context of political, economic and violence crisis, in Venezuela.

This work proposes an original and highly suggestive vision to integrate the knowledge produced in academic research with the needs and contributions raised by field professionals in psychosocial intervention programs. The purpose of the interventions was to improve the adaptation of women to situations of violence and trauma, and to propose interventions focused on the needs detected by field professionals and participants. The following work, "Violence and collective actions in Brazil: reflections for psychosocial intervention" (Techio, Torres e Sousa), analyzes the attitudes of university students towards social mobilizations in Brazil in response to the growing social inequalities and institutional violence. The results indicate the existence of rejection of the use of police force against the participants of a political demonstration, and its discussion seeks to broaden the notion of institutional violence, its meanings, the generating factors and the ways of coping. The last study, "Community Resilience and Post-traumatic Growth in Natural Disasters and Collective Trauma" (Alzugaray and Włodarczyk), conducted in Chile and Argentina (N = 1075), addresses community interventions in situations of natural disasters and collective violence that some countries suffer chronically. The results of this study indicate that from the collective traumatic experiences, the strength of the community emerges, manifested in growing community resilience and a sense of collectivism. The works of this fourth block emphasize the negative consequences of collective violence, but, at the same time, highlight the resilience of communities and victims when collective spaces of resilience and sustainable community interventions are created.

In short, this monograph brings together problems and challenges for groups that suffer especially situations of exclusion, vulnerability and social inequality, which were grouped into four blocks: Women and minorities, Migrants, Minors and adolescents, Societies affected by Violence and Collective Disasters. The works include several qualitative, quantitative, longitudinal and transversal methods and designs, intervention studies in special groups and theoretical and empirical reviews.

Each of the articles concludes with reflections and proposals for designing evidence-based interventions, focusing on the community and the detected needs of the exposed groups. All of them seek to promote Community and Individual Resilience, in addition to a Culture of Peace with Inclusive Memories that give victims a voice. We hope that this work will serve to inspire all professionals who are committed to community work in the face of the challenges of combating social exclusion, which are eminently collective challenges.

The authors

Sonia G. Padoan-Moura

Doctor, University of the Basque Country (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, Spain.
PhD Researcher, Department of Social Psychology, University of the Basque Country (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, Spain.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6289-647X>;
WOS ID: P-6930-2018
E-mail: soniageni.ribeiro@ehu.eus

Nekane Basabe Barañano

PhD, University of the Basque Country (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, Spain
Full Professor, Department of Social Psychology, University of the Basque Country (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, Spain.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4753-4299>;
WOS ID: D-3918-2011
E-mail: nekane.basabe@ehu.es

Darío Paez Rovira

Doctor in Psychology from the University of Louvain, Belgium.
Full Professor of Social Psychology, Director of Grupo Consolidado CCE
University of the Basque Country / Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV / EHU), Donostia-San Sebastián, Spain
ORCID ID: 0000-0002-8459-6037
E-mail: dariopaez@hotmail.fr

EDITORIAL

Bienestar psicosocial en colectivos en estado de exclusión social: experiencias de intervención internacionales

Esta edición está compuesta por la selección de 16 estudios que abordan las intervenciones psicosociales dirigidas a diferentes colectivos y minorías étnicas que se encuentran en situación de amenaza, inseguridad y exclusión social. El compendio de trabajos reúne experiencias de investigaciones realizadas en diferentes países, especialmente en España y América Latina (países como Brasil, Chile, Colombia y Perú), con diferentes grupos y minorías étnicas (migrantes, mujeres, niños y adolescentes en situación de desprotección), y considera las situaciones de estrés que acompañan la jornada migratoria de grupos en situación de vulnerabilidad, las consecuencias derivadas de la violencia colectiva en países como Colombia, Gaza-Palestina, Brasil, País Vasco, en España, y la exposición a catástrofes colectivas, como en el caso de Chile.

De esta manera, se integran estudios y propuestas de intervención que tienen como objetivo promover el bienestar psicológico y social de poblaciones en riesgo, destacando intervenciones comunitarias con migrantes, con mujeres víctimas de guerra, propuestas de intervención en la cultura de paz, trabajo con niños y adolescentes, en situaciones de desprotección y prevención de violencia escolar, intervenciones comunitarias en desastres, así como en organizaciones.

En cuanto a la estructura, esta edición se organiza en cuatro bloques. El primero, titulado Mujeres y minorías, reúne cuatro artículos. Un estudio cualitativo con entrevistas en profundidad a mujeres migrantes residentes en el norte de España (N = 7); un estudio cuantitativo con mujeres marroquíes residentes en el sur de España (N = 129); y otro estudio cualitativo con entrevistas en profundidad con mujeres migrantes de América Latina que acuden a un centro de salud mental del norte de España (N = 10).

El cuarto estudio de este bloque es una revisión sistemática de estudios empíricos sobre comportamientos creativos e innovadores de liderazgo auténtico y transformador. El segundo bloque, Migraciones, incluye tres trabajos con poblaciones inmigrantes en procesos de aculturación. Un estudio cualitativo con tres grupos de discusión formados por migrantes de origen brasileño, residentes en el norte de España (N = 16); un estudio sobre inmigrantes venezolanos en Lima, Perú (N = 133); y una intervención clínico-comunitaria que evalúa cómo afrontar el estrés de un grupo de inmigrantes afincados en el norte de España (24 participantes en dos grupos). El tercer bloque, Menores y Adolescencia, incluye cuatro estudios. Estudio de caso (menores en privación familiar bajo supervisión de servicios sociales) y control realizado con adolescentes en Chile y País Vasco, España (N = 511); un estudio piloto que evalúa, antes y después, una intervención psicológica en madres y padres (N = 12), cuyos hijos están en riesgo de desprotección, residentes en el norte de España; un estudio de investigación con menores (N = 405) usuarios de programas de protección de derechos, justicia juvenil y atención familiar en Chile, bajo la supervisión del SENAME (servicio estatal de protección de menores en situación de vulnerabilidad familiar); y un cuarto estudio, también en Chile (Santiago de Chile), con menores migrantes en la escuela (N = 252) y con menores de origen chileno en la escuela secundaria (N = 418). El cuarto y último bloque, Violencia colectiva y catástrofes, es compuesto de cinco obras.

La primera es una revisión de los factores que inciden en la construcción de memorias inclusivas en sociedades post-conflicto; el segundo consiste en una revisión de estudios en cuatro países sobre las claves para la promoción de una cultura de paz, con estudios de investigación y estudios de intervención comunitaria en una cultura de paz; el tercer estudio, a su vez, incluye dos estudios, uno longitudinal y otro transversal, con mujeres polivictimizadas (N1 = 117 en Colombia; N2 = 95 en Venezuela); el cuarto estudio presentado se refiere a una encuesta realizada en Brasil con una muestra (N = 672) de estudiantes universitarios de las regiones Sur y Noreste, que analiza las actitudes hacia la violencia institucional. El quinto y último trabajo analiza la resiliencia de las comunidades ante catástrofes colectivas, con una amplia muestra de personas adultas, residentes en Chile y Argentina (N = 1075).

El primer bloque, **Mujeres y minorías**, se centra en los estudios de género. El primer estudio presentado, "Grupos de mujeres y ocio como herramientas de integración social con inmigrantes latinos" (Alonso-Arbiol y Bobowik), responde a una propuesta que surge de las organizaciones feministas de Casas de Mulheres para promover los grupos de autoayuda. El trabajo se refiere a un análisis de contenido de siete entrevistas en profundidad a mujeres migrantes, a través de las cuales se diagnostican los mecanismos que facilitan y dificultan el afrontamiento de situaciones adversas vividas por ellas en la sociedad de acogida. A continuación, presentamos el trabajo de los autores El Ghoudani y López-Zafra, titulado *Aculturación y salud psicológica en mujeres marroquíes en España: ¿es la asimilación la mejor estrategia?*, que analiza la adaptación de una población del Magreb a la que se dirige perjuicio tanto en España como en otros países de la Comunidad Europea (UE), a pesar de las relaciones históricas que unen las dos orillas del Estrecho entre África y Europa. El trabajo destaca la importancia de la autoestima para la salud de los inmigrantes y apoya la evidencia de los estudios de aculturación, destacando, por un lado, la asociación positiva entre biculturalismo y salud psicológica, y, por otro lado, demostrando que la marginación y La asimilación se asocia a una mayor ansiedad,

afectando así su integración. El tercer estudio, realizado por Celorio, Basabe y Padoan, *Historias de vida de mujeres migrantes latinoamericanas: cómo trabajar desde la salud mental*, analiza en profundidad varias redes de ideas expresadas en entrevistas con mujeres de América Latina. Estos análisis revelan la complejidad de los cambios psicosociales, tanto positivos como negativos, que estas mujeres experimentan como consecuencia de la migración, mostrando formas de crecimiento psicológico que marcan sus trayectorias. Este segundo bloque finaliza con el estudio *Cohesión e inclusión social en las organizaciones: el papel del liderazgo, la creatividad y la innovación* (da Costa y Páez), que analiza la situación de las mujeres en materia de liderazgo y empoderamiento en las organizaciones. El estudio también analiza los efectos de las conductas excluyentes en las personas subordinadas y sugiere que se puede generar un clima organizacional positivo, confiable, respetuoso e inclusivo a través de un liderazgo transformacional y auténtico. Como concluyen los autores, dicho liderazgo transformacional debe ser creativo e innovador para gestionar la diversidad social y cultural de una organización, alentando a los participantes a crear nuevas ideas y evitar la exclusión social.

Como se puede apreciar en este primer bloque, el trabajo se centra en el estudio de mujeres de diferentes contextos y orígenes culturales, y en diferentes niveles sociales, como grupos autoorganizados, entrevistas individuales, un centro comunitario de salud mental y organizaciones sociales.

El segundo bloque, **Migraciones**, comienza con la obra *Historias de vida de los inmigrantes brasileños: cómo entender el choque cultural y el estrés aculturativo* (Padoan, Basabe y Telletxea). Explora las fuentes del choque cultural y la experiencia de la minoría étnica que experimentan los inmigrantes en las sociedades receptoras. Este estudio se llevó a cabo en el País Vasco y contó con la colaboración de 16 migrantes de origen brasileño que participaron en tres grupos de discusión.

El análisis de contenido reveló que, para hacer frente al estrés de la aculturación, las estrategias individuales más utilizadas fueron el control emocional, la reinterpretación positiva de la experiencia negativa y la movilidad individual. Las estrategias colectivas más utilizadas fueron la atribución de la responsabilidad de la discriminación al prejuicio grupal, las comparaciones sociales ventajosas y la competencia social. Este trabajo destaca el papel creativo y activo de las minorías en el cambio de identidades a lo largo de las trayectorias de los migrantes. A continuación, Espinosa y Arana presentan el estudio "Estilos culturales y su relación con la discriminación percibida y la experiencia de ciudadanía subjetiva en migrantes venezolanos en Perú." En medio de una profunda crisis social, económica y política en Venezuela, cientos de miles de personas emigraron fuera de su país, siendo Perú uno de sus destinos favoritos. Los resultados de este estudio muestran que la estrategia de aculturación más elegida fue la marginación, lo que indica la posición de vulnerabilidad y la necesidad de implementar medidas comunitarias para mejorar las condiciones de vida de los migrantes. En el tercer y último estudio de este bloque, "Evaluación de una intervención en estrategias para afrontar el estrés transcultural en inmigrantes," los autores Zumeta y Puente presentan la evaluación de una intervención clínico-comunitaria con inmigrantes en exclusión social residentes en el norte de España. La intervención psicosocial referida se describe con 12 sesiones grupales realizadas durante un período de tres meses. Tras la intervención, se encontró que la calidad de vida relacionada con la salud física (SF12) y mental mejoró, disminuyó la ansiedad y los afectos negativos, aumentó las respuestas asertivas y redujo el afrontamiento no adaptativo al estrés. Los resultados indican la importancia de la intervención comunitaria como un medio para ayudar a reducir y aliviar los efectos negativos del estrés por aculturación.

El tercer bloque, **Menores y Adolescencia**, comienza con el trabajo de Alzugaray, Mateos Pérez y Telletxea, "Resiliencia comunitaria y bienestar en adolescentes en situación de exclusión social."

El estudio se centra en el constructo de Resiliencia Comunitaria (RC) y evalúa la RC en adolescentes de países (España y Chile), comparando un grupo de jóvenes en desprotección familiar bajo la supervisión de servicios sociales y jóvenes en situación normal que conviven con sus familias, de Chile (45 casos y 64 controles) y País Vasco (39 casos y 374 controles). Al contrario de lo esperado, no hubo diferencias en los puntajes totales de RC entre la muestra de casos y controles. Sí, hubo diferencias importantes entre Chile y España, que se pueden explicar por la situación de mayor vulnerabilidad social de los menores bajo protección en Chile y, también, de sus pares que viven en comunidades con alta desigualdad social. Esto muestra el estrecho vínculo entre la desigualdad y la desprotección de los menores en las comunidades afectadas por altos índices de pobreza y delincuencia. Este trabajo también refuerza el papel protector del apoyo familiar a la salud mental de los adolescentes, lo que no es el caso del apoyo de pares. También es ilustrativo que la resiliencia individual fue más prevalente entre los jóvenes en situaciones de vulnerabilidad, en la muestra de casos que en los controles, lo que sugiere que los jóvenes aprenden a resistir cuando tienen que enfrentar la adversidad, si cuentan con sistemas de apoyo adecuados que les permitan salir de la vulnerable situación familiar. Las líneas preventivas propuestas en este trabajo son de interés para las intervenciones comunitarias en este campo. El segundo trabajo del bloque, "Intervención grupal con padres de menores en situaciones de vulnerabilidad o riesgo leve de desprotección: mejora del estrés parental, autoestima y alexitimia," presentado por Gallarin, Galvany, Torres-Gómez y Alonso-Arbiol, aborda una intervención preventiva piloto realizada en el municipio de Pasaia, en el norte de España, con padres y madres (N = 12) con hijos menores en situación de vulnerabilidad o riesgo de desprotección. Se tomaron medidas antes de la intervención (pre) y nueve meses después de la intervención (post), considerando las variables: autoestima, estrés de los padres y alexitimia. Los resultados indican mejoras significativas en todas las variables evaluadas. Un

tercer estudio de Bilbao, Torres-Vallejos Juarros-Basterretxea, titulado: "Bienestar subjetivo de niños, niñas y adolescentes en el sistema de protección y justicia juvenil de Chile," describe el bienestar subjetivo de los menores amparados por el SENAME en programas ambulatorios, y los factores de riesgo que afectan su bienestar. El estudio incluye una muestra de 405 niños, niñas y adolescentes que forman parte de programas psicosociales. Los resultados muestran una asociación positiva entre todas las escalas de bienestar y satisfacción aplicadas y con indicadores de conexión y satisfacción con los programas, lo que es considerado por los autores como una variable a tener en cuenta en el análisis del bienestar infantil, y adolescentes de este tipo de programas. En el cuarto trabajo de este tercer bloque, Martínez-Zelaya y Mera-Lemp presentan el artículo "Relaciones intergrupales en la escuela: proximidad social, prejuicio y aculturación en estudiantes inmigrantes latinoamericanos y chilenos," en el que revisan la integración de niños, niñas y adolescentes inmigrantes y ambiente escolar en Santiago de Chile. Este trabajo diagnostica una discrepancia entre las preferencias culturales de los estudiantes inmigrantes y las de los chilenos, lo que corresponde a un problema de dinámica relacional de baja intensidad. Según los autores, esta dinámica resalta la necesidad de diseñar intervenciones comunitarias que promuevan la convivencia intercultural armónica y la construcción de una cultura de paz en las escuelas.

El cuarto y último bloque, **Violencia colectiva y catástrofes**, explora estudios sobre cómo abordar la violencia colectiva y las catástrofes colectivas en diferentes países. Inicia con el estudio "Memorias inclusivas: la importancia de recordar el pasado para construir una cultura de paz," en el que los autores Mathias, Méndez, Castro-Abril y Pizarro revisan cómo crear memorias inclusivas promoviendo una narrativa común sobre el pasado para promover reconciliación social en sociedades profundamente fragmentadas por la violencia colectiva. Complementario a este trabajo se encuentra el

artículo de Castro-Abril, Mathias, Méndez, Pizarro y Harizmend, titulado "Claves psicosociales para la superación de la violencia colectiva: intervención comunitaria en procesos de paz en sociedades posconflicto." Este estudio contiene los resultados de intervenciones en cuatro sociedades en posconflicto: Brasil, Colombia, España y Gaza. Destaca las condiciones necesarias para avanzar en la cultura de paz, centrándose en dar voz a las víctimas para generar actitudes favorables al perdón y la reconciliación social, produciendo cambios interpersonales y grupales hacia la empatía y actitudes favorables a la paz y la reconciliación social. La siguiente propuesta está firmada por Ubillos, González Castro, Puente, Arias, Oliveros y Gracia, con el título "Construyendo puentes entre académicos y profesionales en una crisis prolongada: mujeres en Colombia y Venezuela." Las autoras presentan dos estudios sobre mujeres víctimas de violencia de género y guerra en Colombia y, en un contexto de crisis política, económica y de violencia, en Venezuela. Este trabajo propone una visión original y altamente sugerente para integrar el conocimiento producido en la investigación académica con las necesidades y aportes planteados por los profesionales de campo en los programas de intervención psicosocial. El propósito de las intervenciones fue mejorar la adaptación de las mujeres a situaciones de violencia y trauma, y proponer intervenciones enfocadas a las necesidades detectadas por los profesionales de campo y participantes. El siguiente trabajo, "Violencia y acciones colectivas en Brasil: reflexiones para la intervención psicosocial" (Techio, Torres e Sousa), analiza las actitudes de los estudiantes universitarios hacia las movilizaciones sociales en Brasil en respuesta a las crecientes desigualdades sociales y la violencia institucional. Los resultados indican la existencia de rechazo al uso de la fuerza policial contra los participantes de una manifestación política, y su discusión busca ampliar la noción de violencia institucional, sus significados, los factores generadores y las formas de afrontamiento.

El último estudio, "Resiliencia comunitaria y crecimiento postraumático en desastres naturales y trauma colectivo" (Alzugaray y Włodarczyk), realizado en Chile y Argentina (N = 1075), aborda las intervenciones comunitarias en situaciones de desastres naturales y violencia colectiva que sufren algunos países. crónicamente. Los resultados de este estudio indican que de las experiencias traumáticas colectivas surge la fuerza de la comunidad, que se manifiesta en una creciente resiliencia comunitaria y un sentido de colectivismo. Los trabajos de este cuarto bloque enfatizan las consecuencias negativas de la violencia colectiva, pero, al mismo tiempo, resaltan la resiliencia de las comunidades y víctimas cuando se crean espacios colectivos de resiliencia e intervenciones comunitarias sostenibles.

En suma, este monográfico reúne problemáticas y desafíos para colectivos que sufren especialmente situaciones de exclusión, vulnerabilidad y desigualdad social, los cuales se agruparon en cuatro bloques: Mujeres y minorías, Migrantes, Menores y adolescentes, Sociedades afectadas por la violencia y Desastres colectivos. Los trabajos incluyen varios métodos y diseños cualitativos, cuantitativos, longitudinales y transversales, estudios de intervención en grupos especiales y revisiones teóricas y empíricas. Cada uno de los artículos concluye con reflexiones y propuestas para el diseño de intervenciones basadas en evidencia, con foco en la comunidad y las necesidades detectadas de los grupos expuestos. Todos ellos buscan promover la Resiliencia Comunitaria e Individual, además de una Cultura de Paz con Memorias Inclusivas que den voz a las víctimas. Esperamos que este trabajo sirva para inspirar a todos los profesionales comprometidos con el trabajo comunitario ante los retos de la lucha contra la exclusión social, que son retos eminentemente colectivos.

Los autores

Sonia G. Padoan-Moura

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV / EHU),
Donostia / San Sebastián, España.

Investigador Doctor, Departamento de Psicología
Social, Universidad del País Vasco (UPV / EHU),
Donostia / San Sebastián, España.

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6289-647X>;

ID WOS: P-6930-2018

E-mail: soniageni.ribeiro@ehu.eus

Nekane Basabe Barañano

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV / EHU),
Donostia / San Sebastián, España

Profesora Catedrática, Departamento de Psicología
Social, Universidad del País Vasco (UPV/EHU),
Donostia / San Sebastián, España.

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4753-4299>;

ID WOS: D-3918-2011

E-mail: nekane.basabe@ehu.es

Darío Paez Rovira

Doctor en Psicología por la Universidad de Lovaina, Bélgica.

Profesor Catedrático de Psicología Social, Director de
Grupo Consolidado CCE

Universidad del País Vasco/Euskal Herriko
Universitatea (UPV / EHU), Donostia-San Sebastián,
España

ID ORCID: 0000-0002-8459-6037

E-mail: dariopaez@hotmail.fr

Mulheres e minorías

Women and minorities

Mujeres y minorías

Grupos de mujeres y ocio como herramientas de integración social con inmigrantes Latinoamericanas

Itziar Alonso-Arbiol

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

Profesora de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

ID. ORCID: [0000-0002-4638-085X](https://orcid.org/0000-0002-4638-085X)

E-mail: itziar.alonso@ehu.eus

Magdalena Bobowik

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

Investigadora postdoctoral de la Universidad Pompeu Fabra, Barcelona, España.

ID. ORCID: [0000-0002-2341-0665](https://orcid.org/0000-0002-2341-0665)

E-mail: magdalena.bobowik@upf.edu

Submetido em: 15/05/2020. Aprobado em: 06/08/2020. Publicado em: 13/01/2021

RESUMEN

Las instituciones y/o ONG orientadas específicamente a las necesidades de la población inmigrante proporcionan un sustento primordial para la inclusión social de este colectivo. Las actividades de ocio que organizan los grupos de mujeres locales pudieran constituir una herramienta válida para la inclusión social de las mujeres inmigrantes. En este estudio se exploraron las percepciones con respecto a las Casas de las Mujeres y los grupos de mujeres no mixtos de ocio activo de algunas mujeres inmigrantes. El objetivo consistió en comprender qué elementos habían podido contribuir a una mejor adaptación cultural en el País Vasco (región de España), a apuntalar su empoderamiento, así como a un incremento en su bienestar. Se entrevistó a siete mujeres inmigrantes procedentes de varios países de Latinoamérica participantes en actividades de grupos de mujeres. Se utilizó una metodología cualitativa con una estrategia de análisis de contenido que incluía triangulación de dos expertas. Los testimonios aportados por las entrevistadas sugieren que el ocio en grupos de mujeres emerge como una herramienta de intervención social, donde las actividades facilitan la inclusión social, fomentan el bienestar de las mujeres, y donde el componente relacional es clave y definitorio de este ocio. La Casa de las Mujeres y los grupos de mujeres pueden suponer una herramienta de intervención social de empoderamiento y participación de mujeres inmigrantes latinas, si bien algunos grupos feministas se perciben como poco inclusivos. Los resultados del análisis se conectan con recomendaciones aplicadas para la inclusión social en grupos de mujeres.

Palabras clave: Empoderamiento. Grupos de Mujeres. Metodología Cualitativa. Inmigrantes latinas. Ocio.

Grupos de mulheres e lazer como ferramentas para a integração social com imigrantes Latino-americanos

RESUMO

As instituições e/ou ONGs especificamente orientadas para as necessidades da população imigrante fornecem um apoio fundamental para a inclusão social deste grupo. As atividades de lazer organizadas por grupos locais de mulheres poderiam ser uma ferramenta válida para a inclusão social das mulheres imigrantes. Este estudo explorou as percepções de algumas mulheres imigrantes em relação as Casas de Mulheres e grupos não mistos de lazer ativo. O objetivo era compreender que elementos tinham sido capazes de contribuir para uma melhor adaptação cultural no País Basco (região da Espanha), para apoiar seu empoderamento, bem como para um aumento de seu bem-estar. Foram entrevistadas sete mulheres imigrantes de vários países da América Latina que participaram de atividades de grupo de mulheres. Foi utilizada uma metodologia qualitativa, e com estratégia de análise de conteúdo incluiu-se a triangulação por dois especialistas. Os testemunhos fornecidos pelas mulheres entrevistadas sugerem que o tempo livre em grupos de mulheres emerge como uma ferramenta de intervenção social, onde as atividades facilitam a inclusão social, promovem o bem-estar das mulheres e onde o componente relacional é fundamental e definidor desse tempo livre. A Casa da Mulher e os grupos de mulheres podem ser uma ferramenta de intervenção social de empoderamento e participação das mulheres imigrantes latinas, embora alguns grupos feministas sejam percebidos como não muito inclusivos. Os resultados da análise estão ligados às recomendações aplicadas para a inclusão social em grupos de mulheres.

Palavras-chave: *Empoderamento. Grupos de mulheres. Metodologia qualitativa. Imigrantes latinas. Lazer.*

Women groups and leisure as tools for social integration of Latin American immigrants

ABSTRACT

Institutional offices and NGOs specifically oriented to immigrant population provide main resources to facilitate their social inclusion. Leisure activities organized by local women groups may equally serve as valid tool for immigrant women's social inclusion. In the present study some immigrant women's perceptions were explored regarding Women's House and groups composed exclusively by women. The aim was to understand which elements might have contributed to a more successful cultural adaptation to the Basque Country (Spain), to their empowerment, and to an increase of their wellbeing. Seven immigrant women from several Latin-American countries who had participated in women's groups activities were interviewed. A qualitative methodology was employed. Content analysis and triangulation were carried out by two researchers. Interviewees' testimonies suggest that leisure in women's groups could be a social intervention tool, where activities facilitate social inclusion, foster women's wellbeing, and where the relational aspect is a key element and central to the leisure concept. Women's House and women's-only groups may become a tool of social intervention for Latina immigrant women's participation and empowerment; however, some feminist groups are perceived as not very inclusive. The results of the analysis are followed by applied recommendations for social inclusion in women's groups.

Keywords: *Empowerment. Women Groups. Qualitative Methods. Latina Immigrants. Leisure.*

INTRODUCCIÓN

MUJERES INMIGRANTES, OCIO, INTEGRACIÓN SOCIAL Y SALUD

Las poblaciones minoritarias, como son las personas inmigrantes, corren un riesgo particular de exclusión social. En el contexto español, los datos cualitativos sugieren que las personas extranjeras se sienten discriminadas en su comunidad y en su vida laboral, experimentan condiciones laborales precarias y dificultades para acceder a otros tipos de trabajo y también identifican barreras estructurales políticas y legales relacionadas con las instituciones sociales (AGUDELO-SUÁREZ *et al.*, 2009). Estas experiencias de exclusión y rechazo social pueden tener serias implicaciones negativas para el bienestar y la salud de esas personas (para una revisión, ver los metaanálisis: PASCOE; SMART-RICHMAN, 2009; SCHMITT *et al.*, 2014), y los estudios han demostrado que las personas inmigrantes tienden a distanciarse del grupo mayoritario como reacción a la discriminación étnica percibida (BERRY *et al.*, 2006; JASINSKAJA-LAHTI; LIEBKIND; SOLHEIM, 2009; WILEY *et al.*, 2013). Los efectos nocivos de la discriminación para la salud física y mental también se han corroborado en el contexto de inmigración al País Vasco, siendo además las mujeres inmigrantes quienes muestran peor salud física y mental comparado con los hombres (SEVILLANO *et al.*, 2014), al igual que ya se observase también en otros contextos geográficos —p.ej., Canadá (MEADOWS; THURSTON; MELTON, 2001).

Asimismo, la recepción e integración de los inmigrantes en una nueva comunidad es crucial para el bienestar y el empoderamiento de la población extranjera (BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2015), incluidas las mujeres. Sin embargo, a pesar de las crecientes oportunidades para el encuentro intercultural, la segregación de las comunidades de personas inmigrantes persiste como un desafío en las sociedades contemporáneas (STOLL; WONG, 2007).

En este contexto, el ocio en su amplio sentido (todo lo que está fuera de los ámbitos productivo — actividad laboral remunerada— y reproductivo— esfera de cuidados—) puede ser uno de los factores clave para estimular la participación social de las mujeres inmigrantes y su integración social (HENDERSON; GIBSON, 2013). Amplia evidencia empírica ha demostrado la relevancia del ocio para el bienestar (ver MANSFIELD; DAYKIN; KAY, 2020). Para las personas inmigrantes, la participación en actividades recreativas o grupos organizados puede ser facilitadora de la integración social y del contacto con los miembros de la cultura de acogida (KIM, 2012; ZHANG; ZHOU; STODOLSKA, 2018), como también mejorar su bienestar psicológico (DANE *et al.*, 2020). Hay evidencia empírica que muestra que en particular la participación en las actividades de ocio interculturales mejora el ajuste psicológico de las personas inmigrantes además de aumentar su percepción de empoderamiento colectivo (ZUMETA *et al.*, *en prensa*). Es decir, esta participación tiene un objetivo de no solamente promover relaciones interculturales armoniosas entre las personas inmigrantes y las autóctonas, sino también - a través del empoderamiento de los miembros de los grupos minoritarios - de transformar colectivamente los patrones de comportamiento predominantes y el statu quo (por ejemplo, la desigualdad) en la sociedad receptora (DIXON *et al.*, 2010). Estudiar e incidir en la importancia de crear estructuras de participación social entre las personas inmigrantes, y las mujeres inmigrantes en particular, es fundamental porque en muchos contextos de acogida la estructura sociopolítica preexistente no favorece que las personas inmigrantes participen plenamente en la sociedad (BOURHIS *et al.*, 1997) y las oportunidades para fomentar relaciones de calidad con las personas autóctonas son limitadas (KIM, 2012). Sin embargo, hay una notable escasez de literatura y evidencia empírica sobre las experiencias de participación social de las mujeres extranjeras en los grupos de mujeres o los grupos de ocio no mixtos.

Las actividades recreativas proporcionan un contexto en el cual las mujeres inmigrantes pueden desarrollar relaciones cercanas con las mujeres autóctonas porque crean condiciones óptimas para en contacto positivo (KIM, 2012). Es en ese entorno donde las personas se ven involucradas en la misma actividad y donde pueden compartir los objetivos e intereses, independientemente de la etnia, el estatus socioeconómico, la formación académica, la cultura, u otras características.

En este sentido, desde hace años en el País Vasco, em las Escuelas de Empoderamiento, y más recientemente desde las Casas de las Mujeres (en conexión con las instituciones locales: área de igualdad de ayuntamientos y diputaciones), se ha venido realizando una importante labor de concienciación en torno a la reivindicación de la igualdad entre hombres y mujeres. En concreto, entre otros aspectos, se ha trabajado para que las propias mujeres conciban el ocio como un elemento significativo de su esfera vital que puede incrementar su bienestar y calidad de vida (BALTAR *et al.*, 2007). Si bien el ocio en mujeres y sus efectos beneficiosos para la salud y el bienestar ha ido permeando progresivamente en la investigación, el acento en poblaciones culturalmente diversas, y en concreto en mujeres inmigrantes, han sido elementos descuidados en la literatura hasta principios del siglo XXI (HENDERSON; GIBSON, 2013). Estas autoras señalan en su revisión que solamente en la pasada década empieza a emerger una incipiente y prometedora línea que considera el posible carácter empoderador y de inclusión social del ocio en las mujeres. No obstante, los mecanismos a través de los cuales se contribuye a ese empoderamiento e inclusión social de mujeres inmigrantes desde iniciativas semi-institucionales y grupos informales de ocio en mujeres ha sido escasamente examinado hasta la fecha.

El objetivo del presente estudio es, por tanto, explorar las percepciones de varias mujeres inmigrantes latinoamericanas con respecto a las Casas de las Mujeres y grupos de mujeres de ocio como posibles herramientas que puedan contribuir a su exitosa adaptación cultural, bienestar y empoderamiento. Ello se llevará a cabo desde un abordaje cualitativo y atendiendo a las narrativas de las propias mujeres que han participado de alguna manera en los grupos y actividades propuestas o derivadas desde dichas Casas de las Mujeres y/o en un grupo ciclista de ocio exclusivamente para mujeres. El área geográfica seleccionada representa la zona (continente) mayoritaria de flujo migratorio hacia el País Vasco. El 51,1% de la población inmigrante en el País Vasco procede de países latinoamericanos, de cuyo porcentaje la población femenina es mayoritaria (un 61,3% del total de inmigrantes latinoamericanos). Asimismo, en comparación con el total de mujeres inmigrantes, el 59,8 % procede de este continente/área geográfica (IKUSPEGI-OBSERVATORIO VASCO DE INMIGRACIÓN, 2020).

GRUPOS DE MUJERES INSTITUCIONALES Y SOCIALES

En diversas poblaciones del País Vasco (norte de España) existen actualmente las denominadas Casas de las Mujeres. Se autodefinen como espacios donde se materializa una reivindicación histórica del movimiento feminista de las asociaciones de mujeres para construir un espacio común, abierto y amplio donde poder trabajar para cambiar la sociedad actual. Históricamente el feminismo vasco, de manera similar al británico, se centró en las décadas de los 70 y los 80 del siglo pasado en la autoorganización local y en la puesta en marcha de servicios públicos (centros de planificación familiar, de información, etc.), así como en desarrollar experiencias gestionadas por las propias mujeres. En su devenir, en las Casas de las Mujeres actualmente confluyen las asociaciones de mujeres, los servicios institucionales de igualdad (entre mujeres y hombres) y las escuelas de empoderamiento, y pueden tildarse de referentes en diversos municipios vascos (ESTEBAN, 2014).

Una de las primeras en constituirse fue la Casa de las Mujeres de la ciudad de Donostia-San Sebastián, cuya estructura y modelo de gestión pionero ha servido y sirve de referente para otras que se han ido gestando en diversas regiones y ciudades de España. Es un modelo que se basa en la participación y la corresponsabilidad de las mujeres y las asociaciones que habitan la Casa, sostenido por tres agentes; dos de estos agentes son institucionales —el Ayuntamiento a través del Área de Igualdad (municipal), y la Diputación Foral de Gipuzkoa (provincial)—, siendo el tercero la propia asociación ‘Casa de las Mujeres’, de carácter voluntario y popular. Mientras que en las instituciones recae todo lo referido a la cesión de espacios y a la financiación de actividades, la asociación da vida al proyecto a través de todas las integrantes que se quieran sumar y desarrollar acciones y proyectos. Así, el objetivo final de la Casa de las Mujeres sería impulsar procesos de empoderamiento individuales en primera instancia, que culminen también en otros procesos de empoderamiento de tipo colectivo para reforzar la capacidad de agencia de las mujeres y su participación activa en la toma de decisiones que implica la gestión del espacio.

El concepto de empoderamiento se importa de las Américas latina y estadounidense en poblaciones marginadas no relacionadas con el género, pero se adaptó rápidamente al ámbito de las mujeres (ESTEBAN, 2014). Va más allá de una definición legal, cultural o ideológica, integrando también procesos psicológicos y sociopolíticos (DE LEÓN, 1997). El empoderamiento supone dotarse de la capacidad que permita a cada persona hacer elecciones vitales estratégicas que previamente se le habían negado, lo cual, aplicado a las mujeres, supone redefinirse para materializar lo deseado en situaciones en las que existían restricciones con respecto a lo que los hombres pueden y se atreven a hacer (VÁZQUEZ, 2009). Estos procesos de empoderamiento se materializan en las Casas de las Mujeres a través de sus actividades.

Esto es así porque, además de contar con un espacio físico, cada “casa” —de la gran familia de mujeres— implica también un espacio simbólico (pero al mismo tiempo real), donde tienen lugar experiencias continuas de reflexión, acción, insubordinación y producción de pensamiento. A su vez, estas experiencias se plasman en el día a día en actividades de diverso tipo. Uno de los pilares lo constituye la atención y asistencia instrumental ofertada de manera gratuita a cualquier mujer que lo solicite (aunque fundamentalmente pensando en aquellas sin recursos), entre las que se encuentran: asesoría jurídica e intervención social, apoyo e intervención psicológica, información sobre convalidación de estudios, información y asesoría sexual, asesoramiento social, etc. Asimismo, se llevan a cabo cursos y seminarios de carácter formativo básico y actividades de ocio de diversa tipología, en torno a un objetivo de empoderamiento individual (pero también colectivo) en un entorno de mujeres y para mujeres.

GRUPOS DE MUJERES Y ACTIVIDADES DE OCIO NO MIXTAS

Dentro del seno del movimiento feminista vasco, otro elemento fundamental lo ha constituido la organización y desarrollo de grupos más o menos reglados, así como la práctica de actividades en agrupaciones con participación exclusiva de mujeres (ZABALA, 2008). Es lo que se ha denominado el contexto no mixto, es decir, sin mezcla de géneros. Desde sus inicios, el objetivo fundamental de este formato organizativo radicaba en facilitar la inserción y participación de muchas mujeres en un espacio favorecedor del debate, la acción o incluso la confidencia; dichas mujeres de otra manera no se sentirían cómodas para hacerlo. Este modelo no ha estado y sigue exento de polémicas porque, incluso desde posicionamientos de grupos mixtos favorecedores del empoderamiento de las mujeres, no se comparte ese punto de vista. En gran medida esto puede atribuirse al paralelismo de la esencia de los grupos no mixtos de mujeres con los grupos de hombres mantenedores del *statu quo* de supremacía (p.ej., sociedades gastronómicas o fiestas populares).

No obstante, subrayaba Zabala que dicho objetivo se enmarcaba en un planteamiento táctico y coyuntural de construir un sujeto colectivo con identidad propia. Este sujeto colectivo, a su vez, si bien en sus inicios provocó un resultado identitario excesivo del sujeto “mujer”, desde la década de los noventa se corrigió en base al concepto de diversidad, pasando a hablar de “mujeres” en lugar de “la mujer”. De esta manera, y recogiendo las reivindicaciones del movimiento multicultural, se comienza a incluir a muchas mujeres diferentes. Así, se visibiliza la realidad de muchas mujeres inmigrantes, cuyas necesidades específicas para su integración psicosocial suelen ser diferentes, a la luz de los datos obtenidos en un proyecto de ocio educativo con mujeres latinoamericanas en el País Vasco (SETIÉN; LÓPEZ, 2002), en la misma dirección de lo observado en mujeres latinoamericanas inmigrantes en Canadá (RUBLEE; SHAW, 1991).

No obstante, los grupos de mujeres hoy en día existen y pueden darse fuera de un contexto no necesariamente feminista. Así, sin ser un objetivo en sí mismo, la interacción entre las mujeres puede llevar también a una transformación de las relaciones de género. Es algo que observó Bachmann (2014) en un estudio en el que entrevistó a varias mujeres jóvenes: las amistades entre mujeres —que no se definían como feministas— proporcionaban un espacio donde encontraban un resquicio en el que no entraban en juego las relaciones con los hombres, eran más conscientes de las relaciones de género, tomaban partido para una mayor emancipación y acababan recibiendo apoyo mutuo por los cambios que llevaban a cabo.

En determinados contextos de ocio se han popularizado grupos de mujeres en torno a una afición común para facilitar su desarrollo en un ambiente relajado. El deporte de ocio (también denominado deporte-salud en contraposición al deporte competitivo) es uno de esos ejemplos. Así, para llevar a cabo una actividad que no exija una destreza o unos horarios limitantes, han surgido grupos de mujeres que realizan una actividad física moderada y con un componente saludable y social.

Por ejemplo, con respecto al ciclismo y en base a la desproporción de género existente, una asociación británica de ciclismo se propuso en 2013 el reto de lograr que un millón de mujeres anduviese en bicicleta en el año 2020, para lo que se inició un programa (*Breeze*) de salidas en bicicleta para mujeres organizadas de manera esporádica y espontánea por un número creciente de mujeres voluntarias (más de 850 en todo el país). El movimiento registró una progresión exponencial, donde se subrayaba el fin de juntar mujeres en grupos que ciclasen juntas mientras se divertían en un ambiente amistoso, saludable y no competitivo (BRITISH CYCLING, 2020). En España en 2018 se adoptó una iniciativa similar —*Women in Bike*—, la cual cuenta actualmente con casi 100 mujeres voluntarias para generar salidas no competitivas de grupos de mujeres en bicicleta con el mismo objetivo de promoción del disfrute y del compañerismo (REAL FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE CICLISMO, 2020). Al margen de estas iniciativas nacionales, también existen más de 100 grupos locales de mujeres que se reúnen para andar en bicicleta en diversos países de habla latina —por ejemplo, en España (Erreboltak, MTB Andreak, EllaBikes, Bielaz Salvajes, Cicloguerreras Cádiz, Bizikume, Mujeres en Bici...); en Brasil (Pedainas, Saia de Bike, As Panteras de Pedal Itaquera, Meninas Ao Vento, Meninas no Pedal...), o en Colombia (Curvas en Bici, Rueda Como Niña, Paradas en los Pedales, Nosotras Pedaleamos, Bike Girls...)—, algunos de los cuales incluso se autodefinen como herramientas de empoderamiento, cambio y libertad para las mujeres.

La participación de mujeres en actividades de las Casas de las Mujeres y/o en grupos de ocio no mixtos podría plantearse como una fuente de bienestar psicológico, ya que es susceptible de generar empoderamiento psicológico individual, y este se ha asociado a bienestar psicológico (*p.ej.*, FIELDING; LEPINE, 2017; GARCÍA-GUADILLA, 1995); cuando las personas tienen control sobre lo que está sucediendo en sus vidas, su salud y bienestar mejora (LEDWITH, 2011).

Yendo un paso más allá, se plantea que la participación de mujeres inmigrantes latinoamericanas pueda suponer también una herramienta de integración social en la sociedad vasca, en base a las reivindicaciones del movimiento multicultural feminista vasco y el subrayado de la diversidad de mujeres, especialmente de las mujeres inmigrantes. Este último aspecto no se ha examinado, particularmente atendiendo a una visión de acercamiento y comprensión a la realidad de dicha diversidad, en lugar de describirla de manera objetivable. Una aproximación al relato en primera persona de algunas mujeres inmigrantes, por tanto, puede aportar un primer punto de partida para el análisis de dicha cuestión.

IMPLICACIONES DE PARTICIPACIÓN EN GRUPOS

Las relaciones sociales son de gran relevancia para el funcionamiento saludable de una sociedad (para una revisión, ver BERKMAN *et al.*, 2000). Participar en e identificarse con grupos sociales es una forma eficaz de lidiar con las dificultades de la vida (HASLAM *et al.*, 2009; JETTEN; HASLAM; HASLAM, 2012). Ante la adversidad, como puede ser el proceso de inmigración a un contexto cultural desconocido y frecuentemente distante, las identidades sociales que surgen como resultado de la participación social, pueden proporcionar a las personas recursos psicológicos para enfrentarse a los desafíos vitales (HASLAM; REICHER, 2006).

En el contexto de la inmigración, se ha diferenciado entre las redes de apoyo social étnicas y de acogida (ver JASINSKAJA-LAHTI *et al.*, 2006). La investigación sugiere que el bienestar y la salud de las personas inmigrantes puede verse reforzados tanto por la participación en las redes co-étnicas (BIRMAN; TRICKETT; VINOKUROV, 2002; BOBOWIK *et al.*, 2017), incluidas también las redes en el extranjero (GONZÁLEZ-CASTRO; UBILLOS, 2011; JASINSKAJA-LAHTI *et al.*, 2006) y las redes de apoyo de la comunidad de acogida (BOBOWIK *et al.*, 2017; JASINSKAJA-LAHTI *et al.*, 2006).

El papel de redes de apoyo coétnicas e interétnicas se ha visto confirmado también entre las mujeres inmigrantes en España (DOMINGUEZ-FUENTES; HOMBRADOS-MENDIETA, 2012; MARTÍNEZ GARCÍA; GARCÍA RAMÍREZ; MAYA JARIEGO, 2002). La literatura sobre el contacto intercultural corrobora que las relaciones con los miembros de los grupos mayoritarios (como la sociedad de acogida en el caso de las personas inmigrantes) mejoran el bienestar psicológico y la salud (por ejemplo, BAGCI; TURNUKLU; BEKMEZCI, 2018; BAGCI; TURNUKLU, 2019), como también promueven relaciones interculturales más armoniosas (GONZÁLEZ; SIRLOPÚ; KESSLER, 2010; HAYWARD *et al.*, 2017).

Las identidades sociales como fuente del bienestar pueden verse reforzadas también a través de participación en grupos, como los grupos de las mujeres o no mixtos. Estos grupos pueden ayudar a reforzar el sentimiento de comunidad y cercanía a los demás, y asimismo hacer que las mujeres inmigrantes se sientan apoyadas y valoradas. En esta línea, los estudios han indicado que sentir discriminación por género refuerza la identificación con la identidad social de la mujer y así refuerza el bienestar psicológico entre las mujeres (SCHMITT *et al.*, 2002). De igual manera, aunque la literatura sugiere que la adaptación exitosa a un nuevo contexto cultural requiere la participación en las dinámicas del grupo mayoritario (SAM; BERRY, 2006), los estudios de aculturación no han tenido suficientemente en cuenta el peso de género en estos procesos. Es posible que la identidad de género, como una identidad común, permita a las mujeres inmigrantes conectar mejor con la sociedad acogida a través de las relaciones con las mujeres autóctonas.

OBJETIVO DEL ESTUDIO

El presente estudio se plantea con el objetivo de realizar un análisis de comprensión de las percepciones y reflexiones de algunas mujeres inmigrantes latinoamericanas con relación a las Casas de las Mujeres y agrupaciones de mujeres de ocio no mixto en las que han participado. A partir de ello, se iniciaría el proceso de valoración de la posibilidad de que participar en esos contextos no mixtos pueda constituirse en una herramienta válida de integración social de algunas mujeres inmigrantes en la sociedad vasca. Conviene subrayar que la aproximación no es cuantitativa y la finalidad no es extraer conclusiones ni describir una situación, sino más bien hacer un esfuerzo de comprensión de las miradas que algunas mujeres inmigrantes latinoamericanas relatan para fortalecer la asistencia social de las actividades no mixtas vascas.

METODOLOGÍA

Se llevaron a cabo una serie de entrevistas en profundidad con siete mujeres extranjeras, cuyos países de procedencia (Venezuela, Colombia, Cuba, Argentina y El Salvador) se encuentran en los continentes de América Central y Sudamérica. Su idioma nativo era el castellano. Todas ellas habían participado en actividades, o bien de la Casa de las Mujeres de los municipios de Donostia y/o de Pasaia, o bien en el club ciclista de mujeres no mixto denominado 'Bizikume' (en cuatro casos habían participado en actividades de ambos colectivos). Una de las entrevistadoras, socia de la Casa de las Mujeres de Donostia y del club ciclista, solicitó la colaboración a tres mujeres que habían participado en actividades de ocio; el resto de las mujeres fueron invitadas a través del contacto de las primeras mujeres entrevistadas.

En la investigación participaron mujeres con edades comprendidas entre 26 y 43 años. Cuatro de ellas emigraron relativamente hace poco tiempo (entre un año y medio y tres años), mientras que otras tres llevaban fuera de su país entre 11 y 20 años.

Tres de ellas son de Venezuela, mientras las demás son de Colombia, Cuba, Argentina y El Salvador. Cuatro de ellas emigran con su pareja (en dos casos la pareja llega al país de destino unos meses antes o después de ellas), mientras que las otras tres emigran solas, aunque cuentan con la red de apoyo familiar. Las mujeres entrevistadas difieren en su profesión y/u ocupación actual, habiendo cambiado éste notablemente del país de origen al de destino, algunas tituladas superiores trabajando en puestos no cualificados tras la emigración.

Las entrevistas se llevaron a cabo en castellano por una de las investigadoras. Todas ellas fueron cara a cara y grabadas en audio en el mismo momento, con la excepción de una, que se realizó por medios telemáticos (también sin vídeo), efectuando (y proporcionando posteriormente) la grabación del testimonio la propia mujer entrevistada. La duración de estas osciló entre 33 y 84 minutos. Se realizó la transcripción *verbatim* para su posterior análisis.

ESTRATEGIA DE ANÁLISIS

El procedimiento de entrevista abierta en profundidad se eligió para la consecución del objetivo de esta investigación, es decir, para entender los tópicos que algunas latinoamericanas usuarias de Casas de las Mujeres y de grupos de mujeres no mixtos han revelado en torno a cuestiones de empoderamiento, bienestar y experiencias de adaptación y aculturación. Así, se plantea la comprensión del fenómeno de la participación en grupos de mujeres y la percepción de utilidad de las entrevistadas, atendiendo al contexto de llegada al nuevo país y adaptación, su visión y participación en las redes de apoyo, y las estrategias de afrontamiento desarrolladas por ellas ante las dificultades encontradas.

Para ello, el presente trabajo de investigación adopta una perspectiva metodológica cualitativa basada en una aproximación de análisis temático inductivo (BRAUN; CLARKE, 2006).

Desde este abordaje, se parte del contenido de las entrevistas sin hipótesis iniciales ni planteamientos previos para descubrir los temas que se deriven de lo explicitado, siguiendo varias fases de recodificación. Así, las investigadoras se acercan a la realidad que estudian sin testar una idea preconcebida que pueda invalidar el proceso de comprensión de los testimonios que emerjan de las entrevistas. También se empleó una estrategia de saturación teórica utilizada en la metodología de la Teoría Fundamentada o *Grounded Theory* (GLASER, 1992) para decidir cuándo el número de entrevistas alcanzaban un muestreo teórico con datos suficientes para comenzar a desarrollar una teoría sustantiva a partir de los mismos (HERNÁNDEZ CARRERA, 2014) o descubrir temas relacionados con el objetivo de estudio (BRAUN; CLARKE, 2006). Siguiendo este enfoque, en esta investigación, a partir de los datos de las entrevistas, se inició un proceso de análisis según una codificación teórica que incluyó fases de codificación abierta y axial por parte de dos investigadoras de manera independiente. Posteriormente, tras una triangulación de contenidos, la puesta en común derivó en una codificación selectiva.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

LA CASA DE LAS MUJERES: DE LO INSTRUMENTAL AL ESPACIO DE ACOGIDA EN LA DIVERSIDAD

Las entrevistas ponen de manifiesto que la Casa de las Mujeres se percibe como un espacio de acogida. Aunque en primera instancia se considera como una fuente de ayuda y apoyo instrumental o informativo (asesoría, deriva a los grupos, etc.), varias mujeres destacan la sensación de acogida y de recibir ayuda que han notado. Al relatar sus experiencias, en algunas mujeres aparecen expresiones de emociones positivas de trascendencia (i.e. gratitud).

Yo recomendaría siempre [...] que vayan a la Casa de las Mujeres y se entreguen a los cursos: a lo que hay y que se vaya dejando llevar y guiar. Porque con esas dos organizadoras que hay, con vocación con lo que hay, porque una es local y otra no... Y ahí están brindando la ayuda a todas. Ellas [*las organizadoras de la Casa de las Mujeres*] nos han regalado productos de la nutricionista donde va una de ellas, productos que les regalan a ellas que se van a vencer. O no sé si nos lo regalan o ellas nos los dan para ayudarnos con la comida (pensarán que nos hace falta comida...). Sabemos que podemos contar con ellas para conversar [...], nos dan consejos: “Anótense lo de la casa de protección de viviendas porque pueden obtener pisos con alquileres más reducidos”. Ellas nos han ayudado mucho (A., 30 años).

Ese recibimiento que yo tuve allí me encantó [...] porque vivir eso y contar la experiencia a personas que tú ni conoces [...] Y también notar y sentir que esas que estaban allí escuchaban lo que yo estaba diciendo muy atentas; fue muy bonito, fue muy bonito [...] Es que no tengo palabras porque es algo tan grande, tan gratificante, tan bonito, que se queda pequeño todo lo que estoy diciendo porque... fue muy maravilloso vivir eso (B., 30 años). También se valora la diversidad que se percibe en la Casa de las Mujeres, y se describe como un espacio donde se escucha, se acoge y se asegura confidencialidad.

En la Casa de las Mujeres muchas han ido y se les ha acogido. Ese es el aprendizaje, saber acoger a las mujeres [...] yo creo que se les acoge bien. Tú vas a un mostrador, les cuentas tu vida, y ella está ahí, es la que te deriva a este grupo: te deriva, te asesora un poco... Y yo que he estado tanto en grupos de inmigrantes como de violencias, sé que llegan esas mujeres a través de esas. [...] Yo creo que hay varias cosas: una para mí es la conciencia; para mí el espacio de la Casa de las Mujeres es muy diverso. Entonces, por lo menos, la cara, que es la que acoge, sí que tiene una conciencia de la realidad de las mujeres, tanto en mujeres vascas como en migrantes, como de todo tipo. Tiene esa capacidad de saber leer, y de saber absorber, y de saber acoger y tratar. (C., 29 años)

La Casa de las Mujeres es muy diverso. [...] La que acoge sí que tiene una conciencia de la realidad de las mujeres, tanto en mujeres vascas como en migrantes, como de todo tipo. Tiene esa capacidad de saber leer, y de saber absorber, y de saber acoger y tratar. [...] Esa conciencia de por qué estoy aquí, porque todas somos diversas, tenemos diferentes dificultades, hay que hacer que todas avancemos y mejoremos, no unas sí y otras no. Todas... esa conciencia real. [...] Yo creo que ese espacio de mujeres y de confidencialidad, luego de ahí han salido amistades (C., 29 años).

LOS ESPACIOS DE ENCUENTRO CON LAS MUJERES LOCALES

A través de actividades llevadas a cabo dentro de la Casa de las Mujeres han entrado en contacto con mujeres locales. Varias entrevistadas han percibido humanidad y una actitud empática de las mujeres locales hacia ellas. Se sienten valoradas al relatar sus experiencias personales y las de su cultura, así como los cambios y dificultades que experimentan en su adaptación cultural.

Como allí se cuentan todas las vivencias que uno trae... y sí, siempre han estado mujeres locales. Cuando ya escuchan eso [...], se siente mucho la empatía, se pone en ese lugar [...] Y lo dicen: “yo no he vivido eso, yo he ido a ciertos países de Latinoamérica a conocer, pero realmente no he visto la realidad; pero yo me imagino que todo eso que están pasando es tan duro que... ¿qué difícil nada más el venirse a un país que tú no conoces, que tú no tienes a nadie! Eso es poderoso, eso es de personas que son fuertes” (B., 30 años).

Hemos tenido contacto con personas de aquí y han sido muy positivas [...]. Las señoras vascas encantadas de comer nuestras comidas [...]. Ese día lo pasamos muy bien: por la comida, y porque las señoras mostraron mucho interés y preguntaban. Por mostrarles un poquito de lo nuestro y que entendieran que nos afecta tanto el frío por estar en el trópico, que la fruta no sabe igual acá, las pequeñas cosas que ellas decían: “sí, claro”, la variedad de platos que tú compartes y compartes cultura (A., 30 años).

Alguna entrevistada que lleva poco tiempo en el nuevo país también ha destacado la importancia de las muestras de solidaridad e inclusión de las mujeres locales. Aun sin haber recibido ella ninguna muestra directa de discriminación, sí tiene la sensación de no tener el mismo nivel de derechos que las personas nacidas aquí. Por ello, se valora que el nexo con las mujeres locales que surge en estas actividades proporciona una posibilidad de conocer la cultura local y una sensación de acogida.

Ana (bueno, la Casa de las Mujeres) también hace ese tipo de reuniones con chicas locales. Sí que he ido y súper interesante. Entonces percibo como esa humanidad, que te quieren acoger, es bueno también tener ese tipo de conversaciones, puedes conocer porque te interesa, porque quiere conocer más su cultura: “Ay, dime: ¿qué es típico aquí en el País Vasco?”, “Puedes ir a este sitio, que es muy buena la comida”. Es interesante (D., 26 años).

Entonces, ¿quién alguna vez se ha sentido rechazada? [...]. Y fue bonito porque al final de la actividad las mujeres nos abrazaron: “Aquí os aceptamos”, que no éramos rechazadas, que éramos bienvenidas al País Vasco. Fue muy emotivo porque no hemos sentido rechazo directo, igual nos sentimos que no pertenecemos [...]. Porque yo siento que no tengo el derecho porque yo siento que estoy prestada; pasarán años tal vez para que se me quite esa sensación (A., 30 años).

INTERVENCIÓN SOCIAL DE EMPODERAMIENTO Y PARTICIPACIÓN DE MUJERES INMIGRANTES LATINOAMERICANAS

La existencia de una dinamizadora latinoamericana en la Casa de las Mujeres, pero conocedora de las redes y recursos locales facilita la participación de las mujeres que llegan: “Ana es de El Salvador, y ella ya lleva 14 años”. Algunas mujeres señalan su disposición a una participación más activa en los grupos a los que se suman: “Yo como enfermera también puedo aportar” (D., 26 años), o “Me siento bien, me gusta participar, doy todo lo que puedo.

No llego al sitio y solo escuchar, sino que me gusta interactuar: que conozcan mi historia, que me hagan preguntas” (B., 30 años), señalan algunas entrevistadas.

Inicialmente, a alguna mujer le sorprende la existencia de un espacio solamente para mujeres. Una vez participan en las actividades, conectan con el espíritu de empoderamiento individual que les proporciona bienestar psicológico. Y más allá de recibir una ayuda muy tutelada, incluso reivindican ser dueñas de sus propias decisiones, gozando de la opción y capacidad de equivocarse.

Al primero que fuimos fue aquí a la Casa de la Mujer de Donosti. [...] Como vengo de una sociedad donde hay mucho machismo, donde no se ve mucho esto de grupos de mujeres, sino que siempre es mixto o las mujeres no tienen tiempo porque están con los hijos, porque están con los maridos, porque hay un sinnúmero de cosas que hacer..., entonces esos grupos no se llevan allá. Y si se llevan, pues hasta ahora, yo nunca me enteré. [...] Ese es el que más me ha impactado, me ha gustado (B., 30 años).

Se intenta escuchar, se intenta no aconsejar [...]. Se espera que todas seamos responsables y que todas cumplamos (C., 29 años).

Es normal que te tengan que guiar, pero yo creo que lo que te hace sentir mejor, cuando tú desconoces dónde estás, es tomarte tu tiempo, observar, y ya donde te sientes más cómoda. Porque a veces cuando te tutelan tanto, tampoco estás queriendo hacer; no tienes autonomía, estas siendo tutelada y tú tienes la capacidad para elegir. Es verdad que si vas con ciertos impulsos no vas a elegir bien; por eso se necesita tiempo. Y no sé, que la gente escuche a veces, sobre todo cuando llegamos (E., 43 años).

Una entrevistada que lleva varios años en el país, subraya su identificación como mujer inmigrante y cierta distancia percibida con las mujeres locales. Dentro de la diversidad, encuentra cierta similitud con mujeres de otras culturas porque todas ellas son ‘las de fuera’.

En ese sentido, señala la importancia de la existencia de grupos de mujeres exclusivamente inmigrantes y reivindica una identidad común y un espacio ante los posibles juicios de valor de las mujeres locales. Le parece que en espacios culturales mixtos puede resultar complicado hablar del racismo o sobre prejuicios.

Ahora mismo me siento más cómoda con mujeres inmigrantes, conecto más con ellas. Igual porque ahora estoy en ese punto, como de reflexión de mí misma: de dónde vengo, quién soy... Entonces yo me identifico como mujer inmigrante [...] A mí me encanta escucharlas y saber las experiencias de cada una: que una sea árabe, que la otra sea latina... O sea, esa diversidad, esa como que nosotras somos “las otras”. [...] Ahora se están haciendo [encuentros] y van mujeres vascas, no vascas..., y ahí ya se ven que las mujeres de aquí tiran puyas. [...] Se trabaja el racismo, pero siempre a la defensiva. [...] Depende de quién sea, igual no se sienten cómodas, y preferimos pues espacios que sean más cómodos [...] de poder comunicarse libremente sin sentirse juzgada. (C., 29 años)

En ese sentido, la misma entrevistada muestra cierto desencanto con el feminismo porque le parece que los grupos feministas en los que ha participado no son inclusivos. No percibe la permeabilidad con respecto a las mujeres racializadas.

Los veo en unos espacios, las jóvenes feministas, que no hay inmigrantes, o sea, depende en qué colectivos, no hay gente de fuera. Para mí es una reflexión de la gente [...], de cuestionarte a ver cómo te estás relacionando con los otros y con las otras [...]. Luego yo en el movimiento feminista estoy muy desencantada en general y por eso, ahora, inmigrantes, mujeres... yo sí, soy feminista como tal, pero... (C., 29 años).

EL OCIO COMO HERRAMIENTA DE INTERVENCIÓN SOCIAL

A través del ocio en grupos de mujeres no mixtos, realizando la actividad en contacto con mujeres de otras culturas, una mujer describe que encuentra la oportunidad para el respeto y la aceptación mutua. Se produce un acercamiento a otras culturas, tanto la de destino como la de las culturas de origen por parte de las mujeres locales.

Hay mucha receptividad en el grupo de las bicis, y en los demás [...] La experiencia de emigrar te va dando humildad, porque aprendemos a aceptar otras culturas, entender igual que nosotras pedimos que entiendan las nuestras. En esos grupos hemos ido respetando y acoplándonos a cada situación cultural de distintas mujeres (A., 30 años).

La Casa de las Mujeres es percibida como un importante espacio en la provisión de ocio, pero no únicamente por la actividad concreta que se va a realizar, sino también como una oportunidad para entablar nuevas amistades. Lo relacional se entiende como una parte de ese ocio buscado. Son actividades que facilitan la integración social, que fomentan el bienestar de las mujeres, y donde alguna entrevistada destaca la diversidad y la oportunidad de conocer otras iniciativas o asociaciones.

¿Hay alguna actividad? Bueno, vamos. Vamos a ver qué encontramos allí, vamos a ver qué, a quien conocemos, vamos a ver qué sale de ahí, de ahí hay un trampolín, que sé yo, sí, sí... Nos vamos, o sea tantas cosas que uno puede encontrar en una sola persona, imagínate tú en un grupo. (B., 30 años)

La Casa de Las Mujeres, (la conozco) por una amiga. Como me gusta el cine, me comentó que hacían cinefórum [...]. Y también he hecho algún taller. Y es un lugar que se ve tanta diversidad, que eso también ayuda, puedes llegar un poco perdida pero no tienes problema para inscribirte a un taller o a un curso y también te relacionas con gente muy diferente (E., 43 años).

Cuando llegamos empezamos a hacer enlaces o redes mediante la Casa de las Mujeres y por allí se nos abrieron muchísimas puertas. Comenzamos asistiendo a unos grupos que hacían conversatorio y también actividades de juego, socializar, y una cosa ha llevado a la otra. [...] Hemos conocido personas de distintos países y culturas, hemos hecho cursos en SOS Racismo, Bizilagunak creo que se llama, donde vamos a comer a casa de otras chicas, que una era de aquí, otra de Barcelona. Creo que la Casa de las Mujeres es un foco importante cuando llegábamos (A., 30 años).

Conseguir trabajo y la estabilidad laboral en primera instancia se constituye en el objetivo primordial, pero una vez resuelto este aspecto básico, aflora la necesidad de un ocio relacional que contribuya al bienestar psicológico, como afirma una de las entrevistadas: “Recuerdo que decía: bueno, vale, sí, estoy trabajando, que se supone que estoy bien, pero me faltaba eso: me faltaban los amigos, esa relación” (E., 43 años). Algunas entrevistadas reconocen una relativa mejor adaptación social y psicológica por venir acompañada de pareja o familiares, pero señalan el ocio como una estrategia para gestionar el estrés psicológico que ocasiona el proceso migratorio. Y señalan la importante labor que realizan las Casas de las Mujeres y los grupos de mujeres no mixtos en el soporte de apoyo social a través del ocio de tipo relacional.

Pero luego sin tener estos apoyos para gestionar ese estrés esos agobios psicológicos. Y luego también cómo evadir esos temas. El ocio o la red. Es decir, el tiempo libre, andar en bici. Yo tenía mi madre aquí, pero hay gente que viene sola. Facilitar ese ocio y redes (C., 29 años).

Salir y participar en todas las actividades, y te vas haciendo amistades, y luego te vas al teatro hasta que encuentres un grupo de amigos, porque me imagino que caen en depresión porque se vienen solas. Yo, porque me vine con mi pareja, pero otras se vienen solas-solas (A., 30 años).

Facilitar las redes [...]. Si una persona está mal, pues este grupo... o estas van en bici. Hay gente que les cuesta más, más si vienes en miedo. [...] Sí, creo que la Casa de las Mujeres es un referente ahora mismo (C., 29 años).

La participación en un grupo no mixto de mujeres (en este caso el club vasco de mujeres ciclistas Bizikume) les dota de una identidad grupal y de sensación de pertenencia que les reconforta. Afirman sentirse más integradas socialmente en un grupo donde, estando formado mayoritariamente por mujeres locales, se perciben en igualdad como una más dentro del grupo, sin barreras culturales. Transitando en el ocio desde realizar una actividad concreta a entablar una amistad que trasciende y permanece fuera de dicha actividad.

Y cuando he estado en Bizikume, pues genial: eres parte del grupo y estamos abiertas a que entre quien quiera. Siempre me han tratado muy bien, a pesar de que he ido pocas veces. Pero es eso, es como cuando eres miembro de algo (F., 33 años).

Mediante la Casa de las Mujeres conocimos Bizikume, el club de las bicicletas y mediante un correo nos dijeron que asistiéramos y ahora formamos parte de un club, y hemos ido un poco integrándonos socialmente. Hemos estado en contacto con las chicas de las bicis, y somos amigas ahora (A., 30 años).

Para un recorrido. Esa fue la primera parte que oí de Bizikume. Y al formar parte de un club, pues bueno, puedes conocer a personas. Me parece muy bien, porque conoces a gente. Te sorprendes porque que puedas sentirte bien con personas que no conoces porque estás haciendo una actividad, y bien (E., 43 años).

Una red más instrumental u ocasional puede presentar menos complejidad, pero varias mujeres entrevistadas refieren la necesidad de tener amigas verdaderas, con un componente de cuidado mutuo, y no simplemente conocidas. Encuentran en el ocio, fuera del contexto laboral, mayor oportunidad porque es más probable encontrar la afinidad.

A veces la afinidad reside en compartir intereses o aficiones comunes; otras veces se congenia fuera de una actividad compartida y en base a características individuales de personalidad. Varias mujeres destacan la calidad, no la cantidad, pero, en cualquier caso, ello implica haber tenido que relacionarse en varios contextos y con diferentes personas. En ese camino de búsqueda, ante la ausencia de redes de apoyo emocional y para evitar la soledad, aparecen varios encuentros con menos complicidad. Una entrevistada no le da importancia a la procedencia de la mujer con la que establece una amistad, y se mencionan amistades interétnicas y coétnicas.

Acá es más fácil hacer grupo cuando compartes algún tipo de afición. Por ejemplo, si te gusta la bicicleta, pues te reúnes con las Bizikumes; si te gusta el trekking, pues bueno buscas algún grupo así porque es más fácil compartir. Sí que es cierto que las veces que pude salir con Bizikume, la he pasado muy bien (F., 33 años).

A veces siento la necesidad de tener unas relaciones que sean como esta amiga que tengo... nos llamamos amigas, pero... creo que eso se crea con el tiempo y teniendo cosas afines, lo que vives [...]. Una de las amigas que tengo, la hice en Italia. [...] Cada una está utilizando otro idioma. Con esta chica hice muy buena relación. Lo que sea la procedencia no es un problema, es congeniar. Y el tener cosas afines (E., 43 años).

Y encontrar un grupo con los que sienta afinidad, porque no con todas vas a sentir afinidad (A., 30 años).

Al final tampoco puedes estar sola, y te invitan a una comida, a una quedada, a un paseo y dices: “Bueno, entre que voy a estar en mi casa más solo que Kung-Fu y juntarme con alguien a hablarme de algo que no...”. No sé, vas creando como una red que quizá no sea la red que te gustaría crear. Personas que más hubieses compartido cosas, pero bueno, es lo que tenés en este momento (G., 42 años).

El ámbito laboral se ha citado en las entrevistas como condición u oportunidad para socializar, siendo un lugar donde han podido surgir amistades. Al mismo tiempo, a otras mujeres el trabajo no le ha permitido crear relaciones estrechas; muy al contrario, la obligación de trabajar en horarios extendidos y complicados ha obstaculizado las posibilidades de disfrutar del ocio y de generar relaciones de amistad que contribuyan al bienestar. La priorización de la actividad económica para garantizar el sustento y poder cubrir las necesidades más básicas, precisamente se reconoce por parte de algunas entrevistadas como un impedimento para desarrollar redes de amistades.

Las amistades que tenemos son por mi marido, por su trabajo (D., 26 años).

En cuanto al grupo de amigas, pues bueno: no [...] Pues cuando estoy en la cocina trabajando, conversas con otras camareras, con otras cocineras... Pero no; como amigas, no (F., 33 años).

En cuanto a grupos de mujeres en los cuales participo, únicamente estoy en el club Bizikume. Realmente tampoco es que he podido tener una participación muy activa, pues cuando logré, digamos, o tomé la decisión de inscribirme como tal, pues empecé con este otro trabajo de cocina, lo cual me ha quitado mucho tiempo libre. Trabajo los fines de semana, día y noche, y en la semana pues prácticamente en la mañana siempre estoy con la limpieza [...]. Entonces realmente cuando tomé la decisión de entrar como tal, se me acabó el tiempo libre. Y antes, que tenía mucho más tiempo libre porque estaba, digamos, con menos trabajo, bueno, no estaba en el club y tampoco tenía mucho poder económico, para participar en muchas actividades. Cuando uno está llegando a un país, no siempre se tiene las posibilidades económicas de dedicarle mucho tiempo al ocio, o ver en qué grupo o en qué club se hace miembro. Pues mientras uno se estabiliza, pues realmente tiene la cabeza un poco liada con otras cosas, como buscar trabajo, etc.

[...] No sé si será un error que cometemos, pero bueno, a veces nos dejamos sofocar un poco y si no tenemos resuelto el tema laboral, nos cerramos un poco (F., 33 años).

Alguna mujer menciona las dificultades a las que se han enfrentado otras mujeres inmigrantes que no hablan castellano y que, por ello, dejan de participar en las actividades de ocio propuestas en la Casa de las Mujeres. En este sentido las latinoamericanas que hablan castellano pudieran tener una mejor adaptación porque muchas actividades tienen un claro componente social/relacional. Señalan las oportunidades de las que gozan por la compatibilidad idiomática. Alguna entrevistada afirma incluso que el idioma fue un criterio para elegir el país de destino, conociendo la experiencia de amistades y familiares que emigraron a otros países europeos donde se hablaba otra lengua distinta a la suya materna.

Las chicas que van al grupo son de distintos países. A algunas por el idioma se les dificulta un poco. Entonces... “Hablen inglés...”, y no todas saben inglés. Algunas estaban intentando aprender español y les hablamos despacio, pero era difícil. Ese tipo de chicas, pues son las que no fueron a los demás días, porque se sentían que no podían hablar en el grupo (D., 26 años).

Adaptarse a una nueva cultura, pero tampoco ha sido algo así muy cuesta arriba; obviamente hablar el mismo idioma facilita mucho. Esa fue otra de las razones que pesó en elegir España como destino (F., 33 años).

DIFICULTADES RELACIONALES DONDE NO LLEGAN LOS GRUPOS DE MUJERES

Un elemento que ha supuesto un choque cultural y que ha aparecido en bastantes entrevistas es la diferencia en la forma de expresarse de las mujeres (y hombres) locales. Narran la dureza, la firmeza, el tono fuerte con el que se dirigen a las personas.

Perciben un tono distante y una frialdad que implica una diferencia relacional en comparación con sus países de origen, y que al principio les inhibe en la interacción.

Yo creo que las personas latinas lo que más extrañamos en el País Vasco es la forma afectiva de vincularse con los demás. Acá en el norte tiene una forma de vínculo afectivo que no tenemos los latinos: es una forma de expresar el afecto diferente en el estar cotidiano, en los gestos de con el otro, la forma de saludarse es más fría, es más distante (G., 42 años).

De pronto la forma de ser. Tú llegas y en la cultura de nosotros, somos más pasivos como más tiernos, pero aquí de pronto te hablen como más fuerte pero no porque vayan a regañarte, sino porque hablan así, y a la final nos hemos acostumbrado a eso. Con las personas que llegan, se te dificulta porque hablan fuerte (D., 26 años).

Una cuestión bastante generalizada entre las entrevistadas es cierta dificultad que perciben para entrar en núcleos de amigos locales porque son grupos de amistades ('cuadrillas') muy cohesionados y con falta de permeabilidad. Quienes han superado la barrera cultural relacional y han conseguido entrar en cuadrillas se sienten muy agraciadas porque les supone un apoyo instrumental y emocional muy importante. Ven una diferencia entre la parte instrumental o incluso las actividades lúdicas que proporcionan la Casa de las Mujeres o los grupos de mujeres no mixtos, y la adaptación exitosa que supone llegar a formar un grupo de amistades con un vínculo más estrecho. En el caso de mujeres que llevan más tiempo en el país, admiten tener un círculo de amistades con otros extranjeros, de origen muy diverso: de varios géneros e interétnico.

No hemos tenido oportunidad de pertenecer a grupos, cuadrillas que llaman aquí, pues tampoco. Porque son desde muy pequeños, y cosas que nos cuentan los compañeros de trabajo de mi marido. Pero sí se nos ha hecho difícil entablar ese tipo de amistad (D., 26 años).

“Ya, va. ¿Por qué no tenemos amigos?”, decíamos. Tenemos que buscar qué hacer... uno asiste a los grupos de la Casa de las Mujeres que realizan, pero ya, ¿va? Tú ahí te desahogas y tú ahí conoces a personas, pero es que es muy distinto a crear un vínculo allí porque no; porque, o sea, son personas también que están como nosotras, ¿sabes? Entonces, es que era difícil entrar a una cuadrilla. Hemos podido entrar a dos cuadrillas, cosa que ha sido difícil para otras extranjeras aquí. A personas que tienen años aquí y no tienen, o sea, que es difícil. [...] Porque quizás la persona de aquí su cultura es como más cerrada en eso (B., 30 años).

Acá el tema de la cuadrilla es complejo, no es fácil entrar en una cuadrilla. Mi cuadrilla son todos de fuera, no hay nadie de acá. A mí hasta ahora nadie me ha invitado a participar en una cuadrilla, nadie de ninguna parte. De cuadrillas de vascos nunca (G., 42 años).

Finalmente, varias entrevistadas reconocen que en momentos en que les surgen dificultades de tipo emocional, las redes transnacionales con la gente del país de origen (tanto en el propio país como en otros a los que hayan emigrado) suponen un soporte social importante al que acudir. Alguna mujer también señala el valor de las amistades coétnicas a distancia por la familiaridad de los elementos culturales compartidos.

Ya cuando he tenido algún tema más personal, pues nada. Ya allí termino recurriendo a mis amigos de Venezuela, que estén en Venezuela, que estén por todo el mundo, sea por llamadas, por WhatsApp, por Skype, por lo que sea (F., 33 años).

Yo utilizo Facebook para contactar con las amistades [...]. Y así me contactó alguien de Cuba que vivía en Gipuzkoa. Y durante unos meses sí que compartí con ellos durante un tiempo. Me sentí muy bien. Era un poco sentirme en casa. Porque simplemente el deje sea diferente, eso ya me hacía bien, ¿no?, por la forma de hablar. Por una palabrita que ya conozco. ¿Te acuerdas? Ya los chistes habituales (E., 43 años).

DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

El trabajo aquí descrito presenta unos resultados preliminares de un estudio realizado con mujeres inmigrantes Latinoamericanas donde se han explorado sus percepciones con respecto a las Casas de las Mujeres y los grupos de mujeres no mixtos de ocio activo. El objetivo era comprender qué elementos relatan ellas que hayan podido contribuir a una mejor adaptación cultural en el País Vasco, a apuntalar su empoderamiento, así como a un incremento en su bienestar.

El propio término ‘ocio’, o a veces el término asociado ‘tiempo libre’, —de su adaptación del inglés *leisure*— en sus inicios se conceptualizó o asumió de manera implícita por parte de las personas estudiosas en la materia como una actividad agéntica, y en bastantes casos incluso a actividades con un componente físico. Esta visión acusa un importante sesgo anglocéntrico y también etnocéntrico (IWASAKI *et al.*, 2007; ROBERTS, 2010), además de haberse demostrado ineficaz para describir la diversidad de los tipos de ocio de todas las mujeres (HENDERSON, 2002), especialmente de otras culturas e inmigrantes (KHANAM; COSTARELLI, 2008; SUTO, 2013). Las posturas feministas y de investigaciones desde la diversidad cultural (DEMIRBAS, 2019; SHAW, 2007; STODOLOSKA, 2018) han puesto en valor un ocio no activo, no necesariamente físico, y no desarrollado de manera individual.

Los datos del presente estudio van en esta línea de entender el ocio como un espacio donde lo relacional tiene una centralidad importante. Las mujeres entrevistadas habían participado en actividades propuestas por la Casa de las Mujeres de naturaleza diversa, rompiendo las dicotomías actividad física vs. estática, en entorno al aire libre (*outdoor*) vs. intramural, individual vs. comunitario o colectivo. A pesar de la inclusión consciente en este estudio también de un grupo de mujeres de ocio relacionado con una actividad física y al aire libre (estereotípicamente más masculina y practicada por hombres), las mujeres de la muestra subrayan en todos los casos el carácter relacional y el disfrute de la actividad en compañía.

Esto es similar a la descripción de algunas mujeres de Bangladesh que vivían en el Reino Unido, quienes mencionaban la natación como una actividad preferida, pero clarificaban que no la veían como ejercicio físico, sino como una ocupación diaria placentera compartida por una comunidad de mujeres en su país de origen (KHANAM; COSTARELLI, 2008).

Las actividades en las que participan las mujeres de nuestro estudio, si bien relacionadas en alguna medida con cierta motivación intrínseca, son percibidas como oportunidades para incrementar su bienestar y ampliar sus redes de apoyo y relacionales. Estos elementos aparecían también en muchas mujeres inmigrantes en Canadá, quienes definían el ocio de manera amplia como todo aquello que les proporcionaba salud física y emocional, además de reconocer que la propia ocupación era secundaria a las relaciones sociales que subyacían a la misma (SUTO, 2013); este predominio de lo social sobre la actividad propiamente dicha ya la habían observado años atrás Rublee y Shaw (1991) en los contextos de ocio en los que estaban inmersas algunas mujeres latinoamericanas en dicho país. Esta dimensión relacional en ocio es incluso más acusada entre mujeres inmigrantes en comparación con mujeres autóctonas de Canadá (TIRONE; SHAW, 1997), así como en mujeres de origen étnico diverso (HENDERSON; AINSWORTH, 2001) o en culturas no-occidentales (*p.ej.*, GÜRBUZ; HENDERSON, 2014; SÖNMEZ *et al.*, 2010). Ello aporta incontestable evidencia de la redefinición de las dimensiones relevantes en la investigación de ocio en mujeres para abarcar su diversidad (HENDERSON; GIBSON, 2013; SHAW, 2007; STODOLOSKA, 2018).

Las mujeres participantes en nuestro estudio relatan que, si bien a la llegada al nuevo país su prioridad es de tipo económico y laboral, una vez cubiertas las necesidades básicas de alimento y cobijo, sienten también la necesidad de entablar relaciones, socializar y buscar apoyo social como una forma de afrontar el estrés y de incrementar sus posibilidades de inclusión social en el nuevo país.

La búsqueda del bienestar psicológico lleva a estas mujeres a participar en diversas actividades de ocio que les permita inicialmente conectar con otras personas y, con el tiempo, quizá desarrollar amistades más profundas. En este sentido, el modelo de estrategias de afrontamiento a través del ocio de Iwasaki y Mannell (2000) como marco comprensivo de variables relacionadas con la salud, resultaría aplicable a nuestro estudio.

Esto es así porque las circunstancias de las mujeres inmigrantes muestran un importante paralelismo debido al estrés derivado del proceso migratorio. El citado modelo incluye tres elementos en las estrategias de afrontamiento por medio del ocio: el afrontamiento paliativo (alivio momentáneo durante la realización de una actividad de ocio), la mejora del ánimo (embarcarse en una actividad de ocio que puede cambiar su perspectiva vital), y el ocio de compañerismo (socializar con otras personas a través de varias actividades). En concreto, los dos primeros elementos han sido referidos por algunas entrevistadas; con respecto al último aspecto, este ha aparecido de manera más generalizada como factor protector en nuestro estudio, al igual que también se ha constatado previamente en la literatura sobre mujeres inmigrantes, donde diversas autoras inciden en el valor del apoyo emocional y los cuidados mutuos en el ocio para superar momentos con vivencias relacionadas con la ansiedad, la depresión o la soledad (*p.ej.*, CALDWELL, 2005; GLOVER; PARRY, 2008; SUTO, 2013).

Los datos obtenidos de las entrevistas sugieren que la participación en grupos de mujeres — tanto a través de la Casa de las Mujeres, como a través de los grupos no mixtos de ocio activo — representa una fuente importante de apoyo social por parte de las mujeres autóctonas y refuerzo de la identidad grupal. Estos datos van en la línea de la investigación previa sobre el papel de la identidad social, incluida la identidad de género (SCHMITT *et al.*, 2002) por un lado, además de con los estudios sobre el papel que juegan las redes interétnicas en facilitar la integración de las personas inmigrantes (BOBOWIK *et al.*, 2017; JASINSKAJA-LAHTI *et al.*, 2006), por otro lado.

Nuestro estudio además corrobora que los espacios de participación social como los grupos de mujeres ayudan a cultivar relaciones interculturales continuas. Las redes de apoyo social y amistad entre mujeres emergen como un tópico de relevancia en el ámbito del ocio (HENDERSON; GIBSON, 2013; KERSTETTER *et al.*, 2008; SON; YARNAL; KERSTETTER, 2010). Este espacio relacional puede ayudar a las mujeres extranjeras a mejorar su capacidad de enfrentarse a desafíos socioculturales o facilitar la participación cívica en un sentido más amplio en la comunidad de acogida. Además, la participación conjunta de las mujeres extranjeras y las autóctonas en estos espacios ayuda a la construcción colectiva de comunidades más inclusivas que celebren y reconozcan la diversidad.

Nuestros hallazgos ofrecen también implicaciones para las instituciones públicas y organizaciones no gubernamentales que trabajan en el campo de la intervención social en el ámbito de la inmigración e interculturalidad. Los datos obtenidos en esta investigación ponen de manifiesto la necesidad de facilitar espacios y fomentar actividades inclusivas a largo plazo y repetidas, como pueden ser las intervenciones basadas en el diálogo intercultural (ZUMETA *et al.*, en prensa), que han mostrado reforzar el bienestar tanto entre las personas inmigrantes como autóctonas, contribuyendo así a la cohesión social y bienestar general. Implementada en varios países europeos, y cuya participación ha sido mencionada por parte de algunas entrevistadas en el presente estudio, la iniciativa ‘*Next Door Family*’ (*Bizilagunak*) reúne a inmigrantes y nacionales para un almuerzo informal con el fin de fomentar la comunicación y los lazos de amistad entre personas ciudadanas nativas y extranjeras, y así promover la cultura de diálogo intercultural y el concepto de barrios y comunidades inclusivas. El acento en las comunidades, el capital social y el desarrollo comunitario (PEDLAR; HAWORTH, 2006) permitirá reforzar las colectividades y los procesos grupales, tanto desde un eje de género como de interculturalidad.

LIMITACIONES Y FUTURAS DIRECCIONES

El estudio que se presenta aquí se ha llevado a cabo siguiendo una metodología cualitativa, realizando entrevistas en profundidad, de utilización en aumento en el ámbito de investigación del ocio de mujeres (HENDERSON; GIBSON, 2013). Esta aproximación es doblemente pertinente en este caso por permitir la exploración en un tópico que permite un acercamiento a un área menos explorada, y al mismo tiempo porque da voz a las propias protagonistas de su ocio (HENDERSON, 2002; PALERMO, 2020), facilitando así en mayor medida una comprensión de la naturaleza y la calidad de las experiencias relatadas (HENDERSON; GIBSON, 2013), nombrándolas de manera más aproximada a su realidad (WESTMARLAN, 2001). Es conveniente señalar, no obstante, que la metodología de análisis inductivo tiene como motor de arranque los datos, pero que estos los han interpretado dos investigadoras con un bagaje teórico y epistemológico determinado, lo cual podría haber sesgado en alguna manera parte del análisis (BRAUN; CLARKE, 2006). En este sentido, consideramos que esta línea de trabajo pudiera enriquecerse y complementarse con metodologías cuantitativas en una fase posterior.

Asimismo, esta investigación preliminar intenta únicamente plantear un punto de partida en base a las percepciones informadas por algunas mujeres inmigrantes latinoamericanas. Además de por el motivo de constituir una muestra muy pequeña, tampoco pretende ser representativo de la enorme diversidad dentro de todas las mujeres usuarias de las Casas de las Mujeres o de grupos de mujeres no mixtos. Estas mujeres, asimismo, no tienen la limitación lingüística que otras mujeres inmigrantes con origen en países de habla nativa distinto al castellano, o que mujeres Latinoamericanas con un menor conocimiento de dicho idioma. La barrera lingüística implica importantes trabas de adaptación cultural (e.g., SUTO, 2013).

Por tanto, una necesaria línea de investigación futura la constituye examinar las dificultades concretas de esas mujeres que no pueden acceder a todos los recursos disponibles en dichos grupos de mujeres no mixtos, así como los mecanismos que pudieran ponerse en marcha para paliarlos, aunando así esfuerzos entre la investigación sobre género y la comunitaria (SHAW, 2007).

Por otra parte, y de forma más global, también urge avanzar en el conocimiento (y en la posterior acción) en la línea de la inclusión social desde la interseccionalidad (CHOO; FERREE, 2010; JUNIU; HENDERSON, 2002; HENDERSON; GIBSON, 2013). Algunos estudios han constatado que algunas de las diferencias en las experiencias de ocio entre inmigrantes procedentes de Latinoamérica se deben más a diferencias de clase social que a la propia etnicidad (JUNIU, 2000). Por ello, entre las prioridades de estudio se incorporarían perspectivas destinadas a analizar el ocio, el bienestar y el empoderamiento individual y colectivo en mujeres cuyas realidades — por acumular varias posibles fuentes de discriminación — pudieran diluirse o estar infrarrepresentadas (i.e., lesbianas inmigrantes, de estrato social bajo, de procedencia étnica especialmente marginalizada, etc.). Asimismo, urge incorporar la diversidad de mujeres tanto en los equipos de investigación como en departamentos de igualdad y servicios sociales para que las mujeres inmigrantes y racializadas pasen de ser meros objetos de discurso a sujetos políticos activos (GREGORIO GIL, 2014). En este sentido, los análisis complementarios de mujeres no académicas y de procedencia latinoamericana podrían proporcionar una comprensión caleidoscópica más completa.

En definitiva, los resultados de este estudio y de otros complementarios en esta línea de análisis, no pueden dirigirse únicamente para que gestoras y profesionales en servicios y/o grupos de mujeres que trabajen en la intervención social con mujeres inmigrantes incorporen pautas de actuación, sino también para que les sirva de reflexión de cómo incorporar y/o entender las necesidades de las mujeres a las que pretenden dar servicio.

Tal y como alguna entrevistada de nuestro estudio ha manifestado, es importante el acompañamiento y la tutela, pero respetando el derecho a equivocarse y sin adoptar una visión paternalista. Esta circunstancia se ha mencionado en la literatura, constatando en entrevistas realizadas a profesionales que atendían a mujeres en servicios destinados para ellas que hablaban desde su sesgo y sus propios objetivos/necesidades, e incluso utilizando algún prejuicio o estereotipo que la autora Biglia (2014) calificó de “generizado y racializado”, más que desde la perspectiva de las mujeres. El difícil reto consiste en ser conscientes de qué necesita cada una de las mujeres inmigrantes, dentro de su diversidad en vez de como un conjunto homogéneo de otredad, y no cómo las mujeres autóctonas al cargo de los servicios locales podemos ‘empoderarlas’, como si de sujetos pasivos se tratase. El empoderamiento colectivo requiere un planteamiento que recoja las críticas del feminismo decolonial (*e.g.*, CURIEL, 2019; LUGONES, 2010) para que el ocio como elemento de resistencia (HENDERSON, 2002; HENDERSON; GIBSON, 2013) y herramienta de libertad y cambio social (STODOLSKA, 2018) sea una realidad.

REFERÊNCIAS

- AGUDELO-SUÁREZ, A., *et al.* Discrimination, work and health in immigrant populations in Spain. *Social Science & Medicine*, v. 68, n.10, p. 1866-1874, 2009. DOI: 10.1016/j.socscimed.2009.02.046. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S027795360900141>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- BACHMANN, L. Female friendships and gender transformation. *European Journal of Women's Studies*, v.21, n.2, p. 165-179, 2014. DOI: 10.1177/1350506813515856. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1350506813515856?journalCode=ejwa>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- BAGCI, S.C.; TURNUKLU, A. Intended, unintended, and unknown consequences of contact: the role of positive–negative contact on outgroup attitudes, collective action tendencies, and psychological well-being. *Social Psychology*, v.50, n.1, p. 7-23, 2019. DOI: 10.1027/1864-9335/a000355. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2018-64890-001>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- BAGCI, S.C.; TURNUKLU, A.; BEKMEZCI, E. Cross-group friendships and psychological well-being: a dual pathway through social integration and empowerment. *British Journal of Social Psychology*, v.57, n.4, p. 773-792, 2018a. DOI: 10.1111/bjso.12267. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/bjso.12267>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- BALTAR, R. *et al.* Ni ocio ni tiempo libre: Red de Escuelas de empoderamientos para mujeres: Basauri, Ermua, Getxo y Ondarroa (Bizkaia). *ADOZ Revista de Estudios de Ocio*, n.31, 2007, p. 129-132. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2307618>. Acesso em: 25 maio 2020.
- BERKMAN, L.F. *et al.* From social integration to health: Durkheim in the new millennium. *Social Science & Medicine*, v.51, n.6, p. 843-857, 2000. DOI: 10.1016/S0277-9536(00)00065-4. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953600000654>. Acesso em: 29 maio 2020.
- BERRY, J.W. *et al.* Immigrant youth: acculturation, identity and adaptation. *Applied Psychology: An International Review*, v. 55, p. 303-332, 2006. DOI: 10.1111/j.1464-0597.2006.00256.x. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2006-07472-001>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- BIGLIA, B. Avances, dilemas y retos de las epistemologías feministas en la investigación social. *In: MENDIA, I. et al. (Eds.), Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Donostia: Hegoa, 2014. p. 2-44.
- BIRMAN, D.; TRICKETT, E.J.; VINOKUROV, A. Acculturation and adaptation of Soviet Jewish refugee adolescents: predictors of adjustment across life domains. *American Journal of Community Psychology*, v. 30, n.5, p. 585-607, 2002. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1016323213871>. Acesso em: 29 maio 2020.

- BOBOWIK, M.; BASABE, N.; PÁEZ, D. The bright side of migration: hedonic, psychological, and social well-being in immigrants in Spain. *Social Science Research*, v.51, p. 189-204, 2015. DOI: 10.1016/j.ssresearch.2014.09.011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0049089X14001884>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- BOBOWIK, M. *et al.* 'Healthy' identities? Revisiting rejection-identification and rejection-disidentification models among voluntary and forced immigrants. *European Journal of Social Psychology*, v. 47, n.7, p. 818-831, 2017. DOI: 10.1002/ejsp.2306. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ejsp.2306>. Acesso em: 29 maio 2020.
- BOURHIS, R.Y. *et al.* Towards an interactive acculturation model: a social psychological approach. *International Journal of Psychology*, v.32, n.6, p. 369-386, 1997. DOI: 10.1080/002075997400629. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1080/002075997400629>. Acesso em: 05 abr 2020.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v.3, n.2, p. 77-101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 29 maio 2020.
- BRITISH CYCLING. *Breeze*. 2020. Disponível em: <https://www.britishcycling.org.uk/search/article/vw20130522-Breeze-0>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- CALDWELL, L.L. Leisure and health: Why is leisure therapeutic? *British Journal of Guidance & Counseling*, v.33, n.1, p. 7-26, 2005. DOI: 10.1080/03069880412331335939. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03069880412331335939?journalCode=cbjg20>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- CHOO, H.Y.; FERREE, M.M. Practicing intersectionality in sociological research: a critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities. *Sociological Theory*, v.28, n.2, p. 129-149, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9558.2010.01370.x>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: P. BALDUINO DE MELO *et al.* (Eds.). *Descolonizar o feminismo* [recurso eletrônico]: VII Sernegra. Brasília: Instituto Federal del Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p. 32-51. Disponível em: http://neab.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=62:vii-sernegra-descolonizar-o-feminismo&catid=179&Itemid=670. Acesso em: 15 out. 2019.
- DANE, S. *et al.* The benefits of ethnic activity group participation on older immigrant well-being and host country adjustment. *International Journal of Intercultural Relations*, v.77, p.119-124, 2020. DOI: 10.1016/j.ijintrel.2020.05.006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0147176720301437>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- DE LEÓN, M. (comp.) *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá, Colombia: Tercer Mundo Editores, 1997. 259p.
- DEMIRBAS, G. Locating leisure as the route to well-being: challenges of researching women's leisure in Turkey. *Leisure Studies*, v.39, n.1, p. 56-67, 2019. DOI: 10.1080/02614367.2019.1627391. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02614367.2019.1627391?journalCode=rlst20>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- DIXON, J. *et al.* "Let them eat harmony": prejudice-reduction strategies and attitudes of historically disadvantaged groups. *Current Directions in Psychological Science*, v.19, n.2, p. 76-80, 2010. DOI: 10.1177/0963721410363366. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0963721410363366>. Acesso em: 15 out. 2019.
- DOMINGUEZ-FUENTES, J.M.; HOMBRADOS-MENDIETA, M.I. Social support and happiness in immigrant women in Spain. *Psychological Reports*, v.110, n.3, p. 977-990, 2012. DOI: 10.2466/17.02.20.21.PR0.110.3.977-990. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2466/17.02.20.21.PR0.110.3.977-990?journalCode=prxa>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- ESTEBAN, M.L. El feminismo vasco y los circuitos del conocimiento: el movimiento, la universidad y la casa de las mujeres. In: MENDIA, I. *et al.* (Eds.), *Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Donostia: Hegoa, 2014. p. 61-76.
- FIELDING, D.; LEPINE, A. Women's empowerment and wellbeing: evidence from Africa. *The Journal of Development Studies*, v.53, n.6, p. 826-840, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00220388.2016.1219345>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- GARCÍA-GUADILLA, M.P. Gender, environment, and empowerment in Venezuela. In: BLUMBERG, R. L., *et al.* (Eds.), *Engendering health & well-being*. New York, NY: Routledge, 1995. p. 213-238.
- GLASER, B. *Basic of grounded theory analysis: Emergence versus forcing*. Mill Valley, CA: Sociology Press, 1992. 128p.
- GLOVER, T; PARRY, D. Friendships developed subsequent to a stressful life event: the interplay of leisure, social capital, and health. *Journal of Leisure Research*, v.40, n.2, p. 208-230, 2008. DOI: 10.1080/00222216.2008.11950138. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00222216.2008.11950138>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- GONZÁLEZ-CASTRO, J.L.; UBILLOS, S. Determinants of psychological distress among migrants from Ecuador and Romania in a Spanish city. *International Journal of Social Psychiatry*, v.57, n.1, p. 30-44, 2011. DOI: 10.1177/0020764009347336. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020764009347336>. Acesso em: 15 out. 2019.

- GONZÁLEZ, R.; SIRLOPÚ, D.; KESSLER, T. Prejudice among Peruvians and Chileans as a function of identity, intergroup contact, acculturation preferences, and intergroup emotions. *Journal of Social Issues*, v.66, n.4, p. 803-824, 2010. DOI: 10.1111/j.1540-4560.2010.01676.x. Disponível em: <https://spss.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-4560.2010.01676.x>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- GREGORIO GIL, C. (De)construyendo la categoría “mujeres inmigrantes”: De objetos de discurso a sujetos políticos. In: MENDIA, I., et al. (Eds.), *Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Donostia: Hegoa, 2014. p. 161-173.
- GÜRBÜZ, B.; HENDERSON, K.A. Leisure activity preferences and constraints: perspectives from Turkey. *World Leisure Journal*, v.56, n.4, p. 300-316, 2014. DOI: 10.1080/16078055.2014.958195. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/16078055.2014.958195>. Acesso em: 15 out. 2019.
- HASLAM, S.A.; REICHER, S.D. Stressing the group: Social identity and the unfolding dynamics of responses to stress. *Journal of Applied Psychology*, v.91, p. 1037-1052, 2006. DOI: 10.1037/0021-9010.91.5.1037. Disponível em: [http://bbcpisonstudy.org/pdfs/%20JAP%20\(2006\)%20Stress.pdf](http://bbcpisonstudy.org/pdfs/%20JAP%20(2006)%20Stress.pdf). Acesso em: 21 fev. 2019.
- HASLAM, S.A. et al. Social identity, health and wellbeing: an emerging agenda for applied psychology. *Applied Psychology: An International Review*, v. 58, n.1, p. 1-23, 2009. DOI: 10.1111/j.1464-0597.2008.00379.x Disponível em: https://sso.apa.org/apasso/idm/success-logout?ERIGHTS_TARGET=https%3A%2F%2Fpsycnet.apa.org%2F Acesso em: 15 out. 2019.
- HAYWARD, L.E. et al. Toward a comprehensive understanding of intergroup contact: descriptions and mediators of positive and negative contact among majority and minority groups. *Personality and Social Psychology Bulletin*, v. 43, n.3, p. 347-364, 2017. DOI: 10.1177/0146167216685291. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0146167216685291>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- HENDERSON, K.A. (2002). Ocio y género: ¿Un concepto global? In: SETIÉN, M.L.; A. LÓPEZ MARRUGAN (Eds.). *Mujeres y ocio: nuevas redes de espacios y tiempos*. Documentos de Estudios de Ocio, v.19, 2002, p. 31-38.
- HENDERSON, K.A.; AINSWORTH, B. Researching leisure and physical activity with women of color: issues and emerging questions. *Leisure Sciences*, v.23, p. 21-34, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01490400150502225>. Acesso em: 15 out. 2019.
- HENDERSON, K.A.; GIBSON, H.J. An integrative review of women, gender, and leisure: increasing complexities. *Journal of Leisure Research*, v.45, n.2, p. 115-135, 2013. DOI: 10.18666/jlr-2013-v45-i2-3008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.18666/jlr-2013-v45-i2-3008>. Acesso em: 15 out. 2019.
- HERNÁNDEZ CARRERA, R.M. La investigación cualitativa a través de entrevistas: su análisis mediante la teoría fundamentada. *Cuestiones Pedagógicas*, 23, p. 187-210, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/51399004.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.
- IKUSPEGI-OBSERVATORIO VASCO DE INMIGRACIÓN. Panorámica 76 - Población de origen extranjero en la CAE 2020. Disponível em: <https://www.ikuspegi.eus/documentos/panoramicas/es/pan76casOK.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- IWASAKI, Y.; MANNELL, R.C. Hierarchical dimensions of leisure stress-coping. *Leisure Sciences*, v.22, p. 163-181, 2000. DOI: 10.1080/01490409950121843. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01490409950121843?journalCode=ulsc20>. Acesso em: 03 fev. 2020.
- IWASAKI, Y. et al. Leisure research in a global world: time to reverse the Western domination in leisure research? *Leisure Sciences*, v.29, p. 113-117, 2007. DOI: 10.1080/01490400600983453. Disponível em: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20073086511>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- JASINSKAJA-LAHTI, I. et al. Perceived discrimination, social support networks, and psychological well-being among three immigrant groups. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v.58, n.3, p. 293-311, 2006. DOI: 10.1177/0022022106286925. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01490409950121843?journalCode=ulsc20>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- JASINSKAJA-LAHTI, I.; LIEBKIND, K.; SOLHEIM, E. To identify or not to identify? National disidentification as an alternative reaction to perceived ethnic discrimination. *Applied Psychology: An International Review*, v.58, p. 105-128, 2009. DOI: 10.1111/j.1464-0597.2008.00384.x. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022022106286925?journalCode=jcca>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- JETTEN, J.; HASLAM, C.; HASLAM, S.A. (Eds.) *The social cure: Identity, health and well-being*. Hove, UK: Psychology Press, 2012. 408p.
- JUNIÚ, S. The impact of immigration: leisure experience in the lives of South American immigrants. *Journal of Leisure Research*, v.32, n.3, p. 358-381, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00222216.2000.11949921>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- JUNIÚ, S.; HENDERSON, K.A. Problemas a la hora de describir e investigar el ocio de las mujeres: perspectivas multiculturales. In: SETIÉN, M.L.; LÓPEZ, A. (Eds.), *Mujeres y ocio: Nuevas redes de espacios y tiempos*. Documentos de Estudios de Ocio, n.19, 2002, p. 101-115.

- KERSTETTER, D.L. *et al.* Functional support associated with belonging to the Red Had Society: a leisure-based social network. *Journal of Leisure Research*, v.40, n.4, p. 531-555, 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00222216.2008.11950151>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- KHANAM, S; COSTARELLI, V. Attitudes towards health and exercise in overweight women. *Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, v.128, p. 26-30, 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18274327/>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- KIM, J. Exploring the experience of intergroup contact and the value of recreation activities in facilitating positive intergroup interactions of immigrants. *Leisure Sciences*, v.34, n.1, p. 72-87, 2012. DOI: 10.1080/01490400.2012.633856. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01490400.2012.633856>. Acesso em: 03 fev. 2020.
- LEDWITH, M. *Community development: A critical approach*. Chicago, IL: Policy Press, 2011. 232p.
- LUGONES, M. Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, v. 25, n.4, p. 742-759, 2010. DOI: 10.1111/j.1527-2001.2010.01137.x. Disponível em: <http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/towards%20a%20decolonial%20feminism.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- MANSFIELD, L.; DAYKIN, N.; KAY, T. Leisure and wellbeing. *Leisure Studies*, v.39, n.1, p. 1-10, 2020. DOI: 10.1080/02614367.2020.1713195. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02614367.2020.1713195>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- MARTINEZ GARCIA, M. F., GARCIA RAMIREZ, M.; MAYA JARIEGO, I. Social support and locus of control as predictors of psychological well-being in Moroccan and Peruvian immigrant women in Spain. *International Journal of Intercultural Relations*, v.26, n.3, p. 287-310, 2002. DOI: 10.1016/S0147-1767(02)00005-6. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0147176702000056>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- MEADOWS, L.M.; THURSTON, W.E.; MELTON, C. Immigrant women's health. *Social Science & Medicine*, v.52, p. 1451-1458, 2001. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1071439/>. Acesso em: 04 jul. 2020.
- PALERMO, Z. La opción decolonial. *CECIES: Pensamiento Latinoamericano y Alternativo*, 2020. Disponível em: <http://www.cecies.org/articulo.asp?id=227>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- PASCOE, E.A., SMART-RICHMAN, L. Perceived discrimination and health: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, v.135, n.4, p. 531-554, 2009. DOI: 10.1037/a0016059. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2747726/>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- PEDLAR, A.; HAWORTH, L. Community. In: ROJEK, C.; SHAW, S.M.; VEAL, A.J. (Eds.), *A handbook of leisure studies*, Basingtone, UK: Palgrave Macmillan, 2006. p. 518-532.
- REAL FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE CICLISMO. *Ciclismo femenino, universo mujer: ¡Úmate al movimiento womenbike.com!* 2020. Disponível em: <https://yosoyciclista.com/assets/smartweb/images/feminas/dossier.pdf>. Acesso em: 31 jul., 2020.
- ROBERTS, K. Is leisure studies “ethnocentric”? If so, does this matter? *World Leisure Journal*, v.52, n.3, p. 164-176, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/04419057.2010.9728277>. Acesso em: 09 fev. 2020.
- RUBLEE, C.B.; SHAW, S.M. Constraints on the leisure and community participation of immigrant women: implications for social integration. *Loisir et Société / Society and Leisure*, v.14, n.1, p. 133-150, 1991. DOI: 10.1080/07053436.1991.10715376. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07053436.1991.10715376>. Acesso em: 17 maio 2020.
- SAM, D.L.; BERRY, J.W. (Eds.) *Cambridge handbook of acculturation psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. 551p.
- SCHMITT, M.T. *et al.* The consequences of perceived discrimination for psychological well-being: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, v.140, n.4, p. 921-948, 2014. DOI: 10.1037/a0035754. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24547896/>. Acesso em: 02 jul. 2020.
- SCHMITT, M.T., *et al.* Perceiving discrimination against one's gender group has different implications for well-being in women and men. *Personality and Social Psychology Bulletin*, v.28, p. 197-210, 2002. DOI: 10.1177/0146167202282006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0146167202282006>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- SETIÉN, M.L.; LÓPEZ, A. Desarrollo humano de mujeres inmigrantes a través de las actividades educativas. In: SETIÉN, M.L.; LÓPEZ, A. (Eds.), *Mujeres y ocio: Nuevas redes de espacios y tiempos. Documentos de Estudios de Ocio*, n.19, 2002, p. 117-126.
- SEVILLANO, V. *et al.* Health-related quality of life and perceived discrimination among immigrants and natives in Spain. *Ethnicity & Health*, v.19, p. 178-197, 2014. DOI: 10.1080/13557858.2013.797569. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13557858.2013.797569>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- SHAW, S.M. Explorando el ocio de las mujeres: conceptos fundamentales, retos teóricos y directrices futuras. *ADOZ Revista de Estudios de Ocio*, n.31, 2007, p. 31-38. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2307576>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SON, J.; YARNAL, C.; KERSTETTER, D. Engendering social capital through a leisure club for middle-aged and older women: implications for individual and community health and well-being. *Leisure Studies*, v.29, n.1, p. 67-83, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02614360903242578>. Acesso em: 01 out. 2020.

SÖNMEZ, G.A. *et al.* A different leisure activity for Turkish women: invitation day. *World Leisure*, v.52, n.2, p. 94-103, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/04419057.2010.9674634>. Acesso em: 31 jul. 2020.

STODOLSKA, M. Research on race, ethnicity, immigration, and leisure: Have we missed the boat? *Leisure Sciences*, v.40, n.1-2, p. 43-53, 2018. DOI: 10.1080/01590400.2017.1376013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01590400.2017.1376013?journalCode=ulsc20>. Acesso em: 31 out. 2020.

STOLL, M.A.; WONG, J.S. Immigration and civic participation in a multiracial and multiethnic context. *International Migration Review*, v.41, n.4, p. 880-908, 2007. DOI: 10.1111/j.1747-7379.2007.00104.x Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1747-7379.2007.00104.x>. Acesso em: 31 jul. 2020.

SUTO, M.J. Leisure participation and well-being of immigrant women in Canada. *Journal of Occupational Science*, v.30, n.1, p. 48-61, 2013. DOI: 10.1080/14427591.2012.732914. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14427591.2012.732914>. Acesso em: 06 out. 2020.

TIRONE, S.C.; SHAW, S.M. At the center of their lives: indo Canadian women, their families and leisure. *Journal of Leisure Research*, v.29, n.2, p. 225-244, 1997. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00222216.1997.11949795>. Acesso em: 01 jul. 2020.

VÁZQUEZ, N. *Las escuelas para el empoderamiento*. 2009. Disponível em: <http://www.berripapera.org/files/Vazquez-escuelas-empoderamiento.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

WESTMARLAN, N.. The quantitative/qualitative debate and feminist research: a subjective view of objectivity. *Forum: Qualitative Social Research*, v.2, n.1, DOI: 10.17169/fqs-2.1.974. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/974> . Acesso em: 19 jul. 2020.

WILEY, S. *et al.* Rejection-(dis)identification and ethnic political engagement among first-generation Latino immigrants to the United States. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, v.19, p. 310-319, 2013. DOI: 10.1037/a0031093. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2013-25230-008>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ZABALA, B. *Movimiento de mujeres, mujeres en movimiento*. Tafalla: Txalaparta, 2008. 291p.

ZHANG, H.; ZHOU, Y.; STODOLSKA, M. Socio-cultural adaptation through leisure among Chinese international students: an experiential learning approach. *Leisure Sciences*, 2018. DOI: 10.1080/01490400.2018.1491351. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01490400.2018.1491351?journalCode=ulsc20>. Acesso em: 31 jun. 2020.

ZUMETA, L., *et al.* Participation in multicultural awareness-raising community actions and positive effects: well-being and group efficacy. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology* [no prelo].

AGRADECIMIENTO

Este artículo ha sido realizado gracias a la Ayuda al Grupo Consolidado “Cultura, Cognición y Emoción”, proporcionada por el Gobierno Vasco: IT-1187-19, y Ministerio de Ciencia e Innovación: PSI2017-84145-P.

Aculturación y salud psicológica en mujeres marroquíes en España: ¿Es la asimilación la mejor estrategia?

Karima El Ghoudani

Doctora en Psicología por la Universidad de Jaén, España
Professeur de Psychologie, Ecole Supérieure d'Education et de Formation (ESEF),
Psychologie, Hassan First University of Settat, Settat, Morocco
ID ORCID: [0000-0002-3465-5166](https://orcid.org/0000-0002-3465-5166)
E-mail: rimo_166@hotmail.com

Esther Lopez- Zafra

Catedrática de Psicología Social. Departamento de Psicología, Universidad de Jaén, España.
Responsable del Grupo de investigación PAIDI HUM 651-
Análisis psicosocial del comportamiento ante la nueva realidad social,
de la Junta de Andalucía en la Universidad de Jaén.
Miembro-Fundador y Secretaria de la Sociedad Científica Española de Psicología Social (SCEPS)
ID ORCID: [0000-0003-4722-7467](https://orcid.org/0000-0003-4722-7467)
E-mail: elopez@ujaen.es

Submetido em: 01/05/2020. Aprobado em: 28/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

La comunidad de marroquíes en España es la segunda mayor de Europa, pero rara vez se ha abordado la aculturación de las mujeres inmigrantes marroquíes. El objetivo del presente estudio es comprobar la relación entre las estrategias de aculturación desarrollada por este colectivo y su salud psicológica (ansiedad y neuroticismo), teniendo cuenta la posible interferencia de otra variable emocional: la autoestima. Para llevar a cabo este estudio, contamos con la participación de ciento veintinueve mujeres nacidas en Marruecos (edad M=29; DT= 9.40), con ambos padres marroquíes e inmigrantes en España (M = 6 años, DT= 3.60), que completaron un cuestionario que recogía las variables de interés. Nuestros resultados muestran una relación entre aculturación y estabilidad emocional y ansiedad, y que esta relación está mediada por la autoestima. En resumen, observamos que las mujeres que valoran, y mantienen en mayor medida su cultura de origen, desarrollan niveles más altos de autoestima, cosa que a su vez hace que experimenten mayor estabilidad emocional y menor ansiedad. Esto implica que la marginación y la asimilación son las dos estrategias que se asocian con mayor ansiedad y neuroticismo, mientras que la integración y la separación favorecen una mejor salud psicológica.

Palabras Clave: Aculturación. Ansiedad. Autoestima. Estabilidad emocional. Mujeres marroquíes inmigrantes.

Aculturação e saúde psicológica em mulheres marroquinas na Espanha: A assimilação é a melhor estratégia?

RESUMO

A comunidade marroquina na Espanha é a segunda maior da Europa, mas a aculturação de mulheres imigrantes marroquinas raramente foi abordada. O objetivo deste estudo é verificar a relação entre as estratégias de aculturação desenvolvidas por esse grupo e sua saúde psicológica (ansiedade e neuroticismo), levando em consideração a possível interferência de outra variável emocional: a autoestima. Para a realização deste estudo, contamos com a participação de cento e vinte e nove mulheres nascidas no Marrocos (idade $M = 29$; $DP = 9,40$), com pais marroquinos e imigrantes na Espanha ($M = 6$ anos, $DP = 3,60$), que completaram um questionário composto pelas variáveis de interesse. Nossos resultados mostram uma relação entre aculturação, estabilidade emocional e ansiedade, e que essa relação é mediada pela autoestima. Em resumo, observamos que as mulheres que valorizam e mantêm em maior medida sua cultura de origem desenvolvem níveis mais altos de auto-estima, o que, por sua vez, faz com que experimentem maior estabilidade emocional e menos ansiedade. Isso implica que marginalização e assimilação são as duas estratégias associadas a maior ansiedade e neuroticismo, enquanto integração e isolamento favorecem uma melhor saúde psicológica.

Palavras-chave: *Aculturação. Ansiedade. Autoestima. Estabilidade emocional. Mulheres imigrantes marroquinas.*

Acculturation and psychological health in Moroccan women in Spain: Is assimilation the best strategy?

ABSTRACT

The Moroccan community in Spain is the second highest in Europe, but the acculturation of Moroccan immigrant women has been rarely addressed. The objective of the present study was to analyze the relationship between their acculturation strategies and psychological health (anxiety and neuroticism), considering the possible meditational effect of self-esteem. One hundred twenty-nine women born in Morocco (mean age = 29, $SD = 9.40$), with both Moroccan parents and that were immigrants in Spain (mean = 6 years, $SD = 3.60$) completed a questionnaire that included the variables of interest. Our results show a relationship between acculturation and emotional stability and anxiety, a relationship that is mediated by self-esteem. Women that value and maintain their culture of origin score higher in self-esteem, producing higher emotional stability and lower anxiety that women rejecting their culture. This result implies that margination and assimilation are the two acculturation strategies that relate to anxiety and neuroticism, whereas integration and isolation favor psychological health.

Keywords: *Acculturation. Anxiety. Emotional stability. Moroccan immigrant women. Self-esteem.*

INTRODUCCIÓN

La integración de las personas que vienen a nuestro país es un tema de gran interés (TRINIDAD REQUENA, *et al.*, 2010). El porcentaje de inmigrantes del total de la población en España es de 13.1%, siendo la comunidad de marroquíes en España la mayor de Europa, después de Francia (22,70%) (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES, 2019), con el 16.15% en 2019 del total de extranjeros en España (813.587 inmigrantes) (INE, 2020). También en Andalucía, la comunidad marroquí es la más numerosa representando el 22.21% del total de extranjeros en Andalucía (OPAM, 2019). A pesar de las diferencias culturales, este grupo cree que necesita una menor integración que otros (NAVAS; LÓPEZ-RODRÍGUEZ; CUADRADO, 2013) y al mismo tiempo perciben los mayores niveles de discriminación y prejuicio (MORALES *et al.* 2008). Sin embargo, el análisis de su situación psicosocial se ha centrado generalmente en adolescentes escolarizados en España (BRIONES *et al.*, 2012; LÓPEZ-RODRÍGUEZ *et al.*, 2018) o en otros países europeos (i.e. Italia, CICOGNANI *et al.*, 2018) o de ascendencia occidental (i.e. Nueva Zelanda, STUART; WARD, 2011); y en trabajadores en distintos sectores (mayoritariamente hombres), pero no en las mujeres (THAO, 2014). Los estudios con jóvenes inmigrantes señalan que la familia es muy importante ofreciendo apoyo, seguridad y conexión con la religión y valores, pero también les dificulta el ajuste social positivo cuando los padres son más tradicionales y religiosos (STUART; WARD, 2011), independientemente de la religión de que se trate (HYDE; DELAMATER, 2014). Precisamente, son las madres las que cumplen un papel muy importante en la transmisión de los valores culturales y religiosos, (DE HOON; VAN TUBERGEN, 2014), siendo determinante el momento en el que se desarrolla su socialización (KALMIJN; KRAAYKAMP, 2018).

Por ello, en este trabajo nos centramos en mujeres inmigrantes marroquíes, nacidas y socializadas en Marruecos, un colectivo generalmente olvidado y muy relevante en la inclusión social de la familia. Además, el aumento de la venida de estas mujeres como consecuencia del alto porcentaje de reunificaciones familiares (CEA, 2009), hace que sean actualmente casi la mitad de la población marroquí en España (43.80%; OPAM, 2019) y en Andalucía (42.59%; OPAM, 2019). Por tanto, consideramos muy necesario seguir profundizando en cuáles son los elementos que pueden explicar cómo se produce la aculturación de este colectivo concreto. Este conocimiento permitiría establecer estrategias de inclusión social que permitiera mejorar la salud mental de las mujeres y de sus familias que, en muchas ocasiones, tienen que resolver el conflicto de mantener el statu quo o confrontar su situación (LUQUE-RIBELLES; HERRERA; GARCÍA-RAMÍREZ, 2017). Para mejorar la inclusión social de las familias marroquíes en España, es necesario por tanto atender a las mujeres marroquíes inmigrantes. Los estudios sobre este colectivo observan una menor integración general (LOPEZ-ZAFRA; EL GHOUDANI, 2014), presencia de estresores, sobre todo al inicio de su venida al país de acogida, que influyen negativamente en su salud física y psicológica (SORIANO; DALOUH, 2014) y percepción de prejuicio y discriminación (FERNÁNDEZ; MALO DE MOLINA, 2014) relacionado con la existencia de estereotipos, tanto raciales (LÓPEZ-RODRÍGUEZ *et al.*, 2014) como de género (DÍAZ; SELLAMI, 2014). Sin embargo, conforme llevan más tiempo estas mujeres en el país comienzan a identificarse con la sociedad de acogida produciéndose una buena identidad (SORIANO; DALOUH, 2014), y emociones positivas (LÓPEZ-RODRÍGUEZ; CUADRADO; NAVAS, 2017) lo cual puede ayudar a su integración. Por ello, el objetivo de este trabajo es cubrir un aspecto no analizado hasta la fecha y comprobar la estrategia de aculturación más empleada en mujeres marroquíes inmigrantes en Andalucía, cuestión no tratada anteriormente, así como analizar el papel de la autoestima en la relación entre la estrategia de aculturación y su salud a través de la estabilidad emocional.

El proceso de aculturación se refiere a cómo el mero contacto entre poblaciones de distintas culturas (llegada y acogida) implica un cambio en que afecta no solo al grupo sino también a las actitudes, comportamientos, modos de vida, valores e identidad individuales, entre otros. Berry (2005) se refiere a los cambios individuales como consecuencia de la influencia de ambas culturas. Por tanto, es necesario tener en cuenta variables psicosociales (como la autoestima o el apoyo social), ya que la adaptación entre los grupos y los cambios que se derivan de ellos no son exclusivamente de naturaleza cultural y social (NAVAS *et al.*, 2006; 2004; ROJAS; GARCIA; NAVAS, 2003), sino también individual (LÓPEZ-RODRÍGUEZ *et al.*, 2018).

Berry y colaboradores (BERRY, 1990; BERRY, *et al.*, 1989) proponen el Modelo de Aculturación Clásico para categorizar las preferencias en aculturación en función de dos dimensiones actitudinales independientes: valoración del país y cultura de origen y valoración del país y cultura de acogida. La combinación de ambas dimensiones da lugar a un modelo de cuatro posibles actitudes de aculturación: *integración* referida al mantenimiento de la identidad cultural del grupo minoritario a la vez que se produce una apertura y relación con los grupos de la sociedad de acogida, *asimilación* o deseo de abandonar la identidad cultural de origen y de orientarse hacia la sociedad de acogida, *separación/segregación/aislamiento* como mantenimiento de la identidad y tradiciones propias, sin relación del grupo minoritario con la sociedad de acogida, consecuencia de la voluntad del grupo minoritario en la separación y segregación cuando esta situación se debe al control ejercido por el grupo dominante y *marginación/exclusión* en que los individuos o grupos minoritarios pierden el contacto cultural y psicológico tanto con su sociedad de origen como con la sociedad de acogida, y exclusión cuando el grupo dominante pretende imponer la sociedad de acogida, eliminando cualquier posibilidad del grupo subordinado de mantener sus propias raíces y de introducirse en la nueva sociedad (BERRY, 2010). Los estudios realizados en España

sobre estrategias de aculturación muestran que las estrategias de asimilación y marginación/segregación son las que generan mayores problemas de salud mental e integración (BRIONES *et al.*, 2012). Los presupuestos generales sobre este proceso son aplicables a la relación entre dos grupos culturales en cualquier país (NAVAS, 2010). En España el Modelo Ampliado de Aculturación Relativa (MAAR; NAVAS *et al.*, 2005; NAVAS *et al.*, 2004), al igual que el modelo de Berry, tiene en cuenta las actitudes de aculturación de inmigrantes y autóctonos, y propone la consideración de distintos *ámbitos de la realidad sociocultural* en los que pueden darse diferentes estrategias y actitudes de aculturación. El MAAR distingue *ámbitos de aculturación*, desde los más periféricos a los centrales (*e.g.*, NAVAS; ROJAS; GARCÍA, 2006; NAVAS, *et al.*, 2006; NAVAS *et al.*, 2004; NAVAS *et al.*, 2007). En el presente estudio nos centramos en el ámbito central considerando la familia, los principios y valores, y la religión, puesto que los ámbitos centrales, al pertenecer a la esfera privada de las personas, son los que generan mayor resistencia, y deben ser mantenidos por los inmigrantes de acuerdo a su cultura de origen (VÁZQUEZ, 2008).

ACULTURACIÓN, AUTOESTIMA Y SALUD

La adaptación psicológica ha sido definida en términos de sentimientos de bienestar, satisfacción y salud mental (WARD, 1996). La investigación ha encontrado que las personas satisfechas con su vida están, en general, bien ajustadas y mentalmente sanas (DIENER *et al.*, 1985), y también se ha encontrado una correlación positiva entre bienestar psicológico y estabilidad emocional (BERMÚDEZ; ÁLVAREZ; SÁNCHEZ, 2003) y entre felicidad y estabilidad emocional (bajo neuroticismo) (HILLS; ARGYLE, 2001). Asimismo, se ha comprobado que aquellas minorías que perciben discriminación tienen peor bienestar psicológico, sobre todo en el caso de las mujeres (SCHMITT *et al.*, 2014) y esto sucede también en inmigrantes (SEVILLANO *et al.*, 2013).

Esto depende de su percepción, por lo que se ha relacionado el bienestar subjetivo con las estrategias de aculturación (BASABE *et al.*, 2009) y la satisfacción vital tras la experiencia migratoria con el apoyo social percibido, la autoestima y la aproximación y valoración del país de acogida (VALLEJO; MORENO, 2014). Sin embargo, algunos autores señalan que los resultados entre aculturación y bienestar psicológico son inconsistentes (BIRMAN *et al.*, 2014). Esto puede deberse a que, en general, los meta-análisis llevados a cabo (*i.e.* NGUYEN; BENET-MARTINEZ, 2013) han analizado que estrategia de aculturación que se relaciona con el ajuste positivo, obteniendo mejores resultados en la biculturalidad.

No obstante, pueden producirse diferencias en función del estatus de la minoría étnica, por lo que se necesitan más análisis sobre colectivos y contextos concretos (BIRMAN; SIMON 2013). Por ello, en nuestro caso nos centramos en un colectivo concreto (mujeres marroquíes inmigrantes) en un contexto específico (Andalucía, España).

SALUD PSICOLÓGICA: ESTABILIDAD EMOCIONAL Y ANSIEDAD

Muchos de los estudios realizados en el ámbito de la emigración confirman que el proceso migratorio conlleva en sí mismo, una serie de estresores que producen efectos adversos sobre la salud física y psicológica de estos inmigrantes. De hecho, existe evidencia empírica que sugiere una mayor prevalencia de síntomas depresivos en la población inmigrante (BARRO LUGO *et al.*, 2004; MARTÍNEZ; GARCIA; MAYA, 2001). En España, Olivos (1998) resume que más del 80% de la población inmigrante que muestra trastornos afectivos, son mujeres, presentando síntomas de ansiedad y depresión durante periodos prolongados o permanentes. En la misma línea, Navarro Barrios

y Rodríguez González (2003) en un estudio realizado sobre una muestra amplia de inmigrantes procedentes de diferentes países, encontraron que los inmigrantes marroquíes y subsaharianos presentaron puntuaciones más altas de ansiedad. Por otra parte, González-Castro y Ubillos (2011) señalan la importancia de analizar a las mujeres inmigrantes, puesto que encuentran diferencias de género en salud mental relacionado con sus patrones migratorios en inmigrantes de Rumania y Ecuador.

Estudios de revisión como el de Fajardo, Patiño, y Patiño (2008) coinciden en señalar el impacto de los procesos migratorios y las formas de aculturación en la salud psicológica de los migrantes. También Schweitzer, Buckley y Rossi (2002), encontraron que los factores premigratorios, especialmente las experiencias traumáticas se relacionaban consistentemente con la prevalencia del trastorno por estrés postraumático, acompañado de depresión, ansiedad o abuso de sustancias. Otros estudios destacan el papel moderador de las variables sociodemográficas como son los años de residencia (ALATI *et al.*, 2003), o el estatus socioeconómico (CHEUNG, 1995).

En este sentido, Urzúa, Heredia y Caqueo-Urizar (2016) indican que las fuentes de estrés por aculturación con mayor capacidad predictiva en las dimensiones de salud mental son la distancia del país de origen, seguida por las dificultades en las relaciones sociales con otros inmigrantes y la discriminación y rechazo percibido. Igualmente, en un estudio posterior Urzúa, Boudon Torrealba y Caqueo-Urizar, (2017) encontraron que los inmigrantes en Chile que utilizan la estrategia asimilación presentan peores síntomas de salud mental y dificultades en las relaciones interpersonales.

En el presente estudio consideramos que las estrategias de aculturación utilizadas incidirían en una mayor o menor estabilidad emocional y presencia de sintomatología ansiosa.

AUTOESTIMA

La autoestima se define como el elemento valorativo del auto concepto, siendo este último el conjunto de juicios tanto descriptivos como evaluativos acerca de uno mismo (CARDENAL; FIERRO, 2003). La pertenencia a grupos socioculturales tiene un gran impacto en la definición y valoración del sí mismo, produciéndose una mejor autoestima cuando se mantienen vínculos positivos con el propio grupo (SMITH CASTRO, 2005), mientras que la percepción de desigualdad produce una menor autoestima (SCHMITT *et al.*, 2014). De hecho, Nesdale y Mak (2003) encontraron que la autoestima étnica se relaciona positivamente con el contacto endogrupal y la identificación étnica. Asimismo, Bracey, Bámaca, y Umaña-Taylor (2004) encontraron una correlación positiva entre autoestima e identidad étnica, y en la misma línea Verkuyten y De Wolf (2002), en un estudio realizado sobre inmigrantes chinos en Holanda, encontraron una correlación positiva entre mantenimiento cultural y autoestima. Por otra parte, estudios con adultos mejicanos muestran que la aculturación lingüística se relaciona positivamente con la autoestima (MEYLER; STIMPSON; PEEK, 2006). Por tanto, el tener una imagen positiva del grupo de referencia favorece el mantenimiento de contacto endogrupal y mantenimiento cultural, lo que favorece a su vez una mayor autoestima. Igualmente, Urzúa *et al.*, (2018) en inmigrantes colombianos y peruanos en Chile, encuentran que una mayor autoestima reducía los efectos de la discriminación percibida sobre el bienestar psicológico. La autoestima serviría, por tanto, como un factor protector mediando esta relación. Sería interesante conocer si algo similar puede producirse en mujeres marroquíes en España.

Sin embargo, los resultados en aculturación varían en función del grupo analizado. Por ejemplo, los estudios con adolescentes muestran resultados contradictorios. Existen trabajos que muestran una mayor asociación entre la integración y un concepto positivo, mientras que la asimilación se relaciona a una baja autoestima (PHINNEY; CHAVIRA; WILLIAMSON, 1992), pero otro estudio con adolescentes inmigrantes chinos en USA no encuentra relación entre aculturación y autoestima (YU; BERRYMAN, 1996). Cuando este aspecto se analiza longitudinalmente, el patrón varía comprobándose que los niveles de autoestima van disminuyendo a lo largo del tiempo (LÖNNQVIST; HENNIG-SCHMIDT; WALKOWITZ, 2015) o incluso esta relación se produce como una curva en U en la autoestima, es decir, después de una disminución inicial posterior a la migración, la autoestima empezó gradualmente a aumentar (TARTAKOVSKY, 2009, en una muestra de adolescentes inmigrantes en Israel). Además, si nos centramos en las mujeres, se ha observado que las mujeres inmigrantes muestran un mayor grado de compromiso y participación en tradiciones culturales que los hombres (*i.e.* con inmigrantes ecuatorianos en España; MARTÍNEZ *et al.*, 2007), lo cual podría dar lugar a que las mujeres se separaran/aislaran/segregaran más que los hombres para mantener su modelo cultural.

En nuestro estudio pretendemos verificar la relación entre la estrategia o actitud de aculturación y los niveles de autoestima auto percibida en una muestra de mujeres inmigrantes marroquíes. En concreto, creemos que debe existir una relación entre las variables psicológicas consideradas (autoestima, aculturación y estabilidad emocional) siendo las mujeres con mayor autoestima las que muestren mayor estabilidad emocional y se integren en mayor medida (*Hipótesis 1*).

Además, consideramos que tener una relación positiva solo con el endogrupo (segregación, separación o aislamiento) o una relación positiva tanto con el endogrupo como el exogrupo (integración) estaría asociada a altos niveles de autoestima; mientras que la imposibilidad de establecer vínculos con ninguno de éstos grupos (marginalización) o una negativa actitud hacia el propio grupo (asimilación) estaría asociada a bajos niveles de autoestima (*Hipótesis 2*). Por último, creemos que la autoestima es un importante mediador entre el proceso de aculturación y la salud psicológica (*Hipótesis 3*).

MÉTODO

PARTICIPANTES

Participaron 129 mujeres con una edad media de 29 años (DT = 9.40; rango 16 - 67), que completaron un cuestionario de forma voluntaria. Las participantes llevaban una media de 6 años en España (DT = 3.60) y vivían en la provincia de Jaén, en la que el colectivo de marroquíes supone el 31.34% del total de la población extranjera, siendo en el caso de las mujeres el 28.20% del total de mujeres extranjeras (INE, 2020). Con relación al nivel educativo, la mayoría cuenta con estudios intermedios (N= 56; 43.41%), seguidas de las que han realizado estudios universitarios (N=35; 27.47%), mientras que el 16.28% han cursado primaria y solo el 13.18% no tienen estudios. El 51.2% viven con sus parejas, el 19.7% con sus padres y el 29.1% viven solas. Como criterio de inclusión se tuvo en cuenta que, tanto ellas como sus padres, hubieran nacido en Marruecos.

INSTRUMENTOS

Se utilizó el **cuestionario MAAR** sobre estrategias y actitudes de Aculturación, versión inmigrante (NAVAS *et al.*, 2004). Se ha realizado una adaptación de los ítems a los objetivos del estudio. En concreto se eligieron los 16 ítems relacionados con los ámbitos centrales (familia, religión, valores), divididos en dos bloques (Actitudes y Estrategias) de 8 ítems cada uno con una escala de respuesta distinta en cada bloque de 6 alternativas.

En el caso de la evaluación de Actitudes, se les pedía a los participantes que evaluaran cómo de positivo o negativo perciben su cultura de origen y la cultura del país de acogida en relación a los siguientes 4 ámbitos (relación de pareja –Grado y manera de comunicarse con la pareja, forma de tomar decisiones-, educación de los hijos - grado de supervisión, tiempo dedicado para estar con ellos-, personas mayores -Respeto a las personas mayores, el grado de cuidado que les ofrece- y religión -Presencia de la religión en la vida-). La escala de respuesta era 1: Muy malos/as; 2: Malos/as; 3: Ni malos/as ni buenos/as; 4: Buenos/as; a 5: Muy buenos/as; 9: No sabe/no conoce lo suficiente. En cuanto a las Estrategias, se les pedía a las participantes que indiquen el grado de mantenimiento de su cultura del país de origen, y el grado de adopción de la cultura de acogida en relación a los mismos ámbitos. Se contesta con una escala de respuesta de 1: Nada a 5: Mucho y una alternativa de NS/NC.

Escala de Autoestima de Rosenberg: se utilizó la adaptación de Vázquez, Jiménez, y Vázquez-Morejón (2004) a población española. La escala incluye diez ítems cuyos contenidos se centran en los sentimientos de respeto y aceptación de sí mismo/a. La mitad de los ítems están enunciados positivamente (i.e. Estoy convencida de que tengo cualidades buenas) y la otra mitad negativamente (i.e. Hay veces que realmente pienso que soy una inútil). Con una forma de respuesta tipo Likert en una escala de cuatro puntos (desde 1: muy desacuerdo, a 4: muy de acuerdo). Su consistencia interna oscila entre .85 y el .88, y fiabilidad test retest del .72 al .85 (VÁZQUEZ- MOREJÓN, 2004). En nuestro estudio el índice de fiabilidad de la escala es de $\alpha = .75$.

Subescala de Neocriticismo del NEO FFI: para evaluar la estabilidad emocional. Esta es una versión reducida del inventario de personalidad Neo PI – R (JUNIOR COSTA; MCCRAE, 1992) validada al castellano por Aluja; García; García, (2002).

La sub-escala de neuroticismo está compuesta por 12 ítems (i.e. A menudo me siento tensa e inquieta) con una escala de respuesta tipo Likert de 5 alternativas (1: totalmente desacuerdo a 5: totalmente de acuerdo). Una puntuación por debajo de la media en neuroticismo informa de una mayor estabilidad emocional y viceversa. Fiabilidad en nuestro estudio de $\alpha = .81$.

Escala State-Trait Anxiety Inventory – STAI: (inventario de ansiedad estado y rasgo; SPIELBERGER; GORSUCH; LUSHENE, 1988). En nuestro estudio nos interesa conocer los niveles de ansiedad rasgo de nuestras participantes, por tanto, solo se ha utilizado la segunda parte de esta escala (R), que está compuesta por 20 frases, que se puntúan en una escala tipo Likert de 4 puntos (1: casi nunca a 4: casi siempre), y determina cómo se siente el sujeto normalmente (i.e. Me preocupo demasiado por cosas sin importancia). En nuestro estudio la fiabilidad es $\alpha = .83$.

Datos sociodemográficos: las participantes informaron sobre su edad, nacionalidad de los padres, país de nacimiento, nivel de estudios, tiempo en España, con quien viven, tipo de permiso de residencia, nacionalidad de la pareja, así como si trabajaban o no y el tipo de trabajo, con el fin de definir con mayor precisión la muestra.

PROCEDIMIENTO

Para la realización de este estudio contamos con la colaboración de diferentes entidades donde acuden con mayor frecuencia los inmigrantes para solventar sus problemas. El 40% de las participantes completaron el cuestionario en algunas de las entidades colaboradoras, y el 60% fueron contactadas mediante el método de bola de nieve. Su participación fue voluntaria, individual y anónima. Para eliminar posibles sesgos se utilizó el método de doble ciego, donde tanto la entrevistadora como la entrevistada desconocían los objetivos del estudio. Todas las participantes completaron un cuestionario que recogía las escalas de interés,

que fueron traducidas al árabe para eliminar el posible efecto de comprensión debido al idioma. Además, las escalas se contrabalancearon en orden A y B (inverso) para controlar efectos de orden de presentación.

TRADUCCIÓN Y ADAPTACIÓN DE ESCALAS

Para realizar la traducción y adaptación seguimos las instrucciones de la guía de International Test Commission (ITC, 2000; MUÑIZ; ELOSUA; HAMBLETON, 2013) que implica una combinación de diseño de traducción hacia delante/hacia detrás. Dos personas con gran dominio de ambos idiomas realizaron la traducción al árabe. Posteriormente, estas dos versiones se discutieron y se elaboró una versión consensuada, que fue presentada a un experto lingüista para realizar los ajustes y las correcciones. Con esta versión se pasó al back-translation en el que otra tercera persona volvió a traducirlo al español. Puesto que esta traducción coincidió en su mayor parte con la versión original de partida, se conservó la versión final consensuada y corregida por el experto. Finalmente, se pasó el cuestionario a cuatro personas con diferentes niveles educativos para obtener feedback sobre su comprensión. Una vez corregidos los desajustes se dio por concluido este proceso.

RESULTADOS

Para el análisis de los resultados empleamos el paquete estadístico IBM SPSS v. 19. y PROCESS v. 3.4 (HAYES, 2018) para los análisis mediacionales. Como paso previo, analizamos el efecto del orden en que se aplicaron los instrumentos (A y B), y los resultados no arrojaron diferencias significativas ($p > .05$), por lo que esta variable no se tuvo en cuenta en los análisis posteriores.

En primer lugar, se analizó si la valoración del país de origen y del país de acogida, el mantenimiento de la cultura de origen y la adopción de la cultura del país

de acogida se relacionan con ansiedad, neuroticismo y autoestima mediante correlaciones bivariadas. A continuación, se realizaron análisis de varianza (ANOVA) para comprobar si se producen diferencias significativas en los niveles de ansiedad, neuroticismo y autoestima en función de las actitudes o estrategias de aculturación desarrollados tanto a nivel general como a nivel de cada ámbito por separado. Finalmente, se exploró el papel mediador de la autoestima en la relación entre aculturación y ansiedad y entre aculturación y neuroticismo.

Los análisis de correlación de Pearson revelaron (véase la Tabla 1) que la autoestima correlaciona de forma positiva tanto con actitud o percepción de su cultura de origen (Marruecos) como con la estrategia de mantenimiento de su cultura de origen. Sin embargo, no se produce correlación significativa con la actitud hacia España, ni con la estrategia de adopción de la cultura de acogida. Por tanto, las mujeres que valoran de forma positiva su cultura de origen y la mantienen manifiestan una mayor autoestima. En cuanto a las otras variables encontramos una correlación negativa entre la autoestima y ansiedad, y entre autoestima y neuroticismo, de manera que a mayor autoestima, menor ansiedad y mayor estabilidad emocional.

Asimismo, se produce una correlación negativa y significativa entre neuroticismo y cultura de origen mantenida, lo que significa que a mayor mantenimiento de la cultura de origen expresan menor neuroticismo y, por tanto, se produce una mayor estabilidad emocional. Por otra parte, se produce una correlación negativa entre ansiedad y la valoración que se tiene del país de origen.

Esto implica que tener una imagen positiva del país de origen se relaciona con menor ansiedad. Sin embargo, no se produce ninguna correlación significativa entre neuroticismo, ansiedad y valoración y adopción de la cultura del país de acogida. Además, encontramos que la valoración del país de origen se relaciona más fuertemente con una estrategia de mantenimiento que con una de adopción, mientras que la valoración del país de acogida se relaciona más con la estrategia de adopción de la cultura del país de acogida que de mantenimiento de la propia cultura. Esto implica que tener una imagen positiva del país de origen se relaciona con un mayor mantenimiento de la cultura de origen, niveles más altos de autoestima y menores niveles de ansiedad y neuroticismo. Por tanto, las mujeres que optan por un proceso de asimilación o marginación son las que expresan mayor ansiedad y neuroticismo, mientras que las que optan por un proceso de separación o integración se sienten más estables emocionalmente y tendrían menor ansiedad.

Tabla 1 – Correlaciones entre las distintas variables

Variables	1	2	3	4	5	6	7
1.Autoestima	1	-.533**	-.341**	.195*	.051	.270**	.026
2. Neuroticismo		1	.706**	-.126	.076	-.203*	-.057
3.Ansiedad			1	-.253*	.083	-.077	-.042
4. Valoracion cultura origen				1	.352**	.448**	.343**
5. Valoraciónpaís acogida					1	.331**	.486**
6. Mantenimientocultura origen						1	.481**
7. Adopción cultura acogida							1

*La correlación es significativa al nivel .05;

** La correlación es significativa al nivel .01.

Fuente: Elaboración propia (2020).

Los análisis de varianza no arrojan diferencias significativas en los niveles de ansiedad y neuroticismo en función de la estrategia o actitud de aculturación desarrollada. Y tampoco en los niveles de autoestima. Para comprobar si este patrón de respuesta se produce en todos los ámbitos centrales considerados en este estudio, realizamos los mismos análisis para cada ámbito por separado.

Los resultados arrojan que, a nivel actitudinal, la ansiedad correlaciona de forma negativa con el valor 2 (educación de los hijos) y el valor 4 (religión) del país de origen ($r = -.281$; $p < .005$ y $r = -.271$; $p < .005$ respectivamente) y positivamente con el valor religión del país de acogida ($r = .255$; $p < .005$); mientras que el neuroticismo correlaciona de forma negativa con el valor religión del país de origen ($r = -.269$; $p < .005$). Por otro lado, a nivel estratégico encontramos que el mantenimiento del valor religión correlaciona de forma negativa tanto con ansiedad como con neuroticismo ($r = -.200$; $p < .005$ y $r = -.224$; $p < .005$).

Del mismo modo, para comprobar si se producen diferencias significativas en los niveles de ansiedad y neuroticismo informados en función de las estrategias o actitudes de aculturación desarrollados en cada ámbito por separado, realizamos análisis de varianza para cada ámbito de forma aislada, y hallamos que solo se producen diferencias significativas respecto al ámbito de la religión. En este caso, a nivel estratégico, hallamos diferencias significativas en los niveles de neuroticismo en función de la estrategia de aculturación desarrollada ($F(3, 107) = 2.89$; $p = .039$) siendo las que optan por la integración y la separación son las que puntúan más bajo en neuroticismo (véase Tabla 2); mientras que a nivel actitudinal, hallamos que se producen diferencias significativas tanto en neuroticismo como en ansiedad ($F(3, 107) = 3.76$; $p = .013$ y $F(3, 107) = 3.53$; $p = .017$ respectivamente) siendo las mujeres que optan por la asimilación a nivel actitudinal son las que informan niveles más altos de ansiedad y neuroticismo (Tabla 3).

Tabla 2 – Medias (M) y desviación estándar (DT) en Neuroticismo para estrategias de aculturación en el valor de religión

Estrategias de aculturación	Neuroticismo M(DT)
Marginación	27.07 (7.99)
Asimilación	20.90 (7.06)
Integración	19.94 (8.78)
Separación	19.73 (8.10)

Fuente: Elaboración propia (2020).

Tabla 3 – Medias (M) y desviación estándar (DT) en Ansiedad y Neuroticismo para actitudes de aculturación en el valor de religión

Estrategias de aculturación	Valor religión	
	Ansiedad M(DT)	Neuroticismo M(DT)
Asimilación	39.16 (8.54)	34.33 (7.57)
Marginación	27.77 (8.21)	22.65 (7.8)
Integración	28.11 (8.99)	21.43 (8.04)
Separación	24.50 (8.67)	19.51 (8.16)

Fuente: Elaboración propia (2020).

En cuanto a la variable autoestima, si se analizan las estrategias de aculturación para cada ámbito por separado, se comprueba que las mujeres que puntúan alto en autoestima tienden a optar por una estrategia de separación en los valores relacionados con la educación de los hijos ($F(3, 107) = 2.47$; $p = .049$), y el respeto a los mayores ($F(3, 107) = 3.69$; $p = .014$) (véase Tabla 4). Mientras que la puntuación menor en autoestima corresponde con aquellas mujeres que se marginan, lo cual nos da a entender que, si se sienten solas, marginadas y sin contacto con ninguno de los grupos, tampoco se van a sentir bien consigo mismas.

Tabla 4 – Medias (M) y desviación estándar (DT) en autoestima para estrategias de aculturación en los valores de educación de los hijos y respeto a los mayores

AUTOESTIMA		
Estrategias de aculturación	Valor 2. (Educa hijos) M(DT)	Valor 3. (Respeto mayores) M(DT)
Separación	33.16 (4.34)	33.23 (4.61)
Integración	31.72 (3.89)	31.40 (3.98)
Asimilación	31.71 (5.79)	30.50 (5.58)
Marginación	29.25 (5.14)	28.27 (4.48)

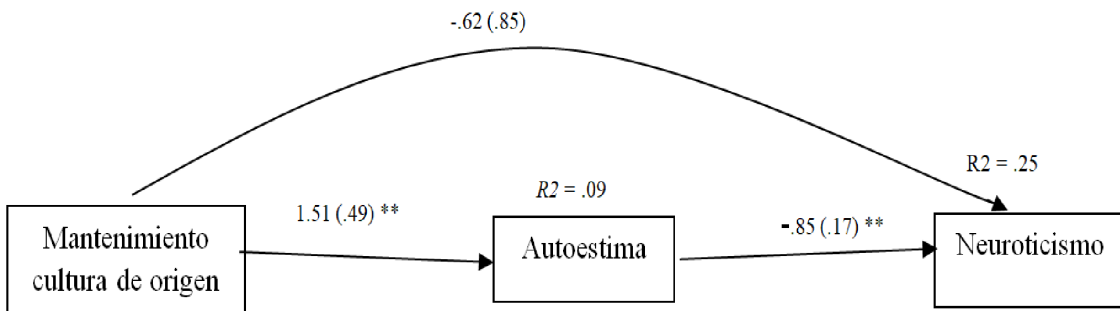
Nota. La puntuación máxima que se puede obtener en autoestima es de 40 puntos y la mínima de 10.
Fuente: Elaboración propia (2020).

Estos resultados son congruentes con los anteriores, puesto que la separación y la integración, tanto como estrategia y como actitud de aculturación, es el resultado de una valoración positiva de la cultura de origen que conlleva, en la mayoría de los casos, al mantenimiento de la misma; mientras que la asimilación es el resultado de una valoración negativa y bajo mantenimiento de la cultura de origen. Todo ello implica que estas mujeres sufren menos ansiedad y experimentan mayor estabilidad emocional cuando se sienten reforzadas en su propio grupo, sobre todo en el ámbito de la religión.

Finalmente, para poner a prueba nuestra hipótesis sobre el papel mediador de la autoestima se llevaron a cabo los siguientes análisis. En primer lugar, para comprobar si los procesos de aculturación predicen los niveles de ansiedad y neuroticismo, realizamos análisis de regresión, y hallamos que efectivamente el mantenimiento de la cultura de origen predice los niveles de neuroticismo ($\beta = -.203$; $R2$ corregida = .031; Cambio en $F = 4,039$; $p < .047$), y la valoración del país de origen predice los niveles de ansiedad ($\beta = -2.59$; $R2$ corregida = .054; Cambio en $F = 6.75$; $p < .011$).

A continuación, y para comprobar el posible efecto mediador de la autoestima en estas dos relaciones realizamos el análisis de mediación, utilizando el macro Process (HAYES, 2018). Como se muestra en la Figura 1, un mayor mantenimiento de la cultura de origen aumenta la autoestima, y una alta autoestima provoca una disminución en los niveles de neuroticismo. Además, se verificó que el mantenimiento de la cultura de origen predecía indirectamente, a través de la autoestima, el neuroticismo experimentado ($B = -1.28$ (.489), $CI95\% = -2.4049, -.5001$). Los intervalos de confianza no incluyen el valor 0, lo que nos permite afirmar que el efecto indirecto es negativo y estadísticamente significativo.

Figura 1 – La autoestima mediando el efecto del mantenimiento de la cultura de origen sobre neuroticismo en mujeres inmigrantes marroquíes en España



Nota: Los índices muestran valores no estandarizados.
** $p < .01$;
* $p < .05$.
Fuente: Elaboración propia (2020).

El efecto directo del mantenimiento de la cultura de origen sobre el neuroticismo era inicialmente no significativo ($B = -.62 (.85)$, $t = -.73$, $p = .46$, $CI95\% = -2.3115, 1.0654$). Sin embargo, el efecto total, una vez que se incluyó la variable mediadora, es significativo ($B = -1.9070 (.909)$, $t = -2.096$, $p = .038$, $CI95\% = -3.7136, -.1005$).

En cuanto a la relación entre la valoración de la cultura de origen y ansiedad, hallamos que la valoración de la cultura de origen solo predecía directamente los niveles de ansiedad experimentados ($B = -2.2102 (1.0553)$, $t = -2.0943$, $p = .038$, $CI95\% = -4.3047, -.1157$); mientras que su efecto indirecto a través de la autoestima no es estadísticamente significativo puesto que los intervalos de confianza incluyen el valor 0.

En resumen, nuestros resultados muestran que la autoestima solo interfiere a nivel del plano real de la aculturación, mediando el efecto del mantenimiento de la cultura de origen sobre la estabilidad emocional.

CONCLUSIONES Y DISCUSIÓN

Los resultados del presente estudio indican que el proceso de aculturación elegido influye sobre la estabilidad emocional de las mujeres inmigrantes, pero solo en la dimensión de la valoración y el mantenimiento de la cultura de origen, y no en función de la estrategia o la actitud desarrollada en general, puesto que este último es el resultado de la combinación de esta primera dimensión con la dimensión de la valoración y/o la adopción de la cultura del país de acogida. En concreto, hallamos que una valoración positiva y el mantenimiento del valor de la religión conforme a la cultura de origen es el que ha mostrado una mayor relación con la estabilidad emocional y ansiedad.

Además, comprobamos que el plano ideal o actitudinal del proceso de aculturación, influye sobre los niveles de ansiedad, puesto que en función de la valoración que se tiene del país de origen, se experimenta una mayor o menor sintomatología ansiosa.

Cuando la valoración del grupo de referencia se ve afectada se experimenta mayores niveles de ansiedad. Por otra parte, el plano real o estratégico a través del grado de mantenimiento de la cultura de origen, es el que predice los niveles de neuroticismo experimentados. Además, el mantenimiento de la cultura de origen se relaciona con mayor estabilidad emocional. Esta relación entre el mantenimiento de la cultura de origen y la estabilidad emocional experimentada no se produce de una forma directa, sino a través de la mediación de la autoestima. Puesto que esta última se ve afectada por el grado de mantenimiento de la cultura de origen, observamos que este mantenimiento de la cultura del grupo de referencia se relaciona con niveles más altos de autoestima, este aumento en la autoestima es el que lleva a su vez a aumento en los niveles de estabilidad emocional experimentados.

Como podemos apreciar, nuestro estudio plantea un análisis novedoso sobre los procesos de aculturación. En primer lugar, se basa en un colectivo concreto muchas veces olvidado, que depende mucho de su situación como inmigrantes en el país de acogida. En el caso de las mujeres marroquíes suelen venir como consecuencia de la reagrupación familiar y el porcentaje de mujeres que trabajan una vez aquí es mucho menor que el de hombres. De hecho, este asilamiento físico de partida hace que se relacionen mucho menos con otras personas de la sociedad de acogida, provocando una separación/aislamiento también psicológico, cosa que les lleva en la mayoría de los casos a refugiarse y reforzarse en su grupo de origen. Vemos que la autoestima está relacionada con estos procesos, sobre todo en la parte relacionada con el país de origen, si bien es necesario profundizar en esta relación puesto que nuestros resultados no arrojan relaciones entre la autoestima y la cultura del país de acogida. Además, el poder mantener la cultura de origen, y la valoración que se tiene de esta cultura son los factores que hacen que estas mujeres disfruten de mayor estabilidad emocional, y menor ansiedad, es decir, no siempre la asimilación es la mejor estrategia de aculturación para la salud.

Además, esta relación entre los procesos de aculturación y la estabilidad emocional se produce a través de la autoestima. Por tanto, las mujeres cuya estrategia o actitud de aculturación es separación o integración cuentan con mayor autoestima, y experimentan mayor estabilidad emocional y menor ansiedad. Pero, en el caso de la separación, esto hace que su integración sea menor y se centren en el ámbito más familiar. Además, comprobamos que la religión, en esta muestra eran todas musulmanas, se establece como un pilar de vínculo familiar y de tradición, haciendo que valoren positivamente estos aspectos, pero al mismo tiempo influya en su forma de aculturarse, prefiriendo la separación e identificación con su grupo para mantener estas tradiciones que, por otro lado, les permite reducir su ansiedad y lograr una mayor autoestima.

Creemos que nuestro trabajo contribuye al avance del conocimiento en varios sentidos. Por una parte, los resultados obtenidos confirman la mayor parte de las hipótesis planteadas. En concreto, se ha comprobado que el mantenimiento de la cultura de origen es la que predice mayor autoestima, que a su vez predice mayor estabilidad emocional. Por tanto, el poder conservar o no su cultura de origen es lo que realmente amenaza su autoestima. Seguir teniendo una valoración positiva de su grupo de referencia y poder mantener su cultura, refuerza su autoestima, lo que, a su vez hace que experimenten mayor estabilidad emocional. Estos resultados van en la misma línea de los estudios de la Teoría de la Identidad Social que consideran que una vinculación positiva con el grupo étnico de referencia representa una base más sólida para la autoestima que al abandonar los lazos con los grupos de referencia (TAJFEL; TURNER, 1979).

Entre las limitaciones destacamos que este estudio tiene un carácter exploratorio ya que no se contaba apenas con escalas destinadas al colectivo inmigrante y aún menos en árabe. Además, debido a las dificultades para poder acceder a la muestra con grandes reticencias por parte de las participantes, la recogida de datos se extendió mucho en el tiempo y ha limitado el número final de participantes.

También sería de mucho interés contar con estudios que permitan obtener datos longitudinales, así como atender a las características sociodemográficas de estas mujeres y su impacto en la autoestima. En nuestro caso, observamos que las mujeres que viven con sus padres son las que puntúan más en separación ($Chi\ cuadrado = 12.875, p = .045$) por lo que, en este caso, el vivir con alguien de la familia hace que las mujeres se encierren y se refugien en su entorno más cercano. Sin embargo, dado el tamaño muestra, las n por celda no son comparables totalmente, por lo que sería necesario profundizar en este hecho, así como comprobar si se producen interacciones entre el tiempo de estancia, edad y otras variables y el efecto de todos estos elementos en la autoestima. En cualquier caso, este estudio es pionero en medir y analizar el papel de la autoestima en mujeres marroquíes inmigrantes en España, por lo que supone un camino interesante de investigación. Como podemos comprobar, el proceso de aculturación es complejo y debe considerarse no sólo variables culturales, sino también sociales y psicológicas. Por tanto, habrá que seguir profundizando en la elaboración de un posible modelo de relación de dichas variables.

Finalmente, este trabajo aporta datos de mucho interés a tener en cuenta en futuras intervenciones psico-sociales. Puesto que las mujeres inmigrantes se sienten peor cuando optan por una estrategia de asimilación, que cuando optan por una estrategia de separación y, dado que el mantenimiento de la cultura del grupo de referencia se relaciona con niveles más altos de autoestima, y que este aumento en la autoestima produce estabilidad emocional, las intervenciones psico-sociales favorecedoras de la integración deberían incorporar en elementos de ambas culturas que permita conocer mejor la cultura de acogida y la cultura de origen. Además, sería conveniente que las experiencias interculturales comenzaran por las mujeres, que tienen un acceso más limitado a la cultura de acogida, para que fueran ellas las que incorporaran a las familias rompiendo la cadena de estereotipos.

Asimismo, sería conveniente favorecer el conocimiento de distintas religiones y formas de espiritualidad fomentando sus puntos en común y sus valores.

REFERENCIAS

ALATI, R. *et al.* Changes in mental health status amongst children of migrants to Australia: a longitudinal study. *Sociology of health*, v.25, n.7, p. 866-888, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1467-9566.2003.00373.x>. Acesso em: 30 maio 2019.

ALUJA, A.; GARCÍA, Ó.; GARCÍA, L. F. A comparative study of Zuckerman's three structural models for personality through the NEO-PI-R, ZKPQ-III-R, EPQ-R and Goldberg's 50-bipolar adjectives. *Personality and Individual Differences*, v.33, n.5, 713-725, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0191886901001866>. Acesso em: 30 maio 2019.

BARRO LUGO, S. *et al.* Depresión y ansiedad en inmigrantes no regularizados. *Atención Primaria*, 2004, v.34, n.9, p. 504, 2004. Disponível em: <https://www.elsevier.es/es-revista-atencion-primaria-27-articulo-depresion-ansiedad-inmigrantes-no-regularizados-13069042>. Acesso em: 30 maio 2019.

BASABE, N. *et al.* Salud e inmigración: aculturación, bienestar subjetivo y calidad de vida. *Ikuspegi: Observatorio Vasco de Inmigración*. 2009. Disponível em: https://www.ikuspegi.eus/documentos/investigacion/es/3ikusgai_salud_inmigracion_ikuspegi.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

BERMÚDEZ, M.P.; ÁLVAREZ, I.T.; SÁNCHEZ, A. Análisis de la relación entre inteligencia emocional, estabilidad emocional y bienestar psicológico. *Universitas Psychologica*, v.2, n.1, p. 27-32, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64720105>. Acesso em: 30 maio 2019.

BERRY, J.W. Psychology of acculturation. *In: BERMAN, J. (Ed.). Cross-cultural perspectives: Nebraska symposium on motivation*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, p. 457-488, 1990.

_____. Acculturation: living successfully in two cultures. *International Journal of Intercultural Relations*, v.29, p. 697-712, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014717670500132X>. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. Acculturation. *In: ORGANISTA, P.; MARÍN G.; CHUN K.M. (Eds.). The psychology of ethnic groups in the United States*. San Francisco, California, US: SAGE Publications, p. 99-133, 2010.

_____. *et al.* Acculturation attitudes in plural societies. *Applied Psychology*, v.38, p. 185-206, 1989. DOI: 10.1111/j.1464-0597.1989.tb01208.

BIRMAN, D.; SIMON, C.D. Acculturation research: challenges, complexities, and possibilities. *In: TRIMBLE, J. et al. (Eds.). APA handbook of multicultural psychology*. Washington, DC: American Psychological Association, 2013.

_____. *et al.* A life domains perspective on acculturation and psychological adjustment: a study of refugees from the former Soviet Union. *American Journal of Community Psychology*, v.53, p. 60-72, 2014. DOI: 10.1007/s10464-013-9614-2.

BRACEY, J.R.; BÁMACA, M.Y.; UMAÑA-TAYLOR, A.J. Examining ethnic identity and self-esteem among biracial and monoracial adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, v.33, n.2, p. 123-132, 2004. DOI: 10.1023/B:JOYO.0000013424.93635.68

BRIONES, E. *et al.* Psychological adaptation of Moroccan and Ecuadorean immigrant adolescents in Spain. *International Journal of Psychology*, v.47, p. 28-38, 2012. DOI: 10.1080/00207594.2011.569722.

CARDENAL, V.; FIERRO, A. Componentes y correlatos del auto concepto en la escala de Piers-Harris. *Estudios de Psicología*, v.24, p. 101-111, 2003. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1174/021093903321329094?journalCode=redp20>. Acesso em: 30 maio 2019.

CENTRO DE ESTUDIOS ANDALUCES (CEA). *Marroquíes en Andalucía: dinámicas migratorias y condiciones de vida*. (Moroccan in Andalusia: migration dynamics and life conditions). Consejería de la presidencia. Sevilla, 2009. Disponível em: <https://www.centrodeestudiosandaluces.es/publicaciones/n-40-marroquies-en-andalucia>. Acesso em: 30 maio 2019.

CICOGNANI, E. *et al.* Acculturation, social exclusion and resistance: Experiences of young Moroccans in Italy. *International Journal of Intercultural Relations*, v.66, p. 108-118, 2018. DOI: 10.1016/j.ijintrel.2018.07.002.

JUNIOR COSTA, P.T.; MCCRAE, R. R. *Revised NEO Personality Inventory: Professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources, 1992.

CHEUNG, P. Acculturation and psychiatric morbidity among Cambodian refugees in New Zealand. *International Journal of Social Psychiatry*, v.41, p. 108-119, 1995. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002076409504100204>. Acesso em: 30 maio 2019.

DE HOON, S.; VAN TUBERGEN, F. The religiosity of children of immigrants and natives in England, Germany, and the Netherlands: the role of parents and peers in class. *European Sociological Review*, v.30, n.2, p. 194-206, 2014. DOI:10.1093/esr/jcu038.

DÍAZ, A.; SELLAMI, K. Traits and roles in gender stereotypes: a comparison between Moroccan and Spanish native samples. *Sex Roles*, v.70, p. 457-467, 2014. DOI: 10.1007/s11199-013-0335-7.

- DIENER, E. *et al.* The satisfaction with life scale. *Journal of Personality Assessment*, v.49, p. 71-75, 1985. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16367493/>. Acesso em: 30 maio 2019.
- FAJARDO, M.; PATIÑO, M.I.; PATIÑO, C. Estudios actuales sobre aculturación y salud mental en inmigrantes: revisión y perspectivas. *Revista iberoamericana de psicología: ciencia y tecnología*, v.1, n.1 p. 39-50, 2008. Disponível em: <https://reviberopsicologia.iberu.edu.co/article/view/rip.1104>. Acesso em: 30 maio 2019.
- FERNÁNDEZ VELASCO, E.; MALO DE MOLINA, I. Percepción de la discriminación por el origen racial o étnico por parte de las potenciales víctimas en 2013. *Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad*, 2014. Disponível em: <https://igualdadynodiscriminacion.igualdad.gob.es/recursos/publicaciones/2015/percepcionDiscriminacion.htm>. Acesso em: 30 maio 2019.
- GONZÁLEZ-CASTRO, J.L.; UBILLOS, S. Determinants of psychológica distress among migrants from Ecuador and Romania in a Spanish city. *International Journal of Social Psychiatry*, v.57, p. 30-44, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020764009347336>. Acesso em: 30 maio 2019.
- HAYES, A.F. *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: a regression-based approach*. New York: The Guilford Press, 2018. 692p.
- HYDE, J.S.; DELAMATER, J.D. *Understanding Human Sexuality*. EUA: McGraw-Hill, 2014.
- HILLS, P.; ARGYLE, M. Emotional stability as a major dimension of happiness. *Personality and Individual Differences*, v.31, n. 8, p. 1357-1364, 2001. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2001-10015-011>. Acesso em: 30 maio 2019.
- INTERNATIONAL TEST COMMISSION (ITC). International Test Commission Guidelines for Translating and Adapting Tests, 2000. Disponível em: https://www.intestcom.org/files/guideline_test_adaptation_2ed.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICOS (INE). Estadística de padrón continuo. Datos a 1 de enero de 2020, 2020. Disponível em: <https://www.ine.es/index.htm>. Acesso em: 30 maio 2020.
- KALMIJN, M.; KRAAYKAMP, G. Determinants of cultural assimilation in the second generation. A longitudinal analysis of values about marriage and sexuality among Moroccan and Turkish migrants, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v.44, n.5, p. 697-717, 2018. DOI: 10.1080/1369183X.2017.1363644.
- LÓPEZ-RODRÍGUEZ, L.; CUADRADO, I.; NAVAS, M. I will help you because we are similar: quality of contact mediate the effect of perceived similarity on facilitative behaviour towards immigrants. *International Journal of Psychology*, v.52, p. 273-282, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ijop.12212>. Acesso em: 30 maio 2020.
- _____. *et al.* Adjustment outcomes of native and immigrant youth in Spain: A mediation model. *The Spanish Journal of Psychology*, v.21, p. 1-10, 2018. DOI:10.1017/sjp.2018.19.
- _____. *et al.* Explaining majority members' acculturation preferences: a mediation model. *International Journal of Intercultural Relations*, v.38, p. 36-46, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0147176713000801>. Acesso em: 30 maio 2020.
- LOPEZ-ZAFRA, E.; EL GHOUDANI, K. The influence of culture of honor and emotional intelligence in the acculturation of Moroccan immigrant women. *The Spanish Journal of Psychology*, v.17, p. 1-9, 2014. DOI: 10.1017/sjp.2014.53.
- LÖNNQVIST, J.E.; HENNIG-SCHMIDT, H.; WALKOWITZ, G. Ethnicity and sex-based discrimination and the maintenance of self-esteem. *PLoS ONE*, v.10, n.5, p. 2-19, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0124622.
- LUQUE-RIBELLES, V.; SÁNCHEZ, I.; GARCIA-RAMIREZ, M. Experiences of oppression, liberation, and well-being among Moroccans in Andalusia. *Journal of Community Psychology*, v.45, n.7, p.831-845, 2017. DOI: 10.1002/jcop.21895.
- MARTÍNEZ, M.F., GARCÍA, M.; MAYA, I. El efecto amortiguador del apoyo social sobre la depresión en un colectivo de inmigrantes. *Psicothema*, v.13, n.4, p.605-10, 2001. Disponível em: <http://www.psicothema.com/psicothema.asp?id=486>. Acesso em: 30 maio 2020.
- _____. *et al.* Autoestima colectiva y aculturación en inmigrantes ecuatorianos. *Apuntes de Psicología*, v.25, n.1, p. 67-78, 2007. Disponível em: <http://www.apuntesdepsicologia.es/index.php/revista/article/view/115>. Acesso em: 30 maio 2020.
- MEYLER, D.; STIMPSON, J.P.; PEEK, M.K. Acculturation and self-esteem among older Mexican Americans. *Aging & Mental Health*, v.10, n.2, p. 182-186, 2006. DOI: 10.1080/13607860500310450.
- MORALES, L. *et al.* Capital social, pautas identitarias y actitudes hacia "los otros": la incorporación cívica de la población de origen inmigrante en Barcelona y Madrid. *Panorama Social*, n.8, p.119-142, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2773884>. Acesso em: 30 maio 2020.
- MUÑIZ, J.; ELOSUA, P.; HAMBLETON, R.K. Directrices para la traducción y adaptación de los tests: segunda edición. *Psicothema*, v.25, n.2, p. 151-157, 2013. DOI: 10.7334/psicothema2013.24.
- NAVARRO BARRIOS, J.C.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, W. Depresión y ansiedad en inmigrantes: un estudio exploratorio en Granada (España). *Investigación en Salud*, v.3, 2003. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14250306>. Acesso em: 30 maio 2020.

- NAVAS, M. Perfiles de aculturación según el Modelo Ampliado de Aculturación Relativa: autóctonos, inmigrantes rumanos y ecuatorianos. *Revista de Psicología Social*, v.25, p. 295-312, 2010. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3297101>. Acesso em: 30 maio 2020.
- _____. *et al.* Estrategias y actitudes de aculturación: la perspectiva de los inmigrantes y de los autóctonos en Almería. Almería, Spain: Dirección general de coordinación de políticas migratorias. Consejería de gobernación (Junta de Andalucía), 2004. 335p. Disponível em: <https://www.juntadeandalucia.es/organismos/turismoregeneracionjusticiayadministracionlocal/servicios/publicaciones/detalle/38966.html>. Acesso em: 30 maio 2020.
- _____. *et al.* Relative acculturation extended model (RAEM): new contributions with regard to the study of acculturation. *International Journal of Intercultural Relations*, v.29, p. 21-37, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0147176705000313>. Acesso em: 30 maio 2020.
- _____. *et al.* Actitudes de aculturación y prejuicios: la perspectiva de autóctonos e inmigrantes. *Psicothema*, v.18, n.2, p. 187-193, 2006. Disponível em: <http://www.psicothema.com/psicothema.asp?id=3196>. Acesso em: 30 maio 2020.
- _____. *et al.* Acculturation strategies and attitudes according to the Relative Acculturation Extended Model (RAEM): the perspectives of natives versus immigrants. *International Journal of Intercultural Relations*, v.31, p. 67-86, 2007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0147176706000617>. Acesso em: 30 maio 2020.
- _____; LÓPEZ-RODRÍGUEZ, L.; CUADRADO, I. Mantenimiento y adaptación cultural de diferentes grupos inmigrantes: variables predictoras. *Anales de psicología*, v.29, n.1, p. 207-216, 2013. DOI: 10.6018/analesps.29.1.135491.
- _____; ROJAS, A.J.; GARCÍA, M.C. Acculturation strategies and attitudes of african immigrants in the south of Spain: Between reality and hope. *Cross-cultural Research*, v.40, p. 331-351, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1069397105283405>. Acesso em: 30 maio 2020.
- NESDALE, D.; MAK, A.S. Ethnic identification, self-esteem and immigrant psychological health. *International Journal of Intercultural Relations*, v.27, n.1, p. 23-40, 2003. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2003-01555-002>. Acesso em: 30 maio 2020.
- NGUYEN, A.M.T.D.; BENET-MARTINEZ, V. Biculturalism and adjustment: a meta-analysis. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v.44, n.1, p. 122-159, 2013. DOI: 10.1177/0022022111435097. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022022111435097>. Acesso em: 30 maio 2020.
- OLIVOS AGUAYO, X. Entrenamiento en habilidades sociales para la integración psicosocial de inmigrantes. *Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones*, n. 3, p. 169-193, 1998. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/revistamigraciones/article/view/4822>. Acesso em: 30 maio 2020.
- OBSERVATORIO PERMANENTE ANDALUZ DE LAS MIGRACIONES (OPAM). Estadísticas del padrón continuo. Datos al 1 enero año 2019, 2019. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/justiciaeinterior/opam/es>. Acesso em: 30 maio 2020.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). *Informe sobre las migraciones en el mundo*. Ginebra: OIM, 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2020>. Acesso em: 30 maio 2020.
- PHINNEY, J.S.; CHAVIRA, V.; WILLIAMSON, L. Acculturation attitudes and self-esteem among high school and college students. *Youth & Society*, v.23, n.3, p. 299-312, 1992. DOI: 10.1177/0044118X92023003002.
- ROJAS, A.J.; GARCÍA, M.C.; NAVAS, M.S. Test de sesgo endogrupal interétnico: estudios de fiabilidad y evidencias de validez. *Psicothema*, v.15, n.1, p. 101-108, 2003. Disponível em: <http://www.psicothema.com/psicothema.asp?id=1030>. Acesso em: 30 maio 2020.
- SEVILLANO, V. *et al.* Health-related quality of life, ethnicity and perceived discrimination among immigrants and natives in Spain. *Ethnicity and Health*, v.19, n.2, p. 178-97, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13557858.2013.797569>. Acesso em: 30 maio 2020.
- SCHMITT, M.T. *et al.* The consequences of perceived discrimination for psychological well-being: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, v.140, n.4, p. 1-28, 2014. DOI: 10.1037/a0035754.
- SCHWEITZER, R.; BUCKLEY, L.; ROSSI, D. The psychological treatment of refugees and asylum seekers: what does the literature tell us?. *Mots pluriels*, n.21, 2002. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20071111171449/motspluriels.arts.uwa.edu.au/MP2102sbr.html>. Acesso em: 30 maio 2020.
- SMITH CASTRO, V. Discriminación percibida y autoestima en jóvenes de grupos minoritarios y mayoritarios en Costa Rica. *Interamerican Journal of Psychology*, v.39, n.1, p. 93-106, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28439110>. Acesso em: 30 maio 2020.
- SORIANO E. A.; DALOUH, R. Moroccan immigrant women in Spain: problems of identity and emotional well-being. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v.22, p. 132-222, 2014. DOI: 10.1016/j.sbspro.2014.04.302.
- STUART, J.; WARD, C. A. Question of balance: exploring the acculturation, integration and adaptation of Muslim immigrant youth. *Psychosocial Intervention* v.20, n.3, p. 255-267, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1132055911700515>. Acesso em: 30 maio 2020.
- TAJFEL, H.; TURNER, J.C. *An integrative theory of intergroup conflict*. In: W.G. AUSTIN Y S. WORCHEL (Eds.): *The Social Psychology of intergroup relations* (pp. 33-47). Monterey, CA: Brooks- Cole, 1979.

THAO, T. *Moroccan immigrant women in Spain: honor and marriage*. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2014. 183p.

TARTAKOVSKY, E. The psychological well-being of unaccompanied minors: a longitudinal study of adolescents immigrating from Russia and Ukraine to Israel without parents. *Journal of Research on Adolescence*, v.19, p. 177-204, 2009. DOI:10.1111/j.1532-7795.2009.00589.

TRINIDAD REQUENA, A. *et al. Las políticas de integración social de los inmigrantes en las comunidades autónomas españolas*. Spain: Fundación BBVA, 2010. 594p.

URZÚA, A.; BOUDON TORREALBA, S.; CAQUEO-URÍZAR, A. Salud mental y estrategias de aculturación en inmigrantes colombianos y peruanos en el norte de Chile. *Acta colombiana de psicología*, v.20, n.1, p. 70-79, 2017. Disponível em: <https://actacolombianapsicologia.ucatolica.edu.co/article/view/1295>. Acesso em: 30 maio 2020.

URZÚA, A. *et al.* The mediating effect of self-esteem on the relationship between perceived discrimination and psychological well-being in immigrants. *PLoS ONE*, v.13, n.6, p. e0198413-e0198413, 2018. DOI:10.1371/journal.pone.0198413.

_____; HEREDIA, O.; CAQUEO-URÍZAR, A. Salud mental y estrés por aculturación en inmigrantes sudamericanos en el norte de Chile. *Revista médica de Chile*, v.144, p. 563-570, 2016. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rmc/v144n5/art02.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

VALLEJO, M.; MORENO, M.P. Del culturalismo al bienestar psicológico: propuesta de un modelo de satisfacción vital en el proceso de aculturación de inmigrantes. *Boletín de Psicología*, v.110, p. 53-67, 2014. Disponível em: <https://www.uv.es/seoane/boletin/previos/N110-4.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

VÁZQUEZ, M.R. Actitudes de aculturación ante la inmigración: opiniones de agentes sociales en el municipio de Vicar (Almería). *Nimbus*, v.21, n.22, p. 121-132, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ual.es/handle/10835/1523>. Acesso em: 30 maio 2020.

_____; JIMÉNEZ, R.; VÁZQUEZ-MOREJÓN, R. Escala de autoestima de Rosenberg: fiabilidad y validez en población clínica española. *Apuntes de Psicología*, v.22, n.2, p. 247-256, 2004. Disponível em: <http://www.apuntesdepsicologia.es/index.php/revista/article/view/53>. Acesso em: 30 maio 2020.

VERKUYTEN, M.; DE WOLF, A. Ethnic minority identity and group context: self-descriptions, acculturation attitudes and group evaluations in an intra- and intergroup situation. *European Journal of Social Psychology*, v.32, p. 781-800, 2002. DOI:10.1002/ejsp.121.

WARD, C. *Acculturation*. In: LANDIS, D.; BHAGAT, R. *Handbook of Intercultural Training*. London: Sage, 1996.

YU, P.; BERRYMAN, D.L. The relationship among self-esteem, acculturation, and recreation participation of recently arrived Chinese immigrant adolescents. *Journal of Leisure Research*, v. 28(4), p. 251-273, 1996. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00222216.1996.11949775>. Acesso em: 30 maio 2020.

AGRADECIMIENTOS

Las autoras agradecen la colaboración y permisos recibidos de Extranjería, Cruz Roja Española, Jaén acoge y Asociación AMIN para poder recoger datos en sus instalaciones, así como a las mujeres participantes.

Relatos de vida de mujeres migrantes latinoamericanas: cómo trabajar desde la salud mental

María José Celorio Yolito

Doctora en Ciencias Sociales y de la Comunicación, Universidad de Deusto, Bilbao, España; Antropóloga Social; Trabajadora Social; Terapeuta Familiar y de Pareja, Módulo Psicosocial de Rekalde, Bilbao. Profesora Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Universidad de Deusto, Bilbao, España.

E-mail: mariajose.celorio@deusto.es

Nekane Basabe Barañano

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España. Profesora Catedrática, Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco (UPV/EHU), Donostia / San Sebastián, España.

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4753-4299>

ID WOS: [D-3918-2011](https://orcid.org/0000-0003-4753-4299)

E-mail: nekane.basabe@ehu.es

Sonia Padoan-Moura

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España. Investigador Doctor, Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España.

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6289-647X>

ID WOS: [P-6930-2018](https://orcid.org/0000-0001-6289-647X)

E-mail: soniageni.ribeiro@ehu.eus

Submetido em: 30/04/2020. Aprobado em: 22/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

La migración como acontecimiento crítico en el ciclo vital tiene consecuencias en las relaciones y representa una nueva forma de entender y definir la vida familiar. La inmigración femenina se ha convertido en las últimas décadas en una de las más numerosas, procedente desde Latinoamérica hacia España. Gran parte de estas mujeres trabajan en el sector familiar y doméstico. Todo ello ha supuesto cambios importantes en las familias transnacionales, en rol de la mujer, y en la crianza de los hijos y en las relaciones de pareja. El objetivo general es analizar los cambios en los roles familiares y de género, y sus consecuencias en las familias transnacionales y en las nuevas configuraciones familiares, y estudiar cómo estas mujeres expresan y manifiestan sus dolencias y sentimientos en relación a su identidad de género. Se presentan resultados de un análisis cualitativo con diez entrevistas en profundidad a mujeres usuarias de un servicio de salud mental comunitario ($M_{\text{edad}} = 35.40$ años, $DT = 9.16$, rango 22 a 55). Las ideas expresadas ($n = 1522$) en las entrevistas fueron codificadas por jueces ciegos, y sometidas a análisis de contenido por medio del análisis de redes de categorías e ideas. Las entrevistas relatan los cambios en la posición social familiar de las mujeres, que ganan en estatus y autoconfianza, al tiempo que plantea nuevos retos vitales ante la crianza, y las nuevas parejas, así como para afrontar la violencia de género, la discriminación y el estrés de aculturación, mostrando formas de crecimiento psicológico.

Palabras Clave: Estrés de aculturación. Género. Migración. Discriminación y Afrontamiento. Crecimiento psicológico.

Relatos de vida das mulheres migrantes latino-americanas: como trabalhar a partir da saúde mental

RESUMO

A migração como um evento crítico no ciclo vital tem consequências para os relacionamentos e representa uma nova maneira de entender e definir a vida familiar. A imigração feminina tornou-se uma das mais numerosas nas últimas décadas, procedente da América Latina para a Espanha. Uma grande parte dessas mulheres trabalha nos setores familiar e doméstico. Tudo isso trouxe mudanças importantes nas famílias transnacionais, no papel das mulheres, na criação de filhos e nos relacionamentos entre casais. O objetivo geral é analisar as mudanças nos papéis familiares e de gênero, e suas consequências nas famílias transnacionais e nas novas configurações familiares, e estudar como essas mulheres expressam e manifestam seus mal-estar e sentimentos em relação à sua identidade de gênero. Se apresentam os resultados de uma análise qualitativa, realizada com entrevistas em profundidade a dez mulheres usuárias de um serviço comunitário de saúde mental (Medad = 35,40 anos, DP = 9,16, faixa 22 a 55). As ideias expressas (n = 1522) nas entrevistas foram codificadas por juízes cegos e submetidas à análise de conteúdo por meio da análise de redes de categorias e ideias. As entrevistas relatam as mudanças na posição social familiar das mulheres, que ganham status e autoconfiança, ao mesmo tempo em que projetam novos desafios vitais para a maternidade e novos parceiros, bem como para enfrentar a violência de gênero, a discriminação e o estresse de aculturação, mostrando formas de crescimento psicológico.

Palavras-chave: *Estresse da aculturação. Gênero. Migração. Discriminação e enfrentamento. Crescimento psicológico.*

Life reports of Latin American migrant women: how to work from mental health

ABSTRACT

Migration is a critical event in a person's experience, and as such affects their relationships and leads to a new way of understanding and defining family life. Over recent decades, female emigration from Latin America to Spain has become one of the most frequent types of migration, with most of these women working in the family and domestic care industries. This has resulted in major changes in transnational families, the role of women, child-raising and romantic relationships. The general aim of this study is to analyze changes in family and gender roles and their consequences for transnational families and new family formats. It also aims to explore how migrant women express and manifest their problems and feelings in relation to their gender identity. The study presents the results of a qualitative analysis of in-depth interviews carried out with ten female users of a community mental health service (Mage = 35.40 years, SD = 9.16, range = 22 to 55). The ideas expressed (n=1522) in the interviews were blind coded and their content explored using a category and idea network analysis method. Interviews revealed changes in women's social position within the family as the result of a gain in status and self-confidence. The situation also poses challenges linked to child-raising and new romantic partners, as well as to gender-based violence, discrimination and acculturation stress, giving rise to different forms of psychological growth.

Keywords: *Acculturation stress. Gender. Migration. Discrimination and Coping. Psychological growth.*

INTRODUCCIÓN: CAMBIOS EN LOS ROLES FAMILIARES Y DE GÉNERO ESTUDIO CUALITATIVO

La migración como acontecimiento crítico en el ciclo vital tiene consecuencias en las relaciones y representa una nueva forma de entender y definir la vida familiar. En el presente artículo se analizan estos cambios y sus consecuencias en las nuevas configuraciones familiares. Se analiza el estrés de aculturación a través del coste emocional de la separación, cómo las mujeres manifiestan sus sentimientos en relación a estos cambios y a su identidad de género. Se analizan, así mismo, los cambios de rol y la experiencia de afrontar la situación de minoría étnica en la sociedad de acogida, así como los vínculos de las nuevas familias transnacionales donde los roles y la identidad de género se transforman, generando nuevas expectativas de rol y lealtades familiares (ACHOTEGUI, 2010; BECK; BECK-GERNSHEIM, 2012; DEL FRESNO, 2011; GIL ARAUJO, 2010).

ESTRÉS DE ACULTURACIÓN, GÉNERO Y CAMBIOS DE ROL EN MUJERES LAS MADRES MIGRANTES, ENTRE LAS DEUDAS Y LOS MÉRITOS

Las migraciones implican separaciones y pérdidas, son los acontecimientos que más reajustes precisan. Por esto migrar es un suceso que tiene gran trascendencia sobre el sistema familiar ya que implica cambios en su funcionamiento y su estructura, y requiere reorganización y adaptación. Los ajustes transnacionales combinan la dimensión económica y el bienestar material, y la necesidad de reestructuración de unos vínculos afectivos que se gestionan y alimentan a distancia y, más allá de los beneficios para el grupo familiar, los costes emocionales son elevados en este proceso. Por esto se puede comprender, el alto nivel de exigencia de estas madres hacia sus hijos, así muchas de ellas identifican las expectativas cumplidas con los logros que puedan alcanzar sus hijos (PARELLA; CAVALCANTI, 2010).

La separación implica gestionar la vida diaria en soledad, sus efectos no son otros que la ausencia de las relaciones cotidianas y la ausencia de las prácticas ritualizadas de la vida diaria. En ausencia de esta convivencia, cambia el sentido de historia compartida y de continuidad entre pasado, presente y futuro. Cambia el mundo emocional dentro del sistema familiar (FALICOV, 2008). Sus miembros pueden sentirse angustiados, cargados de culpa, de soledad, de añoranza e incluso de vergüenza por los sentimientos de deslealtad que la separación genera. El alejamiento de la familia y el hecho de pasar años sin verse puede terminar con la ruptura de vínculos definitivamente o con su debilitamiento, por otro lado, los que quedan en origen experimentarán la misma soledad y los mismos sentimientos de pérdida. Los niveles de estrés de aculturación también están en relación con la percepción de los niveles de estrés emocional en los familiares que no migraron.

Entre las realidades de las relaciones materno-filiares queda evidenciado que las migraciones de estas mujeres madres alteran la relación con sus hijos. No obstante, la separación física no implica la separación emocional, ésta se mantiene en la distancia de otra manera. La simultaneidad mediática permite salvar los límites y potenciar el sentimiento de pertenencia y de reconocimiento, pero como destacan Lipovetsky y Serroy (2010) las nuevas formas de vida transnacional, permiten la interdependencia e interconexión pero la presencia física es virtual, y, sí, hay transmisión de emociones, pero sin ayuda real (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2012), se trata de una comunicación frágil y frustrante. Las familias transnacionales que se caracterizan por intentar mantenerse emocionalmente presentes a pesar de la distancia (FALICOV, 2001, 2008).

Como señalan Inclán, Martí y Gay (2012) en las “migraciones progresivas” la ruptura del vínculo con las madres implica tiempo no compartido, no hay una evolución conjunta madre hijo, y los hijos se refugian en otras figuras de apego, abuelas generalmente, que les proporcionen seguridad.

Las madres tratan de compensar como pueden a los cuidadores en origen y viven temiendo que los hijos se olviden de ellas, que establezcan vínculos afectivos con los adultos que les cuidan, y conviven con la preocupación de si abuelas, tías o vecinas están cuidando bien de ellos (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2012).

El coste emocional de proporcionar a sus hijos bienestar justifica la separación, pero se preguntan qué hubiera sido mejor para estos hijos tener a sus madres o que les suplen otros cuidadores. Hochschild (2008, p. 277) habla del amor como un recurso *“injustamente distribuido que se extrae de un lugar y se disfruta en otro”*. Estas mujeres que trabajan fuera de sus países durante años, dejando atrás a sus hijos, a menudo son estos hijos los que impulsan a estas madres a emigrar, proporcionarles un futuro es su objetivo y para conseguirlo asumen la paradoja de la separación, de “abandonar” a sus hijos para ofrecerles un futuro mejor (INCLÁN, 2009, LEVITT, 2010).

Las madres se pueden sentir endeudadas con sus hijos por la separación, pudiendo crear obligaciones cargadas de culpa. En palabras de Boszormenyi-Nagy y Spark (2012) la familia es una mezcla de contabilidad de deudas y de méritos de unos con otros. La calidad de las relaciones entre los adultos antes de la migración es importante depende, en parte, de si la familia pertenece a una cultura migratoria donde se transmitan y admitan modelos informales de separación que promueven la cooperación familiar (FALICOV, 2008).

Los hijos necesitan ajustes adaptativos para poder desarrollar otras relaciones de apego, y estas separaciones cuestionan las teorías psicológicas que priorizan el vínculo primario madres-hijos. Conviene destacar la idea de Falicov (2008) de como recientemente se ha ampliado esta noción de múltiples apegos con sus jerarquías afectivas respectivas, que amplía este enfoque para incluir a la madre migrante, que puede pertenecer a una cultura colectivista donde es habitual que los menores puedan ser criados por otros parientes.

La reagrupación puede ser una estrategia familiar, es decir, salir con la intención clara de alcanzar este reencuentro. Puede ser que se quede solo en una expectativa, que se consolide, pero con conflictos, o que se materialice en la expectativa cumplida. La familia transnacional identifica la reagrupación con un ideal de familia, que proporciona apoyo emocional y económico (GÓMEZ MONTOYA; GÓMEZ GONZÁLEZ; LUQUE, 2011; INCLÁN, 2009).

LA MATERNIDAD A DISTANCIA

Para estas madres en estas circunstancias, la relación con sus hijos es complicada, intentar mantener el vínculo emocional, e intentar supervisar desde la distancia la vida diaria, su crecimiento y su educación, además de intentar mantener vivo el recuerdo y ofrecer cuidados materiales no es fácil (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2012; MUSITU, 2012). Para estas madres a distancia es difícil valorar la educación y el trato que están recibiendo sus hijos. Las remesas calman la ansiedad y la culpa que estas madres experimentan recompensando materialmente la carencia afectiva que su ausencia representa. Las remesas son la clave de dependencia económica y afectiva en las familias transnacionales es, realmente, el contexto de reciprocidad que caracterizan las cadenas migratorias (PARELLA; CAVALCANTI, 2008). Ellas son las responsables de contribuir al bienestar de la familia extensa, la sobrecarga emocional deriva de esta responsabilidad. La frustración aparece cuando no pueden asumir las exigencias económicas, para las familias en origen las remesas significan el éxito del proyecto de estas mujeres, pero las precarias situaciones económicas limitan la capacidad para obtener este reconocimiento. El envío de remesas, por ejemplo, impide a estas mujeres cumplir la expectativa de mejorar su calidad de vida, significando una carga para sus vidas, estas remesas ponen en peligro su bienestar teniendo que adaptarse a lo mínimo para su subsistencia y renunciar a las oportunidades que ofrece el nuevo entorno, su desfavorable posición social limita sus aspiraciones idealizadas (DEL FRESNO, 2011; GÓMEZ MONTOYA; GÓMEZ GONZÁLEZ; LUQUE, 2011).

Las remesas, pueden llegar a sacrificar su propia movilidad socio-laboral esta “*atadura*” precariza su calidad de vida (BERTINO; ARNAIZ; PEREDA, 2006; OSO CASAS, 2010).

En las *familias transnacionales* los vínculos económicos son un asunto clave, se puede decir que definen esta circunstancia transnacional. Las remesas enviadas a la familia están directamente relacionadas con proporcionar un sentido de pertenencia y estatus para ellas y de prestigio para las familias en origen. Son vínculos que añaden estatus e incrementan las estrategias y capacidades de la familia, en este sentido, las expectativas se cumplen si pueden mejorar económicamente, si hay cambios vitales positivos y ascenso social.

EL REENCUENTRO CON LOS HIJOS

El reencuentro con los hijos puede ser decepcionante, los hijos pueden tener una imagen distorsionada del país de destino porque desconocen lo que van a encontrar, las madres pueden esperar hijos agradecidos por el sacrificio y encuentran hijos distantes. La frustración del encuentro puede ser muy dolorosa y transformar el encuentro en hostilidad y fracaso (BERTINO; ARNAIZ; PEREDA, 2006; GÓMEZ MONTOYA; GÓMEZ GONZÁLEZ; LUQUE, 2011) las expectativas en destino después de años de separación puede que no se cumplan, así, ni el país cumple lo soñado ni la relación es la misma.

En definitiva, estos hijos se encuentran con una realidad que no esperaban, idealizan el país de acogida, las exigencias de estos hijos y las expectativas sobre la vida en destino oscurecen el reencuentro. Diversos autores señalan que después de largos periodos de separación, el éxito del reencuentro dependerá de los contactos mantenidos, del sentimiento de abandono percibido por los hijos, de la relación de apego previa, de la voluntariedad de querer ser reagrupados, de los vínculos con los cuidadores en origen y del tipo de cuidado que recibieron y por quién (BERTINO; ARNAIZ; PEREDA, 2006; BERTINO; MONTES; ARNAIZ, 2014; SLUZKI, 1996).

Tras la reagrupación las diferencias en la *concepción familiar* y la educación pueden ser notorias. En general se critica la permisividad local de los padres en la educación de los hijos, mostrando mayor acuerdo con valores tradicionalistas y jerárquicos. Manifiestan un intenso contraste del modelo familiar tradicional con las sociedades desarrolladas individualistas (HOFSTEDÉ, 2001; INGLEHART et al., 2004; LIPOVETSKY; SERROY, 2010; ZLOBINA; BASABE; PÁEZ, 2004).

LAS ASIMETRÍAS EN LA RELACIÓN DE PAREJA: EL ANTES Y EL DESPUÉS

Cuando las mujeres adoptan ideas de género más igualitarias se plantean diferentes reglas de convivencia. Los códigos de género tradicionales minimizan el valor de las nuevas oportunidades para las mujeres e implantan un desequilibrio de poder que, además, instaaura el resentimiento en la relación viéndose ambos defraudados. Se ha querido evidenciar como los contrastes culturales tienen un efecto diferente en hombres y mujeres pudiendo tener dos visiones diferentes del mundo en mutuo conflicto, el entorno cambiante para las mujeres es la economía y, para los hombres, lo que cambia son las mujeres, esto es una fuente de desencuentro. Donde las mujeres ven oportunidades, los hombres ven cambios amenazantes (HOCHSCHILD, 2008) en este contexto la pareja se resiente y las discrepancias tienen consecuencias.

En el nuevo contexto puede ocurrir que la mujer progrese y que el hombre se quede “anclado”. Ambos miembros de la pareja pueden presentar diferentes ritmos, parece que las mujeres se adaptan mejor porque el entorno mejora las condiciones de ellas, esto provoca la asimetría en la relación. Los conflictos culturales pueden producir una desigual integración entre ambos, porque los espacios de libertad para ellas son mayores derivados de las diferencias entre la ideología igualitaria y tradicional. Las mujeres pueden verse atrapadas entre la nueva ideología de género, las “*nuevas*” reglas de la mujer y los “*viejos*” sentimientos de los hombres (HOCHSCHILD, 2008, p. 200).

Puede que los hombres no acepten los cambios que convierten a las mujeres en responsables de la familia, planteándose los conflictos clásicos de las relaciones de poder asimétrico, que en este caso surgen de compatibilizar sus vidas privadas familiares y laborales sin un consenso entre ambos, los hombres tienen más dificultades para reconocer, por ejemplo, el mérito del esfuerzo de sus mujeres por el trabajo asalariado que desempeñan. Los hombres piensan más en el retorno que las mujeres, las mujeres enfocan su proyecto migratorio más a largo plazo, se muestran más favorables a quedarse y a la reagrupación familiar (GARCÍA BORREGO, 2010, p.70).

LOS CAMBIOS DE ROL: ENTRE LA PERCEPCIÓN DE LA DIFERENCIA Y LA IGUALDAD DE GÉNERO

Los roles de género cambian con el proceso de aculturación, que usualmente refleja una modificación hacia valores más flexibles, teniendo que enfrentarse a múltiples ajustes psicosociales: cambio de valores, de estructura y funcionamiento familiar, de identidad, de sistema laboral, así, la integración implica la internalización de estas nuevas normas sociales (INCLÁN; MARTÍ; GAY, 2012). Las mujeres migrantes pueden tener la creencia de que el igualitarismo entre géneros es un principio en las sociedades receptoras en contraste con sus países. Pero estas creencias sobre el acceso al mundo laboral, poder centrarse en el trabajo si lo quieren y el cambio de los roles sexuales, pueden ser engañosas. Estas mujeres han podido salir y mirar con distancias estas situaciones, pero la discriminación de género persiste en destino (HOCHSCHILD, 2008).

Por ejemplo, en los datos sobre violencia de género, se destaca el incremento del maltrato y de las agresiones a mujeres extranjeras, la desprotección está entre las causas de la incidencia de este machismo violento. Están lejos de su país y de sus familias, la cultura de desigualdad y la tolerancia a la violencia puede ser acusada en sus países.

Parece claro que las mujeres extranjeras son más vulnerables que las nativas, así la tasa de violencia de género es cinco veces superior (ESCUADERO, 2011; PICUM, 2011)

EL CRECIMIENTO PSICOLÓGICO Y LA VALORACIÓN SOCIAL

Con la migración pueden sentirse mujeres trabajadoras e independientes que encuentran en su actividad económica una fuente de autonomía personal y reconocimiento y que, a pesar de las situaciones de precariedad emocional por las separaciones, y la precariedad económica por el trabajo que realizan, es una opción en la que logran valoración y prestigio. Las mujeres migrantes y contribuyen con una participación no igual, sino exclusiva, en muchos casos, en los gastos familiares. Muchas de estas mujeres han logrado que sus parejas e hijos varones asuman parte de las responsabilidades domésticas, tareas, que como señala Gil Araujo (2010), en sus países de origen eran exclusivamente responsabilidad femenina. Las estrategias de las familias cambian y se adaptan, estas mujeres pueden verse favorecidas percibiendo más oportunidades y derechos (HOCHSCHILD, 2008).

Entre las mejoras en su posición destaca la autoestima que deriva, en muchos, casos de la fuerza para proteger a sus familias, para resistir la dureza de la experiencia y la capacidad tanto de rehacerse como de rehacer su vida social en otro contexto, organizarse en un entorno desconocido, poder seguir su ritmo de vida y costumbres, además del grado de individuación que logran respecto del núcleo familiar, en definitiva, buscar beneficios y significados positivos a la experiencia vivida. Estas madres “*víctimas voluntarias*” en palabras de Boszormenyi-Nagy y Spark (2012, p. 191) consiguen mayor poder social; de su sacrificio, posiblemente, resulte la fuerza de más cohesión y la influencia que más control ejerce dentro de la familia, hay una cuestión de “dar y tomar” entre ambos grupos, los que migraron y los que no.

En este trabajo se van a analizar estos procesos de cambio en los roles de género como resultados de la aculturación y la incorporación de las mujeres migrantes a nichos laborales que transforman las familias, las relaciones materno-filiales, las relaciones de pareja, y las identidades de las mujeres.

OBJETIVOS E HIPÓTESIS

El objetivo del presente estudio era indagar sobre las experiencias de mujeres latinoamericanas inmigrantes de primera generación en España. Este estudio incluye los siete ámbitos de aculturación: *Los motivos de inmigración* (1), *el estrés de aculturación en la familia* (2), *el choque cultural* (3), (4) *los cambios de rol de género* derivados de la migración, (5) *la valoración del proyecto migratorio*, (6) el efecto protector de la *red social* y, por último, (7) *las estrategias de afrontamiento y fortalezas psicológicas* derivadas de la experiencia. Por una cuestión de espacio para esta publicación se han seleccionado las facetas 2 y 4 relativas a los cambios en los roles familiares y de género fruto de la inmigración. La hipótesis general plantea que las posibilidades de empleo en la sociedad receptora otorgan a las mujeres migrantes una posición en las nuevas relaciones familiares, como sustentadores y cabezas de familia, que transformará su posición en la familia, en las relaciones materno-filiales y en las relaciones de pareja.

MÉTODO Y PROCEDIMIENTO

Se trata de un sondeo cualitativo para el que se llevaron a cabo 10 entrevistas individuales en profundidad a diez mujeres inmigrantes latinoamericanas residentes en el País Vasco (región autónoma del norte de España) y usuarias de un Centro de Salud Mental comunitario (MAPS Rekalde). Las participantes fueron seleccionadas porque representaran una tipología de las mujeres que migran por motivos económicos, pertenecen a estratos económicos bajos en sus países, y ocupan puestos de trabajo en la sociedad receptora, en sectores como el doméstico, la hostelería y el cuidado de personas (AIERDI et al., 2013; MORENO, 2014).

La edad media era 35.40 años (DT = 9.16, rango 22 a 55); todas ellas tienen hijos (Media = 2.10, DT = 0.56, rango de 1 a 3). El tiempo medio en estancia en España era 10.80 años (DT = 5.84, rango 1 a 22), el 90% tienen permiso de residencia en España. En su mayor parte (80%) reciben ayudas económicas, y también en su mayor parte (80%) viven en pisos de alquiler. Las participantes proceden de aquellos países latinoamericanos principales emisores de mujeres migrantes a España (Perú, Colombia, Brasil, Paraguay, Honduras y Ecuador (MORENO, 2014).

Nueve de ellas viven en núcleos familiares compuestos por ellas y sus hijos, son madres solas que migran con la perspectiva de proporcionar bienestar a sus hijos, frecuentemente con historias de violencia familiar, hecho que se da con frecuencia entre las mujeres migrantes que acuden a servicios de salud mental y servicios sociales (MOORE, 2004; SAMSÓ et al., 2007; SUÁREZ-HERNÁNDEZ et al., 2011), siendo frecuente las separaciones antes de la migración y también una vez establecidas en destino así como que algunos de los hijos estén en el país de origen y que hayan tenido hijos una vez afincadas en España. Estas situaciones familiares configuran núcleos feminizados, matrilineales, donde los hijos/as conviven con sus madres, y en los casos de familias transnacionales los hijos en el país de origen son mantenidos por las madres a distancia (de los 10 casos, en 8, el núcleo de convivencia está formado por madre e hijos y 2 casos son familias con presencia del padre).

Las mujeres fueron informadas del objetivo del estudio, accediendo voluntariamente a su participación, dando su consentimiento firmado, para participar y grabar las entrevistas. Se siguió el protocolo ético de los servicios sanitarios públicos. Se partió de un guión semi-estructurado, organizado en torno siete macro-categorías (véase anexo).

ANÁLISIS DE CONTENIDO Y TRATAMIENTO DE DATOS

Para el tratamiento del análisis de contenido de las narraciones se utilizó el programa Atlas.ti, con los documentos primarios, que se componen de las transcripciones literales de las narraciones, textos organizados en la misma secuencia en la que se dieron cada una de las entrevistas. Para asegurar la validez de contenido y estructurar de manera ordenada los discursos, se elaboró un sistema de codificación y se aplicó el acuerdo inter-jueces.

Con dos jueces se creó una matriz de datos con el conjunto de ideas (1522 ideas) y los códigos asignados por cada uno de los jueces. Se aplicó la fórmula para datos dicotómicos (KRIPPENDORFF, 2011, p.3). El coeficiente de fiabilidad alpha de Krippendorff fue 0.872 para el conjunto de todas las ideas, indicando un buen acuerdo interjueces (por encima de 0.75). Posteriormente, se discutieron los desacuerdos y se llegó a un consenso o decisión final en el que se asignaba un único código por idea. Todo ello permite seleccionar aquellas ideas que ejemplificaban los distintos contenidos básicos, o macro-categorías, así como un análisis más fino con los ejemplos de las sub-categorías y códigos de análisis. Finalmente, y para tener una idea más holística y visual del discurso de las mujeres, se han construido las redes de ideas (networks) o redes de co-ocurrencias, esto es, el tipo de categorías e ideas que se presentan asociadas entre sí porque comparten los mismos fragmentos.

Se seleccionaron como nodos centrales las macro-categorías más prevalentes en los discursos, que fueron el *estrés de aculturación* y *los cambios en los roles de género* y familiares, junto a ellas se mostraron las categorías asociadas. Estas variables constituyen los elementos centrales de este artículo.

RESULTADOS

Se han seleccionado aquellos resultados más importantes relacionados con las macro-categorías más prevalencias (2 y 4). Se comienza con una descripción general de las frecuencias de macro-categorías e ideas, para seguir describiendo aquellos relatos que ejemplifican estas dos facetas, para finalizar con la exposición de las redes de días (networks) donde se pueden visualizar las conexiones entre las distintas categorías de análisis del discurso, con citas ejemplares de las mismas.

RESULTADOS DESCRIPTIVOS

Alrededor del 30% de las ideas tratan sobre las repercusiones de la migración para las mujeres y sus familias, comprendidas en las macro-categorías del estrés de aculturación en el ámbito familiar (17.8% de las ideas predominantes) y los cambios de rol y sus implicaciones familiares (12.5%). Otras cuestiones son también importantes como el choque cultural debido a la percepción de diferencias culturales que suponen el de las ideas 20% y las valoraciones sobre el propio proyecto migratorio (18.3%), las formas de afrontar el estrés y los cambios en la sociedad de acogida, así como las fortalezas experimentadas (14%), las ideas sobre las redes sociales constituyen un 10%, y, por último, los motivos de la migración forman un 4.7%.

En síntesis, los discursos se centran principalmente en el estrés de aculturación y los cambios en los roles de género y familiares derivados de la migración, en la valoración del proyecto migratorio y los cambios llevados a cabo por las mujeres y sus familias y en el análisis de las formas de afrontar esos cambios. Una visión más detallada de los temas incluidos en las dos macro-categorías (2 y 4) que serán descritas en este estudio puede verse en la tabla 1 adjunta.

Tabla 1 – Sistema de categorías de las narraciones: macro-categorías 2 y 4

Macro-Categorías	Categorías y subcategorías
2. FAMILIA: ESTRÉS ACULTURACIÓN (n = 271 ideas)	2.1. Separación familiar (n = 97) 2.2. Maternidad (n= 73) 2.2.1. Gestión de la maternidad a distancia 2.2.2. Hijos en sociedad de acogida 2.3.- Parejas (n = 101) 2.3.1. Separación después de la migración 2.3.2. PM: Conflicto - familia nativa/otro país 2.3.3. PM: Apoyo - familia nativa/otro país 2.3.4. PM: Conflicto -Pareja 2.3.5. PM: Apoyo -Pareja 2.4. Distancia etnocultural de origen y de adopción
4. CAMBIOS DE ROL (n= 190 ideas)	4.1. Posición de rol: mejoras (n = 80) 4.1.1. Reconocimiento social 4.1.2. Igualdad de género 4.1.3. Autoestima 4.2. Pareja: Asimetría de adaptación (n= 40) 4.3. Discriminación y sexismo (n= 70) 4.3.1. Discriminación en origen 4.3.2. Discriminación en acogida

Fonte: Elaboracion propia (2020).

MACRO-CATEGORÍA: ESTRÉS DE ACULTURACIÓN EN EL ÁMBITO FAMILIAR

Todas las participantes expresan los *costes emocionales de las separaciones familiares*. En estos relatos domina la culpa y el miedo a la pérdida. Los ejemplos reiterados giran en torno a la dureza de la separación, la añoranza, la impotencia y el arrepentimiento por los años de separación, proporcionar a sus hijos un futuro mejor justifica la migración, que está omnipresente en sus relatos, pero se cuestionan que hubiera sido mejor para éstos, qué hubiera significado no migrar y si pudieran volver a empezar después de lo que han vivido y sentido, tomarían la misma decisión.

La impotencia de no poder solucionar los problemas familiares desde la distancia, y la incertidumbre de no saber exactamente en qué situación se encuentran, no contar con ellos en los momentos de crisis o el miedo a perder los vínculos definitivamente también es una constante. La sub-categoría de la *gestión de la maternidad a distancia* supone el 27% de las ideas.

(...). Ahora tiene 14 años, es lo que más..., que de verdad si tuviera la oportunidad o volviese a hacer el viaje, como se dice echar el tiempo para atrás, me traería a mi hija conmigo. Siento tristeza, porque es ver a otras niñas que tienen su misma edad que viven de una manera y que yo quisiera que ella disfrutará de esas mismas cosas y allí no las vive (Colombia, 37años).

Yo tenía mucha culpa, yo decía: “yo si volviera a nacer no volviera a hacer lo que hice”. Porque la persona que me trajo fue mi hermano, me dijo: “no, si tú necesitas dinero y quieres trabajar, quieres plata, tienes que venirte pero sola, a tu hijo lo dejas allá”. (...), así como yo entré sin papeles, pero no lo pude traer (...). Eso es de lo único que yo me arrepiento en toda mi vida. Sí, la separación del niño (Ecuador, 35 años).

Sí, porque yo estoy aquí sola, sola estoy aquí, pero... bueno estoy sola. Cuando yo hablo con ellas (hijas) yo siento..., tengo ganas de llorar. Por nada me enfado, pero por nada me enfado, pero por pensar en ellas, me enfado por ellas. (...). Por teléfono los sábados por video-llamada, sí, y las veo, el 31 de diciembre las vi a las dos, ¡uf! vi como el mundo se me caía encima... por ellas estoy aquí. Sí, tengo miedo, tengo miedo, bastante miedo, porque cuando hablo con mis niñas la mayor me dice: “yo te quiero ver, venir, venir o si no mandar por mí, yo te quiero ver” y me siento triste hasta llorar (Honduras, 22 años).

Así mismo, destacan los esfuerzos para lograr reagrupar a sus hijos y las dificultades del reencuentro y la convivencia. Hay hijos que no se adaptan, y la desestabilización que ello genera, responsabilizan a sus madres al encontrar una vida peor de la que imaginaban. Igualmente destacan que no ven recompensado ni reconocido el sacrificio realizado, además de los riesgos de la nueva cultura. Las diferencias en la *concepción familiar* son notorias critican las relaciones familiares en la sociedad de acogida, consideran que son permisivas, que los padres carecen de autoridad sobre los hijos, y nuevamente que el logro personal y el trabajo están por encima de la familia.

Con mi hijo poca comunicación, él no me dice nada, ni cómo están, ni...lo único cuando necesita algo. Mis hijos abusan de mí. (...). Sí es egoísta, un interés egoísta. (...) ¿Qué ha aportado? para los míos, nada. Porque ellos no han agradecido lo que yo he hecho. (...). Porque supongamos mi hijo me costó mucho dinero para traerlo y todavía en este momento me reprocha que lo hubiera traído de Colombia. Me reprocha, me dice que no quería venirse. (...) Sí, porque dice que estaría mejor allá, y gasté muchísimo, muchísimo dinero para poderlo traer y la otra niña también, la pequeña también que traje y lo dice, todos los días lo dice. (...). No, no tienen respeto, no tienen consideración, siento que no me quieren, siento que soy un objeto que cuando me necesitan, sí, soy útil para ellos (Colombia 55 años).

MACRO-CATEGORÍA: CAMBIOS DE ROL DE GÉNERO DERIVADOS DE LA MIGRACIÓN

Los cambios importantes positivos representan el 42% de las ideas de la sub-categoría *mejoras en la posición de rol*. La experiencia les ha supuesto un cambio en la posición que ocupan frente a sus familias, relacionan las ganancias con el *Reconocimiento social* por el esfuerzo realizado. Perciben la admiración y el respeto por haber podido y contribuir al bienestar de sus familias y, que a pesar de la falta de soporte emocional por las separaciones y la precariedad económica por el trabajo que realizan, han logrado prestigio personal y social en sus grupos de origen. Es el estatus lo más valorado por ellas, estatus devaluado en su cultura de origen antes de migrar. Rescatan así los aspectos positivos que representa esta experiencia, por ser “emprendedoras” y capaces de sacar a la familia adelante, y en los comentarios de admiración que escuchan de sus familias por primera vez. Ser aceptadas por los suyos es básico. De esta manera las mujeres racionalizan y justifican su sacrificio. *La autoestima* se refleja en sentimiento casi generalizado de autoconfianza derivada de haber podido “plantar cara a las dificultades”. Se consideraban débiles antes de la experiencia. Las mujeres entrevistadas destacan el poder valerse solas, sentirse a gusto consigo mismas, estar satisfechas con los roles que desempeñan, considerando la experiencia un aprendizaje, han recorrido un camino de intensos cambios.

Y a nivel de mi familia, pues que aunque sé que los quiero mucho, que me hacen mucha falta, que anhelo pues estar en momentos con ellos también le apporto a ellos; pues igual frases que nunca se me dijeron cuando yo estaba allí y que me las dicen ahora que estoy aquí. No, siento que me acogen con más amor. Anteriormente como estaba allí pues nunca había la palabra: “te quiero mucho”, o: “mami te amo” como me suele decir mi padre muchas veces, o sea le cuelgo el teléfono: “mami la amo mucho, te extraño”, cosas así, cosas que cuando yo vivía con ellos nunca me dijeron (Colombia, 37 años).

Por otra parte, una constante en los relatos es la cuestión de la mayor *igualdad de género* en la sociedad de acogida, la sensación de libertad con la que pueden desenvolverse, encuentran más oportunidades en general. Se sienten mujeres trabajadoras e independientes y capaces de reconstruir su vida. Se sorprenden de que las mujeres autóctonas vivan en situaciones que las dañan y no huyan de sus parejas; ellas carecen de refugios y recursos contra la violencia machista. Salir adelante, luchar y no depender económicamente de un hombre es básicamente la diferencia que encuentran. La comparación social con la situación en los países de origen les lleva a no entender cómo las mujeres autóctonas pueden sentirse desprotegidas. Las mujeres refieren no tener confianza en sus gobiernos porque no garantizan protección como mujeres en los casos de violencia, ni protección sanitaria o jurídica, así es difícil sobrevivir sin depender de familias y parejas. Se aprecia agradecimiento en el caso de mujeres que han salido de las situaciones de maltrato, en este sentido la migración abre oportunidades para reconstruir la vida.

¡Uf, y más oportunidades!, el hecho de haber podido estudiar, el hecho de haber podido trabajar. Yo aquí sí, muy apoyada. Hay apoyo, por lo menos para la mujer, aquí hay muchísimo apoyo. Cuando me separé, eh... me apoyaron mucho, me explicaron los derechos y las obligaciones que tengo, y mi hija se quedó conmigo, o sea, me ayudaron mucho (Bolivia, 29 años).

Para mí mucho, poder tomar mis propias decisiones, como ser independiente, o sea, saber que sólo dependo de mí, de lo que yo haga. (...). En mi vida personal he incorporado lo de las mujeres. Es esa fuerza, ese empuje de salir adelante, de luchar, ser independientes, no depender económicamente del marido, sino de ellas..., es lo que ha marcado mi vida, es lo que más me ha gustado. Que un hombre te venga a mandar, que te diga lo que tienes que hacer, no, tú eres la que decides lo que quieres hacer, y si lo quieres hacer, o no, es cosa tuya, compartes con tu pareja pero al final decides tú también.

Aquí no, aquí yo trabajo, manejo yo mi economía, en que me lo quiero gastar en que no me lo quiero gastar..., el no ver que si haces algo te están señalando como suele pasar en mi país, en ese sentido aquí yo creo que ha sido mejor, para mí ha sido lo mejor (Colombia, 37 años).

Yo nunca..., es que sentirte desprotegido aquí ¡es de tontos! Aquí una mujer..., la que sea, latina, árabe, de aquí mismo, sí está bajo un techo aguantando los insultos o los golpes de un hombre es porque quiere, ¡eh!, porque el sistema se lo pone fácil para empezar otra vida, yo lo veo así, una mujer en Colombia con cuatro hijos que no tiene nada, que no tiene donde irse... (Colombia, 38 años).

Respecto a la *asimetría de adaptación* las mujeres que vinieron en pareja y se han separado tras la migración son una constante. Los ritmos de adaptación y las relaciones de poder cambian. Ellas sostienen económicamente a la familia y viven en un contexto de más libertad que en ocasiones ellos no aceptan. Describen algunas de ellas que están solas porque su pareja las abandonó, o porque escaparon de matrimonios donde recibieron maltrato, o están casadas pero solas, en el sentido de ser las responsables de sacar adelante incluso a sus parejas, incapaces de salir adelante sin ellas. Para algunos hombres la independencia económica de las mujeres distorsiona su rol, destruyen su autoestima. Así, se han visto varios casos en los que el alcoholismo y los celos aparecen y el deseo de retorno es recurrente. Los conflictos de pareja surgidos una vez las mujeres se han establecido en la sociedad de acogida suponen el 34%. Las razones responden a los diferentes roles que juegan hombres y mujeres en la familia, ellas están más involucradas viven el proyecto como una estrategia familiar y reflejan en sus testimonios que los hombres sienten menos culpa e implicación.

¡Claro!, es que de hecho la migración es para la mujer, por lo menos en estos países. Aquí, ahora, o cuando ha habido la obra (construcción), el hombre ha tenido una oportunidad, pero ahora mismo, si ves, la que está llevando el pan a la casa es la mujer latina. Porque para cuidar niños tú no se los vas a dejar a un hombre (Colombia, 38 años).

(...) estoy separada. (...) justamente porque el choque cultural fue brutal para él, porque..., bueno..., yo estaba sola, y yo me integré fácil, porque al principio trabajaba..., cómo se dice..., interna. Y en mi soledad y tal no tenía..., nadie dependía de mí, estaba sola y el trabajo era todo para mí. Pero cuando ellos llegaron tuve que cambiar de trabajo, cambio un poco mi forma de vida, ya tenía que volver a acostumbrarme a estar con ellos, a que eran mi responsabilidad. (...) lo que no veía bien era ese cambio, o sea, ese cambio que hay aquí, él decía: “ah, pero aquí son muy liberales, qué cómo un niño puede estar así, en la plaza, tan tranquilo..., tan pequeño, pero ya tiene novia y tal...” (Bolivia, 29 años).

La mujer se adapta mucho más, mucho mejor, muchísimo mejor, los hombres todavía mantienen ese rol machista, ese rol protector, no terminan de adaptarse a esta nueva sociedad, no abren la mente, no terminan de crecer, y pasa lo que pasa que no..., sí, y hay choques. Ya del hombre de por sí, por su naturaleza es bastante inmaduro, y le cuesta un poco crecer (Perú 43 años).

La relación de pareja la ha roto la emigración, la ha roto la economía porque al principio todo era mi esposo... Sí, hemos cambiado, nos hemos separado. Vivimos juntos pero separados. (...). Por las circunstancias, porque él ve que yo trabajo y él no puede trabajar, entonces pues... él se ha puesto un poco más apartado de mí. Y dice él que no, que eso no puede ser porque yo no puedo trabajar tan duro y que nadie está aportando. (...). Sí, es más bien por eso, por la situación económica. Porque si él estuviera trabajando yo sé que estaríamos juntos, porque en el principio fue así, en el principio trabajábamos, ganamos dinero para pagar allí, para pagar las compras... entonces en lo que hace que él dejó de trabajar ha cambiado mucho, es muy callado, no dice nada” (Colombia 55 años).

Destacan experiencias de *discriminación y sexismo* (36.8% de esta sub-categoría). Por primera vez son protagonistas y se exponen a prejuicios sexistas que les describen como mujeres fáciles. Las mujeres entrevistadas, por ejemplo, refieren como en sus países si las mujeres trasgreden son calificadas en términos muy duros, por eso es difícil que las mujeres aspiren a ser independientes, en el espacio público existen reglas implícitas que prohíben determinados comportamientos.

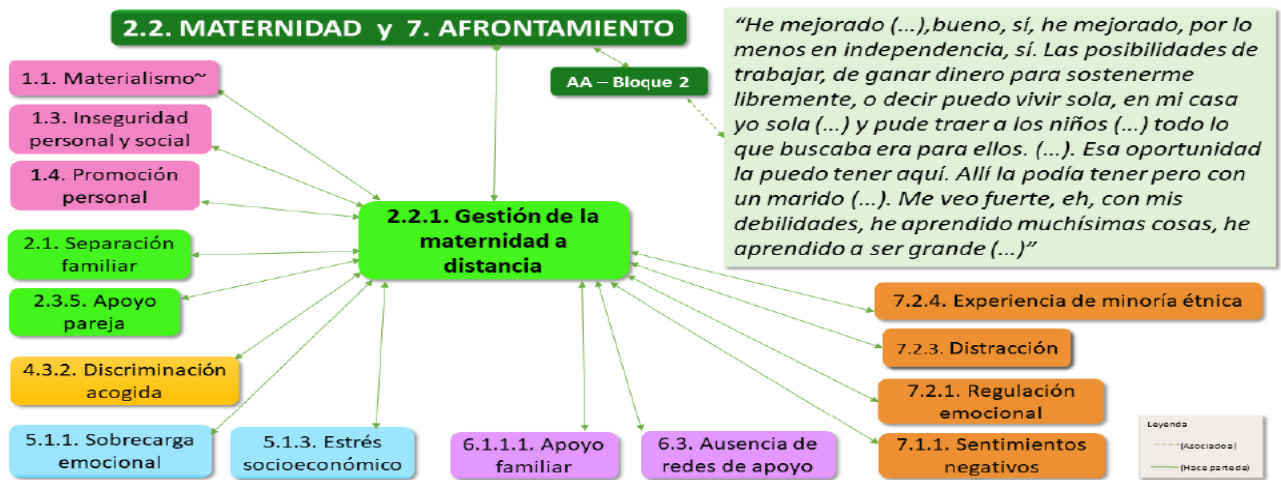
(...) y hay veces que a la gente mayor le cuesta adecuarse y habituarse a un sitio, a la gente..., porque los jóvenes siempre son más abiertos, más colaboradores, más sencillos (...) Sí, sí, a los mayores de aquí les cuesta más aceptar, porque hay gente mayor que entiende muy bien lo de la emigración, por la historia de inmigración que ha habido también en Bilbao, y lo entienden muy bien, pero hay personas que no, que no entienden, y pues piensan que igual venimos a robarles el trabajo, o el dinero, pero no... (Bolivia, 29 años).

La manera de ser de las personas. Allá hablamos todo, conversamos todo. Eso no hay aquí en el vecindario, nos tienen rabia, no nos quieren, todo lo que pasa es por nosotros. (...) En el sentido de que no saludan, (...) siempre los colombianos, que no sabemos hablar, o que hacemos ruido, le llaman a la dueña de la casa y se lo dicen. En el piso donde nosotros vivimos es poca gente, no nos conocemos, pasan por encima de nosotros, no nos saludan, pero me reprochan mucho, (...) (Colombia, 55 años).

REDES DE IDEAS CO-OCURRENTES: ESTRÉS DE ACULTURACIÓN FAMILIAR, CAMBIOS DE ROL Y AFRONTAMIENTO DE LA MIGRACIÓN

Se han descrito las historias de las mujeres participantes, seleccionando para ello las partes del discurso que hacían referencia a las macro-categorías *estrés de aculturación familiar y cambios de rol*. Se presentan 3 redes de ideas procedentes de tres de las entrevistas, que están representadas en las figuras 1, 2 y 3 a seguir (entrevista 1 corresponde a Figura 1, entrevista 2 corresponde a Figura 2 y entrevista 3 corresponde a Figura 3).

Figura 1 – Relación entre gestión de la maternidad a distancia y afrontamiento



Fuente: Elaboración propia, 2020.

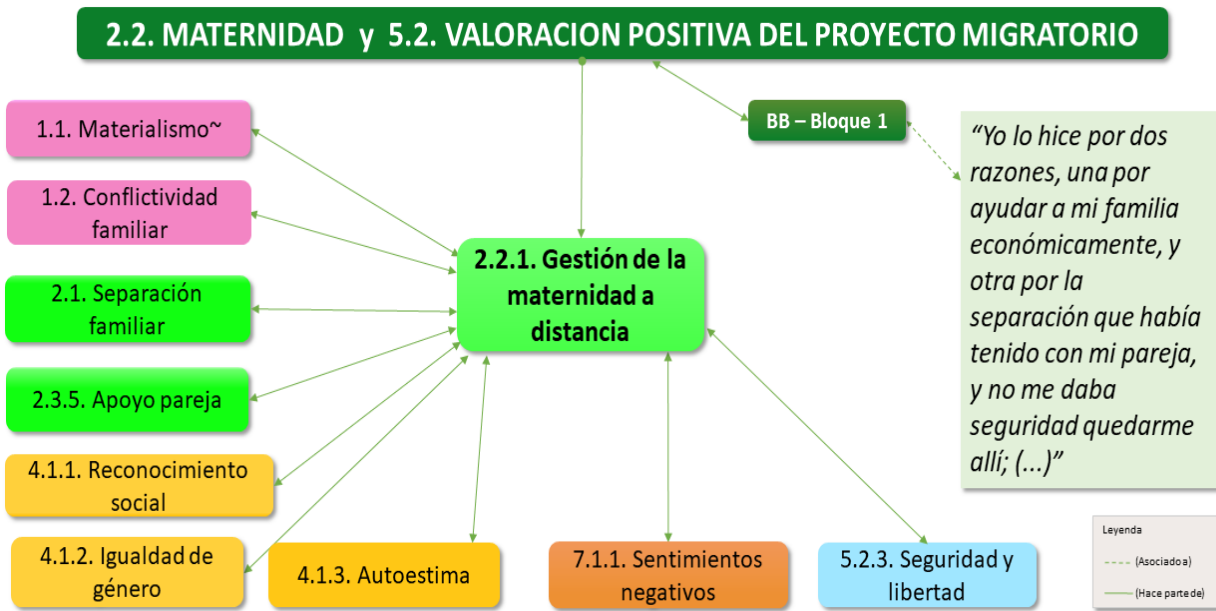
(Colombia, 38 años): describe cómo se gestiona la maternidad a distancia. Como es común, esta mujer proviene de una familia en la que la madre se ocupa de los hijos ante un padre ausente. La percepción de falta de oportunidades en su país de origen condiciona la migración. Además, la existencia de redes familiares en el país de acogida que facilitan la decisión proporcionando alojamiento y un préstamo económico que se ha de devolver. Este apoyo familiar es de tipo instrumental e incluye una serie de favores mutuos. Esta mujer se convierte en la sustentadora a distancia de la familia, incluso hay una queja explícita porque las lealtades familiares llevan a que las mujeres mantengan a toda la familia, y no sólo a sus hijos, sintiendo que la familia abusa de ella. La mujer describe las precarias condiciones de vida por las que ha pasado con jornadas laborales agotadoras. Describe el sufrimiento emocional por la distancia y el dolor en el retorno de los viajes al país de origen, es como “volver a empezar”. Sufre el sexismo en el trabajo, con comentarios degradantes, que intenta ocultar a su pareja, y ante esta presión y contención finalmente hay explosiones de ira, y síntomas de depresión.

Pues mi madre cobraba una pensión, pero bueno era una pensión deficiente y había necesidad, había necesidad, pues..., pues porque cuando tú has tenido carencias, tú no quieres lo mismo para tus hijos, entonces pues bueno..., yo tenía unos familiares aquí y pues me dieron la oportunidad, y dije: “pues me voy.

No, era yo creo el esfuerzo de tirar para adelante con todos, no solo con los niños, o sea, porque..., pues eso. Eso es lo que he hecho siempre ayudarlos a todos, de mi trabajo nunca se ha beneficiado precisamente mis hijos, de mi trabajo se han beneficiado mi madre, mis hermanos... Pero en el fondo...es así, pero sí, es verdad, yo lo veo así, hay mucho, mucho abuso también, o sea ya...,no es lo mismo tú ganar un dinero aquí, que tienes que limpiar, yo por lo menos que he tenido que trabajar dieciocho horas diarias, porque yo, yo entraba a las diez de la mañana y salía a las cuatro de la madrugada, y dormía en el piso del restaurante, en un colchón en la cocina, al lado de la lavadora, me hice al ruido de la lavadora. Y no es lo mismo ganar así el dinero que estar allí sentado viendo novelas, recibiendo dinero todos los meses. Es que hay mucho abuso también.

Muy dura, muy dura. Mira, que de hecho yo dejé de viajar con frecuencia por eso, porque me parecía que cada vez la despedida era más difícil. Lo siento (por llorar). Dejar a dos niños pequeños..., todo, todo, o sea, es el momento en que duele hasta el aire... porque luego me cuesta mucho recuperarme cuando vuelvo, muchísimo, el volver a arrancar de ánimo me cuesta muchísimo.... He pensado muchas veces en marcharme, pero eso es un segundo destierro ... igual porque tengo un niño pequeño...

Figura 2 – Gestión de la maternidad a distancia y valoración positiva del proyecto migratorio



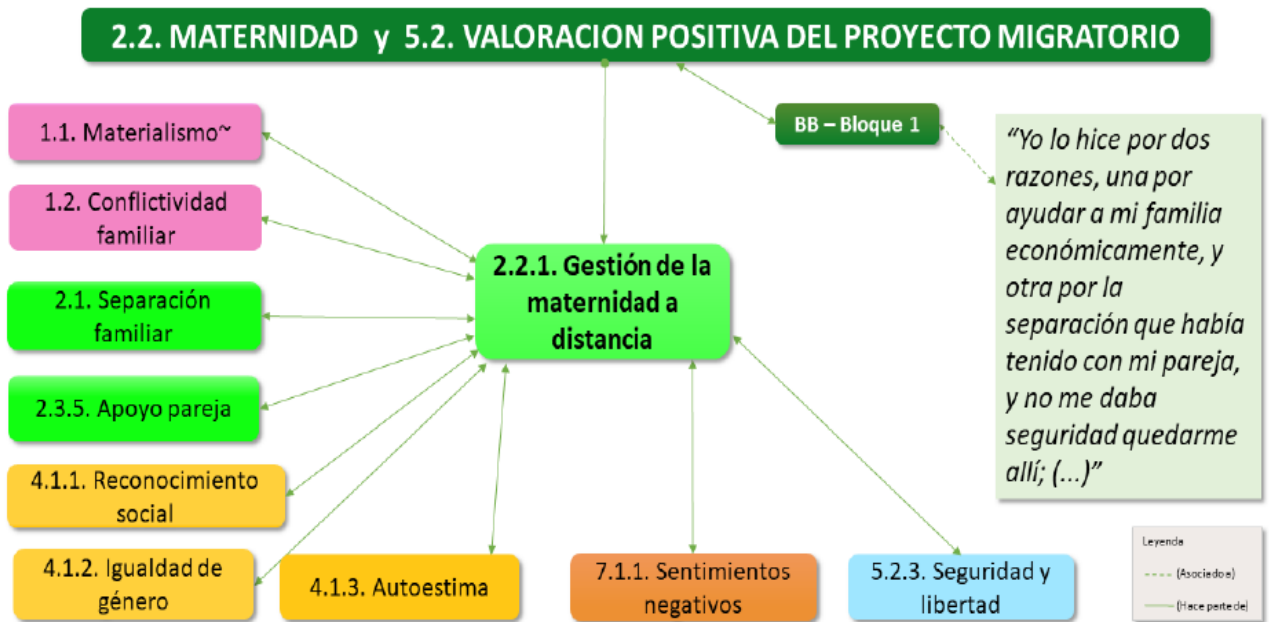
Fuente: Elaboración propia, 2020.

(Colombia, 37 años): describe los motivos predominantes de la migración de las mujeres latinoamericanas, la promoción económica familiar, añadido a la separación matrimonial y la ruptura con una situación de inseguridad ante la violencia de género. En este caso la búsqueda de seguridad es un motivo importante y la sensación de tranquilidad obtenida en la sociedad de acogida. La separación de la hija es el principal duelo para esta mujer que se acrecienta por el conflicto con el padre que impide la reagrupación que ella desearía para su hija. Los cambios de rol desde la migración han implicado autoestima, sentirse una mujer más independiente, y el aprecio y reconocimiento de la familia de origen. Los sentimientos de nostalgia, estar lejos de la familia, especialmente cuando hay que afrontar la incertidumbre e impotencia ante los acontecimientos del curso de la vida, acrecentados por la distancia, como la enfermedad del padre.

Yo me siento muy contenta cuando las cosas en mi casa, digo en mi país, te hablo exactamente de mi hija, de mi padre y de mis hermanas. Que ellos estén bien para mí ya es..., porque sé que mi hija, aunque no está conmigo, está bien, me entiendes no le falta...al menos en lo económico, sentimentalmente le faltó yo. ...Miedo sí, miedos, sí, muchos. Sí, miedo de no ver más a mi familia ... impotencia de no estar juntos ... siempre tenía la nostalgia de dejar todo atrás, la familia, las costumbres ... he perdido mucho, yo he perdido mucho, porque estoy lejos de mi familia, eso he perdido.

De por si soy muy nostálgica, yo creo que es eso, la nostalgia, de no poder estar allí y solucionar las cosas estando allí, porque estando aquí no las puedo arreglar. Igual puedo económicamente pero no es lo mismo, como se dice el dinero no arregla todo. Mi padre está enfermo y no poder yo ir y estar con él. Eso me da rabia, porque digo yo..., si él estuviera aquí conmigo yo sé que estaría más tranquilo él y estaría más tranquila yo. Y si yo estuviese allí pasaría igual. No habría como esa inquietud de qué pasa, de que tienes que estar llamando, saber si te dicen la verdad, de saber si las cosas son así o son más graves de lo que realmente te dicen..., ese tipo de situaciones, esa impotencia, no saber concretamente las cosas.

Figura 3 – Conflictos de pareja, asimetría e separación después de la migración



Fuente: Elaboración propia, 2020.

(Bolivia, 29 años): corresponde a una mujer que reagrupa a su marido y a su hija, una vez en el país de acogida se separan. Muestra las dificultades de la reagrupación y el sacrificio económico que acaba en separación. La historia muestra la asimetría de género en la adaptación a la sociedad de acogida, con un marido que deseaba retornar y que afrontaba la situación bebiendo, desencadenando tensiones y celos. Ella no tiene dificultades para integrarse, pero él no consigue aceptar el tipo de vida mostrando resentimiento hacia ella. Poder rehacer su vida tras la separación, tener a su hija viviendo con ella junto con las posibilidades de promoción personal, son las dos cuestiones que le llevan a valorar de manera positiva su migración y situación vital actual.

Sí, un poco, sí, peleamos mucho sí..., fue un problema, él siempre se ponía un poco de que quería..., de que: “por qué no nos vamos”, que él aquí y su familia allí, le tocabas eso y él se quería ir.

Claro, yo en parte no entendía eso y decía: “pero estás ahora con tu familia qué más quieres”, y decía: “pero no, mi familia..., que no sé y tal”, y bueno, hay personas que, bueno, siempre quieren separar a la familia, y al final él... Aquí lo malo también es que hay muchos bares, y a toda hora y todo, entonces al bar..., empezó a salir mucho, eh..., yo a reclamarle también mucho, otras personas pues que decían: “¡ay! tu mujer es muy amiguera... que salía” y él era una persona muy tradicional: “¡ah! pero tú estabas sola y aquí... y no puedes estar así porque me tenías que respetar...”. Yo le decía: “yo te respeto, pero eso no quiere decir que no pueda tener amistades”. Y Supongo que él creía que no podía existir una amistad digamos..., él creía que no podía existir una amistad entre un hombre y una mujer y yo decía “pero puedo tener amigos tanto como amigas”.

CONCLUSIONES E IMPLICACIONES PARA LA INTERVENCIÓN PSICOSOCIAL

Este trabajo ha puesto de manifiesto que en las migraciones femeninas hay un desplazamiento de los roles de género, cambian las reglas y se plantean el dilema entre la adhesión a los vínculos familiares tradicionales y el deseo de promover su propia independencia, y, desde aquí, destacan las estrategias para reconstruir los lazos en estas nuevas configuraciones familiares transnacionales (ACHOTEGUI, 2010; BECK; BECK-GERNSHEIM, 2012; DEL FRESNO, 2011; GIL ARAUJO, 2010).

Una de las constantes en todas las participantes son los *costes emocionales de las separaciones familiares y la gestión de la maternidad a distancia*, predominando la culpa y el miedo a la pérdida. Estos resultados confirman que los ajustes transnacionales reestructuran los vínculos afectivos con costes emocionales elevados (FALICOV, 2001, 2008; PARELLA; CAVALCANTI, 2010). Como se ha plasmado en los relatos de las mujeres las remesas son la clave de dependencia económica y afectiva en las familias transnacionales (PARELLA; CAVALCANTI, 2008).

Con intensidad destacan la sobrecarga emocional que se relaciona con la apreciación de sentimientos intensos de sacrificio personal, de esfuerzo desproporcionado y de haber pagado un precio demasiado alto, cuando este sacrificio que no se ha visto compensado, y se perciben más pérdidas que ganancias. La incapacidad de cumplir las obligaciones genera sentimientos cargados de culpa al no haber alcanzado los proyectos deseados, que eran básicamente económicos y orientados a la reagrupación. También puede que hayan encontrado trabajo y estabilidad, pero en ocasiones a costa de romper los lazos tras años de separación. Esto refleja esa paradoja de la separación “abandonar” a sus hijos para ofrecerles un futuro mejor (INCLÁN, 2009). Se mezclan sentimientos, de modo que las mujeres

se sienten atrapadas entre las lealtades y las exigencias familiares y aunque muestran el dilema entre quedarse o partir la idea más generalizada es de no retornar.

Los cambios importantes positivos dominan gran parte del discurso sobre los cambios de rol derivados de la migración. Las mujeres migrantes rompen estereotipos y prejuicios de género, su actitud emprendedora supone autoestima y reconocimiento de género, de su sacrificio deriva su mayor poder social, consideran que han conseguido el respeto de su grupo familiar, han podido alcanzar representación, influencia y control dentro de la familia. Tratan de minimizar las experiencias negativas a cambio de los logros conseguidos así, aun no cumplidas sus expectativas, todas ellas manifiestan haber salido reforzadas de la experiencia.

El reconocimiento familiar es básico, la sensibilidad a la opinión familiar juega un papel en su bienestar. Anhelos por otra parte propios de un estilo de vida global al verse inmersas en sociedades más individualistas donde se valora la autonomía y la capacidad de decisión al margen de la familia de origen (HOFSTEDÉ, 2001; INGLEHART et al., 2004; LIPOVETSKY; SERROY, 2010; ZLOBINA; BASABE; PÁEZ, 2004), una realidad del nuevo contexto que en ocasiones viven como paradójica y contradictoria. Desde esta idea consiguen distanciarse de las características de la vida en origen. En estos cambios se producen *asimetrías de adaptación* en las parejas, los ritmos de adaptación y las relaciones de poder cambian (HOCHSCHILD, 2008), y las parejas se rompen con frecuencia y no comparten el proyecto migratorio (GARCÍA BORREGO, 2010).

La migración supone un cambio importante en la posición que ocupan, los sentimientos de libertad y relaciones más igualitarias, son una constante aun en los casos donde no se han cumplido las expectativas, y, aunque el deseo sea volver, la idea de retorno y la añoranza están omnipresentes, encuentran más oportunidades en general para el desarrollo personal. Las mujeres relatan que han salido ganando en

múltiples aspectos, no sólo en el sentido económico sino también en su vida personal y en la de sus hijas e hijos al vivir en lugares más seguros y con protección social.

Las participantes han descrito una variedad de formas de hacer frente al estrés de aculturación, mostrando la importancia del crecimiento psicológico derivado del aprendizaje que supone la experiencia. Uno de los factores más destacados es verse capaces de haber hecho frente a múltiples cambios. El afrontamiento de los desafíos de la migración implica sentimientos profundos que van desde el malestar emocional hasta el crecimiento personal. Se han descrito las implicaciones negativas, la ruptura con su medio y las dificultades para resistir esa presión, las dificultades de adaptación, la discriminación y el desarraigo influyen en ello, pero también resaltan las implicaciones de vivir en un entorno cultural más abierto, entorno que les permite tener aspiraciones y elegir sobre lo que consideran debe ser su papel. Perciben que han ganado auto-confianza al verse capaces de salir de sus países, y comenzar un estilo de vida como mujeres independientes. Las mujeres reevalúan su experiencia encontrando fortalezas que refuerzan su identidad y en ese camino consiguen mayor poder social (BOSZORMENYI-NAGY; SPARK, 2012).

Asimismo, las experiencias descritas por las mujeres como aspectos positivos pueden reinterpretarse en los términos descritos en la literatura sobre Crecimiento postraumático por Tedeschi y Calhoun (1996). Así, sentirse más fuerte de lo que se pensaba se reflejaría en la resiliencia de las mujeres que sentían su capacidad para haber rehecho su vida en otro contexto social difícil. Al mismo tiempo, las nuevas oportunidades experimentadas junto a los cambios en las prioridades de la vida, se manifestaron en los múltiples cambios del rol de género y en el resignificado de las relaciones familiares, donde se han redefinido las relaciones de pareja y mater-filiales, se han cambiado las aspiraciones en un entorno cultural que se percibe más igualitario y donde las mujeres parecen lograr un cierto grado de individuación respecto del núcleo familiar de origen.

No obstante, es conveniente tener en cuenta que la visión ofrecida en este trabajo sobre la inmigración femenina latinoamericana representa únicamente a un segmento de dicha población, se trata de mujeres de extracción social baja que se insertan en los nichos laborales más precarios de la sociedad receptora y principalmente en el servicio doméstico. Los informes estadísticos del Observatorio de la inmigración señalan a este sector como uno de los principales focos de la inmigración femenina (MORENO, 2014). Pero existen otros perfiles migratorios procedentes de Latinoamérica formados por profesionales y técnicos cualificados cuyas trayectorias y motivos migratorios son muy dispares desde profesionales técnicos de empresas de alta tecnología (DE LUCA, BOBOWIK; BASABE, 2011), exiliados y refugiados políticos, profesionales y estudiantes universitarios (WARD, BOCHNER, & FURNHAM, 2001). Probablemente las estrategias aculturativas y las relaciones familiares y de pareja serán heterogéneas y dispares.

Los resultados de este estudio proporcionan pistas para la elaboración de planes de intervención comunitarias para la promoción de la salud mental en las mujeres migrantes, que deben ser múltiples (individuales, familiares y comunitarias), y priorizar a las mujeres o familias que presenten mayor riesgo de exclusión social. Intervenciones que deben encaminarse a la adaptación y a la resistencia ante las demandas y los retos del entorno y la cultura dominante, para prevenir la psicopatología y el riesgo de trastornos depresivos. Este trabajo clínico debe reforzarse junto al trabajo comunitario, como recurso terapéutico eficaz que favorezca las relaciones y redes sociales, sobre todo en aquellas mujeres que tengan dificultades para establecer vínculos seguros. Programar actividades de promoción social que permitan establecer relaciones gratificantes, de confianza y ayuda concreta, y eviten el aislamiento. Favorecer la atención a los factores de riesgo que presenta la reagrupación, o el retorno a los países de origen con intervenciones terapéuticas enfocadas a reparar los lazos emocionales entre estas madres y sus hijas e hijos.

Asegurar la atención a las necesidades sociales que añaden dificultades emocionales y están relacionadas con sus condiciones de vida. Su situación administrativa y el acceso a la vivienda, la falta de empleo, o el trabajo que desempeñan, infravalorado y precario, que hace imposible la reagrupación y amenaza sus proyectos vitales. Revisar su situación administrativa y las dificultades de acceso a la regularización porque pueden sufrir obstáculos legales que determinan, por ejemplo, los tiempos de separación de la familia transnacional.

Incorporar protocolos de atención a las mujeres vulnerables a la violencia de género e intrafamiliar y a las agresiones xenófobas y racistas. Plantear medidas de acompañamiento y protección de su integridad física y psicológica es necesario, porque pueden presentar un marcado desequilibrio de los roles género, desarrollándose en creencias y estereotipos que perpetúan esta violencia.

Ayudar a estas madres a explorar su experiencia migratoria, examinando los traumas y pérdidas sufridos por ellas y sus familias de origen, y la resiliencia que muestran, que les ayudará a ver sus puntos fuertes y a examinar la creatividad y firmeza que les permite superar este proceso, a pesar del estrés que comporta, encontrando un significado positivo a su experiencia. La exposición al prejuicio y a la discriminación puede tener efectos dañinos, examinar cómo se enfrentan a esta discriminación, cómo asimilan o adaptan sus estrategias para sobrevivir en un contexto diferente.

Pero al mismo tiempo que se trabajan las dificultades hay que hacer enfatizar la toma de consciencia de la resiliencia y las fortalezas que las mujeres pueden desplegar a lo largo del proceso de aculturación en la nueva sociedad receptora y con las nuevas formas familiares que se van configurando.

Por último, adecuarse a la complejidad de las intervenciones por la influencia de elementos culturales. Examinar el entorno y el contexto cultural, que conlleva valores con un claro efecto normativo y regulador de comportamientos personales y sociales, que marcan tanto la fortaleza como la vulnerabilidad mental de las mujeres migrantes. Mejorar la comunicación en el contexto clínico y de atención psicosocial, evitando interferencias de estereotipos y prejuicios negativos. Analizar los significados culturales en la atención psicológica, en los diagnósticos y tratamientos que tienen un significado dentro de un contexto cultural y de una historia personal, y que deben enfocarse desde una perspectiva transcultural.

REFERENCIAS

- ACHOTEGUI, J. La depresión en los inmigrantes: una perspectiva transcultural. Barcelona: Mayo, 2002.
- ACHOTEGUI, J. *Psiquiatría e inmigración*. Badalona: Euromedice, 2010.
- AIERDI, X, et al. ¿Por qué llegué a Euskadi? Un estudio de caso de la feminización de la inmigración. In: CONGRESO ESPAÑOL SOCIOLOGÍA CRISIS Y CAMBIO PROPUESTAS DESDE LA SOCIOLOGÍA, 9, 2013, Madrid. *Anais...* 10-12 Julio, 2013. Disponible en: <<http://www.fes-sociologia.com/libro-de-actas-y-programa-completo-en-pdf/pages/23/>>. Acceso em: 25 mar. 2019.
- BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. *Amor a distancia. Nuevas formas de vida en la era global*. Barcelona: Paidós, 2012.
- BERTINO, L.; ARNAIZ, V.; PEREDA, E. Factores de riesgo y protección en madres migrantes transnacionales. *Redes. Revista de Psicoterapia Relacional e Intervenciones Sociales*, n.17, p. 91-116, 2006. Disponible em: <http://www.biblioteca.cij.gob.mx/Archivos/Materiales_de_consulta/Drogas_de_Abuso/Articulos/migrantes_transnacionales.pdf>. Acceso em: 25 mar. 2019.
- _____; MONTES, Y.; ARNAIZ, V. Del dolor a la agresión. Situaciones de violencia filio-parental en familias migrantes extranjeras reagrupadas. *Redes. Revista de Psicoterapia Relacional e Intervenciones Sociales*, n.30, p. 91-116, 2014. Disponible em: <<http://redesdigital.com.mx/index.php/redes/article/view/143>>. Acceso em: 25 mar. 2019.
- BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, G.M. *Lealtades Invisibles. Reciprocidad en terapia familiar intergeneracional*. Buenos Aires: Amorrortu, 2012.

- DE LUCA, S., BOBOWIK, M.,; BASABE, N. Adaptación sociocultural de inmigrantes brasileños en el País Vasco: bienestar y aculturación. *Revista de Psicología Social*, v.26, n.2, p. 275-294, 2011. Disponible em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1174/021347411795448983>>. Acceso em: 05 jan. 2020.
- DEL FRESNO, M. G. *Retos para la intervención social con familias en el siglo XXI*. Madrid: Trotta, 2011.
- ESCUADERO, E. *La realidad de las mujeres migrantes ante las intervenciones socio-sanitarias, educativas y laborales en la CAE*. Vitoria-Gasteiz: Emakunde, 2011.
- FALICOV, C. Migración, pérdida ambigua y rituales. *Perspectivas Sistémicas*, v.69, p. 15-45, 2001. Disponible em: < http://proyectos.javerianacali.edu.co/cursos_virtuales/posgrado/maestria_asesoria_familiar/proyectos%20II/M%C3%B3dulo%20/U2_Falicov%20C.%20-Migraci%C3%B3n%20P%C3%A9rida%20ambigua%20y%20rituales.pdf>. Acceso em: 05 jan. 2020.
- _____. El trabajo con inmigrantes transnacionales: expandiendo los significados de Familia, Comunidad y Cultura. *Redes. Revista de Psicoterapia Relacional e Intervenciones Sociales*, v.20, p. 25-42, 2008. Disponible em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2940351>>. Acceso em: 05 jan. 2020.
- GARCÍA BORREGO, I. *Familias migrantes: elementos teóricos para la investigación social. Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes. Rompiendo estereotipos*. Madrid: IEPALA, 2010.
- GIL ARAUJO, S. Migraciones Latinoamericanas hacia el Estado Español. La reactivación del sistema migratorio transatlántico. In: RODRÍGUEZ, I.; MARTÍNEZ, J. (Eds.). *Postcolonialidades históricas: (in)visibilidades hispanoamericanas / colonialismos ibéricos* Barcelona: Anthropos, 2008. p. 189-220.
- _____. Políticas migratorias, género y vida familiar. Un estudio exploratorio del contexto español. En Grupo Interdisciplinario de Investigadores Migrantes. *Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes*. Madrid: IEPALA, 2010.
- GÓMEZ MONTOYA, A.; GÓMEZ GONZÁLEZ, J.A.; LUQUE VIZCAÍNO, G. ¿Para qué migramos? Algunos motivos invisibles. *Redes. Revista de Psicoterapia Relacional e Intervenciones Sociales*, v.25, p. 105-122, 2011. Disponible em: < <http://www.redesdigital.com.mx/index.php/redes/article/view/56>>. Acceso em: 05 jan. 2020.
- HOCHSCHILD, A.R: *La mercantilización de la vida íntima. Apuntes de la casa y del trabajo*. Madrid: Katz, 2008.
- HOFSTEDE, G. *Culture's consequences: Comparison values, behaviours institutions and organizations across nations*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.
- INCLÁN, J. Terapia de familia con inmigrantes latinoamericanos; un modelo sistémico-ecológico. *Redes. Revista de Psicoterapia Relacional e Intervenciones Sociales*, v.22, p. 43-61, 2009. Disponible em: < <http://www.redesdigital.com.mx/index.php/redes/issue/archive>>. Acceso em: 05 jan. 2020.
- _____.; MARTÍ CASTAÑER, M.; GAY PASCUAL, X. Adolescencia e inmigración: una perspectiva sistémico-ecológica. *Redes. Revista de Psicoterapia Relacional e Intervenciones Sociales*, v.27, p. 9-58, 2012.
- INGLEHART, R., et al. (World Values Survey). *Human beliefs and values*. México: S.XXI, 2004.
- KRIPPENDORFF, K. *Computing Krippendorff's Alpha-Reliability*. Disponible em: <https://repository.upenn.edu/asc_papers/43/>. Acceso em: 05 jan. 2020.
- LEVITT, P. Los desafíos de la vida familiar transnacional. In: Grupo Interdisciplinario de Investigadores Migrantes (Eds.). *Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes*. Madrid: IEPALA, 2010.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *La cultura-mundo. Respuesta a una sociedad desorientada*. Barcelona: Anagrama, 2010.
- MOORE, H. L. *Antropología y Feminismo*. Madrid: Cátedra, 2004.
- Plataforma para la Cooperación Internacional sobre Inmigrantes Indocumentados (PICUM). *Informe del taller de picum "Violencia y explotación de las mujeres inmigrantes indocumentadas: creación de estrategias para detener la impunidad"*, 2011. Bruselas: PICUM, 2010. Disponible em: < http://picum.org/Documents/Public/2010/PICUM_Workshop_Undocumented_Women_Strategies_to_End_Impunity_ES.pdf>. Acceso em: 05 jan. 2020.
- MORENO, G. *Inmigración e impacto de la crisis. Anuario de la Inmigración en el País Vasco, 2013*. Bilbao: Ikuspegi, 2014. Disponible em: <http://www.ikuspegi.eus/documentos/anuarios/anuario_2013_cas_OK.pdf>. Acceso em: 05 jan. 2020.
- MUSITU, G. (Ed.). *Mujer y migración: los nuevos desafíos en América Latina*. México: Trillas, 2012.
- OSO CASAS, L. Movilidad laboral de las mujeres latinoamericanas en España y empresariado étnico. In: GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE INVESTIGADORES MIGRANTES (Eds.). *Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes*. Madrid: IEPALA, 2010.
- PARELLA, S.; CAVALCANTI, L. Aplicación de los campos sociales transnacionales en los estudios sobre migraciones. In: SOLÉ, C., PARELLA, S., CAVALCANTI, L. (Eds.). *Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones*. Observatorio Permanente de la Inmigración. Ministerio Trabajo e Inmigración, 2008.
- _____.; CAVALCANTI, L. Dinámicas familiares transnacionales y migración femenina: una exploración del contexto migratorio boliviano en España. In: GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE INVESTIGADORES MIGRANTES (Eds.). *Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes*. Madrid: IEPALA, 2010.
- SAMSÓ, M. et al. Elementos diferenciales entre mujeres inmigrantes y mujeres autóctonas respecto al maltrato. *Psiquiatría Biológica*, v.14, n.4, p. 163-166, 2007. Disponible em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1134593407732785>>. Acceso em: 05 jan. 2020.

SLUZKI, C.E. *La red social: frontera de la práctica sistémica*.
Barcelona: Gedisa, 1996.

SUAREZ-HERNÁNDEZ, M.T. et al. Estados de ansiedad, depresión y factores relacionados en la población adulta inmigrante latinoamericana en Canarias. *SEMERGEN-Medicina de Familia*, v.37, n.8, p. 391-397, 2011. DOI: 10.1016/j.semerg.2011.03.005

TEDESCHI, R. G., & CALHOUN, L. G. The Posttraumatic Growth Inventory: Measuring the positive legacy of trauma. *Journal of traumatic stress*, v.9, n.3, p. 455-471, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF02103658>..

WARD, C., BOCHNER, S. & FURNHAM, A. *The psychology of culture chock*. East Sussex: Routledge, 2001

ZLOBINA, A.; BASABE, N.; PÁEZ, D. Adaptación de los inmigrantes extranjeros en España: superando el choque cultural. *Revista Migraciones*, v.15, p. 43-84, 2004. Disponível em: <<https://revistas.comillas.edu/index.php/revistamigraciones/article/view/4259>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

AGRADECIMIENTOS

Esta investigación fue realizada gracias al financiamiento proporcionado por Gobierno Vasco: IT-1187-19, y Ministerio de Ciencia e Innovación: PSI2017-84145-P.

Anexo A – Guión de la entrevista: Según macro-categorías

Macro-Categorías	Preguntas orientativas
1. MOTIVOS MIGRATORIOS	Empezamos por el principio. ¿Cuántos años llevas ya en España? ¿Y el motivo? ¿Podrías ahora volver atrás ...y recordar qué es lo que te empujó salir de tu país y venir a este? Explorar motivos
2. FAMILIA: ESTRÉS ACULTURACIÓN	-¿Cómo vive la separación de familiares y amigos? ¿Qué siente? -¿Qué cree que aporta su esfuerzo para los suyos?, -¿Y para usted? -¿Cómo ha cambiado su relación con su marido, hijos, tíos, padres? -¿Se siente más valorada que antes, o menos? ¿Por qué? ¿Qué ha ganado?, ¿qué ha perdido? ¿Cuando tiene problemas con su familia o las cosas no salen bien cómo reacciona y qué hace: tristeza, miedo, rabia, enfado, ira...?
3. CHOQUE CULTURAL: PERCEPCIÓN DIFERENCIAS CULTURALES	¿Qué diferencias encuentra entre la vida en tu país y en este? Explorar ámbitos: comunicación, ritmo de vida, diferencias de género, estatus, trato en las instituciones, valores, comida, vestido, clima. ¿Qué le ha chocado más o le llamó la atención?: ¿Qué le gusta y qué le disgusta? ¿Con qué se queda? ¿Qué incorpora?
4. CAMBIOS DE ROL	Su situación económica, laboral, cómo ha cambiado: ¿Cómo era allí en su país?, ¿Cómo es aquí? Explorar: Descenso/Ascenso de estatus económicos. Cambios económicos. ¿Ha encontrado oportunidades para mejorar? Cambios en las relaciones de pareja... Experiencias de discriminación
5. VALORACIÓN PROYECTO MIGRATORIO	Valoración del proyecto migratorio ¿Respecto a lo que se había propuesto o de las expectativas que tenía cómo se ve ahora? ¿Ahora ve oportunidades de mejorar? ¿Cómo se siente?
6. REDES SOCIALES	¿Ha tenido problemas en la relación con compatriotas y familiares aquí? ¿Se ha sentido apoyada? ¿Por sus familiares, o por quiénes? ¿Qué amigos tiene? ¿Ha tenido problemas en la relación con la gente de aquí? En el trabajo, en el vecindario, en la calle... Si se ha sentido maltratada ¿qué ha sentido? ¿Qué ha hecho en esas situaciones? ¿Se ha sentido apoyada por personas españolas o vascas? Si se ha sentido apoyada ¿Qué sentimientos ha tenido?, ¿qué ha hecho? En los matrimonios o parejas mixtas: ¿Cómo es la relación con la familia de aquí con su familia política?. ¿Cómo es la relación de su familia con su marido o pareja?
7. FORTALEZAS Y AFRONTAMIENTO	¿Cómo se ve ahora a sí misma? ¿Cómo se siente consigo misma? ¿Qué cosas cree que ha aprendido aquí?. Explorar: autonomía...libertad... capacidad de decidir por sí misma, conocer otras personas, ¿Cree que ha conseguido aprender cosas nuevas de esta experiencia? ¿Cree que ha aprendido a hacer frente a las dificultades? ¿Has logrado nuevas relaciones gratificantes, positivas, estimulantes...? ¿Qué ha hecho en situaciones como: cuando ha tenido discusiones o malentendidos; se ha sentido maltratada, o discriminada, cuando está enfadada, cuando tiene problemas o las cosas no salen bien, etc... ¿Cómo reacciona? ¿Qué actividades le hacen disfrutar y sentirte así?

Cohesión e inclusión social en las organizaciones: el rol del liderazgo, la creatividad y la innovación

Silvia da Costa

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV / EHU), Donostia-San Sebastián, España.
Investigadora Posdoctoral en la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV / EHU), Donostia-San Sebastián, España
ID ORCID: [0000-0001-6011-821X](https://orcid.org/0000-0001-6011-821X)
E-mail: pmsdcd2018@gmail.com

Darío Páez

Doctor en Psicología por la Universidad de Lovaina, Bélgica.
Profesor Catedrático de Psicología Social, Director de Grupo Consolidado CCE
Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV / EHU), Donostia-San Sebastián, España
ID ORCID: [0000-0002-8459-6037](https://orcid.org/0000-0002-8459-6037)
E-mail: dariopaez@hotmail.fr

Submitted em: 19/04/2020. Aprobado em: 20/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

El liderazgo juega un rol importante en la generación de la cohesión e inclusión social en las organizaciones. La exclusión social se concibe como el rechazo extremo de personas percibidas como desviantes, situándolas fuera del círculo de obligaciones morales del endogrupo. Se revisan las actividades de liderazgo vinculadas y conducentes a la exclusión social. También se revisa en base a los estudios empíricos los eventos y conductas creativas e innovadoras que son llevados a cabo por los distintos estilos de liderazgo (positivo, transformador, transaccional, auténtico y ético, creativo, compartido y eficaz) y que contribuyen a un clima emocional positivo, de confianza, respeto e inclusión en las organizaciones. El liderazgo debería ser creativo e innovador para manejar la diversidad social y cultural de grupos y organizaciones, implicar a sus miembros en la generación de novedades para la cohesión e inclusión social y evitar la exclusión. En este sentido, las habilidades de quienes ejercen liderazgo serían claves para generar emociones positivas, en particular de trascendencia del yo, como la inspiración moral, el asombro maravillado de tipo social, la cercanía/amor genérico a otros, la gratitud y la compasión. Se concluye proponiendo estrategias para la promoción de un clima organizacional que favorezca y refuerce la inclusión social en ámbito laboral.

Palabras clave: Creatividad. Inclusión social. Innovación. Intervención Psicosocial. Liderazgo.

Coessão e inclusão social nas organizações: o papel da liderança, da criatividade e da inovação

RESUMO

A liderança desempenha um papel importante na instauração da coessão e da inclusão social nas organizações. A exclusão social é concebida como a extrema rejeição das pessoas vistas como desviantes, colocando-as fora do círculo das obrigações morais do endogrupo. São revisadas as atividades de liderança ligadas e orientadas à exclusão social. Também são revisados, com base em estudos empíricos, os eventos e comportamentos criativos e inovadores que são realizados pelos diferentes estilos de liderança (positivo, transformador, transaccional, autêntico e ético, criativo, partilhado e eficaz) e que contribuem para um clima emocional positivo, de confiança, respeito e inclusão nas organizações. A liderança deveria ser criativa e inovadora para conduzir a diversidade social e cultural dos grupos e organizações, implicar os seus membros na instauração de novidades para a coessão e inclusão social, e evitar a exclusão. Neste sentido, as habilidades daqueles que exercem a liderança seriam a chave para gerar emoções positivas, em particular as de transcendência do eu, tais como a inspiração moral, a admiração social, a proximidade/amor genérico pelos outros, a gratidão e a compaixão. Conclui-se propondo estratégias para a promoção de um clima organizacional que favoreça e reforce a inclusão social no local de trabalho.

Palavras-chave: *Criatividade. Inclusão social.; Inovação. Intervenção psicossocial. Liderança.*

Cohesion and social inclusion in organizations: the role of leadership, creativity and innovation

ABSTRACT

Leadership plays an important role in generating social cohesion and inclusion in organizations. Social exclusion is conceived as the extreme rejection of people perceived as deviants, placing them outside the circle of moral obligations of the endogroup. Leadership activities linked to and leading to social exclusion are reviewed. It also reviews, based on empirical studies, the creative and innovative events and behaviours that are carried out by the different leadership styles (positive, transformative, transactional, authentic and ethical, creative, shared and effective) and that contribute to a positive emotional climate, of trust, respect and inclusion in the organizations. Leadership should be creative and innovative to manage the social and cultural diversity of groups and organisations, involve their members in generating new developments for social cohesion and inclusion and avoid exclusion. In this sense, the skills of those who exercise leadership would be key to generating positive emotions, in particular those of transcendence of the self, such as moral inspiration, social wonder, generic closeness/love for others, gratitude and compassion. It concludes by proposing strategies for the promotion of an organizational climate that favors and reinforces social inclusion in the workplace.

Keywords: *Creativity. Social inclusion. Innovation. Psychosocial intervention. Leadership.*

INTRODUCCIÓN

Este artículo revisa la discusión terminológica de exclusión social como concepto general y los efectos afectivos, conductuales y cognitivos de la misma. Posteriormente se examina el concepto de inclusión/exclusión, en relación a las conductas de las personas líderes en el ámbito laboral. ¿Cuáles son los efectos de las conductas de exclusión en las personas subordinadas? ¿Qué se entiende por inclusión social y cuáles son las conductas de liderazgo que la facilitan? Seguidamente se discuten los climas organizacionales, que se asocian positivamente a la inclusión social. Se examinan los estilos de liderazgo positivo, transformacional, transaccional, auténtico y ético en relación a su potencial para facilitar la inclusión social, así como las diferencias de género en el arte de liderar. Finalmente, se explora el rol de las personas que ejercen liderazgo como ejemplos morales, susceptibles de evocar emociones de trascendencia y morales positivas como la inspiración moral, lo que también contribuiría a la inclusión social. Se concluye con orientaciones para reforzar la inclusión social en ámbito laboral.

DEFINICIÓN DE EXCLUSIÓN SOCIAL

Se utilizan diferentes términos para describir la exclusión social, p.e., ostracismo, rechazo o el mismo término de exclusión. El término rechazo -que se puede considerar una forma de exclusión-, se refiere a la exclusión deliberada y sistemática de una persona que alguna vez perteneció al endogrupo. El rechazo puede ser explícito manifestándose en conductas de marginación (a la persona se la expulsa de las reuniones de trabajo), o puede ser indirecto como hacer el vacío (CUADRADO, 2019). En síntesis, se concibe la exclusión social como el rechazo extremo de las personas. Esta se caracteriza por negar derechos a ciertas personas, situándolas fuera del círculo moral de quienes tienen derechos y son reconocidas como merecedoras de un trato justo (MORALES; BUSTILLO, 2008).

La exclusión puede concebirse como un continuo, situándose en un polo extremo la máxima violencia y la hostilidad abierta, y en el otro polo las molestias habituales o normalizadas, como el acoso laboral y exclusión diaria en el trabajo. Aunque éstas últimas son menos extremas, y más parecidas al rechazo sutil, tienen efectos negativos para quien las padece (MORALES; BUSTILLO, 2008). La amenaza en el ámbito laboral se ha utilizado para referirse a una declaración explícita de rechazo cuando se trata de formar y mantener por lo menos una alianza o relación temporal con un grupo o una persona, mientras que la exclusión social denota situaciones en que se niega al objetivo un contacto social valioso con otras personas (ZHAO *et al.*, 2019). Comportamientos específicos como la exclusión, el rechazo, ignorar a otras personas y el ostracismo comparten la característica fundamental de no realizar el comportamiento socialmente apropiado por parte de unas personas hacia la víctima de exclusión (WILLIAMS; NIDA, 2011).

EXCLUSIÓN SOCIAL OBJETIVA Y SUBJETIVA O SENTIMIENTO DE EXCLUSIÓN

Es importante diferenciar la exclusión social objetiva, por ejemplo, excluir a una persona o una categoría de personas de ciertos trabajos o que no se les reconozcan los derechos plenos de ciudadanía, de la percepción subjetiva de exclusión o rechazo¹.

¹ La exclusión/inclusión social objetiva se definió como un estado deficitario o satisfactorio en los ámbitos social, económico, político y cultural. La exclusión en la dimensión social se definió como el aislamiento social, la baja o nula participación en las redes sociales formales e informales y, la nula o baja participación social. En la dimensión económica, se definió como los déficits que experimentan las personas como consecuencia de las deudas y la ausencia de ciertos bienes y servicios básicos. En la dimensión política, los indicadores de exclusión eran la falta de capacidad para ejercer los derechos que normalmente tienen las personas, como una atención de la salud y vivienda adecuada, una educación suficiente, un entorno de vida seguro, el acceso a servicios públicos y comerciales. Por último, en el ámbito cultural, los indicadores de exclusión se refieren a la falta de integración normativa, es decir, al incumplimiento de los valores básicos de la sociedad, como la baja ética laboral, la escasa preparación para la formación y el no poder votar (VAN BERGEN *et al.*, 2018).

La percepción subjetiva refleja la exclusión objetiva, pero de manera minimizada, probablemente como parte de las ilusiones positivas que caracterizan a las personas en buen estado de ánimo (BASABE; FERNÁNDEZ; MORALES, 2005). Una investigación sobre los efectos de la exclusión social objetiva o definida por indicadores de exclusión social, económica, política y cultural, que revisó $N = 22$ estudios epidemiológicos de la OECD y Unión Europea o UE (VAN BERGEN *et al.*, 2018) encontró que las personas que vivían en una situación de alta exclusión social, mostraban peores niveles de salud mental que la población general. Esta asociación fue apoyada por el 92% de la muestra analizada de manera combinada.

EFFECTOS PSICOLÓGICOS DE LA EXCLUSIÓN SOCIAL

Varios estudios y un meta-análisis (GERBER; WHEELER, 2009) confirman que la experiencia de rechazo interpersonal o la versión más cotidiana de exclusión social produce fuertes efectos sobre la conducta. Por un lado, aumenta la conducta agresiva de la víctima y disminuye la conducta prosocial. Por otro lado, provoca una tendencia a evitar el contacto social. Otras respuestas son más pasivas e incluyen el retraimiento o las autolesiones. Las respuestas más constructivas incluyen tratar de comprometerse en mayor medida con la mayoría de las personas o ajustarse más firmemente a las normas pertinentes. Desde el punto de vista emocional y motivacional, la exclusión causa disminución de la autoestima, incapacidad de razonar adecuadamente, ansiedad, así como percepciones y comportamientos autodestructivos. La exclusión cuestiona la necesidad de pertenencia y de control, provocando una insatisfacción de necesidades básicas. Finalmente, también motiva la búsqueda de nuevos vínculos que reparen la sensación de sentirse rechazado (BLACKHART *et al.*, 2009; CUADRADO, 2019; GERBER; WHEELER, 2009; HUTCHISON; ABRAMS; CHRISTIAN, 2007; WILLIAMS; NIDA, 2011).

LA EXCLUSIÓN SOCIAL Y EL LIDERAZGO EN EL ÁMBITO LABORAL

La exclusión social u ostracismo en el lugar de trabajo se ha definido como la exclusión, el rechazo o la ignorancia de una persona (o grupo) por parte de otra (persona o grupo) que obstaculiza la capacidad de las mismas para establecer o mantener relaciones interpersonales positivas, ser exitosa en el trabajo o tener una reputación favorable en su organización (HITLAN; CLIFFTON; DESOTO, 2006, p. 217). Un rol importante para la exclusión versus inclusión de las personas subordinadas (por el carácter jerárquico de los ámbitos laborales), lo tiene el liderazgo o actuación de quienes les supervisan. Un estudio identificó cinco grandes categorías de conductas de exclusión social vinculadas o generadas por jefes o supervisores (ZHAO *et al.*, 2019). A continuación, se desarrollan cada una de ellas (ver también tabla 1).

(1) El ignorar comprendería las subcategorías (a) *interpersonal* o tratar a la persona subordinada como si no existiese en el grupo, por ejemplo, no prestándole atención –cuando es esperable– durante la comunicación y el contacto diario; (b) *en el ámbito o grupo de trabajo*, por ejemplo, no prestar la debida atención al rendimiento, progresos y contribuciones que hace la persona subordinada en lo laboral; (2) El descuidar, comprende las subcategorías de negligencia o *descuido emocional* o no ofrecer apoyo emocional cuando la situación lo requiere, de *descuido relacionado con el trabajo* o pasar por alto y/o dificultar que la persona subordinada, tenga sus necesidades y expectativas legítimas satisfechas en relación con el trabajo y, la *prevaricación* o responder de manera evasiva cuando se necesita ayuda. (3)

La exclusión propiamente tal, que comprende las subcategorías *exclusión social* o mantener a la persona fuera de la comunidad social en el lugar de trabajo y *exclusión relacionada con el trabajo* o no incluir al trabajador en las actividades relacionadas con el trabajo en las que se espera su inclusión; (4) El tratamiento diferencial, que comprende las subcategorías de *favoritismo hacia personas "internas"* o del endogrupo, o dar a ciertas personas subordinadas un mejor trato en un grado ilegítimo y, la *derogación* o el *destrato a las personas "externas"* o darle al exogrupo o persona excluida, un trato peor en grado ilegítimo (comparado con otras personas subordinadas); (5) La erosión o socavamiento social, incluye las subcategorías de *desaprobación relacionado con el trabajo* o no reconocer debidamente la capacidad y el potencial de la persona en el trabajo y, la *alienación social* o conductas que afectan negativamente el estatus social y la posición de la persona subordinada excluida (ver para ejemplos la tabla 1).

Tabla 1 – Conductas de exclusión/inclusión de quienes ejercen liderazgo en una organización laboral en base a categorías

CONDUCTAS DE EXCLUSIÓN		CONDUCTAS DE INCLUSIÓN EJEMPLO DE ÍTEMS (FINO, 2018)	
IGNORAR VS RECONOCER			
Interpersonal			
Quien me supervisa no respondía a mi cálido saludo	Quien me supervisa me reconoce y valida respondiendo calurosamente a mis saludos	Los responsables (jefes, superiores, otros) de esta organización, tienen con los trabajadores 9a. una relación de apertura que incluye el respeto recíproco 9d. un contacto frecuente que incluye retroalimentación verbal positiva (p.e., "bien hecho", "buen trabajo" etc.)	
Grupo de trabajo			
Quien me supervisa pasaba mi turno de largo cuando todo el mundo tenía la oportunidad de expresar sus opiniones en reuniones o debates	Quien me supervisa pide regularmente mis opiniones en las reuniones de trabajo	En los grupos de trabajo de esta organización... 14b. se tienen en cuenta las opiniones de todos los miembros antes de tomar decisiones 14e. se considera el aporte de todos sus miembros para la toma de decisiones	
DESCUIDAR VERSUS CUIDAR			
Abandono emocional			
Quien supervisa no me consuela cuando me desanimo al encontrar obstáculos y dificultades	Quien supervisa me apoya emocionalmente	Los responsables (jefes, superiores, otros) de esta organización, tienen con los trabajadores 9c. una relación de apertura y regulación de sus demandas	
Negligencia relacionada con el trabajo			
Quien supervisa no me presenta a otras personas como debería hacerlo por temas de trabajo	Quien supervisa me presenta ante otras personas y reconoce mi rol en el trabajo	El ambiente socio-afectivo entre los miembros de esta organización se caracteriza por... 18b. ser positivo (de buen humor, entusiasmo, comprensión ...)	
CONDUCTAS DE EXCLUSIÓN		CONDUCTAS DE INCLUSIÓN EJEMPLO DE ÍTEMS (FINO, 2018)	
DESCUIDAR VERSUS CUIDAR			
Prevaricación			
Quien supervisa siempre encuentra alguna excusa para rechazarme cuando le pido ayuda	Quien me supervisa siempre responde favorablemente cuando le pido ayuda	FINO (2018) Los responsables (jefes, superiores, otros) de esta organización, tienen con los trabajadores 9b. una relación de confianza mutua	
EXCLUSIÓN VS INCLUSIÓN			
Propiamente Exclusión			
Quien supervisa invita a otras personas (mis colegas) a actividades y reuniones después del trabajo, a mí no	Quien supervisa me invita regularmente a mí, igual que lo hace con otras personas (mis colegas) a actividades y reuniones después del trabajo	El ambiente socio-afectivo entre los miembros de esta organización se caracteriza por... 18a. la comunicación horizontal En los grupos de trabajo de esta organización... 12a. existe una relación de confianza entre sus miembros	

(Continúa)

Tabla 1 – Conductas de exclusión/inclusión de quienes ejercen liderazgo en una organización laboral en base a categorías

(Conclusão)

Relacionada con el trabajo		
Quien supervisa no me avisa ni informa sobre actividades relacionadas con el trabajo, como reuniones importantes o actividades de trabajo	Quien supervisa me informa y advierte regularmente sobre actividades relacionadas con el trabajo, como reuniones importantes o actividades de trabajo	En los grupos de trabajo de esta organización... ítem14b. se tienen en cuenta las opiniones de todos los miembros antes de tomar decisiones 14c. se favorece el aporte de todos sus miembros para la toma de decisiones
TRATAMIENTO DIFERENCIAL VS IGUALITARIO		
Favoritismo del endogrupo (personas nuestras o internas)		
Quien supervisa prefiere a ciertas personas (mis colegas) a quienes regularmente favorece sobre mí, para ciertos puestos que pueden generar beneficios inmediatos	Quien supervisa me asigna ciertos puestos que pueden generar beneficios inmediatos con la misma frecuencia que a otras personas subordinadas (mis colegas)	Los responsables (jefes, superiores, otros) de esta organización, promueven... 10d. el reconocimiento a las aportaciones novedosas
CONDUCTAS DE EXCLUSIÓN		CONDUCTAS DE INCLUSIÓN EJEMPLO DE ÍTEMS (FINO, 2018)
TRATAMIENTO DIFERENCIAL VS IGUALITARIO		
Derogación del exogrupo (personas externas)		
Quien supervisa me ofrece menos facilidades y recursos en el trabajo que a otras personas supervisadas (mis colegas) a quienes regularmente favorece	Quien supervisa me ofrece las mismas facilidades y recursos en el trabajo que a otras personas que supervisa (mis colegas)	En esta organización 5a. se disponen de los recursos (espacio físico adecuado, documentación, otros...) para realizar eficazmente las tareas
EROSIÓN O SOCAVAMIENTO SOCIAL VS INTEGRACIÓN SOCIAL Y APROBACIÓN RELACIONADA CON EL TRABAJO		
Alienación social		
Quien supervisa instiga a otras personas supervisadas (mis colegas) a no tener mucho contacto conmigo	Quien supervisa alienta a otras personas supervisadas (mis colegas) a contactar regularmente conmigo	Los responsables (jefes, superiores, otros) de esta organización, tienen con los trabajadores 9e. un apoyo continuo que contribuye a una relación de buena calidad En esta organización 6a. se refuerza la colaboración interna entre grupos de trabajo En los grupos de trabajo de esta organización... 12c. predomina la colaboración entre sus miembros
Desaprobación relacionada con el trabajo		
Quien supervisa me da evaluaciones de rendimiento inferiores a las de otras personas (mis colegas) que tienen un rendimiento similar al mío	Quien supervisa me da evaluaciones de rendimiento adecuadas y similares a las de otras personas (mis colegas) que tienen un rendimiento similar al mío	En los grupos de trabajo de esta organización... 17e. los objetivos se evalúan y los logros se recompensan

Fuente: Adaptado de Zhao *et al.* (2019).

La tabla 1 muestra en la columna del medio, conductas prototípicas de exclusión de la persona trabajadora llevadas a cabo por la persona supervisora en una organización laboral (ZHAO *et al.*, 2019). Esta tabla, también incluye en la tercer columna ítems de la escala FINO (DA COSTA *et al.*, 2014; 2015; 2016; DA COSTA, 2018), conteniendo conductas de inclusión social vinculada al liderazgo, al clima emocional, al funcionamiento de los grupos de trabajo y a la estructura organizacional (DA COSTA; PÁEZ; SÁNCHEZ, 2018).

De forma coherente con los efectos encontrados en los estudios experimentales, la exclusión social en el ámbito laboral tiene efectos negativos. La exclusión social proveniente de quien supervisa, amenaza -antes que nada-, las necesidades de eficacia de quien recibe el rechazo o exclusión. Esto conduce al silencio defensivo y al agotamiento emocional (JAHANZEB; FATIMA; MALIK, 2018). La exclusión social, llevada a cabo por quien lidera, se asocia con un comportamiento contraproducente o antisocial dirigido hacia la organización (BALLIET; FERRIS, 2013). En cambio, el ostracismo de los colegas de trabajo, se relaciona con respuestas conductuales contraproducentes, hacia quien recibe la exclusión (HITLAN; NOEL, 2009). La exclusión que se origina en las personas compañeras de trabajo o colegas, amenaza la satisfacción de las necesidades relacionales, de autoestima y de pertenencia (BALLIET; FERRIS, 2013).

INCLUSIÓN SOCIAL Y CONDUCTAS DE LOS LÍDERES QUE LA FAVORECEN

Podemos definir la inclusión social como la aceptación de las personas como miembros plenos del grupo, organización o comunidad, situándoles dentro del círculo de obligaciones morales del endogrupo y reconociéndoles como merecedoras de un trato justo (HUTCHITSON *et al.*, 2007; MORALES; BUSTILLO, 2008). Lo opuesto a la exclusión, es el reconocimiento y la validación interpersonal.

La tabla 1 muestra que la inclusión, por parte de quien lidera, se caracterizaría por el reconocimiento interpersonal de personas y miembros reconocidos en el grupo de trabajo. Estas personas ejerciendo liderazgo, cuidan y apoyan emocionalmente a otras personas, se ocupan de presentarles y darles reconocimiento como miembros valiosos del grupo laboral. Quien lidera, es una persona proactiva y responde a las demandas de las personas a las que supervisa. Les integra regularmente en las actividades sociales y laborales del grupo de trabajo, les trata de manera igualitaria y les considera como a las personas que integran el endogrupo. Les otorga plenos derechos, preocupándose de que tengan los recursos necesarios, de manera similar a sus pares. También anima el contacto e interacción social, de aquellas personas a las que supervisa, con sus pares. Les integra socialmente, les evalúa de manera adecuada y les otorga las recompensas que merecen (ZHAO *et al.*, 2019).

CULTURA Y CLIMAS ORGANIZACIONALES QUE FACILITAN LA INCLUSIÓN SOCIAL

Una cultura de justicia organizacional facilita la inclusión, ya que esta implica el justo reconocimiento de los derechos de los trabajadores (ZHAO *et al.*, 2019). Un clima laboral generalmente positivo, es decir, abierto, seguro y favorable a los empleados, además de reforzar la creatividad e innovación, facilita -mediante el trato amable a los trabajadores- una sensación de inclusión social (HAMMOND *et al.*, 2011). Un clima participativo, caracterizado por la percepción de que la participación se refuerza y, de que la comunicación entre superiores y subordinados es clara, abierta y eficaz, asegura -mediante este andamiaje participativo- la inclusión de los empleados. Además, se asocia con la innovación (HUNTER; BEDELL; MUMFORD, 2007). Un clima favorable a la creatividad, también facilitaría la inclusión social.

Un clima que apoya a la creatividad, se caracteriza por un entorno abierto, de alto apoyo social, que refuerzan la seguridad, la autodeterminación, la motivación intrínseca y, donde se controlan las emociones negativas (HAMMOND *et al.*, 2011; HUNTER *et al.*, 2007; MA, 2009). Un clima de este tipo no solo favorece la generación y aplicación de innovaciones, sino que también asegura la inclusión social.

ESTILOS DE LIDERAZGO QUE CONTRIBUYEN A LA INCLUSIÓN SOCIAL EN ENTORNOS LABORALES

Las personas responsables de la organización (jefes², superiores) y quienes lideran, juegan un rol importante en la generación de la cohesión e inclusión social en las organizaciones (GOOTY *et al.*, 2010). El estilo de liderazgo positivo, se caracteriza por una relación de calidad, confianza y respeto mutuo entre las personas directivas y, quienes son supervisadas o trabajan bajo sus órdenes (ROSING; FRESE; BAUSCH, 2011). Esta confianza facilita que la persona supervisada, sienta reconocidos sus derechos y, vea satisfecho su sentido de pertenencia. El liderazgo positivo también puede facilitar la inclusión. Una relación de buena calidad, permitirá que las personas subordinadas se sientan guiadas y motivadas para trabajar. Esto también sucederá, cuando las personas puedan ser autónomas en sus roles laborales y, ejerciten su auto-eficacia (HAMMOND *et al.*, 2011). El liderazgo transformacional, es aquel que sabe conducir a los trabajadores y miembros de la organización hacia un objetivo percibido como compartido y, genera el compromiso de los equipos de trabajo (HERMOSILLA *et al.*, 2016). El liderazgo transformacional al motivar a las personas supervisadas les integra en el proyecto organizacional, en ese sentido facilita la inclusión social.

El liderazgo transaccional, se basa en el intercambio de recompensas objetivas y subjetivas entre las personas que lideran y, las supervisadas. Este estilo de liderazgo especifica las expectativas de desempeño y, proporciona recompensas por el logro de dichas expectativas (MOLERO, 2011). En ese sentido, al delimitar normas claras y, asegurar las recompensas asociadas a estas, facilita que las personas se sientan incluidas en una organización, con una estructura estable y controlable.

Se ha hecho una distinción entre el liderazgo auténtico y el pseudo-transformador o carismático no ético (BASS; STEIDLMEIER, 1999; LUTHANS; AVOLIO, 2003). Se argumenta que el liderazgo auténtico transformador, debe descansar sobre una base moral de valores legítimos. El estilo de liderazgo auténtico transformacional, comprendería el compromiso con valores morales, como la justicia y los derechos humanos y, la preocupación por el bien común. El estilo de liderazgo pseudo-transformador³, implicaría el interés en la persona misma y, de forma consciente o inconsciente, actuaría de mala fe (BASS; STEIDLMEIER, 1999; CHRISTIE; LAURIER; TURNER, 2011). En este marco de discusión, Luthans y Avolio (2003) propusieron el estilo de liderazgo auténtico, como un concepto situado en la confluencia del comportamiento organizativo positivo y el liderazgo transformacional. Quienes ejercen este estilo de liderazgo son personas fieles a sí mismas, dignas de confianza, transparentes, comprometidas con el desarrollo de quienes les siguen.

El estilo de liderazgo auténtico, implicaría valores morales positivos y ser capaces de juzgar cuestiones éticas ambiguas. También se ha planteado el constructo de liderazgo ético.

² Se utiliza la palabra jefe, no como sinónimo de liderazgo en este caso, sino como figura que está presente en las organizaciones actuales. Jefe haría referencia a quien tiene el poder.

³ Definido por conductas de liderazgo egoístas, pero altamente inspiradoras, unidas a una clara falta de voluntad para fomentar el pensamiento independiente en los subordinados, así como la ausencia o el poco apoyo hacia las personas subordinadas.

Este, se ha conceptualizado como “la manifestación de una conducta normativa apropiada a través de acciones personales y relaciones interpersonales y, la promoción de esa conducta entre las personas seguidoras, mediante la comunicación en ambos sentidos, el refuerzo y la toma de decisiones”. Quienes ejercen este estilo de liderazgo, actúan como modelos morales y promueven una conducta ética, estableciendo normas en esta línea. Toman decisiones justas y, basadas en principios que las personas seguidoras pueden observar y emular (VIANELLO; GALLIANI; HAIDT, 2010)

El meta-análisis de Eagly y Johnson (1990) revisó los estilos de liderazgo de hombres y mujeres. Concordando con las expectativas estereotípicas, a la hora de liderar, las mujeres tenderían a adoptar un estilo más democrático o participativo y menos autocrático y directivo que los hombres. En contraste con la expectativa estereotípica de género, no se encuentran diferencias entre ellos en los estudios organizacionales. Badura *et al.* (2018) señala que, si bien las mujeres son vistas cada vez más como líderes, la brecha de género aún está presente en la actualidad y, es consonante con el esfuerzo para reducir la desigualdad en las organizaciones. Si bien los hombres se percibirían como más apropiados y, eficaces que las mujeres en posiciones de liderazgo, el debate en la prensa popular (WITTENBERG-COX, 2020) y la literatura académica (CHAMORRO-PREMUZIC; GALLOP, 2020), sugieren una posible ventaja de liderazgo femenino. El meta-análisis de Paustian-Underdahl, Slattery y Woehr (2014) encontró que, cuando se consideran todos los contextos de liderazgo, los hombres y las mujeres no difieren en la efectividad percibida del mismo. Sin embargo, en organizaciones de gestión media, negocios y educación, así como en entornos con un alto porcentaje de evaluadores femeninos y, organizacionales más que de laboratorio, las mujeres mostraron ser significativamente más eficaces que los hombres.

LIDERAZGO Y EMOCIONES MORALES POSITIVAS DE TRASCENDENCIA DEL YO

Las habilidades de liderazgo serían claves para generar emociones positivas, en particular de trascendencia del yo, como la inspiración moral, el asombro maravillado de tipo social, la cercanía/amor genérico a otros, la gratitud y compasión (VIANELLO *et al.*, 2010). La emoción de inspiración o admiración moral, implica una serie de reacciones afectivas ante la conducta ejemplar y, positiva moral de quien supervisa. Los comportamientos positivos, moralmente relevantes de quienes lideran, pueden evocar en las personas seguidoras, la emoción positiva de la elevación moral. Los actos de abnegación son poderosos factores de elevación y, constituyen un aspecto esencial del componente ético del liderazgo transformacional. A su vez, constituye el núcleo de los modelos auténticos y éticos, de los estilos de liderazgo anteriormente descritos. El concepto de auto-sacrificio, se refiere a la capacidad que tienen las personas de sufrir la pérdida de tipos de cosas, para mantener las creencias y valores personales. La abnegación, fue operacionalizada como la voluntad de quien lidera de sufrir la pérdida de tipos de cosas y, de tener comportamientos proactivos para servir a los objetivos, la misión del grupo u organización (ejemplo de ítems sería: la persona que me supervisa está dispuesta a defender los intereses de los miembros del equipo, incluso cuando es a expensas de sus propios intereses).

El segundo comportamiento de liderazgo provocador de inspiración moral es la justicia interpersonal. Ésta, se compone de elementos como cortesía, respeto, dignidad y trato adecuado (ejemplo de ítems sería: quien me supervisa trata a las personas supervisadas con dignidad). La justicia interpersonal, se ajustaría a los criterios que definen algunos de los típicos actos que activan la emoción de inspiración moral, como los actos de bondad (CUSI *et al.*, 2018). Este tipo de justicia se refiere al trato amable y adecuado, que las personas que lideran dan a sus seguidores.

La elevación motiva a tener comportamientos prosociales y afiliativos, a ser amables y cuidadosas con las demás personas y, a emular el ejemplo virtuoso que desencadena la respuesta emocional. Cuando en las organizaciones, se experimenta una respuesta al comportamiento moral de una persona que lidera, la emoción que se siente de inspiración moral o elevación, impulsa a quienes son supervisados a participar en la organización.

La conducta de anteponer los intereses de las personas subordinadas por delante de los propios – por parte de quien supervisa –, así como el trato digno y justo a quienes son supervisados, se asocian a la intensidad de la emoción de inspiración moral o elevación. La intensidad de la inspiración moral, se asocia con conducta de ciudadanía organizacional, con altruismo, cortesía y compromiso afectivo (VIANELLO *et al.*, 2010).

La conducta positiva y moral de quien lidera, puede evocar emociones de trascendencia de quienes trabajan en la organización, esto facilitaría la integración social y la conducta prosocial, ayudando a generar climas de inclusión social. La emoción de elevación o inspiración moral, suscita motivaciones para participar en conductas prosociales y, por esta razón, aumenta el clima de inclusión de las otras personas (FISHER; HALPERIN; CANETTI, 2018).

ESTRATEGIAS DE PROMOCIÓN DEL CLIMA ORGANIZACIONAL INCLUSIVO POR PARTE DEL LIDERAZGO

Para promover un clima inclusivo en la organización, se pueden recuperar varios de los aspectos anteriormente descritos y en relación a las personas supervisadas (ver figura 1).

Figura 1 – Estilos de liderazgo y conductas de inclusión para la promoción de un clima inclusivo en las organizaciones



Fuente: Elaboración propia (2020).

La promoción de un clima inclusivo en la organización, estaría estrechamente relacionado con el estilo de liderazgo favorable al objetivo a conseguir y las conductas de inclusión/exclusión. En cuanto a los primeros, el liderazgo positivo implicaría la promoción de emociones positivas, facilitar un clima de trabajo donde se atenúen y controlen las emociones negativas y un predominio de apoyo emocional, así como de conductas prosociales. El liderazgo transformacional, contribuiría a la promoción de un clima inclusivo en la organización, al transmitir como visión compartida la necesidad de la inclusión social de las y los miembros. El liderazgo transaccional facilitaría a explicitar los objetivos y recompensas, la forma de evaluar y que esta sea adecuada y se otorgue a todas las personas las recompensas esperadas. El liderazgo creativo implicaría la aceptación de conductas innovadoras, evitando que éstas sean calificadas como desviantes y facilitando un clima de seguridad, donde se puedan comunicar ideas y opiniones diferentes. El liderazgo auténtico y ético o LMX aportaría la necesidad de actos ejemplares positivos y morales, que impliquen emociones como la inspiración moral y la emulación de ellas en las personas supervisadas. El liderazgo compartido implicaría facilitar que todas las personas del equipo ejerzan funciones de liderazgo, asegurando la inclusión de los miembros como sujetos de pleno derecho. Finalmente, el liderazgo eficaz implicaría conocer las limitaciones propias, motivar a través de la transformación, poner a las personas subordinadas por delante de quien ejerce liderazgo, empatizar y concentrarse en elevar a otras personas.

Algunos comportamientos de liderazgo efectivo, que ayudan a superar estilos de liderazgo masculino sobre-valorados y, que las mujeres realizan con relativa mayor frecuencia e intensidad, serían los siete siguientes:

a) *apoyarse cuando se tenga fundamento para hacerlo*. Se sugiere promover a personas en roles de liderazgo en base a su experiencia, trayectoria y competencias de liderazgo relevantes (inteligencia, curiosidad, empatía, integridad y capacidad de coacción) en lugar de promover por mostrar confianza en sí mismos.

b) *conocer las limitaciones propias*, tener conciencia del sí mismo sería tan o más importantes que la auto-confianza. Los estudios muestran que las mujeres son (en menor medida) algo menos seguras de sí mismas que los hombres, esto les permitiría comprender cómo las ven las demás personas y detectar brechas entre donde quieren estar y dónde están realmente.

c) *motivar a través de la transformación*, es más probable que las mujeres lideren a través de la inspiración, transformando las actitudes y creencias de las personas y alineando a las mismas con el significado y el propósito de la organización.

d) *promover el cambio en las creencias en lugar de hacerlo en el comportamiento*, sería de mejores líderes.

e) que *las personas subordinadas estén primero o tengan más prioridad que quien ejerce el liderazgo*: se sugiere, que el líder masculino promedio quiere mejorar su desempeño, por lo tanto, será más probable que lidere de manera pseudo-transformadora, narcisista y egoísta. El logro individual suele ser demasiado egocéntrico, la motivación intrínseca está destinada a ello versus fomentar el bienestar de los equipos y liberar el potencial de las personas subordinadas.

f) *mandar versus empatizar*: el liderazgo del siglo XXI exigiría una conexión emocional entre quien lidera y quienes le siguen. Las personas anhelan la validación y la empatía que solo otras personas pueden proporcionar.

g) *concentrarse en elevar a las demás personas*: las líderes femeninas tendrían más probabilidades de entrenar, orientar y desarrollar informes directos que los líderes masculinos. Esto implicaría ser menos transaccional y más estratégicas en relación a quienes se supervisa, también incluiría la apertura para contratar a personas mejores que ellas. Esto permitiría desbloquear el potencial de otras personas y promover una cooperación efectiva en los equipos. La probabilidad de que estas personas puedan convertir a otras en un equipo de alto rendimiento es alta.

h) *ser humilde*: las diferencias de género en este indicador, favorecería a las mujeres (CHAMORRO-PREMUZIC; GALLOP, 2020), aunque no hay que perder de vista el elemento transcultural (FURNHAM; HOSOE; LI-PING, 2001). Se sugiere que la humildad podría ser un rasgo importante para las relaciones interpersonales (PETERS; ROWATT; JOHNSON, 2011). Sin humildad sería difícil para cualquier persona a cargo reconocer sus errores, aprender de la experiencia, tener en cuenta la perspectiva de otras personas y estar dispuesta a cambiar o mejorar. La humildad sería un impulsor crítico de la efectividad del liderazgo tanto en hombres como en mujeres (CHAMORRO-PREMUZIC; GALLOP, 2020).

La elevación moral facilitaría la inclusión social a través de su visión inclusiva y positiva de las otras personas. Por ejemplo, las experiencias de elevación moral se caracterizan porque las personas que las sienten, comparten una visión positiva de la humanidad, así como un sentido general de conexión con otras personas. Además, los efectos prosociales de la elevación moral pueden extenderse a los grupos externos. Por ejemplo, la elevación moral reduce los prejuicios contra las minorías sexuales y, aumenta el sentido de conexión de las personas con exgrupos diversos, mostrando que las personas adoptan una identidad colectiva más inclusiva (WILLIAMS, 2018). También es esencial la capacidad de quien lidera para modular, minimizar y cambiar emociones de valencia negativa antagonistas, como la irritación, ira, disgusto, asco moral y, sobre todo el odio – que conduce a la búsqueda de eliminación de aquellas personas que son odiadas-. Este es un antecedente claro de exclusión social (FISHER; HALPERIN; CANETTI, 2018).

Las conductas de inclusión/exclusión para fomentar la cohesión e inclusión social de las y los líderes implicaría contar con los recursos necesarios para desarrollar las tareas requeridas de manera adecuada (DA COSTA *et al.*, 2014).

También harían referencia al contacto y la interacción social entre todas las personas del grupo laboral y, que éstas estén integradas socialmente. Además de estos aspectos, hay orientaciones más específicas para un liderazgo inclusivo, que contribuiría en particular la integración social de personas con dificultades de inclusión. Estos se han desarrollado en un manual de liderazgo inclusivo patrocinado por la Unión Europea o UE (BORTINI *et al.*, 2016).

Serían características de un liderazgo inclusivo:

- Cambiar el enfoque, de ver los déficits a ver los recursos y cualidades en las otras personas;
- Apreciar el valor inherente de todas las personas;
- Establecer una comunicación bidireccional a través de las fronteras lingüísticas y culturales;
- Tener disposición para confiar en las demás personas y compartir las responsabilidades;
- Valorar la contribución de las y los demás; -Aceptar diferentes formas de actuar; -Ser capaces de ver y reducir las barreras;
- Facilitar que las demás personas se vuelvan autosuficientes y seguras de sí mismas;
- Crear un ambiente seguro que permita a todas las personas actuar libremente;
- Reconocer las necesidades de las personas individuales y las del equipo;
- Reconocer que existe la diversidad dentro de cada diversidad;
- Apoyar a las personas (subordinadas e incluso a colegas del mismo estatus) para que crezcan, mejoren y alcancen sus objetivos;
- Escuchar con genuino interés; -Ser consciente de que es un modelo de conducta y por tanto, actúa como tal.

Un liderazgo de inclusión crea y promueve relaciones auténticas entre los miembros de su equipo, se toma conciencia de las posibles barreras para las personas que corren el riesgo de ser excluidas.

En este estilo de liderazgo existe un esfuerzo para potenciar a cada persona supervisada y apoyar la autosuficiencia compartiendo responsabilidades y el desarrollo de las competencias de cada una (en el sentido del liderazgo compartido), en lugar de centrarse en los déficits. Por ejemplo, frente a una persona con una discapacidad visual o migrante que no es capaz aún de hablar un idioma, se buscan formas para superar esa limitación, centrándose en las capacidades y habilidades de esas personas. El liderazgo inclusivo valora la contribución de las personas involucradas, acepta sus diferentes formas y tiempos para llevar a cabo las tareas. En el liderazgo de inclusión, existe el esfuerzo por ser conscientes de cualquier barrera que pueda impedir a otras personas participar activamente. Por ejemplo, en el caso de las personas migrantes, podría solicitarse a otros miembros que hablen más despacio o para una persona con discapacidad visual, se podría utilizar la facilitación. El liderazgo de inclusión crea un sentido de pertenencia para las personas involucradas, especialmente para quienes están en riesgo de exclusión. Este estilo de liderazgo requiere una apertura explícita a la diversidad, independientemente de las fronteras culturales, geográficas, o legales establecidas. Afronta las emociones teniéndolas en cuenta y proporciona espacios para que estas se expresen y compartan pacíficamente.

Quienes ejercen este estilo de liderazgo crean un ambiente de trabajo seguro. Construyen una atmósfera de confianza y aceptación donde las personas no están etiquetadas o estigmatizadas como diferentes o raras. Permiten que otras personas traigan su energía, pasión y creatividad al trabajo. Crean confianza y cooperación dentro de la organización y con todas las partes interesadas. Asumir este estilo de liderazgo implica practicar la escucha activa a nivel empático y generativo, especialmente en contextos en los que las personas deben afrontar desafíos y se ven cuestionadas por la diversidad cultural. Esto puede llevar a los equipos de trabajo a encontrar creativamente una amplia gama de soluciones para afrontar sus retos.

CONCLUSIONES

Se ha examinado la exclusión e inclusión social en general y en el ámbito laboral, en relación a las conductas de quienes ejercen liderazgo. Inductivamente, a partir de estudios de exclusión en el ámbito laboral, ha sido descrito las conductas de liderazgo que facilitan la inclusión. Deductivamente, a partir de las definiciones y estudios sobre el clima positivo, participativo y creativo, así como los estudios sobre liderazgo transformacional, transaccional, creativo, auténtico y ético, en particular el estilo de liderazgo eficaz y el que evoca emociones morales positivas como la inspiración moral, se han planteado conductas de liderazgo que refuerzan la inclusión social. Finalmente, estas conductas de liderazgo inclusivo se han descrito específicamente, así como una serie de orientaciones específicas de liderazgo inclusivo, utilizando un manual práctico sobre liderazgo inclusivo elaborado por organismos de la UE (BORTINI *et al.*, 2016).

El estudio de Chamorro-Premuzic y Gallop (2020) indica que hombres y mujeres pueden aprender mutuamente sobre como ejercen el liderazgo. Por un lado, Shannon *et al.* (2019) destaca que la igualdad de género tiene potencial para alcanzar beneficios sanitarios, sociales y económicos en ciencia, medicina y salud. Por otro, el meta-análisis de Shibley (2005) informa que las afirmaciones sobre-infladas de diferencias de género conllevan costes sustanciales en ámbito laboral y de las relaciones. Las diferencias de género en la efectividad del liderazgo (necesarias para un buen desempeño), no estarían sincronizadas con las diferencias de género en el surgimiento del liderazgo (lo necesario para llegar a la cima). Como fue señalado, las diferencias de género en liderazgo son prácticamente inexistentes o favorecen a las mujeres. En este sentido, se ha sugerido que, en lugar de alentar a las mujeres a actuar como líderes masculinos, hay que invitar a los varones a que adopten algunos de los comportamientos de liderazgo más efectivo, comúnmente encontrado en mujeres, como es el caso del estilo de liderazgo recientemente mencionado.

Esto crearía un conjunto de modelos que podría facilitar el camino para que tanto hombres como mujeres avancen (CHAMORRO-PREMUZIC; GALLOP, 2020).

Como limitaciones, se puede señalar la validez transcultural de estos estudios, así como que el liderazgo es solo un aspecto de la realidad social y, que otros procesos y estructuras influyen a la exclusión e inclusión social. Aceptando las limitaciones de lo expuesto, esperamos que lo sugerido sirva como elementos que contribuyan a la inclusión social.

REFERENCIAS

- BADURA, K.L. *et al.* Gender and leadership emergence: A meta-analysis and explanatory model. *Personnel Psychology*, v.71, n.3, p. 335-367, 2018. DOI:10.1111/peps.12266
- BALLIET, D.; FERRIS, D. L. Ostracism and prosocial behavior: a social dilemma perspective. *Organizational Behavior and Human Decision Process*, v.120, p. 298-308, 2013. DOI: 10.1016/j.obhdp.2012.04.004
- BASS, B.M.; STEIDLMEIER, P. Ethics, character, and authentic transformational leadership behavior. *The Leadership Quarterly*, v.10, p. 181-217, 1999. [https://doi.org/10.1016/S1048-9843\(99\)00016-8](https://doi.org/10.1016/S1048-9843(99)00016-8)
- BLACKHART, G.C. *et al.* Rejection elicits emotional reactions but neither causes immediate distress nor lowers self-esteem: a meta-analytic review of 192 studies on social exclusion. *Personality and Social Psychology Review* v.13, p. 269-309, 2009. DOI: 10.1177/1088868309346065
- BORTINI, P. *et al.* *Inclusive leadership*. EU-Fundraising Association School for Leaders Foundation 2016-1-PL01-KA204-026768.
- CUADRADO, I. Afiliación, atracción y rechazo interpersonal. In: GAVIRIA, E.; LÓPEZ, M.; CUADRADO I. (Coord.). *Introducción a la psicología social*. Tercera Edición. Madrid. Ed. Sanz y Torres, 2019. p. 213-236.
- CHAMORRO-PREMUZIC, T.; GALLOP, C.. 7 Leadership Lessons Men Can Learn from Women. *Harvard Business Review*, 2020. Disponible em: <<https://hbr.org/2020/04/7-leadership-lessons-men-can-learn-from-women>> . Acceso em: 31 de mar. 2020.
- CHRISTIE, A.; LAURIER, W. ; TURNER, N. Pseudo-Transformational Leadership: Model Specification and Outcomes. *Journal of Applied Social Psychology*, v.41, n.12, p. 2943-2984, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2011.00858.x>
- CUSI, O. *et al.* Elevación o inspiración moral: creación y validación de una escala de elevación en Castellano. *Revista Latino-Americana de Psicología Positiva*, v.4, p. 38-56, 2018. Disponible em: <<http://psycap.cl/?p=252>>. Acceso em: 31 de mar. 2020.
- DA COSTA, S. *et al.* Factors favoring innovation in organizations: An integration of meta-analyses. *Revista de Psicología del Trabajo y las Organizaciones*, v.30, n.2, p. 67-74, 2014. DOI: 10.1016/j.rpto.2014.06.006
- _____. *et al.* Personal factors of creativity: a second order meta-analysis. *Journal of Work and Organizational Psychology*, v.31, n.3, p. 165-173, 2015. DOI:10.1016/j.rpto.2015.06.002.
- _____. *et al.* Percepción de innovación en las organizaciones. Percepción de innovación en organizaciones de España y Latinoamérica. *Universitas Psychologica*, v.15, n.4, 2016. Disponible em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64748791028>>. Acceso em: 31 de mar. 2020.
- _____. *They didn't know it was impossible so they did it*: procesos de creatividad e innovación en sistemas sociales complejos abiertos: afectividad, motivación y cognición, 2018. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2018. Disponible em: <<https://addi.ehu.es/handle/10810/29428>>. Acceso em: 31 de mar. 2020.
- _____.; PÁEZ, D.; SÁNCHEZ, F. Revisión de la escala de Factores Favorables a la Creatividad e Innovación en las organizaciones (FINO scale). 2018. [No prelo]
- EAGLY, A.H.; JOHNSON, B.T. Gender and leadership style: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, v.108, n.2, p. 233-256, 1990. DOI: 10.1037/0033-2909.108.2.233
- FISHER, A.; HALPERIN, E.; CANETTI, D. Why we hate. *Emotion Review*, v.10, n.4, p. 309-320, 2018. DOI: 10.1177/1754073917751229.
- FURNHAM, A. ; HOSOE, T. ; LI-PING, T. Male hubris and female humility? A cross-cultural study of ratings of self, parental, and sibling multiple intelligence in America, Britain, and Japan. *Intelligence*, v.30, n.1, p. 101-115, 2001. DOI :[https://doi.org/10.1016/S0160-2896\(01\)00080-0](https://doi.org/10.1016/S0160-2896(01)00080-0)
- GERBER, J.; WHEELER, L. On being rejected: a meta-analysis of experimental research on rejection. *Perspectives on Psychological Science*, v.4, n.5, p. 468-488, 2009. Disponible em: <www.jstor.org/stable/40645667>. Acceso em: 31 de mar. 2020.

- GOOTY, J. *et al.* Leadership, affect and emotions: A state of the science review *The Leadership Quarterly*, v.21, p. 979–1004, 2010. DOI:10.1016/j.leaqua.2010.10.005
- HAMMOND, M.M. *et al.* Predictors of individual-level innovation at work: a meta-analysis. *Psychology of Aesthetics, Creativity and the Arts*, v.5, n.1, p. 90–105, 2011. DOI: 10.1037/a0018556.
- HERMOSILLA, D. *et al.* El Liderazgo transformacional en las organizaciones: variables mediadoras y consecuencias a largo plazo. *Journal of Work and Organizational Psychology*, v.32, p. 135-146, 2016. DOI: 10.1016/j.rpto.2016.06.003.
- HITLAN, R.T.; NOEL, J. The influence of workplace exclusion and personality on counterproductive work behaviours: an interactionist perspective. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, v.18, p. 477–502, 2009. DOI: 10.1080/13594320903025028
- _____; CLIFFTON, R.J.; DESOTO, M.C. Perceived exclusion in the workplace: the moderating effects of gender on work-related attitudes and psychological health. *North American Journal of Psychology*, v.8, p. 217–236, 2006. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2006-09074-004>>. Acesso em: 31 de mar. 2020.
- HUNTER, S.; BEDELL, K.; MUMFORD, M. Climate for creativity: a quantitative review. *Creativity Research Journal*, v.19, n.1, p. 69–90, 2007. DOI:10.1080/10400410709336883
- HUTCHISON, P.; ABRAMS, D.; CHRISTIAN, J. The social psychology of exclusion. In: ABRAMS, D.; CHRISTIAN, J.; GORDON D. (Eds.) *Multidisciplinary Handbook of Social Exclusion Research*. EUA: John Wiley & Sons, 2007. p. 29-57.
- JAHANZEB, S.; FATIMA, T.; MALIK, M.A.R. Supervisor ostracism and defensive silence: a differential needs approach. *Eur. J. Work Organ. Psychol*, v.27, p. 430–440, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1359432X.2018.1465411>>. Acesso em: 31 de mar. 2020.
- LUTHANS, F.; AVOLIO, B.J. Authentic leadership: A positive developmental approach. In: CAMERON, K.S. ; DUTTON, J.E.; QUINN, R.E. (Eds.), *Positive organizational scholarship*. San Francisco, CA: Barret-Koehler, 2003. p. 241–26.
- MA, H.H. The effect size of variables associated with creativity: a meta-analysis. *Creativity Research Journal*, v.21, n.1, p. 30–42, 2009. DOI: 10.1080/10400410802633400
- MOLERO, F. Liderazgo transformacional y carismático. In: MOLERO, F.; MORALES, J.F. (Eds.). *Liderazgo: Hecho y ficción. Visiones actuales* Madrid: Alianza Editorial, 2011. p. 117–143.
- MORALES, J.F.; BUSTILLO, A. La Exclusión Social. In: MORALES, J.F. *et al.* (Coords.). *Método, teoría e investigación en psicología social*. Madrid: Pearson/Prentice Hall, 2008. p. 573-590.
- PAUSTIAN-UNDERDAHL, S.; SLATTERY, L.; WOEHR, D. Gender and Perceptions of Leadership Effectiveness: A Meta-analysis of Contextual Moderators. *Journal of Applied Psychology*, v.99, n.6, p. 1129-1145, 2014. DOI: 10.1037/a0036751
- PETTERS, A.; ROWATT, W. ; JOHNSON, M. Associations between Dispositional Humility and Social Relationship Quality. *Psychology*, v.2, n.3, p.155-161, 2011. DOI : 10.4236/psych.2011.23025
- ROSING, K.; FRESE, M.; BAUSCH, A. Explaining the heterogeneity of the leadership-innovation relationship: ambidextrous leadership. *The Leadership Quarterly*, v.22, n.5, p. 956–974, 2011. DOI: 10.1016/j.leaqua.2011.07.014
- SHANNON, G. *et al.* Gender equality in science, medicine, and global health: where are we at and why does it matter? *Lancet Review*, v.393, p. 560-69, 2019. DOI: 10.1016/S0140-6736(18)33135-0
- SHIBLEY, J. The Gender Similarities Hypothesis. *American Psychologist*, v.60, n.6, p. 581-592, 2005. DOI: 10.1037/0003-066X.60.6.581
- VAN BERGEN, A. Association between social exclusion or inclusion and health in EU and OECD countries: a systematic review. *The European Journal of Public Health*, v.29, n.3, p. 575–582 , 2018. <https://doi.org/10.1093/eurpub/cky025>.
- VIANELLO, M.; GALLIANI, A.M.; HAIDT, J. Elevation at work. *The Journal of Positive Psychology*, v.5, n.5, p. 390–411, 2010. DOI: 10.1080/17439760.2010.516764
- WILLIAMS, K.D.; NIDA, S.A. Ostracism: consequences and coping. *Current Directions in Psychological Science*, v.20, p. 71–75, 2011. DOI:10.1177/0963721411402480.
- WILLIAMS, L.A. Emotions of Excellence: Communal and Agentic Functions of Pride, Moral Elevation, and Admiration. In: LENCH, H.C. (Ed.). *The Function of Emotions, When and why emotions help us*. Springer Nature: Switzerland, 2018. p. 235-252. DOI: 10.1007/978-3-319-77619-4_12
- WITTENBERG-COX, A. What Do Countries With The Best Coronavirus Responses Have in Common ? Women Leaders, (2020). Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/avivahwittenbergcox/2020/04/13/what-do-countries-with-the-best-coronavirus-reponses-have-in-common-women-leaders/#6629e0c23dec>> Última revisão 10/04/20. Acesso em: 31 mar. 2020.
- ZHAO, M. *et al.* Leadership Ostracism Behaviors From the Target's Perspective: A Content and Behavioral Typology Model Derived From Interviews With Chinese Employees. *Frontiers in Psychology*, v.10, p. 1197, 2019. DOI: 10.3389/fpsyg.2019.01197

AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a quienes han revisado este artículo por las recomendaciones para mejorar el texto.

Esta investigación ha sido financiada con las ayudas del Ministerio Español MINECO [Grant PSI2017-84145-P] del grupo consolidado de la Universidad del País Vasco [Grant IT-1187-19] y de la Convocatoria de contratación de doctores recientes hasta su integración en programas de formación postdoctoral en la UPV/EHU [DOKBERRI 2019-I] otorgada a la primera autora.

Migrações

Migrations

Migraciones

Histórias de vida de imigrantes brasileiras: como entender o choque cultural e a experiência da minorias étnica

Sonia Padoan-Moura

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España.
Investigador Doctor, Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco (UPV / EHU),
Donostia / San Sebastián, España.
ID ORCID: [0000-0001-6289-647X](https://orcid.org/0000-0001-6289-647X)
ID WOS: [P-6930-2018](https://orcid.org/P-6930-2018)
E-mail: soniageni.ribeiro@ehu.eus

Nekane Basabe Barañano

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España
Profesora Catedrática, Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco (UPV/EHU),
Donostia / San Sebastián, España.
ID ORCID: [0000-0003-4753-4299](https://orcid.org/0000-0003-4753-4299)
ID WOS: [D-3918-2011](https://orcid.org/D-3918-2011)
E-mail: nekane.basabe@ehu.es

Saioa Teletxea Artzamendi

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España
Profesora agregada, Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia
/ San Sebastián, España.
ID ORCID: [0000-0003-3682-9155](https://orcid.org/0000-0003-3682-9155)
ID WOS: [K-4927-2014](https://orcid.org/K-4927-2014)
E-mail: saioa.telletxea@ehu.eus

Submetido em: 30/04/2020. Aprobado em: 19/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMO

Uma das fontes de choque cultural nas migrações surge da experiência de minorias étnicas que experimentam as pessoas nas sociedades receptoras, o que implica mudanças profundas na identidade social e familiar dos migrantes. Este estudo qualitativo analisa os relatos que surgiram nas discussões em grupo realizadas entre imigrantes brasileiros residentes na Espanha (n = 16 participantes em 3 grupos de discussão, com idade média de 40,56 DT = 13,71; 50% de mulheres). As discussões foram gravadas, transcritas e codificadas por juizes cegos. Resultaram 186 ideias e o acordo entre juizes obtido para a classificação das ideias foi alto ($\kappa = 0,837$). O programa Atlas-ti foi utilizado para a contagem das ideias e para a análise das relações entre categorias e ideias. A experiência de minorias étnicas na sociedade anfitriã relatada pelas pessoas imigrantes incluem os estereótipos étnicos (15%), as experiências de discriminação (43%) e as formas de enfrentar a experiência de aculturação (42%). As respostas de enfrentamento individuais foram mais frequentes que as coletivas, e as formas cognitivas predominaram em comparação com as comportamentais. Entre as primeiras, destacam-se a regulação e o controle emocional, a reinterpretção positiva da experiência e a mobilidade individual. As formas coletivas incluíram a atribuição de responsabilidade pela discriminação ao preconceito em grupo, as comparações sociais vantajosas e a competição social. Se discute como as maneiras de lidar com o estigma de imigrante reproduzem as predições da Teoria da Identidade Social (TIS) e incorporam formas de regulação frente ao choque cultural.

Palavras-chave: Minoría étnica. Discriminação. Imigrantes. Choque cultural.

Histórias de vida de imigrantes brasileiros/as: cómo entender el choque cultural y la experiencia de la minoría étnica

RESUMEN

Una de las fuentes de choque cultural en las migraciones surge de la experiencia de minoría étnica en las sociedades receptoras, que implica profundos cambios en la identidad social y familiar de las personas migrantes. Este estudio cualitativo analiza los relatos surgidos en las discusiones de grupos entre personas inmigrantes brasileñas residentes en España (n = 16 participantes en 3 grupos de discusión, edad media 40.56 DT = 13.71; 50% mujeres). Las discusiones fueron grabadas, transcritas, y codificadas por jueces ciegos. Resultaron 186 ideas, y se obtuvo un acuerdo inter-jueces para la clasificación de las ideas alto ($\kappa = .837$). Se aplicó el programa Atlas-ti para el recuento de ideas y el análisis de las relaciones entre las categorías e ideas (networks). Las ideas que trataban sobre la experiencia de ser una minoría étnica en la sociedad receptora, incluyeron los estereotipos étnicos (15%), las experiencias de discriminación (43%), y las formas de enfrentar la experiencia aculturativa (42%). Las respuestas de afrontamiento individuales eran más frecuentes que las colectivas, y predominaron las formas cognitivas en comparación con las conductuales. Entre las primeras destacaron, la regulación y el control emocional, la reinterpretación positiva de la experiencia y la movilidad individual. Las formas colectivas incluían la atribución de la responsabilidad de la discriminación al prejuicio grupal, las comparaciones sociales ventajosas y la competición social. Se discuten como las formas de afrontamiento del estigma del inmigrante reproducen las predicciones de la Teoría de la Identidad Social (TIS) e incorporan formas de regulación del choque cultural.

Palabras clave: minoría étnica, discriminación, inmigrantes, choque cultural.

Life stories of Brazilian migrants: coming to terms with culture shock and the experience of being part of an ethnic minority

ABSTRACT

Once of the sources of culture shock among migrants is the experience of being considered part of an ethnic minority in the host country, which triggers deep-rooted changes in social and family identity. This qualitative study analyzes the life stories which emerged during group discussions with Brazilian immigrants living in Spain (n = 16, participating in 3 discussion groups, mean age 40.56 SD = 13.71; 50% women). Discussions were audio recorded, transcribed and blind coded, resulting in 186 ideas, with a high inter-rater agreement for their classification ($\kappa = .837$). The Atlas-ti program was used to count the ideas and analyze the relationships between them and the established categories (networks). The ideas, which focused on the experience of forming part of an ethnic minority in the host society, included ethnic stereotypes (15%), experiences of discrimination (43%) and way of coping with acculturation (42%). Individual coping methods were more frequent than collective ones, and cognitive methods were more common than behavioral ones. Individual methods included emotion regulation and control, positive reframing and individual mobility; collective ones included attribution of responsibility for discrimination to group prejudice, advantageous social comparisons and social competition. The discussion highlights how methods of coping with the stigma of being an immigrant reproduce the predictions of Social Identity Theory (SIT) and incorporate means of regulating culture shock.

Keywords: Ethnic minority. Discrimination. Immigrants. Culture shock.

INTRODUÇÃO

As pessoas que migram de seu lugar de origem para instalar-se em uma sociedade diferente da sua, passam a constituir um coletivo minoritário, exposto a situações que nem sempre resultam ser agradáveis e podem estar associadas com alguns estereótipos negativos, que as sociedades de acolhida lhes atribuem por pertencer a um determinado grupo étnico. Quando este é o caso, as pessoas enfrentam situações de preconceito e de discriminação, e fazem uso de recursos individuais, grupais, cognitivos e comportamentais para enfrentar sua condição de minoria e conviver no contexto de acolhida.

FORMAS DE ENFRENTAR A EXPERIÊNCIA DE MINORIA ÉTNICA

Enquanto que os estereótipos são crenças generalizadas, em sua maioria negativas, em relação aos grupos e seus integrantes, os preconceitos vão um pouco mais além, somando a estas crenças sentimentos como desprezo, aversão ou repulsa. Por sua vez, a discriminação implica em ações e sentimentos, que colocam em situação de desvantagem e tratam de maneira injusta as pessoas que formam parte de um coletivo afetado pelo estigma (BLANZ, *et al.* 1998; MUMMENDEY, *et al.* 1999; OUTTEN, *et al.* 2009). Se bem que está bastante documentado que a discriminação tem efeitos prejudiciais para a saúde e para o bem-estar subjetivo (SEVILLANO *et al.* 2014; WILLIAMS; MOHAMMED, 2009), existem evidências que mostram que os grupos estigmatizados e minoritários não necessariamente apresentam uma menor autoestima (pessoal e coletiva) que as majorias (BRANSCOMBE; ELLEMERS, 1998; CROCKER; MAJOR; STEELE, 1998). Assim, a partir desta perspectiva se postula que os grupos minoritários podem responder de maneira ativa e criativa ante as situações que ameaçam sua autoestima e sua identidade.

De modo complementar, a Teoria da Identidade Social (TIS) foi aplicada para descrever as estratégias (formas) de enfrentamento dos grupos desvalorizados por vários autores (BLANZ *et al.*, 1998; CROCKER; MAJOR; STEELE, 1998; MUMMENDEY *et al.* 1999; OUTTEN *et al.*, 2009), de maneira que explica como as identidades sociais podem estar associadas ao bem-estar dos grupos sociais, dependendo de como as pessoas entendem e respondem às condições da estrutura social nas quais se encontram (HASLAM *et al.*, 2009). Indicando também, que as condições estruturais da relação entre os grupos dominantes e os grupos minoritários podem variar em função de três dimensões: (1) da permeabilidade da percepção dos limites do grupo, (2) da estabilidade percebida, y (3) da legitimidade da posição do endogrupo em relação a outros grupos (TAJFEL; TURNER, 1979). Estas dimensões segundo a TIS, são uma forma de definir os limites das barreiras intergrupais e de dirigir as respostas, orientando-as para que sejam do tipo individual ou coletivo (BLANZ *et al.*, 1998).

As formas para enfrentar a experiência de minoria étnica podem ser individuais e coletivas ao mesmo tempo que cognitivas e comportamentais (BASABE; BOBOWIK, 2011; BLANZ *et al.*, 1998; BOBOWIK, 2013; BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2014; CROCKER; MAJOR; STEELE, 1998; MUMMENDEY *et al.*, 1999; SKINNER *et al.*, 2003). Assim, por um lado, estão as estratégias de enfrentamento cognitivas (individuais e coletivas), que se referem ao processo de aprendizagem que engloba atenção, percepção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento, linguagem e ação, e por outro lado, as estratégias de enfrentamento comportamentais (individuais e coletivas), que se referem à maneira como se comporta uma pessoa ou um grupo de pessoas.

Este modelo sugere as seguintes formas de enfrentamento: (1) Individuais comportamentais, podem orientar as condutas que as pessoas mantêm para distanciar-se dos estigmas e dos estereótipos negativos, como por exemplo, o desligamento ou distanciamento comportamental e as formas de distração; movendo-se no sentido ascendente para mudar o status, evitando o contato com o preconceito e com o grupo de nativos, e buscando o apoio das pessoas que pertencem ao endogrupo (amigos e compatriotas). (2) Individuais do tipo cognitivo, orientam as formas de guiar a própria identidade através da desidentificação ou do desenganche psicológico (não identificação com nenhum grupo); da recategorização subordinada e da diferenciação entre Eu e nós; destacando a heterogeneidade dentro do grupo de imigrantes, das formas de comparação vantajosa intragrupo ou temporal, das mudanças de expectativa; da reinterpretação das experiências; da regulação das emoções perante situações de preconceito, e da internalização ou da aceitação de que existe um núcleo de verdade sobre os estereótipos. (3) Coletivas cognitivas, se baseiam em mudanças cognitivas centradas nas comparações intergrupais; fundamentam-se nas formas criativas que resgatam atributos de comparação favoráveis para o endogrupo (como a beleza, a cultura ou o esmero); destacam novas dimensões de comparação, considerando o endogrupo mais capacitado que o grupo dominante; reforçam a identidade grupal através da diferenciação e expulsão dos desviantes e da atribuição da responsabilidade do preconceito que sofrem ao grupo dominante (a má imagem e as opiniões negativas que se mantêm sobre os grupos de imigrantes é culpa do grupo de acolhida), assim como a privação relativa sociocêntrica derivada da percepção de discriminação grupal. (4) Coletivas comportamentais, orientam os comportamentos coletivos como instrumentos de mudança social e de defesa da identidade grupal, considerando a mobilização e a competição social como formas de competição realista que defendem a igualdade dos direitos sociais e de oposição através de participação em associações.

Esta tipologia de formas de enfrentamento se aplicou, previamente, em estudos qualitativos com a população imigrante na Espanha. Estes estudos foram desenvolvidos pelo grupo consolidado de investigação em psicologia social juntamente com o Observatório Basco da imigração (BASABE; BOBOWIK, 2011; BOBOWIK, 2013; BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2014), e contaram com uma amostra quase aleatória de imigrantes no País Basco, estratificado por sexo e idade ($n = 1250$ imigrantes de Bolívia, Colômbia, Marrocos, Romênia, e países do Sub-Saara). Deste trabalho se confirmou a estrutura multidimensional das formas de enfrentamento, descrita acima. Assim mesmo, observou-se uma forte correlação (.61) entre as formas coletivas de Comparação Social Intergrupual e a Atribuição ao Preconceito; contrariamente a visão da TIS, a estratégia individual que aglutina a Mobilidade Individual, a Regulação Emocional e o Desenganche correlacionava ($r = .40$) com a Competição Social, mostrando que a estratégia de luta pelos direitos coletivos é relativamente compatível com a estratégia individual de mobilidade social.

Neste estudo, serão analisadas as estratégias narradas nos grupos de discussão, explorando por um lado como os brasileiros percebem as relações que mantêm com os autóctones, a permeabilidade dos limites entre os grupos, às respostas da sociedade de acolhida e também como vivenciam as experiências de preconceito e discriminação e, por outro lado de que maneira estes aspectos afetam as respostas adotadas por eles em sua adaptação na sociedade de acolhida.

OBJETIVOS E HIPÓTESES

Através das narrações surgidas nos grupos de discussão, este estudo busca explorar as ideias que relacionam: as formas de enfrentamento da experiência como minoria étnica, de um grupo de imigrantes brasileiros instalados na sociedade vasca.

Hip.1. - Busca-se identificar se existe um tipo de enfrentamento preferido por este coletivo de imigrantes, em caso afirmativo, se esta forma é individual ou coletiva. Assim mesmo, serão descritas as diferentes respostas dadas pelos imigrantes brasileiros em relação as suas experiências como minoria étnica. Desta forma, espera-se encontrar estratégias do tipo coletivo nas quais se encaixarão as respostas que tentam explicar as situações relacionadas com o preconceito, às respostas que buscam destacar características positivas do endogrupo em comparação com o grupo nativo, e as respostas referentes à competição social. Por outro lado, se espera encontrar as estratégias de caráter individual nas quais se ajustarão as respostas de mobilidade social ascendente, de regulação das emoções negativas, das comparações intergrupais e temporais e também outras respostas que visam evitar ou confrontar estas experiências como minoria de forma individual.

Hip.1. a. Formas individuais: Quando existe a percepção de que é possível melhorar a situação social e ascender na escala social através do esforço e do trabalho próprio, a pessoa adotará a estratégia de mobilidade individual, mesmo que esta estratégia cause stress ou represente a distância do próprio grupo.

As estratégias individuais comparativas serão utilizadas quando exista uma percepção positiva da situação pessoal e sejam valorizados os ganhos obtidos por meio da imigração. Por sua parte, as estratégias cognitivas podem ser formas de defesa da identidade, assim as comparações intergrupais buscam dimensões através das quais o próprio grupo minoritário possa obter vantagens (vendo-se de maneira positiva), e se associam com a percepção de que a integração social é difícil para o grupo.

As formas de evitação e isolamento social serão descritas como modos de enfrentar o preconceito e as dificuldades socioculturais, enquanto que outras formas como a reestruturação cognitiva estarão associadas com as valorações positivas da imigração.

Hip. 1.b. Formas coletivas: As estratégias coletivas consistirão em atribuir ou explicar a situação de desvantagem que experimentam os imigrantes através do preconceito e da discriminação dirigida em direção a eles pelos nativos e pela sociedade de acolhida, e se relacionarão com as ideias que expressem os limites (as barreiras) que os imigrantes encontram para sua integração social.

A estratégia de competição social poderia estar relacionada com uma percepção de empoderamento do endogrupo, quando se nota que a integração social é possível e se tenta melhorar a situação através da competição. Ou seja, quando se percebe que as barreiras do grupo de acolhida são permeáveis e permitem a integração dos imigrantes, ao mesmo tempo em que existe uma consciência do direito pela igualdade para competir e melhorar a situação social do grupo.

As estratégias coletivas de oposição que consistem na participação social em defesa dos direitos dos imigrantes serão pouco utilizadas; serão mencionadas quando existam percepções de injustiça e de discriminação e quando aflorem as emoções negativas de raiva, apesar de que também é possível que sirvam como uma forma de descarga emocional.

Hip. 2. Serão investigadas a existência de conexões (redes de ideias, ideias co-ocorrentes), entre as formas de enfrentamento utilizada, e os estereótipos e a discriminação percebida, por este coletivo.

Espera-se encontrar que a Competição Social e as Comparações Intragrupo Temporais se associem positivamente tanto ao bem-estar psicológico como social, porque com as comparações intragrupo se faz uma avaliação positiva do projeto migratório, que permite a sensação de controle do meio, ao mesmo tempo que reclama a igualdade para os imigrantes; e ambas as estratégias ocorrem quando o bem-estar social é alto, com uma forte sensação de integração e de ser possível contribuir com a sociedade de acolhida.

Por sua parte, a Mobilidade Individual, a Regulação Emocional e o Desenganche Psicológico, a Comparação Social Intergrupual e a Atribuição ao Preconceito se associarão negativamente ao bem-estar subjetivo. Isto implica que a Mobilidade Individual apresenta um custo pessoal para regular as emoções negativas derivadas da situação de desvantagem social, e que as formas coletivas se desenvolvem quando há uma percepção de que a situação da minoria é desvantajosa, onde não são possíveis a integração social e o desenvolvimento pessoal.

MÉTODOS E PROCEDIMENTO

PARTICIPANTES

Os participantes desta investigação foram 16 imigrantes de primeira geração, nascidas no Brasil e que residiam em Vitoria-Gasteiz no País Basco. Com um intervalo entre 21 a 64 anos, com idade média de 40.65 anos (SD = 13.71), e a amostra foi equiparada por sexo (50%).

O recrutamento dos participantes foi feito através de contatos com associações culturais brasileiras (Associação Brasileira, Associação Brasil-Euskadi), grupos católicos (Missões diocesanas de Vitoria, Grupo ID) e redes sociais dos próprios imigrantes (contatos facilitados por imigrantes brasileiros). Tanto o recrutamento como a aceitação para a participação neste estudo ocorreram de forma voluntária.

Os critérios de inclusão para participar no estudo foram: (1) não haver participado em outra investigação semelhante, (2) ser imigrante de primeira geração, (3) residir há um ano ou mais na sociedade de acolhida, e (4) não haver mantido relações de amizade com outros participantes do mesmo grupo de discussão.

Foram formados três grupos de discussão. Com cada um dos grupos, o debate transcorreu durante quatro horas.

VARIÁVEIS E INSTRUMENTOS

Utilizou-se um roteiro semiestruturado com as questões para debate (questões guia), composto por 8 interrogações gerais: (01) sua vida financeira hoje é melhor, pior ou igual a que tinha no Brasil antes de emigrar?; (02) você já se sentiu discriminado aqui? Em caso afirmativo, se você crê conveniente, gostaríamos que nos dissesse por que se sentiu discriminado; (03) Você percebe se os espanhóis consideram você, como uma ameaça econômica para eles?; (04) Você tem mais amizades com brasileiros, espanhóis ou outros estrangeiros?; (05) Que opinião você acredita que os espanhóis têm dos brasileiros/as que estão aqui?; (06) Que opinião acredita que os espanhóis têm de você e sua família?; (07) Você, ou alguém da sua família, passou por alguma situação difícil ou foi prejudicado por algum espanhol? Em caso afirmativo, e se não resultar incômodo, gostaríamos que descrevesse o ocorrido; (08) em sua casa, você e sua família falam, português, espanhol, portunhol, e/ou outro idioma?

ANÁLISE DE CONTEÚDOS

SISTEMA DE CODIFICAÇÃO

O sistema de codificação foi elaborado baseando-se na revisão de estudos prévios e desenvolvido segundo a macrocategoria experiências de minoria étnica. Esta macrocategoria foi subdividida em três categorias, que por sua vez se subdividiram em 23 códigos. Ver o sistema inicial de codificação, mais abaixo, na primeira coluna da Tabela 1.

TRATAMENTO DE ANÁLISES DE DADOS: TRANSCRIÇÕES

Para o tratamento das análises de dados do conteúdo, foram preparados documentos primários nos quais se transcreveu literalmente o conteúdo das narrações dos encontros. Estes documentos posteriormente foram transferidos para o programa informático Atlas.ti., com a finalidade de tratar seus conteúdos de maneira qualitativa.

A fase do tratamento e análises de dados, compreendeu a codificação das narrações (documentos primários). Para a codificação foram consideradas as respostas dos participantes, respeitando sistematicamente o conteúdo total das respostas individuais em cada questão guia, como unidade de análises foi selecionando o parágrafo total e as distintas ideias que ele pudesse conter. Finalmente, e uma vez classificadas todas as ideias coletadas através das narrações, se exportou para uma matriz de dados quantitativa (Atlas.ti.), que identificava o grupo, o/a participante, a questão de referência, a ideia e o conjunto de códigos), o que permitiu criar uma base de dados com variáveis de importância, ou seja, as ideias e as categorias para seu tratamento descritivo por meio do programa de análise estatístico SPSS v.22. Assim mesmo foi criada outra base de dados com as ideias para seu tratamento por meio de análises de correspondência com o programa Trideux v.5.

RESULTADOS

ANÁLISES DAS NARRAÇÕES: FIABILIDADE - ACORDO INTERJUÍZES

A categorização e posterior codificação dos parágrafos e ideias, dos documentos preparados para análise, foram realizadas por meio de um acordo interjuízes, no qual intervieram três pessoas. Primeiramente, dois juízes de forma independente ocuparam-se da categorização e codificação das ideias; que foram contrastadas resultando em um número de acordos e desacordos. Para solucionar os desacordos, interveio um terceiro juiz e emitiu a solução final.

Com o objetivo de tornar confiável o processo de codificação interjuízes, foram calculados os índices de confiabilidade para o conjunto de ideias e para as categorias. Criou-se uma base de dados com as 186 ideias codificadas, e duas variáveis que correspondiam às categorias estabelecidas por cada juiz, para posteriormente ser possível calcular o coeficiente do acordo interjuízes para dados categóricos.

Para tanto, seguiu-se o procedimento estipulado por Krippendorff (2011), para o qual se aplicou o Kappa Macro para SPSS v.22 (HAYES; KRIPPENDORFF, 2007; KRIPPENDORFF, 2011). O coeficiente do acordo interjuízes foi alto ($K = .837$) para o conjunto das ideias e para cada uma das respectivas categorias (todos $> .80$).

RESULTADOS DESCRITIVOS: DISTRIBUIÇÃO DE IDEIAS NO SISTEMA DE CODIFICAÇÃO FREQUÊNCIAS

Partindo do sistema inicial de categorização, se pode observar, mais abaixo, na coluna dois e três da Tabela 1, a redução dos códigos; que foi realizada em função das respostas e narrações proporcionadas em relação às oito questões guias elaboradas como roteiro para o encontro com os grupos de discussão. Esta redução foi resultado do acordo interjuízes; consiste em 186 ideias ou unidades de análises, classificadas em 2 categorias gerais correspondentes a Estereótipos e Discriminação, e 17 códigos (dos 26 códigos iniciais) pertencentes a categoria Enfrentamento e Atribuições. As 186 ideias identificadas se distribuíram da seguinte maneira:

- Estereótipos, 28 ideias (15%);
- Discriminação, 80 ideias (43%);
- Enfrentamento e Atribuições, 78 ideias (42%).

Tabela 1 – Sistema inicial de categorização e Redução dos códigos: número de ideias e frequências por categorias e códigos

Sistema inicial de categorização	Redução dos códigos	
Categorias e Códigos	Nº de ideias	% de ideias
1.- Estereótipo	28	15%
2.- Discriminação	80	43%
3.- Enfrentamento e Atribuições	78	42%
3.1.- a 3.5.- Formas de enfrentamento individuais comportamentais	19	10,2%
3.1.- Desenganche Comportamental: Distanciamento do estereótipo	4	2,2%
3.2. Desenganche de comportamento: Distração	0	0%
3.3.- Mobilidade Individual	6	3,2%
3.4.- Evitar o Contato com o Preconceito: distancia; trato frio	4	2,2%
3.5.- Busca de apoio social endogrupal	5	2,6%
3.6.- a 3.14.- Formas de enfrentamento individuais cognitivas	43	23%
3.6.- Desenganche Psicológico: Desidentificação	4	2,2%
3.7.- Desenganche Psicológico: Individualização	0	0%
3.8.- Recategorização Supra ordenada	0	0%
3.9.- Recategorização Subordinada / Diferenciação Eu/Nós	10	5,3%
3.10.- Comparação Social Vantajosa Intragrupo e Intrapessoal (temporal ou não temporal)	10	5,3%
3.11.- Mudança de expectativa (+ cognitiva)	2	1,2%
3.12.- Regulação e/ou Controle Emocional	8	4,2%
3.13.- Reinterpretação da realidade (como regulação emocional)	4	2,2%
3.14.- Internalização: Núcleo de verdade, culpa/vergonha	5	2,6%
3.15.- a 3.20.- Formas de enfrentamento coletivas cognitivas	12	6,7%
3.15.- Criatividade cognitiva: Novo Grupo de Comparação/Comparação social vantajosa entre grupos	0	0%
3.16.- Criatividade cognitiva: Reavaliação da Dimensão de Comparação	1	0,5%
3.17.- Criatividade cognitiva: Novas Dimensões de Comparação	2	1,2%
3.18.- Recategorização Subordinada / Diferenciação e expulsão	2	1,2%
3.19.- Atribuição da Casualidade e Responsabilidade ao Preconceito Grupal	7	3,8%
3.20.- Privação Relativa Social central	0	0%
3.21.- a 3.23.- Formas de enfrentamento coletivas comportamentais	4	2,1%
3.21.- Competição Social: Mobilização	1	0,5%
3.22.- Competição Realista	3	1,6%
3.23.- Oposição: Participação Social	0	0%
Total geral	186	100%

Na primeira coluna pode-se ver as categorias e códigos utilizados inicialmente; na segunda coluna o número de ideias por categorias e códigos; e na terceira coluna as frequências em que as ideias aparecem nas categorias e códigos. Os zeros na segunda e terceira coluna, correspondem aos códigos que não apresentaram relação com as ideias.

EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS: ANÁLISES DO CONTEÚDO DAS IDEIAS

Neste apartado, se descreverão as categorias e códigos das narrações ilustrando com citações textuais (ideias) os conteúdos das mesmas; para tanto, foram selecionadas aquelas ideias que representam cada uma das categorias de análises.

Para proporcionar uma visão global das narrações efetuadas nos grupos de discussão, construíram-se figuras, que representam graficamente as redes de opiniões (networks) expressadas pelos participantes, demonstrando os vínculos entre os códigos e as ideias.

As frases poderão estar cortadas por reticências quando os comentários intermediários resultarem ser irrelevantes ou dificultarem a compreensão. Assim mesmo, por uma parte, para identificar as ideias categorizadas no texto e as frases apresentadas nas figuras, se empregou o seguinte critério: grupo: A, B ou C; participante: 1, 2, 3, 4, 5 ou 6; número da questão guia: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 ou 08; número da ideia, 1,2, (...) 9, 10, 11 (...) 186; por exemplo: grupo A; participante 3; questões guia 02; e ideia 21: (A3-02, ideia 21). No caso das ideias co-ocorrentes (em que se apresentam mais de uma ideia) os números das ideias serão acrescentados seguindo sua ordem de aparição, por exemplo: (A3-02, ideias 21, 22 e 23). Por outra parte, essa identificação no texto apresenta-se entre parêntesis e sublinhada na cor cinza claro. Enquanto que nas figuras, a identificação do grupo e participante se encontrarão em um módulo individual, e a identificação da ideia estará (e/ou das ideias estarão) no final da frase ou do parágrafo a que faz referência. Estas informações estão dispostas em módulos individuais, agrupados com suas ideias correspondentes e identificados por cores diferentes, para melhor visualização e compreensão principalmente no caso das redes de ideia co-ocorrentes.

À continuação, estarão expostas as ideias que resultaram ser representativas dentro da categoria Enfrentamento e Atribuições; posteriormente serão apresentadas as relações de ideias entre as três categorias em estudo (ideias co-ocorrentes).

HIPÓTESES 1, 1.A. E 1.B.

ENFRENTAMENTO E ATRIBUIÇÕES (3.)

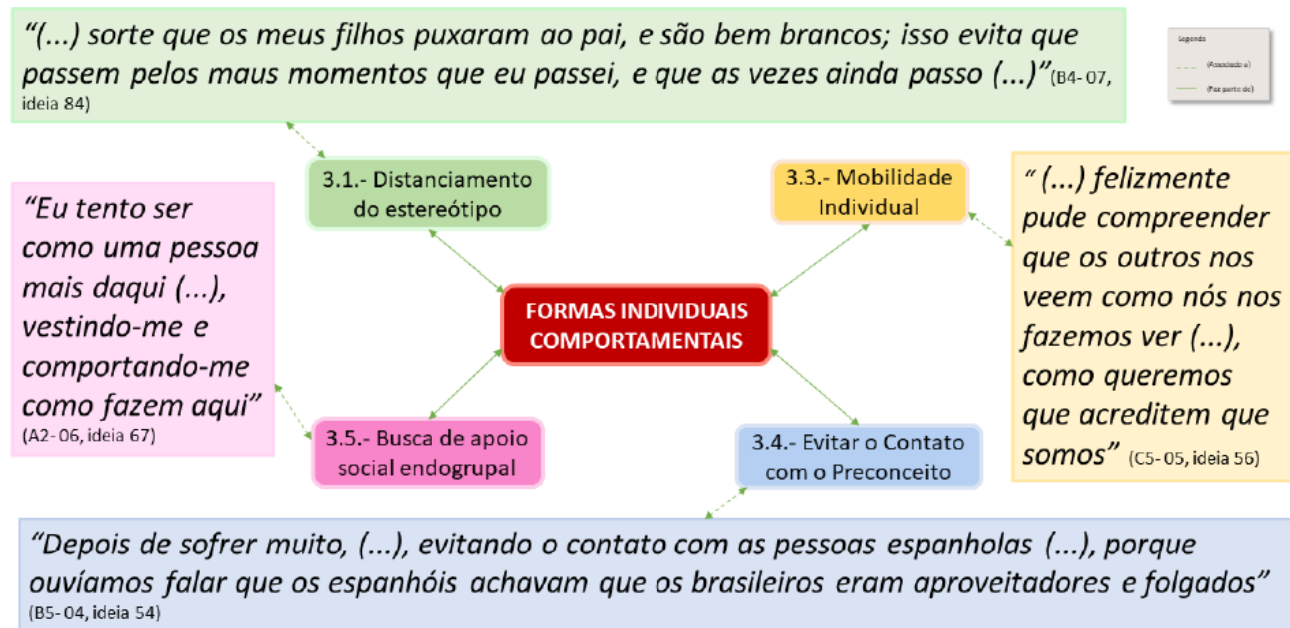
Por um lado, as respostas individuais de enfrentamento (cognitivas 55,1% e comportamentais 24,4%) foram mais frequentes do que as respostas coletivas (cognitivas 15,4% e comportamentais 5,1%), e também predominaram as formas cognitivas (55,1% e 15,4%) em comparação com as comportamentais (24,4% e 5,1%).

Por outro lado, as ideias foram classificadas em 17 formas de enfrentamento, das 23 formas de enfrentamento consideradas inicialmente. Conforme se pode apreciar acima, na Tabela 1, as cinco formas de enfrentamento que não foram expressas nas narrações dos grupos de discussão, são que não correspondem a nenhum número de ideia (zero) e, a nenhuma frequência (0%), como por exemplo, a Recategorização Supra Ordenada (3.8.-) ou a Privação Relativa Sócio Central (3.20.-).

FORMAS DE ENFRENTAMENTO INDIVIDUAIS COMPORTAMENTAIS (3.1. A 3.5.)

A partir dos relatos dos participantes, neste primeiro agrupamento, foram categorizadas 19 ideias. Estas ideias contemplam a forma com que as pessoas pertencentes a grupos minoritários utilizam condutas individuais para integrar-se ou minimizar distâncias em relação ao grupo maioritário (ou receptor). Neste sentido se encontrou que, para enfrentar as situações adversas da imigração, alguns participantes expressaram a sorte de ter a pele branca e assim poder distanciar-se do estigma que representa ser negro (B4-07, ideia 84), outros comentaram que cada um é responsável pela maneira com que é identificado pelos demais (C5- 05, ideia 56), e que quando percebem que as pessoas autóctones têm uma atitude fria, preferem evitar o contato com elas (B5- 04, ideia 54), e ademais acreditam que quanto mais se pareçam aos nativos, vestindo-se e comportando-se como eles, maior será apoio que receberão do exogrupo (A2-06, ideia 67). Os relatos identificados podem ser apreciados na Figura 1.

Figura 1 – Formas de enfrentamento: individuais comportamentais



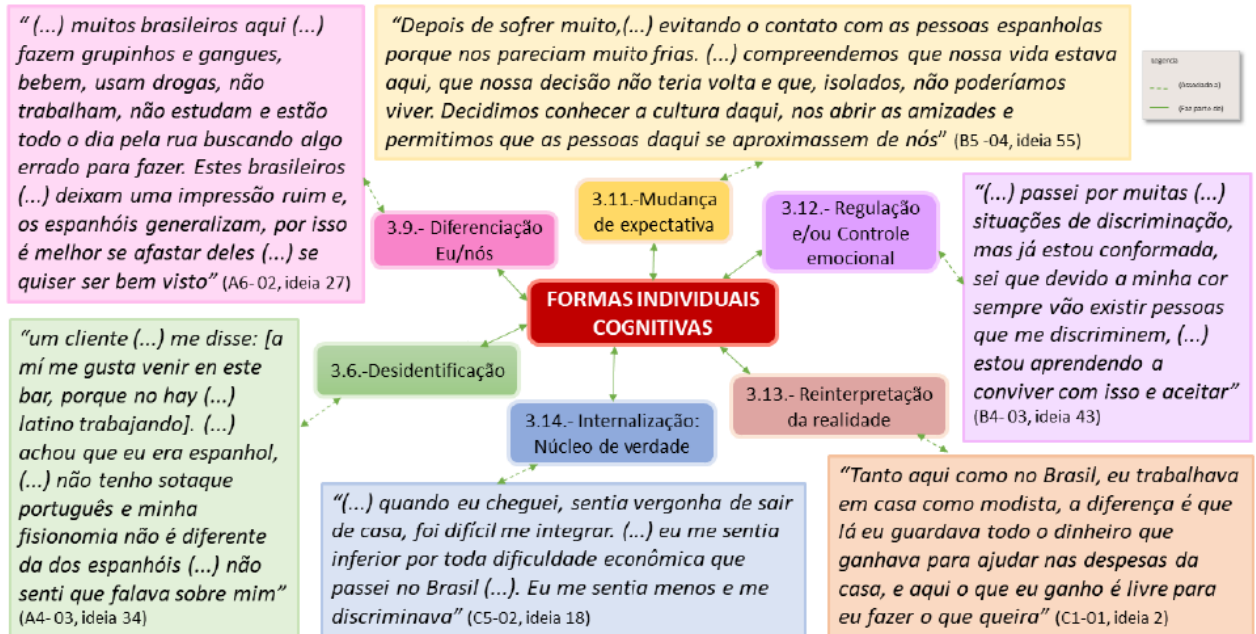
Fonte: Elaboração própria, 2020.

FORMAS DE ENFRENTAMENTO INDIVIDUAIS COGNITIVAS (3.6. A 3.14.)

Neste segundo agrupamento foram categorizadas 43 ideias, seis das quais estão dispostas na Figura 2. As ideias identificadas relacionam-se com as estratégias cognitivas a nível individual onde alguns relatos acentuam que para conseguir melhor status e uma boa posição no grupo maioritário é importante ser diferente dos demais membros do grupo minoritário (A6-02, ideia 27), ou inclusive buscar não se identificar com as demais pessoas de sua etnia, em relação aos conceitos que reforçam e confirmam o estigma social do endogrupo (A4-03, ideia 34).

Outro participante indicou preferir utilizar estas estratégias para mudar a própria percepção que tinha (dele mesmo e do grupo maioritário) que o motivava ao isolamento buscando: conhecer a cultura de acolhida como meio de mudar suas expectativas, compreender a realidade e aceitá-la para poder reinterpretar e enfrentar a nova situação (B5-04, ideia 55), controlar as emoções diante de situações imutáveis como por exemplo o fenótipo (B4-03, ideia 43), comparar de forma temporal sua própria situação e perceber os ganhos conseguidos na sociedade de acolhida que seriam praticamente impossíveis de alcançar na sociedade de origem (C1-01, ideia 2); ou, como expressou outro participante, que no início do assentamento no país de acolhida havia internalizado sua experiência migratória com sentimento de culpa e vergonha por ter uma situação econômica precária e este sentimento fazia com que ele se isolasse devido a vergonha que esta situação lhe causava (C5-02, ideia 18).

Figura 2 – Formas de enfrentamento: individuais cognitivas



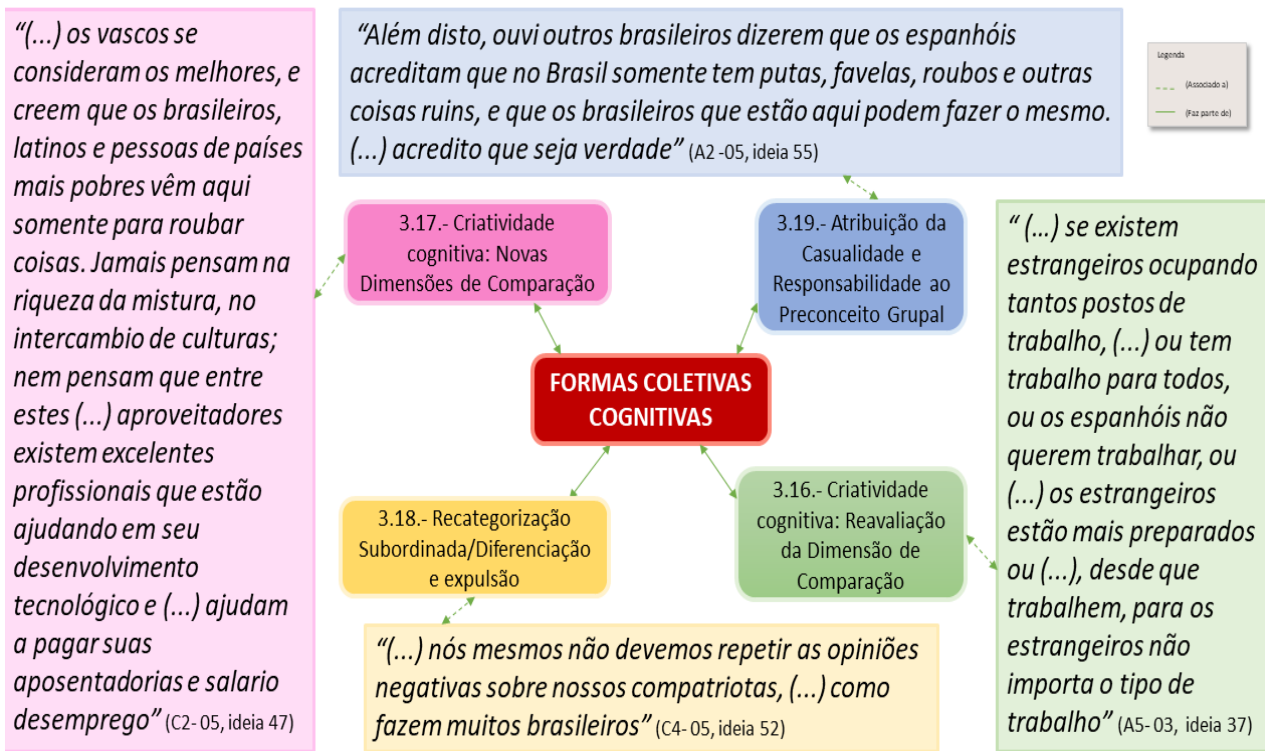
Fonte: Elaboração própria, 2020.

FORMAS DE ENFRENTAMENTO COLETIVAS COGNITIVAS (3.15. A 3.20.)

O terceiro agrupamento, corresponde as estratégias de enfrentamento que se baseiam em mudanças cognitivas que podem ocorrer em função da comparação tanto com o endogrupo como com o exogrupo. Nas narrações dos participantes foi encontrado que alguns optam por comparar e considerar seu próprio grupo como mais capaz que o grupo dominante (A5-03, ideia 37), ou que está dotado de características mais atrativas com valor desconhecido para o exogrupo (C2-05, ideia 47). Em outras narrações, responsabilizam a sociedade de acolhida pela má imagem e pelos acontecimentos negativos que possam acontecer ao grupo minoritário (A2-05, ideia 55).

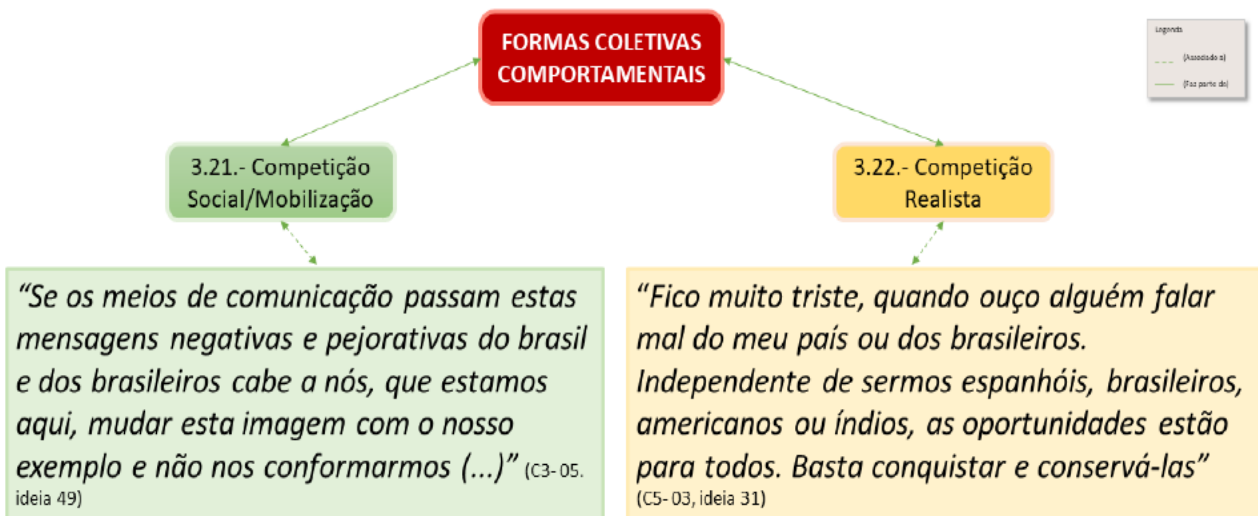
Por outra parte, outros participantes dizem que a má imagem e as opiniões negativas que a sociedade de acolhida possa ter em relação ao seu grupo (minoritário) tem origem no interior do próprio grupo minoritário (C4-05, ideia 52). Estas respostas são formas de admitir certo grau de veracidade nos estereótipos negativos atribuídos ao endogrupo e distanciar-se do estigma. Estes quatro exemplos estão identificados e descritos na Figura 3.

Figura 3 – Formas de enfrentamento: coletivas cognitivas



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Figura 4 – Formas de enfrentamento coletivas comportamentais



Fonte: Elaboração própria, 2020.

FORMAS DE ENFRENTAMENTO COLETIVAS COMPORTAMENTAIS (3.21. A 3.23.)

Este quarto e último agrupamento das formas de enfrentar as experiências de minoria têm o foco dirigido aos comportamentos coletivos como instrumentos de mudança social. Alguns participantes reconheceram que é responsabilidade dos meios de comunicação o baixo status pelo qual é reconhecido seu grupo na sociedade de acolhida e enfatizam a necessidade de conscientizar e de não reforçar as condutas estigmatizadas como instrumentos para a igualdade (C3-05, ideia 49). Em outro relato se manifesta a condição de igualdade grupal, dizendo que as oportunidades estão para todos e que o empenho que se destine a conquista e a manutenção destas oportunidades resultarão em oportunidades positivas, independente do estigma que se atribua ao endogrupo (C5-03, ideia 31). Ver Figura 4.

1.1 Hipóteses. 2.:

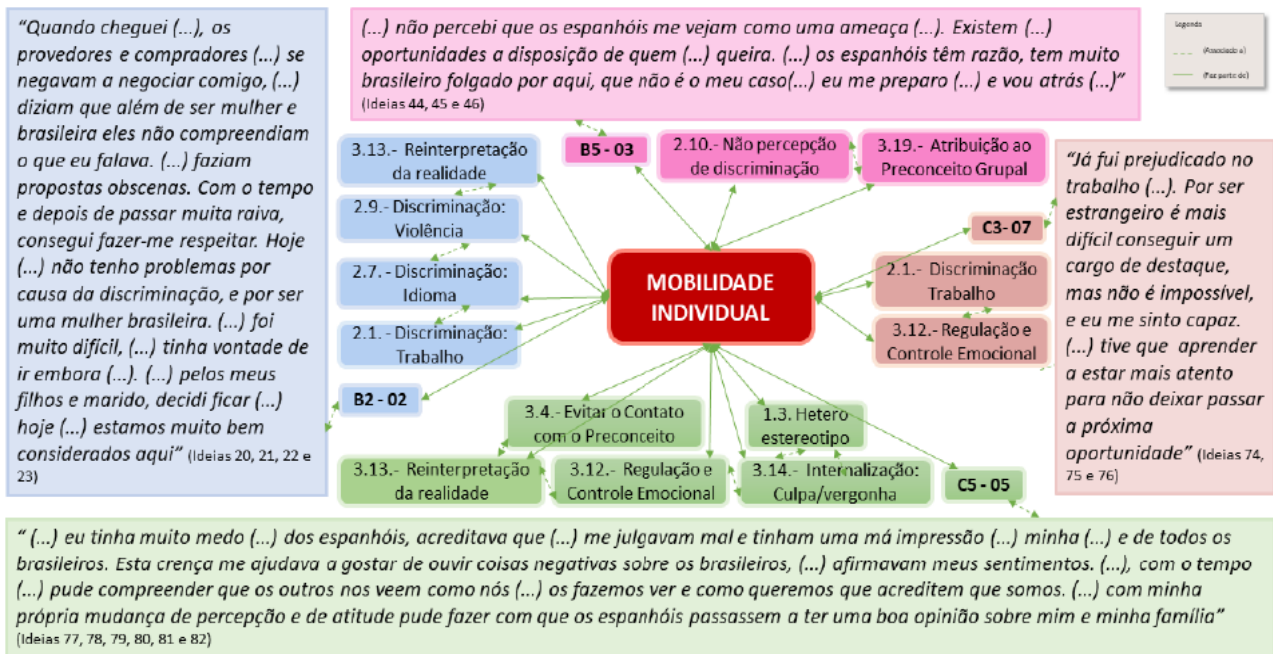
REDE DE IDEIAS: IDEIAS CO-OCORRENTES ENTRE CATEGORIAS

Para representar as ideias co-ocorrentes entre as três categorias em estudo: 1.- Estereótipos, 2.- Discriminação e 3.- Enfrentamento e Atribuições, se há tomado como base a terceira categoria, considerando as formas de enfrentamento nas quais foram categorizadas o maior número de ideias. Desta maneira, entre as 17 formas de enfrentamento descritas na sessão anterior, as sete formas mais prevalentes, estarão explícitas abaixo servindo como base principal para enlaçar suas correspondentes ideias co-ocorrentes, formando assim as redes de ideias.

MOBILIDADE INDIVIDUAL (MI) E CO- OCORRENTES (3.3.)

A estratégia individual de mobilidade social como uma resposta de evasão que se associa com o estereótipo negativo, a internalização da culpa e vergonha (se sentir envergonhado do estereótipo do brasileiro) e da experiência de evitar o contato com os nativos por receio ao preconceito e do medo de ser excluído. Experiência que foi superada quando com o passar do tempo o participante adquiriu uma estratégia de mobilidade individual relacionada com a reinterpretação e a reavaliação da situação (C5-05, ideias 77, 78, 79, 80, 81 e 82). As experiências de Discriminação nos negócios devido ao sexismo e ao idioma provocam respostas de defesa (“fazer-se respeitar”) no âmbito de trabalho buscando a promoção pessoal e familiar (B2-02, ideias 20, 21, 22 e 23). A mobilidade individual se viu vinculada com colocar distância entre Eu e o grupo, com a não percepção de discriminação e com a possibilidade de não estar afetado pelo preconceito grupal, na medida em que acredita que “as oportunidades são iguais para todos” (B5-03, ideias 44, 45 e 46). A mobilidade individual que admite as diferenças de status em favor dos nativos acredita na possibilidade de ascensão laboral através do logro pessoal, para o qual é preciso regular as emoções (C3-07, ideias 74, 75 e 76). Em conjunto, a mobilidade individual se associa com a necessidade de evitar o preconceito e a discriminação, reinterpretando a realidade, distanciando-se do preconceito e assumindo a igualdade de oportunidades, conforme descrito na Figura 5.

Figura 5 – Modalidade individual e co-ocorrentes



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Figura 6 – Diferenciação Eu/nós e co-ocorrentes



Fonte: Elaboração própria, 2020.

DIFERENCIAÇÃO EU/NÓS E CO-OCORRENTES (3.9.)

Diferenciação Eu/Nós é uma estratégia individual que corresponde a necessidade de diferenciar-se do estigma da identidade negativa e do hetero-estereótipo negativo apareceu associada com outras formas cognitivas como a desidentificação e com as experiências de discriminação no trabalho, no contato social (formal e informal), na forma de falar e nas aparências físicas distintas (fenótipo e vestimenta) conforme se pode observar através dos relatos dos participantes: (A6-02, ideias 23, 24, 25, 26 e 27); (A4-03, ideias 28, 29, 30, 31, 32 e 33); (A1-05, ideias 48, 49, 50 e 51).

Assim mesmo, se pode observar que, um dos relatos expressa diferenças entre a não percepção de discriminação pessoal (Eu) e a percepção de discriminação grupal (nós) (C1-06, ideias 57, 58, 59 e 60), outro relato manifesta relação entre a diferenciação Eu/Nós com o preconceito grupal (C1-05, ideia 42, 43 e 44), onde o participante expressa que reconhece que os brasileiros são alvo de discriminação por parte dos espanhóis, porém se exclui desta discriminação, conforme se pode apreciar na Figura 6.

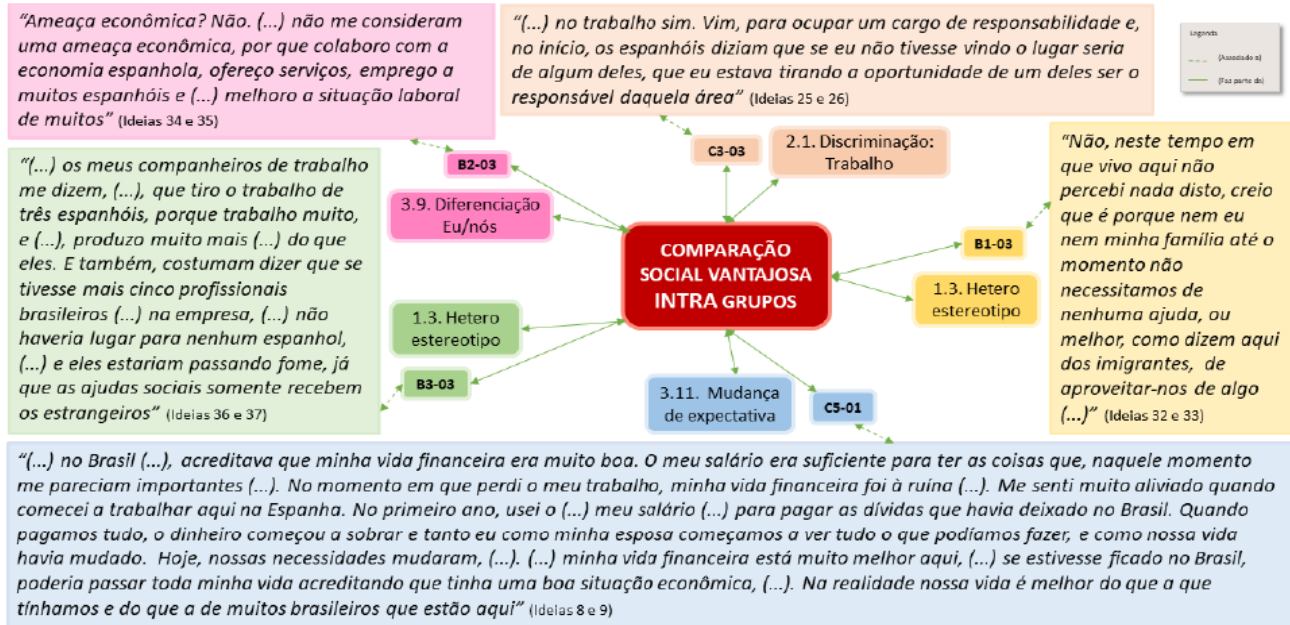
COMPARAÇÃO SOCIAL VANTAJOSA INTRAGRUPOS E CO-OCORRENTES (3.10.)

A comparação social vantajosa se associou a outras formas cognitivas individuais, como a diferenciação Eu/Nós (B2-03, ideias 34 e 35) e com a mudança de expectativas (C5-01, ideias 8 e 9).

Deste modo, a pessoa indica ser diferente dos grupos minoritários, incluindo seu próprio grupo, afirmando e reforçando o valor socioeconômico que o participante (Eu) representa para a sociedade de acolhida (B2-03); por outro lado realiza uma comparação temporal na qual manifesta mudanças de expectativas: uma vez passada uma época de sacrifício econômico no início da instalação no país de acolhida, quando esta situação melhora mudam as prioridades e os gostos que o participante e seu companheiro tinham antes de emigrar (C5-01).

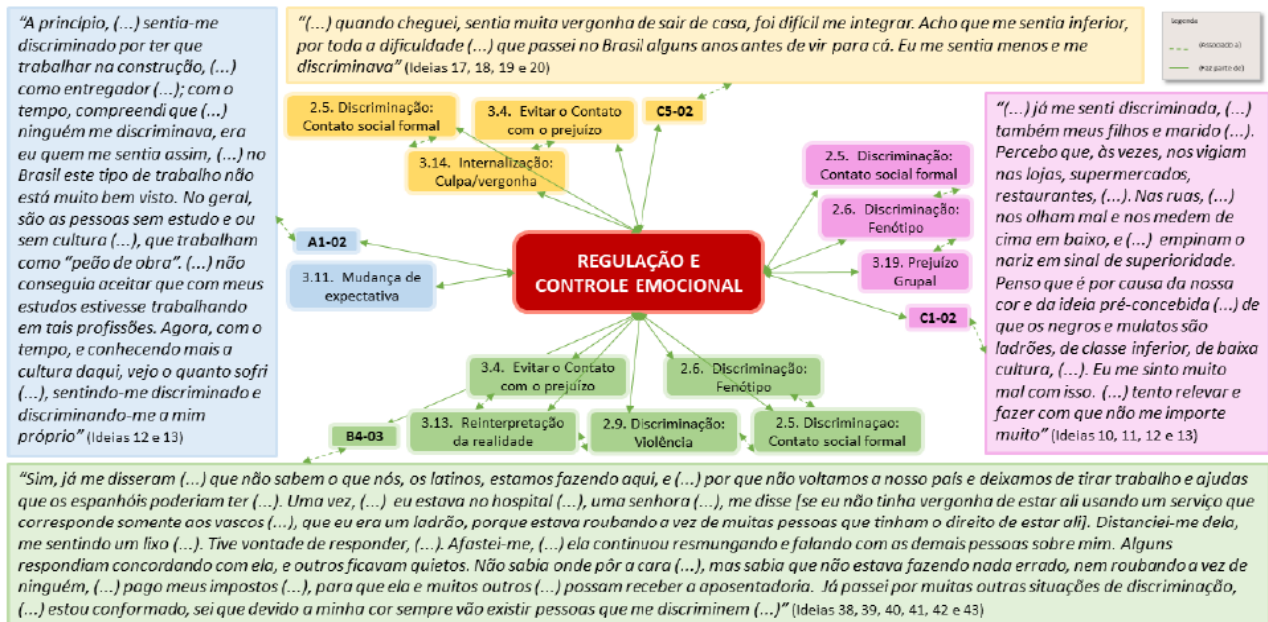
Assim mesmo, a comparação social vantajosa indicou implicar na maneira de distanciar do hetero-estereótipo negativo (B1-03, ideias 32 e 33) e (B3-03, ideias 36 e 37), os espanhóis definem os brasileiros como “aproveitadores”, porém a pessoa não se sentia afetada porque, como trabalhava, não tinha necessidade de ajuda social como outros brasileiros (B1-03), e por outro lado afirmam que os brasileiros são mais trabalhadores que os espanhóis (B1-03), Também como uma forma de responder perante a discriminação laboral, um participante destacou que sua situação era melhor por ocupar um cargo de responsabilidade na empresa, salientando que sua situação era inclusive melhor que a de outros espanhóis (C3-03, ideias 25 e 26), ver Figura 7.

Figura 7 – Comparação social vantajosa entragrupos e co-ocorrentes



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Figura 8 – Regulamentação e controle emocional



Fonte: Elaboração própria, 2020.

REGULAÇÃO E CONTROLE EMOCIONAL E CO-OCORRENTES (3.12.)

Neste estudo, se encontrou que a regulação emocional se aplica em situações de discriminação associando-se a outras respostas do tipo individual e cognitiva. Assim, a mudança de expectativas indicou requerer a regulação das emoções onde no princípio a pessoa diz haver sentido uma forte discriminação devido ao descenso social (ocupando postos de trabalho inferiores a sua formação e considerados depreciados, cansativos e ingratos, no seu entorno de origem, como é a construção civil), porém quando percebeu que na sociedade de acolhida as barreiras grupais são permeáveis mesmo quando o trabalho que executa é de baixo status, estes sentimentos negativos desapareceram (os espaços sociais são percebidos como espaços inter classistas, situação que contrasta com as grandes diferenças sociais existentes na sociedade brasileira) (A1-02, ideias 12 e 13).

O participante (C3-07, ideias 74, 75 e 76) realizou um relato onde a mobilidade individual se associou com a regulação emocional, admitindo as diferenças de status e compartilhando a crença na possibilidade de ascensão laboral (ver, mais acima, na sessão sobre mobilidade individual e co-ocorrentes, no texto e na Figura 5). Já outro participante trouxe à luz que ao chegar ao país de acolhida é necessário regular os estados emocionais (regulação emocional), os sentimentos de culpa e vergonha por ser imigrante (internalização), e os sentimentos de medo em função da percepção de discriminação que provoca o desejo de evitar os contatos sociais informais (C5-02, ideias 17, 18, 19 e 20).

Outro extrato exemplar do tipo individual, onde o participante (B4-03, ideias 38, 39, 40, 41, 42 e 43), expressou que diante da experiência de discriminação produzida nas esferas formais, em relação ao fenótipo e a violência, respondeu evitando o contato, regulando as emoções, reinterpreta e aceitando a existência da discriminação.

Por último, se pode apreciar um relato que associa a regulação emocional com a resposta coletiva de atribuição ao preconceito grupal (C1-02, ideias 10, 11, 12 e 13). Os relatos mencionados estão expostos na Figura 8.

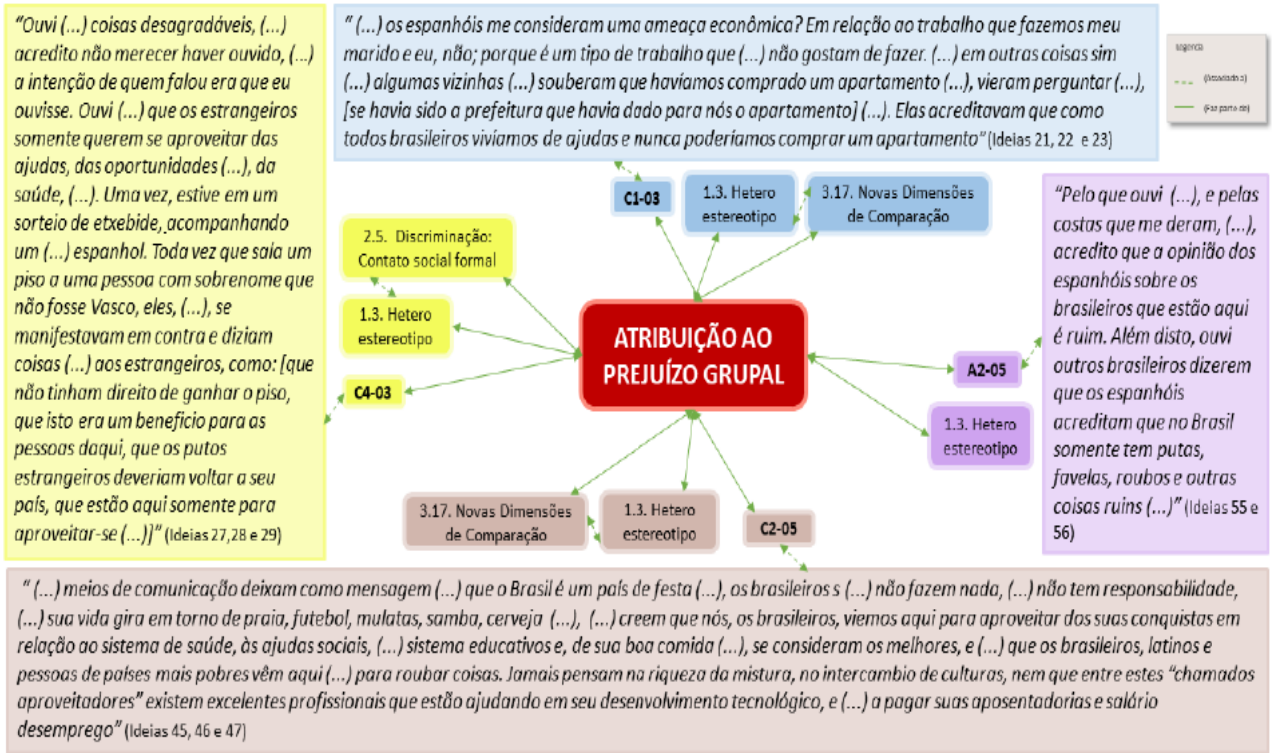
ATRIBUIÇÃO DA CASUALIDADE E A RESPONSABILIDADE OUTORGADA AO PRECONCEITO GRUPAL E CO-OCORRENTES (3.19.)

Como se descreveu anteriormente, a estratégia coletiva de atribuição ao preconceito é oposta a estratégia individual de mobilidade (associada a não percepção de discriminação) e que não aceita a explicação das diferenças intergrupais pelo preconceito (B5-03, ideias 44, 45 e 46) (ver, mais acima, na sessão sobre mobilidade individual e co-ocorrentes, no texto e na Figura 5). Também foi visto anteriormente que a distância do Eu (diferenciação Eu/Nós), a experiência de discriminação e a explicação grupal (atribuição ao preconceito grupal) (C1-05, ideias 42, 43 e 44), apoiam que as respostas individuais se separam das coletivas (ver, mais acima, na sessão sobre diferenciação Eu/Nós e co-ocorrentes, no texto e na Figura 6).

Em relação as formas coletivas, também, como já mencionado anteriormente, a experiência de discriminação (fenótipo) se explica pelo preconceito grupal e supõe para a pessoa um esforço para regular suas emoções negativas (C1-02, ideias 10, 11, 12 e 13) (ver, mais acima, na sessão sobre diferenciação Eu/Nós e co-ocorrentes, no texto e na Figura 8).

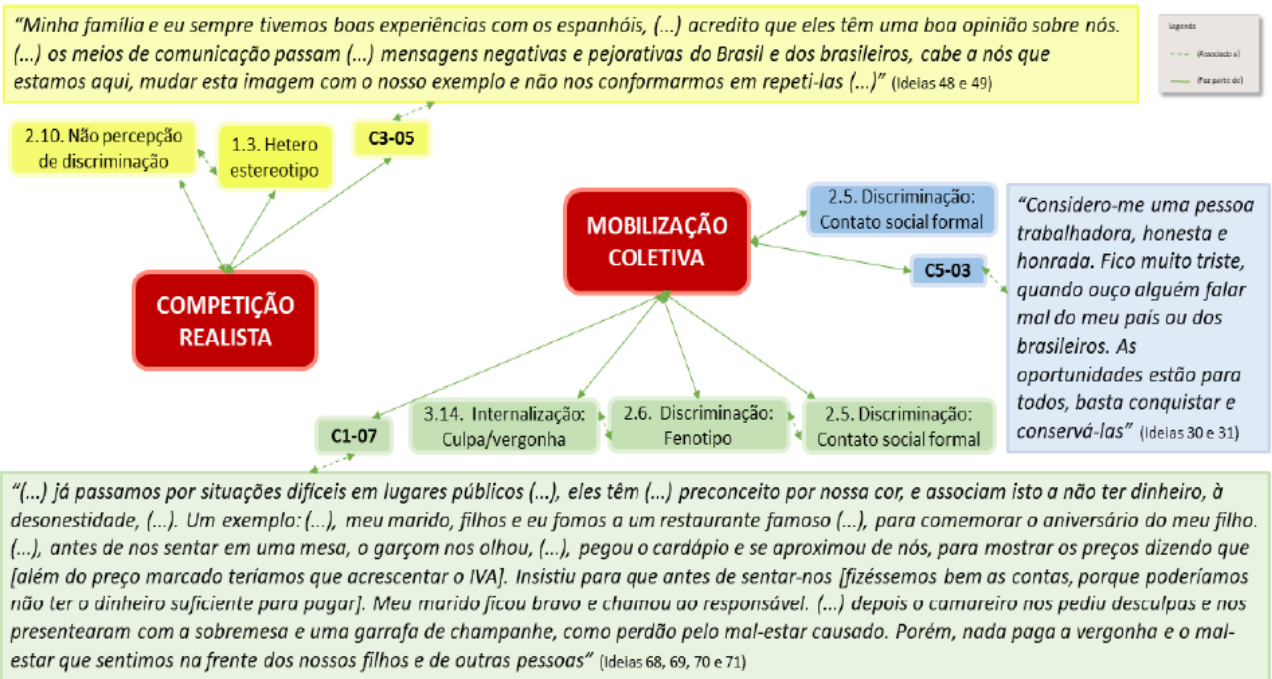
Assim mesmo, se pode apreciar nas narrações que a atribuição ao preconceito grupal se associa com a não aceitação do estigma e do hetero-estereótipo negativo (A2-05, ideias 55 e 56), (C4-03, ideias 27, 28 e 29), (C2-05, ideias 45, 46 e 47) e (C1-03, ideias 21, 22 e 23); em alguns casos (C2-05) e (C1-03) vinculam-se também com a estratégia de criatividade cognitiva destacando duas dimensões de comparação social, onde por um lado reivindicam a aculturação e por outro afirmam o endogrupo quando dizem que existem excelentes profissionais brasileiros que aportam desenvolvimento tecnológico para a sociedade de acolhida (C2-05, ideia 47). Os relatos estão descritos na Figura 9.

Figura 9 – Atribuição da causalidade e a responsabilidade outorgada ao preconceito grupal e co-ocorrentes



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Figura 10 – Competição social e co-ocorrentes



Fonte: Elaboração própria, 2020.

CONCLUSÃO E DISCUSSÃO

As pessoas que migram de seu lugar de origem para instalar-se em uma sociedade diferente da sua, passam a constituir um coletivo minoritário, exposto a situações que nem sempre resultam ser agradáveis e podem estar associadas com alguns estereótipos negativos, que as sociedades de acolhida lhes atribuem por pertencer a um determinado grupo étnico. Quando este é o caso, as pessoas enfrentam situações de preconceito e de discriminação. Neste sentido, através deste estudo qualitativo, foi possível vislumbrar diferentes formas, através dos quais os imigrantes brasileiros residentes no País Basco experimentam e fazem uso de recursos cognitivos e comportamentais, individuais e grupais, para enfrentar sua condição de minoria e conviver no contexto de acolhida.

Analisaram-se as experiências de minoria étnica de acordo com a tipologia das formas de enfrentamento retomadas dos estudos sobre enfrentamento da identidade social minoritária (BLANZ, *et al.* 1998; CROCKER; MAJOR; STEELE, 1998; MUMMENDEY, *et al.* 1999) e que foi validada por BASABE; BOBOWIK, 2011; BOBOWIK, 2013; BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2014). Para explorar os relatos dos participantes foi utilizado um roteiro semiestruturado. As análises seguiram um procedimento rigoroso para categorizar as ideias, criando um sistema de categorias que sintetiza o conteúdo dos grupos de discussão.

O discurso dos participantes dos grupos de discussão, se centrou principalmente em torno à experiência no país de acolhida e nas relações intergrupais entre nativos e imigrantes.

As respostas de enfrentamento do tipo individual foram mais frequentes que as do tipo coletivo, assim mesmo predominaram as formas a nível cognitivo em comparação com as comportamentais.

Destacando-se, por um lado, respostas do tipo individual (cognitivo) como a Diferenciação do Eu, a Comparação social vantajosa, a Regulação e controle emocional e, (comportamental) a Mobilidade individual; e, por outro lado, as respostas do tipo coletivo como: a Atribuição de responsabilidade ao preconceito grupal (cognitivo), a Mobilização social e a Competição realista (comportamental).

Desta forma, por uma parte estão as respostas individuais, comportamentais (24.4%) e as cognitivas (55%). As respostas individuais comportamentais, tem como objetivo enfrentar as situações adversas da imigração por meio da integração, minimizando as distâncias em relação ao grupo maioritário (ou receptor); assim alguns dos participantes expressam a “sorte” de ter “a pele branca” e poder distanciar-se do estigma que representa ser negro; outros evitam o contato com os autóctones; e outros se assimilam nas formas externas, “vestindo-se como os espanhóis” para receber seu apoio. Estas respostas individuais comportamentais buscam o distanciamento do estigma mediante a evitação ou a assimilação camaleônica, assumindo a aparência externa dos espanhóis. Uma resposta similar foi encontrada no estudo espanhol de Briones (2008) com adolescentes africanos que buscavam a assimilação.

As formas, mais destacadas que fazem referência as respostas do tipo individual cognitivo, similar ao caso anterior, o indivíduo busca diferenciar-se do endogrupo; em um dos casos movendo-se entre a assimilação e a mobilidade ascendente, em outros casos preferem mudar a percepção de uma realidade que os impulsionava ao isolamento. Outras respostas se baseiam na reinterpretação para aceitar a situação, e em outros casos se opta por controlar as emoções frente a situações imutáveis como o fenótipo. Também cabem outras respostas individuais como a comparação temporal, que ressalta os ganhos alcançados na sociedade receptora, considerando que seria praticamente impossível de conseguir em seu país de origem.

Por outra parte, menos prevalentes que as respostas individuais estão as respostas coletivas, cognitivas (15,4%) e, as comportamentais (5%). As respostas coletivas do tipo cognitivo incluíram a comparação social vantajosa, considerando o endogrupo como mais capaz que o grupo dominante (sociedade de acolhida), e formas criativas que atribuem ao endogrupo aspectos mais atrativos e de valor desconhecido pelo exogrupo. Assim mesmo, outras respostas expressam que os acontecimentos negativos que passam com o endogrupo são de responsabilidade do exogrupo. No entanto, outros participantes se distanciam da “má imagem e opiniões negativas” que a sociedade de acolhida outorga ao endogrupo admitindo um núcleo de verdade no estereótipo negativo.

Pouco mencionadas foram as formas de enfrentamento coletivas do tipo comportamental, que tratam os comportamentos coletivos como instrumentos de mudanças sociais. Estas respostas se associam com a atribuição ao preconceito (responsabilizam as imagens que transmitem os meios de comunicação pelo estigma, e o baixo status que a sociedade de acolhida atribui ao endogrupo), e enfatiza a necessidade de conscientização e luta contra os preconceitos e, pela igualdade. Do mesmo jeito que reivindica a igualdade de oportunidades (“as oportunidades são para todos”).

Analisaram-se as sete formas de enfrentamento dominantes no discurso dos participantes e sua associação com outras crenças relacionadas com a identidade endogrupal (ideias co-ocorrentes). Nesse sentido, partindo da categoria Enfrentamento e Atribuições, foram identificadas as relações de ideias (ideias co-ocorrentes) entre ela e as categorias Discriminação e Estereótipos. Cabe destacar que as formas de estereótipo identificadas nos relatos fizeram referência ao hetero-estereótipo e ao preconceito percebido, ou seja, a imagem que os brasileiros percebiam que os espanhóis apresentavam a respeito deles (dos brasileiros).

Estas sete formas que apresentaram o maior número de ideias foram por uma parte as Individuais: Mobilidade individual, Diferenciação Eu/Nós, Comparação social vantajosa, Regulação e controle emocional; e por outra parte as Coletivas: Preconceito grupal, mobilização social e Competição realista.

A estratégia de Mobilidade individual (MI) ajuda superar o estigma e, se associa com distintos conglomerados de ideias. Por um lado, se relaciona com as respostas de evitação, distanciar-se do hetero-estereótipo negativo, com a internalização da culpa-vergonha, e o medo ao preconceito e de ser excluído. Outra resposta relacionada com o MI é a reinterpretação ou reavaliação positiva da situação. Em outros casos as experiências de discriminação nos negócios pelo idioma e pelo sexismo provocam respostas de defesa (“fazer-se respeitar”) no âmbito de trabalho, buscando a promoção pessoal e familiar. Por outra parte, a MI está vinculada com colocar distância entre o Eu e o grupo, com a não percepção pessoal de discriminação e com a possibilidade de não ser afetado pelo preconceito grupal, na medida em que se assume que “as oportunidades são iguais para todos”. Esta resposta poderia assemelhar-se a associação encontrada em outros estudos quantitativos (BASABE; BOBOWIK, 2011; BOBOWIK, 2013; BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2014) que associava a MI com a estratégia de Competição social, que luta coletivamente pela igualdade das oportunidades dos imigrantes. Em outros relatos a MI admite as diferenças de status a favor do grupo dominante (os espanhóis/nativos) e creem na possibilidade de ascensão no trabalho por mérito pessoal, para tanto, é necessário regular as emoções. Em conjunto, a MI se associa com a discriminação reinterpretando a experiência, distanciando-se do preconceito, e assumindo “a igualdade de oportunidades”.

Em quanto a estratégia individual de Diferenciação Eu/Nós (EU/NOS), busca a diferenciação do estigma, da identidade negativa e do hetero-estereótipo negativo, e se associa com outras formas cognitivas próximas como a desidentificação, as experiências de discriminação no trabalho, os contatos formais e informais, e as características distintivas (fenótipo e vestimenta). Manifesta-se na diferenciação entre a não percepção de Discriminação pessoal (Eu) e a percepção de Discriminação grupal (Nós), assim como se associa com a forma coletiva de atribuição ao preconceito grupal na qual a pessoa alvo se exclui e é excluída da categoria negativa dos “brasileiros”.

Uma das constantes encontradas em relação à percepção da discriminação é a diferença entre a percepção pessoal e a grupal. Como explanaram Murillo e Molero (2012) a discrepância entre a discriminação pessoal e grupal pode explicar-se por um efeito motivacional segundo o qual as pessoas tendem a minimizar ou negar as experiências de discriminação para defender e manter uma imagem positiva de si mesmo e manter a sensação de controle pessoal, e cabe também razões cognitivas, devido a riscos no processamento da informação que podem ser inconscientes, como por exemplo, a maior acessibilidade dos episódios de discriminação que afetam aos grupos. Esta diferença também pode ler-se como um risco positivista, pelo que as pessoas tendem a minimizar a possibilidade de que possam ocorrer fatos negativos a elas em comparação com os seus iguais, no caso de que a pessoa tenha um estado de ânimo ou uma balança de afetos positiva (PÁEZ *et al.* 2003). Assim mesmo os processos de interpretação das experiências ambíguas podem atribuir-se ao preconceito grupal ou a própria pessoa dependendo da força da identidade étnica; esta diferença é muito importante porque, enquanto a experiência de discriminação pessoal se associa à baixa-estima e a outros índices de mal-estar e enfermidades, por sua parte a discriminação grupal se associa a autoestima coletiva e às vezes também a autoestima pessoal (BLANZ *et al.*, 1998; MUMMENDEY *et al.*, 1999; OUTTEN *et al.*, 2009).

Quando o próprio imigrante considera que é mais bem tratado do que a maioria dos seus compatriotas, pode ser interpretado como uma maneira de defender a autoestima e a própria imagem. O estudo por meio de questionário e referente à população latino-americana residente no País Basco (AIERDI *et al.*, 2008), verificou que a experiência pessoal era mais bem valorizada que a coletiva, assim percebia-se que a própria pessoa era tratada com mais amabilidade que o conjunto de seus patrícios (76% quando se referia ao trato pessoal e 63% ao coletivo de imigrantes do próprio país).

Nos grupos de discussão se expressaram ideias congruentes com o fenômeno da discrepância entre Discriminação pessoal e grupal, de modo que os participantes expressaram que mesmo que eles não tivessem se sentido pessoalmente discriminados percebiam que a discriminação, o preconceito e os estereótipos negativos se manifestavam nas imagens que transmitiam os meios de comunicação, e no preconceito que percebiam dos nativos.

Por seu lado a Comparação social vantajosa intragrupos (CSV), associa-se a outras formas cognitivas individuais, como a diferenciação Eu/Nós e com as mudanças de expectativas. Deste modo a pessoa se diferencia dos grupos minoritários e de seu próprio grupo afirmando e reforçando o valor socioeconômico que o participante (Eu) representa para a sociedade de acolhida. Assim mesmo, realizam uma comparação temporal na qual manifestam que as expectativas mudaram no país de acolhida com relação às expectativas que tinham no Brasil, uma vez passada a primeira época de sacrifício econômico no momento de assentamento, a situação econômica melhora, e mudam as prioridades e os gostos. Assim mesmo, a comparação social vantajosa implica em uma maneira de distanciar-se do hetero-estereótipo negativo e não se sentir afetado (p.e., “trabalha e por isso não necessita de ajudas sociais como os outros necessitam”), ou bem porque se afirma que os brasileiros são “mais trabalhadores” do que os espanhóis.

Também é uma forma de responder perante a discriminação laboral, destacando que em alguns casos a situação do imigrante “é melhor porque ocupa um cargo de responsabilidade na empresa, inclusive melhor do que outros espanhóis”. Essas comparações vantajosas fazem ênfase na contribuição dos imigrantes para com a sociedade de acolhida, o que é coerente com os resultados do estudo quantitativos de (BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2014) que demonstrava que as comparações intragrupo temporais se associavam positivamente tanto com o bem-estar psicológico como com o bem-estar social.

Por sua parte, a Regulação e controle emocional (RE), se aplica ante as situações de discriminação e associa-se a outras respostas de tipo individual e cognitivas. As mudanças de expectativas provocam a necessidade de regular as emoções, no princípio a pessoa sente uma forte discriminação por descender socialmente (ocupando postos de trabalhos duros “na construção civil” inferiores a sua formação) porém com o tempo esses sentimentos negativos desaparecem porque percebe que na sociedade de acolhida as barreiras sociais são permeáveis (os espaços sociais são percebidos como espaços interclassistas, o que contrasta com as grandes diferenças sociais existentes na sociedade brasileira). A mobilidade individual (MI) se associa também a regularização emocional, admitindo as diferenças de status e compartilhando a crença na possibilidade de crescer no âmbito laboral (ver também acima sobre a MI). Ao chegar ao país receptor existe a necessidade de regular os estados emocionais (regularização emocional) e os sentimentos de culpa e vergonha por ser imigrante (internalização) e pela percepção e medo da discriminação nos contatos sociais informais que provocam respostas de evasão. Outra resposta ante a discriminação fenotípica e a violência, consiste em evitar o contato, regular as emoções, reinterpretar e aceitar a existência da discriminação. Por último, também a regularização emocional se associa com a resposta coletiva de atribuição ao preconceito grupal.

Portanto, a regulação das emoções é necessária tanto nas formas cognitivas de mudança de expectativas, de enfrentar a discriminação, evitá-la e reinterpretá-la, ante a mobilidade individual (MI), ante a internalização do estigma, e frente às respostas coletivas de atribuição ao preconceito grupal. Neste estudo destaca-se a importância de manejar as emoções negativas desencadeadas pelas experiências de discriminação e do stress que ocorre tanto nas respostas individuais de MI como nas coletivas de atribuição ao preconceito.

Em contrapartida, a estratégia coletiva de Atribuição da responsabilidade ao preconceito grupal (PG), é oposta a estratégia individual de mobilidade (associada a não percepção de discriminação) e descarta a explicação das diferenças intergrupais pelo preconceito. Pelo que se confirma que as respostas individuais se separam das coletivas. Em relação às formas coletivas, foi mencionado anteriormente que as experiências de discriminação (fenótipo) são explicadas pelo preconceito grupal e supõe-se que a pessoa tem que regular suas emoções negativas. Assim mesmo a atribuição ao preconceito grupal se associa a uma não aceitação do estigma e do hetero-estereótipo negativo em alguns casos vinculados também a estratégia de criatividade cognitiva, destacando novas dimensões de comparação social, onde reivindicam a interculturalidade e afirmam que existem excelentes profissionais brasileiros que colaboram com o desenvolvimento tecnológico da sociedade de acolhida.

No que concerne as estratégias coletivas de Mobilização social (MS) e de Competição realista (CR), foi encontrado que elas se associam entre si, revelando a existência de uma consciência de discriminação endogrupal, mas não de discriminação pessoal, que se opõe a imagem negativa transmitida pelos meios de comunicação, e que afirma a necessidade de mobilidade coletiva para defender a auto-estima coletiva. Ante a discriminação e o preconceito fenotípico nos contatos formais e lugares públicos, são geradas emoções negativas (“raiva”) e se adota a competição social, reclamando um “tratamento equivalente” e a defesa dos direitos (p.e., conquistar e conservar a igualdade de oportunidades).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo qualitativo, como é habitual, proporciona evidências de coletivos específicos, que nem sempre podem representar bem as populações das quais procedem. Assim que se tentou que os participantes representassem os seguimentos do coletivo brasileiro residente no País Basco, na idade, sexo e que incluíssem pessoas de distintos status sociais e profissões. Assim mesmo, foi possível desvelar aspectos substanciais da experiência de minoria étnica graças ao apoio dos estudos precedentes no País Basco sobre a referente questão realizadas com métodos quantitativos (BASABE; BOBOWIK, 2011; BOBOWIK, 2013; BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2014), o que permitiu orientar as análises desde hipóteses específicas e não meramente exploratórias como costuma ser habitual nos estudos qualitativos. Seguiu-se uma metodologia rigorosa que buscou validar e dar fiabilidade para as categorias de análises, e ir além das considerações descritivas, por meio da criação de redes de ideias (networks); as quais possibilitaram observar as conexões entre as ideias, explicações e justificações que os participantes utilizaram para racionalizar e dar sentido a sua experiência migratória.

Neste sentido, se revelou a importância que adquire para os imigrantes as formas de enfrentar a experiência migratória, e a estreita relação que apresentam com a discriminação percebida e os estereótipos com os quais são categorizados pela sociedade de acolhida, indicando a importância da realização de novos estudos complementares com uma população mais ampla e com outros coletivos, com o objetivo de elucidar e indicar pautas tanto para os imigrantes como para as pessoas autóctones em prol da integração, e de um maior bem-estar no contato entre minorias e maiorias.

REFERÊNCIAS

- AIERDI, X. *et al.* *Población latinoamericana en la CAPV* 2007. Bilbao: Ikuspegi. Observatorio Vasco de Inmigración, 2008.
- BASABE, N.; BOBOWIK, M. Aculturación, identidad étnica y afrontamiento de la inmigración: el caso de España. In: EN TECHIO, E. M.; LIMA, M. E. (Coord.). *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal*. Brasília: Tecno-Politik, 2011.
- BLANZ, M. *et al.* Responding to negative social identity: a taxonomy of identity management strategies. *European Journal of Social Psychology*, v. 28, n. 5, p. 697-729, 1998.
- BOBOWIK, M. *The bright side of migration. from identity management to happiness*. 2013. Tesis (Doctorado em Psicología) - Universidad del País vasco, Donostia-San Sebastián, 2013.
- BOBOWIK, M.; BASABE, N.; PÁEZ, D. Wellbeing and personal values of immigrants to Spain. In: MICHALOS, A. C. (Ed.), *Encyclopedia of quality of life research*. Springer, 2014. 7074-7079 p.
- BRANSCOMBE, N.R.; ELLEMERS, N. Coping with group-based discrimination: individualistic versus group-level strategies. In SWIM, J. K.; STANGOR, C. (Eds.), *Prejudice: the target's perspective*. New York: Academic Press, 1998. 243-266 p.
- BRIONES, E. *Proceso de aculturación de adolescentes inmigrantes residentes en España: estudio longitudinal de su identidad cultural y adaptación psicosocial*. 2008. Tesis (Doctorado em Psicología) - Universidad de Salamanca, Salamanca, 2008.
- CROCKER, J.; MAJOR, B.; STEELE, C. Social stigma. In: GILBERT, D.; FISKE, S.T.; LINDZEY, G. (Eds.). *The handbook of social psychology*, v. 2, 4 ed. New York: McGraw Hill, 1998. 504-553 p.
- HASLAM, S.A. *et al.* Social identity, health and well-being: an emerging agenda for applied psychology. *Applied Psychology*, v. 58, n. 1, p. 1-23, 2009.
- HAYES A. F.; KRIPPENDORFF, K. Answering the call for a standard reliability measure for coding data. *Communication Methods and Measures*, v. 1, n. 1, p. 77-89, 2007.
- KRIPPENDORFF, K. *Computing krippendorff's alpha-reliability*. 2011. Disponível em: http://repository.upenn.edu/asc_papers/43. Acesso em: 30 abr. 2020.
- MUMMENDEY, A. *et al.* Strategies to cope with negative social identity: Predictions by social identity theory and relative deprivation theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 76, n. 2, p. 229-245, 1999.
- MURILLO, J.; MOLERO, F. Factores psicosociales asociados al bienestar de inmigrantes de origen colombiano en España. *Psychosocial Intervention*, v. 21, n. 3, p. 319-329, 2012.

OUTTEN, H.R. *et al.* Coping options: missing links between minority group identification and psychological well-being. *Applied psychology*, v. 58, n. 1, p. 146-170, 2009.

PÁEZ, D. *et al.* *Psicología social, cultura y educación*. Madrid: Prentice-Hall, 2003. 928 p.

SEVILLANO, V. *et al.* Health-related quality of life and perceived discrimination among immigrants and natives in Spain. *Ethnicity & Health*, v. 19, n. 2, p. 178-197, 2014.

SKINNER, E. A. *et al.* Searching for the structure of coping: a review and critique category systems for classifying ways of coping. *Psychological Bulletin*, v. 129, n. 2, p. 216-269, 2003.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. An integrative theory of intergroup conflict. In: AUSTIN, W. G.; WORCHEL, S. (Eds.). *The social psychology of intergroup relations*. Monterey: Brooks/Cole, 1979. 33-37 p.

WILLIAMS, D.R.; MOHAMMED, S. A. Discrimination and racial disparities in health: evidence and needed research. *Journal of Behavioral Medicine*, v. 32, n. 1, p. 20-47, 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas pessoas que nos apoiaram, em especial aos participantes dos grupos de discussão, aos revisores deste artículo e a equipe editorial.

Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, e financiamento proporcionado pelo Governo Vasco, Ref. IT-1187-19 e pelo Ministério Espanhol de Ciência, Inovação e Universidades, MINECO, Ref. PSI2017-84145-P.

Estilos aculturativos y su relación con la discriminación percibida y la experiencia de ciudadanía subjetiva en migrantes venezolanos en el Perú

Melanie Arana

Bachillera en Humanidades con mención en Psicología, Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), Lima, Lima, Perú

Investigadora del Grupo de Psicología Política y Social de la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), Lima, Lima, Perú

E-mail: maranaf@pucp.pe

Agustín Espinosa

Doctor en Psicología Social, Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV/EHU), Donostia, Comunidad Autónoma Vasca, España

Profesor Principal del Departamento Académico de Psicología, Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), Lima, Lima, Perú.

ID ORCID: [0000-0002-2275-5792](https://orcid.org/0000-0002-2275-5792)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6818401212114869>

PUCP: <https://www.pucp.edu.pe/profesor/agustin-espinosa-pezzia/>

E-mail: agustin.espinosa@pucp.pe

Submetido em: 30/04/2020. Aprobado em: 15/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

En medio de un contexto nacional de crisis social, económica y política, la población en Venezuela ha sufrido un grave deterioro de sus condiciones de vida, lo que ha llevado a cientos de miles de personas a migrar fuera del país, siendo el Perú uno de sus destinos preferentes. Aunque no hay claridad en los datos, se estima que 800,000 ciudadanos venezolanos residen actualmente en el Perú. Este proceso migratorio no ha estado exento de dificultades que los migrantes han ido sufriendo con el paso del tiempo, afectando sus posibilidades de inclusión social y ejercicio ciudadano pleno en la sociedad peruana. En este escenario, se busca explorar la relación de las estrategias o estilos aculturativos y la discriminación percibida en la percepción de ciudadanía de los inmigrantes venezolanos en Lima ($n = 133$, Edad media = 31.2, 46.2% mujeres). Para tal fin, se aplicaron cuestionarios para evaluar dichas variables. Los resultados muestran que la estrategia de aculturación predominante en la muestra es la marginalización, esto implica que los inmigrantes se encuentran en una posición vulnerable que se relaciona con la alta discriminación percibida y los bajos niveles de ejercicio de ciudadanía.

Palabras Clave: Aculturación. Ciudadanía Subjetiva. Discriminación. Migraciones.

Estilos aculturativos e sua relação com a discriminação percebida e a experiência de cidadania subjetiva em migrantes venezuelanos no Peru

RESUMO

Em meio a um contexto nacional de crise social, econômica e política, a população da Venezuela sofreu uma grave deterioração em suas condições de vida, o que levou centenas de milhares de pessoas a migrar para fora do país, sendo o Peru um de seus destinos preferidos. Embora os dados não sejam claros, estima-se que 800.000 cidadãos venezuelanos residem atualmente no Peru. Este processo migratório não tem estado livre das dificuldades que os migrantes têm sofrido ao longo do tempo, afetando suas possibilidades de inclusão social e plena cidadania na sociedade peruana. Neste cenário, busca-se explorar a relação das estratégias ou estilos aculturativos e a discriminação percebida na percepção de cidadania dos imigrantes venezuelanos em Lima (n = 133, Idade média = 31,2, 46,2% mulheres). Para este fim, foram aplicados questionários para avaliar estas variáveis. Os resultados mostram que a estratégia de aculturação predominante na amostra é a marginalização, o que implica que os imigrantes estão em uma posição vulnerável relacionada com a alta percepção de discriminação e os baixos níveis de exercício da cidadania.

Palavras-chave: *Aculturação. Cidadania subjetiva. Discriminação. Migrações.*

Acculturative styles and their relationship to perceived discrimination and the experience of subjective citizenship in Venezuelan migrants in Peru

ABSTRACT

In the middle of a social, economical and political social crisis, the population of Venezuela has suffered a grave deterioration of the living conditions of its citizens, which has lead hundreds of thousands of people to migrate out of the country, Peru being one of the main destinies., where 800,000 of Venezuelans are currently residing. This has translated into difficulties that the migrants have been suffering as the time passes, affecting their possibilities of social inclusion and full citizen exercise in the Peruvian society. The aim is to explore the relationship of the acculturation strategies or styles, be it attitudinal or behavioural, perceived discrimination, perceived citizenship of Venezuelan immigrants in Lima (n = 133, mean age = 31.2, 46.2% women). Scales were applied to evaluate said variables through questionnaires. Results showed that the most chosen acculturation strategy was marginalization, which implies that immigrants are in a vulnerable position that relates to high perceived discrimination and low levels of citizenship.

Keywords: *Acculturation. Perceived citizenship. Discrimination. Migration.*

INTRODUCCIÓN

Venezuela viene atravesando una grave inestabilidad política y una fuerte recesión económica en las últimas décadas. La población sufre las consecuencias de esta crisis a través de un considerable deterioro en sus condiciones de vida (LANDER, 2016). Esta situación ha llevado al país a una crisis humanitaria marcada por la pobreza e inseguridad ciudadana que han producido que muchos ciudadanos venezolanos se vean obligados a salir del país en busca de mejores oportunidades de vida (LANDER, 2016). A febrero del 2020, existen alrededor de 4,770,000 migrantes, refugiados y solicitantes de asilo venezolanos que han dejado su país en los últimos 4 años (OIM, 2020).

La situación de la reciente diáspora venezolana se puede analizar a la luz del modelo de expulsión-atracción en los procesos migratorios (ALTAMIRANO, 1992). Altamirano (1992) propone que en las decisiones migratorias existen factores de expulsión, que llevan a las personas a presentar intenciones de emigrar y factores de atracción, que son elementos valorados en la posible sociedad de acogida y llevarían a la persona a considerar migrar a ese destino específico. Por ejemplo, los índices de pobreza, estabilidad política, posibilidad de educación, y más factores son condiciones que según sean vistas, pueden actuar como factores de expulsión o atracción. En ese sentido, existe complementariedad entre ambos procesos, siendo las condiciones de expulsión en un territorio las que se buscan satisfacer por factores de atracción en otro.

Retomando lo dicho, la reciente crisis y su efecto en las condiciones de vida de los venezolanos podrían actuar como un factor de expulsión. Por otra parte, el Perú cuenta con un crecimiento económico sostenido durante los últimos años, y ciertas similitudes culturales con Venezuela (como el idioma), una relativa estabilidad política, y más oportunidades laborales que el mercado venezolano; lo que son características que sirven como factores de atracción para los ciudadanos venezolanos (GUARDIA, 2018).

Entre otras cosas, el Perú presentó facilidades como el Permiso Temporal de Permanencia (PTP), un documento que permite a aquellos que entraron legalmente antes del 31 de julio de 2017 tener residencia temporaria por un año, para así permitirles trabajar y exigirles tributar. Esto ayudó a incrementar el flujo de migrantes al país; así, hacia junio del 2018 (fecha de levantamiento de los datos en la presente investigación), se calculaba que habían ingresado al Perú un total de 462,661 venezolanos (OIM, 2018).

La mayoría de los encuestados en el presente estudio pertenecen a la segunda ola de inmigrantes venezolanos en el Perú de acuerdo con los levantamientos de la OIM (2018); es decir que ingresaron al Perú entre diciembre de 2017 y enero del 2018. Entre los motivos de este grupo para irse de Venezuela, el más fuerte son las razones económicas, seguido de la falta de trabajo, la situación de inseguridad/violencia y la falta de alimentos y medicamentos. La gran mayoría (90%) viajaron directamente de Venezuela al Perú. De la misma manera, el 77% tienen al Perú como destino final, mientras que el resto optan por Chile o Argentina. Actualmente, la mayoría viven en la periferia de la ciudad de Lima, y el 70% tienen trabajo, aunque en condiciones de informalidad. Solo el 9.1% de los migrantes había firmado entonces algún tipo de contrato laboral formal (OIM, 2018).

En el Perú los venezolanos enfrentan una serie de obstáculos que afectan su situación migratoria, como el desconocimiento del funcionamiento de los Servicios Integrales de Salud, la dificultad para tener acceso a vivienda, la precariedad laboral, entre otros (CRUZ; MEDINA; POZO, 2011). Como consecuencia, se evidencia una dificultad para la inserción en el mercado laboral, y desconocimiento de sus derechos y obligaciones en el nuevo territorio, reforzando las condiciones de pobreza y vulnerabilidad como inmigrantes. Asimismo, han surgido actitudes xenófobas hacia los migrantes venezolanos, a quienes se les echa la culpa de males como la falta de trabajo y el aumento de la delincuencia, exigiendo su salida del país o la limitación de su ingreso al mismo (MARTÍN, 2018).

Desde la literatura psicosocial cabe resaltar que el contacto entre grupos humanos a partir de los procesos migratorios lleva a la aculturación. El concepto de aculturación será entendido como un proceso resultante del contacto continuo y de primera mano entre dos o más grupos culturales, y somete a los individuos de ambos grupos, a cambios a nivel psicológico y cultural. En el caso de los migrantes, estos realizan un balance de su vida en dos contextos: la cultura de origen y la cultura de acogida; de dicho balance surgen interpretaciones de los aspectos culturales que tienen como resultado un cierto grado de adaptación a la sociedad de acogida (BERRY, 2006).

Para explicar este concepto, Berry (2003) plantea cuatro estrategias que resultan del cruce entre el nivel de mantenimiento de la propia cultura (cultura de origen), y la participación en la cultura de acogida. En primer lugar, en la integración hay un interés por mantener la cultura de origen y también por interactuar con la cultura de acogida. En segundo lugar, la separación comprende que las personas se aferren a su cultura original y eviten relacionarse con la nueva cultura. En tercer lugar, está la estrategia de asimilación, manifestada en el alejamiento de la propia cultura y la aceptación de la cultura de acogida. Finalmente, la estrategia de marginalización se caracteriza por el desinterés en mantener la cultura propia; así como por el desinterés de vincularse con la cultura de acogida. Este modelo se puede ver representado en el Cuadro 1.

Cuadro 1 – Modelo de Aculturación de Berry (2003)

		¿Considera de gran importancia y valor participar culturalmente con otros grupos?	
		Sí	No
¿Considera de gran importancia o valor mantener las costumbres e identidad cultural original?	Sí	Integración	Separación
	No	Asimilación	Marginalización

Fuente: Berry (2003).

Las estrategias de aculturación son dinámicas y pueden variar dependiendo del contexto. Es así como se distinguen las actitudes de aculturación en los ámbitos privados o íntimos, y las que se manifiestan en espacios públicos (BASABE, et al., 2009). Conceptualmente se define la estrategia de integración como aquella alternativa que predice resultados más positivos en el desempeño del individuo, reflejando una mayor adaptación al nuevo entorno tanto psicológica como cultural, mientras que aquella que representa menor adaptación es la de marginalización (ARENAS; URZÚA, 2015).

En relación a ello, los factores que influyen los estilos de aculturación son el tiempo de residencia, el conocimiento y la distancia cultural percibida, el grado de contacto con la cultura de acogida, actitudes favorables hacia la interculturalidad, estabilidad emocional y extraversión, así como, la discriminación percibida hacia uno mismo y hacia los miembros del propio grupo (ARENAS; URZÚA, 2015). Con respecto al último, la discriminación tiene un fuerte efecto en el distanciamiento con la cultura de acogida (FOUKA, 2017).

Es importante resaltar que el grupo de acogida tiene influencia en los estilos de aculturación, en tanto la permeabilidad y la tolerancia del grupo receptor afectan la adaptación al entorno de los inmigrantes, y en caso de que la sociedad imponga un estilo de aculturación excluyente, esto tiene resultados cognitivos y conductuales negativos para el migrante (ALTAMIRANO, 1992; VILLANUEVA, 2001). Adicionalmente, aunque los procesos de aculturación afectan tanto a los miembros de la sociedad de origen como a los de acogida; se ha establecido que es la sociedad de acogida la que ejerce mayores influencias culturales, por lo que los cambios se dan principalmente en el grupo minoritario, es decir, en los migrantes (RETILLO; RODRÍGUEZ, 2008).

A partir de lo mencionado, también resulta importante analizar la percepción que tienen los migrantes sobre sus posibilidades de ejercicio de la ciudadanía en el nuevo lugar de residencia.

Como sostiene Hopanhayn (2001), el concepto de ciudadanía parte de la noción de que el ser humano es parte de una sociedad, y esto modela sus interacciones y percepción del mundo. De esta forma, se pretende que la interacción entre los miembros de una sociedad sea armoniosa, por lo que implica que un sujeto se perciba en la capacidad de ejercer sus derechos, así como cumplir con sus deberes (KYMLICKA; NORMAN, 2002). Para ello, existen tres elementos interdependientes que se conjugan para dar forma a este concepto: en primer lugar, la percepción de ciudadanía eficaz, que es la percepción que tiene el sujeto sobre la capacidad de ejercicio de sus derechos dentro de su comunidad; segundo, la membresía social refiere al sentimiento recíproco de preocupación y pertenencia al grupo social; y tercero, el sentimiento de igualdad democrática, lo que da un contexto a los dos elementos anteriormente descritos (CRUZADO, 2015).

En la actualidad, a nivel latinoamericano, Sojo (2002) manifiesta que la ciudadanía se concibe más como una aspiración social que una práctica consolidada, debido a las carencias de este ejercicio en la región. Así, se pretende reconstruir la ciudadanía por medio de la integración social y la comunicación de información en busca de la reciprocidad que caracteriza la ciudadanía democrática (HOPANHAYN, 2001). En este caso particular, la búsqueda del cumplimiento de derechos ciudadanos que lleva a los venezolanos a movilizarse entre países refleja la aspiración constante del ejercicio de ciudadanía, y por lo tanto la dificultad de encontrar un lugar donde estos derechos se vean consolidados.

Por lo tanto, la pregunta de investigación que se deriva de lo expuesto sería: ¿cómo se relacionan los estilos de aculturación con la percepción de ciudadanía de los migrantes venezolanos en el Perú? Para responder a esta pregunta, la presente investigación se propone describir la adopción de estrategias aculturativas a nivel actitudinal, es decir lo que los migrantes venezolanos preferirían hacer; y a nivel conductual, es decir lo que los migrantes venezolanos pueden hacer, durante su proceso migratorio en el Perú.

Se analiza también la consistencia entre los estilos de aculturación a nivel actitudinal y conductual. Además, se explorará la relación entre estas estrategias, los aspectos de discriminación percibida e indicadores de ciudadanía subjetiva. Teniendo en cuenta dichos objetivos, y en base a la revisión teórica hasta ahora presentada, se plantean las siguientes hipótesis de investigación:

- (H1) La estrategia de aculturación preferida será la integración debido a los elementos culturales similares que podrían facilitar la inserción cultural.
- (H2) Los estilos de aculturación de integración y asimilación se asociarán a mayores puntajes en los niveles de ciudadanía subjetiva en el Perú.
- (H3) La discriminación percibida por migrantes venezolanos se relacionará con mayores niveles de marginalización y una menor ciudadanía subjetiva percibida.

MÉTODO

PARTICIPANTES

Los participantes son inmigrantes venezolanos residentes en Lima Metropolitana ($n=133$), 53.8% hombres y 46.2% mujeres entre los 18 y 59 años ($M= 31.2$, $DE= 8.05$). La mayoría cuenta con estudios universitarios completos (44.4%). Cuentan en su mayoría con un trabajo dependiente (63.2%) mientras que el 9.8% se encuentran desempleados. El 45.9% son solteros, y un 30.1% son casados; mientras que el 45.8% tiene hijos. Además, el 85.2% de los encuestados se encuentran residiendo en el Perú desde hace un año o menos. Cabe resaltar que el 16.5% de los encuestados han pasado por una experiencia migratoria previa a su llegada al Perú.

MEDICIÓN

Ficha de datos. Se desarrolló una ficha de datos para obtener información sobre la edad, sexo, estado civil, grado de instrucción, ocupación, y tiempo de permanencia en el Perú.

Escala de aculturación. Desarrollada por Berry (2003) y adaptado por Zlobina, Basabe y Páez (2008), cuenta con 14 ítems (en el caso de medición de actitudes) y 12 ítems (para orientaciones conductuales) que evalúan las estrategias de adaptación cultural a un nuevo grupo por medio del cruce entre las dimensiones de nivel de mantenimiento de la propia cultura (cultura de origen), y la participación en la cultura de acogida.

Cuestionario de percepción de discriminación. Se incluyó un cuestionario indagando sobre la percepción de discriminación con respecto a su lugar de origen, tanto a nivel individual como la discriminación percibida hacia el grupo de pertenencia, evaluando situaciones sociales problemáticas o discriminatorias, usando una escala de cinco puntos donde 1= “Nada” y 5 = “Mucho”.

Escala de experiencia de ciudadanía. La escala fue creada por Cruzado (2015), y cuenta con 19 ítems en escala Likert, donde 1 = Totalmente en desacuerdo y 6 = Totalmente de acuerdo, que evalúan la experiencia de ciudadanía. La escala total tiene una alta consistencia interna ($\alpha=.89$) y cuenta con tres dimensiones: Percepción de ciudadanía eficaz, consistente en las participación y ejercicio de los derechos y deberes en la comunidad ($\alpha=.87$), Sentimiento de membresía social ($\alpha=.79$) que es la sensación de incorporación e inclusión a la misma, y Sentimiento de igualdad democrática ($\alpha=.62$), que implica la percepción de pertenencia al grupo incluyendo los niveles funcional y emocional de las dimensiones anteriores.

PROCEDIMIENTO

Los participantes fueron convocados voluntariamente y de acuerdo a su disposición entre agosto y setiembre de 2018. Luego de explicarles los objetivos, absolver sus dudas y obtener su consentimiento informado por escrito, se les presentaron los cuestionarios respectivos de manera individual en un momento único. La evaluación tuvo una duración aproximada de 20 minutos y se llevó a cabo tanto de manera presencial como virtual.

RESULTADOS

Sobre los estilos aculturativos, se encontró a nivel descriptivo que actitudinalmente, 28.3% de la muestra opta por el estilo aculturativo de marginalización, 23.6% por la separación, 23.6% por la asimilación y finalmente 24.4% optan por el estilo de integración. Mientras, a nivel conductual, 28.5% de los encuestados demuestran el estilo aculturativo de marginalización, 25.2% separación, 24.4% asimilación, y 22% integración cultural, con lo cual vemos una distribución relativamente equitativa entre los cuatro estilos aculturativos en la manifestación actitudinal y en la conductual.

Dicho esto, se encuentra congruencia significativa entre los estilos de aculturación que la gente prefiere actitudinalmente y los que pueden manifestar conductualmente ($\phi = .88, p<.001$). Específicamente, el 62% de los participantes parecen manifestar conductualmente el estilo de aculturación que prefieren a nivel actitudinal, mientras que el 38% demuestra inconsistencias entre lo conductual y lo actitudinal. Asimismo, el 11.5% prefieren un estilo de aculturación considerado por la literatura poco adaptativo (marginalización o separación) pero manifiestan uno adaptativo (asimilación o integración), mientras que el 12.3% hace lo opuesto. Sumado a ello, poco menos de un tercio de aquellos que actitudinalmente prefieren marginalizarse, optan por comportarse reflejando otros estilos aculturativos.

Mientras que, de los actitudinalmente integrados, el 44.4% termina llevando a cabo conductas que no representen este estilo de aculturación.

Con relación a las dimensiones de ciudadanía percibida en el Perú, la Percepción de Ciudadanía Eficaz es la que obtiene puntajes más altos ($M=4.06$, $DE=.93$), seguida por la Membresía Social ($M=3.46$, $DE=1.13$) y finalmente el Sentimiento de Igualdad Democrática ($M=3.19$, $DE=1.06$).

Respecto a la discriminación percibida, los participantes refieren que esta afecta más a los miembros del grupo de pertenencia ($M=2.83$, $DE=0.64$) que a ellos mismos ($M=2.34$, $DE=0.70$). Específicamente, a nivel personal, el factor en el cual se percibe mayor discriminación es en la dificultad para conseguir trabajo siendo venezolano, seguido de la discriminación directa por el hecho de ser venezolano y las agresiones, insultos o amenazas en situaciones cotidianas. Sumado a la dificultad para comprender a los peruanos, estos cuatro factores puntúan por encima de la media de los factores individuales (Ver Tabla 1).

Los resultados muestran que las agresiones, insultos y amenazas recibidas tienen correlaciones negativas con las tres dimensiones de ciudadanía subjetiva, mientras que los problemas para conseguir trabajo, se correlaciona negativamente con la Percepción de Ciudadanía Eficaz y Sentimiento de Igualdad democrática. Finalmente, los problemas para comprender a la gente se correlacionan negativamente con el

Sentimiento de Igualdad democrática (Ver Tabla 2).

Otro elemento resaltante es que los problemas para conseguir asistencia médica tienen correlaciones inversas significativas, con las tres dimensiones de ciudadanía percibida, además de que las dimensiones de Percepción de Ciudadanía Eficaz y Membresía Social correlacionan negativamente y de manera significativa con casi todos los factores de discriminación (Ver Tabla 2).

Tabla 1 – Factores de discriminación percibida a nivel personal

	Media	DE	% respuestas "Bastante" y "Mucho"
Problemas para conseguir trabajo	3.05	1.45	61.8
Problemas para comprender a la gente peruana (su forma de ser, intenciones, etc.)	2.86	1.26	58.6
Sufre discriminación por ser venezolano en el Perú	2.65	1.39	48.5
Recibe agresiones, insultos o amenazas por parte de los peruanos por el hecho de ser venezolano	2.41	1.33	42.9
Promedio del total de la escala:	2.34	0.72	
Problemas para realizar trámites de residencia en Perú	2.32	1.21	45.9
Problemas para realizar trámites de papeles de estudio, trabajo o títulos	2.26	1.09	37.1
Problemas para obtener vivienda	2.24	1.21	41.4
Problemas para establecer contacto o amistad con peruanos	2.20	1.09	32.3
Problemas para obtener asistencia médica	1.98	1.15	27.9
Problemas para practicar sus tradiciones, sus costumbres	1.97	1.19	30.8
Problemas para obtener información o asistencia en organismos oficiales (municipalidades, juzgados, etc.)	1.77	0.94	20.5

Tabla 2 – Correlaciones entre factores de riesgo de discriminación individual y las dimensiones de ciudadanía

	Percepción de Ciudadanía Eficaz	Membresía Social	Sentimiento de Igualdad Democrática
Problemas para conseguir trabajo	-.23*	-.16	-.24**
Problemas para comprender a la gente peruana (su forma de ser, intenciones, etc.)	-.16	-.17	-.18*
Sufre discriminación por ser venezolano en el Perú	-.39**	-.23*	-.26**
Recibe agresiones, insultos o amenazas por parte de los peruanos por el hecho de ser venezolano	-.38**	-.29**	-.34**
Problemas para realizar trámites con respecto a la residencia en Perú	-.22*	-.14	-.26*
Problemas para realizar trámites con respecto a papeles de estudio, trabajo o títulos	-.24**	-.03	-.23*
Problemas para obtener/alquilar vivienda	-.21*	-.13	-.01
Problemas para establecer contacto o amistad con peruanos	-.29**	-.06	-.15
Problemas para obtener asistencia médica	-.40**	-.20*	-.34**
Problemas para practicar sus tradiciones, sus costumbres	-.22*	-.19*	-.08
Problemas para obtener información o asistencia en organismos oficiales (municipalidades, juzgados, etc.)	-.36**	-.14	-.24**

* La correlación es significativa en el nivel 0.05.

** La correlación es significativa en el nivel 0.01.

Tabla 3 – Factores de discriminación percibida a nivel grupal

	Media	DE	% respuestas "Bastante" y "Mucho"
Problemas para conseguir trabajo	3.73	1.08	87.2
Los peruanos consideran la inmigración venezolana como una amenaza a su cultura y a su forma de vida	3.71	1.22	78.2
Reciben agresiones, insultos o amenazas por parte de los peruanos por el hecho de ser venezolanos	3.38	1.08	79.7
Sufren discriminación por ser venezolano en el Perú	3.30	1.20	71.2
Problemas para comprender a la gente peruana (su forma de ser, intenciones, etc.)	3.05	1.21	65.9
Problemas para realizar trámites de papeles de estudio, trabajo o títulos	2.84	1.09	59.4
Promedio total de la escala:	2.83	0.64	
Problemas para realizar trámites de residencia en Perú	2.60	1.04	56.4
Problemas para obtener vivienda	2.58	1.10	53.8
Problemas para obtener asistencia médica	2.48	1.18	48.1
Problemas para establecer contacto o amistad con peruanos	2.20	0.95	31.3
Problemas para practicar sus tradiciones, sus costumbres	2.02	1.11	31.8
Problemas para obtener información o asistencia en organismos oficiales (municipalidades, juzgados, etc.)	1.95	1.03	25.6

En cuanto a las dificultades percibidas que afrontan los miembros de la comunidad venezolana en Perú, se reporta la dificultad para conseguir trabajo como mayor factor de riesgo para el grupo. Otros problemas percibidos que afectan a los venezolanos son: la percepción de amenaza que representan para los peruanos, las agresiones, insultos o amenazas, así como los problemas para comprender a la gente peruana. En menor medida se considera que los venezolanos en general tienen problemas para realizar trámites con respecto a papeles de estudios, trabajo o títulos profesionales, la tramitación de residencia y el acceso a vivienda (Ver Tabla 3). La percepción de que los inmigrantes venezolanos como grupo reciben agresiones, insultos o amenazas por parte de los peruanos por el hecho de ser venezolanos tiene correlaciones negativas con las tres dimensiones de ciudadanía percibida (con Percepción de Ciudadanía Eficaz, $r = -.25$, $p = .01$; con Membresía Social $r = -.22$, $p = .05$; y con Sentimiento de Igualdad Democrática $r = -.27$, $p = .01$), al igual que la discriminación por ser venezolanos en el Perú (con Percepción de Ciudadanía Eficaz, $r = -.33$, $p = .01$; con Membresía Social $r = -.23$, $p = .05$; y con Sentimiento de Igualdad Democrática $r = -.29$, $p = .01$).

La percepción de los problemas para realizar trámites de estudio o trabajo, así como para comprender a la gente peruana se relacionan negativamente con el Sentimiento de Igualdad Democrática ($r = .18$, $p = .05$). Por otro lado, la percepción de que los peruanos consideren la inmigración venezolana como una amenaza cultural tiene una correlación negativa con la Membresía social ($r = -.22$, $p = .05$) y el Sentimiento de igualdad democrática en el Perú ($r = -.22$, $p = .05$). Cabe resaltar que la percepción de los problemas que tienen los venezolanos para conseguir trabajo en el Perú no correlaciona significativamente con los factores de Ciudadanía. A nivel de los estilos de aculturación, se encontraron diferencias significativas a nivel actitudinal solo con respecto a las variables de Percepción de discriminación hacia el grupo y la dimensión de Membresía Social, y aunque se encuentran diferencias altas en la variable de Percepción de discriminación hacia el individuo, estas no llegan a ser significativas. Por otro lado, entre los estilos de aculturación a nivel conductual hay diferencias significativas en la variable de Membresía Social, y también hay diferencias altas entre grupos con respecto a los motivos de mudanza pasivos o involuntarios, así como en la percepción de discriminación hacia el grupo (Ver Tabla 4).

Tabla 4 – ANOVA Estilos de aculturación actitudinales

	Integrado	Asimilado	Separado	Marginalizado			
Variable	m (DE)	m (DE)	m (DE)	m (DE)	F	η^2	p
Percepción de Discriminación hacia el Individuo	2.53 (0.72)	2.2 (0.64)	2.54 (0.73)	2.16 (0.67)	2.30	.06	.08
Percepción de Discriminación hacia el Grupo	2.97 (0.67)	2.79 (0.54)	3.12 (0.49)	2.6 (0.72)	4.26**	.10	.01
Percepción de Ciudadanía Eficaz en Perú	4.12 (0.77)	4.18 (0.98)	3.84 (1.13)	3.96 (0.77)	.79	.02	.50
Membresía Social en Perú	3.6 (1.01)	3.88 (0.8)	2.99 (1.46)	3.32 (1.01)	3.34*	.08	.02
Sentimiento de Igualdad Democrática	3.06 (0.9)	3.3 (1.04)	3.1 (1.32)	3.15 (0.98)	.28	.01	.84

* La diferencia es significativa en el nivel 0.05 (2 colas).
 ** La diferencia es significativa en el nivel 0.01 (2 colas).

Tabla 5 – ANOVA Estilos de aculturación conductuales

	Integrado	Asimilado	Separado	Marginalizado			
Variable	m (DE)	m (DE)	m (DE)	m (DE)	F	η^2	p
Percepción de Discriminación hacia el Individuo	2.16 (0.56)	2.41 (0.67)	2.53 (0.77)	2.23 (0.7)	1.68	.04	.18
Percepción de Discriminación hacia el Grupo	2.75 (0.58)	2.77 (0.54)	3.09 (0.6)	2.71 (0.7)	2.48	.06	.06
Percepción de Ciudadanía Eficaz en Perú	4.05 (1.0)	4.15 (0.95)	4.01 (1.02)	3.94 (0.8)	.26	.01	.86
Membresía Social en Perú	3.59 (1.28)	3.84 (0.81)	3.4 (1.18)	2.9 (1.16)	3.27*	.08	.02
Sentimiento de Igualdad Democrática	3.11 (0.97)	3.3 (1.1)	3.12 (1.21)	3.12 (1.02)	.21	.01	.89

Finalmente, se encontraron diferencias entre los estilos de aculturación a nivel actitudinal en la percepción de discriminación a nivel grupal entre los culturalmente marginalizados y los separados ($p = .01$), en la cual los últimos puntúan ligeramente más alto que los primeros. Asimismo, se encontró diferencias en que los asimilados puntuaron más alto que los separados en Membresía social ($p = .02$).

Por otro lado, a nivel conductual solo se encuentran diferencias en la dimensión de Membresía social en el Perú. Así, los asimilados tienen puntuaciones significativamente más altas que los marginalizados ($p = .02$) (Ver Tabla 5).

DISCUSIÓN

El hecho de que la marginalización sea la estrategia más elegida por los inmigrantes venezolanos de la muestra del presente estudio es resaltante, pues contradice la hipótesis 1 que sostiene que sería más fácil para los migrantes integrarse a la cultura peruana debido a las similitudes con la cultura de origen. No obstante, Berry (2006) postula que no siempre se da el caso en el que las culturas no dominantes, en este caso la cultura de origen, pueden elegir cómo establecer relaciones interculturales con la cultura dominante o de acogida. A saber, solo se puede llegar a una integración cultural en una sociedad explícitamente multicultural, que acepte el valor de la diversidad cultural, tenga bajos niveles de prejuicio y discriminación, actitudes positivas entre los grupos culturales, y un sentido de identificación con un grupo supraordinado (BERRY, 2006). En el caso de los inmigrantes venezolanos en el Perú, esto sugiere que la cultura peruana podría no tener una orientación abierta e inclusiva con respecto a la diversidad cultural, como un posible factor que dificulte la integración de los inmigrantes..

Por otro lado, a nivel individual, los elementos que llevarían a un migrante a alejarse de su cultura de origen pueden deberse a una variedad de factores sociopolíticos que promueven un distanciamiento psicológico con la misma (DONÀ; ACKERMANN, 2006). En ese sentido, la falta de identificación con el endogrupo venezolano por la situación política y social actual del país podría ser una causa de este distanciamiento debido a las representaciones que podrían tener de sí mismos como venezolanos, buscando formar una nueva identidad como inmigrantes en busca de oportunidades de mejora de sus condiciones de vida.

El hecho de que la integración sea la estrategia menos adoptada entre los participantes de la muestra tiene como consecuencia que haya menos individuos de este grupo que estén orientados a mostrarse competentes y exitosos, y tener experiencias agradables en general (ZLOBINA; BASABE; PÁEZ, 2008).

Esto puede representar un problema, ya que también significa que menos inmigrantes venezolanos logran obtener niveles mayores de bienestar, de autonomía, de propósito vital y mejores relaciones con los otros (YAÑEZ; CÁRDENAS, 2010). En este sentido, significa que los inmigrantes en general no están pudiendo desarrollarse plenamente y por lo tanto, su desempeño como vecinos y trabajadores en el Perú se ve estancado, manteniéndolos en situaciones precarias de vida y pudiendo tener efectos negativos en su ejercicio de ciudadanía y bienestar (FUERTE, 2004).

En relación con los factores mencionados anteriormente, la discriminación es evidentemente uno de los mayores obstáculos para la integración social de los inmigrantes. De acuerdo con Fouka (2017), los inmigrantes que enfrentan discriminación suelen incrementar esfuerzos para integrarse a la cultura de destino, aunque estos esfuerzos no den frutos. Por ello, existe la probabilidad de que los venezolanos reaccionen alienándose y desarrollando una falta de confianza hacia los peruanos, por lo que finalmente desisten en sus intentos y más bien optan por retraerse. Este escenario explicaría también la prevalencia de la marginalización como estrategia aculturativa preferida.

De esta manera, podemos entender cómo los factores más preocupantes de la discriminación percibida giran en torno a la dificultad para establecer relaciones interpersonales con los peruanos, y sentirse pertenecientes a la comunidad. Asimismo, estos aspectos de discriminación tienen fuertes correlaciones con las dimensiones de ciudadanía, al tener como resultado que los inmigrantes venezolanos no se sientan como parte de una comunidad que reconozca sus derechos. Una vez más, esto puede ser un factor que explique la elección por la marginalización como resultado de la imposición cultural de una cultura de destino que obstaculiza la integración (YAÑEZ; CÁRDENAS, 2010; CRUZADO, 2015).

En especial se resalta como factor de riesgo los problemas de discriminación al buscar trabajo, los cuales encontrarían explicación en la difícil situación laboral en el Perú a nivel general (PARODI, 2018; INEI, 2018). Esta afecta especialmente a los grupos vulnerables, entre los que los inmigrantes venezolanos se encuentran. De manera específica, los inmigrantes venezolanos suelen tener un acceso subordinado al mercado laboral, y generalmente se ven encasillados en el desempeño de trabajos caracterizados por la baja cualificación, las limitadas condiciones laborales, la baja remuneración, baja valoración social y la informalidad (OIM, 2018; CRUZ; MEDINA; ROZO, 2011).

Un aspecto interesante es que la percepción de discriminación es más alta con respecto al grupo de pertenencia que cuando se trata de discriminación autopercibida. Estos resultados probablemente sean respuesta a distintos mecanismos como el distanciamiento psicológico del grupo de pertenencia, que protege la autoestima de los individuos pertenecientes a un grupo que sufre discriminación; o las comparaciones intragrupal versus intergrupales, en las cuales el individuo podría estar reportando menor discriminación comparada con otros miembros de su endogrupo en lugar de hacer una comparación con miembros de grupos de mayor estatus (PÁEZ et al., 2004).

Entonces, la percepción de discriminación y los factores estructurales de vulnerabilidad en los que se encuentran la mayoría de los inmigrantes venezolanos en el Perú resultarían en una dificultad para percibir el ejercicio de ciudadanía (CRUZADO, 2015). Es importante comentar que la ciudadanía, si bien implica el cumplimiento de derechos y responsabilidades, también se basa en la identidad como pertenencia a una comunidad con la cual se establecen relaciones de interdependencia, responsabilidad, solidaridad y lealtad (LÓPEZ, 1997). En ese sentido, por más que objetivamente se puedan cumplir los derechos de los inmigrantes, la falta de identificación con los peruanos, falta de pertenencia e igualdad afectan negativamente el ejercicio de ciudadanía percibida ya que lleva a que se sientan excluidos a causa de su identidad cultural (LÓPEZ, 1997).

Por ello, ante estas preocupaciones de pertenencia al Perú, sumado a la identidad cultural con el grupo venezolano, sería importante incluir la diversidad en los espacios públicos para que el ejercicio de la ciudadanía y el trato entre pares sea equitativo y sin discriminación (TUBINO, 2009).

Con respecto al objetivo principal de la presente investigación, se encontró que a nivel general, existen diferencias entre los estilos de aculturación tanto a nivel actitudinal como conductual con respecto a la dimensión de Membresía Social, donde el estilo asimilado puntúa más alto que los separados o marginalizados respectivamente. Esto se podría explicar en tanto la Membresía Social representa una evaluación afectiva de la percepción de acceso a derechos y servicios, y las personas con estilos de aculturación asimilada tenderían a buscar más este contacto con la cultura de destino o han tenido menores dificultades para hacerlo (FOUKA, 2017). Un aspecto negativo que podría surgir de este contacto es que se enfrenten más directamente al rechazo y discriminación y se vean más afectados que los integrados quienes, contrario a lo hipotetizado, no parecen tener una relación alta con las dimensiones de ciudadanía percibida en el Perú. Esto, posiblemente debido a que los asimilados solo buscan aproximarse a la cultura de acogida con rechazo a la de origen, mientras que los integrados deberían tener la posibilidad de sentirse cómodos con ambas culturas, pero la cultura de origen no es bien aceptada por la población de acogida peruana.

A partir de lo mencionado, podemos observar cómo los migrantes encuestados, en su mayoría parte de la Ola 2 de inmigrantes venezolanos en el Perú debido al tiempo de residencia reportada en este país (OIM, 2018), provienen de una situación cultural difícil que podría generarles rechazo, así como una serie de experiencias migratorias que, enfrentadas a una gran diferencia cultural percibida y discriminación (MARTÍN, 2018), terminan forzándolos a optar por un estilo de aculturación marginalizado.

Ello representa un estado de vulnerabilidad que repercute en la baja percepción de Membresía social y Sentimiento de igualdad democrática en términos de ciudadanía subjetiva. Ante ello, se puede establecer que aquellos que han llegado en las siguientes olas migratorias provengan de situaciones más graves y también se encuentren con una mayor actitud de rechazo al llegar al Perú, que tengan como consecuencia menor ciudadanía percibida esperada y una mayor tendencia a adoptar la marginalización y separación, lo cual afectará negativamente su bienestar y salud.

A modo de cierre, a partir de la presente investigación se entiende el efecto de la discriminación en las poblaciones de inmigrantes en situaciones vulnerables, permitiendo ubicar en primer lugar los espacios laborales como principal punto de riesgo. Esto invita a reflexionar sobre la necesidad de fomentar la empatía social por parte de los peruanos como un punto importante en el cual intervenir para reducir los momentos cotidianos donde se puedan dar situaciones de discriminación directa a los inmigrantes. De esta manera, se podría reducir el efecto negativo en la percepción de ciudadanía, así como facilitar el proceso de aculturación para promover estilos más adaptativos como la integración.

Al ser un fenómeno relativamente nuevo en el Perú, las limitaciones del presente estudio están en la reducida literatura sobre la migración venezolana en este escenario; además, tampoco hay muchos estudios de Ciudadanía percibida realizados previamente en este contexto. En relación a ello, este es un fenómeno que evoluciona rápidamente debido a los cambios en las políticas públicas y el crecimiento exponencial del volumen de migrantes venezolanos al Perú, con lo cual la presente investigación representa una fotografía de la situación que se vive a mediados del 2018. A futuro, se sugiere evaluar los estilos de aculturación en contraste con las ideologías de los grupos dominantes frente a la inmigración, lo cual puede dar más información sobre las dificultades o facilidades que ofrece el Perú como cultura de recepción con respecto a la adaptación de los inmigrantes venezolanos.

REFERENCIAS

- ALTAMIRANO, T. *Éxodo: peruanos en el exterior*. Lima: PUCP/ Fondo Editorial, 1992.
- ARENAS, P.; URZÚA, A. Estrategias de aculturación e identidad étnica: un estudio en migrantes sur-sur en el norte de Chile. *Universitas Psychologica*, v. 15, n. 1, p. 117-128, 2015. DOI: 10.11144/Javeriana.upsy15-1.eaie
- BASABE, N. et al. *Salud e inmigración. aculturación, bienestar subjetivo y calidad de vida*. Bizkaia: Ikuspegi, Observatorio Vasco de Inmigración, 2009.
- BERRY, J. W. Conceptual approaches to acculturation. In: CHUN, K. M.; ORGANISTA, P. B.; MARIN, G. (Eds.), *Acculturation: advances in theory, measurement, and applied research*. Washington: American Psychological Association, 2003. 17-38 p.
- BERRY, J. W. Contexts of acculturation In: SAM, D.; BERRY, J. (Eds.). *The cambridge handbook of acculturation psychology*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2006. 27-42 p.
- COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Resolución 2/18 de la CIDH sobre migración forzada de personas venezolanas*. 2018. Disponible en: <<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/BDL/2018/11642>> Acceso el: 15/01/2019.
- CRUZADO, P. *Ciudadanía subjetiva y su relación con la identidad étnica y nacional*. 2015. Tesis (de licenciatura) - Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, Perú, 2015.
- CRUZ, P.; MEDINA, R.; ROZO, J. La percepción de discriminación a nivel endo y exogrupal en la migración de bolivianos y ecuatorianos en las CC.AA. de Andalucía, Murcia y Valencia. In: GARCÍA CASTAÑO, F. J.; KRESSOVA, N. (Coords.). *Actas del I Congreso Internacional sobre Migraciones en Andalucía*. Granada: Instituto de Migraciones, 2011. 2289-2298 p.
- DIARIO LA REPÚBLICA. *La lista de los países que recibieron más venezolanos*. 2018. Disponible en: <<http://larepublica.pe/mundo/1200831-la-lista-de-los-paises-que-recipientes-mas-venezolanos>> Acceso el: 10/11/2018.
- DONÀ, G.; ACKERMANN. Refugees in camps. In: SAM, D.; BERRY, J. (Eds.). *The cambridge handbook of acculturation psychology*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2006. 218-232 p.
- FOUKA, V. *How do immigrants respond to discrimination? The case of Germans in the US during world war I*. 2017. Disponible en: <https://economics.stanford.edu/sites/default/files/antigermanism_may_2017_1.pdf> Acceso el: 15/11/2018.
- FUERTE, L. Psicología de la marginación social. *Liberabit. Revista de Psicología*, n. 10, p. 41-44, 2004.
- GUARDIA, K. *Migraciones: 9 de cada 10 venezolanos que arriban al Perú son profesionales*. 2018. Disponible en: <<https://gestion.pe/economia/management-empleo/migraciones-9-10-venezolanos-arriban-peru-son-profesionales-232267>> Acceso el: 15/01/2019.

- HOPANHAYN, M. Viejas y nuevas formas de la ciudadanía. *Revista de la CEPAL*, v. 73, p. 117-128, 2001. Disponible en: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/10722-viejas-nuevas-formas-la-ciudadania>> Acceso el 15/11/2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA (INEI). *Situación del Mercado Laboral en Lima Metropolitana. Informe Técnico*. 2018. Disponible en: <https://www.inei.gov.pe/media/MenuRecursivo/boletines/03-informe-tecnico-n03_mercado-laboral-dic2017-ene-feb2018.pdf> Acceso el: 30/11/2018.
- KYMLICKA W.; NORMAN, W. El Retorno del ciudadano. Una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía. *La Política: Revista de estudios sobre el estado y la sociedad*, v. 3, p. 5-40, 1997.
- LANDER, E. *The implosion of Venezuela's rentier state*. 2016. Disponible en: <<https://www.tni.org/en/publication/the-implosion-of-venezuelas-rentier-state>> Acceso el: 20/10/2018 .
- LÓPEZ, S. *Ciudadanos reales e imaginarios: concepciones, desarrollo y mapas de la ciudadanía en el Perú*. Lima: Instituto de Diálogo y Propuestas, 1997.
- MARTÍN, S. *Rechazo masivo en Perú a campaña xenófoba contra exiliados venezolanos*. 2018. Disponible en: <<https://es.panampost.com/sabrina-martin/2018/03/06/exiliados-venezolanos-xenofobia/>> Acceso el: 10/11/2018.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). *Monitoreo de flujo de migración venezolana en el Perú*. 2018. Disponible en: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/DTM_R3_FlowMonitoring_OIMPeru.pdf> Acceso el: 10/11/2018.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). *Monitoreo de flujo de migración venezolana en el Perú*. 2020. Disponible en: <https://displacement.iom.int/system/tdf/reports/IOM%20DTM_Monitoreo%20de%20Flujo%20de%20la%20Poblacion%20Venezolana%20en%20el%20Peru_Round7_Febrero2020.pdf?file=1&type=node&id=7791> Acceso el: 10/04/2020.
- PARODI, C. *La realidad del empleo en el Perú*. 2018. Disponible en: <<https://gestion.pe/blog/economiaparatos/2018/03/la-realidad-del-empleo-en-el-peru.html>> Acceso el: 25/02/2019.
- RETORTILLO, A; RODRIGUEZ, H. Inmigración, estrategias de aculturación y valores laborales: un estudio exploratorio. *Revista psicológica de trabajo y de las organizaciones*, v. 24, n.2, p. 187-202, 2008. Disponible en: <<https://www.redalyc.org/pdf/2313/231316495004.pdf>> Acceso el: 10/11/2018.
- SOJO, C. La noción de ciudadanía en el debate latinoamericano. *Revista de la CEPAL*, v. 76, p. 25-37, 2002. Disponible en: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10799/076025038_es.pdf?sequence=1> Acceso el: 10/11/2018.
- TUBINO, F. No una sino muchas ciudadanía: una reflexión desde el Perú y América Latina. *Construyendo nuestra Interculturalidad*, v. 4, n. 5, p. 1-13, 2009.
- VILLANUEVA, C. Los modelos de aculturación e intervención psicosocial en la inmigración. *Gazeta de Antropología*, v. 17, 2001. Disponible en: <http://www.gazeta-antropologia.es/wp-content/uploads/G17_06Claudio_Villanueva_Lopez.pdf> Acceso el: 08/08/2018.
- YAÑEZ, S.; CÁRDENAS, M. Estrategias de aculturación, indicadores de salud mental y bienestar psicológico en un grupo de inmigrantes sudamericanos en Chile. *Revista Salud y Sociedad*, v. 1, n. 1, 2010.
- ZLOBINA, A.; BASABE, N.; PÁEZ, D. Las estrategias de aculturación de los inmigrantes: su significado psicológico. *Revista de Psicología Social*, v. 23, p. 143-150, 2008. DOI: 10.1174/021347408784135760

Evaluación de una intervención en estrategias de afrontamiento del estrés transcultural en inmigrantes

Larraitz Zumeta

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV / EHU), Donostia-San Sebastián, España.

Investigadora Posdoctoral en la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV / EHU), Donostia-San Sebastián, España

ID ORCID: [0000-0003-0108-7331](https://orcid.org/0000-0003-0108-7331)

E-mail: larraitznerea.zumeta@ehu.eus

Alicia Puente Martínez

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV / EHU), Donostia-San Sebastián, España.

Investigadora pos doctoral en la Universidad de Washington in St. Louis, USA.

ID ORCID: [0000-0001-5534-604X](https://orcid.org/0000-0001-5534-604X)

E-mail: apuentema@gmail.com

Submetido em: 30/04/2020. Aprobado em: 20/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

Las migraciones internacionales por motivos políticos y económicos son un fenómeno creciente. El País Vasco (España) es una zona de recepción de personas inmigrantes, principalmente procedentes de América Latina y África. Una parte importante del colectivo de personas inmigrantes viven en situación de vulnerabilidad psicosocial y exclusión social por su situación jurídica irregular, falta de perspectivas de integración laboral y social y escasez de redes de apoyo. Ante estas situaciones de emergencia humana y social, algunos municipios han impulsado intervenciones en esta población. Este trabajo evalúa la implementación de un programa de intervención psicosocial dirigido a mejorar estrategias de afrontamiento adaptativo ante situaciones cotidianas generadoras de estrés en personas inmigrantes en situación vulnerable. Se espera que la intervención permita incrementar el bienestar y la resolución de dificultades y problemas, potenciando la capacitación personal y grupal. Participaron 39 personas (M = 41 años, DT = 9.53, 61.5% hombres) en tres ediciones en dos municipios (Ermua y Durango). La intervención consistió en 12 sesiones grupales semanales, con dos medidas (antes y después) constituidas con instrumentos estandarizados de salud mental (GHQ-12), bienestar afectivo (PNA), regulación emocional (MARS), autoeficacia, integración (IOS), apoyo social (SSQ), y satisfacción con la intervención (CST). Se muestran cambios significativos positivos pre-post en salud mental, balanza emocional, aumento de las estrategias adaptativas e incremento de la percepción de autoeficacia, de integración y de apoyo social. Se mostró que la perspectiva comunitaria y participativa resulta clave para la gestión del estrés social y la exclusión social.

Palabras clave: Inmigración. Estrés transcultural. Afrontamiento.

Avaliação de uma intervenção em estratégias de enfrentamento de estresse transcultural em imigrantes

RESUMO

A migração internacional por razões políticas e econômicas é um fenômeno crescente. O País Basco (Espanha) é uma área que recebe imigrantes, principalmente da América Latina e da África. Uma parte significativa da população imigrante vive em uma situação de vulnerabilidade psicossocial e exclusão social devido a seu status legal irregular, falta de perspectivas de integração laboral e social e escassez de redes de apoio. Diante destas situações de emergência humana e social, alguns municípios têm promovido intervenções nesta população. Este trabalho avalia a implementação de um programa de intervenção psicossocial destinado a melhorar as estratégias de enfrentamento adaptativo diante de situações cotidianas que geram estresse em imigrantes vulneráveis. Espera-se que a intervenção permita aumentar o bem-estar e a resolução de dificuldades e problemas, promovendo o treinamento pessoal e grupal. Trinta e nove pessoas participaram (M = 41 anos de idade, SD = 9,53, 61,5% homens) em três edições em dois municípios (Ermua e Durango). A intervenção consistiu em 12 sessões semanais em grupo, com duas medidas (antes e depois) constituídas por instrumentos padronizados de saúde mental (GHQ-12), bem-estar afetivo (NAP), regulação emocional (MARS), auto eficácia, integração (IOS), apoio social (SSQ), e satisfação com a intervenção (CST). Mudanças positivas significativas pré-pós são mostradas na saúde mental, no equilíbrio emocional, no aumento das estratégias adaptativas e no aumento da percepção da auto eficácia, da integração e do apoio social. A perspectiva comunitária e participativa demonstrou ser fundamental para a gestão do estresse social e da exclusão social.

Palavras-chave: Imigração. Estresse transcultural. Enfrentamento.

Evaluation of an intervention of coping strategies used by migrants to deal with acculturative stress

ABSTRACT

International migrations for political and social issues are a growing phenomena. Basque Country (Spain) is a region that hosts migrants mostly from Latin America and Africa. A significant part of these groups live in a vulnerable situation due to their legal status, lack of perspectives for labor and social integration, as well as the absence of social networks. To face this human and social emergency, some municipalities have created specific intervention programs. This work evaluates a psychosocial intervention program aimed to improve the instrumental coping used by migrants who are in a vulnerable situation to deal with daily stressful situations. We expected that the intervention program would increase well-being and improve the resolution of problems and conflict, by strengthening participants personal and group abilities. The sample was composed for 39 participants (M = 41 years, DT = 9.53, 61.5% men) who participated in three consecutive editions carried on in two different municipalities (Ermua and Durango). The intervention consisted of 12 group sessions, one per week and 2 evaluations (pre and post). Evaluation included standardized measures about mental health (GHQ-12), affective well-being (PNA), emotional regulation (MARS), self-efficacy, integration (IOS), social support (SSQ) and satisfaction with the intervention (CST). Results showed significant and positive changes in pre-post scores, indicating improvements in mental health, a decrease in negative affect and an increase in the use of adaptive coping strategies, self-efficacy and a greater perception of integration and social support. These results show that a participative and community perspective is important to manage stress and social exclusion.

Keywords: Immigration. Cross-cultural stress. Coping.

INTRODUCCIÓN

El número de migrantes internacionales ha aumentado en un 49% desde el año 2000 y se prevé un aumento continuo de la migración y el éxodo en los próximos años debido a las guerras, las presiones políticas, sociales, económicas y climáticas sobre la población civil a nivel mundial (ACNUR, 2018). Actualmente, España es el noveno país de la Unión Europea con mayor porcentaje de residentes nacidos en el extranjero (EUROSTAT, 2019), las personas inmigrantes representan alrededor del 14.3% de la población. Más concretamente, la Comunidad Autónoma del País Vasco (CAPV) que es una zona de baja tasa de inmigración extranjera y extra-comunitaria también ha incrementado el porcentaje de personas extranjeras en los últimos años, del 6.4% de la población total en el 2010 al 10% en 2020, siendo la mayor parte de las personas inmigrantes procedentes de América Latina (49%) y África (21%) (IKUSPEGI, 2011; IKUSPEGI, 2018).

Al llegar a las sociedades de acogida, las personas y las familias inmigrantes se enfrentan a nuevos desafíos y factores de estrés que repercuten considerablemente en su salud física y mental (ABUBAKAR *et al.*, 2018). Numerosas investigaciones han señalado la influencia del factor migratorio como un determinante de la salud mental y el bienestar (ej., ACHOTEGUI, 2009; SALABERRIA; HARO; DEL VALLE, 2017; VEGA-ESCAÑO *et al.*, 2018). El cambio de vida, la adaptación lingüística, relacional y normativa pueden producir un profundo sentimiento de desorientación en la persona inmigrante, a lo que se añade la percepción de distancia cultural en creencias, costumbres y valores (BASABE, 2007). Otro aspecto relevante del proceso migratorio es el dolor por la pérdida múltiple y masiva de vínculos afectivos, del contacto con el grupo de pertenencia, el estatus social, los riesgos para la integridad y la salud, y la incertidumbre ante el proyecto migratorio y vital, conformando el duelo migratorio (ACHOTEGUI, 2009; ACHOTEGUI, 2012; SALABERRIA; HARO; DEL VALLE, 2017).

Otros factores que afectan negativamente a las personas inmigrantes son las experiencias de discriminación, las barreras para la obtención de la residencia legal, las diferencias de género, y los bajos ingresos económicos (GONZÁLEZ; UBILLOS, 2011; ZLOBINA *et al.*, 2006). Los estudios han demostrado que la discriminación étnica o racial tiene consecuencias graves para el bienestar y la salud de los miembros del grupo devaluado causando síntomas depresivos (FINCH; KOLODY; VEGA, 2000) y afectando a la autoestima personal (MESCH; TURJEMAN; FISHMAN, 2008).

A todos estos factores propios del proceso migratorio hay que añadirles la fuerte crisis económica que atravesó España entre los años 2008-2014 y que afectó profundamente a las tasas de desempleo, con mayor dureza a las personas extranjeras residentes (ACHOTEGUI, 2012). Según datos de la Encuesta de Población Activa correspondientes al primer trimestre del 2013 (punto álgido de la crisis económica) la tasa de paro en personas con nacionalidad española fue casi del 25% y en las personas extranjeras con permiso de trabajo alcanzaba el 39.16% (INE, 2013).

Ante esta dura situación, la acogida que brinda la sociedad receptora, es crucial para el bienestar personal y social. Es decir, las herramientas y recursos de la sociedad para la integración de las personas inmigrantes son fundamentales para que puedan llegar a sentirse y percibirse como parte de la sociedad en la que viven (BENET-MARTÍNEZ *et al.*, 2002; BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2015). Estas herramientas, además, suponen un gran desafío comunitario para las sociedades interculturales contemporáneas (GILSTER, 2012; STOLL; WONG, 2007). Sin embargo, el contexto socio-político arroja una realidad muy diferente. A las dificultades propias del proceso migratorio y al complicado contexto de crisis económica y desempleo, se añade el endurecimiento de las políticas migratorias y de residencia, la discriminación y el prejuicio, además del incremento de discursos exclusivistas y xenófobos (ABUBAKAR *et al.*, 2018).

Este conjunto de factores propios de la experiencia migratoria y del contexto socio-económico generan en las personas más vulnerables altos niveles de estrés y malestar. El estrés se ha definido como “el resultado de la relación entre el individuo y el entorno, percibido por el primero como amenazante y que desborda sus recursos y pone en peligro su bienestar” (Lazarus, 1966 en GONZÁLEZ-CASTRO *et al.*, 2020). Si las demandas son excesivas, intensas y/o prolongadas en el tiempo pueden llegar a superar la capacidad de resistencia y de adaptación del organismo generando estrés crónico (SALABERRIA; HARO; DEL VALLE, 2017), que puede resultar patológico (p.ej., PATIÑO; KIRCHNER, 2010). El estrés genera ansiedad, depresión y sintomatología psicósomática como cefaleas, insomnio, falta de apetito, deterioro físico general, cambios de humor, e incluso, alteraciones de la conducta y de la personalidad que pueden derivar en hábitos no saludables (p.ej., SALABERRIA; HARO; DEL VALLE, 2017; VEGA-ESCAÑO *et al.*, 2018). Investigaciones previas sobre la salud de las personas inmigrantes tanto en España como en otros países, observan altos niveles de síntomas psicológicos entre los inmigrantes, con puntuaciones superiores al 80-85% en relación con la población autóctona no clínica (p.ej., PATIÑO; KIRCHNER, 2010).

Este estado de estrés de alta intensidad, relevante y crónico del inmigrante ha sido denominado el “síndrome de Ulises”, haciendo referencia al cuadro reactivo ante situaciones de duelo migratorio extremo que no pueden ser elaboradas, que generalmente se agudiza por la falta de apoyo social y el déficit en capital social (ACHOTEGUI, 2009; ACHOTEGUI, 2012). El nivel de apoyo social en el país de acogida y una estrecha relación con personas de dicho país amortigua el estrés y se asocia a una mejor adaptación transcultural. Los antecedentes de investigación muestran que una mayor percepción de apoyo social subjetivo y una mayor relación con los amigos autóctonos y con la familia, se asocian con mayor salud mental (FINCH; VEGA, 2003), satisfacción vital, bienestar y mayor percepción de integración (GARCÍA-CID, *et al.*, 2017; SARASON *et al.*, 1987).

Por el contrario, la falta de apoyo social exacerba los efectos de los sucesos negativos de la vida (BASABE *et al.*, 2004; GARCÍA-CID *et al.*, 2017; LEFCOURT; MARTIN; SALEH, 1984). Del mismo modo, la percepción de baja integración o los lazos sociales debilitados dentro de la comunidad de acogida y las dificultades de acceso a servicios de salud y servicios sociales podría conducir a resultados negativos para la salud (CHEN *et al.*, 2011). Ante esta situación y las consecuencias que de ella se derivan, cabe potenciar la capacidad de regulación emocional, afrontamiento y adaptación de la persona migrante y así favorecer el proceso de ajuste psicosocial desde una perspectiva más positiva y adaptativa que promueva la recuperación de la salud mental y el bienestar personal (PATIÑO; KIRCHNER, 2010).

La regulación emocional y el afrontamiento implican una serie de estrategias cognitivas y conductuales que se utilizan para reducir y minimizar los efectos negativos de una situación estresante o amenazante (PUENTE-MARTÍNEZ *et al.*, 2018). En la medida en la que las estrategias son capaces de mejorar los afectos positivos y mitigar los efectos negativos, las formas de afrontamiento han sido definidas como adaptativas-funcionales o desadaptativas -disfuncionales (GROSS, 2015; PUENTE-MARTÍNEZ *et al.*, 2018). En este sentido, investigaciones previas muestran mejores resultados sobre la salud mental mediante el desarrollo de estrategias de afrontamiento activas o centradas en el problema, que cuando éstas se centran únicamente en la emoción (SHEPPES; GROSS, 2012), también en las personas inmigrantes (PATIÑO; KIRCHNER, 2010). Por ejemplo, se ha demostrado que los esfuerzos para modificar directamente la situación (acciones instrumentales directas) y alterar su impacto emocional constituyen una poderosa forma de regulación emocional. Sin embargo, se debe de tener en cuenta que los esfuerzos de afrontamiento activos requieren que las personas tengan los recursos necesarios para tener éxito en la aplicación de estas estrategias (ZAKI; WILLIAMS, 2013; PUENTE-MARTÍNEZ *et al.*, 2018).

Desde la psicología y otras ciencias humanas, se destaca la necesidad de generar procesos de aprendizaje accesibles a las personas inmigrantes más vulnerables, mediante programas de intervención psicosocial planteados como entrenamiento en competencias emocionales, cognitivas e instrumentales-resolutivas que permitan una posterior autonomía del aprendizaje y del afrontamiento de problemas (MARTÍNEZ; GARCÍA, 2018). Desde esta perspectiva, la intervención psicosocial con carácter interdisciplinar y formativo precisa de la colaboración y participación activa de las organizaciones e instituciones de la comunidad para fomentar un aprendizaje social que promueva el aprendizaje personal (FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, 1995), mejorando los recursos de las personas inmigradas (MARTÍNEZ; GARCÍA, 2018). En este sentido diversas administraciones han implementado políticas públicas que favorecen la integración de personas inmigrantes en sus comunidades de residencia.

Este trabajo evalúa la eficacia de un programa de intervención psicosocial para personas inmigrantes vulnerables residentes en las poblaciones de Ermua y Durango (Vizcaya, CAPV) que fue fomentado por la oficina de inmigración de los respectivos ayuntamientos. En concreto se evalúa como la participación en el programa de entrenamiento en habilidades para el afrontamiento del estrés migratorio mejoró la salud percibida, bienestar afectivo, las habilidades de afrontamiento adaptativo, la autoeficacia, integración y percepción de apoyo social.

EL PROGRAMA DE INTERVENCIÓN PSICOSOCIAL

El programa de intervención psicosocial fue realizado en tres ediciones (2013 - 2016), de noviembre a febrero, con el objetivo general de incrementar las habilidades-capacidades de las personas participantes ante las situaciones de estrés mediante la identificación de problemas y el entrenamiento en estrategias de afrontamiento adaptativas.

Como objetivos específicos se definieron: (a) Identificar y detectar las situaciones fuente de estrés transcultural; (b) Potenciar las emociones positivas a nivel personal y grupal como sistema de equilibrio y protección ante situaciones de estrés agudo y mantenido; (c) Analizar los recursos de afrontamiento utilizados en situaciones estresantes valorando sus resultados; (d) Desarrollar habilidades-competencias personales y recursos instrumentales-resolutivos adecuados al contexto; (e) Crear una identidad grupal como sistema de equilibrio y apoyo en situaciones de estrés mantenido; (f) Potenciar recursos de afrontamiento social y comunitario adaptativo, mejorando la red de apoyo social y la participación activa comunitaria incrementando las opciones de integración social.

El plan de trabajo del programa se estructuró en tres fases con dos equipos de trabajo. Una primera fase que recogía el *proceso de derivación y selección del grupo de personas participantes o beneficiarias*. En esta fase, desde la administración (técnicas de inmigración, trabajadoras sociales, etc.) se invitó a los principales actores sociales y comunitarios (Cruz Roja, Cáritas, CEAR, centros de Educación de Personas Adultas (EPA's), asociaciones de inmigrantes, deportivas y culturales) que están en contacto directo con las personas inmigrantes más vulnerables a detectar y derivar a la persona al equipo de selección/evaluación, en base a criterios estipulados¹. Después, cada participante realizaba una entrevista personal con dos expertas que evaluaban la idoneidad de la persona para el programa. Dichas entrevistas tenían tres funciones (a) informar de forma clara y concisa sobre la intervención psicosocial, (b) proporcionar consentimiento informado, y firma del compromiso de confidencialidad y participación, y (c) realizar una evaluación funcional de la situación actual de la persona entrevistada. La selección final se ajustó a los criterios de inclusión/exclusión estipulados (véase Apéndice I).

¹ Véase Apéndice I: Protocolo de derivación-inclusión.

La segunda fase consistía en la *intervención psicosocial*, compuesta por formación y entrenamiento en estrategias de afrontamiento ante situaciones de estrés transcultural.

Con una metodología de trabajo participativa, donde mediante ejercicios, se trabajaban situaciones surgidas en el grupo y el aprendizaje de recursos de afrontamiento, utilizando el juego de roles y la discusión grupal para identificar problemas, y proponer y evaluar soluciones. Las 12 sesiones grupales semanales² de 90 minutos de duración a cargo de psicólogas se organizaron en dos fases: (1) *Fase 1 - Sesión 1 a la 5: Formación*: centrada en la creación de un clima positivo de trabajo, en analizar las situaciones estresantes habituales y gestionar emociones, tanto positivas como negativas. (2) *Fase 2 - Sesión 6 a la 12 - Entrenamiento* de estrategias y recursos de afrontamiento: cuyo objetivo es analizar y entrenar nuevos recursos cognitivos e instrumentales de afrontamientos de situaciones generadoras de estrés. Además, desde la sesión 6, los últimos 30 minutos de la sesión se dedicaban a la visita de un actor socio-comunitario de cara a facilitar la creación de vínculos con la comunidad y el acceso de las personas participantes a los recursos disponibles en su municipio. El listado de actores socio-comunitarios a invitar se exploraba con el grupo en la primera sesión, y tras llegar a un acuerdo éste era trasladado a las personas técnicas de inmigración que realizaban la invitación. Acudieron técnicas de inmigración y cultura, representantes del Consejo Cooperación al Desarrollo, Cruz Roja, Cáritas, radio local, banco del tiempo, asociaciones deportivas y diversas asociaciones de tiempo libre.

Finalmente, se realizó la evaluación cualitativa y cuantitativa de la intervención, así como el análisis de calidad del programa.

En resumen, el objetivo de este trabajo es primordialmente comprobar la eficacia de un programa de intervención psicosocial en estrategias de afrontamiento al estrés transcultural para personas inmigrantes en situación de vulnerabilidad psicosocial, evaluando si las personas participantes mejoraron su salud mental, bienestar afectivo, regulación emocional y afrontamiento de dificultades y problemas, su percepción de autoeficacia, integración y apoyo social, así como su satisfacción con la intervención.

METODOLOGÍA

MUESTRA

De las 75 personas beneficiarias de la intervención, 39 respondieron a los cuestionarios pretest y postest de evaluación (48% no lo hicieron). El 43.6% ($N = 17$) corresponden al municipio de Ermua y el 56.4% ($N = 22$) a Durango. La edad de las personas participantes osciló de 22 a 64 años ($M = 41$ años; $DT = 9.53$). Más de la mitad de los participantes fueron hombres (véase Tabla 1). El tiempo medio de estancia en España fue de aproximadamente 6 años ($M = 74.88$ meses, $DT = 69.90$) y la media de hijos residentes en origen fue de 1 (rango 0-8). Del total de participantes en la evaluación, la mayor parte estaban casados/as, seguidos de los solteros/as, divorciados/as y viudos/as. Un alto porcentaje provenía de África, concretamente Senegal (39.5%), Guinea Ecuatorial (12.8%) y Marruecos (10.3%), y el resto de América Latina, donde predomina Brasil (7.7%). Alrededor de la mitad de los/as participantes no tenían permiso de residencia ni reconocimiento jurídico, mientras que la otra mitad tenía permiso temporal condicionado a la consecución de un empleo. Sólo una persona tenía la nacionalidad española en el momento de la entrevista. Más de la mitad de los participantes tenía como única fuente de ingresos una ayuda social y tan sólo el 7.7% indicó tener ingresos propios. En cuanto a la situación laboral, sólo una persona tenía empleo y otra era estudiante, mientras el resto estaban desempleadas.

² Véase Apéndice II: Intervención psicosocial: Sesiones.

Tabla 1 – Características socio-demográficas de la muestra

Variables		N	%
Sexo	Hombre	24	61.5
	Mujer	15	38.5
Estado Civil	Casado/a	16	41
	Soltero/a	14	35.9
	Divorciado/a	6	15.4
	Viudo/a	1	2.6
	No contesta	2	5.1
Origen	África	31	79.5
	América Latina	7	17.9
	Europa	1	2.6
Situación Jurídica	Con Permiso Residencia	18	46.2
	Sin Permiso Residencia	19	48.7
	Nacionalidad	1	2.6
	No responde	1	2.6
Fuente Ingresos	Propios	3	7.7
	Ayuda Social	23	59
	Familiar	5	12.8
	Otros	7	17.9
Situación Laboral	Desempleado	37	94.9
	Empleado	1	2.6
	Estudiante	1	2.6

Nota: África: Mali, Guinea, Senegal, Marruecos, Burkina Faso, Sahara, Argelia y Camerún. Latino-América: Nicaragua, Colombia, Brasil, Venezuela. Europa: Rusia.

DISEÑO Y PROCEDIMIENTO

Para evaluar la eficacia de la intervención se aplicó un diseño cuantitativo de medidas repetidas (pretest y postest) sin grupo control en dos poblaciones de la CAPV, Ermua y Durango. La medida pretest se recogió en una sesión individual previa al programa de intervención, la postest al finalizar la sesión doce; ambas sin la presencia de las psicólogas y mediante autoinforme con el apoyo del equipo de evaluación. La participación en el estudio (evaluación de la intervención) fue voluntaria y sin remuneración.

La duración de los cuestionarios fue de 30 minutos aproximadamente. Así mismo y, en sesión individual, las personas del equipo de evaluación informaron detalladamente sobre la investigación a las personas participantes, proporcionaron el consentimiento informado, y codificaron los datos alfanuméricamente, garantizando el anonimato y el cumplimiento de la Ley Orgánica de Protección de Datos Personales (BOE-A-2018-16673) y regulación del Comité de Ética para la Investigación en Seres Humanos (CEISH).

VARIABLES E INSTRUMENTOS³

Datos sociodemográficos (edad, género, población de residencia, estado civil, país de origen, situación jurídica, fuente de ingresos, situación laboral entre otras).

Salud Mental: GHQ-12 (General Health Questionnaire, GOLDBERG; WILLIAMS, 1988; versión española SÁNCHEZ-LÓPEZ; DRESCH, 2008; ROCHA *et al.*, 2011). Detecta síntomas asociados al estrés (distrés). Consta de 12 ítems tipo Likert, seis de ellos son sentencias positivas (ej., “¿Se ha notado constantemente agobiado y en tensión?”) y seis negativas (ej., “¿Ha tenido la sensación de que no puede superar sus dificultades?”) con un rango de respuesta de cuatro puntos (0 = *más que lo habitual*, 3 = *mucho menos que lo habitual*). Mayor puntuación representa más riesgo de salud mental, ansiedad y depresión. Los índices de fiabilidad en la muestra fueron ($\alpha_{T1} = .60$, $\alpha_{T2} = .70$)

Bienestar Afectivo: PNA (Afectividad positiva-negativa; Bradburn (1969); adaptada por Vergara, Yáñez e Páez (1989) e Bobowik, Basabe e Páez (2015)). Mide el nivel de bienestar o malestar afectivo. Se trata de una escala de 18 ítems tipo Likert distribuidos en dos dimensiones: (1) El afecto positivo (ej., “¿Se ha sentido particularmente estimulado o interesado por algo?”) y (2) el afecto negativo (ej., “¿Se ha sentido muy solo o distante de la gente?”), con cinco opciones de respuesta (0 = *poco o nunca*, 4 = *casi todo el tiempo*). Los alfas Cronbach fueron: afecto positivo $\alpha_{T1} = .78$, $\alpha_{T2} = .69$, $\alpha_{Total} = .66$, y afecto negativo $\alpha_{T1} = .69$, $\alpha_{T2} = .76$.

Estrategias de Afrontamiento: MARS (Medida de Affect Regulation Styles; LARSEN; PRIZMIC, 2004; PUENTE-MARTÍNEZ *et al.*, 2018). Incluye distintas formas de afrontamiento y regulación emocional ante situación de estrés. Se compone de 28 ítems extraídos de la adaptación propuesta por Puente-Martínez *et al.* (2018).

Se refiere a los acontecimientos de los últimos 12 meses con una escala de respuesta de tipo Likert que va de 0 (*nunca*) a 6 (*casi siempre*). Distingue entre las formas de afrontamiento tradicionalmente definidas como adaptativas (19 ítems: autocontrol, auto responsabilidad, expresión emocional regulada, emociones contrarias, descarga emocional y manejo fisiológico activo, reevaluación positiva, la distracción y la espiritualidad) frente a otras de naturaleza inadaptativa (8 ítems: evitación cognitiva y la rumiación, el manejo fisiológico pasivo, la inhibición-supresión, la comparación social y la confrontación). Las puntuaciones más altas indican un mayor uso de estas formas de afrontamiento y regulación emocional en los episodios emocionales negativos. La consistencia interna de la escala fue adecuada ($\alpha_{T1} = .81$, $\alpha_{T2} = .89$).

Percepción de Autoeficacia (Autoeficacia general; SUÁREZ; GARCÍA; MORENO, 2000). Se utilizaron 2 ítems con una escala tipo Likert que mide la percepción del sujeto sobre su capacidad para manejar los estresores de la vida cotidiana (ej. “Al tener que hacer frente a un problema, generalmente se me ocurren varias alternativas de cómo resolverlo”) con un rango de 4 puntos (1 = *incorrecto* a 4 = *cierto*). La fiabilidad fue satisfactoria $\alpha_{T2} = .77$.

Integración: IOS (Escala Pictórica de Fusión de Identidad; ARON; ARON; SMOLLAN, 1992; PÁEZ *et al.*, 2015). Mide la proximidad relacional o fusión de identidad entre Yo y el Grupo (en este caso las personas autóctonas), mediante un ítem pictórico (*Qué dibujo describe mejor tu relación con las personas vascas- autóctonas- de tu municipio*), con un rango de respuesta incremental de 1 a 5.

Percepción de Apoyo Social: SSQ-6, (Versión breve de Social Support Questionnaire; SARASON *et al.*, 1987, adaptada por MARRERO; CABALLEIRA, 2010). Evalúa el grado de satisfacción con el apoyo social recibido, especialmente emocional.

³ La batería de medidas incluye más instrumentos de los reportados en este trabajo.

Se compone de 6 ítems tipo Likert (ej., “Alguien me consuela cuando estoy disgustado/a”) y la cantidad de apoyos para cada ítem (este apartado no fue incluido), con un rango de respuesta de seis puntos (1 = *muy satisfecho*, a 6= *muy insatisfecho*). Los índices de fiabilidad fueron $\alpha_{T1} = .98$, $\alpha_{T2} = .82$.

Satisfacción con el programa de intervención: (CST) (Larsen *et al.* (1979), versión española Odriozola, De Corral Gargalo e Irizar (1998)). Mide el grado de satisfacción general con la intervención recogiendo la calidad y satisfacción. Consta de 5 ítems tipo Likert (ej., “¿En qué medida está satisfecho con el tipo de ayuda recibida?”), con un rango de respuesta incremental de cuatro puntos. El índice de fiabilidad fue $\alpha_{T2} = .87$.

Mejora percibida (Ad-hoc). Mide el grado de mejora percibida tras la participación en la intervención mediante un ítem tipo Likert (“¿Para finalizar señalé cómo se siente en general desde la última evaluación?”) con un rango de respuesta de siete puntos (1 = *mucho peor* a 7 = *mucho mejor*).

ANÁLISIS Y DISCUSIÓN DE RESULTADOS

ANÁLISIS DE DATOS

Se realizaron análisis de descriptivos y de fiabilidad (alfa de Cronbach). Se calcularon diferencias de medias (*t-test*) para muestras relacionadas entre las puntuaciones pretest y posttest para comprobar los efectos de la intervención. Se utilizó el programa SPSS 26.0. Se incorporó el tamaño del efecto (TE) de las diferencias, utilizando la *d* de Cohen. Los valores del tamaño del efecto menores de .20 son considerados pequeños, de .50 medianos y .80 grandes (COHEN, 1988).

RESULTADOS

EFFECTIVIDAD DEL PROGRAMA DE INTERVENCIÓN: DIFERENCIAS PRETEST-POSTEST

Mediante el análisis *t* de Student para muestras relacionadas, se exploró si existían diferencias pretest-postest en las variables incluidas en la evaluación (véase Tabla 2).

Los resultados muestran diferencias estadísticamente significativas entre las medidas pre-post para la variable salud mental, indicando una reducción significativa de los síntomas asociados al estrés y del riesgo en salud mental tras la intervención (hasta un 48% menos), con un tamaño del efecto grande ($d = -2.27$).

Los niveles de afecto negativo son significativamente menores en el posttest en comparación con el pretest, con un tamaño del efecto grande ($d = -1.22$). Lo que indica que las personas participantes reducen los niveles de ansiedad (alta activación y displacer) después de la intervención. Sin embargo, no hay diferencias significativas en el nivel de afectos positivos (alegría, calma o aumento de la energía entre otras) entre las medidas pre-post test, y el tamaño del efecto es pequeño/mediano ($d = 0.29$).

Existen diferencias significativas entre el pre-post tras la intervención en el uso de las estrategias de afrontamiento de tipo adaptativo (uso de estrategias de autocontrol, auto responsabilidad, expresión emocional regulada, humor y cariño, descarga emocional y manejo fisiológico activo, así como mayor reevaluación positiva, distracción y religiosidad o espiritualidad). Sin embargo, no se han encontrado cambios pre-post en el uso de las estrategias desadaptativas o disfuncionales (evitación cognitiva y rumiación, manejo fisiológico pasivo, inhibición-supresión, comparación social y confrontación). El tamaño del efecto es medio ($d = 0.74$) para las estrategias de afrontamiento de tipo adaptativo e inexistente para las estrategias desadaptativas.

Se ha producido un incremento significativo en la percepción de autoeficacia después de la intervención y el tamaño del efecto es grande ($d = 1.52$). Los participantes han reportado más confianza en sí mismos para hacer frente a los problemas y buscar nuevas soluciones.

En el mismo sentido, los datos muestran una mejora significativa respecto a la satisfacción con el apoyo social tras participar en la intervención, con un tamaño del efecto grande ($d = 1.89$).

Es decir, las personas participantes perciben que han ampliado y fortalecido su red social de apoyo (sentimientos, consejo, ayuda material, retroalimentación positiva, ayuda física y participación social). También, se han encontrado diferencias estadísticamente significativas entre el pre-post para la escala de integración, con una magnitud de efecto grande ($d = 1.18$). Este resultado indica que las personas, tras participar en la intervención, se perciben más próximas e integradas dentro de la comunidad de acogida.

EVALUACIÓN DE LA CALIDAD DEL PROGRAMA POR LOS PARTICIPANTES

Se utilizó el cuestionario de satisfacción con el programa para conocer el nivel de satisfacción de las personas con los diferentes aspectos de la intervención en la evaluación final. Los resultados indicaron una satisfacción general media de 2.79 ($DT = 0.81$) en una escala con un rango de 1-4. El análisis de los ítems independientes reveló $M = 3.51$ ($DT = 0.68$) para la pregunta “Si un amigo necesitara una ayuda similar, ¿le recomendaría este programa?”, una $M = 2.76$ ($DT = 0.99$) para “En conjunto, ¿en qué medida está satisfecho con el programa recibido?”, $M = 2.63$ ($DT = 1.03$) para “¿Le han ayudado las sesiones que ha recibido para hacer frente más eficazmente a sus problemas?”, $M = 2.54$ ($DT = 1.06$) para “¿En qué medida está satisfecho con el tipo de ayuda recibida?”, y $M = 2.48$ ($DT = 0.99$) en “¿Cómo calificaría la calidad del programa que ha recibido?”. Todas las puntuaciones se situaron por encima de la media teórica de 2.

Tabla 2 – Comparaciones de medias entre la medida pretest y posttest

	Pre-test		Post-test		T-student		
	<i>M</i>	<i>DT</i>	<i>M</i>	<i>DT</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>
Salud mental	7.17	2.06	3.97	1.89	-7.09	<.001	-2.27
Afecto positivo	2.39	0.61	2.49	0.49	0.91	.367	0.29
Afecto negativo	2.75	0.64	2.34	0.57	-3.83	<.001	-1.22
Afrontamiento adaptativo	3.07	1.13	3.69	1.11	2.33	.025	0.74
Afrontamiento no adaptativo	2.49	0.89	2.50	0.97	0.07	.942	0.02
Autoeficacia percibida	3.19	0.41	2.62	0.67	4.76	<.001	1.52
Apoyo social	3.02	1.55	4.56	0.79	5.91	<.001	1.89
Integración	2.64	0.94	3.48	1.39	3.68	<.001	1.18

Nota: N = 39.

Además, los/as participantes aportaron información sobre el nivel de mejoría percibida tras su participación en el programa. La media general de esta escala estuvo en 6 ($DT = 1.37$) en un rango de 1 a 7, indicando que los participantes percibieron mejoras importantes tras su participación en el programa de intervención.

CONCLUSIÓN

El objetivo de este estudio fue evaluar la eficacia de la intervención psicosocial en estrategias de afrontamiento del estrés transcultural en migrantes. Los resultados indicaron mejoras significativas en todos los indicadores analizados, incluyendo una reducción de los síntomas asociados al estrés y la ansiedad, una reducción del afecto negativo, mayor uso de estrategias de afrontamiento adaptativas y mayor autoeficacia percibida, mayor percepción de apoyo social e integración después de participar en el programa. El afecto positivo no mostró una mejora estadísticamente significativa, sin embargo, se observa una tendencia positiva relevante para la intervención. No se produjeron cambios respecto a las estrategias de afrontamiento no adaptativas.

En cuanto al estado general de salud mental, las altas puntuaciones en la medida previa a la intervención representan un alto riesgo para la salud mental, teniendo como referencia los baremos de cribado ($= > 5$, alto riesgo para la salud mental) para población general (ROCHA *et al.*, 2011; SÁNCHEZ-LÓPEZ; DRESCH, 2008) e investigaciones previas en población inmigrante (GARCÍA-CID *et al.*, 2017; SALABERRIA; HARO; DEL VALLE, 2017). Por ejemplo, García-Cid *et al.* (2017) encontraron utilizando el mismo instrumento de medida (GHQ-12) que las personas migrantes mostraban una puntuación media 2.75 en salud mental. En la investigación realizada por Navarro-Lashayas (2014), las personas inmigrantes sin hogar y sin empadronamiento o con empadronamiento precario alcanzaban medias de 5.4 sobre 12.

Los datos encontrados en la entrevista de evaluación de las personas participantes en la intervención (media de GHQ-12 > 7) concuerdan con múltiples investigaciones que vinculan la experiencia migratoria con el riesgo para la salud mental y con sintomatología psicosomática por estrés y ansiedad (PATIÑO; KIRCHNER, 2010; VEGA-ESCAÑO *et al.*, 2018), y riesgo de salud mental que se incrementa cuando a la experiencia migratoria se añaden situaciones extremas de vulnerabilidad psicosocial (NAVARRO-LASHAYAS, 2014). Tras la intervención se produce una disminución importante del riesgo en salud mental, lo que indica una mejoría importante en la sintomatología derivada del estrés y la ansiedad. Con cierta lógica y en línea con los antecedentes de investigación (LECEROF *et al.*, 2015; SALABERRIA; HARO; DEL VALLE, 2017; VEGA-ESCAÑO *et al.*, 2018), muchas de las personas mantienen niveles elevados de riesgo para la salud mental y emocional tras la intervención, dado que los principales factores estresantes y generadores de angustia propios de la situación vital de las personas participantes (falta de trabajo, falta de reconocimiento jurídico y permiso de trabajo, duelo migratorio, falta de ingresos, etc.) no han desaparecido tras la intervención, donde únicamente se han podido trabajar las capacidades de regulación emocional, afrontamiento instrumental y desarrollo de redes sociales. Estos datos, refuerzan la necesidad de realizar intervenciones de corte clínico y psicosocial que ayuden a reducir esta sintomatología y sus posibles consecuencias en personas inmigrantes con vulnerabilidad psicosocial (MARTÍNEZ; GARCÍA, 2018).

Tras la intervención, se redujeron significativamente las emociones negativas asociadas al estrés. Respecto a las emociones positivas el contraste pre-post no fue significativo, aunque muestra una tendencia creciente. Es decir, tras la intervención, las preocupaciones, el miedo, la ansiedad, la apatía y la tristeza, entre otros componentes del afecto negativo, han disminuido.

Este resultado resulta positivo ya que las emociones negativas están relacionadas con el uso de estrategias de afrontamiento ante el estrés desadaptativas, un peor ajuste psicológico y peor salud mental (supresión del pensamiento, evitación, rumiación y autoculpa). Por el contrario, mantener adecuados niveles de emociones positivas mejora el bienestar y la salud mental a largo plazo (GONZÁLEZ- CASTRO *et al.*, 2020). Además, investigaciones previas han señalado la que el contexto y el medio ambiente son variables relevantes al analizar el estrés por aculturación y por supuesto en la evaluación de una intervención, dado que según la situación pueden actuar tanto como factores protectores o como factores de riesgo es este proceso de estrés (GONZÁLEZ-CASTRO *et al.*, 2020; RUDMIN, 2009). Este argumento podría explicar que no se hayan encontrado variaciones significativas en el afecto positivo, ya que los/las participantes forman parte de un grupo de intervención que se desarrolla dentro de un contexto seguro y estable. Sin embargo, cabe desatacar el tamaño del efecto que indica una tendencia de mejora en las emociones positivas, aunque sutil no resultó significativo. Considerando el tamaño maestra, sería interesante explorar este efecto en futuras evaluaciones.

También encontramos un incremento en el uso de estrategias de afrontamiento adaptativas, es decir: estrategias de autocontrol, auto responsabilidad, expresión emocional regulada, emociones contrarias, descarga emocional y manejo fisiológico activo. Así mismo, aumentó el uso de la reevaluación positiva, la distracción y la religión o espiritualidad. Este resultado se ve apoyado por los estudios previos que afirman que la regulación de los estados emocionales negativos mediante el uso de estrategias adaptativas (por ejemplo, el uso de la reevaluación) mejoran el ajuste psico-social y estado de salud en población migrante (JOHNSON; BLANCHARD, 2016; MARTINS; RAMALHO; MORIN, 2010).

Sin embargo, no ha disminuido de forma significativa el uso de las estrategias no adaptativas tras la intervención (evitación cognitiva y la rumiación -culpa-, el manejo fisiológico pasivo, la inhibición-supresión, la comparación social y la confrontación) más vinculadas a la depresión (PATIÑO; KIRCHNER, 2010) y con problemas de salud (SAKLOFSKE *et al.*, 2007). Cabe mencionar ante estos resultados, que el uso de estrategias de afrontamiento “adaptativas” o “desadaptativas” no es en todos los casos necesariamente positivo o negativo, para comprender qué estrategias son más adecuadas en cada situación y contexto, las futuras intervenciones o programas deben considerar la interacción de factores individuales y contextuales (BAUDRY *et al.*, 2018; GONZÁLEZ-CASTRO *et al.*, 2020).

Las personas participantes informaron de una mayor percepción de autoeficacia tras la intervención. Este resultado concuerda con los resultados previos, donde la mejora en bienestar afectivo, la regulación emocional sobre todo de su estado de ánimo negativo y la mejora de la adaptación instrumental de sus estrategias de afrontamiento fortalecen su percepción de control y competencia, lo que le permite dirigir sus recursos para hacer frente a la situación y sufrir menos el impacto de los eventos estresantes (GONZÁLEZ-CASTRO *et al.*, 2020).

Otro de los aspectos relevante que mejora es la satisfacción con el apoyo social. La participación en el programa de intervención amplió la red social de los/las participantes (sentimientos, consejo, ayuda material, retroalimentación positiva, ayuda física y participación social). Este factor se ha relacionado con el control del estrés, mayor salud mental (FINCH; VEGA, 2003), satisfacción vital, bienestar y mayor percepción de integración (GARCÍA-CID *et al.*, 2017; SARASON *et al.*, 1987). En este sentido, también se incrementó la percepción de integración en la comunidad (conexión física y proximidad psicológica con la población autóctona).

La percepción integración social también resultan ser un aspecto protector fundamental de la salud mental de las personas inmigrantes y del su bienestar (QIU *et al.*, 2011; ZHANG; ZHAO, 2015). Por lo tanto, los beneficios de una mayor integración social sobre la reducción de estrés transcultural son consistentes con los estudios previos (XIA *et al.*, 2020).

Por último, las personas participantes reflejaron un alto grado de satisfacción con el programa de intervención. Además, señalaron que el programa fue de alta calidad, proporcionó a las personas participantes un alto grado de satisfacción con el mismo, es recomendable para otras personas y percibieron que les había ayudado a afrontar mejor su situación personal.

Este trabajo cuenta con ciertas limitaciones que debemos considerar. En primer lugar, la limitación más importante es la ausencia de grupo control de comparación en la evaluación de la intervención. El diseño inicial incluía grupo control, pero debido a las dificultades y características propias de la población diana no fue posible concretarlo. En segundo lugar, poco más de la mitad de los participantes completaron ambos cuestionarios (pre-post). Las dificultades idiomáticas, el lenguaje técnico de los instrumentos estandarizados y las limitaciones de tiempo pueden ser algunos de los factores explicativos. Además, el pequeño tamaño de la muestra, condicionada por el tamaño del grupo adecuado a las dinámicas de trabajo grupal pero limitante de cara al análisis cuantitativo de los datos. Futuras investigaciones en este contexto deberían incorporar un grupo de control con un diseño de intervención postergada que permita asegurar la validez interna, metodologías mixtas al proceso de evaluación y adaptar el lenguaje de los instrumentos estandarizados al nivel de comprensión de las personas participantes.

En resumen, los resultados del presente estudio muestran una mejora en la salud mental de las personas inmigrantes, pero también, en el estado afectivo, en la capacidad y eficacia para afrontar las situaciones estresantes asociadas al proceso migratorio, así como, en las relaciones sociales y la percepción de integración y apertura al exterior.

Desde el punto de vista aplicado, este estudio plantea una serie de recomendaciones para los programas de salud e intervenciones psicosociales con poblaciones de inmigrantes similares, pero también extrapolables a otros colectivos con riesgo psicosocial y alto grado de estrés situacional, incluyendo, en todos los casos, análisis longitudinales que permitan comprobar los posibles efectos o cambios. Además, los resultados de este estudio podrían aplicarse dentro de un contexto de salud pública. Parece importante comprender los elementos que reducen el estrés transcultural y enfocar intervenciones y programas de salud pública en dominios específicos (relaciones personales, afrontamiento de situaciones estresantes, estilos de comunicación y vínculos sociales) que pueden ayudar a las personas inmigrantes con alta vulnerabilidad a mejorar su capacidad para afrontar los importantes desafíos de su situación personal.

REFERENCIAS

- ABUBAKAR, I. *et al.* The ucl–lancet commission on migration and health: the health of a world on the move. *The Lancet*, v. 392, p. 2606-2654, 2018. DOI: 10.1016/S0140-6736(18)32114-7.
- ACHOTEGUI, J. Migración y crisis: el síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple (síndrome de Ulises). *Avances en Salud Mental Relacional* (Revista on line), v. 7, p. 1-15, 2009. Disponible em: <http://www.bibliopsiquis.com/asmr/0701/achotegui.pdf>. Acceso em: 5 ene. de 2019.
- ACHOTEGUI, J. La crisis como factor agravante del síndrome de Ulises (síndrome del duelo migratorio extremo). *Revista Temas de Psicoanálisis*, v. 3, p. 1-16, 2012. Disponible em: <http://www.temasdepsicoanálisis.org/wp-content/uploads/2011/12/ACHOTEGUI-PDF.pdf>. Acceso em: 8 mar. 2019.
- ACNUR. *Global trends: forced displacement in 2017*. 2017. Disponible em: <https://www.unhcr.org/5b27be547.pdf>. Acceso em: 1 de mayo, 2019.
- ARON, A.; ARON, E.; SMOLLAN, D. Inclusion of other in the self scale and the structure of interpersonal closeness. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 63, p. 596-612, 1992.
- BASABE, N. Diferencias culturales y comunicación: integración socio-cultural de los inmigrantes extranjeros en el País Vasco. In: IGARTUA J.; MUÑOZ C. (Orgs.). *Medios de comunicación, inmigración y sociedad*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2007. p. 233-256.
- BASABE, N.; ZLOBINA, A.; PÁEZ, D. *Integración socio-cultural y adaptación psicológica de los inmigrantes extranjeros en el País Vasco*. País Vasco: Eusko Jaurlaritzaren Argi-talpen Zerbitzu Nagusia, 2004. 141p.
- BAUDRY, A. S. *et al.* Sub-dimensions of trait emotional intelligence and health: a critical and systematic review of the literature. *Scandinavian Journal of Psychology*, v. 59, p. 206-222, 2018.
- BENET-MARTINEZ, V. *et al.* Negotiating biculturalism: cultural frame switching in biculturals with oppositional versus compatible cultural identities. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 33, p. 492-516, 2002.
- BOBOWIK, M.; BASABE, N.; PÁEZ, D. The bright side of migration: hedonic, psychological, and social well-being in immigrants in Spain. *Social Science Research*, v. 51, p. 189-204, 2015.
- BRADBURN, N. M. *The structure of psychological well-being*. Chicago: Aldine, 1969.
- CHEN, X. *et al.* Social stigma, social capital reconstruction and rural migrants in urban China: a population health perspective. *Human Organization*, v. 70, p. 22-32, 2011.
- COHEN, J. *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. 2. ed. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1988.
- EUROSTAT (2019). Eurostat-Tables, 2018. Retrieved from <https://ec.europa.eu/eurostat/web/population-demography-migration-projections/data>.
- FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, R. *Cuestiones conceptuales básicas en evaluación de programas*. Madrid: Síntesis, 1995.
- FINCH, B. K.; KOLODY, B.; VEGA, W. A. Perceived discrimination and depression among Mexican-origin adults in California. *Journal of health and social behavior*, v. 1, p. 295-313, 2000.
- FINCH, B. K.; VEGA, W. A. Acculturative stress, social support, and self-rated health among Latinos in California. *Journal of Immigrant Health*, v. 5, p. 109-117, 2003.
- GARCÍA-CID, A. *et al.* Social support, resilience and place of origin in immigrants' mental health and vital satisfaction. *Universitas Psychologica*, v. 16, p. 91-104, 2017. Disponible em: <https://ci.nii.ac.jp/naid/10016919943/>. Acceso em: 1 mayo 2019.
- GILSTER, M. E. Comparing neighborhood-focused activism and volunteerism: psychological well-being and social connectedness. *Journal of Community Psychology*, v. 40, p. 769-784, 2012. DOI: 10.1002/jcop.20528
- GOLDBERG, D.; WILLIAMS, P. *Windsor*. UK: NFER-Nelson, 1988.
- GONZÁLEZ-CASTRO, J. L. *et al.* The role of emotional intelligence and sociocultural adjustment on migrants' self-reported mental well-being in Spain: A 14-Month Follow-Up Study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, p. 1206, 2020. DOI: 10.3390/ijerph17041206.
- GONZÁLEZ-CASTRO, J. L.; UBILLOS, S. Determinants of psychological distress among migrants from Ecuador and Romania in a Spanish city. *International Journal of Social Psychiatry*, v. 57, p. 30-44, 2011. DOI: 10.1177/0020764009347336.
- GROSS, J. J. Emotion regulation: Current status and future prospects. *Psychological inquiry*, 2015, vol. 26, no 1, p. 1-26. DOI: 10.1080/1047840X.2014.940781.
- IKUSPEGI. *Percepciones y actitudes hacia la población de origen extranjero*. 2011. Disponible em: <https://www.ikuspegi.eus/documentos/barometros/2011/bar2011casOKopt.pdf>. Acceso em: 3 abr. 2019.
- IKUSPEGI. *Percepciones y actitudes hacia la población de origen extranjero*. 2018. Disponible em: https://www.ikuspegi.eus/documentos/barometros/2018/bar_CAE_2018_CAS_web.pdf. Acceso em: 3 abr. 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). *Informes trimestrales*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística, 2013. Disponible em: <https://www.ine.es/jaxiT3/Datos.htm?t=4249#!tabs-tabla>. Acceso em: 19 abr. 2019.

- JOHNSON, S. K.; BLANCHARD, A. Emotional intelligence and mental health: stress and symptom reporting pathways. *Journal of Mental Health Counseling*, v. 38, p. 79-92, 2016. DOI: 10.17744/mehc.38.1.06.
- LARSEN, D.; ATTKISSON, C.; HARGREAVES, W.; NGUYEN, T. Assessment of client/patient satisfaction: development of a general scale. *Evaluation and Program Planning*, v. 2, p. 197-207, 1979.
- LARSEN, R. J.; PRIZMIC, Z. Affect regulation. In: BAUMEISTER, R.; VOHS, K. (Eds.), *Handbook of Self-regulation Research*. New York: Guilford press, 2004. p. 40-60.
- LEFCOURT, H. M.; MARTIN, R. A.; SALEH, W. E. Locus of control and social support: interactive moderators of stress. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 47, p. 378, 1984. DOI: 10.1037/0022-3514.47.2.378.
- LECEROF, S. S. *et al.* Does social capital protect mental health among migrants in sweden?. *Health Promotion International*, v. 31, p. 644-652, 2015. DOI: 10.1093/heapro/dav048.
- MARRERO QUEVEDO, R. J.; CARBALLEIRA ABELLA, M. El papel del optimismo y del apoyo social en el bienestar subjetivo. *Salud Mental*, v. 33, p. 39-46, 2010.
- MARTINS, A.; RAMALHO, N.; MORIN, E. A comprehensive meta-analysis of the relationship between emotional intelligence and health. *Personality and individual differences*, 2010, vol. 49, no 6, p. 554-564. DOI: 10.1016/j.paid.2010.05.029.
- MARTÍNEZ, M. F.; GARCÍA, J. M. Procesos migratorios e intervención psicosocial. *Papeles del Psicólogo*, v. 39, p. 96-103, 2018. Disponible em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/778/77855949003/77855949003.pdf>. Acceso em: 3 abr. 2019.
- MESCH, G. S.; TURJEMAN, H.; FISHMAN, G. Perceived discrimination and the well-being of immigrant adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, v. 37, p. 592-604, 2008. DOI: 10.1007/s10964-007-9210-6.
- NAVARRO-LASHAYAS, M. Á. Sufrimiento psicológico y malestar emocional en las personas migrantes sin hogar. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, v.34, p. 711-723, 2014. DOI: 10.4321/S0211-57352014000400005.
- ODRIOZOLA, E. E.; DE CORRAL GARGALO, P.; IRÍZAR, K. S. Terapia de conducta y tratamientos psicofarmacológicos. In: VALLEJO, M. A. *Manual de Terapia de Conducta*. Dykinson, 1998. p. 133-165.
- PÁEZ, D. *et al.* Psychosocial effects of perceived emotional synchrony in collective gatherings. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 108, p. 711-729, 2015. DOI: 10.1037/pspi0000014.
- PATIÑO, C.; KIRCHNER, T. Stress and psychopathology in latin-american immigrants: the role of coping strategies. *Psychopathology*, v. 43, p. 17-24, 2010. DOI: 10.1159/000255959.
- PUENTE-MARTÍNEZ, A. *et al.* Examining the structure of negative affect regulation and its association with hedonic and psychological wellbeing. *Frontiers in Psychology*, v. 9, p. 1592, 2018. DOI: 10.3389/fpsyg.2018.01592.
- QIU, P. *et al.* Rural-to-urban migration and its implication for new cooperative medical scheme coverage and utilization in China. *BMC public health*, v.11, p. 520. Disponible em: <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/11/520>. Acceso em: 3 abr. 2019.
- ROCHA, K.B. *et al.* Propiedades psicométricas y valores normativos del general health questionnaire (GHQ-12) en población general española. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, v. 11, 125-139, 2011.
- RUDMIN, F. Constructs, measurements and models of acculturation and acculturative stress. *International Journal of Intercultural Relations*, v. 33, p. 106-123, 2009. DOI: 10.1016/j.ijintrel.2008.12.001.
- SAKLOFSKE, D.H. *et al.* Individual difference correlates of health-related behaviours: preliminary evidence for links between emotional intelligence and coping. *Personality and Individual Differences*, v.42, p. 491-502, 2007. DOI: 10.1016/j.paid.2006.08.006.
- SALABERRIA, K.; HARO, S.; DEL VALLE, A. Estrés migratorio y salud mental. *Behavioral Psychology/Psicología Conductual*, v.25, p. 419-432, 2017.
- SÁNCHEZ-LÓPEZ, M.P.; DRESCH, V. The 12-item general health questionnaire (ghq-12): reliability, external validity and factor structure in the Spanish population. *Psicothema*, v. 20, p. 839-843, 2008.
- SARASON, I. G. *et al.* Brief measure of social support: practical and theoretical implications. *Journal of social and personal relationships*, v. 4, p. 497-510, 1987.
- SHEPPES, G.; GROSS, J. J. Emotion regulation effectiveness: what works when. In TENNEN H.A.; SULS J.M. (Eds.), *Handbook of Psychology*, Indianapolis, 2012. p. 391-406.
- STOLL, M. A.; WONG, J. S. Immigration and civic participation in a multiracial and multiethnic context. *International Migration Review*, v. 41, p. 880-908, 2007. DOI: 10.1111/j.1747-7379.2007.00104.
- SUÁREZ, P. S.; GARCÍA, A. M. P.; MORENO, J. B. Escala de autoeficacia general: datos psicométricos de la adaptación para población española. *Psicothema*, v.12, p. 509-513, 2000.
- VEGA-ESCAÑO, J. *et al.* El factor migratorio como determinante de salud: una intervención transcultural desde la enfermería del trabajo. *Enfermería Clínica*, v. 28, p. 57-62, 2018. DOI: 10.1016/j.enfcli.2017.08.
- VERGARA, A.; YÁRNOZ, S.; PÁEZ, D. Escala de afectividad positiva y negativa (PNA) de Bradburn. En ECHEVARRÍA, A.; D. PÁEZ, D. (Orgs.). *Emociones: Perspectivas Psicosociales*, Madrid, 1989. p. 447-479.

XIA, X. *et al.* Reprogrammed astrocytes display higher neurogenic competence, migration ability and cell death resistance than reprogrammed fibroblasts. *Translational Neurodegeneration*, v. 9, p. 1-11. DOI: 10.1186/s40035-020-0184-6.

ZAKI, J.; WILLIAMS, W. C. Interpersonal emotion regulation. *Emotion*, Washington, v. 13, p. 803–810, 2013. DOI: 10.1037/a0033839.

ZHANG, J.; ZHAO, Z. Social-family network and self-employment: evidence from temporary rural–urban migrants in China. *IZA Journal of Labor & Development*, v. 4, p. 4, 2015. DOI: 10.1186/s40175-015-0026-6.

ZLOBINA, A., *et al.* Sociocultural adjustment of immigrants: Universal and group-specific predictors. *International Journal of Intercultural Relations*, 2006, vol. 30, no 2, p. 195-211. DOI: 10.1016/j.ijintrel.2005.07.005.

FINANCIACIÓN

Esta investigación fue apoyada por el Ministerio Español de Economía y Competitividad [PSI2014-51923-P/PSI2017-84145-P], el Gobierno Vasco [con el proyecto IT-1187-19 y beca de Investigación Postdoctoral REF. POS_2019_004 para Alicia Puente Martínez], la Universidad del País Vasco Beca [Beca Postdoctoral ESPDOC18/33 para Larraitz N. Zumeta] y por los Ayuntamiento de Ermua y de Durango [OTRI 20150478/79; OTRI 0140396/97 y OTRI 20130200/03].

AGRADECIMIENTOS

Deseamos expresar nuestro agradecimiento a las personas participantes, al equipo de evaluación y las psicólogas a cargo de las sesiones, con especial mención a Ana Varela. A las personas del Grupo Consolidado de Investigación en Psicología Social “CCE” por sus contribuciones al diseño y evaluación del programa, especialmente a Nekane Basabe por su dirección y supervisión; también a los actores socio-comunitarios que con su implicación proporcionaron al programa su dimensión más comunitaria. Y finalmente, a las técnicas de inmigración Ane Enzunza (Ermua) y Verónica Redondo (Durango), sin ellas y su trabajo este proyecto no hubiera sido posible.

Cuadro 1 – Criterios para la derivación y aceptación en programa de intervención

Criterios de Inclusión * son requisitos imprescindibles	Criterios de Exclusión * valorar cada aspecto y cada caso concreto con especial atención.
Es una persona “inmigrante” entre 18 y 65 años. Comprende y habla castellano (nivel medio). Se muestra desbordada/o (deficiencias en recursos personales). Solicita ayuda psicosocial o acompañamiento. Se valora necesario el entrenamiento en estrategias de afrontamiento y regulación emocional para situaciones de estrés o crisis.	Tratamiento de enfermedad psiquiátrica severa diagnosticada. Actualmente experimenta trauma de alta gravedad en los últimos 3 meses o severo duelo reciente (muerte o desaparición de familiar de 1er grado, agresiones, guerra, etc.). Tiene problemas de adicción o consumos no controlados (ej. drogas, alcohol, etc.). Tiene antecedentes penales de conducta violenta.
Aspectos a valorar: Valore los aspectos y su nivel de presencia de 1 a 5,(1 = nada, 2 = poco, 3 = moderado, 4 = bastante y 5 = mucho). Ponga especial atención a cada aspecto.	
Desajuste o pre-agotamiento emocional Manifiesta estrés-ansiedad Manifiesta síntomas depresivos leves Vivencia crisis situacional Solicita ayuda psicosocial o acompañamiento Acude algún tipo de intervención o actividad grupal (rango de valoración total > 12 puntos)	

APÉNDICE I

RUTA DE REGISTRO: PROTOCOLO DE DERIVACIÓN-INCLUSIÓN: PROCEDIMIENTO

El procedimiento consta de cuatro fases: una vez la persona es detectada como población diana, se le informa sobre la existencia del programa. Posteriormente, si muestra interés el o la profesional rellenará la hoja de derivación [1], y le traslada al servicio técnico de inmigración [2], que tras acoger a la persona y registrar los datos notificará a las evaluadoras su interés. Una de las evaluadoras mantien con la persona interesada una entrevista individual[3]. Finalizada la ronda de entrevistas y realizados los análisis pertinentes , las evaluadoras informan del listado de participantes en la intervención a las técnicas del servicio de inmigración y a las personas seleccionadas su admisión[4].

APÉNDICE II

INTERVENCIÓN PSICOSOCIAL: SESIONES

Presentamos, a continuación, el desarrollo de las 12 sesiones del programa para la formación psico-social y el aprendizaje en estrategias de afrontamiento al estrés transcultural.

Sesión 1 – Organización del grupo y comienzo

- Presentación del grupo
- Presentación efectiva del programa e información sobre el mismo
- Consensuar proceso de trabajo
- Firma de acuerdo con participantes
- Presentación del esquema de trabajo
- Presentación de situaciones habituales de estrés de forma general

Sesión 2 – Compartir emocional y análisis de posiciones emocionales

- Recogida de necesidades, situaciones estresantes y recursos disponibles
- Análisis de dificultades habituales generales y vinculadas a las diferencias culturales
- Determinación de aprendizajes necesarios de manejo estrés y comunicación intercultural

Sesión 3 – Estrés, características e indicadores

- Indicadores físicos, emocionales, cognitivos, sociales, ...
- Emociones y funcionamiento reactivo
- Afrontamientos poco eficaces y resultados derivados
- Nuevas estrategias de afrontamiento para conseguir resultados más adaptativos
- Determinación de situaciones habituales estresantes incluyendo los conflictos por diferencia culturales

Sesión 4 – Bienestar: Emociones positivas y equilibrio. Manejo fisiológico

- Gestionar aspectos positivos y utilizarlos para el bienestar
- Generar emociones positivas
- Equilibrar emoción y pensamiento
- Manejo de síntomas físicos y control de impulsos
- Comprender nuestras sensaciones

Sesión 5 – Técnicas de manejo de recursos fisiológicos

- Manejo de síntomas físicos y control de impulsos
- Técnicas de relajación y visualización
- Técnicas de activación
- Otros a decidir por profesional responsable

Sesión 6 – Entrenamiento en recursos de afrontamiento: Comunicación regulada y asertividad I (sesión de 2 horas de duración)

- Reglas eficaces de comunicación intercultural
- Proceso comunicacional y organización
- Planificación del proceso
- Elementos esenciales
- Situaciones para entrenamiento
- Evaluación de proceso

Sesión 7 – Entrenamiento en recursos de afrontamiento: Comunicación regulada y asertividad II

- Mejora capacidad comunicación intercultural
- Entrenamiento situacional
- Análisis de dificultades y resultados
- Nuevos recursos, situaciones planteadas y ejercicios

- Información por parte de representante de 1 recurso comunitario

Sesión 8 – Entrenamiento en recursos de afrontamiento: Afrontamiento instrumental resolución de problemas 1

- Análisis de factores involucrados: manejables y no manejables
- Generar opciones para diferentes factores: mapas mentales
- Analizar viabilidad opciones novedosas
- Recursos necesarios para el afrontamiento adaptativo
- Resultados posibles, situaciones planteadas y ejercicios
- Información por parte de representante de 1 recurso comunitario

Sesión 9 –Entrenamiento en recursos de afrontamiento: Construcción del apoyo social

- Grupos de apoyo emocional efectivo
- Apoyo instrumental y gestión de problemas
- Presentación de recursos comunitarios: públicos y privados
- Información sobre recursos por parte de representantes de asociaciones y otros, 2 personas máximo

Sesión 10 – Entrenamiento en recursos de afrontamiento: Afrontamiento instrumental resolución de problemas 2

- Análisis de factores involucrados: manejables y no manejables
- Generar opciones para diferentes factores
- Analizar viabilidad de opciones
- Recursos necesarios
- Resultados posibles

- Reestructuración cognitiva

- Información por parte de representante de 1 recurso comunitario

Sesión 11 – Procesos de integración comunitaria y redes sociales

- Revisión del trabajo realizado durante el programa
- Recursos fisiológicos, apoyo social, recursos de afrontamiento, análisis de problemas y generación de nuevas opciones
- Recursos de participación social y comunitaria
- Análisis de los diferentes recursos, adecuación y utilización
- Representantes de 1-2 diferentes recursos comunitarios

Sesión 12 – Cierre de grupo (sesión de 2 horas de duración)

- Narrativa del proceso realizado
- Potenciar el grupo como sistema de apoyo emocional e instrumental
- Nuevas posibilidades de actuación
- Transición 2ª fase Información necesaria sobre las líneas de continuación
- Evaluación de aprendizaje y desarrollo
- Despedida y cierre de programa

Menores e adolescência

Minors and adolescences

Menores y adolescencia



Resiliencia comunitaria y bienestar en adolescentes en desprotección socio-familiar

Carolina Alzugaray

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España.

Profesora en la Universidad de Santo Tomás, Concepción, Chile.

ID ORCID: [0000-0001-5387-4623](https://orcid.org/0000-0001-5387-4623)

E-mail: cbalzugaray@gmail.com

Estibaliz Mateos-Pérez

Doctora en Psicología por la Universidad de Deusto, Bilbao, España.

Profesora en el Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España.

ID ORCID: [0000-0003-2173-9691](https://orcid.org/0000-0003-2173-9691)

E-mail: estibaliz.mateos@ehu.es

Saioa Teletxea Artzamendi

Doctora, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España

Profesora agregada, Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España.

ID ORCID: [0000-0003-3682-9155](https://orcid.org/0000-0003-3682-9155)

ID WOS: [K-4927-2014](https://orcid.org/K-4927-2014)

E-mail: saioa.telletxea@ehu.es

Submetido em: 27/05/2020. Aprobado em: 30/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

La Resiliencia Comunitaria (RC) es objeto de un creciente interés en los últimos años. La RC se define como la capacidad de una comunidad para afrontar las adversidades colectivas, regulando las emociones colectivas, y usando de manera efectiva los recursos comunitarios y el capital social, para construir una percepción de eficacia colectiva. En segundo lugar, un estudio de casos y controles evaluó la RC en adolescentes de dos países (España y Chile), comparando un grupo de jóvenes en desprotección familiar bajo supervisión de los servicios sociales y jóvenes en situación normalizada viviendo con sus familias (N = 522, 45.2% mujeres, edad media M = 15.47, D = 1.29, 109 de Chile (45 casos y 64 controles) y de País Vasco (39 casos y 374 controles). Se describen la situación de los menores en dos contextos con sistemas de protección social. Se comparan los niveles de RC en sus dimensiones Regulación Emocional, Capital Social y Eficacia Colectiva, y el grado de soporte social familiar y de pares. Este estudio avanza en el conocimiento de los modos en que se puede promover la resiliencia comunitaria con el fin de fortalecer a los adolescentes en situación de alto riesgo y vulnerabilidad socio-familiar. Se proponen líneas de actuación en el trabajo con menores en situación de desprotección en función del contexto social y las políticas sociales del país.

Palabras clave: Adolescentes. Resiliencia Comunitaria. Exclusión social

Resiliência comunitaria e bem-estar em adolescentes em desproteção sócio-familiar

RESUMO

A resiliência comunitária (RC) tem sido objeto de crescente interesse nos últimos anos. A RC é definida como a capacidade de uma comunidade para enfrentar adversidades coletivas, regular emoções coletivas e usar efetivamente os recursos da comunidade e o capital social, para construir uma percepção da eficácia coletiva. Em segundo lugar, um estudo de caso e controle, avaliou a RC em adolescentes de dois países (Espanha e Chile), comparando um grupo de jovens em estado de desproteção familiar e que estava sob a supervisão de serviços sociais e jovens em situação de normalidade que estavam morando com suas famílias (N = 522, 45,2% mulheres, idade média M = 15,47, D = 1,29, 109 do Chile (45 casos e 64 controles) e do País Basco (39 casos e 374 controles). São descritas a situação dos menores em dois contextos com sistemas de proteção social. São comparados os níveis de RC em suas dimensões Regulação Emocional, Capital Social e Eficácia Coletiva e o grau de apoio social da família e dos pares. Este estudo avança no conhecimento das maneiras pelas quais a promoção da resiliência comunitaria, com o objetivo de fortalecer os adolescentes em situações de alto risco e vulnerabilidade sócio-familiar. São propostas no estudo, linhas de ação com menores em situações de falta de desproteção proteção, em função do contexto social e das políticas sociais do país.

Palavras-chave: Adolescentes. Resiliência da comunidade. Exclusão social.

Community resilience and well-being in adolescents in socio-family deprotection

ABSTRACT

Community Resilience (CR) has been the subject of increasing interest in recent years. CR is defined as the capacity of a community to face collective adversities, regulating collective emotions, and effectively using community resources and social capital, to build a perception of collective efficacy. Second, a case and control study evaluated CR in adolescents from two countries (Spain and Chile), comparing a group of young people in social risk families under the supervision of social services and youth in a normal situation, living with their general families (N = 522, 45.2% women, average age M = 15.47, SD = 1.29, 109 from Chile (45 cases and 64 controls) and from the Basque Country (39 cases and 374 controls). The situation of adolescents is described in two contexts with disparate social protection systems and human development indices (HDI), comparing CR levels in their dimensions Emotional Regulation, Social Capital and Collective Efficacy, and the degree of family and peer social support This study advances in the knowledge of the ways in which community resilience can be promoted in order to strengthen adolescents in situations of high risk and socio-family vulnerability. Lines of action are proposed in working with minors in situations of lack of protection depending on the social context and social policies of the country.

Key-words: Adolescents. Community Resilience. Social Exclusion.

INTRODUCCIÓN

El concepto de desarrollo positivo sostiene que todos y todas las adolescentes poseen fortalezas y que estas deben identificarse, construirse y utilizarse a través de intervenciones eficaces, que favorezcan la adopción de conductas positivas. Por tanto, resulta necesario incluir conceptos aportados por la Psicología Positiva, como el bienestar subjetivo y satisfacción con la vida en el estudio de la adolescencia (GIMÉNEZ; VÁSQUEZ; HERVÁS, 2010; LUNA BERNAL; LACA AROCENA; MEJÍA CEBALLOS, 2011). Dentro de esta línea, la resiliencia otorga una mirada positiva, destacando los elementos que afectan de forma favorable el desarrollo infanto-juvenil, permitiendo reorientar la visión de la adolescencia. Hasta la fecha, la mayor parte de la investigación sobre resiliencia se ha centrado en cohortes normativas, sin embargo, para comprender mejor el proceso de resiliencia, es necesario realizar investigaciones que se centren en subpoblaciones específicas de personas jóvenes expuestas a niveles de riesgo atípicamente altos porque la resiliencia es el fruto de la adaptación positiva frente a situaciones extremas de adversidad (WINDLE; BENNETT; NOYES, 2011).

El presente trabajo tiene por fin evaluar la resiliencia individual y la resiliencia comunitaria en adolescentes que se encuentren en situación de exclusión social en dos contextos socioculturales distintos, Chile y País Vasco, y compararlos con muestra normativas de pares.

INFANCIA Y EXCLUSIÓN SOCIAL

La exclusión social es un proceso complejo y multidimensional, implica la falta o la negación de recursos, derechos, bienes y servicios, y la incapacidad de participar en las relaciones y actividades normales, disponibles para la mayoría de las personas en una sociedad, ya sea en el ámbito económico, social, cultural o político. Afecta tanto la calidad de vida de los individuos como la equidad y cohesión de la sociedad en su conjunto (CROUS; BRADSHAW, 2017).

Si bien la pobreza no equivale a exclusión social ésta aparece como un importante indicador de exclusión social (JEHOEL-GIJSBERS; VROOMAN, 2007; SUBIRATS et al, 2004), que suele afectar de manera importante a la infancia (CEPAL; UNICEF; SECIB, 2001). Las poblaciones en alto riesgo social son las primeras en ser «expulsadas» de un sistema educativo inflexible a la realidad de las y los niños con necesidades particulares (CEPAL, 2002). Al mismo tiempo, las personas que viven bajo condiciones de pobreza se ven forzadas a enfrentar múltiples eventos vitales estresantes durante su infancia y adolescencia (HACKETT *et al.*, 2000) y dichos eventos tienden a ser más numerosos y más serios que aquellos sufridos por la población general y ocurren en etapas de vida más tempranas (VÁZQUEZ; PANADERO; RINCÓN, 2010).

CONTEXTO: INFANCIA Y POLÍTICAS PÚBLICAS

Una estimación de la población entre 5 y 17 años en Chile señala que un 6.6% (219.000) de ellos se encuentran en situación de trabajo infantil el 36.6% viven en hogares en situación de pobreza por ingresos (MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL, 2012). Otros datos indican que un 71% de los niños, niñas y adolescente declaran haber sido víctima de algún tipo de violencia por parte de su madre y/o padre, y un 26% declaran haber sido víctima de violencia física grave por parte de su madre y/o padre (UNICEF, 2012). Asimismo, los embarazos adolescentes son comunes, así el 7% de las adolescentes, entre 12 y 19 años, han sido madres, 91% de ellas pertenece al 60% más pobre de la población.

Respecto a los y las adolescentes en situación de protección social, 157.082 niños, niñas y adolescentes están bajo la tutela de los servicios de protección infantil, y el 6.6% están bajo supervisión de SENAME (protección especializada) y viven en residencias de menores en protección. Respecto a los datos judiciales, 17.562 (24%) adolescentes son menores infractores bajo el régimen de justicia juvenil que están privados de libertad.

En el País Vasco, el Área del Menor y la Familia del Instituto Foral de Bienestar Social es la institución encargada de la protección de los menores en situación de desprotección. En la provincia de Álava y en el año 2018, fueron atendidos un total de 1.315 personas menores de edad, de las cuales 384 correspondían a nuevos casos. Del total de personas menores de edad atendidas, 449 personas fueron separadas del núcleo familiar y 334 tuteladas por las instituciones. Entre los programas de intervención destinados a menores separados del núcleo familiar cabe resaltar el acogimiento familiar y el acogimiento residencial (DIPUTACIÓN FORAL DE ÁLAVA, 2004). El acogimiento familiar es un servicio para menores que no pueden ser adecuadamente atendidos por sus familias en sus propios hogares, y que están capacitados para aceptar otros vínculos familiares y participar en la vida familiar y comunitaria sin peligro para otras personas. A finales de 2018, 105 personas se encontraban en acogimiento familiar, 72 en familia extensa y 33 en familia ajena (COMUNICACIÓN PERSONAL, 2019). Por su parte, el acogimiento residencial está destinado a menores que presentan problemas serios de adaptación personal y social. Los datos disponibles a fecha 31 de diciembre señalan que 227 personas se encontraban en acogimiento residencial, de los cuales 93 de ellas eran menores extranjeros no acompañados (MENAs) (COMUNICACIÓN PERSONAL, 2019). Además de los hogares y centros de atención residencial se desarrollan varios tipos de Programas (p. ej., Programa de Atención de Urgencia, Programa de Atención a Jóvenes con Graves Problemas de Comportamiento, Programa de Preparación para la Emancipación y Programa de Seguimiento Post-Acogimiento).

RESILIENCIA INDIVIDUAL

Como se ha evidenciado, las condiciones psicosociales adversas en la vida familiar impactan en desarrollo socioemocional y la salud mental de los y las niñas (COVA; MAGANTO; MELIPILLÁN, 2005; MARTÍN *et al.*, 2004; ROBERTS; TYNJÄLÄ; KOMKOV, 2004; RODRÍGUEZ *et al.*, 2006).

Sin embargo, el bienestar psicológico y la salud no estarían influidos solamente por la ocurrencia de eventos estresantes, sino que también por la valoración de tales eventos y la forma en que los adolescentes afrontan el estrés experimentado (FRYDENBERG, 2014).

Es así como la resiliencia surge para explicar el desarrollo de individuos psicológicamente sanos pese a estar expuestos a condiciones de adversidad. La Resiliencia se entiende como la capacidad de salir indemne de una experiencia adversa, aprender y mejorar de ella (VERA POSECK; CARBELO BAQUERO; VECINA JIMÉNEZ, 2006); para seguir proyectándose en el futuro a pesar de acontecimientos desestabilizadores, de condiciones de vida difíciles y de traumas a veces graves (MANCIAUX *et al.*, 2001).

Un metaanálisis (LEE *et al.*, 2013), con 31,071 participantes y 33 estudios, encontraba que los factores protectores presentaban los mayores tamaños del efecto sobre la Resiliencia, entre ellos el optimismo, afecto positivo, autoeficacia, autoestima y apoyo social. Dentro de los factores de riesgo se incluían: ansiedad, depresión, afecto negativo, estrés percibido, y trastorno por estrés post traumático. La autoeficacia en primer lugar, el afecto positivo y el optimismo presentaban los efectos más importantes, lo cual ahonda en la idea de que los individuos resilientes usan estrategias adecuadas de afrontamiento que alimenta su autoeficacia y usan el afecto positivo para protegerse frente a los hechos traumáticos. Una consecuencia de este razonamiento es que la intervención debería centrarse más en fortalecer los factores protectores que en disminuir los factores de riesgo.

La calidad del cuidado, cariño y compromiso en las relaciones intrafamiliares constituye un factor protector para los jóvenes, así la presencia de la familia puede amortiguar la influencia de ambientes nocivos y evitar que se acumulen riesgos en formas que desafían las trayectorias de desarrollo saludable de los niños y niñas.

De este modo, la resiliencia será el resultado de la capacidad de los jóvenes individuales y sus familias para navegar en su camino hacia los recursos que necesitan para enfrentar la adversidad de manera que se ajuste a las demandas de sus contexto tanto sociales y físicas (ALI *et al*, 2004).

Diversos estudios han mostrado la influencia de la resiliencia en la valoración satisfactoria de la trayectoria vital y en la experimentación de emociones positivas, en un estudio con 1.250 adolescentes de 12 a 15 años se encontró que los jóvenes resilientes reportaron altos niveles de satisfacción con la vida y afecto positivo, así como se observaba que el apoyo de las amistades se asociaba a mayor afecto positivo, mientras que el afecto negativo disminuía con el apoyo familiar (RODRÍGUEZ-FERNÁNDEZ *et al*, 2016).

DOMINIO COMUNAL Y APOYO SOCIAL

La etapa evolutiva de la adolescencia se caracteriza por la búsqueda de autonomía y conexiones con los pares, siendo una importante fuente de información para la conformación de la identidad. En este escenario, el dominio comunal es la creencia de que uno es capaz de alcanzar metas de manera exitosa por la virtud de estar interconectado con otros (HOBFOLL *et al*, 2002), es una forma de competencia social que puede reducir el estrés entre los adolescentes; porque estar conectado con los otros supone un compromiso y la conformidad con las expectativas o necesidades del grupo, de manera que las personas con alto dominio comunal es más probable que empleen formas de afrontamiento comunales, se preocupen más por los demás, y mantengan vínculos con redes sociales satisfactorias (FRYDENBERG, 2014; HOBFOLL *et al*, 2002).

Del mismo modo, la interacción social que establece el/la joven adolescente con sus amistades o pares puede conformar un factor protector, pero en otros casos suple las carencias del grupo familiar disfuncional, aumentando la probabilidad de adoptar conductas de riesgo y desviadas de sus pares cuando existe una falta de control parental y formal (FLORENZANO *et al*, 2010; MURRY *et al*, 2011).

RESILIENCIA COMUNITARIA

Cuando los estresores que afectan a colectivos de personas impulsan conductas adaptativas después de catástrofes naturales o sociales se habla de Resiliencia Comunitaria (RC). Las comunidades pueden incorporar estrategias de supervivencia, formas de organización, compromiso, vinculación y otras experiencias para establecer nuevos lazos sociales y laborales, adaptarse y continuar con la vida (ARCINIEGA, 2013). Han sido diversas las definiciones aplicadas a la RC, una revisión de sus componentes identificó 24 atributos de la RC que se agruparon en tres grandes dimensiones (ALZUGARAY *et al*, 2018):

- 1) Regulación Emocional: referida a la modificación de la experiencia emocional y sus expresiones en términos de su frecuencia, forma, duración e intensidad (GROSS, 2008; PUENTE *et al*, 2018). En el contexto de adversidades y traumas colectivos, las comunidades deben lidiar con emociones compartidas y movilizar recursos para así regular dichas emociones (NEVILLE; REICHER, 2011; VAN KLEEF; FISCHER, 2016).
- 2) Capital Social (CS): entendido como las redes, normas y confianza social que facilitan la coordinación y cooperación para beneficio mutuo (PUTMAN, 1995). Es así como una comunidad resiliente cuenta con capital social para afrontar cambios y adversidades. La confianza social en combinación con la reciprocidad y la cooperación proporciona beneficios a quienes establecen esta relación (DURSTON, 2002). Por ello, tanto el capital social como el bienestar social se encuentran asociados entre sí (KEYES; SHAPIRO, 2004).
- 3) Eficacia Colectiva (EC). El concepto de eficacia colectiva (BANDURA, 1997) se puede extender a grupos y colectivos y se describe como la creencia de los miembros sobre las competencias grupales y la capacidad de obtener ciertos logros, configurando un predictor importante de la capacidad del grupo para lograr metas.

En consecuencia, influye en las tendencias colectivas hacia la planificación, el uso de recursos compartidos, la gestión de conflictos y las formas de cooperación y autonomía en la gestión de los servicios sociales (CARROLL; ROSSON; ZHOU, 2005).

En conclusión, se define la RC como un proceso a través del cual un grupo o comunidad afronta eventos y/o adversidades (tanto naturales como socio-políticas) usando estrategias colectivas para regular emociones compartidas (Regulación Emocional), movilizandorecursos tanto materiales como humanos de apoyo mutuo (Capital Social), y desarrollando en el proceso un sentido colectivo de eficacia (Eficacia Colectiva).

OBJETIVO E HIPÓTESIS

Este estudio busca evaluar la RC y la RI en adolescentes que se encuentren en situación de exclusión social asociada a vulneraciones de derechos en comparación con adolescentes de población general, en un estudio de casos y controles en dos contextos distintos (Chile y País Vasco). Para ello se comparan la resiliencia comunitaria y sus correlatos psicosociales en dos grupos pertenecientes a dos contextos socio-culturales divergentes (Chile versus País Vasco) en dos colectivos de adolescentes sujetos a situaciones de desprotección social, y ambos insertos en programas comunitarios de supervisión bajo las entidades oficiales correspondientes a ambos países.

HIPÓTESIS:

Hip. 1. La Resiliencia se desarrolla en situaciones de adversidad esperando que los adolescentes que han afrontado situaciones adversas han podido desarrollar la capacidad de adaptación y resistencia ante las mismas (RI). La RC se espera sea menor en aquellos colectivos que viven en situaciones comunitarias de vulnerabilidad social, desprotección familiar y falta de apoyo familiar. En este sentido, se explorará la RC en las distintas muestras de casos y controles en Chile y País Vasco.

Hip. 2. La RC se relacionará positivamente con la Integración social en la comunidad y los grupos de pertenencia, así como con el sentido de Dominio Comunal o sentido de eficacia de los individuos ante la adversidad en conexión con los demás miembros. De modo que la integración comunitaria y el dominio comunal promoverá la RC.

Hip. 3. Tanto la RC, la RI como el apoyo social, en especial de la familia entre los adolescentes, se relacionará positivamente con los índices de bienestar subjetivo, tanto la satisfacción con la vida y sus dominios, como la salud mental (emocional GHQ12). Complementariamente, se observará que RC y RI se relacionan positivamente entre sí, pero constituyen elementos diferenciados.

MÉTODO

Se trata de un estudio de casos y controles, en dos regiones de Chile y del País Vasco (Provincia de Álava). Se seleccionaron casos de adolescentes en situación de desprotección y bajo la supervisión y/o tutela de los servicios sociales de los respectivos países. Como controles se seleccionaron adolescentes de edades similares escolarizados.

MUESTRAS

La muestra total se compuso por 522 adolescentes de ambos sexos (45.2% mujeres) y de edades comprendidas entre 13 a 18 años ($M = 15.44$, $DE = 1.26$). La distribución por país y grupo puede apreciarse en la tabla 1. No hubo diferencias estadísticamente significativas entre la muestra de casos ($M = 15.62$, $DE = 1.33$), y controles ($M = 15.41$, $DE = 1.24$) en función de la edad ($F_{(1,522)} = 1.99$, $p = .158$, ni del sexo ($\chi^2_{(522)} = 2.042$, $p = .188$).

VARIABLES E INSTRUMENTOS

Resiliencia Comunitaria (ALZUGARAY *et al*, 2018) es una medida de auto reporte que evalúa la percepción de relaciones y capacidades comunitarias (véase Tablas 1 y 2 para datos descriptivos y fiabilidad). La versión abreviada consta de 12 ítems agrupados en tres dimensiones: Regulación Emocional (RE; por ej., “Durante una

adversidad somos capaces de manejar sentimientos desagradables como tristeza y enfado"); Capital Social (CS; ej. *Nuestra comunidad trabaja con organizaciones y agencias fuera de la comunidad para obtener lo que necesita durante una adversidad*) y Eficacia Colectiva (EC; por ej., *Nuestra comunidad es capaz de resolver adversidades por sí sola antes de recibir ayuda externa*"). El formato de respuesta varía de 1= totalmente en desacuerdo a 5 = totalmente de acuerdo.

Resiliencia Individual (MALTBY; DAY; HALL, 2015). Medida que evalúa el rasgo resiliencia, en una escala de 12 ítems derivada de 3 mecanismos comunes identificados en la teoría ecológica: *Recuperación* o habilidad para recuperarse de las situaciones adversas, así como la rapidez en recuperar el equilibrio (ej. *Me recupero de un momento difícil con rapidez*"); *Ecología* o capacidad para mantenerse en funcionamiento, ser robusto y persistente para mantener un estado estable y ser resistente a la perturbación (ej. *Incluso cuando hay problemas, soy capaz de funcionar (trabajar bien) para lograr mis metas*"); *Adaptación* o la motivación para adaptarse, estar abierto al cambio y variar sus funciones clave (por ej., *situaciones inciertas despiertan mi interés* o *Me gusta cuando la vida cambia*"). El formato de respuesta varía de 1= totalmente en desacuerdo a 5= totalmente de acuerdo.

Dominio Comunal (HOBFOLL *et al*, 2002). Compuesta por 8 ítems, es una medida de percepción de eficacia de los individuos ante desafíos de la vida, en virtud de estar interconectados con otros. Es una escala Likert cuyos valores van de 1= totalmente en desacuerdo a 4 = totalmente de acuerdo. Ejemplos de ítems son: *Con la ayuda de personas cercanas a mí tengo un mayor control sobre mi vida* (referida a personas en general; *Trabajando juntos con amigos y familia puedo resolver la mayoría de los problemas que tengo*).

Integración social (dimensión de la Escala de Bienestar Social), versión adaptada de la escala original de Keyes (1998) por Bobowik, Basabe y Páez (2015). Consta de 5 ítems (por ej., *Siento que soy una parte importante de mi comunidad*) con un formato de respuesta de 1 (totalmente en desacuerdo) a 5 (totalmente de acuerdo).

Satisfacción con la vida (Escala breve de SV para estudiantes (SLSS), OYANEDEL *et al*, 2014). Este instrumento específicamente para niños y adolescentes, se compone de 5 ítems referidos a la Satisfacción con la Vida en los ámbitos de: familia, amigos, escuela, sí mismo (autoimagen), y barrio en el que vive. Las categorías de respuesta fueron de 1= nada a 5=totalmente satisfecho.

Salud Mental (General Health Questionnaire GHQ-12, LOBO; MUÑOZ, 1996) es una medida para evaluar Salud Mental. Es un cuestionario auto administrado con 6 ítems redactados positivamente que se refieren a la salud (por ej., *¿Has podido concentrarte bien en lo que hacías?*). Las opciones de respuesta van desde "más de lo habitual " a "mucho menos de lo habitual". y 6 ítems referidos a enfermedad redactados negativamente cuyas opciones de respuesta van desde "en absoluto " a "mucho más de lo habitual ". El puntaje para cada respuesta varía de 0 a 3. Además, de la puntuación cuantitativa total se proponen puntos de corte para valorar los posibles casos en riesgo de salud mental. Tait, Hulse y Robertson (2002) revisaron los estudios de validación de la escala GHQ en población adolescente donde se aplicaron puntos de corte entre 5/6. Dada la alta prevalencia que reporta esta medida se van a aplicar en este estudio dos puntos de corte $GHQ12 \geq 5$ y ≥ 6 .

Apoyo Social (Escala de Apoyo Social, MOSQUEDA DÍAZ *et al*, 2005). Esta medida que evalúa al conjunto de aportes que se reciben de las relaciones establecidas con otros, está compuesta de dos dimensiones un referida al apoyo por parte de los amigos (por ej., *puedo contar con mis amigos cuando tengo problemas*) y otra al apoyo de la familia (por ej., *mi familia me ayuda a tomar decisiones*).

Consta de 12 ítems en formato Likert cuyas respuestas van de 1 =casi nunca a 4 = siempre.

Escala de Sucesos Vitales Estresantes (SV) Se han seleccionados un listado de 23 sucesos de cambio y negativos relativos a sí mismo y a otras personas significativas, que pueden ser experimentados por el adolescente en los contextos de la familia, la escuela o el grupo de iguales. Este listado se ha tomado de la versión adaptada por Basabe y Amutio (2003) de la escala original de Holmes y Rahe (1967), a la que se añaden sucesos violentos de la escala de Norris (1990).

Todos los índices de consistencia interna (coeficientes alpha de Cronbach) de las variables en estudio son adecuados (véase Tabla 2).

PROCEDIMIENTO

Para la selección de muestras tanto en Chile como en el País Vasco se tomó contacto con los servicios de protección social a través de sus programas. Del listado del registro de personas usuarias se seleccionaron los y las participantes que cumplían los criterios de inclusión (autorización de un adulto, familiar o tutor de la institución responsable y consentimiento informado) y exclusión (trastornos mentales severos, diversidad funcional intelectual, no alfabetizados).

Con el objeto de reclutar a los grupos controles, en Chile, se contactó con dos centros escolares de las mismas comunas, se trata de una zona de alta vulnerabilidad social con altas tasas de pobreza y desempleo (INE, así como por el aumento de consumo y tráfico de drogas) (SENDA, 2014).

En el caso del País Vasco, se seleccionaron dos grandes centros escolares de la ciudad de Vitoria, un centro público y un centro concertado privado y dentro de ellos todas las modalidades de grupos escolares para la edad de 14 a 18 años. Se equipararon ambos grupos en edad y sexo.

En la muestra de casos, la aplicación de los cuestionarios se hizo por medio de entrevistas individuales, llevadas a cabo por dos psicólogas con formación clínica y de investigación de modo que se pudo garantizar el apoyo y asesoramiento psicosocial adecuado si se detectase algún caso de riesgo o si alguna persona participante se viera afectada durante las entrevistas. En Chile, las entrevistas se realizaron en las dependencias del programa en los despachos habilitados para ello. En el País Vasco las entrevistas se realizaron en dependencias de los servicios sociales, en centros públicos y en la universidad. La duración aproximada de las entrevistas fue de 45 minutos.

Este proyecto contó con el visto bueno del Comité de Ética de la Universidad Santo Tomás de Chile (código 186, 2016), y del Comité de Ética en Investigación CEISH de la UPV/EHU. Así como, con la autorización de la dirección nacional del Servicio Nacional de Menores (SENAME), y de la Diputación Foral de la Provincia de Álava. Tanto los progenitores y/o tutores como los alumnos firmaron los consentimientos informados.

Los estadísticos descriptivos, coeficientes alfa de fiabilidad e índices de correlación se estimaron por medio del programa SPSS V23.

RESULTADOS

Tabla 1 – Estadísticos descriptivos para las variables en estudio: País Vasco y Chile

	Total N = 522				País Vasco N = 413				Chile N = 109			
	Casos N = 84		Control N = 438		Casos N = 39		Control N = 374		Casos N = 45		Control N = 64	
	M	DE	M	DE	M	DE	M	DE	M	DE	M	DE
Resiliencia Comunitaria	3.52	0.59	3.59	0.55	3.54	0.62	3.60	0.52	3.50	0.57	3.49	0.66
Regulación Emocional	3.64	0.68	3.80	0.70	3.69	0.54	3.84	0.67	3.59	0.78	3.60	0.83
Capital Social	3.25	0.87	3.28	0.74	3.35	0.93	3.25	0.73	3.16	0.80	3.45	0.78
Eficacia Colectiva	3.67	0.80	3.68	0.65	3.59	0.83	3.73	0.63	3.75	0.78	3.42	0.75
Dominio Comunal	3.05	0.52	3.15	0.43	3.19	0.48	3.15	0.42	2.93	0.53	3.17	0.47
Resiliencia Individual	3.56	0.65	3.28	0.63	3.39	0.57	3.27	0.61	3.66	0.70	3.37	0.72
Recuperación	3.09	1.04	3.07	0.97	2.97	0.99	3.05	0.97	3.20	1.09	3.22	1.01
Ecológica	3.84	0.82	3.51	0.74	3.63	0.75	3.50	0.73	4.01	0.85	3.57	0.85
Adaptación	3.68	0.86	3.26	0.88	3.58	0.86	3.25	0.85	3.77	0.86	3.31	1.04
Integración Social	3.69	0.99	3.35	0.84	3.78	0.96	3.45	0.80	3.60	1.03	2.76	0.88
Satisfacción con la vida	3.77	0.72	3.87	0.62	3.86	0.63	3.89	0.62	3.70	0.79	3.75	0.64
Sucesos vitales	0.28	0.20	0.12	0.19	0.33	0.22	0.12	0.12	0.23	0.15	0.11	0.20

Nota.- M media DE desviación estándar, las medidas GHQ y Apoyo social se obtuvieron solo en la muestra de País Vasco

Las puntuaciones medias por país y grupos de casos y controles correspondientes a las variables en estudio se muestran en la Tabla 1 (*Hip 1*). Respecto a la escala completa de RC, no se encuentran diferencias estadísticamente significativas por grupo ($F_{(1, 518)} = 0.139, p = .710$) o país ($F_{(1, 518)} = 1.196, p = .275$). Considerando las dimensiones de la escala, la Regulación Emocional (RE) es menor en Chile que en el País Vasco ($F_{(1, 518)} = 3.711, p = .05$) y no hay diferencias por grupo ($F_{(1, 518)} = 0.825, p = .364$).

El Capital social es menor en la muestra de casos de Chile en comparación con la muestra de casos del País Vasco ($t_{(436)} = 2.052, p = .041$) y no hay diferencias en el grupo control ($t_{(82)} = -0.980, p = .33$) (interacción grupo y país: $F_{(1, 518)} = 3.988, p = .046; \eta_{p2} = .008$). La percepción de Eficacia colectiva es mayor en la muestra control del País Vasco en comparación con la muestra control chilena ($t_{(436)} = -3.476, p = .001$) y no hay diferencias en el grupo de casos ($t_{(82)} = 0.910, p = .366$) (interacción grupo y país: $F_{(1, 518)} = 7.167, p = .008; \eta_{p2} = .014$).

El Dominio comunal (DC) es algo mayor en el grupo de casos del País Vasco comparado con el chileno ($t_{(82)} = -2.325, p = .023$) y no hay diferencias en el grupo control ($t_{(436)} = 0.250, p = .803$ (interacción grupo y país: $F_{(1, 518)} = 5.746, p = .017; \eta_{p2} = .011$).

Con respecto a la Resiliencia Individual, para la escala total hubo diferencias por grupo ($F_{(1, 518)} = 6.600, p = .01, \eta_{p2} = .013$) y por país ($F_{(1, 518)} = 5.136, p = .024, \eta_{p2} = .01$), con mayores puntuaciones en el grupo de casos que en el control y mayor en Chile que en el País Vasco. Teniendo en cuenta las distintas dimensiones de la RI, no hay diferencias estadísticamente significativas en la capacidad de Recuperación (por grupo $F_{(1, 518)} = 0.176, p = .675$, o país $F_{(1, 518)} = 2.534, p = .112$). La Resiliencia Ecológica es mayor en el grupo de casos que en el control ($F_{(1, 518)} = 8.790, p = .003, \eta_{p2} = .017$), y mayor en Chile que en el País Vasco ($F_{(1, 518)} = 5.304, p = .022, \eta_{p2} = .01$). Con relación a la capacidad de Adaptación, es mayor en el grupo de casos que en el control ($F_{(1, 518)} = 12.227, p = .001, \eta_{p2} = .023$), y no hay diferencias entre países ($F_{(1, 518)} = 1.313, p = .252$).

Con respecto a la dimensión de Integración social del Bienestar social hay un efecto de interacción grupo y país ($F_{(1, 518)} = 5.331, p = .021; \eta_{p2} = .01$), siendo menor la IS en el grupo de Chile que en el País Vasco ($t_{(436)} = -6.215, p \leq .001$) y no hay diferencias en el grupo de casos ($t_{(82)} = -0.822, p = .413$).

En la puntuación global de Satisfacción con la vida (índice sumatorio de los 6 ítems de la escala), no se muestran diferencias estadísticamente significativas (por grupo $F_{(1, 518)} = 0.248, p = .618$, o país $F_{(1, 518)} = 3.221, p = .073$). No obstante, diferenciando por dominios, en la satisfacción con la familia hay un efecto de interacción grupo y país ($F_{(1, 518)} = 5.331, p = .021; \eta_{p2} = .01$), de manera que la satisfacción familiar es mayor en el grupo control del País Vasco ($M= 4.08, DE = 0.973$) que en el de Chile ($M= 3.78, DE = 1.091$) ($t_{(436)} = -2.717, p \leq .007$, y no hay diferencias en la muestra de casos (Chile $M= 3.91, DE = 1.104$ versus País Vasco $M= 3.77, DE = 1.347, t_{(82)} = 0.530, p = .597$).

Por su parte, la satisfacción con los amigos es mayor en el País Vasco ($M= 4.29, DE = 0.780$) que en Chile ($M= 3.88, DE = 1.025$) ($F_{(1, 518)} = 17.268, p \leq .001; \eta_{p2} = .032$).

Se encuentran diferencias en la satisfacción consigo mismo en función del grupo ($F_{(1, 518)} = 5.554, p = .019, \eta_{p2} = .011$) y del país ($F_{(1, 518)} = 3.885, p = .049, \eta_{p2} = .007$), de modo que los jóvenes de la muestra de casos están más satisfechos ($M= 4.07, DE = 1.128$) comparados con sus controles ($M= 3.86, DE = 1.097$), y los vascos están más satisfechos ($M= 3.93, DE = 1.080$) que los chilenos ($M= 3.74, DE = 1.182$).

Si bien no se encuentran diferencias en la satisfacción general con la vida por grupo ($F_{(1, 518)} = 2.013, p = .157$) o país ($F_{(1, 518)} = 0.157, p = .692$), se observa un efecto de interacción entre género y país ($F_{(1, 518)} = 16.014, p \leq .001; \eta_{p2} = .030$). De modo que los hombres vascos ($M= 3.97, DE = 0.932$), están más satisfechos que sus pares chilenos ($M= 3.44, DE = 1.244$) ($t_{(284)} = -3.531, p \leq .001$), y las mujeres chilenas ($M= 3.91, DE = 0.917$), más satisfechas que sus pares vascos ($M= 3.60, DE = 0.921$) ($t_{(234)} = 2.125, p = .035$).

Las medidas de salud emocional GHQ12 y apoyo social se completaron para el País Vasco y no en Chile. En el País Vasco no hay diferencias en la medida cuantitativa del GHQ12 entre el grupo de casos y control ($F_{(1, 410)} = 0.066, p = .797$). Tampoco se encuentran diferencias entre grupo control y casos en la estimación de los casos en riesgo, si se considera el criterio del punto de corte de casos (GHQ12 ≥ 5 puntuación de riesgo), se estiman 34% de casos en la muestra de casos y 33% en el control ($\chi^2_{(1,412)} = 0.004, p = 1$); aplicando un criterio más conservador (GHQ12 ≥ 6 puntuación de riesgo), 24% casos versus 27% control ($\chi^2_{(1,412)} = 0.231, p = .705$). Teniendo en cuenta las diferencias por género, el 26% de los hombres y el 46% de las mujeres de la muestra de casos obtienen puntuaciones de riesgo (sin diferencias estadísticamente significativas $\chi^2_{(1,38)} = 1.663, p = .295$), mientras que en el grupo control el 28% de los hombres y el 41% de las mujeres obtienen puntuaciones de riesgo (con

diferencias significativas ($\chi^2_{(1,374)} = 7.051, p = .008$). Aplicando un criterio más conservador (GHQ12 ≥ 6 puntuación de riesgo), para los casos el 26% de los hombres y el 20% de las mujeres obtienen puntuaciones de riesgo (no habiendo diferencias estadísticamente significativas por género ($\chi^2_{(1,38)} = 0.181, p = 1$), mientras que en el grupo control el 21% de los hombres y el 35% de las mujeres obtienen puntuaciones de riesgo (con diferencias significativas $\chi^2_{(1,374)} = 8.822, p = .003$).

En relación a la escala de apoyo social, no se encuentran diferencia en la puntuación total entre grupos control y casos ($F_{(1, 410)} = 2.089, p = .149$), sin embargo, el apoyo familiar es mayor en el grupo control que en el de casos ($F_{(1, 410)} = 4.776, p = .029$; $\eta_{p2} = .012$), no habiendo diferencias en el apoyo de los amigos/as ($F_{(1, 410)} = 0.001, p = .975$).

Por último, el número de sucesos vitales experimentados durante el último año es sustancialmente mayor en el grupo de casos que en control ($F_{(1, 518)} = 40.506, p \leq .0001, \eta_{p2} = .073$), y mayor en Chile que en País Vasco ($F_{(1, 518)} = 4.991, p \leq .026, \eta_{p2} = .01$).

El tipo de sucesos relatados por los jóvenes, en su mayor parte se trata de sucesos mayores con una alta prevalencia en la muestra de casos en comparación con la muestra control, por ejemplo, problemas de salud física o mental grave de alguno de los padres. 42% versus 20%. problemas con el alcohol o drogas de alguno de los padres: 51% versus 11%, divorcio o separación de los padres: 60% versus 28%, fuga del sitio en que vive/vivía: 42% versus 8%, criado por personas diferentes a los padres: 50% versus 10%, maltrato físico o sexual (ámbitos: familia, pareja, adultos, pares): 44% versus 8%. En Chile hay mayores hechos estresantes que en el País Vasco en 14 del total de 23 sucesos estresantes (todas las $p \leq .05$), por ejemplo, problemas con el alcohol o drogas de alguno de los padres: 38% versus 12%.

En relación a las hipótesis 2 y 3 se pueden apreciar las correlaciones entre las variables de estudio en la Tabla 2. Los coeficientes de correlación r de Pearson indican que la RC se asocia moderadamente con el Dominio Comunal, la Integración Social, el Apoyo Social de la familia y el grupo de pares (*Hip. 2*), y la Satisfacción global con la vida y sus dominios (*Hip. 3*). La relación entre RC y RI es media ($r = .23$), y es importante para la Resiliencia Individual Ecológica ($r = .30$) ya que correlaciona con las 3 dimensiones de la RC, es baja con la dimensión individual de Recuperación dado que únicamente se asocia a la dimensión de Regulación Emocional de la RC, y no es estadísticamente significativa con la Adaptabilidad de la RI (*Hip. 3*).

Respecto a los índices de bienestar subjetivo (*Hip. 3*), la SV se asocia positivamente a la RC y sus facetas, la RI, específicamente las dimensiones individuales de Recuperación y Ecológica; y el Dominio Comunal, la Integración Social, y el Apoyo social, en especial el Familiar.

Por su parte, el índice de salud mental (GHQ12) no se asocia a la RC global, si bien de modo bajo correlaciona negativamente con la Regulación emocional, la RI (dimensiones de Recuperación y Ecológica) pero no con la Adaptabilidad, y se asocia negativamente al Dominio Comunal, la Integración Social, y el Apoyo social, en especial el Familiar, positivamente a la cantidad de sucesos vitales estresantes. En suma, las correlaciones mayores indican que la salud mental de los y las adolescentes es mayor cuanto mayor es su capacidad de Recuperación de la RI, el apoyo familiar y la integración social. Asimismo, la salud mental se relaciona, con correlaciones de tamaño bajo, con la Regulación Emocional de la RC, el Dominio comunal, el apoyo del grupo de pares, y el estrés (cantidad de sucesos vitales en el último año) (*Hip. 3*).

Tabla 2 – Matriz de correlaciones e índices de fiabilidad de las escalas (muestra total)

Variables	alpha	RC	RE	CS	EC	DC	RI	REC	ECO	ADA	IS	SV	GHQ	AS	ASA	ASF	Suc
RC	.740	1															
RE	.583	.786	1.000														
CS	.510	.730	.287	1.000													
EC	.605	.817	.570	.366	1.000												
DC	.699	.435	.366	.324	.325	1.000											
RI	.816	.232	.217	.138	.188	.155	1.000										
REC	.872	.151	.180	.078	.095	.137	.761	1.000									
ECO	.740	.300	.242	.199	.261	.154	.747	.405	1.000								
ADA	.760	.077	.062	.041	.078	.051	.681	.192	.308	1.000							
IS	.827	.297	.260	.201	.233	.218	.276	.225	.267	.120	1.000						
SV	.708	.329	.325	.203	.242	.395	.320	.358	.263	.071	.460	1.000					
GHQ	.859	-.087	-.113	-.039	-.055	-.159	-.332	-.427	-.182	-.069	-.231	-.525	1.000				
AS	.829	.319	.299	.189	.264	.434	.172	.186	.160	.019	.317	.601	-.361	1.000			
ASA	.866	.238	.235	.117	.214	.291	.094	.072	.105	.031	.285	.362	-.155	.740	1.000		
ASF	.881	.285	.257	.182	.230	.405	.177	.206	.159	.009	.270	.605	-.396	.925	.443	1.000	
SUC		-.029	-.073	-.006	.011	-.069	.021	-.113	.064	.116	-.015	-.151	.152	-.187	-.052	-.222	1

Nota.- destacado en gris escalas totales. RC12 Resiliencia Comunitaria; RE Regulación emocional, CS Capital social, EC Eficacia Colectiva; DC Dominio Comunal, RI Resiliencia individual; REC Recuperación; ECO Ecológica ADA Adaptabilidad; IS Integración Social; SV Satisfacción Vital Total; AS Apoyo social: ASA Amigos ASAF Familia; SUC suma de sucesos vitales último año. N= 522 (Chile y País Vasco) N=421 (para QHQ y ASA); $r \geq .10$ todas significativas para $p \leq .05$ (señalar los asteriscos de significación al lado de cada correlación)

DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

Este estudio ha indagado en la Resiliencia tanto individual como comunitaria en adolescentes en dos países Chile y País Vasco, considerando dos colectivos de *casos*: menores en vulnerabilidad bajo seguimiento de los Servicios Sociales, comparados con muestras generales comparables en edad, género y contexto social. Las muestras de casos incluyen jóvenes bajo supervisión de los Servicios Sociales (SS); en el caso de Chile se trataba adolescentes que viven con sus familias (69%) y/o en residencias (31%), y en el País Vasco, adolescentes que viven con la familia de origen (25%), de acogida (11%), o bien en pisos y centros de acogida (64%). Por lo tanto, en Chile la mayor parte de los casos viven con sus familias extensas en la misma comuna que los adolescentes de los centros escolares entrevistados (controles); por su parte, la mayor parte de los casos de vascos están acogidos en pisos y centros tutelados por los SS, aunque están integrados en los centros escolares que corresponden a su lugar de residencia.

De acuerdo a la *Hip.* 1, se esperaba que la RC fuera menor en aquellos colectivos que viven en situaciones comunitarias de vulnerabilidad social, desprotección familiar y falta de apoyo familiar. No obstante, no hubo diferencias en las puntuaciones totales de la RC entre la muestra de casos y controles. En cambio, si hubo diferencias entre Chile y País vasco, así se reportaron peores índices en Chile que en el País Vasco. Por ejemplo, la RE, tanto en los controles como en los casos, y el Capital Social comunitario (entre los casos) y la Eficacia Comunitaria (en los controles) era menor en Chile que en el PV. Lo mismo sucedía con el Dominio comunal que era menor en Chile (muestra de casos). Otros indicadores de Bienestar Social mostraban que los jóvenes chilenos se encontraban en una situación de mayor vulnerabilidad social que sus pares vascos, con una menor Integración Social, en especial, en la muestra de controles.

También la satisfacción familiar fue mayor en el grupo control del País Vasco que en Chile, y la satisfacción con los amigos y consigo mismo en el conjunto del País Vasco respecto a Chile.

Estas diferencias entre las muestras de los países podrían explicarse por el contexto en el que se insertan los y las adolescentes chilenos entrevistados, así las comunas chilenas se caracterizan por unas altas tasas de pobreza y delincuencia (SENDIA, 2014), donde se insertan también los centros escolares en los que se hicieron las entrevistas de los controles. Es por ello, que la muestra chilena presentaba peores índices de RC y menor integración social, siendo además ésta menor en los controles de dicho país, lo que sugiere que la situación de desprotección social está muy presente en las comunas estudiadas.

Como era esperable, el apoyo familiar fue mayor en el grupo control que en el de casos, mientras que el apoyo de las amistades era equivalente. Este resultado es importante porque, el apoyo familiar es un factor protector de la salud mental, mientras que el apoyo de pares puede asociarse positivamente a un mayor bienestar subjetivo (satisfacción con la vida) pero es poco relevante para la salud emocional de los adolescentes. Como concluye el meta-análisis de (LEE et al., 2013), el apoyo social constituye uno de los factores con mayor tamaño del efecto asociado a la resiliencia. En concreto, la familia es una de las fuentes principales de apoyo social (MASTEN, 2004), que permite un monitoreo parental y predice la resiliencia (CARDOZO; ALDERETE, 2009), actúa como moderador permitiendo a los jóvenes más vulnerables con baja autoestima amortiguar el impacto negativo de los eventos estresantes (LEIVA; PINEDA; ENCINA, 2013). Las familias resilientes responden con una visión compartida ante las adversidades (HAWLEY; DEHAAN, 1996) y demuestran sus competencias funcionales y protectoras bajo estrés (MC CUBBIN et al, 2002), así el hecho de que el apoyo familiar se haya econtrado asociado con el afecto negativo (RODRÍGUEZ-FERNÁNDEZ et al, 2016), sugiere que sirve para amortiguar el estrés, mientras que el apoyo de pares asociado al afecto positivo responde más a motivos hedónicos.

En relación a la RI como se postulaba (*Hip. 1*), era más prevalente entre los y las jóvenes en situación de vulnerabilidad, en la muestra de casos, y en los chilenos en comparación con los vascos. Son las dos facetas de la Resiliencia Ecológica y Adaptación las que marcan las diferencias. De este modo, se constata que son los y las jóvenes que afrontan dificultades severas quienes desarrollan la capacidad para mantenerse y persistir ante las perturbaciones (R. Ecológica), y presentan mayor motivación para adaptarse a las situaciones inciertas derivadas de las adversidades que afrontan (R. Adaptación), siendo menos relevante la faceta de la resiliencia entendida como la rapidez con que se recuperan de las situaciones difíciles (R. Recuperación).

Por lo tanto, se constata que la Resiliencia individual se desarrolla en situaciones de adversidad de manera que son los adolescentes que han afrontado situaciones difíciles los que con más probabilidad han podido desarrollar su capacidad de aprender a afrontar las incertidumbres que acompañan a los cambios y pérdidas familiares, percibiendo las situaciones inciertas con interés, y persistiendo en el logro de sus metas.

Por su parte, se ha definido la RC por la capacidad de la comunidad para *Regular las emociones* a través de formas activas de apoyo mutuo y regular y/o controlar las emociones en especial las negativas como el enojo y la pena; promover los recursos comunitarios entendidos como *Capital social*, que permite el control normativo, de las conductas desviantes, el apoyo de los líderes comunitarios, y el trabajo comunitario basado en el apoyo mutuo y la lucha por obtener recursos de las instituciones cercanas (las municipalidades); en este camino la comunidad adquiere un sentido de *Eficacia colectiva*, definiendo las metas comunes, y su competencia para decidir las maneras de resolver los problemas. Como sea podido constatar (*Hip. 2*), la Integración social comunitaria y el sentido de Dominio comunal se relaciona y colabora en la promoción de la RC en la adolescencia.

Esta dimensión comunitaria constituye una parte importante del bienestar entendida como bienestar eudaimónico, que permitiría el desarrollo psicosocial de los adolescentes a través de su integración social en la comunidad, en sus grupos primarios y su sentido de dominio del entorno (BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2015).

En suma, este estudio pone en evidencia que la resiliencia es una capacidad que los jóvenes pueden desarrollar en la medida en la que hacen frente a la adversidad, como en el caso de la adaptación positiva frente a situaciones extremas de adversidad (WINDLE; BENNETT; NOYES, 2011), con persistencia y flexibilidad para tolerar la incertidumbre, y cuando cuentan con el apoyo de los adultos y la familia, sean sus progenitores o sus cuidadores. Por su parte, el apoyo comunitario y el sentido de pertenencia a grupos (integración social) junto con el desarrollo de un sentido de dominio y control cuando se está conectado con los otros (dominio comunal), posibilita la resiliencia comunitaria, esto es una respuesta colectiva, que se afianza en la capacidad para regular las emociones de manera activa, refuerza la sensación de eficacia colectiva y promueve el apoyo mutuo (Capital social). Todo ello consolida la integración psicosocial de los y las adolescentes en sus comunidades.

Considerando la validez divergente (*Hip. 3*) la RC se diferencia de la RI, si bien es cierto que ambas están relacionadas, tal como han mostrado los índices de correlación, dicha relación es de tamaño medio bajo, específicamente la RC se asocia principalmente con la dimensión Ecológica de la Resiliencia Individual, que contempla la capacidad para mantenerse y persistir ante las perturbaciones, lo que implica que la RI ecológica sea un impulsor de la Regulación Comunitaria de las emociones, la Eficacia colectiva y el Capital social comunitario.

Otro de los resultados de este estudio pone de relieve la importancia del apoyo familiar para la salud mental de los adolescentes (*Hip. 3*). A pesar de que durante la adolescencia los jóvenes se focalizan y buscan la integración en el grupo de pares, es el apoyo familiar el que resulta relevante para su salud mental y no tanto el apoyo de los pares (como han indicado las correlaciones entre los índices de salud GHQ12 y el apoyo familiar y de amigos). No obstante, el apoyo social, con más fuerza el familiar que el de los pares, contribuye al bienestar subjetivo, una dimensión más hedónica, medida por la SV. Como muestran estudios con adolescentes, los estilos parentales que proporcionan apoyo parental, la expresión del afecto, y la promoción de la autonomía personal se asocian con una mayor satisfacción con la vida (REINA; OLIVA; PARRA, 2010).

En conjunto, los resultados de este estudio pueden considerarse relevantes para la promoción y prevención del bienestar subjetivo, la salud mental y los lazos comunitarios de los jóvenes en la adolescencia, porque destacan los factores protectores como la RI, RC, el apoyo familiar sobre la salud mental (GHQ12) y la satisfacción con la vida y sus dominios de los y las adolescentes.

Como principales limitaciones del estudio se encuentran en primer lugar, el tamaño de la muestra, en especial la correspondiente a los casos, al ser una muestra de difícil acceso dada su condición de vulnerabilidad social. Respecto de indicadores de salud mental (GHQ12) solo ha sido posible aplicar el cuestionario GHQ12 en la muestra del País Vasco, así está previsto aplicar medidas de salud mental en las sucesivas entrevistas con menores en Chile. Por último, al ser un estudio de naturaleza transversal, no es posible establecer relaciones de causa y efecto entre la RI, RC y sus correlatos psicosociales, por lo que sería necesario realizar un estudio longitudinal que ayude a identificar la dirección de las correlaciones entre los constructos revisados.

CONCLUSION PARA LA INTERVENCION PSICOSOCIAL CON ADOLESCENTES

Dado lo anteriormente señalado y como una línea de acción a nivel de RC, se propone el fortalecimiento de programas que apoyen a adolescentes y familias que residen en contextos de exclusión social, señalando que desarrollar la capacidad de los niños y las familias para resistir eventos catastróficos no es el resultado de la casualidad, sino del apoyo social o de los esfuerzos de profesionales capacitados para vincular a las personas entre sí. También es la consecuencia de servicios coordinados que preparan el escenario para el desarrollo de capacidades. Los programas formales pueden ayudar a asegurar que los y las jóvenes y sus familias se sostengan cuando las redes menos formales se han roto debido a la migración masiva, la violencia o un desastre natural (WIELING; MITTAL, 2008).

En conclusión, este estudio aporta una visión novedosa del estudio de la resiliencia, en adolescentes, porque incorpora la Resiliencia Comunitaria, considerando la respuesta colectiva ante la adversidad para regular las emociones compartidas, desarrollar los recursos comunitarios de ayuda mutua y apoyo social, y construir un sentido comunitario de eficacia colectiva. Asimismo, clarifica el papel del apoyo social en la adolescencia, destacando el rol de la familia, y resalta que la resiliencia se observa cuando los jóvenes se prueban ante situaciones de estrés porque desarrollan su capacidad de manejar las incertidumbres que acompañan a los cambios y pérdidas familiares, perciben las situaciones inciertas con interés, y persisten en el logro de sus metas, y cuentan con redes de apoyo comunitarias de protección social y familiares.

Como desafío para la Intervención Comunitaria, sería relevante fortalecer el sentido de pertenencia y la participación activa de los jóvenes en grupos u organizaciones para ellos significativas las cuales.

- 1) Reconozcan las capacidades para el logro de metas compartidas.
- 2) Favorezcan la identificación y expresión de emociones compartidas.

- 3) Contribuyan a la integración de sus miembros dentro del sistema social, disminuyendo las condiciones de vulnerabilidad.

REFERENCIAS

- ALI, M. et al. Street children in Pakistan: a situational analysis of social conditions and nutritional status. *Social Science & Medicine*, v. 59, n. 8, p. 1707-1717, 2004. DOI: 10.1016/j.socscimed.2004.01.031.
- ALZUGARAY, C. et al. Psicología comunitaria positiva y resiliencia comunitaria: una propuesta de instrumento. *Revista Latinoamericana de Psicología Positiva*, v. 4, p. 169-184, 2018.
- ARCINIEGA, J. D. D. U. La perspectiva comunitaria de la resiliencia. *Psicología política*, v. 47, p. 7-18, 2013.
- BANDURA, A. *Self-efficacy: the exercise of control*. New York: Worth Publishers, 1997.
- BASABE, N.; AMUTIO, A. Factores psicosociales y salud. *Cultura y Salud*, 2003.
- BOBOWIK, M.; BASABE, N.; PÁEZ, D. "Heroes of adjustment": immigrant's stigma and identity management. *International Journal of Intercultural Relations*, v. 41, p. 112-124, July 2014. DOI: 10.1016/j.ijintrel.2014.04.002.
- BOBOWIK, M.; BASABE, N.; PÁEZ, D. The bright side of migration: hedonic, psychological, and social well-being in immigrants in Spain. *Social Science Research*, v. 51, p. 189-204, 2015. DOI: 10.1016/j.ssresearch.2014.09.011.
- CARDOZO, G.; ALDERETE, A. M. Adolescentes en riesgo psicosocial y resiliencia. *Psicología desde el Caribe*, v. 23, p. 148-182, 2009.
- CARROLL, J. M.; ROSSON, M. B.; ZHOU, J.. Collective efficacy as a measure of community. In: SIGCHI CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS, 05., 2005, Portland. *Proceedings [...]*. New York: Association For Computing Machinery, 2005. p. 1-10.
- CEPAL. *Panorama social de América Latina: 2001-2002*. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.
- CEPAL; UNICEF; SECIB. *Construir equidad desde la infancia y la adolescencia en Iberoamérica*. Santiago de Chile: CEPAL; UNICEF; SECIB, 2001.
- COVA, F.; MAGANTO, C.; MELIPILLÁN, R. Adversidad familiar y desarrollo de trastornos internalizados y externalizados en preadolescentes. *Revista Chilena de Neuro-psiquiatría*, Santiago, v. 43, n. 4, p. 287-296, 2005. DOI: 10.4067/S0717-92272005000400003.

- CROUS, G.; BRADSHAW, J. Child social exclusion. *Children and Youth Services Review*, York, v. 80, p. 129-139, 2017. DOI: 10.1016/j.childyouth.2017.06.062. Disponible em: [https://pure.york.ac.uk/portal/en/publications/child-social-exclusion\(bca5eb00-0a09-48bf-a490-34562a00a644\).html](https://pure.york.ac.uk/portal/en/publications/child-social-exclusion(bca5eb00-0a09-48bf-a490-34562a00a644).html). Acceso em: 25 ago. 2020.
- DIPUTACIÓN FORAL DE ÁLAVA. *Guía de actuación para los servicios sociales dirigidos a la infancia en el Territorio Histórico de Álava*. Álava: Departamento de Asuntos Sociales; Diputación Foral de Álava, 2004.
- DURSTON, J. *El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural: diádas, equipos, puentes y escaleras*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2002. (Libros de la CEPAL, v. 69).
- LORENZANO, R. et al. Comparación de frecuencia de conductas de riesgo, problemas juveniles y estilos de crianza, en estudiantes adolescentes de tres ciudades chilenas. *Cuadernos Médico Sociales*, Santiago, v. 50, n. 2, p. 115-123, jun. 2010.
- FRYDENBERG, E. Coping research: Historical background, links with emotion, and new research directions on adaptive processes. *Australian Journal of Psychology*, Melbourne, v. 66, n. 2, p. 82-92, 2014. DOI: 10.1111/ajpy.12051.
- GIMÉNEZ, M., VÁZQUEZ, C., Y HERVÁS, G. El análisis de las fortalezas psicológicas en la adolescencia: más allá de los modelos de vulnerabilidad. *Psychology, Society y Education*, Almería, v. 2, n. 2, p. 97-116, 2010.
- GROSS, J. J. Emotion regulation. *Handbook of emotions*, v. 3, n. 3, p. 497-513, 2008.
- HACKETT, R. et al. Life events in a South Indian population and their association with psychiatric disorder in children. *International Journal of Social Psychiatry*, London, v. 46, n. 3, p. 201-207, 2000. DOI: 10.1177/002076400004600306.
- HAWLEY, D. R.; DEHAAN, L. Toward a definition of family resilience: integrating life-span and family perspectives. *Family Process*, Washington DC, v. 35, n. 3, p. 283-298, 1996.
- HOBFOLL, S.E. et al. Communal versus individualistic construction of sense of mastery in facing life challenges. *Journal of Social and Clinical Psychology*, New York, v. 21, n. 4, p. 362-399, aug. 2002. DOI: 10.1521/jscp.21.4.362.22596.
- HOLMES, T.; RAHE, R. H. The social readjustment rating scale. *Journal of Psychosomatic Research*, v.11, n. 2, p. 213-218, 1967. DOI: 10.1016/0022-3999.
- JEHOEL-GIJSBERS, G.; VROOMAN, C. *Explaining social exclusion: a theoretical model explaining social exclusion tested in the Netherlands*. The Hague: The Netherlands Institute for Social Research SCP, 2007.
- KEYES, C. L.; SHAPIRO, A. D. Social well-being in the United States: a descriptive epidemiology. *How Healthy Are We*, v. 15, p. 350-72, 2004.
- KEYES, C. Social well-being. *Social Psychology Quarterly*, v. 61, n. 2, p. 121-140, 1998. DOI: 10.2307/2787065.
- LEE, J. H. et al. Resilience: a meta-analytic approach. *Journal of Counseling and Development*, New Jersey, v. 91, p. 269-279, July 2013. DOI: 10.1002/j.1556-6676.2013.00095.x.
- LEIVA, L.; PINEDA, M.; ENCINA, Y. Autoestima y apoyo social como predictores de la resiliencia en un grupo de adolescentes en vulnerabilidad social. *Revista de Psicología de la Universidad de Chile*, Santiago, v. 22, n. 2, p. 111-123, 2013.
- LOBO, A.; MUÑOZ, P. E. *Cuestionario de Salud General (GHQ)*. Guía para el usuario de las distintas versiones, 1996.
- LUNA BERNAL, A. C. A., LACA AROCENA, F. A.; MEJÍA CEBALLOS, J. C. Bienestar subjetivo y satisfacción con la vida de familia en adolescentes mexicanos de bachillerato. *Psicología Iberoamericana*, Ciudad de México, v. 19, n. 2, p. 17-26, jul./dic. 2011.
- MALTBY, J.; DAY, L.; HALL, S. Refining trait resilience: identifying engineering, ecological, and adaptive facets from extant measures of resilience. *PLoS one*, v. 10, n. 7, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0131826
- MANCIAUX, M. et al. La résilience: état des lieux. *Cahiers Médico Sociaux*, p.13-20, 2001.
- MARTIN, J. C. et al. Evaluación del programa “Apoyo personal y familiar” para madres y padres en situación de riesgo psicosocial. *Infancia y Aprendizaje*, Abingdon, v. 27, n. 4, p. 437-445, 2004. DOI: 10.1174/0210370042396887
- MASTEN, A. S. Regulatory processes, risk, and resilience in adolescent development. *Annals of the New York Academy of Sciences*, New York, v. 1021, n. 1, p. 310-319, 2004. DOI: 10.1196/annals.1308.036.
- MCCUBBIN, M. et al. Family resiliency in childhood cancer. *Family Relations*, v. 51, n. 2, p. 103-111, 2002.
- MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. *Encuesta Nacional Sobre Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes*. Santiago: Ministerio de Desarrollo Social, 2012.
- MOSQUEDA DÍAZ, A. et al. Validez y confiabilidad de una escala de apoyo social percibido en población adolescente. *Enfermería Global*, v. 14, n. 39, p. 125-136, jul. 2015.
- MURRY, V. M. et al. Neighborhood poverty and adolescent development. *Journal of Research on Adolescence*, Nashville, v. 21, n. 1, p. 114-128, mar. 2011.
- NEVILLE, F. Y; REICHER, S. The experience of collective participation: shared identity, relatedness, and emotionality. *Contemporary Social Science*, London, v. 6, n. 3, p. 377-396, 2011.
- NORRIS, F. H. Screening for traumatic stress: a scale for use in the general population 1. *Journal of Applied Social Psychology*, v. 2, n.2 0, p. 1704-1715, 1990.

- OYANEDEL, J.C. et al. *Resultados de la encuesta internacional sobre bienestar subjetivo infantil*. Santiago de Chile: [s.n.], 2014.
- PUENTE-MARTÍNEZ, A. et al. Examining the structure of negative affect regulation and its association with hedonic and psychological wellbeing. *Frontiers in Psychology*, v.9, p. 1-10, 2018.
- PUTNAM, R. Bowling alone: america's declining social capital. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 6, n. 1, p. 65-78, jan. 1995.
- REINA, M.; OLIVA, A.; PARRA, A. Percepciones de autoevaluación: Autoestima, autoeficacia y satisfacción vital en la adolescencia. *Psychology, Society y Education*, v. 2, n. 1, p. 47-59, 2010.
- ROBERTS, C.; TYNJÄLÄ, J.; KOMKOV, A. Physical activity. In: CURRIE, Candace et al (ed.). *Young people's health in context. Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) study: international report from the 2001/2002 survey*. Denmark: World Health Organization, 2004. p. 90-97. (Health Policy for Children and Adolescents, n. 4).
- RODRÍGUEZ, G. et al. Evaluación del riesgo psicosocial en familias usuarias de servicios sociales municipales. *Psicothema*, Oviedo, v. 18, n. 2, p. 200-206, 2006.
- RODRÍGUEZ-FERNÁNDEZ, A. et al. Bienestar subjetivo en la adolescencia: el papel de la resiliencia, el autoconcepto y el apoyo social percibido. *Suma Psicológica*, v. 23, n. 1, p. 60-69, 2016.
- SENDA. *Servicio Nacional para la rehabilitación y prevención*. 2014. Disponible em: <https://www.senda.gob.cl/>. Acceso em: 25 ago. 2020.
- SUBIRATS, J. et al. *Pobreza y exclusión social: un análisis de la realidad española y europea*. Barcelona: Fundación "La Caixa", 2004. (Colección Estudios Sociales, n. 16).
- TAIT, R. J.; HULSE, G. K.; ROBERTSON, S. I. A review of the validity of the General Health Questionnaire in adolescent populations. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, v. 36, n. 4, p. 550-557, 2002.
- UNICEF. *The state of the world's children 2012: children in an urban world*. New York: UNICEF, 2012.
- VAN KLEEF, G. A.; FISCHER, A. H. Emotional collectives: how groups shape emotions and emotions shape groups. *Cognition and Emotion*, London, v. 30, n. 1, p. 3-19, 2016. DOI: 10.1080/02699931.2015.1081349.
- VÁZQUEZ, J.J.; PANADERO, S.; RINCÓN, P.P. Stressful life events and suicidal behaviour in countries with different development levels: Nicaragua, El Salvador, Chile and Spain. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, v. 20, n. 4, p. 288-298, july/ aug. 2010. DOI: 10.1002/casp.1036.
- VERA POSECK, B.; CARBELO BAQUERO, B.; VECINA JIMÉNEZ, M. L. La experiencia traumática desde la psicología positiva: resiliencia y crecimiento postraumático. *Papeles del Psicólogo*, Madrid, v. 27, n. 1, p. 40-49, 2006.
- WIELING, E.; MITTAL, M. JMFT special section on mass trauma. *Journal of Marital and Family Therapy*, v. 34, n. 2, p.127-131, 2008. DOI: 10.1111/j.1752-0606.2008.00059.
- WINDLE, G.; BENNETT, K.M.; NOYES, J. A methodological review of resilience measurement scales. *Health and Quality of Life Outcomes*, Londres, v. 9, n. 8, p. 5-18, 2011. DOI: 10.1186/1477-7525-9-8. Disponible em: <https://hqlo.biomedcentral.com/articles/10.1186/1477-7525-9-8>. Acceso em: 28 ago. 2020.

AGRADECIMIENTOS

Esta investigación ha sido financiada con las ayudas del Ministerio Español MINECO [Grant PSI2017-84145-P] y (Ref.: RTI2018-101167-B-I00), el grupo consolidado de la Universidad del País Vasco [Grant IT-1187-19, Grant IT-666-13, Grant US13/11] y la Universidad de Santo Tomas, Chile (Beca Pre-Doctoral).

Resultados preliminares de una intervención grupal con padres y madres de menores en situación de vulnerabilidad o riesgo leve de desprotección: mejorando el estrés parental, la autoestima y la alexitimia

Miriam Gallarin

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

Profesora de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

ID ORCID: [0000-0002-4178-9146](https://orcid.org/0000-0002-4178-9146)

E-mail: miriam.gallarin@ehu.es

Jaume Galvany

Licenciado en Psicología por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

Doctorando en la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

Psicoterapeuta familiar y técnico protección infantil, Ayuntamiento de Pasaia, Gipuzkoa, España.

E-mail: jaumegalvany@gmail.com

Bárbara Torres-Gómez

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

Profesora de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3430-1090>

E-mail: barbara.torres@ehu.es

Itziar Alonso-Arbiol

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

Profesora de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea UPV/EHU, Donostia-San Sebastián, Gipuzkoa, España.

ID ORCID: [0000-0002-4638-085X](https://orcid.org/0000-0002-4638-085X)

E-mail: itziar.alonso@ehu.es

Submetido em: 25/04/2020. Aprobado em: 18/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

Las prácticas parentales son de especial importancia para un desarrollo psicológico sano de niños, niñas y adolescentes. Sin embargo, algunos progenitores experimentan una serie de condicionantes familiares y sociales que suponen fuentes de estrés añadidas, dificultando así la función parental. La presencia de varias de estas situaciones adversas, junto a características individuales tales como un bajo nivel educativo, baja autoestima, estrés parental y alexitimia, pueden originar pautas educativas de riesgo; ello configura la base de lo que se conocen como familias en situación de riesgo psicosocial. Las intervenciones grupales con progenitores ofrecen beneficios en aspectos tales como el apoyo social, el aprendizaje interpersonal, una menor estigmatización, y mayor coste-efectividad. El objetivo del presente trabajo es dar a conocer las características y los resultados preliminares de una intervención preventiva piloto llevada a cabo en el municipio de Pasaia (población vasca de España) con padres y madres cuyos hijos e hijas menores están en situación de vulnerabilidad o riesgo leve de desprotección. Participaron en el programa 10 madres y 2 padres de entre 24 y 54 años ($M = 42.17$; $DT = 8.21$). Se tomaron medidas pre- y post- tratamiento de las variables de autoestima, estrés parental y alexitimia. Después de 9 meses de intervención, los resultados obtenidos a partir de análisis no-paramétricos indican mejorías significativas en todas las variables evaluadas. Se concluye la conveniencia de seguir trabajando en esta misma línea, incluyendo mejoras metodológicas tales como un número mayor de familias en riesgo, la incorporación de un grupo control en lista de espera y la introducción de modificaciones técnicas (i.e. alguna sesión conjunta con los hijos e hijas).

Palabras clave: Intervención grupal. Maltrato infantil. Estrés parental. Autoestima. Alexitimia.

Resultados preliminares de uma intervenção grupal com pais e mães de menores em situação de vulnerabilidade ou risco leve de desproteção: melhorando o stress parental, a autoestima e a alexitimia

RESUMO

As práticas parentais são especialmente importantes para o desenvolvimento psicológico saudável de crianças e adolescentes. No entanto, alguns pais experimentam uma série de fatores de condicionamento familiar e social que são fontes de stress adicional, tornando assim a função parental mais difícil. A presença de várias destas situações adversas, juntamente com características individuais tais como um baixo nível de educação, baixa auto-estima, stress parental e alexitmia, pode dar origem a padrões educacionais de risco; isto constitui a base do que são conhecidos como famílias em risco psicosocial. As intervenções de grupo com os pais oferecem benefícios em aspectos tais como apoio social, aprendizagem interpessoal, menos estigmatização, e maior efetividade. O objetivo deste estudo é apresentar as características e resultados preliminares de uma intervenção piloto preventiva realizada no município de Pasaia (população basca, na Espanha) com pais cujos filhos se encontram numa situação de vulnerabilidade ou de ligeiro risco de desproteção. Dez mães e dois pais entre 24 e 54 anos de idade participaram no programa ($M = 42,17$; $DT = 8,21$). Foram tomadas medidas pré e pós-tratamento das variáveis de auto-estima, stress parental e alexitmia. Após 9 meses de intervenção, os resultados obtidos a partir de análises não paramétricas indicam melhorias significativas em todas as variáveis avaliadas. Concluimos que é conveniente continuar a trabalhar nesta mesma linha, incluindo melhorias metodológicas como um maior número de famílias em risco, a incorporação de um grupo de controle na lista de espera e a introdução de modificações técnicas (como alguma sessão em conjunto com as crianças).

Palavras-chave: *Intervenção de grupo. Maus-tratos a crianças. Stress dos pais. Auto-estima. Alexitimia.*

Preliminary results of a group intervention with fathers and mothers of children at low-risk of maltreatment: improving parental stress, self-esteem, and alexithymia

ABSTRACT

Parental practices are crucial for a healthy psychological development of children and adolescents. However, some parents experience a series of family and social situations that bring additional stressors, hindering parental function. These adverse circumstances, along with individual features such low education level, low self-esteem, high parental stress, and high alexithymia, may trigger risk educational behaviors; this would characterize the base for what is known as families at psychosocial risk. Group intervention with parents offer advantages in aspects such as social support, interpersonal learning, reduction of stigmatization, and lower cost-effectiveness. The aim of the present work was to show the features and preliminary results of the pilot preventive intervention carried out in Pasaia municipality (Basque town in Spain) with parents of children at psychosocial risk. Participants were 10 mothers and 2 fathers, aged 24 and 54 years old ($M = 42.17$; $SD = 8.21$). Pre- and post- measures were collected for the following variables: self-esteem, parental stress and alexithymia. After a nine-month intervention, non-parametric test results showed significant improvement in all assessed variables. We conclude that it is worth and recommendable to continue with similar interventions, including some methodological improvements: a bigger number of families at risk, the waiting list control group, and the inclusion of technical amendments such as joint sessions with children.

Keywords: *Group intervention. Child maltreatment. Parental stress. Self-esteem. Alexithymia.*

INTRODUCCIÓN

EL MALTRATO INFANTIL COMO EXPRESIÓN DE GRAVES DEFICIENCIAS EN LAS PRÁCTICAS PARENTALES

Unas prácticas parentales adecuadas son de especial importancia para el desarrollo psicológico sano de los niños, niñas y adolescentes (SHAFFER; KIPP, 2013). Por el contrario, las situaciones de maltrato infantil, que representan los déficits más extremos en la parentalidad, amenazan al desarrollo adaptativo y pueden derivar en situaciones graves de salud física y mental (CHRISTIAN; SCHWARZ, 2011). El maltrato infantil representa un problema psicosocial serio por su elevada prevalencia (ver meta-análisis de STOLTENBORGH *et al*, 2015) y por sus múltiples y graves consecuencias en los menores (ver revisión de CICHETTI, 2013).

Algunos progenitores experimentan una serie de condicionantes familiares (problemas conyugales y disfunción familiar) y sociales (desempleo, pobreza, aislamiento social, entorno social empobrecido, etc.), que suponen fuentes de estrés añadidas. Todo ello dificulta u obstaculiza la función parental y puede favorecer la aparición de situaciones de desprotección infantil de diversa magnitud (RODRIGUEZ, 2010; TUCKER; RODRIGUEZ, 2014). La presencia de varias de estas situaciones adversas, junto a determinadas características individuales, puede desencadenar pautas educativas de riesgo, configurando las denominadas familias en situación de riesgo psicosocial (LANGEVIN; MARSHALL; KINGSLAND, 2019; MÁIQUEZ *et al*, 2000).

El estrés es uno de los factores de riesgo individuales más frecuentemente ligados al maltrato infantil (PEREIRA *et al*, 2012; STITH *et al*, 2009). Por un lado, el estrés afecta negativamente a la parentalidad, ya que se relaciona con mayores índices de conflicto, mayor distancia emocional en las relaciones parento-filiales, mayores déficits en la comunicación y una menor satisfacción familiar (CABBIGAT; KANGAS, 2018). Por otro lado, un amplio número de estudios ha concluido que el estrés parental se asocia de manera directa al riesgo de maltrato o el maltrato potencial (p.ej., CROUCH *et al*, 2019; FRANCIS; WOLFE, 2008; MIRAGOLI; DI BLASIO, 2012; MIRAGOLI *et al*, 2016; RODRIGUEZ; RICHARDSON, 2007; STITH *et al*, 2009). Asimismo, el estrés parental está íntimamente relacionado con otra característica individual identificada como factor de riesgo para el maltrato infantil: la regulación emocional (DEATER-DECKARD; LI; BELL, 2016). Se ha visto, por ejemplo, que los progenitores maltratantes y personas adultas en riesgo de maltratar a menores tienen índices de frecuencia cardíaca más elevados, menores niveles de control y regulación emocional, y emplean estrategias de afrontamiento menos adecuadas (LAVI *et al*, 2019; REIJMAN *et al*, 2016). Aunque la desregulación emocional tiene, sin duda, un origen multideterminado, una de las variables con las que se asocia es la alexitimia (PANAYIOTU, PANTELI; VLEMINCX, 2019; PANDEY; SAXENA; DUBEY, 2011). La alexitimia hace referencia a la dificultad para identificar y describir las emociones y a un déficit en la modulación cognitiva de las emociones (TAYLOR, 1994), y se ha relacionado también de forma negativa con el cuidado y de forma positiva con la sobreprotección (THORBERG *et al*, 2011). Así, parece ser que las personas con rasgos alexitímicos mostrarían patrones diferenciales y deficitarios de actividad neural en respuesta a estímulos emocionales. Tales patrones, a su vez, en períodos especialmente sensibles para el desarrollo infantil, pueden condicionar las experiencias parento-filiales (SCHECHTER *et al*, 2015).

En el meta-análisis llevado a cabo por Yap *et al* (2014) se vio que la percepción que los progenitores tienen de sus capacidades y de su desempeño, también es clave a la hora de entender la parentalidad. Así, en esta revisión se encontró que los progenitores con mayores puntuaciones en auto-eficacia tienden a ser también más afectuosos, a establecer límites adecuados acordes a la edad, a ser más responsivos, y a facilitar la autonomía. Por el contrario, los resultados mostraron que la baja auto-eficacia se relacionaba con prácticas parentales negativas tales como las estrategias disciplinarias inconsistentes y la tendencia a responder con enfado y frustración. Así, la auto-eficacia parental se erige como un factor de protección relevante al asociarse a una mayor satisfacción en el ejercicio del rol parental, siendo, en estos casos también, mejores las estrategias de afrontamiento que se emplean y menores los niveles de estrés que se experimentan (para una revisión, ver JONES; PRINZ, 2005). Teniendo en cuenta una de las conclusiones a las que llegaron Caprara *et al* (2013) en su estudio longitudinal, autoestima y auto-eficacia son dos conceptos íntimamente relacionados. Estos autores vieron que la continuidad en autoestima estaba mediada por cambios en auto-eficacia y que la continuidad en auto-eficacia estaba mediada por cambios en autoestima. Por ello, los autores concluyen que aumentar las creencias positivas en torno a la auto-eficacia puede ser una forma de incrementar la autoestima (CAPRARA *et al*, 2013). Así, si bien ambos constructos — auto-eficacia y autoestima— hacen referencia a procesos de auto-evaluación y, por lo tanto, están íntimamente relacionados, parece ser que mientras que la auto-eficacia se refiere a una creencia motivacional con respecto a las propias capacidades ante la tarea, la autoestima está relacionada con una evaluación afectiva del self (CHEN; GULLY; EDEN, 2001; GARDNER; PIERCE, 1998).

Por tanto, trabajar para potenciar tales factores protectores (auto-eficacia con respecto a la propia percepción del rol parental y autoestima) debe considerarse un foco de intervención prioritario a la hora de apoyar a los progenitores en sus esfuerzos por acompañar y fortalecer el crecimiento de sus hijos e hijas (HUGHES-SCHOLES; GAVIDIA-PAYE, 2019).

Teniendo en cuenta todo lo dicho hasta ahora, resulta evidente que las estrategias dirigidas a la prevención del maltrato infantil deben incidir en la reducción de los citados factores de riesgo y en el aumento de los de protección. Es decir, se debe trabajar en la reducción del estrés parental y de los déficits en la regulación emocional (alexitimia), así como en el aumento de la autoeficacia y autoestima parental (YAP et al., 2014).

LAS INTERVENCIONES PARA PREVENIR LOS MALOS TRATOS INFANTILES

Tradicionalmente desde el modelo de salud pública se ha propuesto una clasificación de los diferentes programas de prevención del maltrato infantil. Tal clasificación diferencia estos programas de acuerdo a su nivel preventivo (primario, secundario y terciario) y según el foco al que se dirige la intervención (niño/a, familia/progenitores y comunidad) (HOLZER et al, 2006).

Aunque en las últimas décadas las intervenciones para prevenir o reducir los malos tratos infantiles han aumentado de manera muy notable (DARO, 2011; VAN DER PUT et al, 2018), no existe un consenso claro en torno a su eficacia o efectividad (CHEN; CHAN, 2016; MELENDEZ-TORRES; LEIJTEN; GARDNER, 2019; VAN IJZENDOORN et al, 2020). El motivo de la falta de este consenso reside en que existen diversos factores a los que atribuir la variabilidad en los resultados sobre la bondad de las intervenciones preventivas del maltrato infantil. Uno de ellos tiene que ver con si la intervención es realmente preventiva (nivel primario y secundario) o no (nivel terciario).

Teniendo en cuenta la evidencia existente sobre la transmisión intergeneracional del maltrato infantil (MADIGAN et al, 2019), las intervenciones terciarias se consideran preventivas en la medida en que, actuando sobre menores víctimas de maltrato, posibilitan romper dicha transmisión. Los resultados de diferentes revisiones parecen indicar que son estas intervenciones terciarias las que ofrecen mejores resultados (VAN DER PUT et al, 2018; VISWANATHAN et al, 2018; VLAHOVICOVA et al., 2017). El método para evaluar el maltrato (autoinforme vs. casos confirmados) no parece ser un elemento influyente (CHEN; CHAN, 2016; VAN IJZENDOORN et al., 2020). Los resultados sí parecen variar según el tipo de maltrato evaluado. Diversos trabajos muestran que los programas preventivos parecen ser particularmente eficaces en los casos de maltrato físico (GEERAERT et al., 2004; VLAHOVICOVA et al, 2017) y sexual (WALSH et al, 2018). En el caso de la negligencia, se ha señalado la escasez de estudios de evaluación bien diseñados (ALLIN; WATHEN; MACMILLAN, 2005), aunque algún meta-análisis indica su efectividad (GEERAERT et al, 2004). Por último, son varios los trabajos que apuntan a la necesidad de que exista una correspondencia entre el modelo explicativo del maltrato infantil del que parte el programa y los factores que son abordados en su fase de implementación (p.ej., LIVNY; KATZ, 2018; SEGAL; SARA OPIE; DALZIEL, 2012). Es decir, resulta crucial llevar a cabo intervenciones en las que se trabajen cuestiones que se han observado asociadas a una mayor probabilidad de desencadenar maltrato infantil.

La cuestión de cuáles son los componentes efectivos de los programas preventivos del maltrato infantil resulta particularmente relevante. Blase y Fixsen (2013) han clasificado a los componentes centrales de las intervenciones frente al maltrato infantil en tres tipos:

- 1) factores contextuales, tales como el tipo de familias con las que se interviene (p.ej.: progenitores adolescentes de bajos ingresos, o con problemas de abuso de alcohol u otras drogas) y el lugar donde se realiza la intervención (p.ej.: centro, visitas al domicilio)

- 2) elementos estructurales, tales como el número requerido y secuencia específica de las sesiones; y
- 3) prácticas de intervención específicas, tales como enseñar a los progenitores habilidades de resolución de problemas, habilidades de comunicación, o el refuerzo de la conducta apropiada.

Por otra parte, en la revisión meta-analítica de Kaminski *et al* (2008) sobre los componentes asociados con la efectividad de los programas de educación parental, se identificaron como esenciales cinco elementos. El primero es la necesidad de que el formato de la intervención posibilite que los progenitores practiquen lo que aprenden. El segundo implica intervenir enseñando a los progenitores estrategias para interactuar de forma positiva con sus hijos e hijas. El tercer elemento alude a los contenidos sobre la parentalidad que deben ser abordados (p.ej.: comprender el desarrollo evolutivo de los menores, prestar mayor atención y reforzamiento de las conductas adecuadas de estos, mejorar las habilidades de comunicación familiar y lograr una disciplina positiva). El cuarto subraya que el contenido de la intervención con los niños y niñas debe incluir la enseñanza de habilidades sociales. Por último, se enfatiza el procurar la generalización de los aprendizajes a través de la práctica de las nuevas conductas en el hogar y otros contextos sociales. Por su parte, Melendez-Torres, Leijten y Gardener (2019), en el caso del maltrato físico infantil, enfatizan la importancia de trabajar las estrategias alternativas de castigo y las estrategias de auto-control parental como componentes esenciales de la intervención.

Además de vigilar la inclusión en los programas de componentes que hayan demostrado su efectividad en la prevención del maltrato infantil, resulta relevante examinar si el formato de intervención —individual o unifamiliar vs grupal— se asocia a una efectividad diferencial de estos programas.

Este análisis es particularmente necesario teniendo en cuenta que los abordajes grupales resultan más eficientes al involucrar en la intervención un mayor número de participantes (progenitores o unidades familiares) simultáneamente (NICCOLS, 2008; STEELE *et al*, 2019; TORRES *et al*, 2011). Consideramos que esta cuestión es de particular interés en intervenciones llevadas a cabo desde los servicios de protección infantil públicos porque los recursos son limitados.

A partir del año 2000 es posible encontrar publicaciones que dan cuenta de la evaluación de intervenciones preventivas grupales en familias en riesgo en España. De hecho, se cuenta con evidencia de la efectividad de varios programas diseñados e implementados en España, tales como el programa de “Apoyo Personal y Familiar” (PAF, RODRIGO *et al.*, 2006), el “Programa de Formación y Apoyo Familiar” (FAF)(HIDALGO *et al*, 2010), el “Programa-Guía para el Desarrollo de Competencias Emocionales, Educativas y Parentales” (MARTÍNEZ-GONZÁLEZ *et al*, 2016), y el programa denominado “Aprender juntos, crecer en familia” (AMORÓS *et al*, 2013). Todos estos programas muestran efectos positivos de la intervención a través de la reducción significativa de diferentes factores de riesgo de los malos tratos y la potenciación de factores de protección. Específicamente se constata en los progenitores participantes un descenso de prácticas parentales inadecuadas (ej.: autoritarias, rechazantes, intrusivas), un incremento de las estrategias de disciplina positivas, avances en las habilidades de comunicación familiar y afrontamiento de conflictos, un aumento del sentimiento de auto-eficacia y autoestima, así como mejoras en las capacidades de regulación emocional y en la red de apoyo social.

Por último, junto a estos programas de intervención, encontramos también las primeras adaptaciones al contexto español de programas internacionales con una sólida base de evidencia.

Por ejemplo, la evaluación de la adaptación española del programa norteamericano *Strengthening Families Program* (Programa de Fortalecimiento de Familias) en su aplicación a familias de servicios sociales en riesgo de exclusión social y familias en el contexto de una institución de protección de menores, muestra un incremento de la competencia familiar (comunicación familiar y relaciones progenitores-hijos), así como mejoras en la organización y cohesión familiar (ORTE-SOCIAS; AMER-FERNÁNDEZ, 2014).

INTERVENCIÓN PREVENTIVA DEL PRESENTE ESTUDIO: PROGRAMA ‘GAITZEN’

El programa ‘*Gaitzen*’ (cuyo significado en euskera o idioma vasco puede traducirse como ‘Capacitando’), pretende optimizar la asistencia a familias del municipio de Pasaia, en la provincia de Gipuzkoa (España), en las que se hayan detectado menores en situación de vulnerabilidad y/o de riesgo leve de desprotección. Este programa se enmarca en un proyecto de intervención municipal más amplio, y tiene como objetivo complementar el servicio socio-educativo dirigido a menores (servicio de intervención de medio abierto), dando también cobertura a las necesidades y trabajando las dificultades que puedan presentar sus progenitores. Tal y como se ha apuntado al inicio de este artículo, y entendiendo que el desarrollo positivo de niños y niñas está íntimamente relacionado con unas prácticas parentales adecuadas (SHAFFER; KIPP, 2013), el programa tiene un marcado carácter preventivo. Esto es así porque el objetivo principal de *Gaitzen* es que las situaciones de desprotección no se agraven y, en el mejor de los casos, desaparezcan. Los temas, contenidos, metodología y recursos empleados, y número de sesiones de la intervención preventiva, así como las variables psicológicas que se espera se modifiquen en los progenitores como consecuencia de dicha intervención — autoestima, alexitimia y estrés parental —, pueden consultarse en la Tabla 1.

El programa *Gaitzen* tiene un total de 17 sesiones grupales quincenales de 120 min. cada una, en las que se incluyen muchos de los componentes efectivos identificados en este tipo de intervenciones (BLASE; FIXSEN, 2013; KAMINSKI *et al*, 2008; MELENDEZ-TORRES *et al*, 2019) y donde se abarcan, de forma transversal, los cinco amplios grupos de habilidades parentales descritas por Rodrigo *et al*. (2008): 1) educativas, 2) de agencia parental, 3) de autonomía personal y búsqueda de apoyo social, 4) para la vida personal, y 5) de organización doméstica. Así, mediante esta intervención grupal, se pretende poner a disposición de los progenitores pautas educativas, herramientas y recursos parentales que les ayuden a ampliar y optimizar su repertorio de respuestas, así como a reforzar la percepción de sus capacidades parentales y de su rol parental. Las sesiones se estructuran en función de distintos bloques temáticos — necesidades infantiles, familia de origen, estructura y funciones, pareja, normas y límites, afectividad, autopercepción y comunicación — que irán rotando de forma que se ajusten lo máximo posible a las circunstancias, necesidades, demandas y/o prioridades del grupo. Las sesiones son experienciales y participativas, y buscan que cada participante vaya construyendo sus propios conocimientos y adquiera y paulatinamente movilice nuevos recursos. La intervención está dinamizada por dos personas terapeutas especializadas (una psicoterapeuta y un pedagogo-educador social).

Tabla 1 – Bloques temáticos y variables psicológicas implicadas en el programa ‘Gaitzen’

VARIABLES TRABAJADAS	TEMA	CONTENIDO	METODOLOGÍA	RECURSOS	Nº DE SESIONES
Estrés parental	Necesidades Infantiles	Se llevan a cabo actividades dirigidas a profundizar en el tipo de necesidades (LÓPEZ, 2008) que tienen los y las menores haciendo énfasis en las vicisitudes de cada una de las etapas evolutivas: primera infancia y edad pre-escolar (de 0 a 6 años), edad escolar (de 6 a 11 años) y adolescencia (de 12 a 18 años).	Se les solicita que identifiquen las necesidades que tienen sus hijos/hijas a lo largo del día, y que traten de clasificar dichas necesidades en distintos grupos. Se distribuyen en grupos en función de la edad de sus hijos/hijas. Se reparten distintas imágenes de menores sobre las que se les pide identificar necesidades.	- Imágenes de menores en distintas situaciones. - Pizarra. - Pirámide de necesidades de Maslow. - Derechos de la Infancia. - Papel adhesivo, bolis.	2
Estrés parental Autoestima Alexitimia	Familia de Origen	Se trabajan aspectos como la historia de vida, el legado familiar, los valores familiares, las relaciones con la familia de origen, el genograma familiar-emocional y/o los acontecimientos vitales estresantes, con el objetivo de tomar conciencia de los distintos aspectos que pueden incidir en la labor parental.	De forma individual elaboran su genograma familiar (trigeneracional) y añaden colores (emociones) a cada relación. De forma individual identifican los valores que creen haber recibido en su familia y deciden si incluir o no cada valor en la maleta que entregarán a sus hijos/hijas. De forma individual identifican los patrones de conducta de su madre y de su padre y los clasifican.	- Genograma emocional. - Maleta de valores familiares. - Cartulina con diagrama de estilos de socialización, bolis. - Papel adhesivo de distintos colores.	2
Estrés parental	Estructura familiar y funciones/roles	Se exploran las características de los subsistemas familiares (permeabilidad vs. impermeabilidad de los subsistemas parental, conyugal y fraternal) teniendo en cuenta el tipo de límites (claros, difusos o rígidos). Familias aglutinadas vs. desligadas. Se trabajan las alianzas, coaliciones, triangulaciones.	Se distribuyen en grupos de 3 personas viñetas que reflejan distintas situaciones familiares. Se pide reflexionar en torno a los subsistemas involucrados. Se trabaja sobre cómo establecer límites. Se trabajan dificultades.	- Viñetas de distintas situaciones familiares. - Papel adhesivo de distintos colores, bolis. - Conjunto de 3 cartulinas de distintos colores enlazadas mediante mecanismo de unión/separación.	1

(Continúa)

Tabla 1 – Bloques temáticos y variables psicológicas implicadas en el programa ‘*Gaitzen*’ (Continuação)

VARIABLES TRABAJADAS	TEMA	CONTENIDO	METODOLOGÍA	RECURSOS	Nº DE SESIONES
Estrés parental Autoestima Alexitimia	Pareja	Se trabaja la historia de pareja a través de la reflexión en torno al triángulo del amor (pasión, intimidad y compromiso). Se tratan los procesos de separación y divorcio.	Por parejas comparten su historia de pareja. De forma individual reflexionan en torno al triángulo del amor. Se trabajan los subsistemas conyugal vs. parental, y los límites. En grupo se reflexiona sobre las historias de las princesas Disney y se reflexiona sobre el empoderamiento de la mujer. Se lee el cuento de la cenicienta que no quería comer perdices.	- Cartulinas, bolis. - Viñetas de distintas situaciones familiares. - Imágenes de las Princesas Disney. - Cuento “La Cenicienta que no quería comer perdices” (LÓPEZ; CAMEROS, 2009).	1
Estrés parental Autoestima	Normas y Límites	Se profundiza en los derechos de la infancia. Se trabaja la importancia de la disciplina positiva o frustración óptima, la autonomía, y los deberes y obligaciones que tienen las/los menores como parte del sistema familiar/social. Se incide en la necesidad de colaborar y de incentivar la corresponsabilidad: importancia de llegar a acuerdos y fomentar la negociación y los contratos/pactos familiares.	Se distribuyen en grupos en función de la edad de sus hijos/hijas. Se les solicita que elaboren en grupo un posible sistema de fichas que luego puedan adaptar a su hijo/hija. En grupo concretan una situación en la que tengan que establecer algún límite. Role Playing: Se escenifican las situaciones previamente preparadas. Una vez finalizada la representación, se distribuyen tarjetas con distintas emociones a cada persona, de forma que se vuelva a representar la escena incorporando la emoción que se le ha asignado a cada participante.	- Material audio-visual. - Viñetas de distintas situaciones familiares. - Cartulinas, bolis. - Tarjetas con distintas emociones.	2

(Continua)

Tabla 1 – Bloques temáticos y variables psicológicas implicadas en el programa ‘Gaitzen’ (Conclusão)

VARIABLES TRABAJADAS	TEMA	CONTENIDO	METODOLOGÍA	RECURSOS	Nº DE SESIONES
Autoestima Alexitimia	Afectividad	Se trabajan las emociones (básicas y secundarias) a través de la expresión corporal, la expresión afectiva y el fomento de la creatividad.	En grupos de 3 personas se les solicita que traten de identificar todas las emociones que conocen. Luego se les pide que traten de hacer grupos de emociones que tengan relación. Escultura (SIMON, 1972): Se distribuyen en grupos, y se reparten viñetas previamente preparadas con situaciones que han ido saliendo en el grupo. Se asignan los roles y se procede a llevar a cabo la escenificación a través de la técnica de la escultura. Se va poniendo voz a cada escultura. Cada situación es esculpida por cada participante de forma que se trasladen todos los puntos de vista involucrados en cada situación.	- Cartulinas, bolis. - Papel adhesivo. - Viñetas.	2
Estrés parental Autoestima	Autopercepción	Trabajo de integración y de fortalecimiento del yo. Trabajo de autoaceptación y autocuidado (yo real vs. yo ideal). Percepción del rol parental. Debilidades y fortalezas.	De forma individual se identifican debilidades y fortalezas como madre/ padre. Se trabaja “la escena temida” de cada participante con técnicas activas (psicodrama o silla vacía). Los participantes se mueven por la sala y cada uno va apuntando aspectos visibles y ocultos que percibe en cada persona con la que se cruza.	- Papel adhesivo. - Folios y bolis.	2
Estrés parental Autoestima	Comunicación	Se reflexiona en torno a los distintos estilos de comunicación (autoritario, pasivo y asertivo). Se trabajan la aceptación, el rechazo, la confirmación, y la descalificación. Se trata el doble vínculo y la comunicación paradójica.	Por parejas, cada persona recibe una tarjeta con un estilo de comunicación a representar. Un miembro de la pareja recibe una tarjeta con un mensaje a transmitir.	- Tarjetas con los distintos estilos de comunicación. - Tarjetas con distintos mensajes.	1

OTRAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DEL PROGRAMA SON LAS SIGUIENTES:

- 1) Es grupal. Para enriquecer y fomentar un aprendizaje colaborativo en red.
- 2) Es flexible. A pesar del formato estructurado descrito, y con el objetivo de que las personas participantes puedan aportar sus propias experiencias, el programa es flexible, y está abierto a acoger a nuevos miembros siempre que las trabajadoras sociales, el grupo y las personas responsables de dinamizarlo, así lo consideren.
- 3) Es evaluable. Con el fin de extraer conclusiones bien fundadas, a partir de la valoración continuada y final de la intervención, el programa es evaluable.
- 4) Es facilitador. Con el objetivo de posibilitar la asistencia al programa de las personas que no pueden dejar a sus hijas/hijos al cuidado de terceras personas, se cuenta con un servicio de cuidado sustituto de calidad ubicado en el mismo centro donde se lleva a cabo el programa.
- 5) Es supervisado. El programa cuenta con supervisión una vez al mes.

Siguiendo el calendario escolar de España, la intervención da comienzo en septiembre (después del verano) con la selección de participantes y finaliza en Julio (al principio del verano) con la entrega de informes. Estas son, en concreto, las fases del programa:

- 1) Fase de selección de participantes y de presentación. Mes 0.
- 2) Fase de inicio, confidencialidad y de primera evaluación en la que, además de realizar la presentación del programa y sus participantes, y redactar el contrato de confidencialidad, se lleva a cabo una primera evaluación (fase de presentación y evaluación pre-tratamiento). Sesiones 1 y 2.

- 3) Fase de intervención en la que se trabajan distintos temas íntimamente relacionados con la parentalidad, el desarrollo infantil y las relaciones familiares (fase de tratamiento). Sesiones 3-15.
- 4) Fase de finalización de la intervención y de segunda evaluación donde se vuelven a analizar las variables evaluadas en la primera fase con el fin de examinar los posibles cambios provocados por el tratamiento, y se hace un ritual de fin de tratamiento grupal (fase de evaluación post-tratamiento y despedida grupal). Sesiones 16 y 17.
- 5) Fase de cierre del programa y de transmisión de resultados donde se analizan los resultados, se redactan los informes y se hace la devolución (fase de devolución y puesta en común). Mes 10.

METODOLOGÍA

PARTICIPANTES

En el programa participaron 12 progenitores (10 mujeres y 2 hombres) de entre 24 y 54 años ($M=42,17$; $SD=8,21$) a cargo de un total de 17 menores (8 chicas y 9 chicos) de entre 3 y 16 años (7 menores de 10 años y el resto pre-adolescentes o adolescentes). Todas las familias atendidas cumplían los criterios asociados a la vulnerabilidad o al riesgo leve de desprotección en base al Instrumento BALORA (BOPV, 2011). Este instrumento se utiliza para llevar a cabo la valoración de las situaciones de riesgo y desamparo en la infancia producidas en el seno familiar y es de uso obligatorio por parte de los servicios sociales municipales y territoriales de atención y protección a la infancia y adolescencia en la Comunidad Autónoma del País Vasco. Además, a través de entrevista, se valoró la capacidad de cada posible participante para formar parte de un grupo de estas características, con un criterio de exclusión referido a una incapacidad manifiesta de participar en dinámicas grupales referido por la trabajadora social colaboradora del programa.

En cuanto a las características de las familias, tres participantes estaban separados o divorciados y nueve participantes casados o conviviendo (tres de estas familias eran reestructuradas). De los 12 progenitores que formaron parte del grupo, siete eran autóctonos y cinco de origen latinoamericano, en concreto de Perú, de Ecuador y de Colombia (tres). El nivel adquisitivo de las familias se podría calificar como medio-bajo, casi todos los participantes en el programa tienen estudios básicos (11) y más o menos la mitad están en situación de desempleo (siete). La red social con la que cuentan es pequeña siendo la familia la principal fuente de apoyo y ayuda.

INSTRUMENTOS DE EVALUACIÓN

- 1) Escala de Estrés Parental (*Parenting Stress Scale*, PSS; BERRY; JONES, 1995; adaptación española de ORONÓZ; ALONSO-ARBIOL; BALLUERKA, 2007). La adaptación española del PSS consta de 12 ítems de respuesta tipo Likert de cinco puntos (donde 1 es “totalmente en desacuerdo” y 5 es “totalmente de acuerdo”). La escala se divide en dos factores diferentes: 1) recompensas, y 2) estresores. Aunque también se puede obtener la puntuación total en estrés parental mediante la suma de las puntuaciones de cada ítem, para el presente estudio únicamente se calcularon las puntuaciones independientes de cada escala. Puntuaciones altas en la dimensión ‘Recompensas’ indican altos niveles de satisfacción generalizada con la parentalidad; puntuaciones altas en la dimensión ‘Estresores’ indican mayores niveles de estrés percibido en la función parental.
- 2) Escala de Autoestima de Rosenberg (*Rosenberg Self-Esteem Scale*, RSES; ROSENBERG, 1965; adaptación española de MARTÍN-ALBO *et al*, 2007). Es una herramienta internacionalmente utilizada a la hora de evaluar la autoestima dado su constatado respaldo empírico y psicométrico. Está constituida por 10 ítems que evalúan el respeto y aceptación hacia uno mismo.

Cada ítem tiene una opción de respuesta tipo Likert de 4 puntos (donde 1 es “totalmente en desacuerdo” y 4 es “totalmente de acuerdo”). Se divide en 5 ítems positivos (por ejemplo: “Creo que tengo varias cualidades buenas”) y 5 negativos (por ejemplo: “Me inclino a pensar que, en conjunto, soy un/a fracasado/a”). Una vez recodificadas las puntuaciones de los ítems negativos, la escala permite calcular la puntuación total de autoestima. Puntuaciones más elevadas son indicativas de mayor autoestima.

- 3) Escala Toronto de Alexitimia (*Toronto Alexithymia Scale*, TAS-20; BAGBY; PARKER; TAYLOR, 1994; adaptación española de MARTÍNEZ-SÁNCHEZ, 1996). El TAS-20 es un autoinforme que evalúa el grado de alexitimia, es decir, la dificultad para identificar los propios sentimientos y dificultad para describirlos y poder expresarlos a otras personas. La medición se realiza en base a una escala de 20 ítems de respuesta tipo Likert de cinco puntos (donde 1 es “totalmente en desacuerdo” y 5 es “totalmente de acuerdo”). Aunque el TAS-20, también permite obtener puntuaciones diferenciadas para tres factores independientes, en este estudio se ha extraído únicamente la puntuación total de alexitimia. Valores más elevados indican puntuaciones más altas de alexitimia.

PROCEDIMIENTO

La intervención comienza cuando desde el Departamento de Acción Social del Ayuntamiento de Pasaia, se completa, bien la ‘Investigación’, o bien la ‘Evaluación’ o la ‘Valoración’ de la situación sociofamiliar de la familia y 1) el nivel de gravedad de la desprotección de los/las menores (evaluada con el instrumento BALORA) es ‘Vulnerabilidad a la Desprotección’ o ‘Riesgo leve’, y 2) la trabajadora social estima que la familia reúne las características apropiadas para participar en una intervención grupal. Una vez cumplidos ambos requisitos, el caso se deriva al programa *Gaitzen* tras la cumplimentación de un plan individualizado de intervención familiar con los objetivos pertinentes (Plan de Caso).

A continuación, la trabajadora social hace entrega del Plan de Caso a los dinamizadores del grupo y establece fecha para una reunión de coordinación con los responsables de *Gaitzen* y los responsables del programa de medio abierto donde se detallan las necesidades interventivas de la familia y las características de los miembros familiares. Después se lleva a cabo una reunión de presentación con la familia en la que están presentes, además de los miembros de la familia, la Trabajadora Social y los profesionales encargados de los Programas de Medio Abierto (el programa complementario donde se trabaja simultáneamente con los hijos e hijas) y de *Gaitzen*. En la misma, se informa a la familia de los motivos por los que se va a iniciar una intervención, los objetivos de la misma, así como de las características de ambos programas.

Una vez derivado el caso al programa *Gaitzen* y hecha la presentación y la contextualización, se puso en marcha la fase de intervención objeto del presente estudio, incluyendo la evaluación pre- y post- tratamiento de la misma. La evaluación pre- tuvo lugar en la primera sesión grupal, en la cual se administraron los tres cuestionarios autoinformados descritos anteriormente. Una vez finalizadas las 17 sesiones, se llevó a cabo una evaluación post, en la cual se administraron nuevamente los mismos cuestionarios. Asimismo, se les administró un cuestionario de satisfacción ad-hoc relativo a la intervención en esa última sesión. Tras la última sesión se hizo una devolución a cada participante con respecto a la mejoría detectada por parte de los profesionales.

HIPÓTESIS

1) H1: Se espera que haya un incremento en las puntuaciones de recompensas percibidas en la parentalidad después de la intervención (medidas pre) con respecto al momento previo a la intervención (medidas post).

2) H2: Se espera que haya una disminución en las puntuaciones de estresores asociados a la parentalidad después de la intervención (medidas pre) con respecto al momento previo a la intervención (medidas post).

3) H3: Se espera que haya un incremento en las puntuaciones de autoestima después de la intervención (medidas pre) con respecto al momento previo a la intervención (medidas post).

4) H4: Se espera que haya una disminución en las puntuaciones de alexitimia después de la intervención (medidas pre) con respecto al momento previo a la intervención (medidas post).

ANÁLISIS DE DATOS

Teniendo en cuenta el reducido número muestral, se llevaron a cabo análisis estadísticos de tipo no-paramétrico. Así, antes de poner a prueba las hipótesis planteadas, y con el objetivo de comprobar las relaciones entre todas las variables estudiadas, se realizó un análisis de correlación de Spearman entre las variables involucradas en la intervención. A continuación, se procedió a comparar las medias pre- y post-tratamiento de los resultados obtenidos para cada variable analizada para poder contrastar las cuatro hipótesis propuestas. Todos los análisis se realizaron con el paquete estadístico SPSS 26.0.

RESULTADOS

Tal y como se puede consultar en la Tabla 2, se observa una relación negativa entre los estresores y las recompensas percibidas en la parentalidad. Además, una mayor percepción de recompensas se relaciona con niveles más altos de autoestima, mientras que una mayor percepción de estresores está relacionada con índices más altos de alexitimia. En cuanto a los resultados de la comparación de medias, pueden verse en la Tabla 3. Tal y como se había hipotetizado, en todas las variables analizadas hubo una mejoría en el post-tratamiento con respecto a la fase pre-tratamiento. El tamaño del efecto fue especialmente considerable en el caso de la autoestima.

Con respecto a las dimensiones de recompensas y de estresores percibidos en la parentalidad y la alexitimia, la diferencia de medias alcanzó un tamaño medio.

Con respecto a la satisfacción de las personas usuarias del programa *Gaitzen*, se puede señalar que el nivel de satisfacción fue elevado. Ello se valoró mediante siete ítems (“me he sentido a gusto”; “se me ha escuchado”; “se me ha tratado con respeto”; “se han respetado mis opiniones”; “me han explicado lo que se iba a trabajar”; “he trabajado lo que yo necesitaba”; “el trabajo me ha servido”), a los cuales tenían que responder eligiendo entre las siguientes cinco opciones: “muy mal”, “mal”, “normal”, “bien” o “muy bien”. El 89% de las respuestas correspondieron a la categoría “muy bien”. Asimismo, los profesionales que llevaron a cabo la intervención también valoraron de forma positiva el nivel de participación, implicación y evolución de los miembros del grupo. Ello se fundamenta, entre otros factores, también en la implicación activa de los mismos; de las 17 sesiones programadas, las 17 se llevaron a cabo y la asistencia media fue de ocho participantes, siendo el 90% de las ausencias avisadas o justificadas.

Por último, conviene resaltar que el seguimiento del proceso de cada participante fue llevado a cabo con éxito a través de las reuniones de coordinación que se mantuvieron en cada caso. Así, a lo largo del transcurso de la intervención, se celebraron tres reuniones de

carácter multidisciplinar — trabajadora social, educadores sociales, profesorado, y responsables de *Gaitzen*— en las que se iba valorando la adecuación del programa a cada participante, estableciendo, si fuera necesario, los cambios oportunos, y observando las repercusiones que la intervención pudiera estar provocando tanto en el sistema familiar como en los/las menores.

Tabla 2 – Correlaciones rho de Spearman entre las variables de la intervención

	PRE			
	1	2	3	4
1. Recompensas PRE				
2. Estresores PRE	-.654*			
3. Autoestima PRE	.622*	-.551		
4. Alexitimia PRE	-.374*	.678*	-.285	
	POST			
	1	2	3	4
1. Recompensas POST				
2. Estresores POST	-.558			
3. Autoestima POST	.657*	-.588*		
4. Alexitimia POST	-.088	.716**	-.323	

Nota: PRE = Puntuaciones pre-tratamiento; POST = Puntuaciones post-tratamiento.

* $p < .05$; ** $p < .01$ (bilateral).

Tabla 3 – Diferencia de rangos medios en medidas pre y post tratamiento

	Rangos negativos			Rangos positivos			Test estadísticos			
	n	Rango promedio	Suma de rangos	n	Rango promedio	Suma de rangos	Empates	Z	p	r
Recompensas POST - PRE	1	7.50	7.50	9	5.28	47.50	2	-2.043a	.041	-0.42
Estresores POST - PRE	11	6.23	68.50	1	9.50	9.50	0	-2.318b	.020	-0.47
Autoestima POST - PRE	1	1.50	1.50	10	6.45	64.50	1	-2.806 a	.005	-0.57
Alexitimia POST - PRE	11	6.18	68.00	1	10.00	10.00	0	-2.275 b	.023	-0.46

Nota: POST - PRE = Diferencia entre puntuaciones post-tratamiento y pre-tratamiento.

a Se basa en rangos negativos.

b Se basa en rangos positivos

DISCUSIÓN

Si bien todavía resta comprobar su funcionamiento a un plazo más largo, consideramos que el programa de intervención *Gaitzen* descrito en este artículo ha demostrado constituir una propuesta preliminar cuyos resultados iniciales son prometedores, tanto a nivel de variables psicológicas que han mejorado en los progenitores participantes (mejora de autoestima y reducción del estrés parental y de la alexitimia), como a nivel de aceptación y valoración por parte de éstos. Ambos elementos representan buenos indicadores para su desarrollo futuro de manera estable dentro de la municipalidad.

Una de las bondades del programa aquí desarrollado reside en el carácter preventivo del mismo; en este caso se trata de una intervención de naturaleza secundaria dirigida a una población de riesgo para el maltrato infantil. No obstante, consideramos que sus efectos beneficiosos pueden ir más allá de la prevención específica del maltrato infantil, promoviendo mejoras en otros aspectos tales como, por ejemplo, otras dificultades relacionales en el ámbito familiar.

Otro aspecto que merece especial mención es que, sin descuidar la atención a los y las menores, el programa se dirige exclusivamente al trabajo con progenitores. Esto es posible gracias a la existencia de otro programa paralelo (denominado 'Programa de Medio Abierto'), cuyas personas responsables están en estrecha coordinación con las del programa *Gaitzen*. De esta manera se acomete el doble objetivo de trabajar con ambas poblaciones, pero permitiendo al mismo tiempo un espacio de trabajo propio a los progenitores. Esto es relevante porque la intervención es de naturaleza experiencial. Es decir, la adquisición y optimización de destrezas se sitúa en un contexto de aprendizaje sociocultural donde las vivencias propias y la participación de cada miembro del grupo permite conceptualizar las prácticas de la vida cotidiana y los posibles problemas o dificultades asociados a ellas.

Es cierto, no obstante, que una sugerencia a futuro de las personas que dirigen la intervención es precisamente incorporar algunas sesiones con los hijos e hijas para poner en práctica lo aprendido sobre la relación parento-filial en un entorno contenedor y supervisado. Al mismo tiempo, otra ventaja del trabajo individualizado con progenitores es que se les considera como personas con potencialidades de crecimiento desde un prisma holístico, no únicamente como meras figuras parentales. Así, partiendo de la idea de que cuanto mayor sea el bienestar experimentado por los padres y madres en sus diferentes roles y esferas vitales (laboral, parental, marital, social, etc.), algunas sesiones ahondan, por ejemplo, en el propio vínculo con sus padres y madres cuando ellos y ellas eran menores y en la relación de pareja actual.

Un importante número de estudios profundizan en el efecto diferencial de la auto-eficacia como elemento principal que fundamenta la capacidad parental subyacente a una socialización parental óptima, tal y como se evidencia en el meta-análisis de Yap et al. (2014). Ese acento en lo cognitivo (auto-eficacia), si bien certero, pudiera resultar incompleto si no se uniese con su manifestación afectiva (autoestima). El trabajo desde lo experiencial pretende precisamente hacer la conexión con el bienestar que cada progenitor experimenta a partir de reconocer su competencia en la función parental. El programa va más allá y, como hemos comentado, recupera esa valía en otras funciones: como partenaire en su relación de pareja y como hijo o hija en su anterior (recordada) relación con sus propios padres y madres. El aprendizaje de competencias vitales implica comportamientos más duraderos si comporta también un aprendizaje emocional, es decir, aquel en el que desarrollan competencias emocionales (BISQUERRA; PÉREZ, 2007). Estas personas incluyen en las competencias emocionales, entre otras, la autonomía emocional — siendo aquí la autoestima una micro-competencia relevante — y la conciencia emocional — que supone una toma de conciencia de las propias emociones y poder nombrarlas (es decir, una baja alexitimia)—.

Es por dicha razón que en *Gaitzen* se buscan los resultados en una dimensión afectiva, no solo en la citada autoestima, sino también en el propio reconocimiento y expresión de las emociones. La alexitimia pudiera entenderse como una respuesta a la falta de trabajo en la vivencia emocional, pero al mismo tiempo puede ser una respuesta adaptativa de progenitores que no fueron capaces de manejar y aceptar sus emociones ante situaciones que generaban miedo, frustración o cólera. Dichas situaciones pudieran haberse experimentado con la familia de origen, y ser la raíz de la cadena de transmisión intergeneracional de prácticas abusivas o negligentes (MADIGAN *et al*, 2019; SCHELBE; GEIGER, 2017). En este sentido, pensamos que *Gaitzen* puede constituirse en un contexto en el que el cambio en las actitudes y habilidades parentales se sustenta en las experiencias emocionales correctivas (ALEXANDER; FRENCH, 1946) que tienen lugar durante el tratamiento. Así, en el marco de la relación de seguridad y contención emocional que ofrece el grupo terapéutico y sus líderes, se desarrolla el trabajo emocional que permite a los progenitores abordar cuestiones de sus vivencias como hijos e hijas sobre las cuales no pudieron reflexionar en el pasado. De esta manera, una vez reconocida la relación con su forma actual de ejercer la parentalidad, esto permite adoptar prácticas parentales sanadoras en el presente.

Otro de los aspectos más significativos de este programa es su condición grupal. En comparación con las intervenciones individuales, los formatos grupales de intervención en general se han visto especialmente efectivos a la hora de involucrar a participantes de entornos diversos al percibir el tratamiento grupal como menos estigmatizante, lo que podría facilitar su asistencia al grupo (STEELE *et al*, 2019; TORRES *et al*, 2011). Este aspecto de participación continuada parece que ha estado presente a lo largo del Programa *Gaitzen*, quizá derivado de la percepción de sentirse escuchados, tratados con respeto, donde sus opiniones han sido consideradas y trabajando cuestiones relevantes, a tenor de lo expresado en la encuesta de satisfacción del programa.

Además, la pertenencia al grupo como fuente principal de cambio es consistente con la idea de que las poblaciones que se sienten en el punto de mira de los Servicios Sociales, tales como los progenitores maltratantes, pueden beneficiarse más de las sugerencias e interacciones con iguales que de las obtenidas a solas con un terapeuta (KUMPFER *et al*, 2010; RUNYON; DEBLINGER; SCHROEDER, 2009). En este sentido, queremos enfatizar que el abordaje grupal ofrece oportunidades únicas para la acción terapéutica porque consideramos que en el contexto grupal donde se ha desarrollado el programa ha generado una red de apoyo social a los progenitores formada por los propios pares. La posibilidad de obtener apoyo a través del grupo es destacable precisamente porque la falta de apoyo social es un factor de riesgo para el maltrato infantil (BYRNE; RODRIGO; MARTÍN, 2012). De hecho, el apoyo entre iguales para los miembros del grupo puede incrementar el compromiso de las familias con el programa, la asistencia y el modelado de las conductas parentales, y la provisión de apoyo social puede reducir los sentimientos de aislamiento frecuentes en esta población (RUNYON; DEBLINGER; SCHROEDER, 2009). Steele *et al* (2019) señalan que a través de la observación e interacción en el grupo los participantes pueden experimentar apoyo mutuo, particularmente por medio de darse cuenta y comentar las habilidades parentales de otros, lo cual a su vez puede crear relaciones positivas entre iguales que suscitan esperanza donde no la había.

Si bien los resultados obtenidos en este estudio son esperanzadores, conviene resaltar su naturaleza preliminar, y señalar, así mismo, que el estudio no está exento de algunas limitaciones. Probablemente la disponibilidad de un grupo control mediante el cual poder contrastar el proceso de cambio acaecido durante todo el proceso de intervención, mejoraría considerablemente la evaluación de la efectividad del programa. Lamentablemente, en el marco de actuación donde se desarrolla la intervención — Servicios Sociales Municipales — es prioritario dar respuesta a las familias que demandan o necesitan ayuda, por lo que los principios éticos de nuestra profesión impiden dejarlas a la espera de la misma.

Al mismo tiempo, esta limitación metodológica se puede considerar una bondad desde una perspectiva de validez ecológica (TORRES *et al*, 2011) porque las intervenciones en el contexto de servicios sociales tienen lugar en este contexto. Por otra parte, el reducido número muestral, así como la escasa participación de padres en el programa, dificultan la generalización de los resultados. Desafortunadamente, el éxito de un programa de este tipo radica, en parte, en la adecuación de los contenidos a las necesidades de los y las participantes, así como al seguimiento personalizado del proceso de cambio de cada persona (TORRES-RIVERA; TORRES-FERNÁNDEZ; HENDRICKS, 2013). Es por ello que, si bien la ampliación del grupo daría la opción de evaluar a un mayor número de progenitores, podría repercutir de forma negativa limitando el tiempo y el espacio del que dispone cada participante. En el futuro, tal y como apuntan Smith *et al* (2012), y con el objetivo de incrementar la participación de los padres, se podrían ofrecer espacios adaptados para ellos en los que se puedan abordar sus preocupaciones y sus dificultades de una forma más específica.

Finalmente, quisiéramos señalar que no conviene perder de vista que *Gaitzen* es un programa enmarcado en un pueblo de carácter urbano pero cuyas dimensiones permiten el desplazamiento a pie desde la mayor parte de los domicilios al centro donde se realiza la intervención. Esta es una característica idiosincrática a considerar dentro de su aplicabilidad. Es fundamental, por tanto, valorar el contexto antes de implementar el programa *Gaitzen*. En este sentido, y para lugares más urbanos y poblados, con distancias superiores y donde la falta de un automóvil o de una amplia red de transportes públicos pudiera limitar la asistencia a los progenitores, habría que adaptar el programa por distritos. De igual manera, en pueblos pequeños, la falta de anonimato (y la mayor consolidación de redes informales), puede ser una característica que desaconseje este formato.

REFERENCIAS

- ALEXANDER, F.; FRENCH, T. M. *Psychoanalytic therapy: principles and application*. New York: Ronald Press, 1946. 353p.
- ALLIN, H.; WATHEN, C. N.; MACMILLAN, H. Treatment of child neglect: a systematic review. *The Canadian Journal of Psychiatry*, v. 50, n. 8, p. 497-504, 2005. DOI : 10.1177/070674370505000810
- AMORÓS, P. *et al*. Implementation and evaluation of the «learning together, growing in family programme»: the impact on the families. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, v. 42, p. 120-144, 2013.
- BISQUERRA, R.; PÉREZ, N. Las competencias emocionales. *Educación XXI*, v. 10, p. 61-82, 2007. DOI. 10.5944/educxx1.1.10.297
- BLASE, K.; FIXSEN, D. *Core intervention components. Identifying and operationalizing what makes programs work*. Washington, DC: Office of Human Services Policy, US Department of Health and Human Services, 2013. 22p.
- BYRNE, S.; RODRIGO, M.J.; MARTÍN, J.C. Influence of form and timing of social support on parental outcomes of a child-maltreatment prevention program. *Children and Youth Services Review*, v. 34, n. 12, p. 2495-2503, 2012. DOI: 10.1016/j.childyouth.2012.09.016
- CABBIGAT, F. K.; KANGAS, M. Parental relations an family functioning in non-offending caregivers of abused children. *Journal of Child and Family Studies*, v. 27, n. 4, p.1287-1298, 2018. DOI: 10.1007/s10826-017-0972-5
- CAPRARA, G.V. *et al*. The longitudinal relations between self-esteem and affective self-regulatory efficacy. *Journal of Research on Personality*, v. 47, n. 6, p. 859-870, 2013. DOI: 10.1016/j.jrp.2013.08.011
- CHEN, G.; GULLY, S.M.; EDEN, D. Validation of a new general self-efficacy scale. *Organizational Research Methods*, v. 4, n. 1, p. 62-83, 2001. DOI: 10.1177/109442810141004
- CHEN, M.; CHAN, K. L. Effects of parenting programs on child maltreatment prevention: a meta-analysis. *Trauma, Violence, & Abuse*, v. 17, n. 1, p. 88-104, 2016. DOI: 10.1177/1524838014566718
- CHRISTIAN, C. W.; SCHWARZ, D. F. Child maltreatment and the transition to adult-based medical and mental health care. *Pediatrics*, v. 127, n. 1, p. 139-145, jan. 2011. DOI: 10.1542/peds.2010-2297
- CICCHETTI, D. Annual Research Review: resilient functioning in maltreated children-Past, present and future perspectives. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 54, n. 4, p. 402-422, 2013. DOI: 10.1111/j.1469-7610.2012.02608.x

- CROUCH, E. *et al.* Exploring the association between parenting stress and a child's exposure to adverse childhood experiences (ACEs). *Children and Youth Services Review*, v. 102, p. 186-192, 2019. DOI: 10.1016/j.childyouth.2019.05.019
- DARO, D. Prevention of child abuse and neglect. In: MEYERS, J.E.B. (ed.), *The APSAC handbook on child maltreatment*. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011. p. 17-37.
- DEATER-DECKARD, K.; LI, M.; BELL, M. A. Multifaceted emotion regulation, stress and affect in mothers of young children. *Cognition and Emotion*, v. 30, n. 3, p. 444-457, 2016. DOI:10.1080/02699931.2015.1013087
- FRANCIS, K. J.; WOLFE, D. A. Cognitive and emotional differences between abusive and non-abusive fathers. *Child Abuse & Neglect*, v. 32, n. 12, p. 1127-1137, dez. 2008. DOI:10.1016/j.chiabu.2008.05.007
- GARDNER, D. G.; PIERCE, J. L. Self-esteem and self-efficacy within the organizational context. *Group and Organization Management*, v. 23, n. 1, p. 48-70, 1998. DOI: 10.1177/1059601198231004
- GEERAERT, L. *et al.* The effects of early prevention programs for families with young children at risk for physical child abuse and neglect: a meta-Analysis. *Child Maltreatment*, v. 9, n. 3, p. 277-291, 2004. DOI: 10.1177/1077559504264265
- HIDALGO, M.V. *et al.* Intervention with at-risk families: Contributions from a psycho-educational perspective. *Psychology in Spain*, v. 14, n. 1, p.48-56, 2010.
- HOLZER, P. *et al.* The effectiveness of parent education and home visiting child maltreatment prevention programs. *The Australian Institute of Family Studies: Issues in child abuse prevention*, v. 24, p.1-23, 2006.
- HUGHES-SCHOLES, C. H.; GAVIDIA-PAYE, S. Early childhood intervention program quality: examining family-centered practice, parental self-efficacy and child and family outcomes. *Early Childhood Education Journal*, v. 47, n. 6, p. 719-729, 2019. DOI: 10.1007/s10643-019-00961-5
- JONES, T. L.; PRINZ, R. J. Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: a review. *Clinical Psychology Review*, v. 25, n. 3, p. 341-363, 2005. DOI: 10.1016/j.cpr.2004.12.004
- KAMINSKI, J. W. *et al.* A meta-analytic review of components associated with parent training program effectiveness. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 36, n. 4, p. 567-589, 2008. DOI: 10.1007/s10802-007-9201-9
- KUMPFER, *et al.* Effectiveness outcomes of four age versions of the strengthening families program in statewide field sites. *Group Dynamics: theory, Research, and Practice*, v. 14, n. 3, p. 211-229, 2010. DOI: 10.1037/a0020602
- LANGEVIN, R.; MARSHALL, C. ; KINGSLAND, E. Intergenerational cycles of maltreatment: a scoping review of psychosocial risk and protective factors. *Trauma, Violence, & Abuse*, aug. 2019. DOI: 10.1177/1524838019870917
- LAVI, I. *et al.* Broken bonds: a meta-analysis of emotion reactivity and regulation in emotional maltreating parents. *Child Abuse & Neglect*, v. 88, p. 376-388. 2019. DOI: 10.1016/j.chiabu.2018.11.016
- LIVNY, K. A.; KATZ, C. Schools, families, and the prevention of child maltreatment: lessons that can be learned from a literature review. *Trauma, Violence, & Abuse*, v. 19, n. 2, p. 148-158, 2018. DOI : 10.1177/1524838016650186
- LÓPEZ, F. *Necesidades en la infancia y en la adolescencia: respuesta familiar, escolar y social*. Madrid: Pirámide. 2008. 280p.
- LÓPEZ, N ; CAMEROS, M. *La cenicienta que no quería comer perdices*. Madrid: Planeta, 2009. 96p.
- MADIGAN, S. *et al.* Testing the cycle of maltreatment hypothesis: meta-analytic evidence of the intergenerational transmission of child maltreatment. *Development and Psychopathology*, v. 31, n. 1, p. 23-51, 2019. DOI: 10.1017/S0954579418001700
- MÁIQUEZ, M. L. *et al.* *Aprender en la vida cotidiana: un programa experiencial para padres*. Madrid: Visor, 2000. 275p.
- MARTIN-ALBO, J. *et al.* The Rosenberg self-esteem scale: translation and validation in university students. *The Spanish Journal of Psychology*, v. 10, n. 2, p. 458-467, 2007. DOI: 10.1017/S1138741600006727
- MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, R.A. *et al.* Evidence in promoting positive parenting through the Program-Guide to Develop Emotional Competences. *Psychosocial Intervention*, v. 25, n. 2, p. 111-117, 2016. DOI: 10.1016/j.psi.2016.04.001
- MARTÍNEZ-SÁNCHEZ, F. Adaptación española de la escala de Alexitimia de Toronto (TAS-20). *Clínica y Salud*, v. 7, n. 1, p. 19-32, 1996.
- MELENDEZ-TORRES, G. J.; LEIJTEN, P; GARDNER, F. What are the optimal combinations of parenting intervention components to reduce physical child abuse recurrence? Reanalysis of a systematic review using qualitative comparative analysis. *Child Abuse Review*, v. 28, n. 3, p. 181-197, 2019. DOI: 10.1002/car.2561
- MIRAGOLI, S. *et al.* Child abuse potential inventory in Italy : a comparative study of abusive and nonabusive parents. *Journal of Child Custody*, v. 13, n. 4, p. 289-306, 2016. DOI: 10.1080/15379418.2016.1250145
- MIRAGOLI, S.; DI BLASIO, P. Propensione al maltrattamento fisico in padri e madri di bambini in eta prescolare. *Maltrattamento e Abuso all'Infanzia*, v. 14, n. 1, p.59-78, 2012. DOI: 10.3280/MAL2012-001005

- NICCOLS, A. «Right from the Start»: randomised trial comparing an attachment group intervention to supportive home visiting. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 49, n. 7, p. 754-764, 2008. DOI: 10.1111/j.1469-7610.2008.01888.x
- ORONÓZ, B.; ALONSO-ARBIOL, I.; BALLUERKA, N. A Spanish adaptation of the Parental Stress Scale. *Psicothema*, v. 19, n. 4, p. 687-692, 2007.
- ORTE-SOCIAS, C.; AMER-FERNÁNDEZ, J. Las adaptaciones culturales del Strengthening Families Program en Europa. Un ejemplo de programa de educación familiar basado en evidencia. *Estudios sobre Educación*, v. 26, p. 175-195, 2014. DOI: 10.15581/004.26.175-195
- PANAYIOTU, G.; PANTELI, M.; VLEMINCX, E. Adaptive and maladaptive emotion processing and regulation, and the case of alexithymia. *Cognition and Emotion*, p. 1-12, 2019. DOI: 10.1080/02699931.2019.1671322
- PANDEY, R.; SAXENA, P.; DUBEY, A. Emotion regulation difficulties in alexithymia and mental health. *Europe's Journal of Psychology*, v. 7, n. 4, p. 604-623, 2011. DOI: 10.5964/ejop.v7i4.155
- PEREIRA, J. *et al.* Parenting stress mediates between maternal maltreatment history and maternal sensitivity in a community sample. *Child Abuse & Neglect*, v. 36, n. 5, p.433-437, 2012. DOI: 10.1016/j.chiabu.2012.01.006
- REIJMAN, S. *et al.* Baseline functioning and stress reactivity in maltreating parents and at-risk adults: review and meta-analyses of autonomic nervous system studies. *Child Maltreatment*, v. 21, n. 4, p. 327-342, 2016. DOI: 10.1177/1077559516659937
- RODRIGO, M. J. *et al.* Outcome evaluation of a community center-based program for mothers at high psychosocial risk. *Child Abuse & Neglect*, v. 30, n. 9, p. 1049-1064, 2006. DOI: 10.1016/j.chiabu.2006.03.004
- RODRIGUEZ, C. M. Predicting child abuse potential and disciplinary style. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 25, n. 2, p. 315-335, 2010. DOI: 10.1177/0886260509334391
- RODRIGUEZ, C. M.; RICHARDSON, M. J. Stress and anger as contextual factors and preexisting cognitive schemas: predicting parental child maltreatment risk. *Child Maltreatment*, v. 12, n. 4, p.325-337, 2007. DOI: 10.1177/1077559507305993
- RUNYON, M. K.; DEBLINGER, E.; SCHROEDER, C. M. Pilot evaluation of outcomes of combined parent-child cognitive-behavioral group therapy for families at risk for child physical abuse. *Cognitive and Behavioral Practice*, v. 16, n. 1, p. 101-118, 2009. DOI: 10.1016/j.cbpra.2008.09.006
- SCHECHTER, D. S. *et al.* How do maternal PTSDs and alexithymia interact to impact maternal behavior? *Child Psychiatry and Human Development*, v. 46, n.3, p.406-417, 2015. DOI: 10.1007/s10578-014-0480-4
- SCHELBE, L.; GEIGER, J. M. *Intergenerational Transmission of Child Maltreatment*. Cham, Suiza: Springer, 2017. 103p. DOI: 10.1007/978-3-319-43824-5
- SEGAL, L.; SARA OPIE, R.; DALZIEL, K. I. M. Theory! The missing link in understanding the performance of neonate/infant home-visiting programs to prevent child maltreatment: a systematic review. *The Milbank Quarterly*, v. 90, n. 1, p. 47-106, 2012. DOI: 10.1111/j.1468-0009.2011.00655.x
- SHAFFER, D. R.; KIPP, K. *Developmental psychology: childhood and adolescence*. Belmont, CA: Cengage Advantage Books, 2013. 785p.
- SIMON, R. M. Sculpting the Family. *Family Process*, v. 11, n. 1, p. 49-57, 1972. DOI: 10.1111/j.1545-5300.1972.00049.x
- SMITH, T. K. *et al.* Systematic review of fathers' involvement in programmes for the primary prevention of child maltreatment. *Child Abuse Review*, v. 21; n. 4, p. 237-254, 2012. DOI: 10.1002/car.2195
- STEELE, H. *et al.* Randomized control trial report on the effectiveness of Group Attachment-Based Intervention (GABI©): improvements in the parent-child relationship not seen in the control group. *Development and Psychopathology*, v. 31, n. 1, p. 203-217, 2019. DOI: 10.1017/S0954579418001621
- STITH, S. M. *et al.* Risk factors in child maltreatment: a meta-analytic review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, v. 14, n. 1, p. 13-29, 2009. DOI: 10.1016/j.avb.2006.03.006
- STOLTENBORGH, M. *et al.* The prevalence of child maltreatment across the globe: review of a series of meta-analyses. *Child Abuse Review*, v. 24, n. 1, p. 37-50, 2015. DOI: 10.1002/car.2353
- TAYLOR, G.J. The alexithymia construct: Conceptualization, validation, and relationship with basic dimensions of personality. *New Trends in Experimental & Clinical Psychiatry*, v. 10, n. 4, p. 61-74, 1994.
- TAYLOR, G.J.; BAGBY, R.M.; PARKER, J.D.A. *Disorders of affect regulation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997, 359p.
- THORGERG, F.A. *et al.* Parental bonding and alexithymia: a meta-analysis. *European Psychiatry*, v. 26, n. 3, p. 187-193, 2011. DOI: 10.1016/j.eurpsy.2010.09.010
- TORRES, B. *et al.* Infant-mother attachment can be improved through group intervention: a preliminary evaluation in Spain in a non-randomized controlled trial. *The Spanish Journal of Psychology*, v. 14, n. 2, p. 630-638, 2011. DOI: 10.5209/rev_SJOP.2011.v14.n2.11

- TORRES-RIVERA, E.; TORRES-FERNÁNDEZ, I.; HENDRICKS, W.A. Psychoeducational and counseling groups with latinos. In: DELUCIA-WAACK, J.L.; KALODNER, C.R.; RIVA, M.T. (eds.), Handbook of group counseling and psychotherapy. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2013. p. 420-437.
- TUCKER, M. C.; RODRIGUEZ, C. M. Family dysfunction and social isolation as moderators between stress and child physical abuse risk. *Journal of Family Violence*, v. 29, n. 2, p. 175-186, 2014. DOI: 10.1007/s10896-013-9567-0
- VAN DER PUT, C.E. *et al.* Identifying effective components of child maltreatment interventions: a meta-analysis. *Clinical Child and Family Psychology Review*, v. 21, n. 2, p. 171-202, 2018. DOI: 10.1007/s10567-017-0250-5
- VAN IJZENDOORN, M.H. *et al.* Annual Research Review: umbrella synthesis of meta-analyses on child maltreatment antecedents and interventions: differential susceptibility perspective on risk and resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 61, n. 3, p. 272-290, 2020. DOI: 10.1111/jcpp.13147
- VISWANATHAN, M. *et al.* Primary care interventions to prevent child maltreatment: updated evidence report and systematic review for the US Preventive Services Task Force. *JAMA*, v. 320, n. 20, p. 2129-2140, 2018. DOI: 10.1001/jama.2018.17647
- VLAHOVICOVA, K. *et al.* Parenting programs for the prevention of child physical abuse recurrence: a systematic review and meta-analysis. *Clinical Child and Family Psychology Review*, v. 20, n. 3, p. 351-365, 2017. DOI: 10.1007/s10567-017-0232-7
- WALSH, K. *et al.* School-based education programs for the prevention of child sexual abuse: a cochrane systematic review and meta-analysis. *Research on Social Work Practice*, v. 28, n. 1, p. 33-55, 2018. DOI: 10.1177/1049731515619705
- YAP, M. B. *et al.* Parental factors associated with depression and anxiety in young people: a systematic review and meta-analysis. *Journal of Affective Disorders*, v. 156, p. 8-23, 2014. DOI: 10.1016/j.jad.2013.11.007

AGRADECIMIENTO

Este artículo ha sido realizado gracias a las ayudas concedidas por la Diputación Foral de Gipuzkoa (DG17/04), el Vicerrectorado de Investigación de la UPV/EHU (EHU16/38) y al Grupo Consolidado del Gobierno Vasco “Cultura, Cognición y Emoción” (IT1187-19).

Bienestar subjetivo en niños, niñas y adolescentes del Sistema de Protección de Infancia y Justicia Juvenil en Chile

Marian Bilbao

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco, España.

Académica, Directora del Magister en Investigación en Psicología, Facultad de Psicología, Universidad

Alberto Hurtado, Santiago, Chile.

ID ORCID: [0000-0002-5984-4908](https://orcid.org/0000-0002-5984-4908)

E-mail: mbilbao@uahurtado.cl

Javier Torres-Vallejos

Doctor en Psicología por la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile, y por la Universidad de Girona, España.

Investigador asociado, Centro de Investigación para la Educación Inclusiva, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Viña del Mar, Chile.

ID ORCID: [0000-0002-4229-7768](https://orcid.org/0000-0002-4229-7768)

E-mail: javier.torres87@gmail.com

Joel Juarros-Basterretxea

Doctor en Educación y Psicología por la Universidad de Oviedo, España.

Académico, Facultad de Ciencias Sociales y Jurídicas, Universidad de Tarapacá, Arica, Chile.

ID ORCID: [0000-0002-7739-5421](https://orcid.org/0000-0002-7739-5421)

E-mail: juarrosbasterretxea.j@gmail.com

Submetido em: 12/06/2020. Aprobado em: 13/08/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

Los estudios sobre el bienestar subjetivos de niños, niñas y adolescentes han tomado mayor relevancia en la última década, entregando una nueva perspectiva sobre la satisfacción con sus vidas. Sin embargo, todavía queda por conocer las realidades de grupos particulares, como aquellos que viven en situación de mayor vulnerabilidad. En Chile, la mayor parte de las políticas de protección de derechos de infancia y justicia juvenil son implementadas por ONGs, a través de proyectos licitados por el Servicio Nacional de Menores que atiende prioritariamente a sectores de alta vulnerabilidad social. El objetivo de este artículo es describir el bienestar subjetivo de niños, niñas y adolescentes que atiende SENAME a través de programas ambulatorios. La muestra estuvo compuesta por 405 usuarios de programas de protección de derechos, justicia juvenil y acogimiento residencial. Se aplicaron diversos instrumentos para medir su bienestar subjetivo, además de su vinculación con el programa y los profesionales. Los resultados mostraron una asociación positiva entre todas las escalas de bienestar y satisfacción aplicadas y con la vinculación y satisfacción con los programas, la cual se considera como una variable de relevancia y a tener en cuenta cuando se analiza el bienestar de los menores en este tipo de programas. Se enfatiza en las implicancias de los resultados para los programas de protección de infancia y justicia juvenil, que debieran ser considerados al momento de diseñar los programas y evaluar indicadores de bienestar.

Palabras clave: Bienestar subjetivo. Infancia. Adolescencia. Sistema de protección de infancia. Servicio Nacional de Menores.

Bem-estar subjetivo das crianças e adolescentes do Sistema de Protecção da Criança e Justiça Juvenil no Chile

RESUMO

Estudos sobre o bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes tornaram-se mais relevantes na última década, fornecendo uma nova perspectiva sobre a satisfação com suas vidas. No entanto, as realidades de grupos específicos, como aqueles que vivem em situações de maior vulnerabilidade, permanecem desconhecidas. No Chile, a maioria das políticas de proteção dos direitos da criança e justiça juvenil é implementada por ONGs, por meio de projetos oferecidos pelo Serviço Nacional de Menores, que atende principalmente setores de alta vulnerabilidade social. O objetivo deste artigo é descrever o bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes que o Serviço Nacional de Menores fornece por meio de programas ambulatoriais. A amostra foi composta por 405 usuários de programas de proteção de direitos, justiça juvenil e assistência residencial. Vários instrumentos foram aplicados para medir seu bem-estar subjetivo, além de seu relacionamento com o programa e com os profissionais. Os resultados mostram uma associação positiva entre todas as escalas de bem-estar e satisfação aplicadas e com indicadores de conexão e satisfação com os programas, que é considerada uma variável relevante e a ter em conta na análise do bem-estar das crianças neste tipo de programas. As implicações dos resultados para a proteção da infância e programas de justiça juvenil, que devem ser considerados na concepção do programas e avaliação dos indicadores de bem-estar, são discutidas.

Palavras-chave: Bem-estar subjetivo. Infância. Adolescência. Sistema de proteção da infância. Serviço Nacional de Menores.

Subjective well-being in children and adolescents of the juvenile justice and child protection system in Chile

ABSTRACT

Studies on the subjective well-being of children and adolescents have become more relevant in the last decade, providing a new perspective on their satisfaction with their lives. However, the realities of particular groups, such as those living in situations of greatest vulnerability, remain to be known. In Chile, most of the policies for the protection of children's rights and juvenile justice are implemented by NGOs, through projects tendered by the National Service for Minors, which primarily serves sectors of high social vulnerability. The objective of this article is to describe the subjective well-being of children and adolescents that National Service for Minors provides through outpatient programs. The sample was made up of 405 users of child protection, juvenile justice and residential care programs. Various instruments were applied to measure their subjective well-being, in addition to their relationship with the program and professionals. The results showed a positive association between all the well-being and satisfaction scales applied and with the connection and satisfaction with the programs, which is considered a relevant variable to take into account when analyzing the well-being of children in this type of programs. Emphasis is placed on the implications of the results for child protection and juvenile justice programs, which should be considered when designing programs and assessing welfare indicators.

Keywords: Subjective well-being. Childhood. Adolescence. Child protection system. National Service for Minors.

INTRODUCCIÓN

El interés sobre los estudios sobre bienestar subjetivo en niños, niñas, y adolescentes (NNA) ha ido aumentando durante en las últimas décadas (CASAS *et al.*, 2015; NEWLAND *et al.*, 2019), dado el interés por investigaciones que buscan comprender cuán satisfechos están con sus vidas (DINISMAN; FERNANDES; MAIN, 2014). El bienestar subjetivo ha sido definido como la evaluación global que hacen las personas sobre sus vidas y aspectos específicos de éstas (CASAS *et al.*, 2014; SELIGSON; HUEBNER; VALOIS, 2003). Desde una tradición de estudios del bienestar hedónico, el bienestar subjetivo considera tanto juicios cognitivos, expresado en la satisfacción vital con distintos aspectos de la vida (TOV; DIENER, 2013), tales como la familia, amigos o la escuela (HUEBNER *et al.*, 2004; SELIGSON; HUEBNER; VALOIS, 2005); como también aspectos afectivos, entendidos como las respuestas emocionales positivas y negativas ante situaciones cotidianas, las cuales se expresan en la balanza de afectos (JOVANOVIĆ; GAVRILOV-JERKOVIĆ, 2016).

Desde otra perspectiva, de la tradición eudaimónica, los estudios del bienestar se han centrado en los aspectos psicológicos y sociales (VÁZQUEZ; HERVÁS, 2008; VÁZQUEZ *et al.*, 2009), aportando una conceptualización que abarca otras dimensiones más complejas como son la evaluación de las relaciones sociales (KEYES, 1998) y el funcionamiento de diversos ámbitos del yo (BLANCO; DÍAZ, 2005; RYFF, 1989). Finalmente, ha habido propuestas de mediciones que integran ambas tradiciones, reconociendo la importancia de evaluar integralmente todos los aspectos relevantes que dan cuenta del bienestar de las personas (HERVÁS; VÁZQUEZ, 2013). Todas estas perspectivas sobre el bienestar subjetivo han sido estudiadas con distintos instrumentos, abordando en conjunto un amplio espectro del constructo como correlato de la salud mental positiva (CUMMINS *et al.*, 2003; CUMMINS, 2014; KEYES, 2002; VÁZQUEZ *et al.*, 2009).

En su conjunto, el bienestar subjetivo contribuye a mantener una buena salud mental, lo que permite afrontar exitosamente los desafíos de la vida y disfrutar de ésta (KEYES, 2002; SELIGMAN, 2011). Además, altos niveles de bienestar subjetivo ayudarían a disminuir los efectos nocivos para la salud mental de los eventos vitales negativos (OYANEDEL; BILBAO; MELLA, 2013), posibilitando el utilizar los recursos personales, sociales y materiales con los que se cuenta para enfrentar las dificultades (KEYES; HAIDT, 2003). Dado que conocer las medidas de bienestar subjetivo de las personas permite determinar riesgos en dimensiones tanto psicológicas como sociales, es necesario generar más estudios en el área. Esto es particularmente importante en el caso de los grupos sociales más vulnerables como son los NNA (CROUS, 2017) y en particular los NNA adscritos al sistema de protección social de infancia (POLETTTO; KOLLER, 2011).

Un gran avance en esta línea ha sido la investigación de la *International Survey on Children's Well-Being* (DINISMAN; FERNANDES; MAIN, 2014), cuyo objetivo es analizar la satisfacción con la vida y la relación de ésta con ámbitos específicos, tales como la familia, el ambiente escolar, la relación con los pares, y consigo mismo, entre otras (BEN-ARIEH, 2013). La relevancia de este estudio ha sido generar indicadores de infancia que sean comparables entre distintos países, donde se ha hecho un énfasis en escuchar la voz de NNA, comprender los diferentes contextos y factores que influyen en el bienestar subjetivo en la infancia y la adolescencia, e impactar así en las políticas a nivel local, nacional e internacional (BEN-ARIEH; DINISMAN; REES, 2017). En Chile, esta investigación internacional se tradujo en el “Primer Estudio Nacional de Bienestar Subjetivo Infantil” (OYANEDEL *et al.*, 2014), donde se encontró que el 83% de los niños, niñas y adolescentes participantes del estudio se encontraban satisfechos con sus vidas, pero que existían diferentes valoraciones de los ámbitos de la vida según distintas variables, como sexo, escolaridad, nivel de vulnerabilidad, entre otros.

En esta misma línea, estudios en el área han señalado la importancia de los vínculos afectivos para el bienestar subjetivo de NNA, especialmente en población en situaciones más vulnerables como son los NNA en cuidados alternativos (HUECHE *et al*, 2019; MONTSERRAT; CASAS; BAENA, 2015). Estos vínculos son relevantes no solo con sus padres y familiares, sino también con otros adultos significativos, como profesores y profesionales de servicios sociales, influyendo en la construcción de su identidad y pilares para el desarrollo y mantención de su bienestar subjetivo (BEN-ARIEH, 2010).

SERVICIOS PARA LA INFANCIA EN SITUACIÓN DE VULNERABILIDAD EN CHILE

Chile suscribió la Convención sobre los Derechos del Niño hace ya tres décadas (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 1990). Desde entonces, las leyes y políticas que involucran a NNA deberían haber realizado ajustes necesarios para responder a los requerimientos de dicha convención. Sin embargo, aún existe una importante brecha entre lo promovido por la convención y la legislación vigente, siendo necesario seguir avanzando en estos ajustes, en particular a los dirigidos a NNA vulnerados en sus derechos (UNICEF, 2019).

Las políticas sociales de infancia en Chile son implementadas mayoritariamente por ONGs, por los Organismos Colaboradores Acreditados (OCA) por el Servicio Nacional de Menores (SENAME), aproximadamente en un 96% de la oferta programática hacia el año 2017 (CORTÉZ-MONROY; MARTÍNEZ, 2018).

Uno de los desafíos que ha tenido SENAME en las últimas décadas es, efectivamente, desarrollar programas que no solo declaren un enfoque de derechos, sino también que sean ejecutados dentro de los marcos de la Convención, y así, el reconocer la importancia y valor que tiene el principio rector de la participación infantil en todos los asuntos que les atañen relacionados con su bienestar (UNICEF, 2019).

Parte de la dificultad que ha existido para implementar prácticas que consideren la participación activa y la voz de NNA, siendo esta tomada en cuenta, se sitúa en que no existen lineamientos claros de cómo hacerlo (ROJAS; ZÚÑIGA, 2014; VARGAS PAVEZ; CORREA CAMPUS; 2011). El ejercicio del derecho a ser oídos puede entregar elementos claves para que los adultos comprendan mejor los mundos de NNA, posibilitando diseñar programas que respondan de mejor manera a las preocupaciones, vivencias y aspectos que para ellos son relevantes en relación con su bienestar.

El objetivo de este estudio es analizar los niveles de bienestar subjetivo de niños, niñas y adolescentes atendidos en programas ambulatorios de SENAME y que son implementados por OCAs, tanto de los sistemas de protección de derechos, justicia juvenil y acogimiento residencial, controlando el potencial efecto de la vinculación afectiva a dichos programas.

MÉTODO

MUESTRA

El presente estudio corresponde a la muestra de NNA de una investigación mayor¹ la cual encuestó a trabajadores de programas psicosociales de infancia y a sus usuarios (NNA y apoderados). El total de la muestra del presente artículo fue de 405 niños, niñas y adolescentes usuarios de programas psicosociales de infancia. El 46.4% ($n = 188$) corresponde a programas de Justicia Juvenil, el 43.5% ($n = 176$) a programas de Protección de Derechos, y el 10.1% ($n = 41$) a Acogimiento Residencial (Residencias). Los participantes tenían entre 8 y 19 años ($M = 15.25$; $SD = 2.42$). Del total de la muestra, el 61.7% fueron hombres, porcentaje mayoritario únicamente en el caso de programas del área de justicia juvenil (86.7%).

INSTRUMENTOS

Brief Multidimensional Students' Life Satisfaction Scale (BMSLSS)(SELIGSON; HUEBNER; VALOIS, 2003). Evalúa cinco ámbitos de satisfacción: la vida familiar, con las amistades, con la vida en la escuela, con uno mismo, y con el lugar donde vive. El rango de respuesta de los ítems va de 0 (“nada satisfecho/a”) a 10 (“muy satisfecho/a”), con moderada confiabilidad ($\alpha = .68$).

Personal Well-Being Index – School Children Scale (PWI-SC)(CUMMINS *et al.*, 2003). Evalúa la satisfacción con diferentes ámbitos de la vida mediante nueve ítems: la salud, el nivel de vida, los logros, sentirse seguro, los grupos de pertenencia, la seguridad en el futuro, las relaciones interpersonales, consigo mismo, y con la vida escolar. La escala de respuesta oscila entre 0 (“nada satisfecho/a”) a 10 (“muy satisfecho/a”). Presenta una adecuada confiabilidad ($\alpha = .79$).

Students' Life Satisfaction Scale (SLSS)(HUEBNER, 1991; GALÍNDEZ; CASAS, 2010). Evalúa dimensiones generales del bienestar a través de 5 ítems ($\alpha = .91$): mi vida va bien, mi vida es justo como debería ser, tengo una buena vida, tengo lo que quiero en la vida y las cosas de mi vida son excelentes; a través de una escala 11 puntos, desde 0 (“Nada de acuerdo”) a 10 (“Totalmente de acuerdo”) con cada una de las afirmaciones.

Overall Life Satisfaction (OLS)(CAMPBELL; CONVERSE; RODGERS, 1976) Es un indicador del bienestar subjetivo que proporciona una medida general del bienestar a partir de un solo ítem (“Durante las dos últimas semanas, la mayoría del tiempo, ¿cuán satisfecho/a te sientes con tu vida, en general?”) con una escala de respuesta de 11 puntos, desde 0 (“nada satisfecho/a”) a 10 (“muy satisfecho/a”).

Pemberton Happiness Index (PHI)(HERVÁS; VÁSQUEZ, 2013) fue adaptado para niños, niñas y adolescentes en el marco del proyecto FONDECYT. Evalúa la satisfacción con distintas temáticas, desde una perspectiva integral hedónica y eudaimónica: primero, a través de la dimensión de

Bienestar recordado (9 ítems, $\alpha = .86$) con un rango de respuesta de 0 (“totalmente en desacuerdo”) a 10 (“totalmente de acuerdo”), y de *Bienestar experimentado* (8 ítems), que aborda eventos que haya vivido el día anterior (4 con eventos positivos y 4 con eventos negativos), medidos entre 0 (No) y 1 (Sí). Esta escala se calcula mediante sumatoria para el bienestar recordado y una resta entre eventos positivos y negativos.

Positive and Negative Affect Schedule ten-item version (PANAS-C)(DAMÁSIO *et al.*, 2012). Evalúa la balanza de afectos positivos (5 ítems, $\alpha = .92$) y de afectos negativos (5 ítems, $\alpha = .83$), con relación a cómo se ha sentido durante el último mes. Se presenta con un rango de respuesta de 1 (“muy poco o nada”) a 5 (“siempre”).

Vinculación con el programa. Se construyó un conjunto de 10 ítems, a partir de un estudio de focus group, sobre la vinculación afectiva de los niños, niñas y adolescentes con el programa del cual participaban. Los ítems son presentados en un rango de respuesta de 0 (totalmente en desacuerdo) a 10 (totalmente de acuerdo), donde puntajes mayores indican una vinculación más positiva y mayor satisfacción con el programa.

PROCEDIMIENTO

Se realizó una selección aleatoria de programas de protección de derechos, justicia juvenil y acogimiento residencial de seis regiones de Chile, donde se les invitó a participar en el estudio en el marco del proyecto. Se solicitó autorización de los directores de programas y de los tutores legales de los menores de edad, y su participación fue voluntaria. Los cuestionarios fueron de autorreporte y respondidos de manera presencial, contando con la supervisión de algún miembro del equipo. El proyecto fue aprobado por el Comité de Ética Institucional de la Universidad de Santiago de Chile, y se siguieron todos los procedimientos de confidencialidad y resguardo de la información.

ANÁLISIS DE LOS DATOS

A fin de analizar las diferencias las diferencias entre las puntuaciones medias de bienestar según el tipo de programa de pertenencia (justicia juvenil, protección de derechos y residencias), se llevaron a cabo análisis univariado de la covarianza (ANCOVA) para las medidas de una sola dimensión (BMSLSS, PWI-SC, SLSS y OLS) y análisis multivariado de la covarianza (MANCOVA) para las escalas de dos dimensiones (PHI y PANAS-C). Se incluyó la vinculación con el programa como covariable con el fin de controlar su potencial efecto sobre las diferencias en la satisfacción y poder así analizar las diferencias que se deben estrictamente al programa. Las comparaciones múltiples entre los grupos se realizaron mediante la corrección de Bonferroni (ARMSTRONG, 2014). El tamaño del efecto se calculó mediante la *g* de Hedges (HEDGES, 1981).

RESULTADOS

Se realizó inicialmente un análisis descriptivo de la distribución de las puntuaciones de bienestar subjetivo en las diferentes escalas del estudio, para conocer como éstas se comportaban en una muestra como ésta que no había sido estudiada con anterioridad utilizando estos instrumentos (Tabla 1). Se observa que entre todas las escalas de bienestar subjetivo existen correlaciones positivas y significativas ($r = .322 - .692, p \leq .01$), con excepción de la sub-escala de afectos negativos, donde las correlaciones son significativas y negativas ($r = -.271 - -.116, p \leq .05$) excepto con la escala BMSLSS ($r = -.075, ns$). Además, se observan correlaciones significativas con la escala de vinculación con el programa, siendo ésta más fuerte con el bienestar recordado.

Tabla 1 – Correlaciones de Pearson y estadísticos descriptivos de las medidas de bienestar y vinculación con el programa

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
BMSLSS	-								
PWI-SC	,751**	-							
SLSS	,660**	,692**	-						
OLS	,602**	,626**	,698**	-					
PHI - Bienestar recordado	,561**	,620**	,640**	,512**	-				
PHI - Bienestar experimentado	,405**	,427**	,413**	,375**	,526**	-			
PANAS-C - Afectos positivos	,383**	,390**	,445**	,335**	,500**	,322**	-		
PANAS-C - Afectos negativos	-,075	-,116*	-,131**	-,147**	-,224**	-,271**	-,185**	-	
Vinculación con el programa	,361**	,397**	,327**	,351**	,514**	,242**	,444**	-,151**	-
Media	7.38	7.83	6.81	7.70	68.51	1.65	3.79	1.59	8.48
Desv. Estándar	1.84	1.60	2.41	2.13	16.10	1.76	1.02	0.85	1.92

Nota. * $p \leq .05$; ** $p \leq .01$; *** $p \leq .001$.

Mediante el ANCOVA se analizaron las diferencias medias en satisfacción – escalas unidimensionales – que existían en los distintos programas controlando el efecto de la vinculación a estos. Según los resultados obtenidos, los usuarios de programas de protección de derechos mostraron niveles significativamente mayores de bienestar que los usuarios de justicia juvenil y que los usuarios de residencias según la BMSLSS ($p \leq .01$, $g = .44$; $p \leq .05$, $g = .56$, respectivamente), la PWI-SC ($p \leq .05$, $g = .36$; $p > .05$, $g = .49$, respectivamente) y la SLSS ($p \leq .001$, $g = .51$; $p \leq .05$, $g = .46$, respectivamente). Sin embargo, los usuarios de justicia juvenil mostraron niveles similares de satisfacción a los de los usuarios de residencias en todos los casos. Finalmente, no se encontraron diferencias estadísticamente significativas entre los niveles de satisfacción de los grupos con la OLS ($p > .05$, $g = .20$).

En el caso de los MANCOVA – para las escalas multidimensionales –, para la escala PHI no se observan diferencias estadísticamente significativas entre los grupos (λ de Wilks = .98, $p > .05$). En el caso de la escala PANAS-C, se observan diferencias significativas (λ de Wilks = .93, $p \leq .001$) a nivel multivariado, pero el análisis de los ANCOVAS posteriores indica que solo existen diferencias significativas en la dimensión de afectos negativos ($F_{2, 401} = 11.02$, $p \leq .001$). Concretamente, los usuarios del sistema de protección de derechos y residencias muestran niveles de afectos negativos similares entre sí ($p \leq .05$, $g = .36$), pero significativamente mayores a los de los usuarios de justicia juvenil ($p \leq .001$, $g = .83$).

Tabla 2 – ANCOVAS y MANCOVAS para las distintas medidas de bienestar, controlando por la vinculación con el programa, según el tipo de programa

	Justicia juvenil (n = 188)	Protección de derechos (n = 176)	Residencias (n = 41)	λ de Wilks	F(2, 401)
	M (SD)	M (SD)	M (SD)		
BMSLSS	7.06 ^b (1.90)	7.83 ^a (1.58)	6.87 ^b (2.17)	-	6.06**
PWI-SC	7.62 ^b (1.50)	8.16 ^a (1.49)	7.35 ^b (2.20)	-	3.42*
SLSS	6.30 ^b (2.28)	7.45 ^a (2.25)	6.34 ^b (2.96)	-	8.46***
OLS	7.63 (1.91)	8.02 (1.96)	6.66 (3.21)	-	2.66
PHI				.98	
PHI - Bienestar recordado	69.16 (14.03)	69.92 (15.82)	59.51 (22.58)		-
PHI - Bienestar experimentado	1.66 (1.64)	1.68 (1.84)	1.49 (2.01)		-
PANAS-C				.93***	
Afectos positivos	3.69 (1.02)	3.98 (.94)	3.41 (1.17)		2.20
Afectos negativos	1.40 ^b (.68)	1.69 ^b (.94)	2.01 ^a (.95)		11.02***

Nota. * $p \leq .05$; ** $p \leq .01$; *** $p \leq .001$; a > b. covariable = vinculación con el programa, $p \leq .05$ en todos los casos.

DISCUSIONES

Si bien las investigaciones sobre bienestar subjetivo infantil han tenido un importante desarrollo en los últimos años, es necesario avanzar en el estudio de grupos como los NNA. Esto es especialmente relevante en aquellos casos en los que los NNA están en sistemas de protección de infancia dada su mayor vulnerabilidad (DINISMAN; MONTSERRAT; CASAS, 2012; CASAS *et al.*, 2015; MONTSERRAT; CASAS; BAENA, 2015). Este estudio buscó describir los niveles de bienestar subjetivo de NNA usuarios de programas ambulatorios de protección de derechos, justicia juvenil, incluyendo de acogimiento residencial, de la oferta programática del Servicio Nacional de Menores (SENAME), de distintas regiones de Chile.

A fin de llevar a cabo una evaluación más precisa y profunda, se utilizaron distintas medidas de bienestar que eran conceptualmente complementarias. Tal y como se ha indicado en la literatura (BEN-ARIEH; DINISMAN; REES, 2017; CUMMINS, 2014), es importante incluir distintas medidas complementarias que permitan captar diferentes aspectos del bienestar en la infancia. Se ha observado, como es de esperar, una tendencia general a que las distintas escalas correlacionen significativamente entre sí de manera moderada (CASAS *et al.*, 2015). Los resultados del presente estudio confirman lo anterior y ponen de manifiesto las diferencias subyacentes de las escalas, en gran parte derivadas de sus diferentes aproximaciones al constructo de bienestar. Tanto es así, que solo la correlación entre la subescala de afectos negativos y la BMSLSS resultó no ser significativa, lo cual es consistente con la literatura donde se ha encontrado una correlación negativa y muchas veces no significativa entre ambas medidas, al tratarse de constructos diferentes (SELIGSON *et al.*, 2003), aunque relacionados, por lo que deben examinarse por separado (SELIGSON; HUEBNER; VALOIS, 2005).

En lo que respecta a la relación entre el bienestar y la vinculación afectiva con el programa, todas las medidas utilizadas mostraron correlaciones significativas, las que fueron más fuertes en el bienestar con los afectos positivos y el bienestar recordado (medida integrativa de los distintos ámbitos del bienestar). Esto confirma lo señalado anteriormente de que un importante pilar del bienestar infantil está en los vínculos positivos que se establecen con adultos significativos (BEN-ARIEH, 2010), como estrían siendo los profesionales de los programas en los que participan.

Por su parte, el análisis diferencial univariado llevado a cabo en este trabajo reveló diferencias significativas en los niveles de satisfacción según el programa, aunque tales diferencias no se dieron entre todos los programas. Concretamente, se pudo observar que los usuarios de justicia juvenil y residencias mostraban niveles similares de satisfacción entre sí, pero significativamente más bajos que los usuarios del programa de protección de derechos. Esto puede tener su origen en el perfil de los usuarios de los distintos programas.

El caso de protección de derechos, se trata de principalmente de programas de carácter ambulatorio, donde su objetivo central es la restitución de los derechos vulnerados, a través del fortalecimiento de los recursos personales de los NNA y sus familias (cuando es posible contar con un adulto responsable comprometido) (GÓMEZ; CIFUENTES; ROSS, 2010). En ellos, se busca que la intervención se oriente desde un enfoque integral de apoyo y reparación (GÓMEZ; HAZ, 2008), lo que podría explicar, en parte, mayores niveles de bienestar subjetivo que los otros grupos, dada la mayor intervención en factores psicosociales y que, en general, los usuarios presentan vulneración de derechos que son intervenibles sin necesidad de una medida de cuidados alternativos residencial.

En cuanto a la oferta de justicia juvenil, el perfil de los usuarios es similar al de los NNA de protección (en su mayoría fueron atendidos antes en alguno de esos programas), pero en la actualidad tienen compromiso delictual e ingresan a los programas de SENAME por infringir la ley. Por lo tanto, son derivados por el sistema judicial (tribunales de garantía) para cumplir alguna sanción no privativas de libertad, lo que complejiza los procesos de intervención de los adolescentes al tener que responder a las demandas que señala SENAME como metas de tratamiento y las de tribunales. La intervención en estos programas presenta el desafío de ayudar en la transición de una vida asociada al delito hacia la reinserción social, por lo que este factor se constituye como relevante al momento de evaluar la satisfacción con la vida y el bienestar presente (METTIFOGO *et al.*, 2015).

En el caso de quienes viven en residencias, se trata de NNA vulnerados en sus derechos de tal forma que se hizo necesario separarlos de sus redes familiares, y que suelen experimentar sentimientos altos de inestabilidad en las relaciones y el entorno, lo que afectaría de manera importante la evaluación del bienestar (DINISMAN; MONTSERRAT; CASAS, 2012).

En cuanto al análisis multivariado con las escalas de más de una dimensión, se observó que la escala PHI, que integra las perspectivas eudaimónica y hedónica, no presenta diferencias estadísticamente significativas entre los grupos. Cabe señalar que este instrumento no había sido utilizado anteriormente con NNA, siendo por lo tanto interesante continuar estudiándolo en población infantil y adolescente para ver si en otros contextos pudiera ser más informativo, ya que en el caso de este estudio no resultó ser sensible a posibles diferencias entre los grupos. Por otro lado, estos resultados podrían parecer contradictorios dado resultados previos que evalúan el bienestar con otras medidas, sin embargo, algunas investigaciones señalan que estos instrumentos responden a distintas tradiciones del bienestar, por lo que es esperable que sus resultados sean diferentes (WACHHOLZ; CASTELLÁ-SARRIERA; CASAS, 2020; BLASI *et al.*, 2012).

Al considerar la balanza de afectos, solo la escala de afectos negativos mostró diferencias significativas en los grupos. Si bien tanto los afectos positivos como negativos se encuentran relacionados, varios estudios muestran que la predominancia de estos últimos estaría asociada a otro tipo de fenómenos psicológicos como depresión y ansiedad (CLARK; WATSON, 1991; WRÓBEL *et al.*, 2019). Lo anterior es relevante de ser observado, al considerar que se trata de un grupo donde la prevalencia de problemas de salud mental es potencialmente mayor a la población general de la misma edad (MALDONADO, 2013). Por lo tanto, al encontrar niveles altos de efectos negativos en NNA sería importante el indagar en posibles sintomatologías como las señaladas.

Finalmente, al controlar el posible efecto de la vinculación afectiva con el programa y sus profesionales, estas diferencias se hacen evidentes, indicando que, en algunos casos, esta variable resulta importante para explicar el bienestar subjetivo en los programas. Lo anterior es apoyado por otras investigaciones que muestran un efecto positivo para el bienestar subjetivo de vínculos estrechos nutritivos con adultos significativos (BEN-ARIEH, 2010, HUECHE, *et al.*, 2019; MONTSERRAT; CASAS; BAENA, 2015). En particular, establecer vínculos estrechos entre los NNA con sus cuidadores se asociaría a mayores niveles de bienestar subjetivo (LLOSADA; MONSERRAT; CASAS, 2017).

El presente estudio tiene algunas limitaciones a señalar. En primer lugar, es importante analizar los resultados con cautela y no generalizar a la población, dadas las características de la muestra y el carácter transversal de la investigación. Además, si bien la muestra está compuesta solo por NNA que quisieron participar y, por lo tanto, no incluye a quienes podrían haber tenido distinta realidad respecto a su bienestar subjetivo, es relevante señalar que este grupo es de muy difícil acceso. Por lo tanto, estos resultados pueden ser considerados como un aporte a la comprensión de los usuarios de estos programas y ser un punto de partida para futuros estudios.

Se refuerza la necesidad de contar con una muestra mayor que permitiera realizar análisis diferenciados por tipo de programa, edades y otras características sociodemográficas, con el fin de establecer líneas base que permitan la comparabilidad con otros estudios en la misma población o a nivel general.

El análisis de los instrumentos utilizados entrega interesante información sobre la sensibilidad para detectar potenciales diferencias en los niveles de bienestar en esta población, que podrían ser consideradas para futuros estudios. Por ejemplo, al revisar el comportamiento de las escalas, la de ítem único OLSS no mostró diferencias significativas entre los grupos como sí lo hicieron las demás escalas de manera congruente y consistente. Estos resultados sugieren que no solo es importante el uso de varias escalas que recojan distintos aspectos del bienestar, sino que también permitan una evaluación precisa incluso en análisis complejos (CUMMINS *et al.*, 2003; CUMMINS, 2014).

En términos generales, este estudio podría ser un aporte en miras de desarrollar un sistema de monitoreo del bienestar subjetivo y factores asociados, de NNA que atiende SENAME y especialmente de las residencias. Esto permitiría al Estado y a los adultos que ejecutan las políticas de infancia, escuchar a los NNA — como es su derecho-, conocer sus propias percepciones en relación a lo que es significativo para su bienestar, y tomar decisiones basadas en éstas para diseñar, evaluar y mejorar los programas en los que participan.

REFERENCIAS

ARMSTRONG, R. When to use the Bonferroni correction. *Ophthalmic & Physiological Optics*, v. 34, p. 508-508, 2014. DOI: 10.1111/opo.12131

BEN-ARIEH, A. Children's Worlds: initial findings. In: INTERNATIONAL SOCIETY OF CHILD INDICATORS, 4., 2013, Seol. *Proceedings* [...]. Seol: [S.N.], 2013.

BEN-ARIEH, A. From child welfare to children well-being: the child indicators perspective. In: KAMERMAN, S. B.; PHIPPS, S.; BEN-ARIEH, A. (eds.), *From child welfare to child well-being*. New York: Springer, 2010. p. 9-24

BEN-ARIEH, A.; DINISMAN, T.; REES, G. A comparative view of children's subjective well-being: findings from the second wave of the ISCWeB project. *Children and Youth Services*, v. 80, p. 1-2, 2017. DOI: 10.1016/j.childyouth.2017.06.068

BLANCO, A.; DÍAZ, D. El bienestar social: su concepto y medición. *Psicothema*, v. 17, n. 4, p.5 82-589, 2005.

BLASI, E. *et al.* Socio-demographic components of eudaimonic well-being: a survey in an Italian province. *Social Indicators Research*, v. 113, p. 451-470, 2012. DOI: 10.1007/s11205-012-0104-y

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; RODGERS, W. *The quality of American life: perceptions, evaluations, and satisfactions*. Nueva York: Russell Sage Foundation, 1976.

CASAS, F. *et al.* El bienestar subjetivo en la infancia: estudio de la comparabilidad de 3 escalas psicométricas en 4 países de habla latina. *Psicoperspectivas*, v. 14, n. 1, p. 6-18, 2015. DOI: 10.5027/PSICOPERSPECTIVASVOL14-ISSUE1- FULLTEXT-522

CASAS, F. *et al.* Reconsidering life domains that contribute to subjective well-being among adolescents with data from three countries. *Journal of Happiness Studies*, v. 16, n. 2, p. 491-513, 2014. DOI: 10.1007/s10902-014-9520-9

CLARK, L.A.; WATSON, D. Tripartite model of anxiety and depression: psychometric evidence and taxonomic implications. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 100, p. 316-336, 1991. DOI: 10.1037/0021-843X.100.3.316.

CORTÉZ-MONROY, F.; MARTÍNEZ, L. SENAME y la opacidad de la crisis de la protección de la infancia. In: MATUS, T.; MARIÑEZ, C. (eds.) *Innovar desde la falla: aportes de un sistema de alerta y efectividad para programas de infancia desde un enfoque de derechos*. Chile: Proyecto Fondef, 2018.

CROUS, G. Child psychological well-being and its associations with material deprivation and type of home. *Children and Youth Services Review*, v. 80, p. 88-95, 2017. DOI: 10.1016/j.childyouth.2017.06.051

CUMMINS, R. A. *et al.* Developing a national index of subjective wellbeing: the Australian Unity Wellbeing Index. *Social Indicators Research*, v. 64, n. 2, p. 159-190, 2003. DOI: 10.1023/A:1024704320683

CUMMINS, R. A. Understanding the well-being of children and adolescents through homeostatic theory. In: BEN-ARIEH, A. *et al.* (eds.) *Handbook of child well-being*. Dordrecht: Springer, 2014. p. 635-662. DOI: 10.1007/978-90-481-9063-8_152

DAMÁSIO, B. *et al.* Refinement and psychometric properties of the eight-item brazilian positive and negative affective schedule for children (PANAS-C8). *Journal of Happiness Studies*, v. 14, p. 1363-1378, 2012. DOI: 10.1007/s10902-012-9383-x

- DINISMAN, T.; FERNANDES, L.; MAIN, G. Findings from the first wave of the ISCWeB project: International perspectives on child subjective well-being. *Child Indicators Research*, v. 8, n. 1, p. 1-4, 2014. DOI: 10.1007/s12187-015-9305-7
- DINISMAN, T; MONTSERRAT, C.; CASAS, F. The subjective well-being of Spanish adolescents: variations according to different living arrangements. *Children and Youth Services Review*, v. 34, p. 2374-2380, 2012. DOI: 10.1016/j.childyouth.2012.09.005
- GALÍNDEZ, E.; CASAS, F. Adaptación y validación de la Students' Life Satisfaction Scale (SLSS) con adolescentes. *Estudios de Psicología*, v. 31, n. 1, p. 79-87, 2010. DOI: 10.1174/0211093910790744617
- GÓMEZ, E.; CIFUENTES, B.; ROSS, M. I. Previendo el maltrato infantil: descripción psicosocial de usuarios de programas de intervención breve en Chile. *Universitas Psychologica*, v. 9, n. 3, p. 823-839, 2010. DOI: 10.11144/Javeriana.upsy9-3.pmid
- GÓMEZ, E.; HAZ, A. M. Intervención Familiar Preventiva en Programas Colaboradores del SENAME: La Perspectiva del Profesional. *Psyche*, v. 17, n. 2, p. 53-65, 2008. DOI: 10.4067/S0718-22282008000200005
- HEDGES, L. V. Distribution theory for Glass's estimator of effect size and related estimators. *Journal of Educational Statistics*, v. 6, n. 2, p. 107-128, 1981. DOI: 10.2307/1164588
- HERVÁS, G.; VÁZQUEZ, C. Construction and validation of a measure of integrative well-being in seven languages: the Pemberton Happiness Index. *Health & Quality of Life Outcomes*, v. 11, n. 1, p. 66, 2013. DOI: 10.1186/1477-7525-11-66
- HUEBNER, E. S. Initial development of the student's life satisfaction scale. *School Psychology International*, v. 12, n. 3, p. 231-240, 1991. DOI: 10.1177/0143034391123010
- HUEBNER, E. S., et al. Brief multidimensional students' life satisfaction scale: sex, race, and grade effects for a high school sample. *Psychological Reports*, v. 94, n. 1, p. 351-356, 2004.
- HUECHE, C. et al. Affective bonds in institutionalized adolescents in Chile. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 17, n. 2, p. 393-412, 2019. DOI: 10.11600/1692715x.17217
- JOVANOVIĆ, V.; GAVRILOV-JERKOVIĆ, V. The structure of adolescent affective well-being: the case of the PANAS among Serbian adolescents. *Journal of Happiness Studies*, v. 17, n. 5, p. 2097-2117, out. 2016. DOI: 10.1007/s10902-015-9687-8
- KEYES, C. L. M. Social well-being. *Social Psychology Quarterly*, v. 61, p. 121-140, 1998.
- KEYES, C. L. M. The mental health continuum: From languishing to flourishing in life. *Journal of Health and Social Behavior*, v. 43, n. 2, p. 207-222, 2002. DOI: 10.2307/3090197.
- KEYES, C. L. M.; HAIDT, J. *Flourishing: toward a life well-lived*. Washington DC: American Psychological Association, 2003.
- MALDONADO, F. Prevalencia de patologías de salud mental en la población adolescente privada de libertad: experiencias nacionales y comparadas. *Revista Ius et Praxis*, v. 19, n. 01, p. 329-362, 2013. DOI: 10.4067/S0718-00122013000100010
- METTIFOGO, D. et al. Factores transicionales y narrativas de cambio en jóvenes infractores de ley: análisis de las narrativas de jóvenes condenados por la Ley de Responsabilidad Penal Adolescente. *Psicoperspectivas*, v. 14, n. 1, p. 77-88, 2015. DOI: 10.5027/PSICOPERSPECTIVAS-VOL14-ISSUE1-FULLTEXT-502
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, GOBIERNO DE CHILE. Decreto 830, 26 de enero de 1990. 1990.
- MONTSERRAT, C.; CASAS, F.; BAENA, M. *La educación de niños, niñas y adolescentes en el sistema de protección: ¿Un problema o una oportunidad?* Girona: Documenta Universitaria; IRQV, 2015.
- NEWLAND, L., et al. Multilevel analysis of child and adolescent subjective well-being across 14 countries: child- and country-level predictors. *Child Development*, v. 90, n. 2, p. 395-413, 2019. DOI: 10.1111/cdev.13134
- OYANEDEL, J. et al. ¿Qué afecta el bienestar subjetivo y la calidad de vida de las niñas y niños chilenos?: resultados de la Encuesta Internacional sobre Bienestar Subjetivo Infantil. Santiago, Chile: LOM Editores, 2014.
- OYANEDEL, J.C.; BILBAO, M. A.; MELLA, C. Midiendo el bienestar subjetivo: aspectos conceptuales y metodológicos. In: MARTÍNEZ, R; IVANOVIC-ZUVIC, R.; UNANUE, W. (eds). *Felicidad: Evidencias y experiencias para cambiar nuestro mundo*. Santiago: Sociedad de Neurología, Psiquiatría y Neurocirugía, 2013. , p.73-90.
- POLETTI, M.; KOLLER, S. Subjective well-being in socially vulnerable children and adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 24, n. 3, p. 476-484, 2011. DOI: 10.1590/S0102-79722011000300008.
- ROJAS, R. M.; ZÚÑIGA, C. F. Derechos del niño, participación infantil y formación ciudadana desde espacios educativos no formales: la experiencia del Consejo Consultivo de Niños, Niñas y Adolescentes de la comuna de Coquimbo, Chile. *Temas de educación*, vol. 20, no 1, p. 123-123, 2014.
- RYFF, C. Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 6, p. 1069-1081, 1989.
- SELIGMAN, M. E. Flourish: a visionary new understanding of happiness and well-being. *Policy*, v. 27, n. 3, p. 60-61, 2011.
- SELIGSON, J. L.; HUEBNER, E. S.; VALOIS, R. F. An investigation of a brief life satisfaction scale with elementary school children. *Social Indicators Research*, v. 73, n. 3, p. 355-374, 2005. DOI: 10.1007/s11205-004-2011-3

SELIGSON, J. L.; HUEBNER, E. S.; VALOIS, R. F. Preliminary validation of the Brief Multidimensional Students' Life Satisfaction Scale (BMSLSS). *Social Indicators Research*, v. 61, n. 2, p. 121-145, 2003.

TOV, W.; DIENER, E. Subjective Well-being. In KEITH, K. (Ed.), *Encyclopedia of Cross-Cultural Psychology*. New York: Wiley, 2013. p. 1-7.

UNICEF. *Estudio para el fortalecimiento de los programas ambulatorios del Servicio Nacional de Menores*. Santiago: Centro de Estudios de Justicia y Sociedad, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2019. Disponible em: <https://www.unicef.org/chile/sites/unicef.org.chile/files/2019-12/UNICEF-WD-Programas-Ambulatorios.pdf>. Acceso em: 25 ago. 2020.

VARGAS PAVEZ, M.; CORREA CAMUS, P. La voz de los niños en la justicia de familia de Chile. *Ius et Praxis*, v.17, n.1, p.177-204, 2011. DOI 10.4067/S0718-00122011000100008.

VÁZQUEZ *et al.* Bienestar psicológico y salud: aportaciones desde la Psicología Positiva. *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud*, v. 5, p.15-28, 2009.

VÁZQUEZ, C.; HERVÁS, G. *Bienestar: fundamentos científicos de una Psicología Positiva*. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

WACHHOLZ, M.; CASTELLÁ-SARRIERA, J.; CASAS, F. Evaluation of well-being in adolescence: proposal of an integrative model with hedonic and eudemonic aspects. *Child Indicators Research*, v. 13, p. 1439-1452, 2020. DOI: 10.1007/s12187-019-09708-5

WRÓBEL, M. *et al.* Measuring positive and negative affect in a school-based sample: a polish version of the PANAS-C. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, v. 41, p. 598-611, 2019. DOI: 10.1007/s10862-019-09720-7

AGRADECIMIENTOS

Este artículo fue patrocinado por el Proyecto Fondecyt Regular N°1151148 “Bienestar subjetivo en el trabajo y desgaste laboral: una mirada social-ecológica en programas psicosociales de infancia”, a cargo de la Dra. María de los Ángeles Bilbao, otorgado por la Comisión Nacional de Investigación en Ciencia y Tecnología CONICYT, del Gobierno de Chile.

Relaciones intergrupales en la escuela: cercanía social, prejuicio y aculturación en estudiantes inmigrantes latinoamericanos y chilenos

María José Mera-Lemp

Doctora en Psicología, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España.

Becaria pos doctoral en la Facultad Alberto Hurtado (Chile).

ID ORCID: [0000-0001-5763-6913](https://orcid.org/0000-0001-5763-6913)

E-mail: mariajosemera@yahoo.es

Gonzalo Martínez-Zelaya

Doctor en Psicología, Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España

Profesor en la Universidad Viña del Mar, Viña del Mar, Chile.

ID ORCID: [0000-0002-9848-3666](https://orcid.org/0000-0002-9848-3666)

E-mail: gonzalomartinezphd@gmail.com

Submetido em: 27/05/2020. Aprobado em: 08/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

La escuela es el escenario más relevante para la construcción de relaciones entre adolescentes inmigrantes y miembros de sociedades receptoras. El contacto intergrupar cotidiano en la escuela, tiene un rol clave en la formación de actitudes, en términos del prejuicio y las preferencias de aculturación que desarrollan los estudiantes. En Chile, todavía son escasas las investigaciones que indagan en las relaciones intergrupales entre miembros de la sociedad mayoritaria y la población inmigrante adolescente. Este trabajo busca describir y comparar el grado de cercanía social, el prejuicio y las preferencias de aculturación en estudiantes inmigrantes (N=249) y chilenos (N=390) de Educación Secundaria de Santiago de Chile. También se estudió la existencia de relaciones entre estas variables, en cada grupo. Se aplicaron escalas de cercanía social, prejuicio y aculturación, para chilenos e inmigrantes. Los resultados muestran acuerdo entre los grupos en cuanto a su cercanía social, y un mayor grado de prejuicio por parte de inmigrantes hacia chilenos. Se encontraron discrepancias también en sus actitudes aculturativas, donde los estudiantes chilenos prefirieron el individualismo, seguido por la integración y la segregación, mientras que los inmigrantes respaldaron la integración, la separación, y el individualismo. La cercanía social y el prejuicio mostraron relaciones negativas con las actitudes aculturativas que favorecen la inclusión de los inmigrantes, mientras que sus relaciones con actitudes de rechazo hacia sus culturas de origen fueron positivas. Esta dinámica relacional problemática de baja de intensidad, enfatiza la necesidad de diseñar acciones que faciliten la convivencia intercultural armónica en las escuelas.

Palabras clave: Prejuicio. Aculturación. Adolescentes. Inmigrantes. Escuela.

Relações intergrupais na escola: proximidade social, preconceito e aculturação em estudantes imigrantes latino-americanos e chilenos

RESUMO

A escola é o cenário mais relevante para a construção de relações entre adolescentes imigrantes e membros de sociedades receptoras. O contato diário entre grupos na escola tem um papel fundamental na formação de atitudes, em termos do preconceito e das preferências de aculturação que os alunos desenvolvem. No Chile, a pesquisa das relações entre membros da sociedade majoritária e a população de imigrantes adolescentes, ainda é limitada. Este trabalho procura descrever e comparar o grau de proximidade social, preconceito e preferências de aculturação de estudantes imigrantes (N = 249) e chilenos (N = 390) de escolas de ensino médio de Santiago do Chile. A existência de relações entre essas variáveis também foi estudada em cada grupo. Escalas de proximidade social, preconceito e aculturação para chilenos e imigrantes foram aplicadas. Os resultados mostram concordância entre as percepções de proximidade social dos grupos, e um maior grau de preconceito por parte dos imigrantes em relação aos chilenos. Também foram encontradas discrepâncias em suas atitudes aculturativas. Os estudantes chilenos preferiam o individualismo, seguido pela integração e segregação, enquanto os imigrantes apoiavam a integração, a separação e o individualismo. A proximidade social e o preconceito mostraram relações negativas com as atitudes aculturativas que favorecem a inclusão dos imigrantes, enquanto suas relações com atitudes de rejeição das culturas de origem dos imigrantes foram positivas. Aquela dinâmica relacional problemática de baixa intensidade enfatiza a necessidade de projetar ações que facilitem a convivência intercultural harmônica nas escolas.

Palavras chave: Preconceito. Aculturação. Adolescentes. Imigrantes. Escola.

Intergroup relations in school: social proximity, prejudice and acculturation in Latin American immigrant and Chilean students

ABSTRACT

School is the main context to intergroup relations building between immigrant adolescents and host community members. Intergroup contact on daily life plays a key role on attitude formation, in terms of prejudice and acculturative preferences. In Chile, research about relations between immigrant and local adolescents is still scarce. This work aims to describe and compare social proximity perceptions, prejudice and acculturative preferences in immigrant (N=249) and Chilean students (N=390), from secondary schools from Santiago de Chile. Relationships between these variables were also studied in each group. Results showed intergroup agreement about social their proximity, and immigrant students presented a higher level of prejudice than Chileans. There were acculturative discrepancies between both groups. Chileans were more orientated to individualism, integration and segregation; whereas immigrants preferred integration, separation and individualism. Social proximity and prejudice showed negative relations with acculturation orientations which support immigrants inclusion, while their associations with acculturative attitudes that promote immigrants cultural rejection, were positive. This slight problematic relational dynamic stresses the necessity of psychosocial interventions, which can facilitate positive intercultural coexistence in schools.

Key words: Prejudice. Acculturation. Adolescents. Immigrants. School.

INTRODUCCIÓN

En Chile, la población inmigrante ha aumentado significativamente en las últimas dos décadas, y representa actualmente el 7.8% del total de habitantes del país. La llegada de estos nuevos grupos de inmigrantes, cuyo 90.9% corresponde a extranjeros provenientes de otros países de América Latina y el Caribe (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS, 2020), está generando importantes cambios en la sociedad chilena, a partir del surgimiento de nuevas formas de relaciones intergrupales (MERA *et al*, 2017; SIRLOPÚ *et al*, 2015).

Esta nueva realidad sociocultural producida por el fenómeno de la inmigración, está teniendo efectos relevantes en el sistema educativo local. Los niños y adolescentes en edad escolar representan el 15% de la población inmigrante (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS, 2018), lo que se ha traducido en un aumento de la matrícula extranjera, que entre los años 2015 y 2017 se duplicó. El 31.9% de los niños y adolescentes inmigrantes en Chile vive en situación de pobreza (MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL, 2017), por lo que han tendido a concentrarse en establecimientos escolares públicos (56%), que atienden al segmento de la población con mayores índices de vulnerabilidad (MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE CHILE, 2018).

La incorporación de este nuevo estudiantado ha significado un importante desafío para los centros escolares locales, que han intentado responder a las demandas de un nuevo escenario multicultural con escasos recursos y una preparación insuficiente (BARRIOS-VALENZUELA; PALOU-JULIÁN, 2014). En este contexto, una de las dimensiones que parece estar generando mayores dificultades para los centros educativos, es la gestión y logro de una convivencia positiva entre estudiantes de la sociedad mayoritaria chilena, y sus pares inmigrantes (CERÓN; PÉREZ; POBLETE, 2017; POBLETE; GALAZ, 2017; SALAS *et al*, 2017).

En Chile, el estudio sobre las relaciones entre estudiantes chilenos e inmigrantes es incipiente, y se caracteriza por el predominio de estudios cualitativos, que en su mayoría indagan en la perspectiva de los alumnos extranjeros. No obstante, existen reportes que dan cuenta de que los estudiantes inmigrantes tienden a percibir cierta distancia social de sus pares chilenos (CASTILLO; SANTA-CRUZ; VEGA, 2018), y que en muchas ocasiones se perciben a sí mismos como víctimas de discriminación en las escuelas (DE LA TORRE, 2011; HEIN, 2012; HERNÁNDEZ, 2016; PAVEZ-SOTO *et al*, 2019; RIEDEMANN; STEFONI, 2015; TIJOUX, 2013). Esto ha sido corroborado por otros estudios (GUTHRIE *et al*, 2019), que sugieren que los estudiantes inmigrantes tienden a reportar mayores niveles de bullying que sus pares chilenos, así como también un menor grado de pertenencia a sus escuelas.

Por otra parte, las investigaciones que han incluido la perspectiva de los estudiantes chilenos, coinciden al dar cuenta del desarrollo de actitudes y conductas negativas hacia los inmigrantes latinoamericanos, que han sido asociadas a la incorporación del racismo como forma de relación institucionalizada en las escuelas (DE LA TORRE, 2011; PAVEZ SOTO, 2012; RIEDEMANN; STEFONI, 2015; SALAS *et al*; 2017; TIJOUX, 2013).

Estos antecedentes resultan preocupantes, puesto que, en el caso de los niños y adolescentes, la escuela es el principal escenario en que tiene lugar el contacto cotidiano con miembros de grupos sociales diferentes (CAMERON; TURNER, 2017). Numerosas investigaciones (CAMERON; TURNER, 2017; TITZMANN; BRENNICK; SILBEREISEN, 2015; TITZMANN; JUGERT, 2015; VEZZALI; GIOVANNINI, 2012); han demostrado que la calidad del contacto intergrupar en el contexto escolar, tiene una importante incidencia en el desarrollo de actitudes y conductas hacia miembros de grupos a los que no se pertenece. Estas actitudes intergrupales que se elaboran en la escuela, determinan en gran medida la calidad de las relaciones entre miembros de diferentes colectivos en el futuro.

Existe evidencia con respecto a que el desarrollo de dinámicas de exclusión en el contexto escolar, puede perpetuar la discriminación de miembros de grupos minoritarios en la vida cotidiana, y promover la aceptación de la inequidad social en la adultez (ABRAMS; KILLEN, 2014; SCHACHNER; VAN DE VIJVER; NOACK, 2018).

Además, se ha observado que la construcción de actitudes intergrupales es especialmente relevante durante la adolescencia. En esta etapa del ciclo vital, las habilidades socio-cognitivas que permiten reflexionar acerca del propio contexto social, identificando y entendiendo las diferencias intergrupales alcanzan un mayor desarrollo. Esto permite una mayor comprensión del funcionamiento, el estatus y las normas grupales, impactando en las relaciones que se establecen con otros diferentes (ALBARELLO; CROCETTI; RUBINI, 2020; MIKLIKOWSKA, 2017; RUTLAND; KILLEN, 2015).

La interacción entre los cambios socio-cognitivos propios de esta etapa, y el contexto intergrupal del que forman parte los individuos, tienen como resultado la producción de sesgos hacia los exogrupos (MIKLIKOWSKA, 2017; RUTLAND; KILLEN, 2015). Por esta razón, se considera que la adolescencia es un período altamente importante para el desarrollo del prejuicio (ALBARELLO; CROCETTI; RUBINI, 2020; MIKLIKOWSKA, 2017; RUTLAND; KILLEN, 2015), entendido como una actitud o respuesta emocional negativa hacia un exogrupo social o sus miembros (DOVIDIO *et al.*, 2010; ROJAS, *et al.*, 2014).

El contacto intergrupal entre estudiantes de diferentes procedencias que tiene lugar en la escuela, también tiene como consecuencia una serie de cambios identitarios, actitudinales y conductuales bidireccionales, que han sido conceptualizados como procesos de aculturación (BERRY *et al.*, 2006; BOURHIS *et al.*, 1997).

El grado en que tanto los miembros de la sociedad mayoritaria, como los propios extranjeros, consideran que la identidad cultural de los inmigrantes es valiosa y debe ser mantenida, y al mismo tiempo, promueven el aprendizaje de la cultura receptora, tiene como resultado 5 preferencias de aculturación. El *integracionismo*, consiste en la valoración positiva tanto de la identidad étnica de los inmigrantes, como de su incorporación de elementos de la cultura mayoritaria. El *segregacionismo o separatismo*, supone por parte de los inmigrantes un bajo compromiso con la cultura de la sociedad receptora, y la reafirmación de sus propias identidades étnicas. Desde la perspectiva de los miembros de la sociedad mayoritaria, esta orientación de aculturación implica la aceptación de la conservación de la cultura de origen de los inmigrantes, pero al margen de la sociedad receptora. El *asimilacionismo* ocurre cuando se desea la adopción de la cultura del grupo mayoritario y el abandono de las identidades culturales de los inmigrantes, mientras que el *exclusionismo o marginalización*, se define como el rechazo tanto de mantención de la cultura de origen como de la adopción de la cultura local por parte de los grupos inmigrantes. El *individualismo*, en cambio, tiene lugar cuando los sujetos se definen a sí mismos y a los otros, no como miembros de categorías grupales, sino como individuos, centrando su atención en características y aspiraciones personales, y relevando la movilidad social por sobre la incorporación de la nueva cultura o la mantención de la identidad cultural de los inmigrantes (BOURHIS *et al.*, 1997).

Desde el enfoque de Bourhis *et al.* (1997), se plantea que el grado de acuerdo entre ambos grupos con respecto a estas preferencias, da lugar a dinámicas relacionales que van desde el consenso, hasta el conflicto, cuando en uno de los grupos predomine el rechazo del contacto con el otro (BOURHIS *et al.*, 2009).

En el caso de los adolescentes, estas dinámicas pueden tener un importante impacto en la convivencia escolar, afectando las experiencias cotidianas y el bienestar de los estudiantes en la escuela (BERRY *et al*, 2006; JASINSKAJA-LAHTI *et al*, 2003; MIGLIORINI; RANIA; CARDINALI, 2015; RANIA *et al*, 2012; SCHACHNER *et al*, 2016; TITZMANN; JUGERT, 2015; ZAGEFKA; BROWN, 2002).

Por otra parte, diversos estudios han indagado en la relación entre el prejuicio y las actitudes de aculturación de grupos en contacto intercultural. Estas investigaciones han revelado que en la medida en que el contacto intergrupales es negativo, aumenta el prejuicio por parte de los miembros de la sociedad mayoritaria, y también lo hace su rechazo a que los inmigrantes mantengan sus identidades culturales. Así, el prejuicio se ha asociado con una mayor orientación hacia el exclusionismo y al asimilacionismo (BROWN; ZAGEFKA, 2011; NAVAS *et al*, 2006; NAVAS; ROJAS, 2010; ZAGEFKA *et al.*, 2012). Por el contrario, se ha observado que un mejor contacto entre grupos, se asocia con un menor grado de prejuicio, y éste a su vez, con una mayor aceptación de que los inmigrantes mantengan su propia cultura, pudiendo relacionarse tanto con la integración, como con la separación (BRIONES *et al.*, 2012; BROWN; ZAGEFKA, 2011; NAVAS *et al.*, 2006; NAVAS; ROJAS, 2010; ZAGEFKA *et al*, 2012).

En el caso de los grupos de inmigrantes, la investigación acerca de sus prejuicios hacia los miembros de las sociedades receptoras, ha tenido un menor desarrollo (CUADRADO, LÓPEZ-RODRÍGUEZ; NAVAS, 2016; ROJAS-TEJADA; SAYANS-JIMÉNEZ; NAVAS, 2012). No obstante, es posible pensar que la producción de prejuicios por parte de este grupo hacia los miembros de la sociedad mayoritaria, también se asociarán con sus actitudes aculturativas. Así, un mayor grado de prejuicio hacia este exogrupo podría vincularse con una mayor preferencia por la orientación de separación y marginalización, que suponen el rechazo de la incorporación de la cultura receptora.

Mientras que, por el contrario, su disminución podría estar asociada con una mayor orientación a la integración y la asimilación cultural, que implican diferentes grados de adopción de la cultura de la sociedad mayoritaria (BOURHIS *et al*, 1997; ZICK *et al*, 2001).

Es importante señalar que en el contexto chileno, la escasez de evidencia empírica respecto de las nuevas relaciones intergrupales que se están produciendo en las escuelas, dificulta el diseño e implementación de intervenciones que puedan colaborar con la promoción de una convivencia armónica y la prevención del conflicto entre estudiantes chilenos e inmigrantes. En este escenario, resulta relevante generar reflexiones y argumentaciones que puedan orientar la construcción de acciones que apunten a la construcción de dinámicas intergrupales positivas. Atendiendo a esta necesidad, y con base en los antecedentes presentados, este estudio exploratorio busca describir el grado de cercanía social, el prejuicio y las preferencias aculturativas de estudiantes chilenos de centros de Educación Secundaria, en contraste con las de sus pares inmigrantes latinoamericanos. Además, se busca establecer la existencia de relaciones entre la cercanía social percibida, el prejuicio y las orientaciones de aculturación en cada uno de los grupos estudiados.

MÉTODO

PARTICIPANTES

Los participantes fueron 639 estudiantes de Educación Secundaria, entre 14 y 18 años ($M=16.13$; $SD=1.38$). El 52.1% fueron mujeres. Participaron 390 escolares chilenos y 249 inmigrantes, provenientes de países como Perú (47%), Venezuela (24.9%), Colombia (10.4%), Haití (5.2%), Bolivia (4%), entre otros países latinoamericanos. Los estudiantes pertenecían a cinco centros públicos de Educación Secundaria de Santiago de Chile.

VARIABLES E INSTRUMENTOS

Cercanía social: el contacto intergrupal entre estudiantes chilenos e inmigrantes, ha sido operacionalizado en este estudio como la cercanía social percibida por ambos grupos. Para medir esta variable, se adaptó la Inclusion of Other in The Self Scale (IOS) (ARON; ARON; SMOLLAN, 1992). Esta escala consta de un ítem único visual, que busca evaluar la cercanía percibida entre sí mismo y otros. Consiste en un conjunto de diagramas tipo Venn, cada uno representando diferentes grados de superposición entre dos círculos. Los participantes deben seleccionar la imagen que mejor describe su relación con los otros. En este estudio, se les solicitó a los estudiantes que indicaran el grado en que se sentían cercanos a los miembros del exogrupo (compañeros chilenos/compañeros inmigrantes latinoamericanos).

Prejuicio afectivo: Se aplicó la escala de emociones de Navas y Rojas (2010), que está compuesta por 11 ítems tipo Likert con 7 opciones de respuesta (1 = totalmente en desacuerdo, 7= totalmente de acuerdo), donde 3 ítems miden emociones positivas (respeto, admiración, simpatía) ($\alpha = .71$), 4 ítems evalúan emociones negativas sutiles (desconfianza, incomodidad, inseguridad, indiferencia) ($\alpha = .78$), y 4 ítems refieren a emociones negativas tradicionales (odio, desprecio, irritación, miedo) ($\alpha = .82$). La fiabilidad para esta escala fue de $\alpha = .74$.

Orientaciones de Aculturación: En el caso de los estudiantes inmigrantes, se utilizó la subescala de “Mantención cultural”, de la Escala de Aculturación para Inmigrantes (BOURHIS; BARRETTE, 2006), traducida al castellano y validada en población latinoamericana por Azurmendi y Larrañaga (2008). Consta de 5 ítems tipo Likert con 7 opciones de respuesta (1 totalmente en desacuerdo, 7 totalmente de acuerdo), que miden el grado en que las personas inmigrantes se orientan hacia la integración (“*Deseo mantener la cultura de mi país de origen y además adoptar aspectos de la cultura chilena*”), separación (“*Deseo mantener la cultura de mi país de origen, en vez de adoptar la cultura chilena*”), individualismo (“*Me preocupan*

poco la cultura de mi país de origen, y la cultura chilena, pues son mis necesidades personales y mis propias aspiraciones lo que realmente importa para mí”), asimilación (“*Deseo dejar la cultura de mi país de origen, para adoptar la cultura chilena*”), y marginalización cultural (“*No quiero mantener la cultura de mi país de origen, ni adoptar la cultura chilena, pues me siento incómoda con ambas culturas*”). En el caso de los estudiantes chilenos, se aplicó la subescala de “Mantención cultural”, de la Escala de Aculturación para la sociedad receptora (MONTREUIL; BOUHRIS, 2001), adaptada a Chile por Sirlopú *et al.*, (2015). La escala consta de 5 ítems tipo Likert con 7 opciones de respuesta (1 totalmente en desacuerdo, 7 totalmente de acuerdo), que refieren al grado en que los sujetos desean que la integración de los inmigrantes (“*Los inmigrantes latinoamericanos deberían mantener su cultura y a la vez adoptar aspectos de la cultura chilena*”), segregación (“*Las personas inmigrantes deberían mantener su cultura de origen, en vez de adoptar nuestra cultura chilena*”), asimilación (“*Los inmigrantes latinoamericanos deberían renunciar a su cultura de origen y adoptar la cultura chilena*”), exclusión (“*Los inmigrantes latinoamericanos no deberían mantener su cultura y tampoco adoptar la cultura chilena*”) e individualismo (“*El que los inmigrantes latinoamericanos mantengan su cultura de origen o adopten la cultura chilena no hace diferencias, porque cada persona es libre de adoptar la cultura de su elección*”).

PROCEDIMIENTO

Los participantes fueron seleccionados mediante un muestreo por conveniencia, de acuerdo a la disponibilidad de las escuelas y la participación voluntaria de los estudiantes. cinco escuelas de Santiago de Chile accedieron a participar en el estudio. Primero, se solicitó a los padres o tutores que autorizan a los alumnos a participar en el estudio, mediante firma de consentimiento informado. En segundo lugar, se pidió a los estudiantes que entregaran su consentimiento personal.

Los alumnos contestaron el cuestionario de manera voluntaria en sus centros educativos y durante horario de clases. La administración del instrumento se realizó de manera colectiva y tuvo una duración aproximada de 40 minutos. Los procedimientos realizados se ajustaron a los estándares éticos de un Comité de Ética acreditado, y de la declaración de Helsinki.

ANÁLISIS DE DATOS

En primer lugar, se realizaron análisis de fiabilidad de los instrumentos aplicados. Posteriormente, se realizaron análisis descriptivos, comparativos y correlacionales. Los datos fueron analizados con el software estadístico IBM SPSS 24.

RESULTADOS

Los resultados muestran que ambos grupos presentaron puntajes sobre el punto medio de la escala de 5 puntos en cercanía, pero no se encontraron diferencias significativas entre ellos (Tabla 1).

Así también, ambos grupos percibían un bajo nivel de prejuicio afectivo, con puntajes bajo el punto medio de la escala de 7 puntos. Además, existieron diferencias estadísticamente significativas entre los estudiantes donde los adolescentes inmigrantes presentaron un mayor prejuicio hacia el exogrupo, que los chilenos.

Tabla 1 – Estadísticos descriptivos y diferencias de medias entre estudiantes chilenos e inmigrantes en cercanía social, prejuicio y actitudes de aculturación

		M	SD	t	Gl	p
Cercanía social	Inmigrantes	3.33	1.24	0.700	637	.486
	Chilenos	3.26	1.26			
Prejuicio	Inmigrantes	2.40	.83	6.963	637	.000
	Chilenos	1.97	.72			
Integración	Inmigrantes	4.96	1.83	-4.230	637	.000
	Chilenos	5.55	1.62			
Individualismo	Inmigrantes	3.43	2.03	-20.270	637	.000
	Chilenos	6.18	1.39			
Asimilacionismo	Inmigrantes	2.37	1.91	1.544	637	.123
	Chilenos	2.14	1.80			
Separación	Inmigrantes	4.76	1.96	3.057	637	.002
	Chilenos	4.23	2.21			
Marginalización	Inmigrantes	2.35	1.96	-2.868	637	.004
	Chilenos	2.83	2.09			

Con respecto a las orientaciones de aculturación, en el caso de los estudiantes chilenos el individualismo aculturativo resultó ser la preferencia más apoyada, seguida por la integración, y la segregación. El exclusionismo y el asimilacionismo, fueron las preferencias menos respaldadas por los participantes chilenos. Por su parte, los estudiantes inmigrantes presentaron sus puntajes más altos en las preferencias de integración, seguidas por el individualismo con una media levemente por debajo del punto medio de la escala de 1 a 7 puntos. La asimilación y la marginalización obtuvieron los puntajes más bajos.

Los análisis de comparación muestran que existieron diferencias estadísticamente significativas entre los grupos en sus orientaciones de aculturación, donde los estudiantes chilenos presentaron un mayor respaldo del individualismo, la integración y la marginalización que sus pares inmigrantes.

Así también, los estudiantes inmigrantes mostraron puntajes significativamente más altos en la orientación a la separación. No existieron diferencias entre los grupos en asimilación cultural.

Por otra parte, los análisis de correlación muestran que en el caso de los estudiantes chilenos, la cercanía percibida se relacionó de manera significativa y negativa con el prejuicio afectivo (Tabla 2). Asimismo, la cercanía social se asoció de manera significativa y positiva con el integracionismo y el individualismo, y su relación con el segregacionismo fue negativa. No se encontraron relaciones significativas entre la cercanía percibida, el exclusionismo y la asimilación. Además, el prejuicio se vinculó negativamente con las orientaciones de aculturación de integración y el individualismo, mientras que sus asociaciones con la segregación, el exclusionismo y la asimilación fueron significativas y positivas.

Tabla 2 – Correlaciones bivariadas entre cercanía social, prejuicio y orientaciones de aculturación de estudiantes inmigrantes y chilenos (entre paréntesis)

	Cercanía Social	Prejuicio	Integración	Individualismo	Asimilacionismo	Separación	Marginalización
Cercanía Social	-						
Prejuicio	-.369*** (-.256***)	-					
Integración	.176** (.260***)	-.139* (-.273***)	-				
Individualismo	.049 (.129*)	.113 (-.380***)	.080 (.318***)	-			
Asimilacionismo	.118 (-.059)	.071 (.321***)	.037 (-.081)	.371*** (-.273***)	-		
Separación	-.191** (-.108*)	.153* (.255***)	.058 (.038)	-.025 (-.088)	-.104 (.294***)	-	
Marginalización	-.005 (-.084)	.168** (.348***)	.008 (-.123*)	.441*** (-.230***)	.577*** (.473***)	.032 (.355***)	-

Nota: *p<.05, **p<.01, ***p<.001.

En la muestra de estudiantes inmigrantes, la cercanía percibida también presentó una relación significativa y negativa con el prejuicio afectivo. Así también, la cercanía social presentó asociaciones significativas y negativas con la orientación a la separación cultural, mientras que su vínculo con la integración fue significativo y positivo. La cercanía social percibida no se relacionó significativamente con las demás orientaciones de aculturación.

El prejuicio se relacionó de manera significativa y negativa con la orientación a la integración. Sus relaciones con la separación y la marginalización fueron significativas y positivas. No se encontraron relaciones significativas entre el prejuicio, la asimilación y el individualismo.

DISCUSIÓN

Este trabajo tuvo como objetivos describir el grado de cercanía social, el prejuicio y las preferencias aculturativas de estudiantes chilenos de centros de Educación Secundaria, en contraste con las de sus pares inmigrantes latinoamericanos. También se buscó determinar la existencia de relaciones entre la cercanía social percibida, el prejuicio y las orientaciones de aculturación en cada uno de los grupos estudiados.

Los resultados obtenidos dan cuenta de que los estudiantes se perciben como socialmente cercanos a sus respectivos exogrupos, donde la ausencia de diferencias significativas entre sus puntajes, indica la existencia de cierto consenso respecto de la evaluación que ambos grupos realizan acerca de sus relaciones en la escuela.

Así también, los resultados muestran un bajo nivel de prejuicio afectivo en ambos grupos, pero que es significativamente mayor en el caso de los inmigrantes. A modo de hipótesis, pensamos que esta diferencia puede deberse a que, tal como han sugerido investigaciones precedentes (BEELMAN; HEINEMANN, 2014; THOMSEN; RAFIQI, 2016; TROPP; PETTIGREW, 2005; ÜLGER *et al*, 2018; VEDDER; WENINK; VAN GEEL, 2017; ZICK *et al*, 2001); los miembros de

minorías tienden a reconocer su pertenencia a grupos socialmente devaluados, estigmatizados y discriminados. Esta percepción de desventaja podría acentuar sus actitudes negativas hacia los miembros de los grupos mayoritarios, a pesar de la existencia de proximidad social respecto de ellos.

En cuanto a las orientaciones de aculturación, los resultados indican que los adolescentes chilenos tienden a percibir a sus compañeros inmigrantes como individuos con características y objetivos personales, cuya inclusión en la sociedad mayoritaria estaría sujeta al despliegue de estrategias de movilidad social individual. Las puntuaciones obtenidas en sus orientaciones aculturativas también apuntan a que la aceptación de que sus pares inmigrantes incorporen aspectos de la cultura de la sociedad chilena estaría en cierta medida condicionada a que su cultura de origen se mantenga en el ámbito de lo privado (BOURHIS *et al*, 1997; TAJFEL; TURNER, 1972).

Así también, resulta interesante la presencia de un patrón aculturativo muy semejante a los encontrados previamente en muestras de adultos chilenos (SIRLOPÚ *et al*, 2015; MERA *et al*, 2017; MERA-LEMP; *et al*, 2020). Esto podría estar reflejando la transmisión de actitudes hacia los inmigrantes por parte del mundo adulto – padres, profesores u otros adultos significativos- del grupo mayoritario hacia el mundo juvenil, como ya ha sido observado en otras investigaciones (ALBARELLO; CROCETTI; RUBINI, 2020; GEERLINGS; THIJS; VERKUYTEN, 2019; MIKLIKOWSKA, 2017; PIRCHIO *et al*, 2019).

Por su parte, los estudiantes inmigrantes mostraron un perfil de aculturación donde destaca la relevancia del mantenimiento de sus culturas de origen, adhiriendo en mayor medida a orientaciones que suponen su preservación, y el rechazo de su abandono.

Tal como en el caso de los estudiantes chilenos, estos datos coinciden con patrones de aculturación observados anteriormente en inmigrantes latinoamericanos adultos asentados en Chile (MERA-LEMP *et al*, 2020; MERA-LEMP *et al*, 2017). Esto parece reforzar la idea de que la socialización étnica y la transmisión de actitudes aculturativas por parte de los padres u otros adultos del endogrupo podría estar teniendo un efecto importante en los estilos de aculturación de los adolescentes (ALBARELLO; CROCETTI; RUBINI, 2020; MIKLIKOWSKA, 2017).

Además, llama la atención la presencia del individualismo dentro de las tres actitudes preferidas por los estudiantes inmigrantes, que ha sido escasamente estudiada en el contexto de la inmigración sur-sur en Latinoamérica. Si bien tradicionalmente las sociedades latinoamericanas han sido descritas como contextos culturales colectivistas o interdependientes (TRIANDIS *et al*, 1988), existen algunos antecedentes que indican un aumento de prácticas y valores individualistas en la región durante la última década (SANTOS; VARNUM; GROSSMANN, 2017), lo que podría explicar este resultado. Así también algunos estudios (ALBARELLO; CROCETTI; RUBINI, 2020; GEERLINGS; THIJS; VERKUTEN, 2019; MIKLIKOWSKA, 2017; PIRCHIO *et al*, 2019), han puesto de relevancia el efecto de los pares y profesores en el desarrollo de actitudes intergrupales. A modo de hipótesis que debería ser estudiada en investigaciones futuras, pensamos que el surgimiento de esta preferencia aculturativa en los adolescentes inmigrantes, podría asociarse tanto con la decodificación del individualismo como una preferencia menos amenazante, y como con el aprendizaje de la cultura de la sociedad chilena en el contexto escolar.

Las diferencias encontradas entre ambos grupos de estudiantes en sus preferencias de aculturación, dan cuenta de una falta de consenso respecto del modo en que cada uno de los grupos valora la mantención de la identidades culturales de origen, y al mismo tiempo, la adopción de elementos de la cultura receptora por parte de los inmigrantes. De acuerdo con la propuesta teórica de Bourhis *et al* (1997), este tipo de discrepancia producto del acuerdo parcial entre actitudes aculturativas puede ser caracterizada como problemática. Esto puede ser particularmente importante en el caso de los participantes de este estudio, donde la diferencia aculturativa encontrada pone de relieve el deseo de los estudiantes extranjeros por mantener sus identidades culturales, mientras que sus pares chilenos tienden a restar importancia a las pertenencias grupales, y a focalizar en mayor medida en sus atributos individuales.

Por otra parte, se observó que en el caso de los estudiantes chilenos, la cercanía social percibida se relacionó negativamente con el prejuicio afectivo, en línea con lo propuesto por estudios previos (CAMERON; TURNER, 2017; TITZMANN; BRENICK; SILVEREISEN, 2015; TITZMANN; JUGERT, 2015; VEZZALI; GIOVANNINI, 2012). Además, los resultados indican que en la medida en que aumenta la percepción de cercanía social, mayor es la aceptación del mantenimiento de la cultura de origen por parte de los compañeros inmigrantes, ya sea a través de la integración o la segregación en el ámbito de lo privado (BRIONES *et al*, 2012; BROWN; ZAGEFKA, 2011; NAVAS *et al*, 2006; NAVAS; ROJAS, 2010; ZAGEFKA *et al*, 2012).

La cercanía social también se asoció positivamente con el individualismo aculturativo, lo que puede asociarse con el hecho de que esta orientación de aculturación supone una baja importancia de la pertenencia grupal, donde las características personales de los otros tienen una mayor saliencia y relevancia en el contacto cotidiano (BOURHIS *et al*, 1997; TAJFEL; TURNER,

1972). Pensamos que, en el grupo de estudiantes chilenos, la ausencia de relaciones entre la cercanía, el exclusionismo y el asimilacionismo, podría estar dando cuenta de que la percepción de cercanía se asociaría más bien con la aceptación del otro en tanto diferente, ya sea en términos personales o culturales. En este sentido, la proximidad social podría estar vinculada con el modo en que se desea que los pares inmigrantes gestionen la mantención de sus identidades culturales de origen (integración, segregación), y no con el grado en que las abandonen o incorporen la cultura de la sociedad mayoritaria.

Tal como se esperaba, en este grupo de adolescentes, el prejuicio mostró asociaciones negativas con las orientaciones de aculturación de integración y el individualismo, y sus relaciones con la segregación, el exclusionismo y la asimilación fueron positivas (BRIONES *et al*, 2012; BROWN; ZAGEFKA, 2011; NAVAS *et al*, 2006; NAVAS; ROJAS, 2010; ZAGEFKA *et al*, 2012). Este hallazgo es importante, porque da cuenta de que el trabajo de intervención sobre la reducción del prejuicio podría ser de gran ayuda para el desarrollo de actitudes aculturativas que faciliten la convivencia positiva en el contexto de la escuela.

Con respecto a los estudiantes inmigrantes, la cercanía social también se asoció con un menor grado de prejuicio hacia sus pares chilenos. Además, la cercanía social con los compañeros de la sociedad receptora, se vinculó de manera negativa con la preferencia por la separación cultural, así como con una mayor tendencia a la integración. Estos resultados sugieren que la proximidad social favorece una mejor actitud hacia el exogrupo, lo que a su vez facilitaría la articulación de la identidad cultural propia con aspectos de la cultura mayoritaria (BOURHIS *et al*, 1997; ZICK *et al*, 2001). Pensamos que en el caso de estos estudiantes, la no existencia de relaciones entre estas variables, el individualismo aculturativo y la asimilación, podría ser atribuida al distanciamiento y menor saliencia de la pertenencia al endogrupo en la interacción con sus pares chilenos (BOURHIS *et al*, 1997; TAJFEL; TURNER, 1972).

En síntesis, estos resultados ponen de relevancia la gestión de las relaciones intergrupales entre estudiantes chilenos y extranjeros, a fin de prevenir que la discrepancia tanto entre sus grados de prejuicio como en sus orientaciones de aculturación puedan aumentar, y generar dinámicas de conflicto y exclusión en el contexto de la escuela.

Este estudio presenta una serie de limitaciones importantes de señalar. La utilización de una muestra de conveniencia en el marco de un diseño transversal, no hace posible observar la relación entre las variables estudiadas a lo largo del tiempo. Además, En el caso de la muestra de inmigrantes, el tamaño de la muestra no permitió diferenciar grupos de acuerdo a nacionalidades. Otra limitación es que no se incluyeron medidas que dieran cuenta de la dimensión conductual de las preferencias de aculturación de los estudiantes, y tampoco se evaluó la dimensión cognitiva del prejuicio percibido. Estos elementos deberían ser considerados en futuras investigaciones acerca de las relaciones intergrupales entre estudiantes chilenos e inmigrantes.

Sin embargo, pensamos que los resultados de este trabajo aportan al diseño e implementación de acciones que atiendan a mejorar la convivencia cotidiana de los estudiantes, a partir de la mejora de su contacto intergrupales. La realización de este tipo de intervenciones en el escenario de la escuela puede facilitar la creación de condiciones para establecer relaciones intergrupales positivas, potenciando el desarrollo de pautas de interacción que pueden ser incorporadas por los estudiantes (ÜLGER *et al*, 2018). En este ámbito, algunos estudios meta-analíticos (BEELMAN; HEINEMANN, 2014; ÜLGER *et al*, 2018), han aportado evidencia respecto del efecto de intervenciones basadas en experiencias de contacto intergrupales directos, en la disminución del prejuicio de los adolescentes. Los resultados de estas mismas investigaciones también han sugerido que, por ejemplo, las estrategias de intervención que se orientan a construir una ciudadanía multicultural y global activa en las escuelas, tienen un mayor potencial para promover la diversidad y la inclusión.

Así también, estos estudios, indican que el contexto educativo puede operar como una plataforma desde la cual los estudiantes puedan aprender a valorar a los miembros de exgrupos, y a crear conciencia de que los miembros de diferentes colectivos pueden establecer relaciones de cooperación en la sociedad. En esta línea, algunos autores (CAMERON; TURNER, 2017) han propuesto la implementación de metodologías de aprendizaje colaborativo en el aula. Este tipo de intervenciones, que suponen la realización de trabajos conjuntos en torno a metas comunes, requieren estructurar el contacto entre grupos estableciendo igualdad de estatus entre ellos, con el fin de promover su cooperación (TROPPE; AL RAMIAH, 2017). De esta manera, se podría facilitar el cambio de actitudes a través de experiencias positivas de interacción intergrupales, y generar condiciones para el desarrollo de amistades interétnicas (TITZMANN; BRENICK; SILBEREISEN, 2015).

Así también, las intervenciones enfocadas en el contacto indirecto también han mostrado tener una incidencia positiva en la construcción de relaciones intergrupales armónicas, entre adolescentes de diferentes procedencias culturales (CAMERON; TURNER, 2017). Este tipo de intervenciones se caracterizan por el uso de materiales de estudio o entretenimiento mediante los cuales los estudiantes observan interacciones positivas entre miembros de grupos culturales diferentes. Algunos estudios (VEZZALI; GIOVANNINI, 2012), han aportado evidencia respecto del impacto de este tipo de estrategias, que podrían promover el desarrollo de actitudes positivas, la reducción de estereotipos y de ansiedad ante el contacto entre estudiantes.

Finalmente, cabe señalar la importancia del desarrollo de políticas institucionales integrales y sistemáticas por parte de las escuelas, que refuercen y apoyen la construcción de relaciones armónicas y la prevención del conflicto intercultural en sus comunidades educativas.

REFERENCIAS

- ABRAMS, D.; KILLEN. Social exclusion of children: developmental origins of prejudice. *Journal of Social Issues*, v. 70, n. 1, p. 1-11, 2014.
- ALBARELLO, F.; CROCETTI, E.; RUBINI, M. Prejudice and inclusiveness in adolescence: the role of social dominance orientation and multiple categorization. *Child Development*, v. 91, n. 4. p. 1183–1202, July/Aug. 2020. DOI: 10.1111/cdev.13295.
- ARON, A.; ARON, E.; SMOLLAN, D. Inclusion of other in the self scale and the structure of interpersonal closeness. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 63, n. 4, p. 596, 1992.
- AZURMENDI, M.J; LARRAÑAGA, N. La inmigración emergente en la Comunidad Autónoma Vasca (CAV) desde la sociedad de acogida: la aculturación. In.
- BARRIOS-VALENZUELA, L.; PALOU-JULIÁN, B. Intercultural Education in Chile: integrating foreign students into the school system. *Educación y Educadores*, v. 17, n. 3, p. 405-426, 2014.
- BEELMANN, A.; HEINEMANN, K. Preventing prejudice and improving intergroup attitudes: a meta-analysis of child and adolescent training programs. *Journal of applied developmental psychology*, v. 35, n.1, p. 10-24, 2014.
- BERRY, J. W. *et al.* Immigrant youth: acculturation, identity, and adaptation. *Applied psychology*, v. 55, n. 3, p. 303-332, 2006.
- BOURHIS R. Y.; BARRETTE G. Notes on the Immigrant Acculturation Scale (IAS). Montreal: Département de Psychologie, Université du Québec à Montréal, 2006.
- BOURHIS, R. Y. *et al.* Acculturation orientations and social relations between immigrant and host community members in California. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 40, n. 3, p. 443-467, 2009.
- BOURHIS, R.Y. *et al.* Towards an interactive acculturation model: a social psychological approach. *International journal of psychology*, v. 32, n. 6, p. 369-386, 1997.
- BRIONES, E. *et al.* Psychological adaptation of Moroccan and Ecuadorean immigrant adolescents in Spain. *International Journal of Psychology*, v. 47, n. 1, p. 28-38, 2012.
- BROWN, R.; ZAGEFKA, H. The dynamics of acculturation: an intergroup perspective. In: OLSON, J.M.; ZANNA, M. P. (Eds). *Advances in experimental social psychology*. Washington DC: Academic Press, 2011. p. 129-184.
- CAMERON, L.; TURNER, R. Intergroup contact among children. In: VEZZALI, L.; STATHI, S. (eds.) *Intergroup contact theory: recent developments and future directions*. Londres: Routledge, 2017. p. 151-168.
- CASTILLO, D.; SANTA-CRUZ, E.; VEGA, A. Estudiantes migrantes en escuelas públicas chilenas. *Calidad en la Educación*, n. 49, p. 18-49, 2018.

- CERÓN, L.; PÉREZ, M.; POBLETE, R. Percepciones docentes en torno a la presencia de niños y niñas migrantes en escuelas de Santiago: retos y desafíos para la inclusión. *Revista latinoamericana de educación inclusiva*, v. 11, n. 2, p. 233-246, 2017.
- CUADRADO, I.; LÓPEZ-RODRÍGUEZ, L.; NAVAS, M. La perspectiva de la minoría: estereotipos y emociones entre grupos inmigrantes. *Anales de Psicología/Annals of Psychology*, v. 32, n. 2, p. 535-544, 2016.
- DE LA TORRE, P. La migración vivenciada en el espacio escolar: la experiencia de alumnado extranjero en una escuela pública de Santiago. *Revista de Pedagogía Crítica*, v. 10, n. 9, p. 113-126, 2011.
- DOVIDIO, J. F. *et al.* Prejudice, stereotyping and discrimination: theoretical and empirical overview. *The SAGE handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*, v. 80, p. 3-28, 2010.
- GEERLINGS, J.; THIJS, J.; VERKUYTEN, M. Preaching and practicing multicultural education: predicting students' outgroup attitudes from perceived teacher norms and perceived teacher-classmate relations. *Journal of school psychology*, v. 75, p. 89-103, 2019.
- GUTHRIE, C. *et al.* *Strength through diversity: country spotlight report for Chile*. Paris: OECD, 2019. n. 210.
- HEIN, K. Migración y transición: hijos de inmigrantes de origen latinoamericano en su transición de la escuela al trabajo en Chile. *Si Somos Americanos*, v. 12, n. 1, p. 101-126, 2012.
- HERNÁNDEZ, A. El currículo en contextos de estudiantes migrantes: las complejidades del desarrollo curricular desde la perspectiva de los docentes de aula. *Estudios pedagógicos*, Valdivia, v. 42, n. 2, p. 151-169, 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. *Estimación de personas extranjeras residentes habituales en Chile al 31 de diciembre de 2019*. Informe Técnico. Chile: Instituto Nacional de Estadísticas, 2020. Disponible em: https://www.inec.cl/docs/default-source/demografia-y-migracion/publicaciones-y-anuarios/migraci%C3%B3n-internacional/estimaci%C3%B3n-poblaci%C3%B3n-extranjera-en-chile-2018/estimaci%C3%B3n-poblaci%C3%B3n-extranjera-en-chile-2019-metodolog%C3%ADa.pdf?sfvrsn=5b145256_6. Acceso em: 25 ago. 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. *Resultados censo 2017*. Chile: Instituto Nacional de Estadísticas, 2018. Disponible em: https://redatamine.inec.cl/redbin/RpWebEngine.exe/Portal?BASE=CENSO_2017&lang=esp. Acceso em: 25 ago. 2020.
- JASINSKAJA-LAHTI, I. *et al.* The interactive nature of acculturation: perceived discrimination, acculturation attitudes and stress among young ethnic repatriates in Finland, Israel and Germany. *International Journal of Intercultural Relations*, v. 27, n. 1, p. 79-97, 2003.
- MERA, M. J. *et al.* Chilenos ante la inmigración: un estudio de las relaciones entre orientaciones de aculturación, percepción de amenaza y bienestar social en el Gran Concepción. *Universitas Psychologica*, v. 16, p. 33-46, 2017.
- MERA-LEMP, M. J. *et al.* Orientaciones de aculturación, estrés de aculturación y bienestar psicológico en inmigrantes latinoamericanos en Santiago de Chile. *Acta Colombiana de Psicología*, v. 23, n. 1, p. 216-230, 2020.
- MERA-LEMP, M. J. *et al.* South-south migration in Chile: well-being and intergroup relations between Latin-American Immigrants and Host Society members. In: SMITH-CASTRO *et al.* (ed.) *Psychological Perspectives on Intra-Regional Migration in Latin America*. 2017.
- MIGLIORINI, L.; RANIA, N.; CARDINALI, P. Intercultural learning context and acculturation strategies. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 171, p. 374-381, 2015.
- MIKLIKOWSKA, M. Development of anti-immigrant attitudes in adolescence: the role of parents, peers, intergroup friendships, and empathy. *British Journal of Psychology*, v. 108, n. 3, p. 626-648, 2017.
- MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. *CASEN. Inmigrantes. Síntesis de resultados. Encuesta de caracterización socioeconómica nacional*. Santiago: Ministerio de Desarrollo Social, 2017.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE CHILE. *Estadísticas de la Educación 2017*. Santiago de Chile: Centro de Estudios MINEDUC, 2018.
- MONTREUIL, A.; BOURHIS, R. Y. Majority acculturation orientations toward "valued" and "devalued" immigrants. *Journal of cross-cultural psychology*, v. 32, n. 6, p. 698-719, 2001.
- MORALES, J.F. *et al.* (eds.). *Método, Teoría e Investigación en Psicología Social*. Madrid: Pearson-Prentice Hall, 2008. p. 487-512.
- NAVAS, M. *et al.* Estrategias y actitudes de aculturación: la perspectiva de los inmigrantes y de los autóctonos en Almería. *Tercer Sector*, v. 277, 2006.
- NAVAS, M.; ROJAS, A. J. *Aplicación del Modelo Ampliado de Aculturación Relativa (MAAR) a nuevos colectivos de inmigrantes en Andalucía: ecuatorianos y rumanos*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Empleo, 2010.
- PAVEZ SOTO, I. Inmigración y racismo: experiencias de la niñez peruana en Santiago de Chile. *Si Somos Americanos*, v. 12, n. 1, p. 75-99, 2012.
- PAVEZ-SOTO, I. *et al.* Racialización de la niñez migrante haitiana en escuelas de Chile. *Interciencia*, v. 44, n. 7, p. 414-420, 2019.
- PIRCHIO, S. *et al.* Children's interethnic relationships in multiethnic primary school: results of an inclusive language learning intervention on children with native and immigrant background in Italy. *European Journal of Psychology of Education*, v. 34, n. 1, p. 225-238, 2019.
- POBLETE, R.; GALAZ, C. Aperturas y cierres para la inclusión educativa de niños/as migrantes en Chile. *Estudios pedagógicos*, Valdivia, v. 43, n. 3, p. 239-257, 2017.

- RANIA, N. *et al.* Adolescent adjustment and cultural self-efficacy. *Problems of Psychology in the 21st Century*, v.1, n.1, p. 59-71, 2012.
- RIEDEMANN, A.; STEFONI, C. Sobre el racismo, su negación, y las consecuencias para una educación anti-racista en la enseñanza secundaria chilena. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 42, 2015.
- ROJAS, A. J. *et al.* Acculturation preference profiles of Spaniards and Romanian immigrants: The role of prejudice and public and private acculturation areas. *The Journal of social psychology*, v. 154, n. 4, p. 339-351, 2014.
- ROJAS-TEJADA, A. J.; SAYANS-JIMÉNEZ, P.; NAVAS, M. Similitud percibida y actitudes de aculturación en autóctonos e inmigrantes. *International Journal of Psychological Research*, v.5, n. 1, p. 70-78, 2012.
- RUTLAND, A.; KILLEN, M. A developmental science approach to reducing prejudice and social exclusion: intergroup processes, social-cognitive development, and moral reasoning. *Social Issues and Policy Review*, v. 9, n. 1, p. 121-154, 2015.
- SALAS, N. *et al.* Inmigración en la escuela: caracterización del prejuicio hacia escolares migrantes en Chile. *Universitas Psychologica*, v. 16, n. 5, 2017.
- SANTOS, H. C.; VARNUM, M.; GROSSMANN, I. Global increases in individualism. *Psychological Science*, v. 28, n. 9, p. 1228-1239, 2017.
- SCHACHNER, M. *et al.* Cultural diversity climate and psychological adjustment at school: equality and inclusion versus cultural pluralism. *Child Development*, v. 87, n. 4, p. 1175-1191, 2016.
- SCHACHNER, M.; VAN DE VIJVER, F.; NOACK, P. Acculturation and school adjustment of early-adolescent immigrant boys and girls in Germany: conditions in school, family, and ethnic group. *The Journal of Early Adolescence*, v. 38, n. 3, p. 352-384, 2018.
- SIRLOPÚ, D. *et al.* ¿Malos para aceptar la diversidad?: predictores socio-demográficos y psicológicos de las actitudes hacia el multiculturalismo en Chile. *Psyche*, Santiago, v. 24, n. 2, p. 1-13, 2015.
- TAJFEL, H.; TURNER, J. An integrative theory of intergroup conflict. *Organizational identity: A reader*, v. 56, p. 65, 1972.
- THOMSEN, J.; RAFIQI, A. The contact-prejudice relationship among ethnic minorities: examining personal discrimination as a boundary condition. *Ethnic and Racial Studies*, v. 39, n. 10, p. 1886-1904, 2016.
- TIJOUX, M. E. Las escuelas de la inmigración en la ciudad de Santiago: elementos para una educación contra el racismo. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 35, 2013.
- TITZMANN, P.; BRENNICK, A.; SILBEREISEN, R. Friendships fighting prejudice: a longitudinal perspective on adolescents' cross-group friendships with immigrants. *Journal of Youth and Adolescence*, v. 44, n. 6, p. 1318-1331, 2015.
- TITZMANN, P.; JUGERT, P. Acculturation in context: the moderating effects of immigrant and native peer orientations on the acculturation experiences of immigrants. *Journal of youth and adolescence*, v. 44, n. 11, p. 2079-2094, 2015.
- TRIANDIS, H. *et al.* Individualism and collectivism: cross-cultural perspectives on self-ingroup relationships. *Journal of personality and Social Psychology*, v. 54, n. 2, p. 323, 1988.
- TROPP, L.; AL RAMIAH, A. Contact strategies for improving intergroup relations among youth. Londres: *The Wiley Handbook of Group Processes in Children and Adolescents*, 2017. p. 353-372.
- TROPP, L.; PETTIGREW, T. Relationships between intergroup contact and prejudice among minority and majority status groups. *Psychological Science*, v. 16, n. 12, p. 951-957, 2005.
- ÜLGER, Z. *et al.* Improving outgroup attitudes in schools: a meta-analytic review. *Journal of School Psychology*, v. 67, p. 88-103, 2018.
- VEDDER, P.; WENINK, E.; VAN GEEL, M. Intergroup contact and prejudice between Dutch majority and Muslim minority youth in the Netherlands. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, v. 23, n. 4, p. 477, 2017.
- VEZZALI, L.; GIOVANNINI, D. Secondary transfer effect of intergroup contact: the role of intergroup attitudes, intergroup anxiety and perspective taking. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, v. 22, n. 2, p. 125-14, 2012.
- ZAGEFKA, H. *et al.* Predictors of majority members' acculturation preferences: experimental evidence. *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 48, n.3, p. 654-659, 2012.
- ZAGEFKA, H.; BROWN, R. The relationship between acculturation strategies, relative fit and intergroup relations: immigrant-majority relations in Germany. *European Journal of Social Psychology*, v. 32, n. 2, p. 171-188, 2002.
- ZICK, A. *et al.* Acculturation and prejudice in Germany: majority and minority perspectives. *Journal of Social Issues*, v. 57, n. 3, p. 541-557, 2001.

AGRADECIMIENTOS

Este trabajo contó con el financiamiento, para la primera autora, del proyecto CONICYT / FONDECYT Postdoctoral N ° 3180774. Los autores también agradecen el financiamiento, para el segundo autor, de Fondos de Investigación 2019 de la Universidad Viña del Mar, proyecto FIIUVM-EN-1904.

Violência coletiva e catástrofes

Collective violence and disasters

Violencia colectiva y desastres

Memorias inclusivas: la importancia de recordar el pasado para construir cultura de paz

Anderson Mathias

Doctor en Psicología Social, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Donostia/San Sebastián, España.

ID ORCID: [0000-0001-8646-7864](https://orcid.org/0000-0001-8646-7864)

E-mail: anderson.mathias@yahoo.com.br

Lander Méndez

Doctorando en Psicología. Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Donostia/San Sebastián, España. Línea de investigación: Representaciones sociales del pasado

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3096-4244>

E-mail: lander.mendez@ehu.eus

Pablo Castro-Abril

Doctorando en Psicología. Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Donostia/San Sebastián, España. Línea de investigación: Memoria colectiva y reconciliación social.

ID ORCID: [0000-0001-9074-3921](https://orcid.org/0000-0001-9074-3921)

E-mail: pabloenrique.castro@ehu.eus

José J. Pizarro

Doctor en Psicología por la Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Donostia/San Sebastián, España.

ID ORCID: [0000-0001-9883-8765](https://orcid.org/0000-0001-9883-8765)

E-mail: jose.pizarro@ehu.eus

Submetido em: 30/04/2020. Aprobado em: 10/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

Ante las experiencias de violencia colectiva, las sociedades tienen dos posibilidades: recordar u olvidar. El recuerdo puede ser entendido como una forma de reabrir viejas heridas y promover nuevas tensiones. El olvido, sin embargo, tiende a constituirse como un proceso de exclusión social de las víctimas. Las memorias pueden promover la reconciliación social si logran ser inclusivas, promoviendo una narrativa común sobre el pasado. Dichas memorias enfrentan el desafío de reelaborar la historia de forma consensuada, al mismo tiempo en que visibiliza las voces de los grupos enfrentados, reconoce el sufrimiento de las víctimas y la responsabilidad de los perpetradores, y evita las consecuencias negativas para los individuos y la convivencia social. Buscando profundizar el entendimiento de como se relacionan los distintos aspectos del recuerdo de hechos sociales traumáticos, se presenta una revisión del papel de la memoria como elemento de inclusión social, especialmente del papel que desempeña las políticas públicas de memoria, como las Comisiones de Verdad, en la transición hacia una sociedad pacífica y democrática. Se analiza cómo el recuerdo del pasado ayuda en la tarea de reconstrucción de los tejidos sociales y en la construcción de cultura de paz. La conclusión apunta a que las memorias inclusivas son un elemento fundamental para la superación de momentos traumáticos y la coexistencia pacífica.

Palabras clave: Violencia política. Memoria colectiva. Representaciones sociales de la historia. Comisiones de la verdad.

Memórias inclusivas: a importância de lembrar o passado para construir uma cultura de paz

RESUMO

Diante de experiências de violência coletiva, as sociedades têm duas possibilidades: lembrar ou esquecer. A memória pode ser entendida como uma forma de reabrir velhas feridas e promover novas tensões. O esquecimento, porém, tende a constituir um processo de exclusão social das vítimas. As memórias podem promover a reconciliação social se forem inclusivas, promovendo uma narrativa comum sobre o passado. Tais memórias enfrentam o desafio de reescrever a história de forma consensual, ao mesmo tempo em que tornam visíveis as vozes dos grupos confrontados, reconhecendo o sofrimento das vítimas e a responsabilidade dos perpetradores e evitando as consequências negativas para os indivíduos e a convivência social. Buscando aprofundar a compreensão de como os diferentes aspectos da memória dos eventos sociais traumáticos estão relacionados, apresentamos uma revisão do papel da memória como elemento de inclusão social, especialmente o papel desempenhado pelas políticas públicas de memória, como as Comissões da Verdade, na transição para uma sociedade pacífica e democrática. Analisa-se como a memória do passado ajuda na tarefa de reconstruir o tecido social e construir uma cultura de paz. A conclusão é que as memórias inclusivas são um elemento fundamental para a superação de momentos traumáticos e para a convivência pacífica.

Palavras-chave: *Violência política. Memória coletiva. Representações sociais da história. Comissões da verdade.*

Inclusive memories: the importance of remembering the past to build a culture of peace

ABSTRACT

In face of experiences of collective violence, societies have two possibilities: to remember or to forget. Remembering can be understood as a way of reopening old wounds and promoting new tensions. Forgetting, however, tends to constitute a process of social exclusion of the victims. Memories can promote social reconciliation if they are inclusive, promoting a common narrative about the past. Such memories face the challenge of re-writing history in a consensual manner, while at the same time making visible the voices of the groups confronted, recognizing the suffering of the victims and the responsibility of the perpetrators, and avoiding the negative consequences for individuals and social coexistence. Seeking to understand how the different aspects of remembering traumatic social events are related, we present a review of the role of memory as an element of social inclusion, especially the role of public memory policies, such as Truth Commissions, in the transition towards a peaceful and democratic society. We analyze how memory helps in the task of rebuilding the social relations and building a culture of peace. The conclusion is that inclusive memories are a fundamental element for overcoming traumatic moments and for peaceful coexistence.

Keywords: *Political violence. Collective memory. Social representations of history. Truth Commissions.*

INTRODUCCIÓN

Eventos socio-históricos importantes marcan las vidas de las personas y su recuerdo perdura por generaciones en una sociedad (PÁEZ *et al.*, 2018). El recuerdo sobre el pasado social puede dividirse en al menos tres tipos básicos: la memoria individual o autobiográfica; la memoria colectiva y las representaciones sociales de la historia (para revisiones recientes ver, HIRST; YAMASHIRO; COMAN, 2018; MATHIAS; PÁEZ, 2018).

La memoria autobiográfica se refiere a las experiencias personales vividas por un individuo que se relacionan con una narrativa o historia de vida y el contexto social en que se recuerda (WANG, 2016). A partir de esta perspectiva, los hechos sociales se recuerdan en función de su importancia para la vida de las personas y no tanto de su importancia histórica (BROWN, 2009). Por lo tanto, las personas pueden recordar un mismo hecho de distintas maneras de forma a encajarlo en sus narrativas personales (HIRST; MANIER, 2008) e identidad (BERNTSEN, 2018; HIRST; MEKSIN, 2018).

Por otro lado, la memoria colectiva es compartida por miembros de un grupo que han vivido los mismos eventos y que comparten una determinada interpretación de dichos hechos (HALBWACHS, 2004). Es una reconstrucción colectiva del pasado por un grupo social a partir de procesos de comunicación interpersonal y a partir de sus intereses y cuadros de referencia actuales. Aunque son construidas colectivamente, dichas memorias están íntimamente relacionadas con el grupo de pertenencia, no siendo, en general, conocidas, aceptadas y compartidas por el conjunto de una sociedad. Además, una vez que las personas que han vivido un hecho histórico se vayan, sus memorias también desaparecen, excepto si hay alguna acción activa por parte de las siguientes generaciones para conservarlas y compartirlas. Estas acciones solamente son llevadas a cabo si son importantes para los objetivos y preocupaciones del presente y si ayudan a reforzar la identidad grupal (PÁEZ *et al.*, 2016).

Por fin, las representaciones sociales de la historia son basadas en la idea de Moscovici (2012) de que construimos colectivamente teorías del sentido común sobre los fenómenos sociales. De esta manera, las representaciones sociales de la historia son narrativas sobre el pasado compartidas socialmente, pero no necesariamente por las personas que vivieron los hechos (LIU; HILTON, 2005). Tal conocimiento sobre el pasado (a que muchos autores también denominan de memoria colectiva o social) es creado y compartido colectivamente y cumple funciones sociales (PÁEZ *et al.*, 2016). Ellas proveen a la sociedad un sentido de continuidad y apuntando a caminos para acciones futuras que se relacionan con la identidad grupal y sus relaciones con otros grupos (HILTON; LIU, 2017). Sin embargo, ni todas las representaciones sociales de la historia logran tornarse hegemónicas, siendo conocidas y aceptadas por todos los miembros de una sociedad. La mayoría de las representaciones sobre el pasado social permanece restringida a determinados grupos sociales más vinculados con el hecho y que le dan más importancia que otros. Algunas de esas representaciones de la historia son conflictivas y buscan lograr una hegemonía narrativa. Dichas representaciones son usualmente el resultado de conflictos intergrupales que siguen vigentes.

RECORDANDO SOCIALMENTE EL PASADO

FUNCIONES DEL RECUERDO SOCIAL PARA LAS SOCIEDADES

El simple hecho de compartir una cierta representación aumenta el sentido de cohesión entre los miembros de un grupo (DURKHEIM, 2008; para una revisión reciente sobre la importancia de las creencias compartidas a lo largo de la historia de la humanidad ver HARARI (2015). El pasado imaginado compartido crea “solidaridad horizontal” entre los miembros actuales del grupo y “solidaridad vertical” con los miembros pasados y futuros de este mismo grupo (JETTEN; HUTCHISON, 2011).

En este sentido, representar el grupo social como continuo a través del tiempo facilita la identificación con el mismo (SANI; BOWE; HERRERA, 2007). De forma similar, la percepción de discontinuidad se relaciona a una mayor ansiedad colectiva sobre el futuro (JETTEN; WOHL, 2012; SMEEKES; VERKUYTEN, 2015). Las representaciones de la historia cumplen así tres funciones básicas: definir la pertenencia grupal, identificando los aliados y enemigos del grupo social o nacional; mantener fuentes de orgullo colectivo afrontando a los episodios que puedan generar culpa o vergüenza colectiva y; proveer un sentido de continuidad y lecciones para el futuro (HILTON; LIU, 2008; PÁEZ; BASABE; GONZÁLEZ 1997).

LA TRANSMISIÓN GENERACIONAL DE LOS RECUERDOS DE EVENTOS SOCIALES

Las experiencias negativas pasadas pueden tanto generar una mayor transmisión de experiencias entre las generaciones cuanto un proceso de silenciamiento de aspectos traumáticos. De forma general, las generaciones más jóvenes que han aprendido sobre el pasado en la escuela tienen una representación más descriptiva y no emocional sobre el mismo en comparación con las personas que han vivido los hechos (ESTER; VINKEN; DIEPSTRATEN, 2002; NENCINI, 2011; SCHUMAN *et al.*, 1998). En algunos casos, la emocionalidad negativa sobre el pasado parece transmitirse a las generaciones siguientes, sea consciente o inconscientemente (FAÜNDEZ; CORNEJO, 2010; LEV-WIESEL, 2007) a través de — por ejemplo — creaciones culturales (p.ej., medios de comunicación masivos y rituales nacionales). Por otro lado, pueden darse casos donde ocurre una espiral de silencio sobre el pasado (por lo traumático de los hechos o el miedo de que el hablar sobre ello haga resurgir las antiguas tensiones) que puede impedir que las nuevas generaciones entren en contacto con las experiencias de las víctimas (DANIELI, 2009). Cuando ocurren casos así, es necesario que haya un ambiente que favorezca el compartir de dichas experiencias.

Conforme pasa el tiempo, las generaciones que han vivido un hecho histórico van dando lugar a otras más jóvenes y las memorias, basadas en la experiencia y cargadas emocionalmente, van siendo sustituidas por representaciones que son más descriptivas (MULLER *et al.*, 2016). Por ejemplo, hechos muy lejanos que en su momento presentaron consecuencias negativas como la revolución francesa, la revolución industrial o la llegada de los europeos a América son evaluadas positivamente por que son percibidos como habiendo generado más consecuencias positivas que negativas a largo plazo (LIU *et al.*, 2009). Sin embargo, la transición generacional recibe también intentos de influencia por parte de los distintos grupos sociales de hacer con que su versión del pasado sea hegemónica y compartida, y que sus memorias sean las más difundidas a través de diversos mecanismos.

De esta forma, el consenso social sobre los hechos pasados es establecido por las generaciones mayores que los han vivido mientras es asimilado indirectamente por las generaciones más jóvenes. La comunicación entre distintas generaciones permite a las más jóvenes entrar en contacto, construir una representación y tener opinión sobre un pasado que no vivieron (HALBWACHS, 2004; PÁEZ; BASABE; GONZÁLEZ, 1997). Tal comunicación, sin embargo, es permeada por identidades políticas, sociales y/o nacionales, así como por representaciones previas. En efecto, diversos estudios en Sudamérica han demostrado que la posición política suele ser un mejor predictor de las representaciones sociales de las dictaduras ocurridas en cada país que la cohorte generacional (MANZI *et al.*, 2004; MULLER *et al.*, 2016; SÁ *et al.*, 2009). Asimismo, las distintas memorias colectivas o representaciones de la historia tienden, con el pasar del tiempo, a convergir para una narrativa común que denominamos llamamos usualmente de historia.

LA DIFERENCIA ENTRE MEMORIA E HISTORIA

Sin embargo, la historia en realidad se diferencia de las memorias autobiográfica y colectiva, así como de las representaciones sociales de la historia por ser un conocimiento experto sobre el pasado (HALBWACHS, 2004; NAMER, 1987). Hay, al menos en teoría, una búsqueda por neutralidad. Además, las narrativas generadas deben estar respaldadas por pruebas materiales, documentales y por testimonios. Aunque por veces se admitan distintas versiones para hechos polémicos, en general, la historia enseñada en las escuelas busca presentar los hechos en una narrativa coherente. Esto conlleva el riesgo de crearse en la sociedad una historiografía que excluye ciertas experiencias e interpretaciones del pasado que no conectan con el hilo conductor narrativo adoptado. Estas memorias pueden sobrevivir como representaciones sociales minoritarias compartidas en pequeños grupos en la sociedad, buscando oportunidades de hacerse visible (HALBWACHS, 2004; PIPER-SHAFIR; FERNÁNDEZ-DROGUETT; IÑIGUEZ-RUEDA, 2013).

LA LUCHAS SOCIALES POR LA MEMORIA

La memoria colectiva y las representaciones sociales de la historia también pueden ser entendidas como compuestos por movimientos sociales en competición por institucionalizar cada uno su versión del pasado (KUBAL, 2008; SIBLEY *et al.*, 2008). Para esto, los hechos objetivos son apropiados para crear memorias que también apoyan los objetivos actuales de los grupos. Sin embargo, pocos grupos logran en realidad tener las oportunidades políticas y financieras para hacer con que su versión del pasado sea largamente difundida. Los grupos con pocos recursos apenas pueden lograr alguna atención para sus reivindicaciones en eventos conmemorativos.

Por ejemplo, en el aniversario de 500 años de la llegada de Colón a América, versiones no oficiales y minoritarias de la historia, que buscaban visibilizar el lado violento del “descubrimiento” lograron alguna atención mediática y, desde entonces, se encuentran cada vez más difundidas en la enseñanza (SCHUMAN *et al.*, 2005).

Las representaciones minoritarias de la historia que logran mantener alguna relevancia pueden ganar un nuevo aliento cuando las nuevas generaciones entran en contacto con ellas. Cuando una persona se encuentra con una nueva idea u objeto social, ella los interpreta de forma a anclarlos en su sistema representacional previo (MOSCOVICI, 1994). Esto tiene una influencia en su disposición para oír sobre el tema e interactuar con aquellos que comparten dichas representaciones (WAGNER; HAYES, 2005), lo que a su vez, puede llevarla a retar la historiografía oficial y a adherir y compartir una visión alternativa del pasado (para un ejemplo sobre representaciones revisionistas de la dictadura militar en Brasil ver, MATHIAS, 2019; SÁ *et al.*, 2009).

EL TIEMPO FAVORECE AL OLVIDO: LA NECESIDAD DE POLÍTICAS ACTIVAS DE MEMORIA

El paso del tiempo, sin embargo, favorece al olvido incluso en casos de hechos violentos o traumáticos de gran relevancia social. Primeramente porque las generaciones que han vivido el evento son reemplazadas por generaciones más jóvenes que no tienen esa experiencia –ni el recuerdo episódico ni la carga emocional asociada– y, por lo tanto, tal evento es menos recordado o recordado de manera más superficial (ESTER VINKEN; DIEPSTRATEN, 2002; MANNHEIM, 1952; REULECKE, 2008; SCHUMAN *et al.*, 2003). En este sentido, vivir directamente un hecho parece conducir a una representación diferente del mismo. Por ejemplo, los ancianos recordaron la Segunda Guerra Mundial a partir de sus experiencias personales, mientras que los participantes más jóvenes lo recordaron de manera general, destacando los resultados positivos (ESTER VINKEN; DIEPSTRATEN, 2002).

En segundo, el olvido aumenta también porque el pasado es reinterpretado a partir del cuadro de referencia del presente (HALBWACHS, 2004). Esto quiere decir que el paso del tiempo torna cada vez más difícil que un hecho histórico se mantenga relevante. Las circunstancias cambian, también los actores e incluso algunos lugares de memoria pueden dejar de existir. Tercero, porque, en el caso de hechos violentos en particular, muchas personas lo consideran necesario para alcanzar la paz social (para una revisión sobre las claves psicosociales para la superación de la violencia colectiva ver en este volumen, (CASTRO-ABRIL *et al.*, 2020).

Considerando todo lo anterior, es necesaria una política activa de memoria para que el olvido no ocurra. La transición generacional desde las generaciones que han vivido los hechos hacia las nuevas generaciones, las cuales van a aprender a partir de la experiencia de los mayores, genera una necesidad de establecer políticas activas de memoria en torno a los eventos que una sociedad elige no olvidar. Estas son apoyadas por registros materiales tales como fotos, videos y documentos (memoria cultural) (ASSMANN, 2008), así como por testimonios, ceremonias y lugares de memoria (JELIN; LANGLAND, 2003; NORA, 1984; WINTER, 2008). Para mantenerse activas, las ceremonias públicas deben: mantenerse relevantes para la identidad social, relacionarse con un evento que haya provocado un cambio social significativo o amenazado la identidad grupal; ser emocionalmente cargada; ser conmemorado en rituales y en comunicaciones tanto institucionales como sociales (PÁEZ *et al.*, 2016).

LA PREVALENCIA DE LOS HECHOS VIOLENTOS EN LA MEMORIA COLECTIVA

Los hechos socio-históricos más recordados en la mayoría de las sociedades son los relativos a violencia colectiva y dictaduras. Diversos estudios sobre el recuerdo libre de hechos socio-históricos vividos demuestran el impacto que hechos sociales violentos como dictaduras y ataques terroristas tienen en la memoria colectiva.

Estas investigaciones demostraron que el retorno a una situación de paz también marca la memoria colectiva. De la misma manera, los estudios sobre el recuerdo libre de hechos socio-históricos del último siglo y de la historia universal considerados importantes corroboran la importancia de los hechos de violencia colectiva en la construcción de las representaciones sociales de la historia de cada país así como del mundo como un todo (CYR; HIRST, 2019; LIU *et al.*, 2009; PENNEBAKER *et al.*, 2006; TECHIO *et al.*, 2010).

EL COMPARTIR SOCIAL DE HECHOS COLECTIVOS TRAUMÁTICOS

Por su carácter traumático y su impacto a largo plazo en las sociedades dichos eventos generan una necesidad de compartir socialmente las memorias (PÁEZ *et al.*, 2018) y emociones sobre los mismos (RIMÉ *et al.*, 2010). Tal necesidad de comunicación se ve reflejada en la cobertura extensa que reciben en los medios de comunicación de masa (HIRST; MEKSIN, 2018) e Internet (GARCIA; RIMÉ, 2019). La necesidad del compartir social permanece a lo largo del tiempo marcando las generaciones que han vivido los hechos (VALENCIA; PÁEZ, 1999) especialmente entre las personas que se identifican con las víctimas (GRIFFIN, 2004). Estos presentan mayores niveles de emociones que llevan a un mayor compartir social como el enojo hacia los hechos violentos pasados al paso que el lado político vinculado a los perpetradores presentan mayores niveles de vergüenza tendiendo, por lo tanto, a silenciarse y preferir el olvido (ARNOSO *et al.*, 2015). De cualquier manera, la participación en rituales de memoria parece estar asociada a un incremento en la difusión de memorias del pasado tanto entre víctimas cuanto entre la población general.

ESTABLECIENDO UN ACUERDO SOCIAL SOBRE EL PASADO CONFLICTIVO

LA TRANSICIÓN DESDE LA VIOLENCIA Y EL AUTORITARISMO HACIA UNA SOCIEDAD PACÍFICA Y DEMOCRÁTICA

Junto con la transición de un período violento a uno pacífico, es necesario llegar a un acuerdo sobre el pasado (BAR-TAL; BENNINK, 2004; ROSOUX, 2001). Sin embargo, esto no es una tarea fácil ni rápida. Entre los primeros pasos, es necesario considerar si los perpetradores o sus partidarios siguen ocupando posiciones influyentes en una sociedad pos-conflicto, debido a la presión que significa para un gobierno verse presionado hacia la impunidad. Si este fuese el caso, las víctimas y sus partidarios no aceptarían fácilmente este gobierno y, por lo tanto, la nueva democracia estaría en peligro por la falta de legitimidad (MEYER, 2007). De esta manera, es necesario que las políticas de memoria y reconciliación sean percibidas como políticas de estado y no como políticas de un gobierno.

Las representaciones del pasado se discuten y se negocian públicamente y la existencia de un contexto actual conflictivo puede dar lugar a revisionismos y disputas entre narrativas (LANGENBACHER, 2010). En Brasil, por ejemplo, ese proceso es bastante claro con el éxito de libros sobre el período de la dictadura militar en los últimos años, muchos considerados revisionistas (CALIL, 2014). En general, estas narrativas argumentan que la "revolución, contrarrevolución o movimiento de 1964", como se le denomina a veces, era necesaria para mantener el orden social y detener la amenaza de una revolución comunista que violaría mucho más los derechos humanos que los militares. También sostienen que, contrariamente a lo que afirma una parte de los izquierdistas, las organizaciones de oposición no lucharon por la restauración de la democracia sino por el establecimiento de un régimen comunista y que también fueron violentas al hacerlo (GASPARI, 2002).

En ambientes políticos conflictivos, el establecimiento de una narrativa dominante que no considere las distintas experiencias y memorias puede llevar a ciertas personas o grupos a verse como silenciados o excluidos (BAR-TAL, 2017; STONE, 2015). En algunos casos, las personas pueden conscientemente elegir luchar por el derecho a la memoria para evitar el resurgir del antagonismo político (REYES; MUÑOZ; VÁZQUEZ, 2013). En dichos contextos, es de fundamental importancia entender las relaciones entre las narrativas sobre el pasado y las identidades sociales así como las dinámicas intergrupales del presente (LÁSZLÓ; EHMANN, 2013). Estudiar estos procesos ayuda a comprender los usos del pasado por diferentes grupos en conflicto. Por ejemplo, las representaciones basadas en "traumas elegidos" (pérdidas, derrotas o humillaciones mitificadas y generalmente difíciles de lamentar, (PICK, 2001) generan una orientación emocional donde emergen emociones negativas como el miedo y el enojo hacia el exogrupo a partir de una constante percepción de amenaza (BAR-TAL; HALPERIN, 2011; FISCHER *et al.*, 2018). Además, dichas representaciones, emociones y la percepción de amenaza son reforzadas en cada ritual cuando se recuerdan las muertes y el sufrimiento del propio grupo, al mismo tiempo en que se minimizan o se olvidan las muertes y el sufrimiento del grupo opuesto. En esos casos, las representaciones sociales de la historia sirve tanto a funciones de explicación del conflicto como de justificación de la agresión contra los enemigos (ROSOUX, 2001).

LA MEMORIA COLECTIVA COMO ELEMENTO PARA ALCANZAR LA COEXISTENCIA PACÍFICA

Hay algunos pasos que se muestran esenciales para que la paz social pueda perdurar después de interrumpido el conflicto (PÁEZ; LIU, 2011). El primero paso es la aceptación de los distintos significados que pueden tener la experiencia de violencia colectiva, lo que permite que los distintos bandos puedan empezar a reconocer el dolor uno del otro.

El segundo paso es mantener el odio apartado al mismo tiempo en que se busca mantener el recuerdo. Lo importante es reconocer la realidad de los crímenes y las víctimas, con el objetivo de evitar la repetición de hechos similares en el futuro. Para que esto ocurra, es necesario rechazar la idea de que sufrimientos antiguos justifican crímenes futuros. El último paso para la reconciliación social es la creación de una narrativa inclusiva que describa las distintas experiencias y significados del pasado en una única historia.

El pasado dictatorial tiene algunas características que debemos tener en cuenta para analizar las representaciones sociales que la gente construye sobre ello. Una dictadura suele ser el resultado de un conflicto muy radicalizado y polarizado. La pertenencia al grupo, las ideologías o el posicionamiento político asociados al régimen o a su oposición pueden influir en la memoria colectiva y las representaciones sociales de la historia incluso muchos años después del final del período violento (MANZI *et al.*, 2004; MULLER *et al.*, 2016). También hay que tener en cuenta el nivel de victimización y las reacciones emocionales que pueden influir en el recuerdo del pasado (ARNOSO; PÉREZ-SALES, 2013).

El apoyo a las políticas de reparación podría ser una combinación de factores cognitivos y emocionales (MANZI; GONZÁLEZ, 2007). Un estudio meta-analítico demostró que la culpa y la confianza colectivas son los facilitadores más fuertes del perdón, mientras que las emociones negativas y la identidad dentro del grupo son los obstáculos más sustanciales (VAN TONGEREN *et al.*, 2014). Además, la evidencia sugiere que mantener los procesos de transición orientados hacia un futuro pacífico en lugar de hacia un pasado violento tiene el potencial de conducir a la reconciliación (UGARRIZA; NUSSIO, 2017). Las estrategias para justificar los actos violentos contra inocentes incluyen la atribución de responsabilidad al enemigo, la deshumanización de las víctimas y las diferentes evaluaciones del sufrimiento interno y externo de los grupos (SABUCEDO; BLANCO; DE LA CORTE, 2003).

En contextos donde no es tan claro cuáles son los grupos de perpetradores y víctimas, puede darse un proceso de victimización competitiva, esto es, el establecimiento de distintas narrativas donde cada grupo intenta establecerse habiendo sufrido más que el grupo enemigo (NOOR; BROWN; PRENTICE, 2008; SULLIVAN *et al.*, 2012). La victimización competitiva por su vez, se relaciona con una mayor justificación de la violencia pasada y una menor disposición a la reconciliación, especialmente entre los que se identifican más fuertemente con el endogrupo (NOOR; BROWN; GONZÁLEZ, 2008). En este sentido, curiosamente es una baja identificación con el grupo que parece relacionarse más fuertemente con un sentimiento de culpa colectiva sobre los hechos violentos pasados (CEHAJIC-CLANCY *et al.*, 2011; DOOSJE *et al.*, 2005). Por otro lado, el sentimiento de vergüenza por los errores cometidos en el pasado se asocia a una mayor disposición a confrontar el pasado (DRESLER-HAWKE; LIU, 2006).

De la misma manera, el reconocimiento de la responsabilidad grupal por los hechos ilícitos y la culpa colectiva se asocian al apoyo a las políticas de reparación (R. BROWN *et al.*, 2008; CEHAJIC-CLANCY *et al.*, 2011; MEERNIK *et al.*, 2016; PÁEZ, 2010). También la empatía hacia el exogrupo (GONZÁLEZ; MANZI; NOOR, 2013) y el contacto social se asocia una actitud positiva hacia el perdón (CEHAJIC-CLANCY; BROWN; CASTANO, 2008). Sin embargo, la evidencia sugiere que el perdón intergrupal puede ser difícil de alcanzar (PHILPOT; HORNSEY, 2008). En las sociedades que han pasado por un conflicto muy polarizado, la gente puede preferir silenciarse a sí misma para no revivir viejas tensiones (BAR-TAL, 2017).

COMISIONES DE LA VERDAD: INSTANCIAS PARA ALCANZAR LA PAZ SOCIAL

Las comisiones de la verdad son una de las instancias que fueron pensadas para ayudar en este proceso de transición. Actualmente, han habido más de 50 comisiones de la verdad oficiales establecidas alrededor del mundo desde el año 1970 (HAYNER, 2011). Estas comisiones fueron diseñadas debido a la imposibilidad de hacer frente a las violaciones basándose únicamente en los procesos de justicia convencionales. Esta imposibilidad se basa principalmente en el reto de integrar una sociedad dividida, las víctimas, los perpetradores y los partidarios de ambas partes y, al mismo tiempo, hacer justicia a las víctimas, a veces enjuiciando a los perpetradores. Son una instancia en la que las víctimas y los perpetradores pueden sentirse acogidos para hacer sus declaraciones, compartir sus experiencias, y tal vez aumentar la simpatía por ellos (BERISTAIN, 2005). El objetivo de estas comisiones no es tanto la persecución de los perpetradores o la indemnización de las víctimas, sino establecer una piedra angular de un orden democrático (HAYNER, 2011). Sin embargo, al mismo tiempo que las comisiones de la verdad ofrecen oportunidades para revelar los errores del pasado, es imprescindible un alto cuidado para que no amenace el nuevo orden democrático reavivando hostilidades y divisiones latentes (ALLEN, 1999). Asimismo, otro posible obstáculo para el establecimiento de un orden democrático puede ser el recuerdo de un pasado glorioso que se produjo junto con las atrocidades, que a menudo va acompañado de la negación de las violaciones (MATHIAS, 2019).

EFFECTOS DE LAS COMISIONES DE LA VERDAD PARA LAS PERSONAS Y LAS SOCIEDADES

Fomentar la memoria de eventos sociales traumáticos podría estar relacionada tanto con el despertar inicial de emociones negativas como con los efectos positivos para la cohesión social (RIMÉ *et al.*, 2010).

Estudios en Ruanda sugieren que las comisiones de la verdad aumentan la confianza intergrupala disminuyendo los estereotipos negativos hacia el grupo rival aunque presentando costes afectivos para las víctimas (KANYANGARA *et al.*, 2007; RIMÉ *et al.*, 2011). Aunque la experiencia de prestar testimonio puede ser arriesgada para los sobrevivientes en cuanto a la reexperimentación del trauma o incluso el acoso (BROUNÉUS, 2008, 2010), el establecimiento de un entorno social de apoyo que incluya actividades artísticas y sociales de recuerdo puede ayudar a las víctimas y a los testigos a romper el silencio sobre un pasado violento y a disminuir las emociones negativas (LIEM, 2007). Además, la comprensión de los orígenes de la violencia del pasado puede ayudar a superarlo (STAUB; PEARLMAN; GUBIN, 2005). En este sentido, hablar sobre los hechos puede ayudar a aumentar tal comprensión a través de un mayor acceso a conocimientos sobre el pasado social (PÁEZ *et al.*, 1997).

Los resultados positivos logrados mediante los esfuerzos en pro de la reconciliación y el perdón parecen presentar resultados positivos a largo plazo (CILLIERS; DUBE; SIDDIQI, 2016). En detalle, el establecimiento de comisiones de la verdad puede asociarse a una mejor percepción del clima social y mayor confianza en las instituciones cuando estas son bien aceptadas por la población (CÁRDENAS *et al.*, 2013). Igualmente, una visión positiva de las comisiones de la verdad se asocian a un mayor rechazo a la violencia como medio para alcanzar cambios sociales (ESPINOSA *et al.*, 2017).

Encuestas en varios países de Sudamérica que pasaron por dictaduras y llevaron a cabo comisiones de la verdad muestran que la gran mayoría de las personas están de acuerdo con la idea de que es importante recordar los errores del pasado, rechazando el olvido social (ARNOSO *et al.*, 2015). Sin embargo, las opiniones sobre la importancia del recuerdo, así como de las políticas de memoria llevadas a cabo se asocian a una posición política más cercana a la de las víctimas (en este caso de izquierdas).

Es importante, entonces, que las comisiones de la verdad logren ser percibidas como efectivas por la población independientemente de la posición política para que logren efectos de largo plazo.

Investigaciones recientes tienen demostrado que la posición política no es el principal predictor de efectos positivos de largo plazo de las comisiones de la verdad (MATHIAS *et al.*, 2020). De hecho, las comisiones son percibidas como eficaces independientemente de la posición política cuando logran despertar emociones (positivas o negativas) y cuando logran que la gente hable sobre ellas o sobre el pasado. También, las actitudes previas sobre recordar u olvidar es un importante predictor de la percepción de eficacia de las comisiones.

Asimismo, las comisiones de la verdad sirven más bien a objetivos sociales a largo plazo, como la prevención de ciclos de venganza y de violencia colectiva. Se supone que las comisiones y los juicios refuerzan el estado de derecho y el respeto de los derechos políticos, fortaleciendo a las normas sociales y reduciendo la posibilidad de futuras violaciones de los derechos humanos (SIKKINK; BOOTH WALLING, 2007). Cuando se ofrecen en las circunstancias adecuadas, las acciones de justicia transicional como las disculpas oficiales pueden reforzar la confianza, las actitudes intergrupales positivas y el perdón (BLATZ; PHILPOT, 2010) y los rituales de memoria colectiva como las comisiones de la verdad pueden reforzar el comportamiento pro-social y mejorar la cohesión social (BERISTAIN; GONZÁLEZ-CASTRO; PÁEZ, 1999). Por otro lado, los contextos negativos pueden desarrollar climas sociales negativos, que a su vez pueden evocar conductas negativas (BAR-TAL; HALPERIN; DE RIVERA, 2007). En resumen, estos rituales de construcción y reconstrucción de la memoria colectiva tienen efectos positivos a nivel individual pero principalmente y a nivel macrosocial o nacional, fortaleciendo la cohesión y la reconciliación a largo plazo (LILLIE; JANOFF-BULMAN, 2007).

En este sentido, las memorias del conflicto pueden reforzar la reconciliación entre grupos, una vez que documentan las atrocidades cometidas por todas las partes involucradas, afirmando que todos los grupos son culpables y "tienen las manos sucias". El hecho de compartir la culpa y el victimismo evita la victimización selectiva, la idealización del grupo de pertenencia y abre un espacio hacia el diálogo (GIBSON, 2004). Igualmente, cuando un grupo reconoce los daños causados, esto puede llevar a una reducción de la animosidad en el grupo rival (IQBAL; BILALI, 2018).

El enfoque en las memorias de las víctimas encuentra respaldo en el cambio cultural hacia una sociedad pos-materialista (INGLEHART; BAKER, 2000). Si antes eran prevalentes las representaciones positivas de la violencia colectiva que glorificaban los héroes, los mártires y las guerras, hoy en día parece haber un cambio hacia representaciones más enfocadas en el sufrimiento, las víctimas y el carácter sin sentido de la violencia (BAR-TAL; HALPERIN, 2011). Por otro lado, son las representaciones positivas de la historia nacional que parecen asociarse con el bienestar psicológico (HO *et al.*, 2018). En este sentido, aunque los acontecimientos violentos suelen suscitar emociones negativas, diferentes emociones están vinculadas a diferentes acontecimientos violentos. Por ejemplo, las guerras pueden provocar más tristeza, mientras que los atentados terroristas provocan más miedo (CABECINHAS; ÉVORA, 2007).

CONCLUSIONES

El tiempo favorece al olvido. El dolor que implica recordar favorece al olvido. El miedo a estimular antiguas tensiones favorece al olvido. Así, son necesarias políticas activas de memoria, como las comisiones de la verdad para hacer presente las memorias de las víctimas y las lecciones históricas del conflicto. Fomentar la memoria sirve pues, a ese doble propósito: por un lado, de acogimiento a las víctimas pues estas, muchas veces, sienten la necesidad de compartir socialmente sobre el pasado traumático, siendo este compartir un importante factor para la superación del trauma y; por otro lado, la memoria sirve a que la sociedad como un todo pueda crecer a partir de las experiencias de los involucrados. En suma, las memorias cuando se hacen de manera inclusiva son un elemento fundamental para la superación de hechos traumáticos y para la construcción de una coexistencia pacífica entre los grupos anteriormente en conflicto.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, J. Balancing justice and social unity: political theory and the idea of a truth and reconciliation commission. *The University of Toronto Law Journal*, v. 49, n. 3, p. 315-353, 1999.
- ARNOSO, M.; BOBOWIK, M.; BERISTAIN, C. M. La comisión de verdad y justicia en Paraguay: la experiencia emocional en los rituales de conmemoración y la eficacia percibida de la comisión. *Psicología Política*, v. 15, n. 32, p. 137-155, 2015.
- ARNOSO, M. *et al.* Representaciones sociales del pasado y rituales de justicia transicional en América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 156, p. 276-298, 2015.
- ARNOSO, M.; PÉREZ-SALES, P. Representaciones sociales de la víctima: entre la inocencia y la militancia política. *Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad*, v. 12, n.1, p. 50-71, 2013.
- ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. In: ERLA, A.; NUNNING, A. (Org.). *Cultural Memory Studies: an international and interdisciplinary handbook*. New York: Walter de Gruyter, 2008, p. 109-118.
- BAR-TAL, D. Self-censorship as a socio-political-psychological phenomenon: conception and research. *Political Psychology*, v. 38, p. 37-65, 2017.
- BAR-TAL, D.; BENNINK, G. H. The nature of reconciliation as an outcome and as a process. In: BAR-SIMAN-TOV, Y. (Org.). *From conflict resolution to reconciliation*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 11-38.
- BAR-TAL, D.; HALPERIN, E.; DE RIVERA, J. Collective emotions in conflict situations. *Journal of Social Issues*, v. 63, n. 2, p. 441-460, 2007.
- BAR-TAL, D.; HALPERIN, E. Intergroup conflicts and their resolution. In: D. BAR-TAL, D. (Org.). *Intergroup Conflicts and Their Resolution: a social psychological perspective*. New York: Psychology Press, 2011, p. 217-240.
- BERISTAIN, C. M.; GONZÁLEZ-CASTRO, J. L.; PÁEZ, D. Memoria colectiva y genocidio político en Guatemala: antecedentes y efectos de los procesos de la memoria colectiva. *Psicología Política*, v. 18, p. 77-99, 1999.
- BERISTAIN, C. M. Reconciliación y democratización en América Latina: un análisis regional. In: IIDH (Org.). *Verdad, Justicia y Reparación: desafíos para la democracia y la convivencia social*. San José, Costa Rica: International IDEA, 2005, p. 53-84.
- BERNTSEN, D. Flashbulb memories and social identity. In: LUMINET O.; CURCI A. (Org.). *Flashbulb Memories: New Challenges and Future Perspectives*. New York: Routledge, 2018, p. 187-205.
- BLATZ, C. W.; PHILPOT, C. R. On the outcomes of intergroup apologies: a review. *Social and Personality Psychology Compass*, v. 4, n. 11, p. 995-1007, 2010.
- BROUNÉUS, K. Truth-telling as talking cure? Insecurity and retraumatization in the Rwandan gacaca courts. *Security Dialogue*, v. 39, n. 1, p. 55-76, 2008.
- BROUNÉUS, K. The trauma of truth telling: effects of witnessing in the Rwandan gacaca courts on psychological health. *Journal of Conflict Resolution*, v. 54, n. 3, p. 408-437, 2010.
- BROWN, R. *et al.* Nuestra culpa: collective guilt and shame as predictors of reparation for historical wrongdoing. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 94, n. 1, p. 75-90, 2008.
- BROWN, N. Living in history. *Psychological Science*, v. 20 n. 4, p.399-405, 2009.
- CABECINHAS, R.; ÉVORA, S. Visões do mundo e da nação: jovens cabo-verdianos face à história. In: COMUNICAÇÃO E CIDADANIA - ACTAS DO 50 CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO 6 - 8 Setembro, 2007, *Anais [...] Braga: CECS - Universidade do Minho*, p. 2608-2704.
- CALIL, G. G. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. *Segle XX. Revista Catalana d'història*, v. 7, p. 99-126, 2014.

- CÁRDENAS, M. *et al.* Percepción del clima socioemocional y la confianza institucional en víctimas de violencia política: valoración del impacto de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. *Psykhé: Revista de La Escuela de Psicología*, v. 22, p. 111-127, 2013.
- CASTRO-ABRIL. *et al.* Claves psicosociales para la superación de la violencia colectiva: intervención comunitaria en sociedades postconflicto. *Inclusão Social*, v. 15, n. 1, p. 1-30, 2020.
- CEHAJÍĆ-CLANCY, S.; BROWN, R.; CASTANO, E. Forgive and forget? Antecedents and consequences of intergroup forgiveness in Bosnia and Herzegovina. *Political Psychology*, v. 29, n. 3, p. 351-367, 2008.
- CEHAJÍĆ-CLANCY, S. *et al.* Affirmation, acknowledgment of in-group responsibility, group-based guilt, and support for reparative measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 101, n. 2, p. 256-270, 2011.
- CILLIERS, J.; DUBE, O.; SIDDIQI, B. Reconciling after civil conflict increases social capital but decreases individual well-being. *Science*, v. 352, n. 6287, p. 787-794, 2016.
- CYR, T. G.; HIRST, W. What's ours is yours: recall of history for lesser-known countries is guided by one's own national history. *Memory*, v. 27, n. 4, p. 480-494, 2019.
- DANIELI, Y. Massive trauma and the healing role of reparative justice. *Journal of Traumatic Stress*, v. 22, n. 5, p. 351-357, 2009.
- DOOSJE, B. *et al.* Guilty by association: when one's group has a negative history. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 75, n. 4, p. 872-886, 2005.
- DRESLER-HAWKE, E.; LIU, J. Collective shame and the positioning of German national identity. *Psicología Política*, v. 32, n. 32, p. 131-153, 2006.
- DURKHEIM, É. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*: las formas elementares de la vida religiosa. Paris: Alcan, 2008.
- ESPINOSA, A. *et al.* Between remembering and forgetting the years of political violence: psychosocial impact of the truth and reconciliation commission in Peru. *Political Psychology*, v. 38, n. 5, p. 849-866, 2017.
- ESTER, P.; VINKEN, H.; DIEPSTRATEN, I. Reminiscences of an extreme century: intergenerational differences in time heuristics: Dutch people's collective memories of the 20th century. *Time & Society*, v. 11, n. 1, p. 39-66, 2002.
- FAÚNDEZ, X.; CORNEJO, M. Aproximaciones al estudio de la transmisión transgeneracional del trauma. *Revista de Psicología*, v. 19, n. 2, p. 31-54, 2010.
- FISCHER, A. *et al.* Why we hate?. *Emotion Review*, v. 10, n. 4, p. 309-320, 2018.
- GARCIA, D.; RIMÉ, B. Collective emotions and social resilience in the digital traces after a terrorist attack. *Psychological Science*, v. 30, n. 4, p. 617-628, 2019.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIBSON, J.L. Does truth lead to reconciliation? Testing the causal assumptions of the South African truth and reconciliation process. *American Journal of Political Science*, v. 48, n. 2, p. 201-217, 2004.
- GONZÁLEZ, R.; MANZI, J.; NOOR, M. Identidad social y emociones intergrupales: antecedentes de las actitudes de perdón y reparación política en Chile. *Psykhé*, v. 22, n. 2, p. 129-146, 2013.
- GRIFFIN, L. J. "Generations and collective memory" revisited: race, region, and memory of civil rights. *American Sociological Review*, v. 69, n. 4, p. 544-557, 2004.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HARARI, Y. N. *Sapiens - uma breve história da humanidade*. São Paulo: L&PM Editores, 2015.
- HAYNER, P. B. *Unspeakable truths: transitional justice and the challenge of truth commissions*. 2. ed. New York: Routledge, 2011.
- HILTON, D. J.; LIU, J. Culture and intergroup relations: the role of social representations of history. In: SORRENTINO, R.; YAMAGUCHI, S. (Org.). *Handbook of motivation and cognition across cultures: the cultural context*. New York: Guilford Press, 2008. p. 343-368.
- HILTON, D. J.; LIU, J. History as the narrative of a people: from function to structure and content. *Memory Studies*, v. 10, n. 3, p. 297-309, 2017.
- HIRST, W.; MANIER, D. Towards a psychology of collective memory. *Memory*, v. 16, n. 3, p. 183-200, 2008.
- HIRST, W.; MEKSIN, R. Aligning flashbulb and collective memories. In: LUMINET O.; CURCI A. (Org.). *Flashbulb memories: new challenges and future perspectives*. New York: Routledge, 2018.
- HIRST, W.; YAMASHIRO, J. K.; COMAN, A. Collective memory from a psychological perspective. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 22, n. 5, p. 438-451, 2018.
- HO, E.; LEONG, C. H.; LIM, V. Narratives of our past: taking a journey through history for collective well-being. *Asian Journal of Social Psychology*, v. 2, n. 4, p. 271-281, 2018.
- INGLEHART, R.; BAKER, W. E. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. *American Sociological Review*, v. 65, p. 19-51, 2000.
- IQBAL, Y.; BILALI, R. The impact of acknowledgement and denial of responsibility for harm on victim groups' perceptions of justice, power, and intergroup attitudes. *European Journal of Social Psychology*, v. 48, n. 4, p. 397-411, 2018.
- JELIN, E.; LANGLAND, V. *Monumentos, memorias y marcas territoriales*. Madrid: Siglo XXI, 2003.

- JETTEN, J.; HUTCHISON, P. When groups have a lot to lose: historical continuity enhances resistance to a merger. *European Journal of Social Psychology*, v. 41, n. 3, p. 335–343, 2011.
- JETTEN, J.; WOHL, M. The past as a determinant of the present: historical continuity, collective angst, and opposition to immigration. *European Journal of Social Psychology*, v. 42, n. 4, p. 442–450, 2012.
- KANYANGARA, P. et al. Collective rituals, emotional climate and intergroup perception: participation in “Gacaca” tribunals and assimilation of the Rwandan genocide. *Journal of Social Issues*, v. 63, n. 2, p. 387–403, 2007.
- KUBAL, T. *Cultural movements and collective memory: Christopher Columbus and the rewriting of the national origin myth*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- LANGENBACHER, E. Collective memory as a factor in political culture and international relations. In: LANGENBACHER, E.; SHAIN, Y. (Org.). *Power and the past: collective memory and international relations*. Washington: Georgetown University Press, 2010, p. 13-49.
- LÁSZLÓ, J.; EHMANN, B. Narrative social psychology and the narrative categorical content analysis (NarrCat) in the study of social representations of history. *Papers on Social Representations*, v. 22, n. 3, p. 1–16, 2013.
- LEV-WIESEL, R. Intergenerational transmission of trauma across three generations: A preliminary study. *Qualitative Social Work*, v. 6, n. 1, p. 75–94, 2007.
- LIEM, R. Silencing historical trauma: the politics and psychology of memory and voice. *Peace and Conflict*, v. 13, n. 2, p. 153–174, 2007.
- LILLIE, C.; JANOFF-BULMAN, R. Macro versus micro justice and perceived fairness of truth and reconciliation commissions. *Peace and Conflict*, v. 13, n. 2, p. 221–236, 2007.
- LIU, J. H. et al. Representing world history in the 21st century: the impact of 9/11, the Iraq war, and the nation-state on dynamics of collective remembering. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 40, p. 667–692, 2009.
- LIU, J.; HILTON, D. J. How the past weighs on the present: social representations of history and their role in identity politics. *British Journal of Social Psychology*, v. 44, n. 4, p. 537–556, 2005.
- MANNHEIM, K. The problem of generations. In: KECSKEMETI, P. (Org.). *Essays on the sociology of knowledge*. London: Routledge and Kegan Paul, 1952, p. 276-322.
- MANZI, J.; GONZÁLEZ, R. Forgiveness and reparation in Chile: the role of cognitive and emotional intergroup antecedents. *Peace and Conflict*, v. 13, n. 1, p. 71–91, 2007.
- MANZI, J. et al. Memoria colectiva del golpe de estado de 1973 en Chile. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 38, n. 2, p. 153–169, 2004.
- MATHIAS, A. *Who controls the present controls the past? Psychosocial effects of the truth commission's evaluation and the social representations of history in Brazil*. 2019. Tesis doctoral (Doctorado en Psicología). Universidad del País Vasco, Donostia-San Sebastián, España, 2019.
- MATHIAS, A.; PÁEZ, D. Memória coletiva e representações sociais da história. In: ARAÚJO, L.F.; COUTINHO, M.P.; ARAÚJO, L.S. (Org.). *Representações sociais e práticas psicossociais*. Curitiba: CVR, 2018, p. 167-184.
- MATHIAS, A. et al. The association between truth commissions evaluation, emotional climate and institutional trust: comparison and meta-analysis of surveys in six South American countries. *International Journal of Social Psychology*, v. 35, n. 2, p. 1–43, 2020.
- MEERNIK, J. et al. Truth, justice, and education: towards reconciliation in the former Yugoslavia. *Journal of Southeast European and Black Sea*, v. 16, n. 3, p. 413–431, 2016.
- MEYER, T. *The theory of social democracy*. Cambridge: Polity, 2007.
- MOSCOVICI, S. Social representations and pragmatic communication. *Social Science Information*, v. 33, n. 2, p. 163–177, 1994.
- MOSCOVICI, S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MULLER, F.; BERMEJO, F.; HIRST, W. Argentines' collective memories of the military junta of 1976: differences and similarities across generations and ideology. *Memory*, v. 24, n. 7, p. 990–1006, 2016.
- NAMER, G. *Mémoire et société*. Paris: Klincksiek, 1987.
- NENCINI, A. Social representations of national history: stability and changeability between different generations of Italians over a period of three years. *Societal and Political Psychology International Review*, v. 2, n. 1, p. 111–126, 2011.
- NOOR, M.; BROWN, R.; PRENTICE, G. Precursors and mediators of intergroup reconciliation in Northern Ireland: a new model. *British Journal of Social Psychology*, v. 47, n. 3, p. 481-495, 2008.
- NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- PÁEZ, D. Official or political apologies and improvement of intergroup relations: a neo-Durkheimian approach to official apologies as rituals. *Revista de Psicología Social*, v. 25, n. 1, p. 101–105, 2010.
- PÁEZ, D.; BASABE, N.; GONZÁLEZ, J. L. Social processes and collective memory: a cross-cultural approach to remembering political events. In: PENNEBAKER, J.; PÁEZ, D.; RIMÉ, B. (Org.). *Collective memory of political events*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1997, p. 1-32.

- PÁEZ, D. *et al.* Collective memory and social representations of history. In: LO MONACO, G.; DELOUVÉE, S.; RATEAU, P. (Org.). *Les représentations sociales: théories, méthodes et applications*. Bruxelles: De Boeck, 2016, p. 539–552.
- PÁEZ, D.; LIU, J. Collective memory of conflict. In: BARTAL, D. (Org.). *Intergroup conflicts and their resolution: a social psychological perspective*. New York: Psychology Press, 2011, p. 105–124.
- PÁEZ, D.; BELLELLI, G.; RIMÉ, B. Flashbulb memories and collective memories: psychosocial processes related to rituals, emotions, and memories. In: LUMINET O.; CURCI, A. (Org.). *Flashbulb memories: new challenges and future perspectives*. 2. ed. New York: Routledge, 2018, p. 219–239.
- PENNEBAKER, J.; PÁEZ, D.; DESCHAMPS, J. C. The social psychology of history: defining the most important events of the last 10, 100, and 1000 years. *Psicología Política*, v. 32, p. 15–32, 2006.
- PHILPOT, C. R.; HORNSEY, M. J. What happens when groups say sorry: the effect of intergroup apologies on their recipients. *Personality and Social Psychology Bulletin*, v. 34, n. 4, p. 474–487, 2008.
- PICK, T. M. The myth of the trauma/the trauma of the myth: myths as mediators of some long-term effects of war trauma. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, v. 7, n. 3, p. 201–226, 2001.
- PIPER-SHAFIR, I.; FERNÁNDEZ-DROGUETT, R.; INÍGUEZ-RUEDA, L. Psicología social de la memoria: espacios y políticas del recuerdo. *Psyche*, Santiago, v. 22, n. 2, p. 19–31, 2013.
- REULECKE, J. Generation/generationality, generativity, and memory. In: ERLI, A.; NÜNNING, A. (Org.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 119–125.
- REYES, M.; MUÑOZ, J.; VÁZQUEZ, F. Políticas de memoria desde discursos cotidianos: la despolitización del pasado reciente en el Chile actual. *Psyche*, v. 22, n. 2, p. 161–173, 2013.
- RIMÉ, B. *et al.* The impact of gacaca tribunals in Rwanda: psychosocial effects of participation in a truth and reconciliation process after a genocide. *European Journal of Social Psychology*, v. 41, n. 6, p. 695–706, 2011.
- RIMÉ, B. *et al.* Social sharing of emotion, post-traumatic growth, and emotional climate: follow-up of Spanish citizen's response to the collective trauma of March 11th terrorist attacks in Madrid. *European Journal of Social Psychology*, v. 40, n. 6, p. 1029–1045, 2010.
- ROSOUX, V. National identity in France and Germany: from mutual exclusion to negotiation. *International Negotiation*, v. 6, p. 175–198, 2001.
- SÁ, C. *et al.* A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 159–172, 2009.
- SABUCEDO, J. M.; BLANCO, A.; DE LA CORTE, L. Beliefs which legitimize political violence against the innocent. *Psicothema*, v. 15, n. 4, p. 550–555, 2003.
- SANI, F.; BOWE, M.; HERRERA, M. Perceived collective continuity: seeing groups as entities that move through time. *European Journal of Social Psychology*, v. 37, n. 6, p. 1118–1134, 2007.
- SCHUMAN, H.; AKIYAMA, H.; KNÄUPER, B. Collective memories of Germans and Japanese about the past half-century. *Memory*, v. 6, n. 4, p. 427–454, 1998.
- SCHUMAN, H.; SCHWARTZ, B.; D'ARCY, H. Elite revisionists and popular beliefs: Christopher Columbus, hero or villain?. *Public Opinion Quarterly*, v. 69, n. 1, p. 2–29, 2005.
- SCHUMAN, H.; VINITZKY-SEROUSSI, V.; VINOKUR, A. Keeping the past alive: memories of Israeli Jews at the turn of the millennium. *Sociological Forum*, v. 18, n. 1, p. 103–136, 2003.
- SIBLEY, C. G. *et al.* Social representations of history and the legitimization of social inequality: the form and function of historical negation. *European Journal of Social Psychology*, v. 38, n. 3, p. 542–565, 2008.
- SIKKINK, K.; BOOTH WALLING, C. The impact of human rights trials in Latin America. *Journal of Peace Research*, v. 44, n. 4, p. 427–445, 2007.
- SMEEKES, A.; VERKUYTEN, M. The presence of the past: identity continuity and group dynamics. *European Review of Social Psychology*, v. 26, n. 1, p. 162–202, 2015.
- STAUB, E.; PEARLMAN, L. A.; GUBIN, A. Healing, reconciliation, forgiving and the prevention of violence after genocide or mass killing: an intervention and its experimental evaluation in Rwanda. *Journal of Social and Clinical Psychology*, v. 24, n. 3, p. 297–334, 2005.
- STONE, C. Contextualizing silence: a psychological approach to understanding the mnemonic consequences of selective silence in social interactions. In: STONE, C.; BIETTI, L. (Org.). *Contextualizing human memory: an interdisciplinary approach to understanding how individuals and groups remember the past*. Milton, UK: Routledge, 2015, p. 23–36.
- SULLIVAN, D. *et al.* Competitive victimhood as a response to accusations of ingroup harm doing. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 102, n. 4, p. 778–795, 2012.
- TECHIO, E. *et al.* Social representations of history, wars and politics in Latin America, Europe and Africa. *Revista de Psicología Social*, v. 25, n. 1, p. 11–26, 2010.

UGARRIZA, J. E.; NUSSIO, E. The effect of perspective-giving on postconflict reconciliation: an experimental approach. *Political Psychology*, v. 38, n. 1, p. 3–19, 2017.

VALENCIA, J.-F.; PÁEZ, D. Generación, polémica pública, clima social y recuerdo de hechos políticos. *Psicología Política*, v. 18, p. 11–30, 1999.

VAN TONGEREN, D. et al. A meta-analysis of intergroup forgiveness. *Journal of Positive Psychology*, v. 9, n. 1, p. 81–95, 2014.

WAGNER, W.; HAYES, N. *Everyday discourse and common sense*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

WANG, Q. Remembering the self in cultural contexts: a cultural dynamic theory of autobiographical memory. *Memory Studies*, v.9, n.3, p. 295–304, 2016.

WINTER, J. Sites of memory and the shadow of war. In: ERLI, A. NÜNNING, A. (Org.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 61-74.

AGRADECIMENTOS

Esta investigación ha recibido apoyo de la Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea; del Gobierno Vasco, IT-1187-19; del Ministerio de Ciencia e Innovación, PSI2017-84145-P; y de las Becas: Beca pos-doctoral de José J. Pizarro, UPV/EHU, Ref. convocatoria 2019/2020, Beca pre-doctoral de Lander Mendez, Gobierno Vasco, Ref: PRE_2017_1_0405, la Beca pre-doctoral de Pablo Castro-Abril, FPI, Ref: PRE 2018-083265, y de la Beca Pre-doctoral de Anderson Mathias, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Brasil), Programa de Doutorado Pleno no Exterior, 99999.000439/2014-02.

Claves psicosociales para la superación de la violencia colectiva: intervención comunitaria en sociedades postconflicto

Pablo Castro-Abril

Doctorando en Psicología. Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Donostia/San Sebastián, España. Línea de investigación: Memoria colectiva y reconciliación social.

ID ORCID: [0000-0001-9074-3921](https://orcid.org/0000-0001-9074-3921)

E-mail: pabloenrique.castro@ehu.eus

Anderson Mathias

Doctor en Psicología Social, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Donostia/San Sebastián, España.

ID ORCID: [0000-0001-8646-7864](https://orcid.org/0000-0001-8646-7864)

E-mail: anderson.mathias@yahoo.com.br

Lander Méndez

Doctorando en Psicología. Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Donostia/San Sebastián, España. Línea de investigación: Representaciones sociales del pasado

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3096-4244>

E-mail: lander.mendez@ehu.eus

José J. Pizarro

Doctor en Psicología por la Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Donostia/San Sebastián, España.

ID ORCID: [0000-0001-9883-8765](https://orcid.org/0000-0001-9883-8765)

E-mail: jose.pizarro@ehu.eus

Miren Harizmendi

Doctoranda en Psicología. Departamento de Psicología Social, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Donostia/San Sebastián, España. Línea de investigación: Memoria colectiva.

E-mail: mirenmaja@hotmail.es

Submitido em: 30/04/2020. Aprobado em: 10/08/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

La violencia colectiva supone la vivencia de hechos traumáticos con consecuencias tanto individuales como sociales. Este tipo de violencia es entendida como el instrumento de un grupo para la consecución de objetivos de orden social, político o económico, infringiendo daños directos a los miembros de otro grupo. Estos hechos tienen consecuencias a largo plazo e impactos físicos, económicos y psicológicos, que afectan el bienestar de los individuos y la convivencia entre los grupos. En ese sentido, el desarrollo de capacidades de afrontamiento de los hechos traumáticos puede restaurar el bienestar de las personas y sus comunidades. Aspectos como la reconciliación y el perdón, entendiéndolo que este último no es indispensable, posibilitan el proceso de reconstrucción del tejido social con el objetivo de encontrar maneras de convivir pacíficamente. Distintos modelos de intervención pueden ayudar a las comunidades a enfrentar estos retos a partir de la resiliencia comunitaria, es decir, desde sus propias capacidades y la gestión de las herramientas de las que disponen como grupo. El presente trabajo aborda dos intervenciones que promueven estrategias colectivas para la superación de eventos traumáticos colectivos a partir de la educación para la paz y analiza las condiciones necesarias para avanzar desde la cultura de la violencia a la cultura de paz. Asimismo, se apuesta por un abordaje integral que tenga como eje la voz de las víctimas y su influencia en los cambios del grupo hacia la empatía y las actitudes favorables hacia la paz y la reconciliación social.

Palabras clave: Violencia colectiva. Intervención comunitaria. Culturas de paz. Resiliencia comunitaria. Reconciliación social.

Chaves psicossociais para superar a violência coletiva: intervenção comunitária em sociedades pós-conflito

RESUMO

A violência coletiva envolve a vivência de eventos traumáticos com conseqüências tanto individuais quanto sociais. Este tipo de violência é entendido como o instrumento de um grupo para atingir objetivos sociais, políticos ou econômicos, infringindo danos diretos aos membros de outro grupo. Esses eventos têm conseqüências a longo prazo e impactos físicos, econômicos e psicológicos, que afetam o bem-estar dos indivíduos e a convivência entre os grupos. Neste sentido, o desenvolvimento das capacidades de sobrevivência pode restaurar o bem-estar das pessoas e de suas comunidades. Aspectos como a reconciliação e o perdão, entendendo que este último não é indispensável, possibilitam o processo de reconstrução do tecido social com o objetivo de encontrar formas de conviver pacificamente. Diferentes modelos de intervenção podem ajudar as comunidades a enfrentar esses desafios com base na resiliência comunitária, ou seja, a partir de suas próprias capacidades e da gestão das ferramentas que elas têm como grupo. Este trabalho aborda duas intervenções que promovem estratégias coletivas para a superação de eventos traumáticos coletivos através da educação para a paz e analisa as condições necessárias para avançar da cultura da violência para a cultura da paz. Da mesma forma, focaliza uma abordagem abrangente que tem como eixo a voz das vítimas e sua influência nas mudanças do grupo em relação à empatia e atitudes favoráveis à paz e à reconciliação social.

Palavras-chave: Violência coletiva. Intervenção comunitária. Culturas de paz. Resiliência comunitária. Reconciliação social.

Psychosocial keys for overcoming collective violence: community intervention in post-conflict societies

ABSTRACT

Collective violence implies the experience of traumatic events with individual as well as social consequences. This form of violence is understood as the instrument of a group to achieve social, political or economic objectives, inflicting direct damage on the members of another group. These events have long-term consequences and physical, economic and psychological impacts, which affect the well-being of individuals and the coexistence between groups. In this sense, the development of coping capacities can restore the well-being of people and their communities. Aspects such as reconciliation and forgiveness, - considering that the second is not indispensable-, enable the process of rebuilding the social fabric with the aim of finding ways to live together peacefully. Different models of intervention can help communities to deal with these challenges based on community resilience, that is, from their own capacities and the management of the tools they have as a group. This paper focuses on two interventions that promote collective strategies for overcoming collective traumatic events through peace education and analyzes the conditions necessary to move from a culture of violence to a culture of peace. Likewise, it focuses on a comprehensive approach that has as its axis the voice of the victims and their influence on the changes in the group towards empathy and positive attitudes towards peace and social reconciliation.

Keywords: *Collective violence. Community intervention. Cultures of peace. Community resilience. Social reconciliation.*

INTRODUCCIÓN

La violencia colectiva es un fenómeno complejo que se ha venido produciendo en las sociedades a lo largo de la historia. Determina la salud física y psicológica de las personas, y por sus características provoca quiebres a nivel individual y societario. Puede definirse como la violencia utilizada como instrumento por parte de los miembros de un grupo hacia otro, para lograr objetivos económicos, políticos o sociales (STAUB, 2012). En estas situaciones, que pueden variar en términos de duración e intensidad, los miembros de los grupos expuestos a la violencia colectiva presentan secuelas psicológicas moderadas y graves que, en general, se relacionan con afectaciones emocionales y traumas que afectan la calidad de vida (PÁEZ *et al.*, 2011).

Teniendo en cuenta que la violencia colectiva implica necesariamente infligir daño a los miembros de un grupo por parte de otro, sus consecuencias abarcan las esferas personal y colectiva de la vida de las personas implicadas. En un contexto de violencia colectiva, los índices de ansiedad y estrés social aumentan significativamente a partir de la vivencia de hechos traumáticos (KHAMIS, 2000; LUSZCZYNSKA; BENIGHT; CIESLAK, 2009). Los miembros de los grupos que experimentan la violencia se enfrentan – entre otras cosas – a la percepción de pérdida de control y a la incertidumbre por el futuro; es decir, se es incapaz de entender, predecir y controlar el entorno. Al perder la predictibilidad del mundo social, su sentido y coherencia se ven comprometidos, pudiendo llegar a quebrantar las creencias personales y colectivas (PÁEZ *et al.*, 2011).

En ese sentido, los hechos traumáticos relacionados con la violencia colectiva en su forma extrema, puede desestructurar algunas creencias básicas sobre el YO y el mundo de los miembros del grupo. Además de impactar en el bienestar psicológico, desquebrajan el tejido social, ya que rompen las relaciones comunitarias debilitando la integración social y el sentimiento de identificación con el endogrupo (ARNOSO *et al.*, 2011). La violencia colectiva aumenta la percepción de exclusión y destruye la confianza intergrupala. Esto implica que su impacto se experimenta no sólo desde las pérdidas individuales, sino desde la desestructuración del endogrupo, propiciando una visión más negativa sobre el mundo y el progreso social; es decir, sobre la evolución positiva del grupo de referencia (ARNOSO *et al.*, 2011).

Una problemática que enfrentan las sociedades que han experimentado hechos de violencia colectiva, es la búsqueda de herramientas que ayuden a avanzar. En específico, que logren ayudar a sus integrantes a recuperarse de las heridas del pasado y superar la violencia en aras de cambiar las dinámicas de agresión entre grupos y fomentar la convivencia pacífica. Las discusiones en torno a cómo debe abordarse la resolución del conflicto son de una gran complejidad ya que deben, por un lado, garantizar la no repetición de los hechos violentos y, por otro, reparar el daño individual y colectivo causado, generando espacios de justicia, y convivencia pacífica (HAMBER, 2007).

En estos escenarios, encontrar espacios de intervención que respondan a las necesidades de las víctimas y de la sociedad en su conjunto, supone abordar una gran cantidad de realidades individuales y colectivas, donde el papel de los más afectados es fundamental. Por otro lado, al ser un fenómeno grupal, su tratamiento y superación debe incluir no sólo a los grupos afectados (i.e., víctimas y perpetradores), sino a toda la sociedad. De esta manera, se debe apostar por el reconocimiento del sufrimiento y la reivindicación de las identidades de los grupos, donde prime la aceptación de las diferencias.

SOCIEDADES EN POSTCONFLICTO Y OPORTUNIDADES DE SUPERACIÓN DE LA VIOLENCIA COLECTIVA

Cuando hablamos de una sociedad en situación de postconflicto, se hace referencia a una sociedad afectada por la violencia colectiva. Generalmente, son procesos que transcurren luego de conversaciones y acuerdos de paz entre las partes enfrentadas. Dependiendo del contexto, es posible que en el proceso se hagan concesiones, amnistías, desarmes o procesos punitivos hacia uno o varios grupos involucrados.

Estos procesos, cuya consolidación resulta a largo plazo, son el inicio de un esfuerzo conjunto de las comunidades para salir de años o décadas de conflicto armado, en las cuales diferentes tipos de violencia han afectado la estructura y el tejido social. El objetivo final es conseguir una exitosa transición hacia la paz, centrada en la reconstrucción estructural del país y la psicológica de sus habitantes. Para este fin, el marco de justicia, memoria y no repetición es primordial si se quiere recobrar la confianza social e institucional y consolidar la convivencia pacífica y la reconciliación social (HAMBER, 2007).

En ese marco, desde 1980 se ha priorizado el uso de la Justicia Transicional para hacer frente no sólo a los hechos de violencia, sino también a los traumas causados a partir de ellos en todos los grupos involucrados (HAMBER, 2007). Este tipo de justicia abarca todos los mecanismos (jurídicos y no jurídicos) que puedan ayudar a tratar las violaciones a los Derechos Humanos (DDHH) en un periodo específico de violencia política. Entre estos mecanismos, están los juicios a los responsables y perpetradores, así como las Comisiones de Verdad y Reconciliación (CVR) (MARTÍN-BERISTAIN *et al.*, 2011). Tales mecanismos – que inducen directa

e indirectamente reacciones emocionales y morales en las personas (GUTMANN; THOMPSON, 2000) – se apoyan en un objetivo de reconstrucción del tejido social, conocer la verdad de lo ocurrido, la certeza de no repetición de la violencia y la creación de culturas de paz, entendidas como el conjunto de actitudes y valores que implican el cuidado mutuo y el compartir social (BASABE; VALENCIA; BOBOWIK, 2011; MARTÍN-BERISTAIN et al., 2011).

RECONCILIACIÓN SOCIAL

La reconciliación social es una prioridad para una sociedad que ha sufrido eventos colectivos de violencia y donde urge la construcción de culturas de paz. Podría definirse como un proceso psicosocial que implica el acercamiento entre las partes en conflicto desde una resignificación común, donde están comprometidas las emociones, la voluntad y la gestión del conflicto (ALZATE; DONO, 2017). Se entiende como un cambio actitudinal y emocional donde está implícito un proceso de reconstrucción y curación sobre los hechos aversivos y victimizantes (NADLER, 2012). Desde una perspectiva más instrumental, resulta de la percepción de justicia, conocimiento de la verdad sobre lo sucedido, así como de la reparación del daño individual, grupal y social (RETTBERG; UGARRIZA, 2016).

Es necesario resaltar las diferencias entre dos tipos de reconciliación. La entendida como mera coexistencia, donde se acepta tolerar a los demás grupos y se renuncia a los deseos de venganza, pero sin llegar a plantearse un cambio en las relaciones de interdependencia ni se busca compartir socialmente con estos y, la reconciliación basada en la confianza, donde además de esto, se acepta iniciar la reconstrucción de un proyecto social común (MULLET *et al.*, 2011).

La reconciliación social aborda una gran cantidad de factores, y debe prestar especial atención a la recuperación psicosocial del daño sufrido por medio de peticiones de disculpas, reparaciones simbólicas y protagonismo de las víctimas. También debe incluir

procesos de reivindicación de las identidades de los grupos que se han visto afectados, procurando la aceptación, la seguridad y la sinceridad en el proceso de convivencia pacífica ente éstos (ALZATE; DONO, 2017; PÁEZ *et al.*, 2011).

Un proceso de reconciliación aborda, al menos, tres elementos: el primero es *estructural*, donde el objetivo es la equidad entre los grupos en conflicto y el mejoramiento de las relaciones políticas, legales y económicas. El segundo elemento es *relacional*, donde el foco es la confianza y el cambio de percepciones entre los grupos para lograr relaciones basadas en la paz. Y el tercero es *identitario*, que además de buscar la no repetición de los actos de violencia, se centra en encontrar los puntos comunes en las identidades colectivas enfrentadas, para así cambiar las motivaciones de venganza y acercar moralmente a los involucrados (STAUB, 2012). Todos ellos son necesarios e implican una movilización social a gran escala (MARTÍN-BERISTAIN, 2014; NADLER, 2012).

Para llegar a tener un proceso de reconciliación completo es necesario, en primera instancia, disminuir los estereotipos intergrupales negativos, promover la tolerancia hacia los exogrupos y buscar una cohesión óptima para todos los miembros de la sociedad. Es necesario buscar la legitimación de las instituciones, que en muchos casos se ha visto socavada durante el conflicto, así como una aplicación adecuada de los DDHH y las normas equivalentes para todos (PÁEZ *et al.*, 2011). También es necesario dar cuenta de las emociones negativas y positivas que influyen en el proceso, así como cumplir con las expectativas y las necesidades de cada grupo en la medida en que las negociaciones lo permitan (ALZATE; DONO, 2017). En esta línea, es posible tener en cuenta las perspectivas y comprensiones sobre la reconciliación de los afectados para poder articularla a las necesidades de reconstrucción de un contexto de postconflicto (RETTBERG; UGARRIZA, 2016).

En ese sentido, la necesidad de superación de la violencia colectiva atraviesa la necesidad de coexistencia pacífica, en primer lugar, y de convivencia y reconciliación social como objetivos a largo plazo, en segundo lugar. Esto es posible parcialmente por medio de las herramientas sociales que posibiliten un cambio relacional y de las dinámicas de violencia. Desde las intervenciones comunitarias en los grupos afectados, la Psicología Social ha hecho apuestas teóricas y prácticas para cumplir dichos objetivos.

AFRONTAMIENTO COLECTIVO Y RESILIENCIA COMUNITARIA

A pesar de las consecuencias negativas descritas, es importante no dejar de lado que, en general, en estas situaciones de post-violencia se construyen mecanismos colectivos que ayudan a mitigar la situación y posibilitan en algunos casos su superación (RUIZ PÉREZ, 2015). Estos mecanismos de afrontamiento colectivo, se refieren a las estrategias para manejar las situaciones estresantes, ya sea orientándose hacia la resolución fáctica del problema, o hacia la regulación de las emociones (VILLAGRÁN *et al.*, 2014).

Sin embargo, los mecanismos de afrontamiento se ponen en práctica en contextos con altos índices de ansiedad y estrés social. Es común que la incertidumbre derivada de la impredecibilidad propia de la violencia incremente la falta de control percibida. En estas situaciones, individuos y grupos construyen formas de afrontamiento que buscan minimizar o al menos regular los daños producidos en el contexto (BASABÉ; VALENCIA; BOBOWIK, 2011).

Generalmente, ese afrontamiento a eventos traumáticos que amenazan la estabilidad y, en algunos casos, la existencia de una comunidad, está asociado a la resiliencia comunitaria (PÁEZ ROVIRA; VÁZQUEZ VALVERDE; ECHEBURÚA ODRIÓZOLA, 2013). Este concepto está asociado a la capacidad de una comunidad para tratar las crisis (ALZUGARAY PONCE, 2019).

Implica la adecuada gestión de los recursos comunitarios con el objetivo de solucionar los problemas y responder asertivamente a los desafíos del ambiente (RUIZ PÉREZ, 2015) que, en este caso, serían de impredecibilidad, incertidumbre y falta de control. Este concepto ayuda a comprender los procesos de resistencia y superación de las experiencias extremas, ya que se refiere a la capacidad de los grupos para reorganizarse protegiendo su identidad y su estructura (CÁRDENAS *et al.*, 2014).

En diferentes realidades se ha constatado que, aunque las personas estén expuestas de forma intensa y prolongada a situaciones extremas de violencia, muchas de ellas logran reducir las consecuencias y conservar el equilibrio emocional, llegando en ocasiones a aportar activamente en la resolución del conflicto. En ese sentido, las relaciones cercanas entre los miembros del grupo, la conducta prosocial, los servicios eficaces y accesibles y las vinculaciones con otros grupos u organizaciones humanitarias, favorecen la resiliencia de un grupo determinado (PÁEZ ROVIRA; VÁZQUEZ VALVERDE; ECHEBURÚA ODRIÓZOLA, 2013).

Cuando se habla de poblaciones afectadas por eventos traumáticos, es indispensable comprender los factores que agravan las consecuencias o favorecen su resolución (HELWEG-LARSEN; KASTRUP, 2007). Como se mencionó anteriormente, la construcción de formas de afrontamiento individuales o colectivas buscan controlar el daño y el sufrimiento. Algunas de ellas pueden ser pasivas, ya que buscan evitar, negar, huir o reducir la carga emocional derivada del evento. Otras, llamadas activas, se centran en buscar soluciones, comprender y afrontar el suceso (HAWLEY *et al.*, 2017). Dependiendo de las características del evento, las respuestas pasivas o activas pueden resultar útiles o perjudiciales, teniendo en cuenta las amenazas inmediatas del entorno, las características del grupo y la realidad actual del conflicto que se afronta.

CRECIMIENTO POSTRAUMÁTICO

Si bien es cierto que la violencia colectiva tiene repercusiones negativas en los individuos y los grupos que la experimentan, por lo general, una buena parte de los afectados reportan efectos positivos a mediano y largo plazo (BLACKIE; HITCHCOTT; JOSEPH, 2017; PÁEZ *et al.*, 2011). El crecimiento postraumático puede entenderse como la adaptación psicológica positiva luego de haber experimentado un evento traumático. En este sentido, centra su atención en los aspectos positivos que subyacen a la superación del trauma, como la mejora en la prosocialidad y en las relaciones con los demás, la apreciación de la vida, el crecimiento personal o espiritual, que pueden conducir a mejorar el bienestar y la calidad de vida (HAWLEY *et al.*, 2017).

Diferentes investigaciones han mostrado que el crecimiento postraumático en experiencias de violencia colectiva es mucho menor que en otros contextos de trauma como abusos físicos o desastres naturales (PÁEZ *et al.*, 2011). Por otro lado, parece haber una relación entre el tiempo transcurrido, el aumento del crecimiento postraumático y el bienestar psicológico (HELGESON; REYNOLDS; TOMICH, 2006), así como en la búsqueda de apoyo social, en particular relacionada con la familia y la pareja, donde al participar activamente en el procesamiento del trauma, puede conducir a relaciones interpersonales más profundas (HAWLEY *et al.*, 2017).

Desde las perspectivas de intervención, es necesario tener en cuenta que las condiciones ambientales, grupales e individuales, pueden favorecer o disminuir el crecimiento postraumático. Entre ellas, se puede encontrar la edad en la cual se vive la experiencia, ya que se ha encontrado que los jóvenes muestran mayor crecimiento, al igual que las mujeres y las minorías étnicas (HELGESON; REYNOLDS; TOMICH, 2006; WU *et al.*, 2019). Otro aspecto importante se basa en los obstáculos que pueden tener las comunidades afectadas para reorganizar su estructura original.

Por ejemplo, la cercanía con la comunidad y las oportunidades brindadas para que se generen espacios de apoyo social parecen ejercer un efecto positivo. De forma transversal, el crecimiento aumenta a partir del tiempo transcurrido desde el suceso traumático, donde se observan mayores mejorías a mediano y largo plazo (PÁEZ ROVIRA; VÁZQUEZ VALVERDE; ECHEBURÚA ODRIOZOLA, 2013).

De manera global, es imperativo que las comunidades tengan recursos sociales que posibiliten, por un lado, entender los hechos como algo difícil pero no imposible de superar, lo que se relaciona con la gestión del estrés y, por otro, facilitar el distanciamiento afectivo del suceso a mediano o largo plazo (PÁEZ ROVIRA; VÁZQUEZ VALVERDE; ECHEBURÚA ODRIOZOLA, 2013). Tener la capacidad de buscar y recibir apoyo social, así como tener la posibilidad de narrar y reconstruir lo ocurrido, puede favorecer una elaboración resiliente de la experiencia. Ligado a esto, un aspecto importante es la reevaluación positiva, con una alta atribución ideológica, unida a una mayor activación emocional positiva (CARRETERO BERMEJO, 2010; HAIDT, 2003).

Es importante tener en cuenta que la narración de los hechos sólo puede ser efectiva cuando se integran la reevaluación y las emociones, cuando la distancia psicológica es posible. Así, hablar del evento repetitivamente o de forma forzada, puede tener consecuencias negativas. Sin embargo, aun cuando la narración no disminuya las emociones negativas, puede verse como una ayuda importante para la integración social y la búsqueda de apoyo emocional (KANYANGARA *et al.*, 2007). Consiguientemente, puede generar mayor empatía en los demás afectados y no afectados, y facilitar comportamientos prosociales (RIMÉ, 2012).

PROPUESTAS DE INTERVENCIÓN

A continuación, señalamos algunas propuestas centradas en víctimas, cuyo eje principal es su visibilización en la sociedad, la construcción de memoria histórica, y la reconstrucción del tejido social desde una apuesta por la reconciliación social y la construcción de culturas de paz.

PROPUESTAS DE INTERVENCIÓN EN SOCIEDADES DE POST-CONFLICTO

En una sociedad en situación de postconflicto, cualquier intervención debe estar situada en el contexto social como realidad histórica donde las personas afectadas por la violencia deben ser el principal foco de atención (ALONSO *et al.*, 2007). Frente a este panorama, surge la imposibilidad frente a la neutralidad científica o profesional, sobre todo con respecto al universo de víctimas, ya que no se puede ser indiferente ante su dolor y el sufrimiento resultante de los hechos violentos. Por el contrario, se debe partir de una apuesta por la visibilización de sus experiencias, el restablecimiento de sus derechos a la justicia, verdad y no repetición y por la construcción o reconstrucción de sus proyectos de vida (AGUILERA TORRADO, 2013).

Siguiendo esta línea, un modelo de intervención en contextos de postconflicto debe ir más allá de la búsqueda de la reparación individual, partiendo de una postura ética y política. Esta postura debe priorizar el lado de las víctimas, reconociendo los profundos cambios sufridos por las experiencias vividas, sin obligarlas a pasar página o a adecuarse a la normalidad repentinamente. En ese sentido, se ha de tener siempre en cuenta que, así como los profesionales no son neutrales, sus intervenciones tampoco lo son, y tienen la capacidad de reducir o aumentar las consecuencias en las personas y sus comunidades (MARTÍN-BERISTAIN; RIERA, 1993).

Partiendo de esta idea, se sugieren estrategias de intervención basadas en las víctimas, no sólo como sujetos de intervención pasivos, sino como protagonistas del proceso de reconstrucción del tejido social y como eje para la promoción del

cambio de creencias y actitudes entre los grupos involucrados en el contexto de violencia, que posibilite a mediano y largo plazo la convivencia pacífica y la cultura de paz.

PROPUESTAS DE INTERVENCIÓN COMUNITARIA PARA PROMOVER LA CULTURA DE PAZ

1) *Procesos ciudadanos de encuentro y diálogo:*

Por medio de un modelo de intervención centrado en la memoria y el reconocimiento de los hechos violentos, es posible generar un proceso de auto-reflexión acerca del reconocimiento del otro en un contexto de violencia. En este modelo, se prima el encuentro directo de los ciudadanos, sean víctimas o no, para dar cuenta de la influencia grupal en los posicionamientos personales sobre el otro (GIBSON, 2006). Este trabajo, abarca un aspecto importante en contextos de violencia política: la polarización social.

La propuesta metodológica de este modelo, consiste en la realización de sesiones de trabajo que incorporan diferentes actividades. Las sesiones, así como las actividades, deben estar siempre orientadas y adaptadas a las necesidades personales de la población, y no pueden replicarse de forma exacta debido a las vivencias experimentadas por diferentes grupos de una misma sociedad afectada.

En estas sesiones, se busca lograr un acercamiento entre los hechos históricos de la sociedad que ha vivido el conflicto, y la integración de los eventos locales que han afectado a los participantes, prestando especial atención a los acontecimientos que han supuesto cambios negativos o positivos o que han servido como punto de inflexión. A partir de ahí, debe buscar analizar las consecuencias de la violencia política, visibilizando las vulneraciones a los derechos humanos y las alteraciones en las relaciones interpersonales que han sufrido los miembros del grupo a partir de ellas.

En las siguientes sesiones, se debe trabajar sobre las experiencias de posicionamiento individual o colectivo de los participantes ante estas alteraciones

y sufrimientos. El objetivo de finalización de la intervención, debe ser la construcción de la memoria histórica a partir de la experiencia individual, enfocándose en lo que se quiere transmitir a las futuras generaciones sobre estos hechos violentos.

2) Víctimas educadoras, experiencia en Colombia y País Vasco: Tal y como se ha abordado a lo largo del artículo, las intervenciones comunitarias que se proponen están dirigidas a trabajar las actitudes hacia el perdón intergrupal y la reconciliación social, promoviendo estrategias de afrontamiento, resiliencia y construcción de cultura de paz. En estas intervenciones, se espera que aumenten las actitudes hacia el perdón y la reconciliación, así como la esperanza y el optimismo hacia la consecución de la paz social.

En ese orden de ideas, el segundo modelo de intervención, sitúa a las víctimas como protagonistas del proceso de cambio de actitudes hacia el perdón intergrupal y la reconciliación social de la población que no ha sido víctima directa de la violencia. Se espera que la empatía hacia las víctimas sirva como una variable mediadora entre la implicación de las personas en la intervención y las actitudes inter-grupales. En ese sentido, si se logra trabajar con la empatía hacia las víctimas, incrementará la cercanía y la confianza social.

Por medio de la intervención, se activarán las emociones positivas y de trascendencia¹, lo que aumentará la percepción de identidad global, que estará asociada a actitudes más positivas hacia el perdón intergrupal y la reconciliación social (CASTRO-ABRIL *et al.*, 2020). En este modelo, se busca un encuentro de un grupo de personas no víctimas con una víctima que dará su testimonio y relatará su experiencia de sufrimiento, acompañada de un componente de resiliencia que se enfoque en la reconciliación y en la convivencia pacífica. Este testimonio debe ser acompañado por un profesional que enmarque la experiencia dentro

del contexto de violencia política y la necesidad de construir una cultura de paz. Así, las víctimas emergen como modelos morales para la población que no ha sido directamente afectada por el conflicto, y pueden lograr por medio de un camino emocional hacia el cambio actitudinal, modificar las conductas de las personas y hacer más posible una sociedad donde prime la convivencia pacífica (BASABE; PÁEZ, 2017).

Este proceso, donde las víctimas como sujetos educadores activos apuestan por la construcción de una cultura no violenta, ofrece beneficios colectivos en cuanto a las emociones y las actitudes hacia el perdón. Si se entiende la reconciliación como un acercamiento desde la resignificación a los hechos pasados de violencia (ALZATE; DONO, 2017), el proceso de reconstrucción de la memoria forma parte fundamental de la recuperación del tejido social (MARTÍN-BERISTAIN, 2014; MARTÍN-BERISTAIN *et al.*, 2011). En ese sentido, el poder de los testimonios es de doble vía; por un lado, empodera a la víctima sobre su propia historia (MARTÍN-BERISTAIN *et al.*, 2010) y, por otro, logra crear cambios cognitivos y emocionales en la población general, que como se ha visto en Colombia, tiende a ser mucho más reacia a los procesos de reconciliación social que los mismos afectados por la violencia (RIMÉ *et al.*, 2011).

Este tipo de modelo se ha probado en intervenciones experimentales en Colombia (CASTRO-ABRIL *et al.*, 2020), país que ha sufrido un conflicto de más de 60 años, una de las más longevas de la historia moderna, y que ha dejado cientos de miles de muertos. A finales del año 2016, el gobierno firmó un acuerdo de paz con la guerrilla activa más grande y antigua del país. Gracias a este acuerdo, se logró desarmar y desmovilizar a más de seis mil combatientes y dar los primeros pasos hacia una sociedad en postconflicto. En la actualidad, el acuerdo aún no se implementa en su totalidad, y nuevas formas de violencia han surgido como resultado del incumplimiento del gobierno (RÍOS SIERRA, 2017).

¹ Emociones que orientan a las personas hacia la conexión con otras personas, grupos y entidades en diversos momentos de procesos de formación grupal (ver Van Cappellen y Rimé, 2014; Stellar *et al.*, 2017).

En este contexto, se ha constatado en diferentes investigaciones que la población colombiana es reacia a tener actitudes positivas hacia la convivencia, la reconciliación y el perdón hacia los grupos armados ilegales (LÓPEZ-LÓPEZ *et al.*, 2012; LÓPEZ-LÓPEZ; PÉREZ DURÁN; PINEDAMARIN, 2016). Sin embargo, las actitudes más favorables se han encontrado consistentemente en las víctimas directas del conflicto, lo cual las convierte en las protagonistas obligadas del proceso de reconstrucción del tejido social y en las principales interesadas en lograr un camino de no repetición que posibilite la superación de la cultura de la guerra en pro de una cultura de paz (LÓPEZ LÓPEZ *et al.*, 2018). Además, también hay evidencia de que los procesos de perdón y reconciliación en personas víctimas de violencia política, tienen una relación positiva con el bienestar y la salud mental, ya que movilizan procesos emocionales y sociales que sirven como estrategia de superación (LÓPEZ-LÓPEZ *et al.*, 2016).

En estos estudios se ha constatado que los relatos de los supervivientes a eventos violentos de orden político, que tienen como característica principal el acuerdo con la reconciliación y el perdón, logran aumentar las emociones positivas y las emociones trascendentes de los participantes. Esto, a su vez, aumenta las actitudes favorables hacia el perdón intergrupar y la reconciliación social.

CONCLUSIONES

Así como la violencia se sufre de forma colectiva para los grupos involucrados, la reparación de los hechos violentos debe ser también de orden colectivo. Es necesario que las intervenciones comunitarias en procesos de postconflicto tengan una lógica colectiva, donde, aunque el objetivo principal siempre sea la víctima, no solo incluya el carácter individual de la intervención, sino que englobe a la comunidad, para así, posibilitar los procesos de resiliencia y crecimiento postraumático mencionados anteriormente.

Las intervenciones psicosociales, como aliadas en el proceso de cambio de dinámicas violentas, debe atender no sólo a las víctimas, sino a la sociedad en su conjunto, que se ha visto afectada indirectamente por las experiencias de la guerra. Al incluirlas dentro de las intervenciones, se acepta que también hacen parte del grupo afectado. Es por ello, que se sugiere el protagonismo de las víctimas, pero también su papel activo en el contexto de postconflicto. En ese sentido, una clave para la superación de la violencia colectiva en sociedades de postconflicto, es situarse en la reparación colectiva, promoviendo que las mismas comunidades afectadas tengan la capacidad de influir significativamente en el nuevo paradigma social que se sustenta en la convivencia pacífica. Además, no se puede perder de vista que, aunque en una situación de conflicto gran parte de la población se ve afectada, otra parte también importante ha sufrido consecuencias de segundo orden a partir de la continua exposición secundaria a la violencia. En ese sentido, ampliar el marco de intervención a personas no víctimas, posibilita verlas como parte activa del fomento de la cultura de paz.

Por último, la construcción de una memoria histórica debe priorizar el recuerdo de las víctimas, donde en un marco de respeto y consenso, se logre crear una narrativa transformadora de las experiencias violentas. Esta memoria histórica, no puede surgir en primera instancia de las instituciones, los medios de comunicación o los gobiernos, sino de las personas que han sido afectadas y de la conversación grupal incluyente entre éstas y el resto de la sociedad.

REFERENCIAS

- AGUILERA TORRADO, A. Componentes epistemológicos y metodológicos de la atención psicosocial a víctimas de guerra y violencia política en Colombia. *Tesis psicológica: Revista de la Facultad de Psicología*, v. 8, n. 1, p. 68–79, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4630281>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- ALONSO, E.; BLANCO ABARCA, A.; RODRÍGUEZ MARÍN, J.; ALONSO, E. *Intervención psicosocial*. Madrid: Pearson Educación, 2007.
- ALZATE, M.; DONO, M. Reconciliación Social como estrategia para la transformación de los conflictos socio-políticos, variables asociadas e instrumentos de medición. *Universitas Psychologica*, v. 16, n. 3, p. 1, 14 nov. 2017. DOI 10.11144/Javeriana.upsy16-3.rset. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/17918>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- ALZUGARAY PONCE, C. B. *Resiliencia comunitaria ante adversidades colectivas: restaurando el bienestar psicosocial*. 2019. Tesis Doctoral en Psicología – Universidad del País Vasco UPV/EHU, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10810/35285>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- ARNOSO, M.; BILBAO, M. Á.; PÁEZ, D.; IRAURGI, I.; KANYANGARA, P.; RIMÉ, B.; PÉREZ-SALES, P.; MARTÍN-BERISTAIN, C.; DÍAZ, D.; BLANCO, A. Violencia colectiva y creencias básicas sobre el mundo, los otros, y el yo: impacto y reconstrucción. In: PÁEZ, D.; BERISTAIN, C. M.; GONZÁLEZ, J. L.; BASABE, N.; RIVERA, J. de (orgs.). *Superando la Violencia Colectiva y Construyendo Cultura de Paz*. Madrid: Fundamentos, 2011. p. 247–277.
- BASABE, N.; PÁEZ, D. Cultura, Cognición y Emoción: investigaciones en valores e emociones a través de los individuos, los grupos y las organizaciones. In: ARROSPIDE EIZAGIRRE, J. J.; MARTÍNEZ-TABOADA KUTZ, C.; MORALES DOMÍNGUEZ, J. F. (orgs.). *Innovación, transparencia y comunicación en grupos y organizaciones: influencia de las aportaciones teóricas y metodológicas de Sabino Ayestarán*. Alcorcón, Madrid: Sanz y Torres, 2017.
- BASABE, N.; VALENCIA, J.; BOBOWIK, M. Violencia colectiva y creencias básicas sobre el mundo, los otros, y el yo: impacto y reconstrucción. In: PÁEZ, D.; BERISTAIN, C. M.; GONZÁLEZ, J. L.; BASABE, N.; RIVERA, J. de (orgs.). *Superando la Violencia Colectiva y Construyendo Cultura de Paz*. Madrid: Fundamentos, 2011. p. 69–101.
- BLACKIE, L. E. R.; HITCHCOTT, N.; JOSEPH, S. Looking for Post-Traumatic Growth in Perpetrators of the 1994 Genocide in Rwanda: A Discussion of Theoretical and Ethical Issues. *Journal of Perpetrator Research*, v. 1, n. 1, 11 dez. 2017. DOI 10.21039/jpr.v1i1.39. Disponível em: <https://jpr.winchesteruniversitypress.org/article/10.21039/jpr.v1i1.39/>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- CÁRDENAS, M.; PÁEZ, D.; RIMÉ, B.; BILBAO, Á.; ASÚN, D. Personal emotions, emotional climate, social sharing, beliefs, and values among people affected and unaffected by past political violence. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, v. 20, n. 4, p. 452–464, nov. 2014. DOI 10.1037/pac0000038. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/pac0000038>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- CARRETERO BERMEJO, R. Resiliencia: una visión positiva para la prevención e intervención desde los servicios sociales. *Nómadas. Critical Journal of Social and Juridical Sciences*, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18113757004>.
- CASTRO-ABRIL, P. *Construyendo un sentido positivo del trauma colectivo: efectos emocionales y actitudes intergrupales de la exposición a testimonios de víctimas de violencia colectiva en Colombia y País Vasco*. 2020. Em elaboração..
- GIBSON, J. L. Overcoming Apartheid: Can Truth Reconcile a Divided Nation? *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 603, n. 1, p. 82–110, jan. 2006. DOI 10.1177/0002716205282895. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002716205282895>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- GUTMANN, A.; THOMPSON, D. The Moral Foundations of Truth Commissions. In: ROTBERG, R. I.; THOMPSON, D. (orgs.). *Truth v. Justice: The Morality of Truth Commissions*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000. p. 22–44.
- HAIDT, J. Elevation and the positive psychology of morality. In: KEYES, C. L. M.; HAIDT, J. (orgs.). *Flourishing: Positive psychology and the life well-lived*. Washington: American Psychological Association, 2003. p. 275–289. DOI 10.1037/10594-012. Disponível em: <http://content.apa.org/books/10594-012>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- HAMBER, B. Forgiveness and reconciliation: Paradise lost or pragmatism? *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, v. 13, n. 1, p. 115–125, mar. 2007. DOI 10.1037/h0094027. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/h0094027>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- HAWLEY, C. E.; ARMSTRONG, A. J.; SHIRI, S.; CZARNOTA, J.; BLUMENFELD, S.; SCHWARTZ, I.; MEINER, Z. Post-Traumatic Growth Following Politically Motivated Acts of Violence: 10 Years Post Injury. *The Australian Journal of Rehabilitation Counselling*, v. 23, n. 1, p. 1–18, jul. 2017. DOI 10.1017/jrc.2017.6. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S1323892217000060/type/journal_article. Acesso em: 26 ago. 2020.
- HELGESON, V. S.; REYNOLDS, K. A.; TOMICH, P. L. A meta-analytic review of benefit finding and growth. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 74, n. 5, p. 797–816, 2006. DOI 10.1037/0022-006X.74.5.797. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/0022-006X.74.5.797>. Acesso em: 26 ago. 2020.

- HELWEG-LARSEN, K.; KASTRUP, M. C. Consequences of collective violence with particular focus on the gender perspective—secondary publication. *Danish Medical Journal*, v. 54, n. 2, p. 155–6, maio 2007.
- KANYANGARA, P.; RIMÉ, B.; PHILIPPOT, P.; YZERBYT, V. Collective Rituals, Emotional Climate and Intergroup Perception: Participation in “Gacaca” Tribunals and Assimilation of the Rwandan Genocide. *Journal of Social Issues*, v. 63, n. 2, p. 387–403, jun. 2007. DOI 10.1111/j.1540-4560.2007.00515.x. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1540-4560.2007.00515.x>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- KHAMIS, V. *Political violence and the Palestinian family: implications for mental health and well-being*. New York: Haworth Maltreatment and Trauma Press, 2000.
- LÓPEZ LÓPEZ, W.; SANDOVAL ALVARADO, G.; RODRÍGUEZ, S.; RUIZ, C.; LEÓN, J. D.; PINEDA-MARÍN, C.; MULLET, E. Forgiving former perpetrators of violence and reintegrating them into colombian civil society: Noncombatant citizens’ positions. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, v. 24, n. 2, p. 201–215, maio 2018. DOI 10.1037/pac0000295. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/pac0000295>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- LÓPEZ-LÓPEZ, W.; PÉREZ DURÁN, C.; PINEDA-MARIN, C. Relación entre el perdón, la reconciliación y la salud mental de las víctimas de la violencia socio-política. *Revista de Victimología*, n. 3/2016, p. 141–159, 30 jun. 2016. DOI 10.12827/RVJV.3.06. Disponível em: <http://doi.org/10.12827/RVJV.3.06>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- LÓPEZ-LÓPEZ, W.; PINEDA MARÍN, C.; MURCIA LEÓN, M. C.; PERILLA GARZÓN, D. C.; MULLET, E. Colombian lay people’s willingness to forgive different actors of the armed conflict: results from a pilot study. *Psicológica: Journal of the Spanish Society of experimental psychology*, v. 33, p. 655–663, 2012. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ980499.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- LÓPEZ-LÓPEZ, W.; SILVA, L. M.; CASTRO ABRIL, P. E.; CAICEDO MORENO, A. Actitudes implícitas de estudiantes universitarios frente al perdón en el marco del conflicto armado colombiano. *Pensamiento Psicológico*, v. 14, n. 2, 3 ago. 2016. DOI 10.11144/Javerianacali.PPSI14-2.aieu. Disponível em: <http://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/pensamientopsicologico/article/view/1404>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- LUSZCZYNSKA, A.; BENIGHT, C. C.; CIESLAK, R. Self-Efficacy and Health-Related Outcomes of Collective Trauma: A Systematic Review. *European Psychologist*, v. 14, n. 1, p. 51–62, jan. 2009. DOI 10.1027/1016-9040.14.1.51. Disponível em: <https://econtent.hogrefe.com/doi/10.1027/1016-9040.14.1.51>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- MARTÍN-BERISTAIN, C. Justicia y reconciliación: el papel de la verdad y la justicia en la reconstrucción de sociedades fracturadas por la violencia. In: RUIZ PÉREZ, J. I. (org.). *Psicología social y justicia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2014. p. 225–240.
- MARTÍN-BERISTAIN, C.; PÁEZ, D.; RIMÉ, B.; KANYANGARA, P. Violencia colectiva y creencias básicas sobre el mundo, los otros, y el yo: impacto y reconstrucción. In: PÁEZ, D.; BERISTAIN, C. M.; GONZÁLEZ, J. L.; BASABE, N.; RIVERA, J. de (orgs.). *Superando la Violencia Colectiva y Construyendo Cultura de Paz*. Madrid: Fundamentos, 2011. p. 475–492.
- MARTÍN-BERISTAIN, C.; RIERA, F. *Afirmación y resistencia la comunidad como apoyo*. [S. l.]: Barcelona: Virus Editorial, 1993. Disponível em: <http://lib.ugent.be/catalog/rug01:001193063>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- MULLET, E.; PINTO, M. da C.; NANN, S.; KADIANGANDU, J. K.; NETO, F. Violencia colectiva y creencias básicas sobre el mundo, los otros, y el yo: impacto y reconstrucción. In: PÁEZ, D.; BERISTAIN, C. M.; GONZÁLEZ, J. L.; BASABE, N.; RIVERA, J. de (orgs.). *Superando la Violencia Colectiva y Construyendo Cultura de Paz*. Madrid: Fundamentos, 2011. p. 377–398.
- NADLER, A. Intergroup Reconciliation: Definitions, Processes, and Future Directions. In: TROPP, L. R. (org.). *The Oxford Handbook of Intergroup Conflict*. [S. l.]: Oxford University Press, 2012. DOI 10.1093/oxfordhb/9780199747672.013.0017. Disponível em: <http://oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199747672.001.0001/oxfordhb-9780199747672-e-17>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- PÁEZ, Darío; BASABE, N.; BOSCO, S.; CAMPOS, M. Afrontamiento y Violencia Colectiva. In: PÁEZ, D.; BERISTAIN, C. M.; GONZÁLEZ, J. L.; BASABE, N.; RIVERA, J. de (orgs.). *Superando la Violencia Colectiva y Construyendo Cultura de Paz*. Madrid: Fundamentos, 2011. p. 279–309.
- PÁEZ ROVIRA, D.; VÁZQUEZ VALVERDE, C.; ECHEBURÚA ODRIÓZOLA, E. Trauma social, afrontamiento comunitario y crecimiento post-traumático colectivo. In: CHARRO BAENA, B.; CARRASCO GALÁN, M. J. (orgs.). *Crisis, vulnerabilidad y superación*. Reflexiones Comillas. Psicología. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2013. p. 15–50.
- RETTBERG, A.; UGARRIZA, J. E. Reconciliation: A comprehensive framework for empirical analysis. *Security Dialogue*, v. 47, n. 6, p. 517–540, dez. 2016. DOI 10.1177/0967010616671858. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0967010616671858>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- RIMÉ, B. *La compartición social de las emociones*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2012.
- RIMÉ, B.; KANYANGARA, P.; YZERBYT, V.; PAEZ, D. The impact of Gacaca tribunals in Rwanda: Psychosocial effects of participation in a truth and reconciliation process after a genocide: Impact of Gacaca tribunals in Rwanda. *European Journal of Social Psychology*, v. 41, n. 6, p. 695–706, out. 2011. DOI 10.1002/ejsp.822. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/ejsp.822>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- RÍOS SIERRA, J. *Breve historia del conflicto armado en Colombia*. Madrid: Catarata, 2017(Catarata, 611).

RUIZ PÉREZ, J. I. Resiliencia comunitaria: propuesta de una escala y su relación con indicadores de violencia criminal. *Pensamiento Psicológico*, v. 13, n. 1, p. 119–135, 15 jul. 2015. DOI 10.11144/Javerianacali.PPSI13-1.rce. Disponível em: <http://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/pensamientopsicologico/article/view/977>. Acesso em: 26 ago. 2020.

STAUB, E. *Genocide, Mass Killing, and Violent Conflict: Prevention and Reconciliation*. [S. L.]: Oxford University Press, 2012. DOI 10.1093/oxfordhb/9780199747672.013.0016. Disponível em: <http://oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199747672.001.0001/oxfordhb-9780199747672-e-16>. Acesso em: 26 ago. 2020.

VILLAGRÁN, L.; REYES, C.; WLODARCZYK, A.; PÁEZ, D. Afrontamiento comunal, crecimiento postraumático colectivo y bienestar social en el contexto del terremoto del 27 de febrero de 2010 en Chile. *Terapia psicológica*, v. 32, n. 3, p. 243–254, dez. 2014. DOI 10.4067/S0718-48082014000300007. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pi=S0718-48082014000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 26 ago. 2020.

WU, X.; KAMINGA, A. C.; DAI, W.; DENG, J.; WANG, Z.; PAN, X.; LIU, A. The prevalence of moderate-to-high posttraumatic growth: A systematic review and meta-analysis. *Journal of Affective Disorders*, v. 243, p. 408–415, jan. 2019. DOI 10.1016/j.jad.2018.09.023. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0165032717326009>. Acesso em: 26 ago. 2020.

AGRADECIMIENTOS

Esta investigación ha recibido apoyo de la Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea; del Gobierno Vasco, IT-1187-19; del Ministerio de Ciencia e Innovación, PSI2017-84145-P; y de las Becas: Beca pos-doctoral de José J. Pizarro, UPV/EHU, Ref. convocatoria 2019/2020, Beca pre-doctoral de Lander Mendez, Gobierno Vasco, Ref: PRE_2017_1_0405, la Beca pre-doctoral de Pablo Castro-Abril, FPI, Ref: PRE 2018-083265, y de la Beca Pre-doctoral de Anderson Mathias, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Brasil), Programa de Doutorado Pleno no Exterior, 99999.000439/2014-02.

Tendiendo puentes entre lo académico y profesional en crisis prolongadas: Mujeres en Colombia y Venezuela

Silvia Ubillos Landa

Doctora en Filosofía y Ciencias de la Educación, Sección Psicología por la Universidad de Burgos (España). Titular de Universidad en el Área de Psicología Social de la Facultad de Ciencias de la Salud, en la Universidad de Burgos. Directora de la facultad de ciencias de la Salud en la Universidad de Burgos, España.

ID ORCID: [0000-0003-4852-8018](https://orcid.org/0000-0003-4852-8018)

E-mail: subillos@ubu.es

José Luis González Castro

Doctor en Filosofía y Ciencias de la Educación (sección Psicología) por la Universidad del País Vasco (España). Profesor Titular de Universidad en el Área de Psicología Social de la Facultad de Educación de la Universidad de Burgos (España). Director del Área de Psicología Social (Educación) y Coordinador del Grado de Educación Social.

ID ORCID: [0000-0002-1213-0721](https://orcid.org/0000-0002-1213-0721)

E-mail: jlgoca@ubu.es

Alicia Puente Martínez

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco. Investigadora pos doctoral en la Universidad de Washington in St. Louis, USA y Universidad del País Vasco, San Sebastián, España.

ID ORCID: [0000-0001-5534-604X](https://orcid.org/0000-0001-5534-604X)

E-mail: apuentema@gmail.com

Gina Arias Rodríguez

Profesora de la Universidad Católica de Pereira, Facultad de Psicología. Universidad Católica de Pereira, Pereira, Colombia.

ID ORCID: [0000-0002-1759-818X](https://orcid.org/0000-0002-1759-818X)

E-mail: gina.arias@ucp.edu.co

María Alejandra Oliveros Granados

Doctora por la Universidad de Burgos (España).

Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli, CISP, San Cristóbal, Venezuela.

E-mail: oliveros.maria@gmail.com

Marcela Gracia Leiva

Doctoranda en Psicología. Departamento de Psicología Social, Facultad de Psicología. Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea (España). Becaria FONDECITY (Chile).

ID ORCID: [0000-0001-5336-5407](https://orcid.org/0000-0001-5336-5407)

E-mail: mgracia006@ikasle.ehu.eus

Submetido em: 20/04/2020. Aprobado em: 18/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMEN

Este artículo analiza la integración en los programas de intervención psicosocial del conocimiento producido en la investigación académica con las necesidades y aportaciones planteadas por los profesionales de campo. Se presentan resultados de dos estudios realizados con mujeres en situaciones de alta vulnerabilidad psicosocial. El primero es un programa desarrollado con 117 mujeres colombianas en una situación histórica de conflicto y violencia armada. Su finalidad fue la de promover formas para un mejor ajuste a la situación de violencia y trauma sufrido mediante el desarrollo y uso de estrategias de afrontamiento adaptativas. La intervención con un diseño longitudinal (pre-post) evidencia mejoras en a) el uso de estrategias de afrontamiento más adaptativas ante la violencia, y b) fortalecimiento de colectivos sociales y procesos comunitarios. El segundo estudio transversal basado en las necesidades relatadas por diferentes ONG's y grupos de interés en Venezuela, analiza cómo las estrategias de afrontamiento y la esperanza impactan en la salud y bienestar mental en 95 mujeres de Venezuela en un contexto de crisis política, económica y de violencia. Los resultados muestran que a) las estrategias de afrontamiento adaptativas y la esperanza explican de manera significativa la salud y bienestar mental y b) que la evidencia empírica puede ser utilizada para reforzar los programas psicosociales y de formación a profesionales. Ambos estudios validan la idea de que es necesario usar el conocimiento académico en el campo profesional, y que los estudios académicos deben basarse en las necesidades detectadas por los profesionales de campo y participantes.

Palabras Clave: Intervención psicosocial. Género. Estrategias de afrontamiento. Violencia colectiva. Salud psicológica.

Construindo pontes entre acadêmicos e profissionais em crises prolongadas: mulheres na Colômbia e Venezuela

RESUMO

Este artigo analisa a possibilidade de integrar o conhecimento produzido em contextos de investigação acadêmica e as necessidades mencionadas pelos profissionais de campo em programas de intervenção psicosocial. Serão apresentados os resultados de dois estudos realizados com mulheres com elevada vulnerabilidade psicosocial. O primeiro estudo é um programa de estratégias de enfrentamento com 117 participantes femininas da Colômbia num contexto de violência armada histórica. O objetivo da intervenção foi promover formas de melhor adaptação à situação de violência e traumas sofridos, desenvolvendo e aprendendo a utilizar estratégias de enfrentamento mais adaptativas. O desenho longitudinal (pré e pós-teste) mostrou melhorias em: a) utilização de estratégias de enfrentamento mais adaptativas para lidar com a violência; b) fortalecimento de grupos sociais e processos comunitários. O segundo estudo, baseado nas necessidades expostas por diferentes ONG e intervenientes na Venezuela, consistiu num estudo transversal que analisou de que forma as estratégias de enfrentamento e a esperança tiveram um impacto na saúde mental e no bem-estar de 95 participantes do sexo feminino num contexto de crise política, económica e de violência. Os resultados mostram que: a) as estratégias de enfrentamento adaptativas e a esperança ajudam significativamente a explicar a saúde mental e o bem-estar; b) as evidências empíricas podem ser utilizadas para reforçar os programas de formação psicosocial e profissional. Ambos os estudos validam a ideia de que é necessário utilizar o conhecimento académico em contextos profissionais e que a investigação científica deve ser fundamentada nas necessidades identificadas pelo pessoal profissional no terreno e pelos participantes

Palavras-chave: Intervenção psicosocial. Género. Estratégias de enfrentamento. Violência coletiva. Saúde psicológica.

Building bridges between academics and professionals in protracted crises: women in Colombia and Venezuela

ABSTRACT

This article analyses the possibility of integrating knowledge produced in academic research contexts and the needs mentioned by field professionals in psychosocial intervention programs. Results from two studies conducted with women with high psychosocial vulnerability will be presented. The first study is a coping strategies program with 117 Colombia female participants in a context of historical armed violence. The aim of the intervention was to promote ways of better adjusting to the situation of violence and suffered trauma by developing and learning to use more adaptive coping strategies. The longitudinal design (pre-post test) showed improvements in: a) use of more adaptive strategies coping with violence; b) strengthening of social groups and community processes. The second study, based on the needs exposed by different NGO's and stakeholders in Venezuela, consisted of a cross-sectional study analysing how coping strategies and hope had an impact on the mental health and wellbeing of 95 female participants within a context of political, economic and violence fuelled crisis. Results show that: a) adaptive coping strategies and hope significantly help explain mental health and well-being; b) empirical evidence can be used to reinforce psychosocial and professional training programs. Both studies validate the idea that it is necessary to use academic knowledge in professional contexts, and that research carried out by academics should be grounded in needs detected by field professional staff and participants.

Keywords: *Psychosocial intervention. Gender. Coping strategies. Collective violence. Psychological health.*

INTRODUCCIÓN

El objetivo de este artículo es contribuir al análisis de la relación entre la investigación académica y la práctica profesional en contextos de alta vulnerabilidad psicosocial. En las ciencias psicosociales, es un desafío cerrar la brecha entre las aportaciones del mundo académico (teóricas y empíricas) y el abordaje práctico de los problemas que sufren las personas en contextos de crisis. A pesar del fortalecimiento del movimiento de la Práctica Basada en la Evidencia (PBE) esta brecha persiste. La PBE se basa en la producción y transferencia de conocimiento, implicando que los hallazgos de la investigación producidos en un lugar se pueden transferir a otro contexto (p.e., distintas poblaciones o ámbitos de acción) a través de, entre otros, guías de intervención o protocolos de tratamiento (GRAY *et al.*, 2013). Este modelo ha generado un campo de estudio conocido como ciencia de la implementación (ECCLES; MITTMAN, 2006).

La difusión de esta práctica se basa en el grado en que los conocimientos empíricos producen resultados deseables y efectos equivalentes de gran magnitud en culturas y contextos diferentes de aquellos en los que se obtuvieron. Esto se considera una tarea compleja porque su aplicación depende de las acciones de individuos y organizaciones que tienen lugar en distintos contextos y tradiciones socioculturales (FERRER-WREDER *et al.*, 2012; FIXSEN *et al.*, 2009).

Una de las dificultades detectadas en la práctica real, al aplicar los conocimientos empíricos, son las divergencias entre profesionales y académicos. Por un lado, algunos profesionales del ámbito psico-social desconocen las aportaciones del mundo académico, dudando de la utilidad de los resultados que a menudo no son empleados para guiar su práctica (GRAY *et al.*, 2013).

Por otro lado, el mundo académico trata de que los profesionales se adhieran rígidamente a las pautas y parámetros metodológicos científicos, pese a la dificultad que esto entraña. El objetivo de este artículo es mostrar como las intervenciones con apoyo empírico pueden, y deben, ajustarse a las demandas y necesidades de las organizaciones, comunidades y personas (RUBIN, 2015). Conviene recordar que desde ópticas como las derivadas de la psicología de la liberación, se recalca la necesidad de reflexionar sobre las metodologías y discusiones que desde Europa o los EE.UU. se utilizan para explicar, y comprender, realidades psicosociales tan complejas y particulares como pueden ser la de los países Latinoamericanos. 'En estos casos se hace necesario aportar metodologías que se ajusten de manera más precisa al contexto sociopolítico, y se reconozcan las necesidades específicas y diferenciadoras de estos países (LÓPEZ PEINADO, 2020). En el ámbito de la intervención se corre el riesgo de llevar a cabo una praxis que pretenda la neutralidad, pero que, no solo pueda resultar descontextualizada y ahistórica, sino profundamente ideologizada (BARRERA MACHADO, 2017).

En el artículo defendemos la aplicación de un enfoque flexible, respetando las pautas académicas cuando sea posible, apropiado o estén disponibles (CHORPITA; BECKER; DALEIDEN, 2007). Abogamos como Kendall *et al.* (2008) por la "flexibilidad dentro de la fidelidad" en el diseño, aplicación y evaluación de las intervenciones. En otros casos, consistirá en aportar evidencias que ayuden a los profesionales a tomar decisiones e incluir los resultados en sus intervenciones (BARTH *et al.*, 2012).

Desde esta perspectiva más holística se enfatiza la importancia de integrar en el diseño y aplicación de las intervenciones tanto el saber académico-proveniente de los fundamentos teóricos y de la evidencia empírica- como el conocimiento que los profesionales tienen sobre los atributos idiosincráticos de la población objetivo y el contexto específico en donde se desarrolla la actuación.

Otra implicación derivada de esta perspectiva es la necesidad de realizar más estudios sobre la eficacia de la aplicación de los conocimientos empíricos en la práctica del mundo real, en donde no se puede ejercer un control riguroso de multitud de variables, combinando diferentes metodologías. Por ejemplo, los estudios preexperimentales pueden examinar descriptivamente el nivel de resultados alcanzados en entornos del mundo real, pudiendo comparar su tasa de mejora con la establecida por la evidencia empírica (RUBIN, 2015).

En este artículo se presentan dos estudios realizados en Colombia y Venezuela con mujeres afectadas por los efectos de la violencia y crisis económicas y sociales (GREEN; KING; MILLER-DAWKINS, 2010; UBILLOS-LANDA *et al.*, 2019) que ejemplifican la fusión entre las aportaciones académicas y profesionales.

ESTUDIO 1: COLOMBIA: "MUJERES EN EL CONFLICTO COLOMBIANO (MUCOCO)"

CONTEXTO

El programa MUCOCO ha permitido la colaboración entre la academia (Universidades de Burgos y País Vasco en España, y Universidad Católica de Pereira, en Colombia) y la organización social colombiana Ruta Pacífica de las Mujeres (RPM). La RPM trabaja por los derechos de las mujeres y la construcción de paz. Además, visibiliza que las mujeres han vivido de manera diferenciada las consecuencias del conflicto armado, social y político en Colombia. Comprender estos efectos es imprescindible para favorecer el movimiento social de mujeres. Este programa buscó empoderar a las mujeres victimizadas en el afrontamiento y regulación emocional eficaz ante la violencia sufrida. El objetivo fue mejorar su bienestar individual y comunitario por medio de la adquisición de habilidades para: a) afrontar de manera más efectiva las secuelas, b) favorecer las situaciones de perdón y reparación/reconciliación, y c) potenciar su rol de agentes constructoras de paz.

Para abordar los problemas sociales con una metodología reflexiva y colaborativa (CASTILLEJO-CUÉLLAR, 2014), las mujeres víctimas exigen ser reconocidas como sujetos políticos de derechos, reconocer sus experiencias y narrativas individuales y comunitarias para mejorar su bienestar.

MUESTRA

En el programa participaron 117 mujeres entre 2017 y 2019 de San José del Playón (departamento de Bolívar: $n=38$; 32.5%), Supía (departamento de Caldas: $n=7$; 6%), Quinchía y Guática (departamento de Risaralda: $n=61$; 52.1%) y Bucaramanga (departamento de Santander: $n=11$; 9.4%). La edad media fue de 48.50 años ($DT=14.48$; rango: 18-75). Un 32.5% son mujeres afrocolombianas, un 52.1% mestizas y un 15.4% indígenas. Más de dos terceras partes reside en zonas rurales (64.1%). El 77.8% han sufrido desplazamientos de su hogar por sufrir amenazas de daño y muerte, asesinato de familiares, reclutamiento de hijos/as, violación, entre otros.

El porcentaje de mujeres victimizadas es de un 89.7% ($n=105$). Los datos muestran que un 12.8% de las mujeres han sufrido violencia física, psicológica y sexual, un 32.5% dos tipos de violencia y un 43.6% solo un tipo. Las mujeres informaron sufrir más violencia psicológica (88.9%) (ser amenazada, intimidada, seguimientos, acosada, entre otros). La violencia física tiene una notable incidencia (41.9%) (empujadas y agarradas, golpeadas, encerradas, sometidas a trabajos forzados, agredidas con objetos y armas). La prevalencia del abuso sexual es de un 17.1%. Trece mujeres declararon que fueron violadas (11%).

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DEL PROGRAMA MUCOCO

Una vez contextualizado el entorno del estudio pasaremos a exponer la evidencia empírica de las premisas básicas en que se sustenta el proyecto:

- La violencia hacia las mujeres se ve facilitada por las subculturas violentas o las crisis sociales (PUENTE-MARTÍNEZ *et al.*, 2015) y por conflictos y militarización social (SAILE *et al.*, 2013).

- La presencia de traumas graves y guerras son factores de riesgo del Trastorno Por Estrés Postraumático (TEPT). Hewitt Ramírez *et al.* (2014) encontró que, de 677 adultos expuestos al conflicto armado colombiano, el 24% sufrieron TEPT. Según el meta-análisis de Tolin y Foa (2008), las mujeres son más propensas a sufrir TEPT independientemente del tipo de estudio y población.
- El análisis de las emociones es primordial en zonas de guerra o postconflicto. Las emociones determinan el tipo de respuesta ante la paz (HALPERIN, 2011) y, suponen la pérdida de recursos para salir de situaciones de abuso (SMITH *et al.*, 2013).
- Las estrategias de afrontamiento (LAZARUS; FOLKMAN, 1986) y la regulación emocional (GROSS, 1998; 2014) son fundamentales en situaciones de vulnerabilidad. Las mujeres víctimas intentan sobrevivir utilizando distintas estrategias de afrontamiento y regulación emocional. Estas estrategias juegan un papel mediador entre los estados emocionales y la salud de las víctimas (FOLKMAN; LAZARUS, 1990). Las mujeres pueden sentirse mejor cuando las situaciones estresantes se afrontan de una manera adaptativa (afrontamiento activo, reevaluación positiva...) (HEWITT RAMÍREZ *et al.*, 2014), en vez de con estrategias desadaptadas (religión, abandono psicológico, aislamiento social o inhibición) (GANTIVA *et al.*, 2010; KING *et al.*, 2013; MCGREGOR; NASH; PRENTICE, 2010). Conocer estos mecanismos favorece el afrontamiento de la violencia e incrementa la participación socio-comunitaria y política de las mujeres.
- La esperanza, entendida como disposición cognitiva, se considera relevante en contextos de trauma. El TEPT que puede desarrollarse durante el conflicto armado en Colombia, se asocia a desesperanza al iniciar una intervención terapéutica por primera vez (CHEN *et al.*, 2019).

- Estudios revelan que los niveles de esperanza se asocian positivamente con los efectos positivos derivados del tratamiento (CHEAVENS *et al.*, 2006; GERAGHTY; WOOD; HYLAND, 2010).
- El afrontamiento y la esperanza no son solo estrategias individuales en un contexto vacío, se requiere de un entorno favorable. Por ello, el apoyo de la comunidad es vital para que las mujeres puedan tomar el control de su vida libres del dolor (WILCHES, 2010).
 - En las comunidades donde la dinámica de la violencia ha persistido décadas se constata una destrucción de su tejido social, un deterioro de la confianza y esperanza en la comunidad. El perdón y la reconciliación son útiles para favorecer la reparación del tejido social, ayudan a sanar recuerdos, restauran la confianza y contribuyen a romper ciclos de violencia (WORTHINGTON; ATEN, 2010). Estudios en países en guerra encuentran que los procesos de perdón contribuyen al bienestar psicológico y social de las víctimas y los agresores (BASKIN; ENRIGHT, 2004; KALAYJIAN; PALOUTZIAN, 2010).
 - Un elemento importante para la paz y reconciliación en conflictos en donde el daño sufrido por las víctimas también fue generado por instituciones del Estado, es lograr que la población vuelva a confiar en estas instituciones (CÁRDENAS *et al.*, 2013).

INSTRUMENTOS DE MEDIDA

Se aplicaron las siguientes escalas.

- *Escala de Gravedad de Síntomas del Trastorno de Estrés Postraumático* (EGS-R) (ECHEBURÚA *et al.*, 2016). Mide frecuencia e intensidad de 21 síntomas de TEPT según criterios del DSM-5 (p.e tener sueños recurrentes sobre el suceso). Las respuestas van desde 0= nada a 3 = 5 o más veces por semana/mucho. La presencia de un síntoma se cuenta si tiene dos puntos o más. ($\alpha=.91$ escala total).
- *Emociones* (FREDRICKSON, 2009) (versión española PÁEZ; MENDIBURO SEGUEL; MARTÍNEZ-SÁNCHEZ, 2013). Con 20 ítems evalúa las emociones positivas y negativas en la última semana. Las respuestas van desde 0= nada, a 4=mucho. ($\alpha = .84$ emociones negativas; $\alpha=.79$ positivas).
- *Escala adaptada de Formas de Afrontamiento y Regulación Emocional* (MARS) (LARSEN; PRIZMIC, 2004). Consta de 26 ítems que miden la intensidad emocional de un suceso y las estrategias para manejarlo. Se incluyeron las estrategias de instrumental directo, abandono psicológico, rumiación, re-evaluación positiva, religión, inhibición, confrontación y expresión regulada. Mayores puntajes indican mayor uso de estrategias. El rango de respuestas va desde 0= nunca a 6= siempre. La consistencia interna varió entre .64 y .91.
- *Escala de esperanza* (SNYDER *et al.*, 1991). Se utilizaron 8 ítems de los 12 de la escala referidos a los logros (p.e. “Persigo mis metas de forma enérgica y con insistencia, alcanzo las metas que me pongo”) y a la búsqueda de alternativas para lograr el éxito (p.e “Hay muchas formas o maneras de sortear un problema”). Se obtuvo un α de entre .74 y .84.
- *Apoyo social comunitario* (GRACIA; HERRERO, 2006). Consta de 14 ítems que evalúan el sentimiento de pertenencia a la comunidad, el grado de participación en las actividades sociales de la comunidad y el grado de apoyo que la persona percibe en las organizaciones voluntarias de la comunidad (p.e “Podría encontrar personas que me ayudaran a resolver mis problemas”). El rango de respuestas va desde 1=muy en desacuerdo a 5 = muy de acuerdo. (Fiabilidad $\alpha=.87$).
- *Confianza en las instituciones* (WORLD VALUES SURVEY 2010-2014). Se preguntó por el nivel de confianza en 16 instituciones (p.e ONG, policía, iglesia, entre otras). Las respuestas van desde 1= en absoluto a 7 = totalmente.

- *Perdón intergrupala* (WOHL; BRANSCOMBE, 2005). Consta de 6 ítems sobre el grado de acuerdo con la disposición a perdonar. Las respuestas van desde 0 =totalmente en desacuerdo a 5=completamente de acuerdo. (p.e., “las víctimas deberían perdonar el daño que les fue causado”) (Fiabilidad $\alpha=.89$).
- *Escala ad hoc de Reconciliación*. Se pregunta por la disposición a reconciliarse con la/s persona/s que le causaron el daño. Respuesta dicotómica (sí/no), cuando responde “sí”, también se pregunta “¿qué sería necesario para reconciliarse?” con 5 alternativas (p.e, que las víctimas perdonen, que haya justicia) en donde se valora la importancia (1= nada importante a 7= muy importante).

DESARROLLO E IMPLEMENTACIÓN DEL PROGRAMA MUCOCO

El programa incluye una metodología participativa, activa y reflexiva. En el proceso se han implicado: mujeres de los territorios organizadas en colectivos, coordinadoras de la RPM, psicólogas que acompañan procesos psicosociales, investigadoras de las universidades mencionadas y activistas formándose como psicólogas. El desarrollo e implementación del programa se organizó en las siguientes fases:

- 1) Fase previa a la intervención (coordinación y adaptación del programa). Las investigadoras de España y Colombia mantuvieron reuniones (presenciales y no presenciales) con los agentes de Colombia implicados en el proyecto (coordinadoras de la RPM, lideresas de los territorios y equipo de profesionales) para difundir el programa, adaptar la intervención a la idiosincrasia de las mujeres (nivel educativo y de comprensión) y a su contexto, y planificar su aplicación. La adaptación de la intervención supuso conocer la comunidad, diseñar la intervención, consultar a expertos/as y partes interesadas, adaptar el programa original, capacitar al personal, testar los

materiales adaptados, e implementar y evaluar la intervención. Estos marcos mejoran la traducción de prácticas basadas en evidencia (ESCOFFERY *et al.*, 2018).

- 2) Encuentro: Esta actividad buscaba generar empatía con el grupo y presentar el objetivo. La actividad de presentación suscitó que, si bien todas las mujeres eran diferentes en sus formas de hablar, experiencias, oportunidades, etc., tenían en común la pertenencia a un movimiento que lucha por las mujeres y la paz en Colombia. En Quinchía y Guática, esta actividad se desarrolló tomando un rollo de lana, y a continuación cada una decía su nombre acompañado de las razones para participar del encuentro. Así, se obtuvo una red que simbolizaba las intenciones y aportes de cada una al colectivo. La duración de esta actividad fue de 45 minutos.
- 3) Actividades centrales: El objetivo era hablar de la experiencia de cada una en el marco del conflicto armado. Por ello, una de las actividades más terapéuticas para las mujeres fue el dibujo con el objetivo de que representaran su cuerpo, expresaran como se sentían, cómo habían afrontado los sucesos traumáticos y qué significado tenía para ellas el perdón y la reconciliación. Esta actividad se basó en la activación de los mecanismos que intervienen en el proceso de regulación emocional. Cada mujer dibujó y representó su propio cuerpo. La intención era facilitar la expresión simbólica de hechos dolorosos y cómo las había impactado personalmente, y conocer sus reflexiones acerca del perdón y reconciliación. Esta actividad genera movilización emocional y requiere que sea facilitado por especialistas que puedan acompañar de manera pertinente, empática y oportuna a las mujeres. La actividad duró una hora. De manera simultánea se iba hablando de lo que les había ocurrido, y las investigadoras plantearon preguntas: ¿qué

pasó?, ¿cómo afectó ese hecho en vuestro cuerpo?, ¿qué hicieron?, ¿cómo se ha afrontado esta situación?. Siguiendo el modelo teórico, con estas preguntas se consiguió que las mujeres identificaran sus emociones así como las estrategias de afrontamiento que habían utilizado y su eficacia. Permitió entender cómo las mujeres representan su cuerpo, qué piensan y sienten sobre lo ocurrido, y qué han hecho para afrontar la violencia. Además, propició la palabra, lo que empíricamente definimos como expresión emocional regulada. Para algunas es más complejo hablar, sobre todo si los hechos violentos son recientes; en esos casos, no se presiona a la mujer para hablar, simplemente se acompaña si hay llanto. En Bolívar, participó y ayudó la psicóloga de la Fundación Funsarep, conocedora de los elementos culturales de las mujeres afrodescendientes. En Caldas, Risaralda y Santander, las psicólogas facilitaron un escenario que favorecía la descarga emocional y el cierre adecuado de estas emociones. Tras la realización del dibujo y las conversaciones que surgieron en pequeños grupos se volvió al círculo. El diálogo que se extendió entre el grupo versaba sobre el perdón, la reconciliación y “lo difícil que es perdonar”. Algunas manifestaciones fueron las siguientes: “Antes era mejor callarme porque pensaba que nadie me iba a creer y no pensé en denunciar lo que me pasó” (Mujer de Bolívar). “Yo nunca he sido partidaria de los odios, de los rencores porque eso lo destruye a uno... si usted vive con un odio hacia una persona eso no lo deja estar tranquilo” (Mujer de Guática). “Después de hacer la denuncia vi que mi vida tomaría otro rumbo y así fue porque me siento una mujer libre y empoderada, cuando uno sabe la verdad de lo que le pasó a su cuerpo y a su alma descansa” (Mujer de Bolívar). “El perdón es una de las maneras más útil para uno sanar de las heridas de uno mismo” (Mujer de Bolívar).

“Porque si no estaría uno reflejando amargura, desolación, enfermedad, aburrimiento, no se sentiría uno en paz” (Mujer de Bolívar). “Es muy difícil para mí perdonar, porque... ¿a quién voy a perdonar? Si el que me hizo daño no lo puedo ver” (Mujer de Bucaramanga). Para mi perdonar es recibir de la persona o personas que nos han herido su arrepentimiento, siempre y cuando sea sincero” (Mujer de Bolívar). Otra actividad fue la construcción de la mandala que duró 20 minutos. Los elementos simbólicos se utilizaron para que las mujeres mejorasen en las habilidades de regulación afectiva y utilizasen estrategias de afrontamiento adaptativas para interpelar los diferentes repertorios de violencia. Cada mandala se construyó con flores, frutas, semillas y tierra que representan la defensa por la vida y el territorio, retomando los saberes ancestrales que han sido atropellados por la violencia física y simbólica. También se utilizaron telas y velas de colores: el negro significa el luto, el amarillo la verdad, el blanco la justicia, el azul la reparación, el verde la esperanza, el naranja la resistencia pacífica y el rojo la vida. La mandala contiene fotografías de los encuentros con mujeres de otros territorios, mostrando que otras también han resistido y son parte del tejido de mujeres de todo el país que reflejan la fuerza social para seguir avanzando.

- 4) Actividad de cierre. En todo proceso que genera movilización emocional, es importante hacer un cierre que permita a cada una reconocer que formó parte de un espacio respetuoso y dignificante. Se tomó el tiempo suficiente, - 45 minutos-, para expresar lo que cada una sintió, qué aprendió y qué se lleva. En el círculo, y tomadas de las manos, se representó el apoyo, el saber trenzado, el soporte que cada una nos puede brindar y el saber “que no estamos solas”, que lo que le pasó a la otra y cómo lo afrontó es fortaleza para las demás.

RESULTADOS

Se aplicó un diseño pre-experimental, contando con un grupo de intervención con pruebas antes y después. En la tabla 1 se presentan los análisis *t* de Student para muestras relacionadas que permiten examinar las posibles diferencias entre las puntuaciones obtenidas en el pre-test y post-test por las mujeres que han participado en el Programa MUCOCO.

Respecto de las consecuencias de la violencia, estas mujeres obtienen una puntuación media de 33.76 ($DT=18.67$) en la escala de gravedad de síntomas del TEPT (rango: de 0 a 63). Al comparar las puntuaciones medias de las mujeres que han participado en MUCOCO con las de un grupo de mujeres adultas españolas víctimas de violencia familiar y sexual ($M=23.83$; $DT=12.02$) el tamaño del efecto se sitúa en $d=.63$ (efecto mediano), mientras que con el grupo normativo (que no habían experimentado sucesos traumáticos) ($M= 9.50$; $DT=8.81$) es de $d=1.66$ (efecto grande) (ECHEBURÚA *et al.*, 2016). Por tanto, el estrés postraumático de estas mujeres puede considerarse muy elevado.

Después del programa, las mujeres presentan un menor estrés post-traumático, destacando el elevado tamaño del efecto. El nivel de estrés postraumático se ha reducido a niveles similares a los de la muestra española de víctimas de violencia familiar y sexual ($d=.06$), aunque siguen teniendo diferencias con la muestra normativa española ($d=1.09$). También se observa después del programa una menor afectividad negativa y una mayor afectividad positiva. Estas mujeres manifiestan haber adquirido más estrategias de tipo adaptativo para afrontar y regular las emociones derivadas de la violencia sufrida como instrumental directo, reevaluación y expresión regulada, así como más estrategias ambivalentes como son rumiación, religiosidad y descarga. Además, el uso de estrategias desadaptativas como el abandono psicológico, la confrontación e inhibición han disminuido. Asimismo, ha aumentado la esperanza, el nivel de apoyo social, la confianza en las instituciones, y la disposición al perdón y a la reconciliación. Prácticamente en todas las variables ($n=10$), el tamaño del efecto es grande. El resto de las variables obtienen tamaños del efecto medianos (religión, expresión regulada, inhibición, y confianza en las instituciones) o pequeños (perdón y confrontación).

Tabla 1 – Contrastes entre las puntuaciones medias del pre y post test

	Pre-Test	Post-test	T de Student			
	M (DT)	M (DT)	t	p	d	IC
Estrés Postraumático	34.12 (18.98)	23.02 (15.23)	10.234	.0001	1.96	1.50,2.42
Emociones						
Emociones positivas	1.10 (.67)	1.52 (.67)	-6.599	.0001	1.27	-1.69,-0.86
Emociones negativas	2.11 (1.21)	1.51 (1.06)	5.372	.0001	1.03	0.63,1.44
Estrategias de Afrontamiento						
Instrumental Directo	2.66 (1.88)	3.58 (1.79)	-6.360	.0001	1.21	-1.62,-0.80
Abandono psicológico	2.01 (1.49)	1.44 (1.27)	6.113	.0001	1.18	0.77,1.59
Rumiación	2.44 (1.59)	3.04 (1.56)	-4.766	.0001	.92	-1.32,-0.52
Religión	4.27 (1.78)	4.51 (1.71)	-2.629	.010	.50	-0.89,-0.12
Reevaluación	1.78 (1.45)	2.57 (1.61)	-6.395	.0001	1.23	-1.65,-0.82
Expresión Regulada	1.41 (1.47)	1.77 (1.34)	-3.297	.001	.63	-1.02,-0.24
Confrontación	1.08 (1.70)	.82 (1.58)	2.289	.024	.44	0.05, 0.82
Descarga	2.20 (1.49)	3.18 (1.68)	-6.595	.0001	1.27	-1.69,-0.85

(Continúa)

Tabla 1 – Contrastes entre las puntuaciones medias del pre y post test

(Conclusão)

	Pre-Test	Pre-Test	T de Student			
	M (DT)	M (DT)	t	p	d	IC
Inhibición	2.34 (1.85)	1.92 (1.61)	2.828	.006	.54	0.16,0.93
Esperanza	16.56 (7.72)	21.09 (6.56)	-7.674	.0001	1.47	-1.90,-1.05
Apoyo Social	46.34 (14.51)	53.66 (9.70)	-5.494	.0001	1.23	-1.71,-0.75
Confianza en instituciones	3.10 (1.06)	3.31 (.93)	-3.714	.0001	.73	-1.13,-0.33
Perdón	18.03 (10.69)	18.97 (10.48)	-2.365	.020	.46	-0.84,-0.07
Reconciliación	25.82 (7.84)	28.49 (5.57)	-5.102	.0001	1.12	-1.58,-0.66

Nota: $p \leq .05$.

Fuente: Elaboración propia (2020).

ESTUDIO 2. VENEZUELA: ESPERANZA, AFRONTAMIENTO Y BIENESTAR. CÓMO INCLUIR LOS RESULTADOS EMPÍRICOS EN LOS DESARROLLOS DE LOS PROFESIONALES

A continuación, presentaremos los resultados de un estudio llevado a cabo en Venezuela a iniciativa de varias ONG's, asociaciones vecinales y profesorado con el objetivo de presentar evidencias empíricas que sirviesen para potenciar las líneas de trabajo que estas organizaciones llevan a cabo. No es tanto un estudio para explicar a las organizaciones lo que "deben" hacer, sino aportar evidencias que pueden ser incluidas en sus líneas de intervención, y que encajen con la misión de estas organizaciones. Se busca poner al servicio de los profesionales de la intervención directa los conocimientos derivados de los estudios académicos, sin imponer una línea de trabajo, sino presentando información a la que a menudo no se accede desde el ámbito profesional. Los objetivos del estudio fueron los de analizar el impacto de variables individuales y comunitarias en el bienestar de las mujeres; analizar el impacto de las estrategias de afrontamiento en su bienestar y proporcionar evidencias empíricas a las ONG y profesionales que trabajan en ayuda humanitaria y emergencias para la planificación y desarrollo de sus intervenciones en el contexto de la crisis que atraviesan las comunidades del territorio.

CONTEXTO DE LA INTERVENCIÓN

El trabajo se realizó con 95 mujeres en la ciudad de San Cristóbal, Venezuela, durante diciembre de 2018 en dos comunidades, una comunidad urbana y otra periurbana. La crisis venezolana es una crisis compleja ya que comprende todos los sectores de vida y desarrollo de la población. En el contexto político se ha caracterizado por la conflictividad y polarización política, protestas con resultados violentos para la población, decadencia de los servicios públicos básicos y crisis de salud (ausencia de médicos, escasez de medicamentos). En el ámbito económico, escasean los productos de primera necesidad y la hiperinflación dificulta el desarrollo de la vida laboral y económica de la población. En el contexto social y de convivencia la tasa de homicidios de 81,4 por cada cien mil habitantes posiciona a Venezuela como el país más violento de América Latina (OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIA, 2018), añadiéndose a ello la desarticulación del tejido social debido al flujo migratorio continuo que para el 2018 se contabilizaba en unos tres millones de habitantes según lo indicado por ACNUR.

El estudio se desarrolló en el estado Táchira, territorio fronterizo con el Departamento del Norte de Santander (Colombia) y un lugar de paso para personas que emigran hacia Sur América, y también de reasentamiento para venezolanos desplazados. El Estado y las autoridades locales y organizaciones humanitarias han visto rebasada sus capacidades de respuesta.

MUESTRA

Participaron 95 mujeres de la ciudad de San Cristóbal, con una edad media de 49.25 años ($DT= 17.30$). El 65.3% había completado estudios universitarios. El 64.2% trabaja y el 27.4% era jubilada. El 47.4% se encontraba inmersa en una relación de pareja y el 33.7% estaba soltera. Las mujeres de esta región viven en condiciones de pobreza, malnutrición por la pérdida del poder adquisitivo y por la priorización de alimentación a los niños/as y a personas de tercera edad. Así mismo han de hacer frente a la falta de servicios básicos (luz, agua, gas y transporte público) dificultando la búsqueda de alternativas ocupacionales que complementen el bajo salario.

VARIABLES

Las variables analizadas en el estudio fueron: a) esperanza de camino y de agencia (SNYDER *et al.*, 1991), b) continuo de salud mental con tres dimensiones: Bienestar emocional, psicológico y social (KEYES, 2009), c) estrategias de afrontamiento y regulación emocional, se incluyeron el uso de las estrategias instrumental directo, aislamiento social, abandono psicológico, rumiación, re-evaluación positiva, religión, inhibición, confrontación y expresión regulada. Mayores puntajes indican mayor uso de la estrategia (LARSEN; PRIZMIC, 2004) y d) variables sociodemográficas y de percepción individual (factor de la crisis con mayor relevancia e impacto, o necesidad percibida de recibir atención psicológica).

RESULTADOS

Las asociaciones y profesionales buscaban conocer cómo se podía mejorar el bienestar de las mujeres en situaciones de crisis. Solicitaban indicaciones precisas a partir de estudios empíricos para su posible incorporación a los programas que ya estaban desarrollando.

En este estudio se constató que el 51.6% de las participantes aseguraron necesitar ayuda psicológica, y el 45.3% que no lo consideraban necesario. A la pregunta de cuál había sido el evento negativo colectivo que mayor impacto había tenido en su vida en los últimos años, un 56.8% de la muestra respondió que la crisis económica, un 20% los hechos políticos, y un 7.4% la violencia que se sufre en el país. A continuación, y como respuesta a las necesidades detectadas por las asociaciones y profesionales de la intervención social y educativa, se quiso comprobar que relación guardaban las estrategias de afrontamiento y el bienestar emocional, social y psicológico de las mujeres participantes.

Como indica la tabla 2, el uso de estrategias consideradas como desadaptativas se vincula con un mayor malestar en las mujeres. Enfrentarse al evento negativo aislándose de los demás está relacionado en todos los casos con un peor bienestar. De igual manera, la estrategia de confrontación se relaciona con un peor bienestar social y psicológico. Por otra parte, la reevaluación positiva (revisar el acontecimiento desde otra perspectiva menos negativa) es una estrategia relacionada en todas las situaciones con un mejor bienestar. El uso de la expresión regulada de las emociones correlaciona positivamente con un mayor bienestar social, mientras que el uso del afrontamiento instrumental directo está relacionado con un mejor bienestar psicológico.

Tabla 2 – Correlaciones estrategias de afrontamiento y bienestar

Variable	r	p	n
Salud mental emocional			
Aislamiento social	-.280	.011	82
Reevaluación positiva	.242	.029	81
Salud mental social			
Aislamiento social	-.400	.0001	76
Reevaluación positiva	.339	.003	76
Confrontación	-.234	.042	76
Expresión regulada	.288	.012	76
Salud mental psicológica			
Instrumental directo	.330	.006	80
Aislamiento social	-.325	.003	80
Reevaluación positiva	.318	.004	80
Confrontación	-.261	.019	80

Fuente: Elaboración propia (2020).

Tabla 3 – Predictores del Bienestar Emocional, Psicológico y Social

Predictor	B	SE	Beta	t	P	IC95%
Bienestar emocional*						
Esperanza agente	.785	.206	.474	3.818	.0001	.375 / 1.196
Bienestar psicológico**						
Esperanza agente	.712	.226	.407	3.147	.002	.261 / 1.164
Bienestar social***						
Esperanza camino	.621	.271	.298	2.295	.025	.079 / 1.163
Aislamiento social	-.152	.065	-.262	-2.343	.023	-.281 / -.022
Confrontación	-.183	.090	-.228	-2.037	.046	-.364 / -.003

* R= .595; R2=.353; R2 ajustado = .316; F(4,73)= 9.432; p=.0001

** R= .560; R2=.314; R2 ajustado = .253; F(6,74)= 5.182; p=.0001

*** R= .625; R2=.391; R2 ajustado = .293; F(9,65)= 3.99; p=.001

Fuente: Elaboración propia (2020).

Posteriormente, se decidió profundizar en los posibles factores que explicaban el bienestar. Se llevó a cabo un análisis de regresión en donde se introdujeron todas las variables relevantes para futuras intervenciones psicológicas, educativas y sociales (esperanza, estrategias de afrontamiento y variables sociodemográficas) (Ver tabla 3). Como se puede observar, tanto para el bienestar emocional como para el psicológico el único predictor del bienestar era la esperanza agente. Es decir, la afirmación del éxito personal que se ha tenido con anterioridad al intentar obtener las metas propuestas. El bienestar está predicho por la afirmación por parte de estas mujeres de que están seguras de haber obtenido en el pasado lo que se han propuesto al tener los medios personales para ello. Es una esperanza activa en el sentido de reafirmar los logros del pasado y el esfuerzo para conseguirlo.

Por su parte el bienestar social y colectivo se explica ya no por la esperanza agente sino por la esperanza camino, que implica que estas mujeres tienen la creencia de que van a tener forma de alcanzar las metas propuestas de manera exitosa. Es una expectativa de éxito más que la afirmación del éxito pasado. Otros predictores de este bienestar social, aunque en negativo son el uso de las estrategias de afrontamiento de confrontación o aislamiento social. En este caso confrontar con los demás o aislarse de ellos/as conduce a una peor sensación de bienestar social.

APLICACIONES PRÁCTICAS

Para las ONG orientadas a la asistencia humanitaria y al desarrollo es prioritario contar con datos que faciliten sus intervenciones en un contexto desbordado de problemáticas asociadas al desarrollo, la salud y la convivencia social. Es necesario que estas ONG valoren el rol de la mujer en la reconstrucción del tejido social como prioritario, dándole un enfoque de género a sus intervenciones y orientando su trabajo a proporcionar herramientas a las mujeres y comunidades que contribuyan a su bienestar individual y colectivo.

Los datos del estudio fueron utilizados para orientar y reforzar la asistencia en el proyecto: *Protección y Asistencia Humanitaria a Población Fronteriza, Desplazada, Retornados y Migrantes con Multiafectación en Venezuela, Colombia y Ecuador*. Esta es una iniciativa financiada por la Unión Europea, e implementada por el Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli, CISP, o Comité Internacional para el Desarrollo de los Pueblos. Los resultados obtenidos han complementado el enfoque de acciones de fortalecimiento en el área de educación en emergencias, salud y en el fortalecimiento psicosocial de comunidades. Se ha reforzado la importancia que debe tener en los programas de intervención la esperanza agente y camino a la hora de reevaluar la situación negativa y crisis que se padece.

En el área de educación en emergencias, las rupturas familiares a consecuencia de las migraciones están generando problemas emocionales en la población infantil. Abuelos, docentes y cuidadores ante la ausencia de madres/padres que han emigrado consideran relevante transversalizar la acción educativa con herramientas psicosociales que contribuyan a la gestión emocional y al desarrollo sano de la población estudiantil. Con los datos del estudio se diseñaron talleres de autocuidado emocional para los docentes de escuelas de Táchira. Los talleres se enfocaron en estrategias de afrontamiento adaptativas y aprender a expresar las emociones (positivas y negativas) en situaciones de crisis, opuesto a las estrategias de aislamiento social o confrontación relacionadas negativamente con el bienestar. A través de dinámicas de grupo y reflexiones colectivas los docentes asimilaron las estrategias de afrontamiento y diseñaron actividades basadas en las pedagogías activas para la enseñanza de estrategias de afrontamiento asociadas al bienestar con los niños/as, adolescentes y mujeres de su comunidad.

En el marco de la educación en emergencias y alimentación, el proyecto ha consolidado un grupo de apoyo a la lactancia entre mujeres de comunidades vulnerables en Táchira, Barinas, Apure y Mérida.

Las especialistas han transversalizado los estilos de afrontamiento y su adecuada comprensión y uso como formas de autocuidado emocional para madres lactante y gestantes.

Los hallazgos relativos a las estrategias de afrontamiento y gestión emocional han sido utilizados también para el fortalecimiento institucional y contribuir al bienestar y prevención del estrés laboral entre las profesionales de la Red de Espacios Seguros (Táchira). En ella participan trabajadores humanitarios y funcionarios públicos que brindan asistencia en salud, educación y atención psicosocial a población vulnerable, y además desarrollan su vida en el contexto de la crisis. Los profesionales de esta red en junio de 2019 recibieron una formación de parte del CISP para exponer las herramientas prácticas derivadas de los datos aportados por esta investigación.

Por su parte la ONG CISP diseñó un curso *online* de formación para sus trabajadores en los tres países donde se ejecuta el proyecto de Protección y Asistencia Humanitaria, con el fin de brindar herramientas teórico-prácticas asociadas al bienestar, estilos de afrontamiento, comprensión de las necesidades de reevaluar positivamente los hechos y promoción del capital social que es clave en el fortalecimiento de colectivos vulnerables que trabajan en el contexto de crisis y acogida. Se han formado 49 profesionales (trabajadores humanitarios, profesionales psicosociales, promotores comunitarios, educadores sociales, personal de salud) quienes reportan avances en la atención psicosocial y fortalecimiento comunitario e institucional a población local, desplazada y migrante.

Igualmente, los datos empíricos de este estudio han sido utilizados como fortalecimiento de las lideresas de las dos comunidades que conformaron la muestra (comunidad de Barrio Sucre y la del Sector Palo Gordo). Las lideresas de la iglesia Nuestra Señora de Fátima y de la Iglesia Purísima de Palo Gordo han recibido el taller de autocuidado emocional e idearon estrategias para socializarlo con habitantes de la zona replicando talleres y círculos de encuentro entre mujeres.

Se ha mantenido una asesoría y retroalimentación continua con las lideresas promoviendo la difusión del capital social presente ante la crisis. Estas mujeres han enlazado organizaciones humanitarias con sus comunidades. Habiendo conocido las formas de afrontamiento y la importancia de la esperanza para el individuo y la comunidad se desarrollan pequeñas acciones, con las limitaciones del contexto, coherentes de formación y relación con instituciones no gubernamentales que están operando en la ciudad.

En resumen, los datos del estudio han servido para que profesionales del sector salud y de asistencia social del estado Táchira, de otros estados fronterizos venezolanos, y los equipos de implementación del proyecto de asistencia humanitaria en Colombia y Ecuador desarrollen acciones multinivel de asistencia psicológica, apoyo psicosocial, fortalecimiento comunitario e institucional como parte de su enfoque psicosocial con el objetivo de contribuir al bienestar de los beneficiarios e implementadores de sus acciones.

CONCLUSIONES

Los dos estudios descritos en este artículo reflejan enfoques psicosociales cuyo objetivo es tender puentes entre el mundo académico y la práctica profesional en contextos reales caracterizados por su complejidad y vulnerabilidad social. En ambos casos, se trata de mujeres inmersas en situaciones de violencia política y social en Colombia y Venezuela.

El estudio realizado en Colombia demuestra cómo una intervención derivada de aportaciones teóricas y empíricas del ámbito académico se debe adaptar a la realidad social, cultural y de género. Un aprendizaje relevante ha sido el de conseguir construir conocimiento a la par que reconocer y fortalecer los colectivos y los procesos comunitarios de quienes se implican en estos procesos.

En este caso, las aportaciones de todos los agentes colombianos participantes en el proyecto han sido esenciales para que el programa pudiera ser adaptado a las peculiaridades del contexto. Las distintas técnicas aplicadas en el programa como dibujar su propio cuerpo o la construcción de la mandala han permitido incidir en los aspectos (estilos de afrontamiento, esperanza, apoyo comunitario, perdón y reconciliación) que la evidencia empírica considera fundamentales para mejorar el bienestar físico, afectivo y social de estas mujeres. Por otra parte, la evaluación de la intervención, aunque con limitaciones de validez interna, permite reforzar la evidencia empírica existente sobre la eficacia de este tipo de programas. Este estudio reafirma que es posible producir conocimiento pertinente para las personas con las que se trabaja y también para quienes investigan. Este resultado corrobora lo enunciado por diferentes estudios realizados en Colombia bajo un enfoque de la psicología de la liberación que reafirman que para intervenir en una realidad social es necesario dialogar con las situaciones históricas y sociales concretas, sin imposiciones y reconociendo la fuerza y resistencia de los sujetos y colectivos para potenciar sus virtudes (BARRERA MACHADO, 2017). En ese sentido, se reconocen las particularidades metodológicas y los desafíos de trabajar con mujeres diversas en sus experiencias o identidades (afrodescendientes, indígenas, campesinas), teniendo en cuenta los territorios que habitan y su momento vital, eso que los debates feministas han denominado *interseccionalidad* (CURIEL PICHARDO, 2014). Los desafíos epistemológicos, metodológicos y políticos son continuos en contextos de alta vulnerabilidad e indignidad humana, en los que las mujeres no solo han padecido la violencia directa por parte de los actores del conflicto armado, sino también de la violencia estructural (GALTUNG; PINA, 1996). Como indicaba Martín Baró es necesaria una praxis que ponga en el centro la potenciación de las virtudes de las personas, considerando sus sufrimientos, aspiraciones y luchas (SIERRA BONILLA, 2020).

El estudio realizado en Venezuela muestra como el trabajo empírico permite aportar evidencias científicas para reforzar los programas promovidos por ONGs en ámbitos sociales, educativos y sanitarios. Este tipo de aportaciones, por un lado, refuerzan a los profesionales aportando evidencias de que los programas que están aplicando son opciones válidas para tratar o prevenir los problemas sociosanitarios. Por otra parte, les impulsa a incluir en sus propuestas aspectos que la evidencia empírica ha demostrado que son esenciales para mejorar su eficacia, como es la esperanza o el afrontamiento y regulación emocional. Al mismo tiempo, los profesionales aportan a los científicos la certeza de que los estudios empíricos tiene utilidad más allá de la publicación académica de resultados puesto que sirven de base para la búsqueda de la mejora de vida en mujeres sometidas a situaciones de conflicto, crisis y futuro incierto. En este contexto los trasvases y conexiones entre el conocimiento científico y profesional garantizan una respuesta más eficaz antes los problemas sociales.

Estos estudios constituyen ejemplos de validación del conocimiento académico en el campo profesional, y la contrastación sistemática del conocimiento profesional con las evidencias empíricas provenientes del mundo académico. Abogan por el conocimiento y potenciación de la investigación académica y la profesional como elementos complementarios de conocimiento, colaboración y respeto mutuo entre académicos y profesionales. La formación y promoción de personas que sean capaces de desarrollar un conocimiento integrado es esencial para mejorar la eficacia de las intervenciones dirigidas a promover el bienestar físico, psicológico y social de las personas inmersas en situaciones de vulnerabilidad. Hablamos de personas que trabajan en la práctica profesional con interés por la reflexión, la evaluación sistemática e investigación de la propia práctica y la contrastación teórica, así como de académicos con reflexiones acerca de la implicación práctica y utilidad de los estudios. Se trata de fomentar una conexión integrada entre ambos tipos de conocimiento (FUENTE ARIAS, 2003).

REFERENCIAS

- BARRERA MACHADO, D. Realidades dadas en Colombia: un llamado urgente a la psicología de la liberación. *Revista Kavilando*, v. 9, n. 1, p. 229–242, 2017.
- BARTH, R. P.; LEE, B. R.; LINDSEY, M. A.; COLLINS, K. S.; STRIEDER, F.; CHORPITA, B. F.; BECKER, K. D.; SPARKS, J. A. Evidence-Based Practice at a Crossroads: The Timely Emergence of Common Elements and Common Factors. *Research on Social Work Practice*, v. 22, n. 1, p. 108–119, jan. 2012. DOI 10.1177/1049731511408440. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1049731511408440>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- BASKIN, T. W.; ENRIGHT, R. D. Intervention Studies on Forgiveness: A Meta-Analysis. *Journal of Counseling & Development*, v. 82, n. 1, p. 79–90, jan. 2004. DOI 10.1002/j.1556-6678.2004.tb00288.x. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/j.1556-6678.2004.tb00288.x>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- CÁRDENAS, M.; PÁEZ, D.; ARNOSO, M.; RIMÉ, B. Percepción del Clima Socioemocional y la Confianza Institucional en Víctimas de Violencia Política: Valoración del Impacto de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. *Psykhé (Santiago)*, v. 22, n. 2, p. 111–127, 5 dez. 2013. DOI 10.7764/psykhe.22.2.572. Disponível em: <http://www.psykhe.cl/index.php/psykhe/article/view/572>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- CASTILLEJO-CUÉLLAR, A. La localización del daño: etnografía, espacio, y confesión en el escenario transicional colombiano. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, p. 213–236, dez. 2014. DOI 10.1590/S0104-71832014000200009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200009&lng=es&tlng=es. Acesso em: 25 ago. 2020.
- CHEAVENS, J. S.; FELDMAN, D. B.; WOODWARD, J. T.; SNYDER, C. R. Hope in Cognitive Psychotherapies: On Working With Client Strengths. *Journal of Cognitive Psychotherapy*, v. 20, n. 2, p. 135–145, jun. 2006. DOI 10.1891/jcop.20.2.135. Disponível em: <http://connect.springerpub.com/lookup/doi/10.1891/jcop.20.2.135>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- CHEN, Z. J.; BECHARA, A. O.; WORTHINGTON, E. L.; DAVIS, E. B.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Trauma and well-being in colombian disaster contexts: effects of religious coping, forgiveness, and hope. *The Journal of Positive Psychology*, v. 14, n. 1, p. 1–12, 6 set. 2019. DOI 10.1080/17439760.2019.1663254. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17439760.2019.1663254>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- CHORPITA, B. F.; BECKER, K. D.; DALEIDEN, E. L. Understanding the Common Elements of Evidence-Based Practice. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v. 46, n. 5, p. 647–652, maio 2007. DOI 10.1097/chi.0b013e318033ff71. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S089085670961724X>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- CURIEL PICHARDO, R. Y. O. *Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos*. 2014. Disponível em: <http://bdigital.unal.edu.co/39755/>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- ECCLES, M. P.; MITTMAN, B. S. Welcome to Implementation Science. *Implementation Science*, v. 1, n. 1, p. 1, 1748-5908-1–1, dez. 2006. DOI 10.1186/1748-5908-1-1. Disponível em: <http://implementationscience.biomedcentral.com/articles/10.1186/1748-5908-1-1>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- ECHEBURÚA, E.; AMOR, P. J.; SARASUA, B.; ZUBIZARRETA, I.; HOLGADO-TELLO, F. P.; MUÑOZ, J. M. Escala de Gravedad de Síntomas Revisada (EGS-R) del Trastorno de Estrés Postraumático según el DSM-5: propiedades psicométricas. *Terapia psicológica*, v. 34, n. 2, p. 111–128, jul. 2016. DOI 10.4067/S0718-48082016000200004. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-48082016000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 25 ago. 2020.
- ESCOFFERY, C.; LEBOW-SKELLEY, E.; HAARDOERFER, R.; BOING, E.; UDELSON, H.; WOOD, R.; HARTMAN, M.; FERNANDEZ, M. E.; MULLEN, P. D. A systematic review of adaptations of evidence-based public health interventions globally. *Implementation Science*, v. 13, n. 1, p. 125, dez. 2018. DOI 10.1186/s13012-018-0815-9. Disponível em: <https://implementationscience.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13012-018-0815-9>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- FERRER-WREDER, L.; ADAMSON, L.; KUMPFER, K. L.; EICHAS, K. Advancing Intervention Science Through Effectiveness Research: A Global Perspective. *Child & Youth Care Forum*, v. 41, n. 2, p. 109–117, abr. 2012. DOI 10.1007/s10566-012-9173-y. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s10566-012-9173-y>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- FIXSEN, D. L.; BLASE, K. A.; NAOOM, S. F.; WALLACE, F. Core Implementation Components. *Research on Social Work Practice*, v. 19, n. 5, p. 531–540, set. 2009. DOI 10.1177/1049731509335549. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1049731509335549>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- FOLKMAN, S.; LAZARUS, R. S. Coping and emotion. In: STEIN, N. L.; LEVENTHAL, B.; TRABASSO, T. (orgs.). *Psychological and biological approaches to emotion*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc., 1990. p. 313–332.
- FREDRICKSON, B. *Positivity*. [S. l.]: Harmony, 2009.
- FUENTE ARIAS, J. de la. ¿Por qué los alumnos no construyen un conocimiento psicológico académico y profesional integrado? reflexiones para una investigación necesaria. *Papeles del Psicólogo*, v. 24, n. 86, p. 34–41, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/778/77808604.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GALTUNG, J.; PINA, V. *Investigaciones teóricas: sociedad y cultura contemporáneas*. Madrid: Tecnos, 1996.

- GANTIVA, C.; LUNA, A.; DÁVILA, A.; SALGADO, M. Estrategias de afrontamiento en personas con ansiedad. *Psychologia*, v. 4, n. 1, p. 63–70, 10 jan. 2010. DOI 10.21500/19002386.1159. Disponível em: <https://190.131.242.67/index.php/Psychologia/article/view/1159>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GERAGHTY, A. W. A.; WOOD, A. M.; HYLAND, M. E. Dissociating the facets of hope: Agency and pathways predict dropout from unguided self-help therapy in opposite directions. *Journal of Research in Personality*, v. 44, n. 1, p. 155–158, fev. 2010. DOI 10.1016/j.jrp.2009.12.003. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0092656609002293>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GRACIA, E.; HERRERO, J. La comunidad como fuente de apoyo social: evaluación e implicaciones en los ámbitos individual y comunitario. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80538207>.
- GRAY, M.; JOY, E.; PLATH, D.; WEBB, S. A. Implementing Evidence-Based Practice: A Review of the Empirical Research Literature. *Research on Social Work Practice*, v. 23, n. 2, p. 157–166, mar. 2013. DOI 10.1177/1049731512467072. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1049731512467072>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GREEN, D.; KING, R.; MILLER-DAWKINS, M. *The Global Economic Crisis and Developing Countries*. OXFAM Research Report. [S. l.]: OXFAM, 28 maio 2010. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GROSS, J. J. (Ed.). *Handbook of emotion regulation*. 2. ed. New York, NY, US: The Guilford Press, 2014. p. xviii, 669 (Handbook of emotion regulation, 2nd ed xviii, 669).
- GROSS, J. J. The Emerging Field of Emotion Regulation: An Integrative Review. *Review of General Psychology*, v. 2, n. 3, p. 271–299, set. 1998. DOI 10.1037/1089-2680.2.3.271. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1037/1089-2680.2.3.271>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- HALPERIN, E. Emotional barriers to peace: Emotions and public opinion of Jewish Israelis about the peace process in the Middle East. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, v. 17, n. 1, p. 22–45, 2011. DOI 10.1080/10781919.2010.487862. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1080/10781919.2010.487862>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- HEWITT RAMÍREZ, N.; GANTIVA DÍAZ, C. A.; VERA MALDONADO, A.; CUERVO RODRÍGUEZ, M. P.; HERNÁNDEZ OLAYA, N. L.; JUÁREZ, F.; PARADA BAÑOS, A. J. Afectaciones psicológicas de niños y adolescentes expuestos al conflicto armado en una zona rural de Colombia. *Acta Colombiana de Psicología*, p. 79–89, 2014. DOI 10.14718/ACR.2014.17.1.9. Disponível em: http://editorial.ucatolica.edu.co/ojsucaticolica/revistas_ucatolica/index.php/acta-colombiana-psicologia/article/view/18/41. Acesso em: 25 ago. 2020.
- KALAYJIAN, A.; PALOUTZIAN, R. F. *Forgiveness and Reconciliation: psychological pathways to conflict transformation and peace building*. New York, NY: Springer New York, 2010. DOI 10.1007/978-1-4419-0181-1. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-1-4419-0181-1>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- KENDALL, P. C.; GOSCH, E.; FURR, J. M.; SOOD, E. Flexibility within fidelity. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, v. 47, n. 9, p. 987–993, set. 2008. DOI 10.1097/CHI.0b013e31817eed2f.
- KEYES, C. L. M. *Atlanta: Brief description of the Mental Health Continuum—Short Form (MHC—SF)*. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <https://www.aacu.org/sites/default/files/MHC-SFEnglish.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.
- KING, M.; MARSTON, L.; MCMANUS, S.; BRUGHA, T.; MELTZER, H.; BEBBINGTON, P. Religion, spirituality and mental health: results from a national study of English households. *British Journal of Psychiatry*, v. 202, n. 1, p. 68–73, jan. 2013. DOI 10.1192/bjp.bp.112.112003. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0007125000273236/type/journal_article. Acesso em: 25 ago. 2020.
- LARSEN, R. J.; PRIZMIC, Z. Affect Regulation. *Handbook of self-regulation: research, theory, and applications*. New York, NY: The Guilford Press, 2004. p. 40–61.
- LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. *Estrés y procesos cognitivos*. Barcelona: Martínez Roca, 1986.
- LÓPEZ PEINADO, L. D. Encuentros sanadores, realizando las tareas de la psicología latinoamericana para la liberación. *Psicología para América Latina*, n. 33, p. 1–10, jul. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-350X2020000100002&lng=pt&nrm=iso&ng=es. Acesso em: 25 ago. 2020.
- MCGREGOR, I.; NASH, K.; PRENTICE, M. Reactive approach motivation (RAM) for religion. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 99, n. 1, p. 148–161, 2010. DOI 10.1037/a0019702. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/a0019702>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIA. La violencia presenta nuevos rostros en el país: el empobrecimiento y la letalidad policial. 2018. Disponível em: <https://observatoriodeviolencia.org.ve/news/ovv-lacso-informe-anual-de-violencia-2018>. Acesso em: 4 abr. 2020.
- PÁEZ, D.; MENDIBURO SEGUEL, A.; MARTÍNEZ-SÁNCHEZ, F. Incremental Validity of Alexithymia, Emotional Coping and Humor Style on Happiness and Psychological Well-Being. *Journal of Happiness Studies*, v. 14, n. 5, p. 1621–1637, out. 2013. DOI 10.1007/s10902-012-9400-0. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s10902-012-9400-0>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PUENTE- MARTÍNEZ, A.; UBILLOS-LANDA, S.; ECHEBURÚA, E.; PÁEZ-ROVIRA, D. Factores de riesgo asociados a la violencia sufrida por la mujer en la pareja: una revisión de meta-análisis y estudios recientes. *Anales de Psicología*, v. 32, n. 1, p. 295, 25 dez. 2015. DOI 10.6018/analesps.32.1.189161. Disponível em: <http://revistas.um.es/analesps/article/view/analesps.32.1.189161>. Acesso em: 25 ago. 2020.

RUBIN, A. Efforts to Bridge the Gap Between Research and Practice in Social Work: Precedents and Prospects: Keynote Address at the Bridging the Gap Symposium. *Research on Social Work Practice*, v. 25, n. 4, p. 408–414, jul. 2015. DOI 10.1177/1049731514535852. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1049731514535852>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SAILE, R.; NEUNER, F.; ERTL, V.; CATANI, C. Prevalence and predictors of partner violence against women in the aftermath of war: A survey among couples in Northern Uganda. *Social Science & Medicine*, v. 86, p. 17–25, jun. 2013. DOI 10.1016/j.socscimed.2013.02.046. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0277953613001494>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SIERRA BONILLA, A. S. Psicología de la liberación y feminismo: la potencia de un encuentro. *Psicología para América Latina*, p. 89–93, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000100010&nrm=iso.

SMITH, M. D.; GROV, C.; SEAL, D. W.; MCCALL, P. A Social-Cognitive Analysis of How Young Men Become Involved in Male Escorting. *Journal of Sex Research*, v. 50, n. 1, p. 1–10, jan. 2013. DOI 10.1080/00224499.2012.681402. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00224499.2012.681402>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SNYDER, C. R.; HARRIS, C.; ANDERSON, J. R.; HOLLERAN, S. A.; IRVING, L. M.; SIGMON, S. T.; YOSHINOBU, L.; GIBB, J.; LANGELE, C.; HARNEY, P. The will and the ways: Development and validation of an individual-differences measure of hope. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 60, n. 4, p. 570–585, 1991. DOI 10.1037/0022-3514.60.4.570. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/0022-3514.60.4.570>. Acesso em: 25 ago. 2020.

TOLIN, D. F.; FOA, E. B. Sex differences in trauma and posttraumatic stress disorder: A quantitative review of 25 years of research. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, v. S, n. 1, p. 37–85, 2008. DOI 10.1037/1942-9681.S.1.37. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/1942-9681.S.1.37>. Acesso em: 25 ago. 2020.

UBILLOS-LANDA, S.; PUENTE-MARTÍNEZ, A.; ARIAS-RODRÍGUEZ, G.; GRACIA-LEIVA, M.; GONZÁLEZ-CASTRO, J. L. Coping Strategies Used by Female Victims of the Colombian Armed Conflict: The Women in the Colombian Conflict (MUCOCO) Program. *SAGE Open*, v. 9, n. 4, p. 215824401989407, jul. 2019. DOI 10.1177/2158244019894072. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244019894072>. Acesso em: 25 ago. 2020.

WOHL, M. J. A.; BRANSCOMBE, N. R. Forgiveness and Collective Guilt Assignment to Historical Perpetrator Groups Depend on Level of Social Category Inclusiveness. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 88, n. 2, p. 288–303, fev. 2005. DOI 10.1037/0022-3514.88.2.288. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/0022-3514.88.2.288>. Acesso em: 25 ago. 2020.

WORLD VALUES SURVEY (2010-2014). Data Analysis. 2010. *World Values Survey*. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>. Acesso em: 12 abr. 2020.

WORTHINGTON, E. L.; ATEN, J. D. Forgiveness and Reconciliation in Social Reconstruction After Trauma. In: MARTZ, E. (org.). *Trauma Rehabilitation After War and Conflict*. New York, NY: Springer New York, 2010. p. 55–71. DOI 10.1007/978-1-4419-5722-1_3. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-1-4419-5722-1_3. Acesso em: 25 ago. 2020.

AGRADECIMIENTOS

A la organización social Ruta pacífica de las Mujeres-Colombia, y a la ayuda concedida por la Oficina de Cooperación al Desarrollo de la UPV(EHU) 2017-2019. También, agradecemos a la Comunidad de las parroquias Nuestra Señora de Fátima y La Purísima de San Cristóbal, Táchira- Venezuela y al Comitato internazionale per lo sviluppo dei popoli (CISP)-Venezuela.

Esta investigación está parcialmente financiada por el Equipo de Investigación SIQoL de la Universidad de Burgos (número de referencia Y133 GI), por el Gobierno Vasco: IT-1187-19 y del Ministerio de Ciencia e Innovación: PSI2017-84145-P. Además, por la Beca Post-doctoral de Alicia Puente Martínez, Gobierno Vasco POS_2019_2_0014 y la Beca Predoctoral de Marcela Gracia Leiva CONICYT 2017/ Doctorado en el Extranjero Becas Chile/2017, grant number 72180394.

Violência e ações coletivas no Brasil: reflexões para a intervenção psicossocial

Elza Maria Techio

PhD em Psicologia Social, Universidad del Pais Vasco- (UPV/EH), San Sebastian, Pais Vasco, Espanha

Professora de Psicologia Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

ID ORCID [0000-0002-8229-7674](https://orcid.org/0000-0002-8229-7674)

E-mail: elzamt@ufba.br

Ana Raquel Rosas Torres

PhD em Psicologia, University of Kent at Canterbury (UKC), Reino Unido

Professora de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba, Brasil

ID ORCID [0000-0002-3161-0309](https://orcid.org/0000-0002-3161-0309)

E-mail: arr.torres@gmail.com

Yuri Sá Oliveira Sousa

PhD em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil;

Professor de Psicologia Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

ID ORCID [0000-0002-8713-5543](https://orcid.org/0000-0002-8713-5543)

E-mail: yurisosas@gmail.com

Submetido em: 06/05/2020. Aprovado em: 03/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

RESUMO

Desde 2013 temos presenciado inúmeras manifestações políticas que, a partir de diferentes pautas, reivindicam mudanças sociais. Ao mesmo tempo, temos visto que as ações policiais que visam reprimi-las têm usado estratégias de violência de modo frequente. Por outro lado, as polícias brasileiras são conhecidas por sua truculência e violência seletiva, sendo a juventude negra e pobre seu alvo mais frequente. Tendo essas ideias em tela, este trabalho objetiva analisar em que medida jovem universitária apoiam o uso da violência policial na repressão de manifestações políticas. Também se investiga em que medida esse apoio é influenciado pela cor da vítima dessa violência e pela cidade de origem do participante. Os participantes foram 672 estudantes universitários de ciências humanas e exatas, de três universidades brasileiras das regiões Sul e Nordeste. Em conjunto, os resultados mostram a ampla rejeição ao uso da força policial contra os participantes de uma manifestação política. Esses resultados são discutidos ampliando a noção de violência institucional, seus significados, fatores geradores e formas de enfrentamento.

Palavras-Chave: Violência policial. Discriminação. Manifestação.

Violencia y acciones colectiva en Brasil: reflexiones para la intervención psicosocial

RESUMEN

Desde 2013 hemos sido testigos de numerosas manifestaciones políticas que, desde diferentes esferas, reivindican un cambio social. Al mismo tiempo, hemos visto que las acciones policiales destinadas a reprimirlas han utilizado frecuentemente estrategias de violencia. Por otra parte, la policía brasileña es conocida por su truculencia y violencia selectiva, siendo los jóvenes negros y pobres su objetivo más frecuente. Con estas ideas en pauta, este trabajo pretende analizar hasta qué punto los jóvenes universitarios apoyan el uso de la violencia policial en la represión de las manifestaciones políticas. También investigase hasta qué punto este apoyo está influenciado por el color de piel de la víctima de esta violencia y por la ciudad de origen del participante. Los participantes fueron 672 estudiantes universitarios de humanidades y ciencias exactas, de tres universidades brasileñas de las regiones Sur y Nordeste. En conjunto, los resultados muestran un amplio rechazo al uso de la fuerza policial contra los participantes en una manifestación política. Estos resultados se discuten ampliando la noción de violencia institucional, sus significados, factores generadores y formas de confrontación.

Palabras clave: *Violencia policial. Discriminación. Manifestación.*

Violence and collective actions in Brazil: reflections for psychosocial intervention

ABSTRACT

Since 2013, we have witnessed numerous political demonstrations that, based on different agendas, demand social changes. At the same time, we have seen that police actions aimed at repressing them have increasingly used violence. Moreover, Brazilian police are known for their truculence and selective violence, with black and poor youth being their most frequent target. With these ideas in mind, this work aims to analyze the extent to which young university students support the use of police violence in the repression of political demonstrations. It also investigates to what extent this support is influenced by the skin color of the victim of this violence and the participant's home city. The participants were 672 university students in the humanities and exact sciences, from three Brazilian universities in the South and Northeast regions. Taken together, the results show the widespread rejection of the use of police force against participants in a political demonstration. These results are discussed, expanding the notion of institutional violence, its meanings, generating factors, and ways of coping.

Key words: *Police violence. Discrimination. Demonstrations.*

INTRODUÇÃO

Mobilizações e movimentos sociais fazem parte da história da humanidade e são marcados pelo contexto sócio-histórico. Elas envolvem aspectos subjetivos, afetivos e culturais, capazes de articular tanto questões e reivindicações da esfera privada quanto da pública (JESUS, 2013). São espaços que delimitam intimidades e sociabilidades, semelhanças e diferenças por meio de distintas formas de manifestações (marchas, paradas, caminhadas, ocupações, protestos, entre outros) e uso de estratégias de visibilidade (cartazes, faixas, danças, cantos, palavras de ordem, entre outros) para expressar a opinião do grupo com relação a algo na tentativa de influenciar os outros ou o governo.

No Brasil, as manifestações populares são uma forma legítima, garantidas na constituição de 1988, de ação pública e conjunta de um grupo de pessoas ou indivíduo isolado que se posiciona a favor ou contra algo, podendo ser de natureza política, econômica ou social (MARQUES *et al.*, 2008). Sejam elas progressistas ou conservadoras, apresentam várias bandeiras e pautas reivindicatórias de direitos e garantias que refletem a insatisfação da população com o “poder público” ou “organizações”, que expressam ideologias, e que por vezes são contidas pelas forças de segurança pública com o objetivo alegado de garantir a ordem.

Em contextos democráticos, a participação em mobilizações sociais é livre e aceita pela esfera pública e pelas forças do Estado e nelas qualquer pessoa pode expressar-se livremente sem medo de repressão. É preciso tempo para que mudanças sociais ocorram e, muitas vezes, elas se concretizam somente mediante pressão e mobilizações populares contundentes, que produzem tensões nas instituições e o rompimento do *status quo*. Neste sentido, acredita-se que quanto mais robusta for a manifestação, maior será o seu impacto.

No Brasil, vários eventos históricos de mobilização social ganharam relevância, como por exemplo, a revolta da vacina de 1904; as greves dos operários em 1907 e em 1917, entre outras.

Durante o regime militar, implantado no país em 1964 e que durou 21 anos, várias foram as mobilizações sociais, muitas delas fortemente reprimidas pelas forças do Estado. A mais emblemática foi a passeata dos cem mil, em 1968, ocorrida como respostas às repressões policiais e ao assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, que levou o governo militar a publicar o Ato Institucional Número 5 (AI-5). Esse ato concedeu poderes praticamente ilimitados ao presidente da República para dissolver o Congresso, retirar direitos políticos e civis. Em 1984 ocorreram grandes mobilizações sociais pacíficas, conhecidas como Diretas Já, marco do declínio do regime militar e início do processo de redemocratização. Depois de muitos anos de proibição, o direito às manifestações públicas e populares passa a ser garantido com a promulgação da constituição de 1988, o que possibilitou a volta da liberdade de expressão (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O povo brasileiro voltou a se manifestar nas ruas em 1992, pedindo o impeachment do presidente Fernando Collor devido às denúncias de corrupção no governo.

A partir de 2013, o Brasil tem presenciado inúmeras manifestações, algumas inclusive com mortes¹. Primeiramente, os protestos ocorreram contra o aumento da passagem do transporte público em São Paulo e em seguida em outras cidades; também ocorreram manifestações contra a realização da Copa das Confederações. Em 2014 presenciamos protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. Em 2015, a direita sai às ruas para protestar contra o governo de Dilma Rousseff, em defesa da operação Lava Jato e, inclusive, um pequeno grupo pede a volta dos militares. Movimentos de esquerda e os sindicatos também vão às ruas em apoio ao governo e defesa da democracia.

Em 2016 a polarização política está consolidada e as manifestações populares se tornam mais fortes, ocorrendo atos em todo o país pró ou anti-impeachment, atos que culminaram na deposição da então presidente², Dilma Rousseff. Em 2017³, já no Governo de Michel Temer, novas agitações voltam às ruas quando a população e os partidos políticos de esquerda protestam contra o governo e as reformas da educação, trabalhistas e da previdência. Em 2018, em todo o país, ocorrem mobilizações e manifestações contrárias e favoráveis a então candidatura de Jair Bolsonaro para a presidência do país. Aqui é importante ressaltar que uma das manifestações de maior adesão na história do Brasil foi convocada pelo coletivo de mulheres e ficou conhecida como “ele não”⁴. Em 2019, já no Governo de Jair Bolsonaro, a população protesta contra os cortes e bloqueio dos recursos destinado à Educação⁵. Vale ressaltar que o que temos presenciado nas manifestações ocorridas a partir de 2013 é a presença crescente das forças policiais, com intimidações e ameaças cada vez mais violentas, como observado nas manifestações de 2013 (ROMÃO, 2013), nas de professores em Curitiba em 2015⁶ e em Minas Gerais em 2018⁷.

Muito se tem falado que a polícia militar no Brasil é uma das mais violentas do mundo, sendo letal e seletiva, especialmente contra jovens pobres, negros das periferias e marginalizados, demonstrando uma maior letalidade contra distintos grupos étnico-raciais e estigmatizados (SINHORETTO; MORAIS, 2018; SINHORETTO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014).

Parece existir na sociedade brasileira uma cultura da tolerância à violência policial, em especial quando a vítima pertence a minorias sociais (SILVA, Khalil da Costa *et al.*, 2018).

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança (2019) confirmam a letalidade da polícia e a discriminação contra os negros. Somente em 2018, as polícias civis e militares mataram 6.220 pessoas, número que representa um incremento de 19,6% na taxa de mortes violentas intencionais provocadas pela ação policial quando comparado com os dados de 2017 (5.179 mortes). Atualmente, temos que 11 em cada 100 mortes violentas são provocadas pelas polícias. Esses dados também desvelam quem a polícia mais mata: as vítimas são predominantemente homens (99,3%), pretos (75,4%), jovens de 15 a 29 anos (54,8%) e de baixa escolaridade (81,5% chegaram até o ensino fundamental, 16,2% até o ensino médio e somente 2,3% ao ensino superior). Para entender o quanto a polícia no Brasil é violenta, basta recordar algumas ações policiais como os massacres do Carandiru em 1992 (111 detentos mortos⁸), de Eldorado dos Carajás em 1996 (21 trabalhadores rurais mortos⁹), a chacina da Candelária em 1993 (8 jovens assassinados¹⁰), e, mais recentemente, Paraisópolis em 2019, durante um baile funk, onde nove jovens perderam a vida e doze ficaram feridos¹¹.

A violência policial aqui abordada é entendida como aquela perpetrada por policiais no exercício de suas funções, desvelando o uso excessivo e ilegítimo da força e abuso de autoridade nas práticas de controle social, mediante agressões físicas, verbais e intimidação psicológica (GUIMARÃES; TORRES; FARIA, 2005; ROCHA, 2013). O uso da força física em ações policiais é permitido e até justificado no exercício da profissão, porém deve ocorrer somente em situações que exigem uma resposta proporcional, imediata à manutenção da ordem pública, sem violar os direitos humanos.

Por outro lado, temos que levar em consideração que o cenário de desigualdade social, econômica e racial, o aumento da violência urbana e a sensação de insegurança que gera medo, angústia e ansiedade, em conjunto, fazem com que a sociedade demande

medidas de segurança mais visíveis, atribuindo à força policial a função de manter a ordem, prevenir e controlar o delito. Ao mesmo tempo, a sociedade passa a tolerar e justificar, mediante um discurso legitimador, práticas abusivas e violentas de uso da força policial, mesmo quando violam os direitos humanos (GUIMARÃES; TORRES; FARIA, 2005; ROCHA, 2013).

No trabalho aqui apresentado, investigamos o apoio às práticas violentas da polícia e a quem é direcionada a partir da perspectiva das relações intergrupais (TAJFEL; TURNER, 1979). O pressuposto dessa perspectiva é que a forma como estas relações se estabelecem depende da categorização das pessoas em grupos (ingroup e outgroup) e mobiliza atitudes que podem ser positivas (ex: aproximação, amizade) para o próprio grupo e grupos dominantes e negativas (ex: evitação, agressão, extermínio) para os outros grupos e minorias sociais. Assim, o processo básico da categorização estaria nas origens de atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios. Aqui é importante esclarecer que essa perspectiva não reduz o preconceito e a discriminação à categorização. Mas defende que esses fenômenos seriam construídos nas e pelas relações intergrupais existentes em um determinado momento histórico. Seriam elas, de acordo com Tajfel e Turner (1979), que possibilitariam entender a persistência de práticas discriminatórias motivadas pelo preconceito, mesmo existindo leis e normas explícitas que questionem e punam tais práticas.

Na psicologia social, a definição de preconceito mais utilizada é a de Gordon Allport (1979), que defendia que esse fenômeno seria uma antipatia baseada numa generalização falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa e que se dirige a todo um grupo ou a um indivíduo simplesmente porque ele faz parte desse grupo. Aqui é importante ressaltar que esse autor foi um dos primeiros psicólogos sociais a relacionar o preconceito com uma pertença grupal. Dito de outra forma, a antipatia e a hostilidade

seriam dirigidas a um indivíduo justamente *porque* ele pertence a um determinado grupo. Para ele, o preconceito seria diferente dos julgamentos prévios (pré-conceitos) por serem mais resistentes às informações que o desconfirmam. Posteriormente, Brown (1995) ampliou a definição de Allport, incluindo aspectos afetivos e comportamentais. Para ele, o preconceito é a expressão de atitudes sociais ou crenças depreciativas, de afetos negativos e a exibição de comportamentos hostis ou discriminatórios em relação aos membros de um grupo porque pertencem a esse grupo. A discriminação, por sua vez, faz referência a uma ação ou comportamento negativo dirigido contra os membros de determinado grupo social alvo de preconceito, ou seja, uma ação que prejudica um determinado grupo social (DOVIDIO *et al.*, 2010; STANGOR, 2009).

A literatura especializada na área de psicologia social tem destacado que a tolerância à violência policial não é a mesma para todos os grupos que dela são alvo. Ela é mais aceitável quando dirigida aos membros de grupos minoritários (ÁLVARO *et al.*, 2015). Esse enviesamento pode ser explicado pelo fato de que quando os grupos são classificados como desprovidos de características exclusivamente humanas, isto é, são desumanizados ou infra-humanizados, são percebidos como mais perigosos, selvagens, incapazes de sentir de emoções sociais e morais (culpa, empatia, vergonha, etc.). Assim sendo, as agressões e ações violentas a eles direcionadas são justificadas (HASLAM; LOUGHNAN, 2014; LEYENS *et al.*, 2003, 2000). Importante esclarecer que esse efeito é observado inclusive em crianças negras (GOFF *et al.*, 2014) e mulheres (RUDMAN; MESCHER, 2012).

A disparidade no tratamento entre os grupos também é observada no sistema judicial. A discriminação pode ser verificada nos processos penais (OLIVEIRA, 2017), visto que, se imputam mais prisões preventivas para os negros, pobres e moradores da periferia, sob a justificativa da garantia

da ordem pública e o bem-estar social. Fenômeno similar é encontrado no tratamento judicial de jovens com menos de 18 anos que cometeram atos infracionais, em que medidas mais brandas são atribuídas para brancos, não usuários de drogas e que estudam ou trabalham (OLIVEIRA, 2018; SENTONE, 2019).

Estudos também apontam que a tolerância do uso excessivo da força policial, como medida de discriminação contra negros, é influenciada pela adesão aos valores humanos e às crenças. A violência é mais tolerável quando há maior aproximação com valores de conservação e autopromoção, e menos tolerância na adesão aos valores de mudança e autotranscendência (ÁLVARO *et al.*, 2015). Além disso, a tolerância à violência policial também é influenciada pela crença no mundo justo. Aqueles que aderem mais a esta crença e aqueles que defendem a redução da maioria penal também são os que atribuem maior culpabilidade e penas mais duras quando os acusados são oriundos de classes sociais mais baixas (FREEMAN, 2006; SILVA, Khalil da Costa *et al.*, 2018).

Como ressaltado, os grupos minoritários são mais discriminados e desumanizados, como também são os que nas decisões judiciais recebem penas mais rígidas, em atuações policiais são os mais perseguidos e também são os que sofrem mais violência. Diante destas constatações, é possível fazer o seguinte questionamento: há maior rigidez e tolerância à violência policial contra membros de minorias raciais em uma situação de protesto?

Com o agravamento da crise social, política e econômica, as mobilizações e participação em manifestações coletivas ganham as ruas, o que não significa que a população em geral esteja disposta a participar, mesmo que apoie ou que rechace o uso excessivo da força por parte das polícias contra os manifestantes. Diante desse cenário, este trabalho objetiva analisar em que medida jovens universitários apoiam o uso da violência policial

na repressão de manifestações políticas. Também se investiga em que medida esse apoio é influenciado pela cor da vítima dessa violência e pela cidade de origem do participante. Os participantes foram estudantes universitários oriundos do Nordeste (Bahia e Paraíba) e do Sul (Santa Catarina). Essas regiões foram escolhidas por apresentarem características sociais, econômicas e atributos de estereótipos distintas. O Sul é considerado uma das regiões mais ricas do país e de maior desenvolvimento econômico, formada basicamente por brancos, descendentes de italianos e alemães. Ademais, são reconhecidos e estereotipados como sendo mais competitivos, mais competentes, de maior status e menos sociáveis. O Nordeste, por sua vez, é percebida como uma das regiões mais pobres e menos desenvolvida economicamente, formada basicamente, por negros, indígenas e brancos. No imaginário social, o povo nordestino é reconhecido e estereotipado como sendo menos competente, menos competitivo, de menor status e mais sociável (BATISTA *et al.*, 2014; TECHIO, 2011, 2008).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

PARTICIPANTES

Participaram do estudo 672 estudantes universitários de três universidades brasileiras, pertencentes a duas regiões: nordeste (BA e PB) e sul (SC). A idade média dos participantes foi de 22.40 anos (DP = 5.091). A maioria dos participantes era do sexo feminino (52%). Seguindo a classificação étnica/racial do IBGE (2014), a maioria se autotranscendeu como brancos (52.8%), seguidos de pardos (35.7%), pretos (8.9%) e amarelos/indígenas (0.9%).

A amostra da Bahia contou com 223 participantes, com média de idade de 23.55 anos (DP= 4.33). A maioria mulheres (59.9%); 35.9% se autotranscenderam como sendo brancos, 43.5% pardos, 17.9% pretos e 0.9% amarelos/indígenas. A amostra da Paraíba contou com 221 participantes, com média de idade de 21.51 anos (DP = 5.307). A maioria homens (54.1%);

43.9% se autotransclificaram como sendo brancos, 47.5% pardos, 5.9% negros e 1.4% amarelos/indígenas. A amostra de Santa Catarina contou com a participação 228 participantes, com média de idade 22.12 anos (DP = 5.375). A maioria mulheres (50.2%); 78.1% se autotransclificaram como sendo brancos, 16.7% pardos, 3.1% pretos e 0.4% amarelos/indígenas.

PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Realizou-se a aplicação de um questionário convencional, em formato de papel, no primeiro semestre de 2017. Os questionários foram respondidos individualmente e em salas de aula, após o consentimento da instituição de ensino, dos professores e dos alunos para a realização da pesquisa. Após esclarecimentos iniciais sobre o objetivo da pesquisa e concordância em participar, foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido. Todos os procedimentos éticos prescritos na resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) foram seguidos.

INSTRUMENTO

CENÁRIO DE VIOLÊNCIA POLICIAL-VARIÁVEL INDEPENDENTE

O questionário iniciava com a apresentação do trecho de uma suposta notícia publicada em um site jornalístico da internet, que relata que uma jovem de 17 anos, integrante do movimento “Levante Popular da Juventude”, havia perdido a visão do olho esquerdo ao ser atingida por uma bomba de gás lacrimogêneo lançada por um dos policiais militares que tentavam conter os manifestantes. A notícia apresenta o relato de testemunhas que afirmavam que na dispersão da manifestação a ação policial havia sido truculenta. Apresentou-se também uma nota da Secretaria de Segurança Pública que afirmou que a repressão aos manifestantes começou depois que um grupo incendiou um monte de lixo, lançou pedras contra os policiais e que um policial também foi ferido

na ação. Para os advogados da vítima, o fato de ela ter perdido o olho esquerdo demonstraria excesso por parte da polícia militar, configurando crime de lesão corporal gravíssima, que deveria ser apurado e punido. Os advogados afirmam que entraram na justiça com pedido de indenização por danos morais e físicos. A notícia variava em função da cor da pele da jovem agredida, que poderia ser de cor Branca ou de cor Preta. Cada participante respondia apenas uma das condições.

A partir deste cenário, apresentamos as seguintes variáveis dependentes:

TOLERÂNCIA À VIOLÊNCIA POLICIAL

Foi solicitado aos participantes que indicassem em uma escala tipo Likert de seis pontos (1 = totalmente em desacordo a 6 = totalmente de acordo) se eles concordavam com a ação policial. Em seguida, deveriam informar se concordavam que a jovem agredida deveria receber uma indenização (1 = totalmente em desacordo a 6 = totalmente de acordo). Caso concordassem, deveriam arbitrar, em uma questão aberta, o valor da indenização, que poderia variar de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$100.000,00 (cem mil reais). Depois, os participantes deveriam indicar se concordam que o policial agressor da jovem deveria ser punido com prisão (1 totalmente em desacordo a 6 totalmente de acordo). Por fim, os participantes respondiam questões sobre as características sociodemográficas (sexo, idade, cidade de residência etc.)

ANÁLISE DOS DADOS

Foram realizados testes t para amostras independentes, tomando como variável independente a cor da pele da jovem agredida durante a manifestação e, como variável dependente, a tolerância à violência policial, a concordância com a indenização e o valor atribuído, assim como o apoio à penalização do policial.

Também foram realizadas Análises de Variância para investigar a influência da cidade de residência no apoio à violência policial, apoio à indenização da vítima dessa violência e na punição do policial envolvido.

RESULTADOS

VIOLÊNCIA POLICIAL E COR DA PELE DA MANIFESTANTE

Primeiramente, foi avaliado o posicionamento dos participantes no que se refere à ação policial violenta durante a manifestação popular. Verificou-se que há uma baixa concordância com a ação policial ($M=2.69$; $DP= 1.319$). O que sugere que os estudantes universitários, de maneira geral, discordam do uso da força e da violência nas condições apresentadas. Além disso, verificou-se uma alta concordância com o pagamento de indenização pelo Estado para a jovem agredida pela polícia ($M=4.56$; $DP= 1.322$) e baixo apoio à prisão do policial ($M=2.34$; $DP= 1.238$).

Em seguida, o teste t para amostras independentes mostrou que a cor da pele da vítima da violência policial não influencia no nível da tolerância da violência policial [$t(668)= 0.955$; $p= 0.34$] (branca $M=2.75$; $DP=1.29$; preta $M=2.65$; $DP=1.35$). Contudo, a cor da pele da vítima influenciou no nível de concordância com a indenização [$t(669)= 2.512$; $p= 0.012$]. Houve maior concordância quando a jovem agredida era preta ($M=4.69$; $DP=0.71$) do que quando era branca ($M=4.44$; $DP=0.073$). Entretanto, não houve diferença significativa no valor da indenização a ser pago pelo Estado como forma de reparação dos danos causados pela polícia à jovem agredida [$t(384)= 0.044$; $p= 0.96$] (branca $M=65.427,03$ reais; $DP=35.229,94$, preta $M=65.267.30$ reais; $DP=36.315,26$).

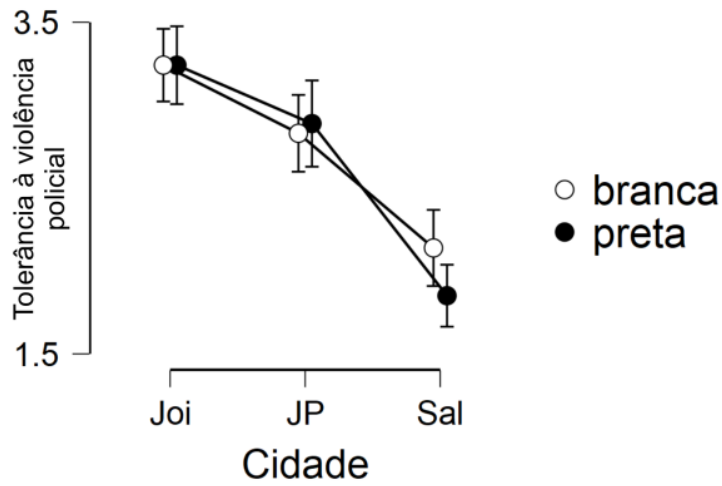
Da mesma forma, não houve diferença estatística significativa na penalização do ato violento da polícia com prisão do policial em função da cor da pele da vítima ($[t(664)= 0.992$; $p= 0.322$] (branca $M=2.29$; $DP=1.265$, preta $M=2.39$; $DP=1.210$).

Diante dos resultados, decidiu-se por realizar análises comparativas por cidade, uma vez que as cidades estão localizadas em regiões diferentes, com características sociais, econômicas e raciais distintas, o que poderia impactar na direção da tolerância à violência policial.

COMPARAÇÃO ENTRE CIDADES, COR DA PELE DA MANIFESTANTE AGREDIDA E A TOLERÂNCIA À VIOLÊNCIA POLICIAL

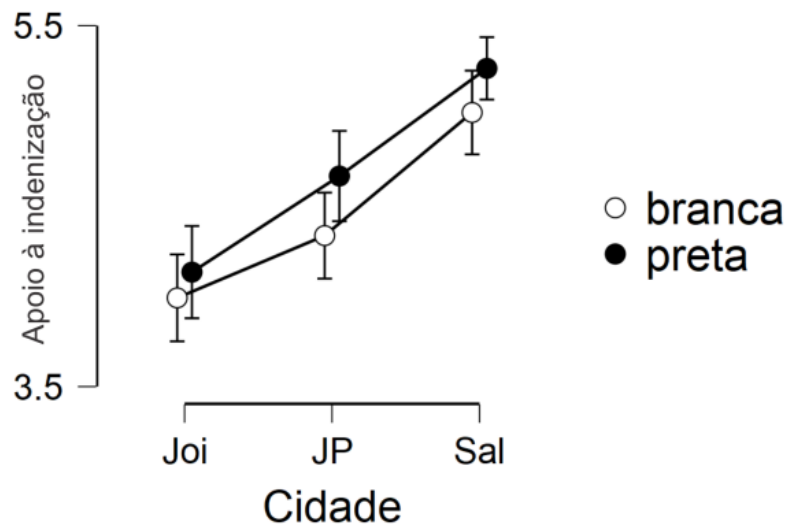
A análise de variância indicou uma relação significativa entre tolerância à violência policial e cidade $F(2,667)= 62.578$, $p= 0.001$. Os estudantes de Joinville ($M=3.23$) foram os que mais concordaram com a ação policial e os de Salvador ($M= 1.99$) os que menos concordaram com a ação policial. Igualmente, observou-se um efeito significativo entre tolerância à violência policial, cor da pele da jovem agredida e cidade $F(2,333)=23.567$, $p=0.001$. Quando a cor da pele da jovem agredida era branca, os participantes da cidade de Joinville ($M=3.24$) foram os que mais concordaram com a ação policial, seguidos dos participantes da cidade de João Pessoa ($M=2.86$), e os que menos concordaram foram os participantes de Salvador ($M=2.14$) Quando a jovem agredida era preta observou-se igualdade no posicionamento entre os participantes das cidades de João Pessoa ($M=2.89$) e Joinville ($M=3.24$) e diferença significativa com Salvador ($M=1.85$) ($F(2,331)= 40.080$, $p= 0.001$; Figura 1).

Figura 1 – Tolerância à violência policial em função da cor da pele da jovem agredida e cidade (N= 667)



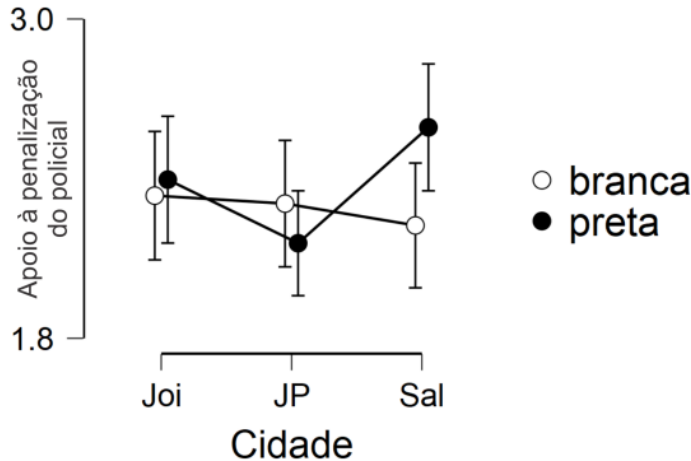
Fonte: Elaboração própria (2020).

Figura 2 – Apoio à indenização em função da cor da pele da jovem agredida e cidade (N= 665).



Fonte: Elaboração própria (2020).

Figura 3 – Apoio à penalização do policial envolvido na ação violenta em função da cor da pele da jovem agredida e cidade (N= 665).



Fonte: Elaboração própria (2020).

Com relação ao apoio à indenização não foi verificado um efeito de interação entre cidade e cor da pele da jovem agredida $F(2,662) = 0.321$, $p = .072$. Entretanto, verificou-se um efeito principal da cor da pele da jovem agredida $F(1,662) = 6.208$, $p = .013$. Os participantes ofereceram maior apoio a indenização quando a cor da jovem agredida era preta ($M = 4.69$, $DP = 0.68$) do que quando era branca ($M = 4.45$, $DP = 0.68$). Também, verificou-se um efeito principal da cidade $F(2,665) = 42.714$, $p = .001$. Os participantes que menos apoiaram a indenização foram os de Joinville ($M = 4.063$, $DP = 0.82$), seguido dos de João Pessoa ($M = 4.501$, $DP = 0.84$) e os que maior apoiaram foram os de Salvador ($M = 5.141$, $DP = 0.83$; Figura 2).

Neste estudo não foi possível observar diferenças estatísticas significativas entre o apoio à possibilidade de o policial envolvido na ação violenta ser penalizado com a prisão em função da cor da pele da jovem agredido e cidade. $F(2,260) = 2.400$, $p = 0.08$. (Figura 3)

PARTICIPAÇÃO EM MANIFESTAÇÕES POPULARES, POSICIONAMENTO POLÍTICO E TOLERÂNCIA À VIOLÊNCIA POLICIAL

Com o objetivo de examinar se o fato de ter participado em manifestações populares nos últimos doze meses impactaria na percepção da violência policial realizou-se um teste t para medidas independentes. Os resultados revelam diferenças estatísticas significativas [$t(667) = 7.130$, $p = .00$]. Os estudantes que participaram em manifestação nos últimos doze meses apresentaram menor tolerância à violência policial ($M = 2.03$, $DP = 1.290$), do que os que não participaram em manifestações populares ($M = 2.7$, $DP = 1.25$). Além disso, os resultados demonstram que há diferenças estatísticas significativas entre o posicionamento político e participação em manifestações [$t(634) = 6.570$; $p = .00$] e apoio a ação violenta da polícia [$t(381) = 15.175$; $p = .00$].

Os participantes que se autocalificaram como sendo esquerda são os que mais participaram em manifestações populares nos últimos doze meses ($M=4.28$, $DP=1.92$), quando comparados com os que não participaram em manifestações ($M=5.41$, $DP=1.78$), igualmente os que menos toleraram a ação policial ($M=1.68$, $DP=0.979$), quando comparado com os de direita ($M=3.47$, $DP=1.29$). Portanto, participar em manifestações populares impacta na não concordância com a violência policial contra a jovem manifestante.

DISCUSSÃO E PROPOSIÇÕES DE INTERVENÇÃO

O estudo aqui apresentado foi realizado com a finalidade de analisar em que medida jovens universitários apoiam o uso da violência policial na repressão de manifestações políticas. Também se investiga em que medida esse apoio é influenciado pela cor da vítima dessa violência e pela cidade de origem do participante. Esperava-se encontrar maior tolerância à violência policial, menor concordância com a indenização, menor valor da indenização e menor penalização do policial responsável pela agressão quando a cor da pele da jovem fosse preta em comparação com os valores atribuídos quando a jovem fosse branca.

Em conjunto, os resultados sugerem algumas reflexões. Os achados aqui obtidos confirmaram parcialmente as suposições levantadas. De maneira geral, independentemente da cor da pele da jovem agredida, os participantes não legitimam o uso da força policial contra os manifestantes nas condições apresentadas. Esses resultados divergem daquilo que se encontra na literatura, onde se observa maior tolerância da violência policial quando a vítima pertence a categorias raciais minoritárias (ÁLVARO *et al.*, 2015; GOFF *et al.*, 2014; GUIMARÃES; TORRES; FARIA, 2005; SILVA, Khalil da Costa *et al.*, 2018).

Embora a cor da pele da jovem agredida, por si só, não tenha apresentado efeito sobre a aceitação da ação policial violenta, foi identificado um efeito quando se comparava a cidade de origem dos participantes. A rejeição à violência policial foi mais acentuada entre os participantes da cidade de Salvador da Bahia quando a cor da pele da jovem agredida era preta, e os estudantes de Joinville os que mais concordam com a ação da polícia, em especial quando a jovem é de cor branca. Esse dado merece certa reflexão à luz das características socioeconômicas, culturais e raciais regionais de duas cidades localizadas em macrorregiões distintas. A cidade de Salvador, localizada na macrorregião nordeste, uma das mais pobres do Brasil, com maior taxa de desocupação, formada majoritariamente por pretos e pardos (64.7% parda e 24.8% pretos), onde pretos e pardos apresentam os níveis mais altos de desocupação (64,1%); e a cidade de Joinville, localizada na macrorregião Sul, uma das mais ricas e desenvolvidas, cuja formação étnica/racial é basicamente de brancos (76.8% brancos), e que apresentam a menor taxa de desemprego (35%) (IBGE, 2018).

Para além destas questões, podemos conjecturar que a cidade de Salvador por ser considerada a capital mais negra do Brasil (82.1% de pretos e pardos) (IBGE, 2018), muito influenciada pelos movimentos sociais e raciais de luta pela igualdade, deixa em evidência questões associadas ao fortalecimento da identidade racial e tomada de consciência da existência do preconceito racial e racismo, o que pode ter acentuado a aproximação e identificação com a jovem agredida e a forte rejeição da ação policial violenta contra um membro do endogrupo, assim como maior aceitação de indenização, conforme sugere a teoria das relações intergrupais e da identidade social (TAJFEL; TURNER, 1979).

Ao passo que a alta concordância com a ação policial entre os estudantes de Joinville, especialmente quando a jovem descrita era branca, também pode ser entendida à luz da teoria das relações intergrupais, porém com base na chamada teoria da “ovelha negra”, onde os membros desviantes do endgrupo são mais severamente punidos que os membros do exogrupo desviante, pois violam as normas centrais (MARQUES *et al.*, 2008). Ademais, os estudantes de Joinville são os que menos participam em manifestações e protestos e tendem a ter um posicionamento político ideológico mais à direita.

Os resultados também apresentaram um alto índice de aceitação de reparação financeira dos danos causados à jovem pela ação policial, em especial quando a vítima era descrita como preta. Os resultados divergem daquilo que se encontra na literatura quando se analisam as relações intergrupais e preconceito, em que os membros de grupos majoritários são privilegiados em detrimento dos grupos minoritários (ALLPORT, 1979; ÁLVARO *et al.*, 2015; SILVA, Khalil da Costa *et al.*, 2018; TAJFEL; TURNER, 1979). Porém, quando analisamos o valor atribuído à indenização este efeito em favor da jovem preta desaparece. Isto é, independentemente da cor da pele da jovem agredida, o valor da reparação financeira seria a mesma para a jovem branca e preta. Novamente os resultados contradizem estudos anteriores (ÁLVARO *et al.*, 2015; SILVA, Khalil da Costa *et al.*, 2018).

Os dados relevam que mesmo havendo uma baixa tolerância ao uso da força policial contra uma jovem manifestante, houve pouco apoio à penalização do policial envolvido na ação violenta. O fato sugere aderência à ação policial e legitimação do uso da força, pois diante do desvio da função profissional de proteção, respeito aos direitos humanos e dignidade humana, os participantes se abstêm de endossar a punição do policial com prisão diante de um ato de violência desproporcional.

Melhor dizendo, os participantes, de alguma forma, aceitam o uso da força policial contra os manifestantes, mesmo que tal ação coloque em risco a imagem da polícia e a organização democrática de direito. São resultados que se assemelham aos encontrados por Torres *et al.* (2007), quando jovens secundaristas aceitam certo tipo de ação policial extrajudicial, portanto ilegal, contra marginais. De certo modo, a aceitação de ações policiais violentas contra marginais é um resultado esperado, uma vez que a população em geral vive um sentimento de insegurança e desamparo. Porém, os resultados indicam que há pouco apoio ao uso da força contra manifestantes em situações, por exemplo, de reivindicação pela diminuição do preço da passagem de ônibus, mais investimento financeiro do governo na educação, saúde e segurança. Resta evidente, portanto, que o apoio à violência policial depende das situações em que o fenômeno ocorre.

Finalmente, os dados revelam o perfil dos estudantes que toleram menos o excesso da violência contra manifestantes. De modo geral, são os participantes que se posicionam mais à esquerda no espectro político e os que mais participam de manifestações. Esses resultados vão ao encontro de estudos anteriores que demonstram que um posicionamento político e ideológico de esquerda é um bom indicador da defesa dos direitos humanos, de maior ativismo político em manifestações e protestos, assim como menor apoio ao controle social por meio da violência (DOISE; SPINI; CLÉMENCE, 1999; PEREIRA; CAMINO, 2003; RIBEIRO; BORBA, 2015; SABUCEDO *et al.*, 2010).

Tendo em vista o papel social e a importância do organismo institucional da polícia militar para a vida de todos e a busca de uma polícia mais humana, cidadã, democrática e pautada em práticas de valorização da vida, de respeito aos direitos humanos, contrastado com baixa credibilidade e visão socialmente compartilhada de que as práticas policiais são autoritárias, abusivas e violentas, especialmente contra a população estigmatizada (GOMES, 2016; ROCHA, 2013; SINHORETTO; MORAIS, 2018), faz-se necessário, pensar estratégias psicossociais na construção de novos conhecimentos e práticas no sentido de melhorar as relações entre polícia e sociedade, diminuir, portanto, a violência institucional.

Um dos grandes desafios reside na possibilidade de diminuir a letalidade e a violência policial em um contexto marcado por desigualdades e discriminações sociais e raciais, aumento da criminalidade e conivência das instituições democráticas no uso ilegal da força desrespeitando os direitos humanos. É preciso ter um reconhecimento por parte das instituições de que determinadas ações violentas são ilegítimas e merecem ser reparadas para recompor o tecido social (GABORIT, 2007). Desafio que requer uma adequada investigação e punição dos envolvidos, assim como, reparação das vítimas, situação que reforça a percepção de impunidade e ilegitimidade (GOMES, 2016; ROCHA, 2013). Como foi o caso do uso da força e violência policial ocorrida durante as manifestações em 2013, que resultou em danos físicos e na prisão de vários manifestantes. A violência foi justificada pelo então governador do estado, desqualificando os participantes ao classificá-los como vândalos e baderneiros. No Imaginário social, qualificações, constantemente associados à criminalização que, por sua vez, vincula-se a populações estigmatizadas (por exemplo, homens, jovens, negros e pobres).

Para além da promoção de políticas públicas eficazes no combate às desigualdades sociais e criminalidade, faz-se necessário criar uma cultura de respeito e paz, pautada em ações para diminuir os erros de julgamento, as discriminações e o racismo institucional. Destarte, é preciso reconhecer que o policial é um sujeito ativo, um ser social, inserido em uma instituição marcada pela hierarquia e violência, que faz julgamentos pautados em esquemas cognitivos, estereótipos e crenças sobre determinados grupos sociais mediante indicadores de origem, classe social, raça, orientação sexual e religiosa, que são inferidos pelo tamanho do cabelo, estilo de vestimenta, forma de falar, andar, de se comportar (DOVIDIO *et al.*, 2010; TAJFEL; TURNER, 1979). Esses julgamentos podem levar a erros sistemáticos de atribuição e juízos (NISBETT; ROSS, 1980), associando determinadas características a perfis de criminalidade (ÁLVARO *et al.*, 2015; SILVA, Khalil da Costa *et al.*, 2018).

Verifica-se a importância da criação de programas psicossociais de orientação aos policiais na tomada de consciência sobre a cultura organizacional hierárquica, repressora e violenta da polícia, pensar mudanças estratégicas e curriculares dos procedimentos táticos e operacionais transmitidos nas corporações tendo como foco os direitos humanos. Além disso, debater os vieses cognitivos presentes nas tomadas de decisões, especialmente em situações de tensão e estresse (ROCHA, 2013). É preciso chamar atenção para os danos que as ações violentas ilegais por parte de agentes estatais causam aos indivíduos que sofrem a ação, mas também aos próprios policiais, que recebem toda a carga afetiva negativa e as sanções do ato, o que, conseqüentemente, leva ao sofrimento psíquico (SILVA; SEHNEM, 2018). Ademais, os danos da violência policial não se restringem unicamente às pessoas diretamente envolvidas (vítima e policial), mas respingam também na sociedade, mediante a sensação de insegurança e medo, assim como na própria diminuição da credibilidade e avaliação negativa que por vezes se faz da instituição policial na sociedade.

Por fim, é preciso pensar um amplo espaço educativo e de debate a partir de meios institucionalizados nos mais vários espaços de comunicação, educação, jurídico, econômico e político sobre o que pode ou não fazer, o que é ou não permitido durante uma ação policial, seja ela em contextos individuais ou coletivos, diante de manifestações, crimes e delitos em andamento, durante a investigação, julgamento e cumprimento da pena.

CONCLUSÃO

Em conjunto, o presente estudo nos leva a algumas reflexões. A primeira reflexão que caberia aqui deve considerar que a rejeição por parte dos estudantes universitários de duas regiões brasileiras ao uso desproporcional da força policial pode estar associada ao tipo de ação praticada pela vítima. Assim, a participação em uma manifestação popular, seja ela considerada como justa ou não, difere de outras situações em que a vítima comete uma contravenção, crime ou delito, tal como se observa na maioria dos estudos que trabalham com esta temática (ÁLVARO *et al.*, 2015; GOFF *et al.*, 2014; GUIMARÃES; TORRES; FARIA, 2005; SILVA *et al.*, 2018). Nessa direção, a rejeição à violência policial nesse contexto pode estar relacionada à percepção de que a vítima exercia um direito do cidadão, garantido na constituição, pela luta da igualdade social e direitos humanos (Brasil, 1988/2020). Uma segunda reflexão centra-se no tipo de *priming* utilizado no estudo (imagem de uma jovem do sexo feminino), sendo que a maioria dos estudos sobre tolerância à violência policial utiliza fotos ou imagens de homens (ÁLVARO *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2018). Levantamos, portanto, a possibilidade de que a variável gênero possa ter influenciado na rejeição da violência policial contra uma mulher, independentemente da cor da pele já jovem, ou seja, a violência policial pode ser mais tolerada quando o alvo é homem; uma vez que não é bem visto bater em mulheres.

Também nos leva a pensar estratégias psicossociais eficazes na reparação do tecido social e aproximação da instituição policial com a sociedade, no sentido de promover uma nova história, mais integradora e pautada na prevenção de violência futura.

REFERÊNCIAS

- ALLPORT, G. W. *The nature of prejudice*. Unabridged, 25th anniversary ed. Reading, Mass: Addison-Wesley Pub. Co, 1979.
- ÁLVARO, J. L.; MORAIS DE OLIVEIRA, T.; TORRES, A. R. R.; PEREIRA, C.; GARRIDO, A.; CAMINO, L. The Role of Values in Attitudes towards Violence: Discrimination against Moroccans and Romanian Gypsies in Spain. *The Spanish Journal of Psychology*, v. 18, p. E63, 2015. DOI 10.1017/sjp.2015.65. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifer/S1138741615000657/type/journal_article. Acesso em: 25 ago. 2020.
- BATISTA, J. R. M.; LEITE, E. L.; TORRES, A. R. R.; CAMINO, L. Negros e nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais. *Rev. psicol. polít.*, v. 14, n. 30, p. 325–345, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000200008&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2020.
- BROWN, R. *Prejudice: its social psychology*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 1995.
- DOISE, W.; SPINI, D.; CLÉMENCE, A. Human rights studied as social representations in a cross-national context. *European Journal of Social Psychology*, US, v. 29, n. 1, p. 1–29, 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0992\(199902\)29:1<::AID-EJSP909>3.0.CO;2-#](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0992(199902)29:1<::AID-EJSP909>3.0.CO;2-#). Acesso em: 25 ago. 2020.
- DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. M. Prejudice, Stereotyping and Discrimination: Theoretical and Empirical Overview. In: DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. M. (orgs.). *The SAGE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination*. Londres: SAGE Publications Ltd, 2010. p. 3–28. DOI 10.4135/9781446200919.n1. Disponível em: http://sk.sagepub.com/reference/hdbk_prejudicestereotypediscrim/n1.xml. Acesso em: 25 ago. 2020.
- FREEMAN, N. J. Socioeconomic Status and Belief in a Just World: Sentencing of Criminal Defendants. *Journal of Applied Social Psychology*, v. 36, n. 10, p. 2379–2394, out. 2006. DOI 10.1111/j.0021-9029.2006.00108.x. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.0021-9029.2006.00108.x>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GABORIT, M. Reconstruir el tejido social mediante la práctica de transformar el pasado: diseño de una intervención en violencia política. In: ABARCA, A. B.; MARÍN, J. R. (orgs.). *Intervención psicosocial*. [S. l.: s. n.], 2007. p. 185–205.

- GOFF, P. A.; JACKSON, M. C.; DI LEONE, B. A. L.; CULOTTA, C. M.; DITOMASSO, N. A. The essence of innocence: Consequences of dehumanizing Black children. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 106, n. 4, p. 526–545, 2014. DOI 10.1037/a0035663. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/a0035663>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GOMES, S. da S. R. Notas sobre um deslocamento de legitimidades: uma discussão acerca da violência a partir das jornadas de junho 2013. *Interface: a journal for and about social movements*, v. 8, n. 2, p. 243–260, 2016. Disponível em: <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2016/12/Interface-8-2-Ribeiro-Gomes.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GUIMARÃES, J. G.; TORRES, A. R. R.; FARIA, M. R. G. V. de. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. *Psicologia em Estudo*, v. 10, n. 2, p. 263–271, ago. 2005. DOI 10.1590/S1413-73722005000200013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200013&lng=pt&nrml=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 ago. 2020.
- HASLAM, N.; LOUGHNAN, S. Dehumanization and Infrhumanization. *Annual Review of Psychology*, v. 65, n. 1, p. 399–423, 3 jan. 2014. DOI 10.1146/annurev-psych-010213-115045. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-psych-010213-115045>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- JESUS, J. G. de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada / Social psychology and social movements: a contextualized review. *Psicologia e Saber Social*, v. 1, n. 2, p. 163–186, 2013. DOI 10.12957/psi.saber.soc.2012.4897. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/4897>.
- LEYENS, J.-P.; CORTES, B.; DEMOULIN, S.; DOVIDIO, J. F.; FISKE, S. T.; GAUNT, R.; PALADINO, M.-P.; RODRIGUEZ-PEREZ, A.; RODRIGUEZ-TORRES, R.; VAES, J. Emotional prejudice, essentialism, and nationalism The 2002 Tajfel lecture. *European Journal of Social Psychology*, v. 33, n. 6, p. 703–717, nov. 2003. DOI 10.1002/ejsp.170. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/ejsp.170>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- LEYENS, J.-P.; PALADINO, P. M.; RODRIGUEZ-TORRES, R.; VAES, J.; DEMOULIN, S.; RODRIGUEZ-PEREZ, A.; GAUNT, R. The Emotional Side of Prejudice: The Attribution of Secondary Emotions to Ingroups and Outgroups. *Personality and Social Psychology Review*, v. 4, n. 2, p. 186–197, maio 2000. DOI 10.1207/S15327957PSPR0402_06. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1207/S15327957PSPR0402_06. Acesso em: 25 ago. 2020.
- MARQUES, J. M.; ABRAMS, D.; PÁEZ, D.; HOGG, M. A. Social Categorization, Social Identification, and Rejection of Deviant Group Members. In: HOGG, M. A.; TINDALE, R. S. (orgs.). *Blackwell Handbook of Social Psychology: Group Processes*. Oxford, UK: Blackwell Publishers Ltd, 2008. p. 400–424. DOI 10.1002/9780470998458.ch17. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/9780470998458.ch17>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- NISBETT, R. E.; ROSS, L. *Human inference: strategies and shortcomings of social judgment*. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1980(The Century psychology series).
- OLIVEIRA, B. S. *Ascensão do encarceramento no cenário neoliberal: análise do discurso judicial do Tribunal do Júri de Juiz de Fora*. 2017. Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Direito e Inovação, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6016>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- OLIVEIRA, T. R. Mecanismos sociais de decisões judiciais: um desenho misto explicativo sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*, v. 5, n. 10, 1 jan. 2018. DOI 10.20336/rbs.205. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/281>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- PEREIRA, C.; CAMINO, L. Representações sociais, envolvimento nos Direitos Humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 3, p. 447–460, 2003. DOI 10.1590/S0102-79722003000300004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000300004&lng=pt&nrml=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 ago. 2020.
- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. *Participação política na América Latina*. Maringá: Eduem, 2015.
- ROCHA, A. P. da. Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 7, n. 1, p. 84–100, 2013. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/206>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- ROMÃO, W. de M. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. *Revista Agenda Política*, v. 1, n. 2, p. 152–167, 2013.
- RUDMAN, L. A.; MESCHER, K. Of Animals and Objects: Men's Implicit Dehumanization of Women and Likelihood of Sexual Aggression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, v. 38, n. 6, p. 734–746, jun. 2012. DOI 10.1177/0146167212436401. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0146167212436401>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- SABUCEDO, J.-M.; DURÁN, M.; ALZATE, M.; BARRETO, I. Emotions, Ideology and Collective Political Action. *Universitas Psychologica*, v. 10, n. 1, p. 27–34, 25 jun. 2010. DOI 10.11144/Javeriana.upsy10-1.eicp. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/746>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENTONE, A. T. A política da intolerância e os discursos repressivos justificadores da pena. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, v. 5, n. 1, p. 1, 21 out. 2019. DOI 10.26668/IndexLawJournals/2526-0065/2019.v5i1.5378. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/5378>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILVA, L. N. da; SEHNEM, S. B. Avaliação da saúde mental de policiais militares. *Pesquisa em Psicologia - anais eletrônicos*, v. 0, n. 0, seq. Artigos, p. 43–60, 14 nov. 2018. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/19184. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILVA, K. da C.; TORRES, A. R. R.; ESTRAMIANA, J. L. Á.; LUQUE, A. G.; LINHARES, L. V. Racial discrimination and belief in a just world: Police violence against teenagers in Brazil. *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 74, p. 317–327, jan. 2018. DOI 10.1016/j.jesp.2017.10.009. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0022103117301506>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SINHORETTO, J.; MORAIS, D. de S. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *Revista de Estudios Sociales*, v. 64, p. 15–26, 1 abr. 2018. DOI 10.7440/res64.2018.02. Disponível em: <http://revistas.uniandes.edu.co/doi/full/10.7440/res64.2018.02>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. C. *Desigualdade e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante*. [S. l.]: UFSCAR, 2 abr. 2014. Disponível em: http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

STANGOR, C. The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: A quick history of theory and research. In: NELSON, T. D. (org.). *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. New York, NY, US: Psychology Press, 2009. p. 1–22.

TAJFEL, H.; TURNER, J. An Integrative Theory of Intergroup Conflict. In: AUSTIN, W. G.; WORCHEL, S. (orgs.). *The social psychology of intergroup relations*. Califórnia: Brooks/Cole Pub. Co, 1979. p. 33–47.

TECHIO, E. M. Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. In: TECHIO, E. M.; LIMA, M. E. O. (orgs.). *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal*. Brasília: Technopolik, 2011. p. 21–75.

TECHIO, E. M. *Relaciones intergrupales entre regiones: emociones y procesos socio-cognitivos en Brasil y España*. 2008. Doctorado en Psicología – Universidad del País Vasco, Departamento de Psicología Social y Metodología de las Ciencias del Comportamiento, San Sebastián, 2008.

TORRES, A. R. R.; FARIA, M. R. G. V. de; GUIMARÃES, J. G.; MARTIGNONI, T. V. L. Análise psicossocial do posicionamento de adolescentes com relação à violência policial. *Psicologia em Estudo*, v. 12, n. 2, p. 229–238, ago. 2007. DOI 10.1590/S1413-73722007000200003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 ago. 2020.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada com o apoio de CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Community resilience and posttraumatic growth in the aftermath of collective disaster and trauma

Carolina Alzugaray

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España.

Profesora en la Universidad de Santo Tomas, Concepción, Chile.

ID ORCID: [0000-0001-5387-4623](https://orcid.org/0000-0001-5387-4623)

E-mail: cbalzugaray@gmail.com

Anna Wlodarczyk

Doctora en Psicología por la Universidad del País Vasco (UPV / EHU), Donostia / San Sebastián, España

Profesora asociada de la Escuela de Psicología de la Universidad Católica del Norte. Antofagasta, Chile.

E-mail: anna.wlodarczyk@ucn.cl

Submetido em: 01/05/2020. Aprobado em: 29/07/2020. Publicado em: 13/01/2021.

ABSTRACT

Resilience and posttraumatic growth have aroused a growing interest in recent decades. As the next step in theoretical and applied progression, the stress and coping researchers should attempt to advance conceptual definitions and empirical research on community resilience and posttraumatic growth to adequately evaluate it in different contexts of collective disadvantage. Across two studies, we examined whether community resilience can be used as a potential tool that, by reinforcing in-group interaction, might foster individual posttraumatic growth and social well-being among people affected by collective traumatic events. In a context of collective disaster (community sample of 1075 adults from Argentina and Chile), we found positive and significant correlations of Community Resilience with Individual Resilience, Communal Mastery, Social Integration, and Subjective Wellbeing. Subsequently, we confirmed that collective traumatic experience such as a natural disaster can result in perceptions of benefits not only at personal but also at communal and societal levels. In sum, this research contributes to the study of the sense of togetherness, which can be translated into high community resilience. Also, it represents the attempts to identify the ways to promote community resilience with the purpose of empowering communities and generate sustainable community intervention.

Keywords: Community. Resilience. Posttraumatic growth. Collective disasters.

Resiliência comunitária e crescimento pós-traumático perante desastres naturais e trauma coletivo

RESUMO

A resiliência e o crescimento pós-traumático têm despertado um interesse crescente nas últimas décadas. Como o próximo passo na progressão teórica e aplicada, os pesquisadores de estresse e enfrentamento devem tentar avançar em definições conceituais e pesquisas empíricas sobre resiliência comunitária e crescimento pós-traumático para avaliá-la adequadamente em diferentes contextos de desvantagem coletiva. Em dois estudos, examinamos se a resiliência comunitária pode ser usada como uma ferramenta potencial que, ao reforçar a interação dentro do grupo, poderia fomentar o crescimento individual pós-traumático e o bem-estar social entre as pessoas afetadas por eventos traumáticos coletivos. Em um contexto de desastre coletivo (amostra comunitária de 1075 adultos da Argentina e do Chile), encontramos correlações positivas e significativas de Resiliência Comunitária com Resiliência Individual, Domínio Comunitário, Integração Social e Bem-estar Subjetivo. Posteriormente, confirmamos que a experiência traumática coletiva, como um desastre natural, pode resultar em percepções de benefícios não apenas pessoais, mas também em nível comunitário e social. Em suma, esta pesquisa contribui para o estudo do sentido de união, que pode ser traduzido em alta resiliência comunitária. Também representa as tentativas de identificar as formas de promover a resiliência comunitária com o objetivo de capacitar as comunidades e gerar uma intervenção comunitária sustentável.

Palavras-chave: Comunidade. Resiliência. Crescimento pós-traumático. Catástrofes coletivas.

Resiliencia Comunitaria y Crecimiento postraumático ante desastres naturales y traumas colectivos

RESUMEN

La resiliencia y el crecimiento postraumático han despertado un creciente interés en las últimas décadas. Como siguiente paso en la progresión teórica y aplicada, los investigadores sobre el estrés y el afrontamiento deben tratar de avanzar en las definiciones conceptuales y las investigaciones empíricas sobre la capacidad de recuperación de la comunidad y el crecimiento postraumático para evaluarlo adecuadamente en diferentes contextos de desventaja colectiva. En dos estudios se examinó si la capacidad de recuperación de la comunidad puede utilizarse como una posible herramienta que, al reforzar la interacción dentro del grupo, podría fomentar el crecimiento postraumático individual y el bienestar social de las personas afectadas por acontecimientos traumáticos colectivos. En un contexto de desastre colectivo (muestra comunitaria de 1075 adultos de Argentina y Chile), encontramos correlaciones positivas y significativas de la resiliencia comunitaria con la resiliencia individual, el dominio comunitario, la integración social y el bienestar subjetivo. Posteriormente, confirmamos que la experiencia traumática colectiva, como un desastre natural, puede dar lugar a percepciones de beneficios no sólo a nivel personal sino también comunitario y social. En resumen, esta investigación contribuye al estudio del sentido de unión, que puede traducirse en una alta resistencia de la comunidad. Además, representa los intentos de identificar las formas de promover la capacidad de recuperación de la comunidad con el propósito de empoderar a las comunidades y generar una intervención comunitaria sostenible.

Palabras clave: Comunidad. Resiliencia. Crecimiento postraumático. Desastres colectivos.

INTRODUCTION

The impact of global catastrophes and overly complex emergencies have drawn the attention of different disciplines. It is well documented that economic, political, social and cultural aspects of events of great magnitude generate widespread and long-term consequences (CALHOUN; TEDESCHI, 2010; PATEL *et al.*, 2017; SHARIFI, 2016). A matter of great interest for Community and Social Psychology is to analyse not only its negative impact on communities, groups and individuals, but also the ways in which communities and groups face collective adversity and the process they are involved in to reinforce communal ties and social solidarity. Therefore, studies on Community and Collective Resilience are extremely important (BONANNO *et al.*, 2010; HANBURY; INDART, 2013; NTONTIS *et al.*, 2018) to identify the ways to promote community resilience with the purpose of empowering communities and generate sustainable community intervention.

COLLECTIVE ADVERSITIES

Natural and social disasters are events that affect a community or group, and they have negative consequences for wellbeing and mental health (for example, post-traumatic stress disorder, PTG) (VÁZQUEZ; PÉREZ-SALES; OCHOA, 2014). These events can be both natural and technological; such as, interpersonal violence, wars, and violent social conflicts; and those described in an international context as complex emergencies (HANBURY; INDART, 2013).

On the one hand, in recent decades, communities have increased their level of vulnerability to natural disasters. In 2010, the Haiti earthquake was the deadliest, with more than 220,000 fatalities, while the Chilean earthquake was the costliest, with losses reaching \$ 30 billion. And in the 2011 earthquake in Japan, almost 20,000 people died and damages of 210,000 million dollars were recorded (EM-DAT, 2012).

Research on the psychological consequences of natural disasters has focused on people's reactions, measured from psychopathological indicators such as Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD) (CARR *et al.*, 1997; NERIA; NANDI; GALEA, 2008; VÁZQUEZ; PÉREZ-SALES; OCHOA, 2014). However, studies show that there are people who mitigate the effects of the disaster according to their capacity for organization, communication and social support (NTONTIS *et al.*, 2018). These social processes contribute to a decrease in negative and an increase in positive affect, improve positive relationships with others, and reinforce the meaning of life and psychosocial well-being in general (PÁEZ *et al.*, 2011).

On the other hand, among the catastrophes generated by human behaviour is collective violence, which includes war, violent conflicts, different types of terrorism and state violence through different institutional groups (ORGANIZACION..., 2002). However, one form of human-generated disaster that we can identify corresponds to situations of Social Exclusion. Social exclusion is conceived as a multidimensional concept, which is operationalized as a combination of material deprivation, insufficient access to social rights, a low degree of social participation and an absence of normative integration; it is related, sometimes, with material aspects (distributive dimension), but in others, it presents non-material characteristics (relational dimension); in addition, its causes may reside at the collective level, but the individual responses may be equally important according to (JEHOEL-GIJSBERS; VROOMAN, 2007). For Castells (2018, p. 98), it is the "process by which certain individuals and groups are systematically prevented from accessing positions that would allow them an autonomous subsistence within the social levels determined by the institutions and values in a given context...".

However, research has not addressed how people cope with social exclusion at the community level. The present research will address this gap by contributing to identify the facets of community resilience and develop an instrument to its measurement.

COMMUNITY RESILIENCE

The study of resilience in Psychology has focused mainly on resilience as an individual construct (IRAURGI CASTILLO, 2012), emphasizing that protective factors can come from the community, family and individual sphere (BERGSTRÖM; DEKKER, 2014). However, there are fewer approaches that conceive of resilience as a fortress that develops because of social interconnections, when human collectives and communities creatively and actively face the challenges of the environment, be they human, natural or natural catastrophes, collective traumatic events. However, in the last decade interest in the study of CR has increased, and many models and tools for its diagnosis have been suggested (SHARIFI, 2016). There is a consensus about the multi-dimensionality of CR, which is used in various fields and diverse situations to describe and consider the intersection between economic, social and environmental capital (WILSON, 2012), and which operates at different levels, including macro, meso and micro social level (BERGSTRÖM; DEKKER, 2014).

When the stressors that affect groups of people promote adaptive behaviours after natural or social catastrophes, we speak of Community Resilience (CR). Communities can incorporate survival strategies, forms of organization, commitment, bonding and other experiences to establish new social and work ties, adapt and continue with life (URIARTE ARCINIEGA, 2013). From a community perspective, Resilience can be evaluated in terms of resources, economic development, social capital, information and communication, and community competence (SUÁREZ OJEDA, 2007).

It refers to the capacity of the social system and institutions to face adversities and subsequently reorganize themselves in order to improve their functions, structure, and identity (URIARTE ARCINIEGA, 2013); it also involves overcoming disasters and massive situations of adversity and building on them (MELILLO; SUÁREZ OJEDA, 2008). The concept has a Latin American origin and focuses on aspects of coping with trauma and collective conflict. As Melillo and Ojeda (2008) indicate, it is about the collective condition to overcome and build on disasters and situations of adversity; and it would imply a vision of problems as opportunities solvable and that can be faced.

Accordingly, some other authors define CR as the existence, development and commitment of community resources by community members to face an adverse environment (MAGIS, 2010). However, other authors propose broader definitions that encompass both prevention and recovery capacity once adversity has occurred (PLOUGH *et al.*, 2013; TWIGG, 2007; URIARTE ARCINIEGA, 2013). Thus, Twigg defines resilience as the “Capacity of a community to detect and prevent adversities, the capacity to absorb a shocking adversity and the capacity to recover after damage” (TWIGG, 2007, p. 6). Along these same lines, Plough *et al.* (2013) delineate it as the community’s continuous and developing capacity to account for its vulnerabilities and develop capacities that help prevent, resist and mitigate the stress of an incident; recover in a way that restores the community to self-sufficiency and at least the same level of social and health functioning as before the incident; and to use the knowledge acquired to strengthen the community’s capacity in the following incident.

RC DIMENSIONS

According to the background previously exposed, CR is a multidimensional concept within which we can identify three dimensions:

- 1) **Social Wellbeing and Social Capital:** Social well-being integrates social and cultural elements that promote mental health and that are related to the real bases of implicit positive beliefs about the self, the world and others. Social contact, interpersonal relationships, roots and community contacts, as well as social participation increase the well-being of communities. Well-being, in turn, is associated with social capital (KEYES, C. L. M.; SHAPIRO, 2004). That is, the set of resources derived from the network of interpersonal relationships in which the subject participates (PUTNAM, 2001). González-Muzzio (2013) points out the direct relationship between social capital and CR, indicating that communities that actively participate in formal organizations and that have a greater support network are more resilient. At the same time, the study indicates that a stressful event, such as the earthquake in Chile in 2010, favoured the creation of new social capital, as well as the modification of institutional structures and their adaptive or emerging behaviour.
- 2) **Emotional Regulation:** the process of initiating, maintaining, modulating, or changing the occurrence, intensity, or duration of internal affective states and physiological processes in order to achieve a goal (THOMPSON, 1994). Negative emotions such as anger or anxiety negatively influence social relationships (LAZARUS, 1996). For their part, positive emotions seem to broaden people's thinking-action repertoires and favour the construction of lasting personal resources, which in turn can improve their way of coping with a stressful situation (FREDRICKSON, 2001).
- 3) **Collective Efficacy:** The belief of a group to obtain certain achievements together regarding their competencies and capacities (BANDURA, 1997). A resilient community would have adequate mechanisms for the management of group conflicts, care for the environment,

attention to the needs of the population, ability to work as a team for the common good and an attitude of autonomy to manage the community's social services (CARROLL; ROSSON; ZHOU, 2005).

In sum, we can define CR as the process through which a group or community overcomes events and / or conditions of adversity, both natural and socio-political, through the use of effective collective strategies that involve: the regulation of shared emotions (emotional regulation), the availability and use of both material and human resources of the community (well-being and social capital), and the perception of the competence and capacity of the community to face the challenges and obtain certain achievements (collective effectiveness).

However, it should be noted that, despite being a concept of growing interest, both its delimitation and the identification of its attributes are ambiguous due to the multiplicity of existing proposals, which is reflected in the shortage of validated instruments for its operation and measurement.

The aim of this study is to analyze the structure of Community Resilience (CR) construct in two different countries, specifically applying a brief version of de CR scale 12 items. In addition, our objective is to analyze the psychosocial correlates of CR Individual Resilience, Communal Mastery, Subjective well-being (PHI), and Social Integration.

METHOD

PARTICIPANTS

The study was conducted in a community sample of 1075 adults (56.3% women) from Chile and Argentina, aged between 18 to 40 years ($M = 23.99$, $SD = 6.24$). Specifically, the majority of the participants were students and members of their families, both in Chile ($N1 = 353$; 49.1% women; $M = 27.90$, $SD = 7.97$) and in Argentina ($N2 = 722$, 59.8% women; $M = 22.38$; $SD = 4.45$).

PROCEDURE

Questionnaires were administered via online platform Survey Monkey. Students responded to the questionnaire in the classrooms, and other participants were supervised by trained collaborators. All participants received information about the research project and signed an informed consent form. The study ensured both anonymity and compliance with the Personal Data Protection Act passed by the Research Ethics Committee (University of Santo Tomas, code 186).

VARIABLES AND MEASURES

Community Resilience Scale (ALZUGARAY *et al.*, 2018) was a self-report measure of the perception of community capacities and relations. First, participants were asked to indicate the adversity or situation to which they were exposed, and second, the group which they considered as their community. Subsequently, regarding the above-mentioned situation and group, they were asked to respond to a 12 items version of the scale, which consisted of three dimensions: Emotional Regulation (ER; e.g., “During adverse situations, we are attentive to the needs of the members of the community”); Social Capital (SC; e.g. “Our community works with agencies and organizations outside the community to get what they need during an adversity”); and Collective Efficacy (CE, e.g., “Our community is capable of resolving adversity situations on its own, before receiving external help”). Participants scored their answers on a five-point Likert-type scale, ranging from 1 = *strongly disagree* to 7 = *strongly agree*. The reliability indexes for this sample were $\alpha = .744$, $\alpha = .715$, and $\alpha = .823$ respectively, also the general index was adequate $\alpha = .888$.

Individual Resilience (IR, Trait Resilience Scale; MALTBY; DAY; HALL, 2015). We used a 12 item measure of trait resilience derived from three common mechanisms identified in ecological theory: Engineering (e.g., “I am able to recover from stressful events with ease), Ecological (e.g., “I always give all I can, regardless of what may happen”) and Adaptive (EEA) resilience (e.g., “I like coping with unpredictable situations”).

Participants scored on five-point Likert scale ranging from one = *strongly disagree* to five = *strongly agree*. The reliability indexes for this sample were $\alpha = .903$, $\alpha = .804$, and $\alpha = .830$ respectively, and general index was good $\alpha = .871$.

Communal Mastery Scale (CM; HOBFOLL *et al.*, 2002), composed by eight items, is a measure of the extent to which individuals see themselves as able to be effective in achieving their goals and coping with life challenges by virtue of their being attached to significant others on a four-point scale ranging from one = *strongly disagree* to four = *strongly agree*. Examples of items were, e.g., “With the help of those close to me I have more control over my life (referred to people in general)”; e.g., “Working together with friends and family I can solve many of the problems I have. (Respect to family and friends)”. Internal reliability index was acceptable $\alpha = .779$.

Remembered well-being (RWB-PHI, HERVÁS; VÁZQUEZ, 2013) was evaluated by 11-item, divided in four facets: General (two items; e.g., “I am very satisfied with my life”), eudemonic (six items; e.g., “I feel able to solve the majority of my daily problems”), hedonic (two items; e.g., “I enjoy a lot of little things every day”) and social (1 item; e.g., “I think that I live in a society that lets me fully realize my potential”). Responses ranged on a scale from zero = *strongly disagree* to ten = *strongly agree*. Internal reliability index was acceptable $\alpha = .880$.

Social Well-being - Social Integration (SWB, KEYES, 1998; adapted by BOBOWIK; BASABE; PÁEZ, 2015). We used three items to assess social integration (e.g., “I feel close to other people in my community”). Participants were asked to evaluate their levels of agreement with each sentence on a five-point scale, ranging from one = *strongly disagree* to five = *strongly agree*. Internal reliability index was acceptable $\alpha = .709$.

Table 1 – descriptive statistics, reliability and correlations

	M(SD)	A	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.
Community Resilience	3.03(.69)	.888	--							
Emotional Regulation	3.25(.75)	.744	.87**	--						
Social Capital	3.00(.76)	.715	.87**	.64**	--					
Collective Efficacy	2.85(.83)	.823	.89**	.67**	.66**	--				
Individual Resilience	3.59(.64)	.871	.28**	.26**	.19**	.28**	--			
Communal Mastery	3.10(.44)	.779	.21**	.20**	.18**	.17**	.31**	--		
Subjective Wellbeing	7.51(1.52)	.880	.19**	.19**	.13**	.17**	.27**	.26**	--	
Social Integration	3.62(.65)	.709	.37*	.37**	.32**	.29**	.19**	.34**	.18**	--

Note. CR = Community Resilience; ER = Emotional Regulation; SC = Social Capital; CE = Collective Efficacy; PHI = Subjective Well-being; total N = 1075 *, $p < .05$ **, $p < .01$.

Source: Author's elaboration (2020)

RESULTS

DESCRIPTIVE STATISTICS AND RELIABILITY ESTIMATES

Adversities and communities

The adversities mentioned by participants were general and political violence (46.1%); disasters caused by natural threats (15.7%); economic crisis (14.4%); disasters caused by human behaviour (14.4%) and others (diseases and accidents 15.5%). The communities chosen to face these adversities were neighbourhood (48.2%); city (30%); commune (15.6%); and others (family and friends, 5.9%).

CR AND CORRELATES

Mean scores of all variables were placed around the mid-point of the scale, and the mean of EC score was a little lower. CR12 total score correlated positively and significantly with their three dimensions; specially was higher in the case of ER. There were positive and significant correlations between CR and Individual Resilience, Communal Mastery, Subjective well-being (PHI), and Social Integration (see Table 1).

DISCUSSION AND CONCLUSIONS

Our interest is focused on community resilience at a meso level of the communities and primary groups (neighbourhood, families and peer groups). However, there are hardly any measurement scales that allow measuring members' perception of the community's ability to respond resiliently. Assuming this perspective, we consider that this study provides a proposal for the conceptualization and evaluation of community resilience that is necessary and that comes to fill an important gap in the study of the role of resilient communities in the face of collective challenges. A multidimensional construct of community resilience is proposed to evaluate the perception of the response capacities of the community by its members. Community resilience was grouped into three large dimensions consisting of Emotional Regulation, Social Capital and Well-being and Collective Efficacy.

Regarding the psychosocial correlates and possible effects of community resilience, at the micro and individual level, it was associated with subjective well-being indicators, showing that resilient communities can contribute to the well-being of their members, their satisfaction with life, positive affect and eudaimonic well-being, which implies the development of individual strengths; providing meaning to life, self-acceptance, personal growth, positive relationships with others and self-competition (HERVÁS; VÁZQUEZ, 2013). The latter are the components that Ryff and Keyes (1995) defined as psychological well-being.

Likewise, we found that community resilience was associated with social integration (KEYES, 1998), specifically the item on the PHI scale of subjective well-being which included this aspect (“*Living in a society that promotes optimal psychological functioning*”). Similarly, it is verified that resilient communities are also communities that promote the social integration of their members, as well as the communal domain, that is, the perception of personal efficacy for being interconnected and having the social support of others.

In sum, on the one hand, it is verified that the correlates of CR provide members of the community with protective elements to face adversity, such as social support, self-efficacy, regulation of stress and affect (BONANNO; WESTPHAL; MANCINI, 2011; IRAURGI CASTILLO, 2012; LEE *et al.*, 2013; MASTEN, 2004). On the other hand, CR promotes socially healthy communities because they develop forms of commitment, bonding, and social ties between people (URIARTE ARCINIEGA, 2013).

In conclusion, this work constitutes a first proposal for the delimitation and evaluation of the CR construct. Along with previous studies, this proposal has limitations regarding its cross-sectional nature, use of convenience samples, the limited type of adversities studied and the type of primary and community groups to which the CR measure

focuses. However, despite these limitations, we hope to have contributed to the progress in the study of CR. This study provides evidence on the validity of CR content from the perspective of the members of a community at a meso-social level, which may allow the integration of communities as a source of psychosocial strengths, placing vulnerable people in their context and recognizing strengths and protective factors.

As recommendation for community interventions at the light of this study it is important to enhance a sense of community, sharing a social identity and cohesion between its members through the regulated expression of collective emotions, being aware of the common adversities. Recognizing the strengths to cope efficiently and being prepared to prevent futures threats.

This line of research can contribute to the development of a Positive Community Psychology, focused on the community and that provides tools in an applied aspect to plan effective community interventions based on empirical evidences.

REFERENCES

- ALZUGARAY, C.; BASABE, N.; MURATORI, M.; GARCÍA, F. E. Psicología comunitaria positiva y resiliencia comunitaria: una propuesta de instrumento. *Revista Latinoamericana de Psicología Positiva*, v. 4, p. 169–184, 2018.
- BANDURA, A. Editorial. *American Journal of Health Promotion*, v. 12, n. 1, p. 8–10, set. 1997. DOI 10.4278/0890-1171-12.1.8. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.4278/0890-1171-12.1.8>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- BERGSTRÖM, J.; DEKKER, S. W. A. Bridging the Macro and the Micro by Considering the Meso: Reflections on the Fractal Nature of Resilience. *Ecology and Society*, v. 19, n. 4, p. art22, 2014. DOI 10.5751/ES-06956-190422. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol19/iss4/art22/>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- BONANNO, G. A.; BREWIN, C. R.; KANIASTY, K.; GRECA, A. M. L. Weighing the Costs of Disaster: Consequences, Risks, and Resilience in Individuals, Families, and Communities. *Psychological Science in the Public Interest*, v. 11, n. 1, p. 1–49, jan. 2010. DOI 10.1177/1529100610387086. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1529100610387086>. Acesso em: 26

ago. 2020.

BONANNO, G. A.; WESTPHAL, M.; MANCINI, A. D. Resilience to Loss and Potential Trauma. *Annual Review of Clinical Psychology*, v. 7, n. 1, p. 511–535, 27 abr. 2011. DOI 10.1146/annurev-clinpsy-032210-104526. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-clinpsy-032210-104526>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CALHOUN, L. G.; TEDESCHI, R. G. Beyond Recovery From Trauma: Implications for Clinical Practice and Research. *Journal of Social Issues*, v. 54, n. 2, p. 357–371, 9 abr. 2010. DOI 10.1111/j.1540-4560.1998.tb01223.x. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1540-4560.1998.tb01223.x>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CARR, V. J.; LEWIN, T. J.; WEBSTER, R. A.; KENARDY, J. A.; HAZELL, P. L.; CARTER, G. L. Psychosocial sequelae of the 1989 Newcastle earthquake: II. Exposure and morbidity profiles during the first 2 years post-disaster. *Psychological Medicine*, v. 27, n. 1, p. 167–178, jan. 1997. DOI 10.1017/S0033291796004278. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0033291796004278/type/journal_article. Acesso em: 26 ago. 2020.

CARROLL, J. M.; ROSSON, M. B.; ZHOU, J. Collective efficacy as a measure of community. In: THE SIGCHI CONFERENCE, 2005. *Proceedings of the SIGCHI conference on Human factors in computing systems - CHI '05* [...]. Portland, Oregon, USA: ACM Press, 2005. p. 1. DOI 10.1145/1054972.1054974. Disponível em: <http://portal.acm.org/citation.cfm?doid=1054972.1054974>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CASTELLS, M. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

FREDRICKSON, B. L. The role of positive emotions in positive psychology: The broaden-and-build theory of positive emotions. *American Psychologist*, v. 56, n. 3, p. 218–226, 2001. DOI 10.1037/0003-066X.56.3.218. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/0003-066X.56.3.218>. Acesso em: 26 ago. 2020.

GONZÁLEZ-MUZZIO, C. El rol del lugar y el capital social en la resiliencia comunitaria posdesastre: Aproximaciones mediante un estudio de caso después del terremoto del 27/F. *EURE (Santiago)*, v. 39, n. 117, p. 25–48, maio 2013. DOI 10.4067/S0250-71612013000200002. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612013000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 26 ago. 2020.

HANBURY, R. F.; INDART, M. J. Resilience Revisited: Toward an Expanding Understanding of Post-disaster Adaptation. In: PRINCE-EMBURY, S.; SAKLOFSKE, D. H. (orgs.). *Resilience in Children, Adolescents, and Adults*. The Springer Series on Human Exceptionality. New York, NY: Springer New York, 2013. p. 213–225. DOI 10.1007/978-1-4614-4939-3_16. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-1-4614-4939-3_16. Acesso em: 26 ago. 2020.

HERVÁS, G.; VÁZQUEZ, C. Construction and validation of a measure of integrative well-being in seven languages: The Pemberton Happiness Index. *Health and Quality of Life Outcomes*, v. 11, n. 1, p. 66, 2013. DOI 10.1186/1477-7525-11-66. Disponível em: <http://hqlq.biomedcentral.com/articles/10.1186/1477-7525-11-66>. Acesso em: 26 ago. 2020.

HOBFOLL, S. E.; SCHRÖDER, K. E. E.; WELLS, M.; MALEK, M. Communal Versus Individualistic Construction of Sense of Mastery in Facing Life Challenges. *Journal of Social and Clinical Psychology*, v. 21, n. 4, p. 362–399, out. 2002. DOI 10.1521/jscp.21.4.362.22596. Disponível em: <http://guilfordjournals.com/doi/10.1521/jscp.21.4.362.22596>. Acesso em: 26 ago. 2020.

IRAURGI CASTILLO, I. *Resiliencia: aproximación al concepto y Adaptación psicométrica de la escala RESI-M*. [S. l.]: BizkaiLab, 2012 (Evaluación del grado de desadaptación y del proceso de adecuación psicosocial de menores en desventaja social).

JEHOEL-GIJSBERS, G.; VROOMAN, C. *Explaining social exclusion: a theoretical model tested in the Netherlands*. Den Haag: SCP, 2007 (The Netherlands Institute for Social Research (SCP)).

KEYES, C. L. M.; SHAPIRO, A. D. Social Well-Being in the United States: A Descriptive Epidemiology. In: BRIM, O. G.; RYFF, C. D.; KESSLER, R. C. (orgs.). *How healthy are we? a national study of well-being at midlife*. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation series on mental health and human development. Studies on successful midlife development. Chicago: University of Chicago Press, 2004. p. 350–372.

KEYES, Corey Lee M. Social Well-Being. *Social Psychology Quarterly*, v. 61, n. 2, p. 121, jun. 1998. DOI 10.2307/2787065. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2787065?origin=crossref>. Acesso em: 26 ago. 2020.

LAZARUS, R. S. The Role of Coping in the Emotions and How Coping Changes over the Life Course. In: MAGAI, C.; MCFADDEN, S. H. (orgs.). *Handbook of Emotion, Adult Development, and Aging*. [S. l.]: Elsevier, 1996. p. 289–306. DOI 10.1016/B978-012464995-8/50017-0. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/B9780124649958500170>. Acesso em: 26 ago. 2020.

LEE, J. H.; NAM, S. K.; KIM, A.-R.; KIM, B.; LEE, M. Y.; LEE, S. M. Resilience: A Meta-Analytic Approach. *Journal of Counseling & Development*, v. 91, n. 3, p. 269–279, jul. 2013. DOI 10.1002/j.1556-6676.2013.00095.x. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/j.1556-6676.2013.00095.x>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MAGIS, K. Community Resilience: An Indicator of Social Sustainability. *Society & Natural Resources*, v. 23, n. 5, p. 401–416, 5 abr. 2010. DOI 10.1080/08941920903305674. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08941920903305674>. Acesso em: 26 ago. 2020.

- MALTBY, J.; DAY, L.; HALL, S. Refining Trait Resilience: Identifying Engineering, Ecological, and Adaptive Facets from Extant Measures of Resilience. *PLOS ONE*, v. 10, n. 7, p. e0131826, 1 jul. 2015. DOI 10.1371/journal.pone.0131826. Disponível em: <https://dx.plos.org/10.1371/journal.pone.0131826>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- MASTEN, A. S. Regulatory Processes, Risk, and Resilience in Adolescent Development. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1021, n. 1, p. 310–319, jun. 2004. DOI 10.1196/annals.1308.036. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1196/annals.1308.036>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- MELILLO, A.; SUÁREZ OJEDA, E. N. (Orgs.). *Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- NERIA, Y.; NANDI, A.; GALEA, S. Post-traumatic stress disorder following disasters: a systematic review. *Psychological Medicine*, v. 38, n. 4, p. 467–480, abr. 2008. DOI 10.1017/S0033291707001353. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0033291707001353/type/journal_article. Acesso em: 26 ago. 2020.
- NTONTIS, E.; DRURY, J.; AMLÔT, R.; RUBIN, G. J.; WILLIAMS, R. Emergent social identities in a flood: Implications for community psychosocial resilience. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, v. 28, n. 1, p. 3–14, jan. 2018. DOI 10.1002/casp.2329. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/casp.2329>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. *Informe mundial sobre la violencia y la salud: Resumen*. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 2002.
- PÁEZ, D.; MARTÍN-BERISTAIN, C.; GONZÁLEZ, J. L.; BASABE, N.; RIVERA, J. de (Orgs.). *Superando la violencia colectiva y construyendo cultura de paz*. 1. ed. Madrid: Ed. Fundamentos, 2011 (Ciencia Serie política, 325).
- PATEL, S. S.; ROGERS, M. B.; AMLÔT, R.; RUBIN, G. J. What Do We Mean by ‘Community Resilience’? A Systematic Literature Review of How It Is Defined in the Literature. *PLoS Currents Disasters*, 2017. Disponível em: <http://currents.plos.org/disasters/index.html%3Fp=28783.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- PLOUGH, A.; FIELDING, J. E.; CHANDRA, A.; WILLIAMS, M.; EISENMAN, D.; WELLS, K. B.; LAW, G. Y.; FOGLEMAN, S.; MAGAÑA, A. Building Community Disaster Resilience: Perspectives From a Large Urban County Department of Public Health. *American Journal of Public Health*, v. 103, n. 7, p. 1190–1197, jul. 2013. DOI 10.2105/AJPH.2013.301268. Disponível em: <http://ajph.aphapublications.org/doi/10.2105/AJPH.2013.301268>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- PUTNAM, R. D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. 1. touchstone ed. New York, NY: Simon & Schuster, 2001.
- RYFF, C. D.; KEYES, C. L. M. The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 69, n. 4, p. 719–727, 1995. DOI 10.1037/0022-3514.69.4.719. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/0022-3514.69.4.719>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- SHARIFI, A. A critical review of selected tools for assessing community resilience. *Ecological Indicators*, v. 69, p. 629–647, out. 2016. DOI 10.1016/j.ecolind.2016.05.023. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1470160X16302588>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- SUÁREZ OJEDA, E. N. Trabajo comunitario y resiliencia social. In: MUNIST, M. M.; SUÁREZ OJEDA, E. N.; KRAUSKOPF, D.; SILBER, T. J. (orgs.). *Adolescencia y resiliencia*. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- THOMPSON, R. A. EMOTION REGULATION: A THEME IN SEARCH OF DEFINITION. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, v. 59, n. 2–3, p. 25–52, fev. 1994. DOI 10.1111/j.1540-5834.1994.tb01276.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-5834.1994.tb01276.x>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- TWIGG, J. *Características de una Comunidad Resiliente ante los Desastres: Nota Guía*. trad. Diego Bunge. [S. l.]: Benfield UCL Hazard Research Centre, 2007.
- URIARTE ARCINIEGA, J. de D. La perspectiva comunitaria de la resiliencia. *Psicología Política*, v. 47, p. 7–18, 2013. .
- VÁZQUEZ, C.; PÉREZ-SALES, P.; OCHOA, C. Posttraumatic Growth: Challenges from a Cross-Cultural Viewpoint. In: FAVA, G. A.; RUINI, C. (orgs.). *Increasing Psychological Well-being in Clinical and Educational Settings*. Cross-Cultural Advancements in Positive Psychology. Dordrecht: Springer Netherlands, 2014. v. 8, p. 57–74. DOI 10.1007/978-94-017-8669-0_4. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-94-017-8669-0_4. Acesso em: 26 ago. 2020.
- WILSON, G. A. Community resilience, globalization, and transitional pathways of decision-making. *Geoforum*, v. 43, p. 1218–1231, 2012. .

ACKNOWLEDGMENTS

We wish to express our deepest appreciation to all participants.

FUNDINGS

This research was supported by the Spanish Ministry of the Economy and Competitiveness [under Grants PSI2014-51923-P / PSI2017-84145-P], the Basque Government [under Grant IT-1187-19], and FONDECYT Iniciación 11190980 granted to Anna Włodarczyk.

